



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

KARINA MOREIRA RIBEIRO DA SILVA E MELO

Histórias indígenas em contextos de formação dos Estados argentino,
brasileiro e uruguaio: charruas, guaranis e minuanos em fronteiras platinas
(1801-1818)

CAMPINAS
2017

Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo

**HISTÓRIAS INDÍGENAS EM CONTEXTOS DE
FORMAÇÃO DOS ESTADOS ARGENTINO, BRASILEIRO E
URUGUAIO: CHARRUAS, GUARANIS E MINUANOS EM
FRONTEIRAS PLATINAS (1801-1818)**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em História, na área História Social.

Supervisor/Orientador: Prof. Dr. Sidney Chalhoub

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA
KARINA MOREIRA RIBEIRO DA SILVA E MELO
E ORIENTADA PELO PROF. DR. SIDNEY
CHALHOUB

CAMPINAS

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CNPq, 141470-2012/7
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0613-676>

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

M491h Melo, Karina Moreira Ribeiro da Silva e, 1978-
Histórias indígenas em contextos de formação dos Estados argentino,
brasileiro e uruguaio : charruas, guaranis e minuanos em fronteiras platinas
(1801-1818) / Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo. – Campinas, SP : [s.n.],
2017.

Orientador: Sidney Chalhoub.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Índios Charrua - História. 2. Índios Guarani - História. 3. Índios Minuano -
História. 4. Fronteiras - Brasil. I. Chalhoub, Sidney, 1957-. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Indigenous histories in formation of Argentine, Brazilian and
Uruguayan States : charruas, guaranis and minuanos in platinum borders (1801-1818)

Palavras-chave em inglês:

Indians Charrua - History

Indians Minuano - History

Indians Guarani - History

Borders - Brazil

Área de concentração: História Social

Titulação: Doutora em História

Banca examinadora:

Sidney Chalhoub [Orientador]

João Pacheco de Oliveira Filho

Silvia Hunold Lara

Camila Loureiro Dias

Fernanda Sposito

Data de defesa: 27-06-2017

Programa de Pós-Graduação: História



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa da Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos em sessão pública realizada no dia 27 de junho de 2017, considerou a candidata Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo aprovada.

Professor Doutor Sidney Chalhoub

Professor Doutor João Pacheco de Oliveira Filho

Professora Doutora Silvia Hunold Lara

Professora Doutora Fernanda Sposito

Professora Doutora Camila Loureiro Dias

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

AGRADECIMENTOS

Como todas as pesquisas acadêmicas, esta foi feita em conjunto e contou com o apoio financeiro e emocional de famílias, amigos e instituições. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) concedeu a bolsa de estudos para que eu me dedicasse integralmente à pesquisa e demais atividades acadêmicas de 2012 a 2016, incluindo a licença maternidade, um direito que possibilitou conciliar ser mãe nos meses iniciais, com a escrita da tese nos meses seguintes.

Na Unicamp, fiz laços de amizade e aprendizado com alunos e professores participantes do Centro de Estudo da História Social da Cultura (CECULT) e do Centro de Pesquisa e Estudos Indígenas (CPEI). Ludmila de Souza Maia e Joice Oliveira receberam a mim e Soraia Dornelles em suas casas e nos deram muitas dicas sobre a cidade e a universidade. Com Raúl Ortiz Contreras, Mariana Petroni, Erneneck Mejía e Oscar Guarín, antropólogos interessados em histórias indígenas, dividi a alegria de ser orientada por John Monteiro a partir de 2011 e, depois, a tristeza pela sua perda em 2013. Sou muito grata pela solidariedade que compartilhamos. Os professores Sidney Chalhoub, Silvia Hunold Lara e Robert Slenes me ensinaram bastante, tanto sobre a prática da pesquisa em História Social, quanto a partir do exemplo de suas posturas profissionais, comprometidas e críticas.

No primeiro semestre do curso, desfrutei das ‘novidades da sala de aula’ na disciplina de *Reunião de Linha de Pesquisa*, onde buscava-se o aperfeiçoamento constante dos projetos e dos exercícios de pesquisa. O curso *Teoria da História: Os filhos de Gramsci e Du Bois*, ministrado por Robert Slenes, me ajudou a utilizar os textos sobre as ‘almas das gentes negras’ e subalternizadas para escrever sobre os indígenas. Durante o segundo semestre, no curso sobre *História e Ficção, tratando dos entrecruzamentos da literatura e história*, Sidney Chalhoub criou espaço para debater sobre a relação das histórias indígenas com o tema da disciplina. John Monteiro ofereceu uma disciplina sobre *História Indígena e do Indigenismo*. Toda segunda-feira à tarde, tínhamos o privilégio de discutir com ele e com os orientandos vindos de diversas áreas de pesquisa e das Américas (havia arqueólogos, historiadores e antropólogos do Chile, da Colômbia e, do Brasil, claro) textos cuja seleção e relação evidenciava avanços e problemas conceituais e metodológicos no estudo de populações indígenas no período colonial a partir do que John chamou de *vetores de*

transformação. Aquele aprendizado balizou os recortes e os rumos que a tese tomou, pois as discussões e o conhecimento de John sobre a bibliografia norte-americana e brasileira acerca das histórias indígenas marcaram minha pesquisa.

Optei por conhecer e estudar durante o estágio Sanduíche, na instituição educacional onde John havia concluído sua tese, a Universidade de Chicago. Agradeço Vânia Losada pelo parecer do projeto sanduíche! Já em Chicago, o *Program in Latin American Studies* isentou o pagamento das taxas para que eu cursasse dois períodos letivos entre fevereiro e agosto de 2013. Durante o estágio, fui muito bem recebida por Dain Borges. Através dos Workshops entrei em contato com outros pesquisadores, sobretudo mexicanistas, que vivem em seu dia a dia realidades de pesquisa muito distintas da brasileira, melhores em alguns aspectos, como o acesso a bibliotecas e instrumentos de pesquisa, nem tanto em outros, como por exemplo, o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade. Agradeço também pelas reuniões individuais, pelos apontamentos, sugestões e simpatia de Dain Borges. Sua sensibilidade para lidar com o que significou a perda de John durante nosso estágio foi inestimável.

Na U. of C. cursei, ainda, as disciplinas sobre a historiografia da escola de Estudos Subalternos, ministrada por Dipesh Chakrabarty, a quem agradeço a boa recepção e o interesse em estabelecer paralelos entre as histórias dos subalternizados de outras partes do mundo; e a de Amy Lippert, sobre a expansão para o Oeste norte americano no século XIX. Na cidade de Chicago, me vinculei como pesquisadora visitante à *Newberry Library* e ao *D'Arcy McNickle Center* – aquela, o maior centro de documentação sobre indígenas na América, e este, um seminário permanente sobre estudos indígenas norte-americanos. Em conjunto, estas instituições promoveram um seminário comemorativo dos 40 anos do D'Arcy McNickle Center, onde tive a incrível oportunidade de ouvir e conhecer alguns historiadores de quem tinha lido textos na disciplina oferecida por John. O seminário *Why you can't teach United States History without American Indians* alimentou planos para o futuro e auxiliou no encadeamento de uma série de ideias para a tese. Particpei do *I Rice-UNICAMP seminar*, em *Rice University* (Houston/Texas), onde pude conhecer outros dois destacados historiadores norte-americanos que pesquisam história dos índios no Brasil: Alida Metcalf e Seth Garfield, aos quais sou grata pelos incentivos e pelos comentários sobre o trabalho. Agradeço o fomento recebido pela *Rice* para participar do evento.

Um dos maiores presentes que ganhei durante o estágio foi, sem dúvida, a amizade de José Juan Pérez Meléndez e Christopher N. Lesser. Sem sua atenção e afeto, tudo teria sido menos colorido. Agradeço também pelo ambiente familiar que proporcionaram durante uma das minhas idas ao Rio de Janeiro. Karma Frierson, Emilio de Antuñano Villarreal e Duff Morton também foram bons amigos nos tempos de estágio!

Nas constantes idas a Buenos Aires, agradeço aos funcionários da frequentada Sala IX e Sala X, especialmente Fabián, que me ajudou a entender os instrumentos de busca do Archivo General de la Nación. No Centro Franco Argentino de Altos Estudios, junto à Universidad de Buenos Aires, cursei um instigante seminário com Christopher Guidicelli, a quem agradeço pelas ricas discussões promovidas em conjunto com Silvia Ratto, Judith Fabermann. Agradeço ainda aos colegas César Pereira, que nos indicou o seminário e nos fez companhia durante aquela quinzena, e André Anzolin, Marina Gris e Felipe Praia, que dividiram comigo a hospedagem e os conhecimentos que íamos todos adquirindo ao longo de nossas pesquisas. Ainda em Buenos Aires, conheci Verónica Secreto, que ajudou com dicas e indicações de leituras e a participação em outros seminários.

Em Montevidéu, agradeço a Beatriz, Silvia e Raquel, funcionárias do AGN, solícitas e prontas a me ajudar nas buscas. Agradeço a historiadora Ana Ribeiro, pelo incentivo, pela sinalização positiva para parcerias futuras e por proporcionar o contato com Diego Bracco e Oscar Padrón Favre. Diego Bracco gentilmente tirou dúvidas e sugeriu leituras importantes por e-mail, e Favre, do mesmo modo, leu e comentou alguns textos meus.

No Rio de Janeiro, agradeço aos funcionários do Arquivo Nacional, especialmente à Suelen, com quem troquei calorosas impressões e descobertas sobre a maternidade na sala gelada dos documentos em processo de restauro. Na Biblioteca Nacional, agradeço especialmente aos bibliotecários do setor de obras raras, que autorizaram a consulta de livros que estavam fora de circulação para higienização.

Em Porto Alegre, agradeço aos colegas e amigos Alfredo Ranzan, André Anzolin, Bruna Marques, Isadora Diehl, Marina Gris, Max Ribeiro, Rafael Burd e Soraia Dornelles. Juntos, fundamos o Grupo de Trabalho chamado *Indígenas na História*, vinculado à Anpuh-RS, sob minha coordenação. Marina, Isadora e André sempre foram compreensivos e pegaram para valer na organização e no desenvolvimento das atividades. Eduardo Neumann, pelos incentivos oportunos e pelos convites para participar de bancas de TCC, com as quais

aprendi e me reaproximei de encontros acadêmicos durante o período de recolhimento para escrever. Isso foi muito bom. Conhecer Karina Elizabeth foi enriquecedor, tanto pela oportunidade de ler sua excelente dissertação de mestrado, quanto pela amizade que engatamos, e sei que a distância entre Brasil e Colômbia não dificulta nosso contato. Sem a ajuda de Juan Luiz Martirén junto a uma editora de Corrientes, teria demorado muitíssimo mais tempo para conseguir algumas das matérias-primas para o capítulo 8. Obrigada Juan, pelos artigos, textos e livro que me emprestou. Os cafés e as conversas em frente ao Arquivo Histórico do RS, também ajudaram bastante.

Em Campinas, agradeço especialmente a Sidney Chalhoub, que aceitou orientar minha tese depois do falecimento de John. Entre outros aprendizados, Sidney oportunizou a participação no Rework Summer Academy, onde estive em ambiente de pesquisa rico e estimulante. Também lá reencontrei amigos e fiz novos, entre eles, Alexander Keese. Ele e Beatriz, desde então, estimulam a escrita da tese com muitos gestos de afeto. Obrigada a David Lacerda, pela amizade e boas trocas de informação sobre música e comida, além das referências que prontamente consegui nas bibliotecas e acervos da Unicamp quando eu estava longe.

Agradeço às professoras que compuseram a banca de qualificação, Fernanda Sposito e Nádia Farage.

Agradeço imensamente aos comentários e sugestões de João Pacheco de Oliveira, Fernanda Sposito, Camila Loureiro Dias e Silvia Lara, que aceitaram o convite para compor a banca de defesa da tese.

Obrigada, Daniel Hatamoto, secretário do PPG em História da Unicamp. Sua compreensão e agilidade com os percalços burocráticos ao longo do processo de escrita, defesa e entrega da versão final da tese foram importantes para mim.

Soraia Dornelles, a recíproca entre nós será sempre verdadeira. Está aí a Leia para testemunhar. Adoro minha florzinha.

À Telma Almeida, obrigada pela presença e suporte constante, além da divertida companhia em algumas das minhas viagens de pesquisa.

Kátia Rosa me recebeu alegremente em sua casa, em duas idas a São Paulo para cuidar de assuntos acadêmicos e de amizade. Obrigada!

Um agradecimento especial à Samara Weiss Züge, que desde o nascimento do Theo, tem me ajudado a cuidar da minha família.

À Carminha, minha mãe, obrigada pelas conversas, incentivos e inúmeras ajudas com o Theo. As suas idas e vindas para Porto Alegre foram fundamentais para alavancar a escrita da tese. Sem a nossa equipe, formada também pelo Walter, meu pai, as mudanças (no plural!), teriam sido mais complicadas.

Ao Marcos e ao Theo, minha família, obrigada por cada esforço, cada palavra de incentivo, cada voto de confiança e gesto de amor.

John, sei que todos os pesquisadores e pesquisadoras que você ajudou seguem dialogando com o seu legado, especialmente, quem você orientava quando partiu. Para sempre, obrigada pelas dádivas.

RESUMO

Nas décadas iniciais do século XIX, aspectos da organização política e social de indígenas Charrua, Guarani e Minuano se articularam com pressões e oportunidades apresentadas durante a era de revoluções pela independência nos Estados argentino, brasileiro e uruguaio. Espalhados em distintos arquivos, os registros de cunho administrativo, legislativo e militar sobre a atuação dos indígenas evidenciam aspectos importantes do processo histórico de formação dos Estados nacionais. Índias e índios envolveram-se em situações de negociação e conflito entre governos oficiais estabelecidos, líderes rebeldes e estancieiros; bem como em relações de trabalho, solidariedade e disputa. Durante os primeiros anos daquele novo século, projetos de defesa e expansão de fronteiras foram elaborados por agentes do governo e particulares nos limites entre o vice-reino do Brasil e as províncias platinas. Tais projetos foram empreendidos tendo em vista a participação indígena junto aos serviços militares e a utilização de sua mão de obra e de seus conhecimentos sobre as lidas com o gado. Distintas autoridades afiançaram e discordaram de planos nos quais uma das principais questões em jogo era a reorganização política de espaços limítrofes, estreitamente vinculada à necessidade de definir aspectos sobre a liberdade dos índios e o destino das terras, dos bens, e, sobretudo, dos habitantes da região. Nesse sentido, a análise de diferentes situações permite dar visibilidade às variadas práticas de sociabilidade vividas por eles. As experiências de contato e convívio entre os habitantes locais que circularam pelo espaço dos limites platinos contribuíram para o sucesso e o fracasso de diferentes tentativas de agentes coloniais de expandir as fronteiras e apoderar-se dos recursos disponíveis no território. Ao mesmo tempo, vínculos políticos, taxonomias sócio-étnicas e identidades profissionais revelam estratégias desenvolvidas por setores considerados subalternos com o objetivo de sobreviver em um contexto de profundas transformações sociais. Da mesma forma, elementos sobre sua mobilidade espacial e social podem ser articulados aos processos de formação social e de identidades políticas nacionais, regionais e étnicas.

Palavras-chave: histórias indígenas; formação dos Estados argentino, brasileiro e uruguaio; fronteiras platinas.

ABSTRACT

In the early decades of the 19th century, aspects of the political and social organization of the Charrua, Guarani and Minuano Indians were articulated with the pressures and opportunities presented during the era of revolutions for independence in the Argentine, Brazilian and Uruguayan states. The records of administrative, legislative and military aspects of their actions are scattered in different archives, but together they can provide important aspects about the historical process of formation of those national States. Indians were involved in situations of negotiation and conflict between established official governments, rebel leaders and farmers; as well as in labor, solidarity and dispute relations. During the early years of that new century, border defense and expansion projects were developed by government agents and private individuals in the Viceroyalty of Brazil and the Platinum Provinces. These projects were undertaken taking into account the indigenous participation in the military services and the use of their labor and their knowledge with livestock. Different authorities affirmed and disagreed with plans about the political reorganization of boundary spaces, the Indian's lands, property, and, above all, freedom. In this sense, the analysis of different situations gives visibility to the varied practices of sociability experienced by them. The experiences of contact and conviviality among the locals in the space of the platinum boundaries contributed to the success and failure of different attempts by colonial agents to expand the borders and seize the resources available in the territory. At the same time, political bonds, socio-ethnic taxonomies and professional identities reveal strategies developed by sectors considered subaltern with the objective of surviving in a context of deep social transformations. Similarly, elements about their spatial and social mobility can be articulated to processes of social formation and national, regional and ethnic political identities.

Keywords: indigenous histories; formation of the Argentine, Brazilian and Uruguayan States; platinum borders.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa. Demarcação que por ordem de S. M. F. e C. fez no ano de 1759 a segunda partida do rio Ybicuí, seguindo o curso dos rios Uruguay, Pipiry, S. Ant. Yguaçú e Paraná até seu Salto (...). Povo de São Nicolau a 8 de abril de 1760.....	36
Mapa de toda la América hispana luego de las reformas administrativas de los Borbones.....	37
Mapa. Superposição de jurisdições político-administrativas posterior a la expulsión de los jesuítas. Mapa confeccionado na Sessão de Etnohistória do Instituto de Ciências Antropológicas, FFy- UBA (Universidade de Buenos Aires).....	104
Mapa do Território dos Trinta Povos Jesuítico-Guarani e suas estâncias.....	128
Mapa. Río de la Plata. Operaciones inglesas em 1806-1807.....	132
Mapa. Povos missioneiros e limites geográficos e territoriais.....	181
Sello de la Asamblea del Año XIII.....	212
Reprodução de óleo sobre tela. Ruben, Peter Paul (1577-1640). Miracle of St. Ignatius (1617-1618).....	315

LISTA DE ABREVIATURAS

AA	Archivo Artigas
AGNA	Archivo General de la Nación Argentina
AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
AI	Arquivo do Itamaraty
ANRJ	Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
ASRA	Anais da Sociedade Rural Argentina
BNRJ	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico
IHGRGS	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
MM	Museu Mitre

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL	16
PARTE I.....	28
GENTE, TERRA E GADO: INDÍGENAS E FRONTEIRAS PLATINAS NO ALVORECER DO OITOCENTOS.....	28
A IMPORTÂNCIA DAS HISTÓRIAS DOS ÍNDIOS PARA ENTENDER O CONTEXTO LOCAL OU UM BREVE PASSEIO POR UMA ‘HISTÓRIA GLOBAL’	29
CAPÍTULO 1 – ATUAÇÕES INDÍGENAS NA VIRADA DO SETECENTOS PARA O OITOCENTOS (OU OS ANTECEDENTES DA CONQUISTA DE 1801).....	37
1.1 – Entre textos e pretextos, o contexto para as atuações indígenas	37
1.2 – Políticas indígenas e suas inserções em redes comerciais e políticas	46
1.3 – Gente e gado: silêncios e significados sobre os usos do trabalho e dos bens indígenas	54
CAPÍTULO 2 – ALTERAÇÕES POLÍTICAS NOS LIMITES DA FRONTEIRA PLATINA EM 1801: INDÍGENAS COMO PROTAGONISTAS?	64
2.1 – Atuações indígenas na conquista dos sete povos missioneiros (1801).....	64
2.2 – Os índios na conquista dos sete povos missioneiros: histórias desconhecidas vividas por atores reais.	72
2.3 – As fronteiras platinas no limiar do oitocentos: indígenas e suas ações em textos multivocais.....	96
CAPÍTULO 3 – ASPECTOS SOBRE OS CAMINHOS DO CONVÍVIO ENTRE AUTORIDADES COLONIAIS E INDÍGENAS: “A LIBERDADE DOS NATURAIS DESTA PROVÍNCIA”	106
3.1 – Planos, cartas e projetos de Santiago de Liniers (1803-1804).	106
3.2 – “ <i>Tapes de carabina</i> ” e “ <i>infieis de lança e flecha</i> ” no diário de operações militares de José Rondeau (1804): “ <i>índios de uma e outra nação</i> ”?.....	116
3.3 – Sobre mobilizações políticas e ascensões sociais.....	121
3.4 – Políticos e caçadores: experiências de vivência e sobrevivência.	124
PARTE II	128
OS INDÍGENAS E A REVOLUCIONÁRIA DÉCADA DE 1810	128
O MOVER-SE DE MUNDOS E TERRAS INDÍGENAS.....	129
CAPÍTULO 4 – CHARRUAS, GUARANIS E MINUANOS E O INÍCIO DA REVOLUCIONÁRIA DÉCADA DE 1810 NAS FRONTEIRAS PLATINAS	135
4.1 – A revolução de maio em Misiones: novas mudanças políticas em territórios indígenas? .	135
4.2 – A revolução de maio em povos missioneiros do Paraguai: a expedição de Belgrano.....	138
4.3 – Novas disposições jurídicas e administrativas: o semear de outras relações sociais em terras missioneiras.....	148
4.4 – Ações de indígenas nas missões orientais do rio Uruguai durante o início da revolucionária década de 1810.....	153

4.5 – A revolução de maio na Banda oriental: <i>la redota</i>	159
4.6 – “Abandonar esta banda, envolve algo mais que sua lamentável desgraça”: militarização e estratégias indígenas.....	178
CAPÍTULO 5 – POLÍTICAS INDÍGENAS E INDIGENISTAS NO CONTEXTO DA ASSEMBLEIA DO ANO XIII E DO SEGUNDO SÍTIO A MONTEVIDÉU	185
5.1 – Breve panorama sobre alianças e desavenças políticas.	185
5.2 – Temas transversais: indígenas e as <i>Instruções</i> do ano XIII.	187
5.3 – Sublevações indígenas no litoral platense: “grande partido”, pequena política?	194
5.4 – Olhares sobre o segundo sítio a Montevideú: outros semblantes revolucionários.....	200
5.5 – Indígenas atuantes e envolvidos em outros projetos e planos políticos.....	207
5.7 – “Tipo[s] de engajamento[s]” indígenas.	214
CAPÍTULO 6 – AÇÕES INDÍGENAS NO CONTEXTO DO SURGIMENTO DA LIGA DOS POVOS LIVRES: ‘PEQUENA POLÍTICA’ E ‘GRANDE POLÍTICA’?	220
6.1 – “ <i>A revolução tomou um indizível voo</i> ”: a batalha de Espinillos e o fim do segundo sítio a Montevideú.	220
6.2 – Pablo Arenguaty, um índio a quem se achou “ <i>útil o meu indivíduo</i> ”, e outras situações locais durante o fim do segundo sítio a Montevideú.	229
6.3 – Relações entre feitos indígenas, acordos, decretos internacionais, provinciais e locais. ..	234
6.4 – O “modo de pensar a respeito dos índios será talvez estranho tanto do que vulgarmente se presume”: modos indígenas de agir.	248
CAPÍTULO 7 – “FATO QUE NÃO ADMITE CONTROVÉRSIA”: RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE INDÍGENAS E OS “NEGÓCIOS DA GUERRA” (1814-1817)	258
7.1 – As batalhas de Marmarajá e Guayabos e a consolidação da liga dos povos livres (1814-1815).	259
7.2 – Um índio guarani no comando geral de Misiones.....	271
7.3 – “ <i>Os índios estão em revolução</i> ” e “ <i>se diz entre eles que tudo isso é deles</i> ”.	286
7.4 – “ <i>A sublime intriga</i> ”: acordos e empresas políticas nos campos e nos gabinetes (1816-1817).	289
CAPÍTULO 8 – A ‘INVASÃO’ DE CORRIENTES: ESTRUTURAS E CONJUNTURAS ÀS AVESSAS?	303
8.1 – Desprezo e terror, ira e (in)tolerância: crenças sobre justiça e vingança.....	303
8.2 – “Por ser yo quien soy”: autoridade, drama, bailes e bebedeiras.....	309
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	326
FONTES CONSULTADAS.....	336
BIBLIOGRAFIA	340

INTRODUÇÃO GERAL

Um dos principais argumentos de um requerimento enviado ao governo da capitania do Rio Grande de São Pedro, em 1810, era demonstrar (cons)ciência sobre os significados de alianças, acordos e decretos pregressos firmados entre indígenas e autoridades representantes da Coroa espanhola no vice-reino do Prata. Pode parecer confuso que alguém buscasse fazer valer tratativas anteriores estabelecidas com o governo espanhol para proceder à solicitação de qualquer pedido ao governo português, já que ambos governos eram rivais na disputa por terras e vassallos. Mas o documento fora encaminhado por um vassallo que havia sido súdito da Coroa espanhola até o início do século XIX, mas, naquele momento, habitava território sob administração da Coroa portuguesa. O requerente transitou pelas fronteiras entre os domínios portugueses e espanhóis na região do Prata.

A estratégia utilizada no encaminhamento dos papéis foi a de lembrar às autoridades portuguesas a importância dos serviços realizados pelos indígenas para os governos das Coroas ibéricas fatos “que o tempo tem feito esquecer”¹. Com estas palavras que soam como contundentes ao governo da capitania e esclarecedoras aos historiadores, Geronimo Cachú, liderança indígena natural do Povo de Santo Ângelo, alertou sobre o descumprimento de um decreto através do qual ele e sua família haviam sido contemplados com títulos de terra e isenção de pagamento de tributos por representantes da Coroa espanhola. A solicitação pelo reconhecimento do trabalho e das atividades que havia prestado foi documentada por Geronimo, que anexou ao pedido o título de suas terras e o decreto que deveria, mas não estava sendo cumprido.

Através do requerimento ele manifestou, em tom de descontentamento, o fato de “continuar o mesmo vexame”, ou seja, o descumprimento do decreto em desatenção aos “empregos mais honoríficos” em que ele havia servido à Coroa espanhola por mais de vinte anos². Os lugares sociais que ele e outros indígenas ocuparam no desenrolar dos novos rumos políticos que a região fronteiriça vivia, eram também resultados dos serviços, alianças e desacordos entre autoridades coloniais e indígenas. Geronimo fazia parte de uma das vinte e

¹ AHRS. Secretaria de Governo, Maço 3, Requerimento 003-49.

² Idem.

três famílias de indígenas missioneiros liberados do chamado regime de comunidade pelo vice-rei do Prata, o marquês de Avilés, em 1800³. Participou da conquista de sete dos trinta povos missioneiros para a Coroa portuguesa, em 1801, entre eles o Povo de Santo Ângelo. Em 1802, assinou em conjunto com outros cabildantes daquele Povo, pedindo providências ao governador dos sete Povos missioneiros sobre o extravio de uma quantidade considerável de erva-mate por um particular. Mencionou as “injustiças que nos fizemos os espanhóis” e lembrou que “hoje em dia somos vassallos da Rainha de Portugal”⁴. Assim, em 1810, reportava-se ao governo da capitania, e não ao governo de Buenos Aires.

Como Geronimo Cachú, outros índios e índias da região viveram em seu cotidiano as consequências das mudanças políticas que ocorreram nas fronteiras platinas naquelas décadas iniciais do século XIX, atuaram na formação social daquele espaço, constatação esta que, às vezes, o tempo parece fazer esquecer, como lembrou Geronimo. Estratégias semelhantes àquela praticada por ele, no entanto, ao apresentar um conjunto de documentos sobre acordos, conflitos envolvendo posses territoriais e distintos tipos de serviços prestados por indígenas, tem sido cada vez mais utilizadas por um grupo crescente de historiadores interessados em demonstrar a importância de suas ações no passado. Tais estratégias parecem interessantes porque milhares de registros que envolvem as diversas atividades de indígenas naquele período, mesmo que esta não tenha sido a intenção, são capazes de proporcionar outras leituras sobre o passado, onde eles aparecem integrados ao conjunto de agentes que participaram ativamente da formação social, política e econômica no espaço platino em princípios do século XIX. Aqueles eram tempos realmente conturbados. O contexto era de profunda crise das monarquias ibéricas na Europa e surgimento de novos projetos políticos e sociais de formação de Estados na América.

As experiências indígenas fazem parte do processo que Tulio Halperín Donghi compreendeu como a ruralização das bases de poder através, sobretudo, da militarização de

³ Nas reduções jesuíticas, os indígenas dos trinta Povos de Misiones viviam no chamado regime de comunidade, em que dividiam seu tempo de trabalho entre os serviços prestados para si e os serviços prestados para a comunidade. Mesmo após a expulsão dos jesuítas da América espanhola, em 1768, os Povos continuaram praticando o regime até que, em 1800, visando incrementar o comércio e controlar o trânsito dos indígenas pela região, o vice-rei marquês de Avilés liberou algumas famílias, através de um decreto. Veremos isto com mais detalhe do capítulo 1.

⁴ AHRS. Autoridades Militares. Maço 2. **Correspondência a Joaquim Felix da Fonseca**. Santo Ângelo, 4 de julho de 1802.

setores populares afastados dos grandes entornos urbanos⁵. Desde a década em que o historiador argentino escreveu sobre a era das revoluções na região do Prata e o processo de formação de uma elite dirigente, os estudos sobre os movimentos independentistas nas colônias ibéricas tendem a incluir novos atores sociais na cena histórica. As pesquisas sobre a transição de colônias a Estados republicanos nas Américas lusa e espanhola na primeira metade do século XIX contam com publicações que se interessam pelos grupos subalternos e populares. Isto se reflete nos estudos sobre populações indígenas e tem trazido debates produtivos ao aprofundar o conhecimento sobre os processos de independência das ex-colônias⁶. Por isso, esta pesquisa é balizada por amplas referências bibliográficas⁷. De acordo com François Xavier-Guerra, durante aquele contexto, o surgimento de novas identidades políticas vem acompanhado de outras maneiras “de pensar a relação crioulos-indígenas”⁸. De acordo com as informações trazidas pelas fontes analisadas nesta pesquisa, isto também advém da importância do uso dos bens, dos conhecimentos e da mão de obra indígena, empregada em diversas atividades que ora contribuía para alavancar, ora para frustrar os rumos das novas e distintas diretrizes políticas.

Alguns desses agentes fizeram parte das chamadas elites indígenas, como Geronimo Cachú, cujo engajamento político veremos com mais detalhe no capítulo 2, outros

⁵ HALPERÍN DONGHI, Tulio. **Revolución y Guerra, formación de una elite dirigente en la Argentina criolla**. México: Siglo Veintiuno, 1979, 380-385.

⁶Entre os trabalhos sobre os contextos latino-americanos, ver: VAN YOUNG, E. **La otra rebelión. La lucha por la independencia de México, 1810-1821**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2006; BRAGONI, B.; MATA, S. (Comp.). **Entre la colonia y la República. Insurgencias, rebeliones y cultura política en América del Sur**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008; FRADKIN, R. O. **¿Y el pueblo dónde está? Contribuciones para una historia popular de la revolución de independencia en el Río de la Plata**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008; DI MEGLIO, G. **Historia de las clases populares en la Argentina I. Desde 1516 hasta 1880**. Buenos Aires: Sudamericana, 2012.

⁷Entre algumas investigações de síntese latino-americana, pode-se mencionar: BETHELL, L. (Ed). **Historia de América Latina V. 5: La Independencia**. Barcelona: Editorial Crítica, 1991; BETHELL, L. (Ed). **Historia de América Latina V. 6: América Latina Independiente, 1820-1870**. Barcelona: Editorial Crítica, 1991; GUERRA, F. **Modernidad e Independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas**. Madrid: Mapfre, 1992; ANNINO, A; CASTRO L. L.; GUERRA, F. **De los imperios a las naciones**. Zaragoza: Ibercaja, 1994; PIMENTA, J. P. **Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828**. São Paulo: Fapesp/Editora Hucitec, 2002; ANNINO, A; CASTRO L. L.; GUERRA, F. (Coords). **Inventando la Nación. Iberoamérica siglo XIX**. México: FCE, 2003; CHIARAMONTE, J. C.; GRANADOS, A. **Crear la Nación. Los nombres de los países de América Latina**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008; BOSCO, J. **Las independencias iberoamericanas ¿un proceso imaginado?** Bilbao: Universidad del País Vasco, 2009; BERNALDO DE QUIRÓZ, P. G.; ADELMAN, J. [et al.]. **Independencias Iberoamericanas: nuevos problemas y aproximaciones**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.

⁸ XAVIER-GUERRA, F. **A nação na América espanhola: a questão das origens**. Revista Maracanã. Ano I, n. 1, p. 9 – 30, 1999/2000.p. 18.

estabeleceram laços estreitos com os setores mais abastados, como Pablo Arenguatí, como veremos no capítulo 6. A grande maioria integrava camadas menos privilegiadas, econômica e politicamente, como a índia Maria Rosa, personagem do segundo capítulo. Além disso, ao lado de sujeitos que receberam maior destaque na historiografia, como o líder militar missionário Andrés Guacurary e Artigas, como veremos nos capítulos 7 e 8, estiveram outros indígenas e lideranças, sem o apoio dos quais dificilmente teria conseguido alcançar projeção política. Quer dizer, admitir as ações indígenas como oriundas das camadas sociais menos privilegiadas, às quais pertenciam, guarda uma enorme distância de situar suas participações históricas como subalternas.

Nesse sentido, outros aportes teóricos fundamentais para dar suporte a este estudo são um amplo conjunto de trabalhos comprometidos em reavaliar os significados das histórias indígenas. Eles foram responsáveis por uma verdadeira renovação no campo dos estudos históricos e pelo surgimento do que se convencionou chamar nova história indígena⁹. Surgidas nos Estados Unidos há cerca de 40 anos, as pesquisas foram estimuladas por mudanças na noção dos direitos indígenas enquanto direitos históricos, principalmente direitos territoriais. Essas reconfigurações também são oriundas das demandas dos próprios índios e de sua atuação dentro e fora dos movimentos indígenas. Elas provocaram além de inovações práticas, a ruptura de paradigmas teóricos. Trabalhos produzidos, sobretudo, durante as duas últimas décadas contribuíram para ampliar o debate entre a história e a antropologia¹⁰.

⁹ Para citar alguns: AXTELL, J. Ethnohistory: An Historian's Viewpoint. *Ethnohistory*, v. 26, n. 1, p.1-13, 1979; AXTELL, J. *The invasion within: the contest of cultures in Colonial North America*. New York: Oxford University Press, 1985; SPALDING, K. *De índio a campesino: cambios en la estructura social del Peru colonial*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1974. Para um apanhado geral sobre as relações entre os indígenas e as produções historiográficas norte-americanas e brasileira, ver: DORNELLES, S. S.; MELO, K. M. R. S. Sobrevoando histórias: sobre índios e historiadores no Brasil e nos Estados Unidos. *Anos 90*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v.22, n. 41, 2015. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/51319>.

¹⁰ BOCCARA, G. Etnogénesis mapuche: resistencia y restructuración entre los indígenas del Centro-Sur de Chile (siglos XVI-XVIII). *Hispanic American Historical Review*, v. 79:3, 1999; HILL, J. D. (org). *History, power and identity: ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996; OLIVEIRA, J. P. *O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar*. São Paulo. Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988; OLIVEIRA, J. P. Uma Etnologia dos 'Índios Misturados': Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. Rio de Janeiro, *Mana*, v. 4, n.1., abril 1998; OLIVEIRA, J. P. (Org.). *A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena*, Rio de Janeiro, Contra-Capa, 1999; RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1998; SIDER, G. Identity as History, Ethnohistory, Ethnogenesis and

Surgiram renovados discursos acadêmicos e novos enfoques analíticos para uma categoria que, durante muito tempo, foi deixada à margem: a categoria de ‘índio colonial’¹¹. Felizmente, teorias sobre o desaparecimento do indígena ou da essência que supostamente constitui sua cultura não estão mais na ordem do dia, embora tenha sido a partir desses apontamentos que se avançou na questão e foi possível outro entendimento sobre sua participação histórica. O antropólogo Guillaume Boccara analisou os complexos fronteiriços euro-indígenas e repensou as margens americanas a partir (e além) da obra de Nathan Wachtel:

El movimiento de renacimiento indígena, las luchas alrededor de la definición de cultura, las críticas posmodernas a los modelos estructuralista y marxista, así como también la puesta en tela de juicio del paradigma estatal y nacional en un mundo desde ahora vivido y conceptualizado como ‘globalizado’ contribuyeron de manera crucial a la transformación de las perspectivas de estudio en antropología histórica durante las dos últimas décadas. 12

Estudos mais recentes realizados sobre a temática indígena na historiografia ‘regional’ também avançaram consideravelmente, sobretudo na última década¹³. Apesar disso, muitas histórias sobre as atuações de indígenas que circulavam por limites fronteiriços

Ethnocide in the Southeastern United States. **Identities Global Studies in Culture and Power**. New Hampshire, v. 1, 1994; WILDE, G. **Religión y poder en las misiones de guaraníes**. Buenos Aires: SB, 2009.

¹¹ SPALDING, Karen. **Op. Cit.** 1974.

¹² BOCCARA, G. **Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria**. Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas, repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel. Buenos Aires, n. 13, 2005. p. 30. O trabalho de Natan Wachtel trouxe uma grande contribuição aos estudos antropológicos e históricos. Entretanto, em sua obra, o termo *aculturação* concebia o contato com o ‘dominador estrangeiro’ e, no caso da situação colonial, como um evento que intervinha e ameaçava a tradição do ‘dominado’. Esse encontro provocava formas de recusa de imposições por parte dos indígenas ou formas de adaptação a elas. No primeiro caso, se trataria de aculturação imposta; no segundo, de uma aculturação livremente aceita ou espontânea, como o próprio autor nomeou. In: WACHTEL, N. **La vision des vaincus. Les indiens du Péru devant la Conquête Espagnole 1530-1570**. Gallimard, Paris, 1971.

¹³ FAVRE, O. P. **O caso de un pueblo índio: historia del éxodo guaraní-misionero al Uruguay, Bella Unión, San Borja del Yy. Durazno, Tierra Adentro, 2009 [1996]**; GARCIA, E. F. A integração das populações indígenas nos povoados coloniais no Rio Grande de São Pedro: legislação, etnicidade e trabalho. 2003. **Dissertação (Mestrado)** PPGH/UFF, Niterói; NEUMANN, E. S. **O trabalho guarani missioneiro no rio da Prata colonial, 1640-1750**. Porto Alegre: Martins livreiro, 1996; NEUMANN, E. S. Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757. **Revista Complutense de História da América**. Madri, n. 26, 2000; NEUMANN, E. S. Mientras volaban correos por los pueblos: autogoverno e práticas letradas nas Missões Guarani – século XVIII. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 10, n. 22, p. 93-119, jul-dez. 2004; NEUMANN, E. S. Práticas letradas guarani: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII). 2005. **Tese (Doutorado)** PPGH/UFF, Niterói; SIRTORI, B. Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784). 2008. **Dissertação (Mestrado)**. PPGH/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro.

durante o XIX permanecem invisibilizadas. Há muito tempo, as pesquisas históricas sobre eles costumam eleger como recortes temporais os séculos XVI, XVII e XVIII e abordam aspectos genéricos¹⁴. Não obstante tais contribuições historiográficas sejam válidas, geralmente os motes dados às histórias indígenas foram cronológicos e factuais.

Contudo, outras leituras sobre as fontes do período de formação nacional demonstram que as relações que estabeleceram tiveram um largo alcance e ultrapassaram os limites fronteiriços. Sobre este aspecto, há importantes estudos sobre história social que contemplam a participação ativa de indígenas no processo histórico, entre os quais, existe um esforço em promover uma perspectiva histórica comparada entre fronteiras¹⁵, embora o foco comparativo entre colônias, províncias e países ligados à América espanhola ainda predomine. Não obstante, como ressaltou a historiadora Ana Frega:

Conflitos pela apropriação de terras e gados, enfrentamentos étnicos, lutas de facções políticas, formam parte de um mesmo processo de conformação estatal. Processo que não pode restringir-se aos limites territoriais do que seria o Estado Oriental, pois exige seu estudo no marco da região platina e o Brasil, e em seu contexto mundial. 16

Assim, esta pesquisa dialoga com problemas comuns às historiografias argentina, brasileira e uruguaia. Um deles é o entendimento mais claro dos papéis de indígenas no

¹⁴A maior parte das publicações sobre os povos guarani-missioneiros enfoca a segunda metade do século XVIII. Ver: FLORES, M. A transmigração dos guaranis para a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. In: **Gravataí: do êxodo à composição étnica**. Gravataí, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1990; NEIS, R. A Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. In: **Gravataí: história e cultura**. Gravataí, Secretaria Municipal, 1987; LANGER, P. P. **A Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos: A resistência do Guarani-Missioneiro ao processo de dominação do sistema colonial luso (1762-1798)**. Porto Alegre: EST, 1997; LANGER, P. P. **Os Guarani-Missioneiros e o colonialismo luso no Brasil meridional**, projetos civilizatórios e faces da identidade étnica (1750-1798). Porto Alegre, 2005; PORTO, A. **História das Missões Orientais do Uruguai**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943; RUBERT, A. **História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial (1626/1822)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994; SANTOS, C. M. *O índio e a civilização cristã ocidental: a aldeia de Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí*. In: **Gravataí: do êxodo à composição étnica**. Gravataí, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1990.

¹⁵BOCCARA, 1999; 2005; FARBERMAN, J.; RATTO, S. (coord.). **Histórias mestiças em Tucumán colonial e nos pampas (séculos XVII a XIX)**. Buenos Aires: Biblos, 2009; FREGA, A. (Coord.). **Historia Regional e Independencia del Uruguay**. Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011; GANSON, Ba. **The Guaraní under the Spanish Rule in the Río de la Plata**. Stanford: Stanford University Press, 2003. GARAVAGLIA, J. C. **Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830**. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999; HUGARTE, R. P. **Los indios del Uruguay**. Montevideo: Banda Oriental, 2007. OSÓRIO, H. **O Império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

¹⁶ FREGA, Ana. *Op. Cit.* p. 167.

contexto de formação daqueles Estados nacionais¹⁷. Outro, é a percepção de que o uso da mão de obra, das terras e dos conhecimentos indígenas foi um fator decisivo para as reconfigurações políticas e a formação social daqueles espaços. Por último, propõe uma compreensão mais crítica e ampla sobre a atuação indígena para além das fronteiras atuais através da inclusão de suas histórias num contexto mais global, digamos, de trocas econômicas e culturais.

Para compreender melhor tal paisagem é preciso ampliar os horizontes geográficos e alterar as escalas de análise comumente apresentadas pelos mapas históricos. O ponto de partida do olhar interpretativo que busca analisar um período e espaço tão convulsionados são variados referenciais teóricos oriundos da história social¹⁸ e o entendimento de que a atuação de indígenas charruas, guaranis e minuanos face às mudanças advindas com o contexto de formação dos Estados argentino, brasileiro e uruguaio são absolutamente

¹⁷ Este tem sido o mote de estudos recentes de historiadoras e historiadores brasileiros preocupados em inserir os sujeitos indígenas nas narrativas historiográficas sobre períodos posteriores ao marco da independência (1822), e que, portanto, avançam na inclusão das referidas personagens para além do recorte temporal colonial. ALMEIDA, M. R. C. La Cultura Política Indígena Frente a Las Propuestas de Asimilación: un estudio comparativo entre Río de Janeiro y México (siglos XVIII-XIX) apud JONG, I; OHMSTEDE, A. O. (Orgs.). **Las Poblaciones indígenas en la conformación de las naciones y los Estados en la América Latina decimonónica**. México, Michoacán: El Colegio de México/El Colegio de Michoacán, 2016, p. 99-133; ALMEIDA, M. R. C.; ORTELLI, S. (Orgs.). Dossier: Atravesando fronteras. Circulación de población en los márgenes iberoamericanos. Siglos XVI-XIX. **Revista Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, v. X, 2011; COSTA, J. P. **Disciplina e invenção: civilização e cotidiano indígena no Ceará (1812-1820)**. Teresina: EDUFPI, 2015; COSTA, J. P. Na lei e na guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845). 2016. **Tese (Doutorado)**. PPG/IFCH/Unicamp; MOREIRA, V. M. L. Dossiê: Territórios, Espaços e Fronteiras. Vitória, **Dimensões**. Revista de História da Universidade Federal do Espírito Santo, 2002a; MOREIRA, V. M. L. Nem selvagens nem cidadãos: os índios da vila de Nova Almeida e a usurpação de suas terras durante o século XIX. **Revista de História (UFES)**. Vitória, ES, v. 14, n.14, p. 151-168, 2002b; MOREIRA, V. M. L. Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850. **Revista Brasileira de História** (Impresso). São Paulo, v. 22, n.43, p. 153-169, 2002; MOREIRA, V. M. L. Caboclisto, vadiagem e recrutamento militar entre as populações indígenas do Espírito Santo (1822-1875). **Dialogos Latinoamericanos**. Aarhus - Dinamarca, v. 11, p. 94-120, 2005; MOREIRA, V. M. L. Autogoverno e economia moral dos índios: liberdade, territorialidade e trabalho (Espírito Santo, 1798-1845). **Revista de História (USP)**, v. 166, p. 223-243, 2012; MOREIRA, V. M. L. Deslegitimação das diferenças étnica, 'cidanização' e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrária no Brasil e no México na década de 1850. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 4, p. 68-85, 2012c; MOREIRA, V. M. L. Terra, estratégias e direitos indígenas. **Revista Tempos Históricos**, v. 18, p. 30-47, 2014; SPOSITO, F. **Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na Província de São Paulo (1825-1845)**. São Paulo: Alameda, 2012. É necessário deixar claro que apesar da carência de estudos sobre populações indígenas em períodos posteriores ao colonial, certamente ainda há muito a ser descoberto e reinterpretado sobre o que a pesquisadora Karen Spalding (1974) chamou de o *índio colonial*.

¹⁸ Como por exemplo: DAVIS, N. Z. **Nas margens**. São Paulo, Cia. das Letras, 1997; GINZBURG, C. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo, Cia. das Letras, 1987; PERROT, M. **Os Excluídos da História**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.

indispensáveis para compreender a história do espaço fronteiro. Logo, o alargamento do recorte espacial para além dos atuais limites territoriais nacionais, e o jogo de escalas feito através da atuação de personagens tidas como subalternas em tramas que envolvem a ocupação de espaços de poder, também diz respeito ao modo como as experiências dos índios têm sido vistas durante o contexto da era das revoluções. Geralmente entendidos como sujeitos à parte no processo ou como entraves aos projetos de independência, é raro que suas histórias sejam relacionadas mais do que como apêndice às crises das monarquias ibéricas, à emergência de novas propostas de governo e ao desenvolvimento do comércio no princípio do Oitocentos.

Assim, o principal objetivo deste estudo é oferecer uma análise que considera as experiências dos indígenas como centrais para compreender, com mais profundidade, o contexto de formação dos Estados argentino, brasileiro e uruguaio. Indígenas estabeleceram relações sociais dinâmicas, interagiram com outros grupos étnicos e com a sociedade envolvente. Integraram cenários e ocuparam lugares sociais de destaque em projetos próprios dos movimentos que desencadeiam mudanças no tempo, ou seja, próprios do fazer histórico¹⁹. Ao escolher uma zona de fronteira entre impérios espanhol e português, e de formação dos Estados argentino, brasileiro e uruguaio, esta pesquisa põe em confronto diversas linhagens historiográficas, orientadas a partir de temas clássicos da história política, da história regional e nacional, e da história social, para reafirmar o protagonismo indígena e a necessidade de incorporar a experiência indígena à análise histórica. Logo, a proposta é discutir, ao longo dos capítulos, aspectos da atuação de indígenas nas duas primeiras décadas do século XIX relacionando-os a contextos e eventos que estiveram ligados à fase inicial do processo que resultou a independência dos três países. Suas histórias estiveram fortemente relacionadas aos fatores que tornaram a região platina um importante centro de atuação política, militar e comercial na primeira metade do XIX. Os papéis desempenhados pelos sujeitos indígenas e suas experiências históricas naquele período parecem especiais para mostrar que enfoques analíticos com clivagens nacionalistas fazem perder de vista noções integradas sobre os processos históricos. As causas, os efeitos e as motivações de seus atos

¹⁹ Também é necessário enfatizar que o foco primordial desta pesquisa não é dar conta de todos os marcos temporais, eventos, leis e tratados estabelecidos durante o período, e sim, buscar compreender os papéis indígenas diante dos novos projetos políticos.

revelam que sua importância histórica não esteve restrita a espaços limitados de atuação. É preciso lembrar que vários Estados, que não chegaram a ser nacionais, se formaram e se desfizeram no período analisado, como as Províncias Unidas do Rio da Prata e da Liga dos Povos Livres. Tanto estes Estados, como as personagens indígenas, não podem ser considerados ‘intermediários’ nas trajetórias que vão dos vice-reinados coloniais aos Estados nacionais.

As análises e interpretações sobre as atuações indígenas e suas estratégias elaboradas para lidar com as pressões e oportunidades apresentadas ao longo das duas primeiras décadas revolucionárias do século XIX em fronteiras platinas são conduzidas a partir de dois eixos de variáveis com os quais as escolhas indígenas estiveram quase sempre conectadas: terra, gado e mão-de-obra especializada (gente).

Os marcos que organizam os capítulos estão em ordem cronológica e levam em conta revoltas e conflitos que fizeram parte do conjunto dos movimentos emancipacionistas e dos novos acordos políticos entre agentes locais e externos. Na primeira parte, os três primeiros capítulos exploram as atividades e o exercício de políticas indígenas e indigenistas na primeira década do Oitocentos. Os cinco últimos capítulos, que compõem a segunda parte, mantêm o foco no período revolucionário que vai desde a revolução de maio de 1810, que acabou por promover a independência das Províncias Unidas em 1816, passando pela formação de uma série de outros movimentos políticos, como as invasões portuguesa à Banda Oriental (1811 e 1816), a formação da Liga dos Povos Livres (1815) e a invasão da capital da Província de Corrientes em (1818).

Embasada na análise de fontes documentais manuscritas de cunho administrativo e militar existentes em arquivos e institutos históricos do estado do Rio Grande do Sul, das cidades do Rio de Janeiro, de Buenos Aires e Montevideú²⁰, a pesquisa busca demonstrar

²⁰ São eles: Archivo Artigas (AA), Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), Archivo General de la Nación Argentina (AGNA – Buenos Aires), Archivo General de la Nación Uruguaya (AGNU), Arquivo do Itamaraty (AI) Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ) e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS).

que as informações trazidas por esses documentos oficiais são lacunosas e fragmentárias. Mas os vestígios, as incongruências, os rastros e as dissonâncias, que escapam à lógica desses discursos, possibilitam ao historiador encontrar ações, criações e apropriações que os índios forjaram em espaços que, a princípio, denotam apenas o exercício do controle e do poder. É nesse sentido, que o método indiciário proposto por Carlo Ginzburg²¹ e a leitura para além das palavras demonstrada por pesquisadores da temática indígena²² se aplicam a este trabalho. As fontes chegam até historiadoras e historiadores através de vários filtros e para analisá-las é preciso que eles os conheçam, além de estabelecer e fazer uso de seus próprios filtros. O olhar atento e sensível informado por leituras etnológicas se apresenta como uma importante ferramenta ao abordar diferentes tipos de discursos e retóricas encontradas nas fontes. Isso também facilita o cruzamento entre elas. Dessa maneira, ao aproximar e tomar de empréstimo disciplinas e métodos de análise, como é o caso da história e da antropologia; da metodologia da história social e do método etnohistórico²³, possibilita realizar uma releitura dos processos sócio-históricos que as populações indígenas viveram. Desse modo, a problemática que guia a pesquisa está presente nesse conjunto de fontes, no que tange ao modo como a presença e a relevância da participação dos indígenas na formação do espaço platino foram interpretadas.

O primeiro capítulo oferece uma análise sobre a relação entre as mudanças ocorridas nas décadas finais do século XVIII e no limiar do XIX e a reorganização política de espaços territoriais ocupados pelos indígenas. Com a crise dos impérios ibéricos no sul da América, índios dos povos missioneiros criaram oportunidades, tomaram decisões, fizeram escolhas levando em conta o que experimentaram no contato com agentes coloniais e demais habitantes locais da região fronteira.

O segundo capítulo é sobre a conquista de sete dos trinta Povos missioneiros para a Coroa portuguesa em 1801. Durante muito tempo, o empreendimento foi tido como uma iniciativa de particulares em conjunto com autoridades do governo da capitania de São Pedro.

²¹ GINZBURG, C. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p. 170.

²² BROWN, J. S. H.; VIBERT, E. **Reading Beyond Words: contexts for Native American History**. Canada: Broadview Press Ltd, 2003.

²³ Para um breve apanhado sobre definições, relações e problemas de natureza etnohistórica, ver: ROJAS, J. L. **La etnohistoria de América: los indígenas, protagonistas de su historia**. Buenos Aires, SB, 2008.

No entanto, o que as fontes permitem perceber é que as iniciativas dos indígenas, e seu apoio ou recusa aos planos coloniais, foram fundamentais para o desfecho da conquista.

O terceiro capítulo analisa os caminhos pelos quais autoridades militares da região platina alcançaram altas posições políticas a partir, também, da experiência estabelecida com indígenas e do uso de seus bens e sua mão de obra para empreender importantes projetos vinculados ao comércio e ao exercício de cargos públicos.

O quarto e o quinto capítulos focam nos regulamentos, acordos e propostas políticas engendradas levando em conta os papéis e as atividades indígenas para conformá-los após a revolução de Maio em 1810, quando movimentos independentistas tomaram forma e se desdobraram numa série de disputas na região platina.

O sexto e o sétimo analisam as mobilidades sociais experimentadas pelos indígenas durante o movimento artiguista, conhecido como a Liga dos Povos Livres. Charruas, guaranis e minuanos integraram o projeto federalista encabeçado por José Gervásio Artigas²⁴. Entre 1815 e 1820, muitos deles participaram de conflitos resultantes da segunda invasão portuguesa ao Estado Oriental, como ficou conhecida. Mobilizados durante a campanha, deixaram algumas das autoridades políticas da região preocupadíssimas. Andrés Guacurary y Artigas (Andresito), guarani e afilhado de Artigas, era um dos comandantes das forças militares que compunham a Liga dos Povos Livres. O contexto oferece um mote privilegiado para analisar as participações dos índios na prática de planos militares e nas novas reconfigurações políticas.

O oitavo e último capítulo é sobre a invasão da capital de Corrientes por Andresito e seu exército indígena. Em 1818, o líder missioneiro deixou algumas figuras da Província homônima apavoradas ao tomá-la, buscando estabelecer o governo de seu padrinho²⁵. As ações praticadas por Andresito e tantos outros índios e índias provocavam deslocamentos espaciais distintos, que os colocavam em contato com vários outros sujeitos e instâncias de poder, possibilitando relações que constantemente os realocaram na hierarquia social.

²⁴ José Gervásio Artigas foi considerado um caudilho oriental, cujo projeto político entendia que cada comunidade com representação política devia exercer sua soberania particular. In: PRADO, F. A presença luso-brasileira no Rio da Prata e o período cisplatino apud GRIJÓ, L. A.; NEUMANN, E. S. (Orgs.). **Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 82.

²⁵ WILDE, 2009, p. 269.

Por fim, os termos que não pude, ou não considerei apropriado traduzir, mantive em itálico. Os nomes das personagens foram mantidos conforme consta nos documentos. Por exemplo, Andresito ao invés de Andresinho. Os nomes dos lugares foram alterados levando em conta o pertencimento atual. Por exemplo, o Povo missioneiro de San Miguel é hoje São Miguel, município brasileiro que pertence ao estado do Rio do Grande do Sul, embora naqueles tempos apareça nos documentos com as duas grafias. Já o Povo de La Cruz, que permaneceu integrado à administração espanhola e depois argentina, sempre será citado assim e nunca como A Cruz. A palavra Povo, referente aos Povos missioneiros, é sempre grafada com a letra maiúscula para não confundir leitoras e leitores sobre o nome dos povoados indígenas e o substantivo povo. Assim também, os mapas são bastante importantes para situá-los no território sobre o qual se desenvolve a análise e estão na parte final dos capítulos.

PARTE I

GENTE, TERRA E GADO: INDÍGENAS E FRONTEIRAS PLATINAS NO
ALVORECER DO OITOCENTOS

A IMPORTÂNCIA DAS HISTÓRIAS DOS ÍNDIOS PARA ENTENDER O CONTEXTO LOCAL OU UM BREVE PASSEIO POR UMA ‘HISTÓRIA GLOBAL’

As monarquias ibéricas atravessaram crises econômicas e políticas tão fortes ao longo da segunda metade do século XVIII, que o começo do XIX foi marcado pelo ápice do processo que levou aos movimentos pela emancipação das colônias nas Américas. Na região platina, onde as disputas territoriais entre as Coroas espanhola e portuguesa eram seculares, os desdobramentos foram múltiplos. No último quartel do Setecentos, a Coroa espanhola implantou nas colônias americanas as chamadas reformas borbônicas, visando modernizar a burocracia e a defasada economia do reino. A Espanha não possuía recursos econômicos para se industrializar e beneficiar todas as matérias-primas vindas das colônias, tampouco condições políticas e militares para mantê-las sob controle. Por meio da chamada monarquia ilustrada, que, em última instância, era bastante centralizadora, promoveu uma série de medidas fiscais e administrativas. Em 1776, criou o vice-reino do Prata. Antes disso, partes dos atuais territórios argentino, brasileiro e uruguaio integravam o território ainda maior do vice-reino do Peru²⁶. Em 1778, estabeleceu o Regulamento de Comércio Livre, autorizando os portos de Buenos Aires e Montevideú a comercializar com outros portos espanhóis e americanos. Essa mudança contribuiu para deslocar o eixo do comércio via oceano Pacífico para o Atlântico sul, alterando rotas de circulação de mercadorias e a ordem de importância de algumas localidades. O trajeto para Potosí e a prata, enquanto produto responsável pela maior parte da receita dos cofres do vice-reino²⁷, aos poucos perdiam espaço para os produtos da economia ganadeira e para outras rotas através das chamadas províncias litorâneas²⁸ e da Banda Oriental.

Outra medida importante foi a aplicação do regime de intendências, em 1782, que reordenou a administração do território do vice-reino do Prata dividindo-o em oito jurisdições: Paraguai, Salta, Córdoba, Buenos Aires, La Paz, Potosí, Charcas e Cochabamba,

²⁶ Ver mapa da **Figura 1** ao final desta Introdução, p. 36.

²⁷ WENTZEL, C. El comercio del Litoral de los Ríos con Buenos Aires: el área del Paraná, 1783-1821. In: **Anuario IHES**, 3, 1998, Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Buenos Aires, p. 161-210.

²⁸ As províncias litorâneas do vice-reino do Prata são Corrientes, Entre-Ríos e Santa-Fé. O ‘litoral’ faz referência às orlas dos rios Paraguai e Uruguai, sendo que este último deságua no ‘mar del Plata’. O nome da província de Entre-Ríos faz referência expressa à mesopotâmia entre esses dois rios, onde se localiza.

as últimas quatro localizadas no Alto Peru²⁹. A Banda Oriental, atual Uruguai, era parte do vice-reino, mas devido à sua condição fronteiriça, possuía maior grau de autonomia em relação às intendências.³⁰ A Real Ordenança dos Intendentes também acabou com os chamados *repartimientos* e trocou os corregedores e alcaides-maiores por intendentes, assistidos por subdelegados nos *pueblos de indios*. Também introduziu funcionários assalariados e garantiu, segundo John Linch (2009), “aos índios o direito de trabalhar e comerciar da forma como eles desejassem”³¹.

Todas essas medidas, que tinham por objetivo fortalecer o poder monárquico, acabaram por expor, na prática, as deficiências estruturais da metrópole e contribuir para que a região platina se tornasse um importante centro de comércio transatlântico com relativo grau de autonomia. As políticas expansionistas de Portugal sobre o Atlântico sul, bem como a crise da monarquia portuguesa, também reorientaram a atenção de potências como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos para a região fronteiriça, outrora considerada marginal. Não apenas os impérios estrangeiros passaram a vê-la como ponto político, militar e comercial estratégico, mas também os representantes das metrópoles nas colônias. De um lado, espanhóis e *criollos* ciosos da manutenção da posição de poder da Espanha, bem como de seus cargos, trataram de promover as mudanças administrativas e fiscais propostas pelas reformas borbônicas; de outro, portugueses seguiram com suas pretensões de conquistar mais vassalos e estender suas possessões ultramarinas. Assim, praticamente ao mesmo tempo em que as reformas borbônicas criavam o vice-reino do Prata (em 1776) e estabeleciam o Regulamento de Comércio Livre (em 1778), as potências ibéricas buscavam resolver a complicada questão dos limites territoriais através do Tratado de Santo Ildefonso, cujo acordo preliminar foi firmado em outubro de 1777. A França e a Inglaterra intermediaram este acordo através do qual contemplariam seus interesses políticos e comerciais com a paz entre Portugal e Espanha.

²⁹ Ver mapa da **Figura 1** ao final desta Introdução, p. 36.

³⁰ Isso também ocorreu em outras regiões de fronteira com o Império português como Misiones, Mojos e Chiquitos. TERNAVASIO, M. **Historia de la Argentina, 1806-1852**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013, p. 18.

³¹ LINCH, J. As origens da independência da América Espanhola apud BETHELL, L. (org). **História da América Latina: da independência a 1870**, volume III, 1. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 26.

Conforme com tal tratado, a navegação dos rios da Prata e Uruguai, assim como dos terrenos de suas margens setentrionais e meridionais, pertenceriam à Espanha. Seguindo o curso do rio Uruguai até onde desembocasse em seu primeiro afluente ocidental, ao norte; continuando até o encontro do arroio Chuí com o mar, ao sul, as possessões seriam espanholas. As terras adjacentes à entrada da laguna dos Patos em Rio Grande até os limites com rios como Jacuí, Ibucuí e Piratini pertenceriam a Portugal³². Esses limites estavam ainda muito mal definidos, e era preciso que as Coroas conduzissem e fizessem executar, em conjunto, os trabalhos que estabeleceriam as divisas territoriais. Para tanto, o tratado também previa a designação de comissões demarcadoras que seriam responsáveis por averiguar as divisas naturais e definir os locais para a construção de marcos onde tais divisas não existissem. A fim de evitar eventuais desacordos entre Portugal e Espanha até que os trabalhos das comissões fossem concluídos, o tratado estabeleceu uma faixa de terra chamada *campos neutrais*³³, sob a qual não haveria jurisdição de nenhuma das partes. Territórios pertencentes a alguns povos e estâncias missioneiras faziam parte da área em litígio e integravam os campos neutrais. Entretanto, o conjunto do que se pode entender como um território missioneiro era bem mais extenso e os interesses em governá-lo e ter jurisdição sobre ele estavam bem ajustados às reformas borbônicas e às políticas expansionistas de Portugal.

As 30 reduções jesuíticas conhecidas como 30 povos das missões faziam parte do vice-reino do Prata e eram divididas em cinco departamentos: Concepción, São Miguel, Yapejú, Candelária e Santiago. Depois da criação do vice-reino do Prata, os três primeiros ficaram sob a administração de Buenos Aires e os dois últimos do Paraguai. Nos 30 povos, os índios viviam no chamado regime de comunidade, segundo o qual trabalhavam para a comunidade e para si³⁴. Os produtos do trabalho coletivo eram gerenciados pelo cabildo e pelos administradores dos povos. Os excedentes eram comercializados em Buenos Aires.

³² Harvard College Library. Fund for a Professorship of Latin-American History and Economics. **Tratado preliminar sobre os limites de los países pertenecientes en America Meridional a las Coronas de España y Portugal** ajustado y concluido entre El Rey N. S. y La Reina Fidelisima, y ratificado por S. M. em San Lorenzo el Real a 11 de octubre de 1777 en el cual se dispone y estipula por donde há de correr la linea divisoria de unos y otros dominios, que depues se deberá fixar y prescribir determinadamente en un tratado definitivo de limites. En Madrid. En la Imprenta Real de la Gazeta. Año de MDCCLXXVII. 1913. p. 8-11.

³³ AMARAL, A. F. **Os campos neutrais**. Porto Alegre: Planus, 1972.

³⁴ MAEDER, E. J. A. **Misiones del Paraguay: Conflictos y disolución de la sociedad guarani (1768-1850)**. Madri: Mafre, 1992, p. 17-40.

Embora o vínculo com a comunidade de origem através do trabalho coletivo e do sedentarismo oferecesse certa segurança aos índios, o regime de comunidade também os privava de circular livremente e de gozar de autonomia para empregar sua força de trabalho³⁵.

Atentos às investidas portuguesas de anexar territórios e súditos, desde períodos anteriores ao tratado de 1777 e intensificados após seu estabelecimento, as autoridades espanholas procuraram promover uma interação mais direta entre os índios missionários e a sociedade envolvente. Em 1800, o vice-rei marquês de Avilés liberou alguns índios do chamado regime de comunidade através de um decreto. Dos 42.885 índios contabilizados nos povos na época, 6.212 foram liberados do regime de comunidade, significando 14,48% dos índios³⁶. Não se sabe ao certo os critérios empregados para escolher as 323 famílias que foram liberadas até maio de 1800, quando o vice-rei deixou seu cargo. Mas, pode-se dizer que eles geraram muitas confusões.

Uma delas é que o decreto não contemplava a família guarani nos termos indígenas, mas dizia respeito ao modelo de família nuclear ocidental. Assim, pessoas que integravam uma família nuclear guarani, mais extensa que a ocidental, poderiam não ser liberadas. O contrário também poderia ocorrer, quando, apesar do parentesco de primeiro grau com uma família, indivíduos faziam parte de outra. Isso pode ser um indicativo do por que alguns preferiram não integrar o regime de comunidade, também pelo fato de que após a expulsão dos jesuítas, em 1768, a administração dos povos ficou ainda mais comprometida pelas dificuldades administrativas oriundas da substituição dos missionários³⁷. Aqueles que foram escolhidos para seguir com as atividades não conheciam a contento a organização do sistema comunal, tampouco possuíam experiência com os índios. Isso pode ter contribuído para que índios optassem por ser liberados ao invés de permanecer nos povos. O decreto determinava que as 323 famílias deviam trabalhar apenas para seu sustento, sendo que no primeiro ano de liberação, a comunidade de origem garantiria sua subsistência. O vice-rei imaginava que o exemplo das famílias liberadas serviria de estímulo para outras e disponibilizaria mão de obra especializada. De acordo com a historiadora Barbara Ganson, entre os anos de 1768 e 1772,

³⁵ GARCIA, E. F. Dimensões da liberdade indígena: missões do Paraguai, séculos XVII-XVIII. **Revista Tempo**. Dossiê “Missões na América ibérica: dimensões políticas e religiosas”. Rio de Janeiro, v. 19, n. 35, p. 83-95, 2013.

³⁶ LASTARRIA, M. Colonias orientales del Río Paraguay o de la Plata apud WILDE, 2009, p. 271.

³⁷ Os jesuítas foram expulsos das dependências portuguesas em 1759 e das espanholas em 1768.

houve um aumento substancial de migração para o interior do Rio da Prata e para o sul do que hoje é o Brasil. Os trinta Povos missioneiros contavam com 88.864 habitantes em 1768 e com 80.956 em 1772. Em 1801, o total da população caiu para 45.639, o que significou uma queda populacional aproximada de 35.31 ou 43.62 por cento, levando em conta as variações regionais³⁸.

Os principais objetivos de Avilés, no entanto, eram estimular o comércio platino através do trabalho dos missioneiros e promover políticas de homogeneização e unificação territorial. A liberação dos 30 povos visava uma maior interação entre os vassallos e, por conseguinte, o aplacamento da segregação imposta pelo regime de comunidade. Ao mesmo tempo, facilitava, na teoria, o controle de uma população bastante heterogênea circulando por grandes extensões territoriais que estavam em constante litígio. Na prática, tais mudanças criaram mais um problema de ordem jurisdicional, além de serem em parte ineficientes no controle da circulação dos índios: embora os 30 povos dependessem de duas jurisdições, a de Buenos Aires e a do Paraguai, as Missões formavam um só governo³⁹. Assim, as dificuldades na atribuição de poderes políticos e militares às autoridades missioneiras persistiam desde 1784, quando o Regulamento de 1782 começou a ser colocado em execução. Todas essas novas configurações políticas ocorridas ao longo do último terço do Setecentos afetaram diretamente as populações indígenas da região fronteiriça.

E para completar, no limiar do século XIX, em virtude dos conflitos entre Inglaterra e França, a Espanha declarou guerra a Portugal. A chamada guerra das Laranjas foi o desdobramento mais imediato da medida diplomática da Espanha para cumprir um acordo com a França, de quem era aliada. O acordo entre franceses e espanhóis estabelecia que caso Portugal não rompesse a aliança com a Inglaterra, seria invadido pela Espanha. As condições para estabelecer a paz eram fechar os portos portugueses para os produtos ingleses e abri-los para os navios espanhóis e franceses⁴⁰. Na Europa, as coroas ibéricas não levaram o conflito aos extremos, e os combates duraram pouco tempo. Na América, a declaração de guerra teve consequências mais significativas.

³⁸ GANSON, 2003, p. 126-127.

³⁹ MAEDER, 1992, p. 30.

⁴⁰ VENTURA, A. **A Guerra das Laranjas, 1801**. Lisboa: Academia Portuguesa de História, Guerras e Campanhas Militares, 2008.

A conquista de 1801, ou *a conquista dos sete povos*, como o conflito ficou conhecido no Brasil, envolveu a participação de índios, autoridades a serviço das Coroas ibéricas e particulares na disputa estabelecida nas fronteiras platinas. A ‘conquista’ ocasionou a passagem de sete dos trinta povos dos domínios da Espanha para os domínios de Portugal e é o evento central para analisar as ações dos índios nesta primeira parte da tese. Porém, é preciso levar em conta acontecimentos anteriores que fazem parte de todo um processo de disputa por vassallos, territórios e bens.

Após um período de relativa paz entre os impérios ibéricos, o conflito e a perda sofrida pela Coroa espanhola ainda voltariam a suscitar questões referentes aos limites fronteiriços por um bom tempo. A necessidade de reorganizar os povos era constante em meio às pautas políticas das primeiras décadas do Oitocentos. Houve tentativas de recuperar os súditos e os territórios perdidos, mesmo após a declaração de paz entre os vice-reinos do Brasil e do Prata, em dezembro de 1801. Outras mudanças foram propostas em 1803 (através de outra Real Cédula)⁴¹, que veremos com mais detalhe no capítulo 3. Elas diziam respeito às *encomiendas*, à liberdade dos índios e à reunião dos 30 povos. Apesar disso, as Missões continuaram divididas: Concepción e Yapejú sob jurisdição de Buenos Aires, com 10 povos; São Miguel sob jurisdição do Brasil, com 7 povos (incluindo São Borja, que pertencia ao departamento de Yapejú); e Candelária e Santiago, sob jurisdição paraguaia, com 13 povos. Até aqui, diante deste breve apanhado, que oferece um panorama geral dos contextos locais e globais ligados aos projetos políticos para estabelecer fronteiras, é possível perceber que, longe de serem acontecimentos desconectados, a conquista de 1801 e as tratativas anteriores e posteriores também dizem respeito à circulação e ao controle dos índios, bem como ao uso de sua mão-obra e de suas propriedades como ferramentas para estimular o comércio e definir limites territoriais.

O contexto anterior à liberação dos trinta povos do regime de comunidade é tema do capítulo 1; a conquista de sete dos trinta povos para a Coroa portuguesa é o do capítulo 2, e os projetos para a defesa da fronteira por parte da Coroa espanhola são o mote do capítulo 3. Tais eventos costumam ser analisados como se fossem separados e independentes, e como se os indígenas pouco tivessem participado do curso desses acontecimentos. Ao longo da

⁴¹ MAEDER, 1992, p. 33.

primeira parte da tese veremos que tais conflitos se deram em função de uma longa disputa por *gente, terra e gado*, da qual charruas, guaranis e minuanos participaram ativamente.

Figura 1: Mapa de toda la América hispana luego de las reformas administrativas de los Borbones.



Fonte: TERNAVASIO, M. *História da Argentina, 1806-1852*.
Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013, p. 19.

CAPÍTULO 1 – ATUAÇÕES INDÍGENAS NA VIRADA DO SETECENTOS PARA O OITOCENTOS (OU OS ANTECEDENTES DA CONQUISTA DE 1801)

1.1 – Entre textos e pretextos, o contexto para as atuações indígenas

Em 1789, autoridades do governo do vice-reino do Prata elaboraram um documento que procurava informar às instâncias superiores a quantas andava o cumprimento do tratado de Santo Ildefonso (1777) e o trabalho das comissões demarcadoras para estabelecer a linha divisória entre os limites espanhóis e portugueses⁴². A espessura do maço já indicava que o conteúdo não era assunto de fácil consenso e resolução. Embora o primeiro artigo do tratado de Santo Ildefonso mencione “o esquecimento total do passado”⁴³ e o apagamento das ‘ofensas recíprocas’ que houvessem feito uma à outra as nações de Portugal e Espanha, o “Extrato das ocorrências e estado da demarcação dos artigos 3 e 4 do tratado preliminar do ano de 1777” começava recorrendo ao passado. Pontuava que, desde que portugueses e espanhóis se estabeleceram na América meridional, houve disputas sobre territórios dos quais “ambas nações queriam apropriar-se exclusivamente desde 1549” e que para acabar com as contendas em torno das pretensões à propriedade exclusiva “se fizeram vários tratados em diferentes tempos, que nunca tiveram efeito”⁴⁴. O último deles era o referido tratado de Santo Ildefonso. De acordo com o historiador Rico Bodelón, “*uma ocupação permanente por parte da Espanha em 1777 apresentava tremendas dificuldades, tantas que, inclusive, teria sido mais factível que este domínio houvesse sido efetivo muito tempo atrás, concretamente durante o século XVI*”⁴⁵.

Antes do tratado de Santo Ildefonso, os lusitanos buscaram incorporar territórios espanhóis às suas possessões através do tratado de Madri, em 1750. Uma série de conflitos foi desencadeada, envolvendo negociações nas quais os indígenas guaranis das missões

⁴² AGNA. Sala IX. 04-04-01. **Extracto de las ocurrencias y estado de la demarcación de los artículos 3 y 4 del tratado preliminar del año de 1777**, 1789 e 1794; doravante citado como Extracto.

⁴³ Harvard College Library. Fund for a Professorship of Latin-American History and Economics. **Tratado preliminar sobre os limites de los países pertenecientes en America Meridional a las Coronas de España y Portugal (...)**. 1913, p. 6.

⁴⁴ AGNA. Sala IX. 04-04-01. **Extracto**.

⁴⁵ RICO BODELÓN, O. La ocupación española de Santa catarina (1777-1778): una isla brasileña para Carlos III. 2013. 844 p. **Tese (Doutorado)** - Universidad de Salamanca. Espanha. Arquivo digital. p. 56-57.

orientais do Uruguai estiveram envolvidos de maneira crucial. Tais indígenas eram disputados pelas Coroas, assim como o território que ocupavam. Portugal e Espanha estabeleceram que a colônia de Sacramento faria parte das possessões espanholas em troca dos sete Povos das missões orientais do Uruguai, que passariam ao domínio dos portugueses. Os indígenas se negaram a fazer parte do acordo e a transmigrarem, pois não haviam sido consultados sobre o tratado. Nesse contexto, os indígenas travaram um conflito contra as Coroas ibéricas, que ficou conhecido como Guerra Guaranítica (1754-1756), durante o qual eles foram alvo de disputa entre as Coroas, que sabiam da importância de manter alianças e buscar novos súditos que lhes garantissem a posse do território.

Em decorrência da assinatura do Tratado de Madri, políticas assimilacionistas começaram a ser elaboradas com base em documentos e diretrizes diversas. Conforme apontou Elisa Garcia, historiadoras identificaram suas origens no Regimento da Missões, elaborado pelo padre Vieira, no reformismo ilustrado da política portuguesa e nas obras de juristas espanhóis⁴⁶. Medidas que intencionavam assimilar as populações indígenas à sociedade colonial foram reunidas num documento legislativo intitulado *Diretório que se deve observar nas povoações de índios do Pará e Maranhão enquanto sua majestade não mandar o contrário*⁴⁷, publicado no ano de 1757. Assinado em 1758, o Diretório dos Índios era um conjunto de normas e instruções, que regulavam, basicamente, cinco aspectos a serem administrados nos aldeamentos. Exponho de maneira sucinta a ordem de prioridade destes aspectos, conforme classificação de Rita Heloísa de Almeida: a questão da civilização dos índios, assuntos relativos à economia, à tributação, ao comércio e à distribuição da força de trabalho indígena. No Diretório, 16 artigos são referentes à civilização; 8 à economia; 8 à fiscalização e tributação; 23 ao comércio; 14 à distribuição da força de trabalho do índio. Um número maior de artigos se destina à causa comercial (23), mesmo sem levarmos em consideração que igualmente mercantis são aqueles outros 30 artigos que tratam da economia, da fiscalização e tributação, e por fim da distribuição da mão-de-obra indígena⁴⁸.

⁴⁶ GARCIA, Elisa F. **Op. Cit.** p. 114, nota 1.

⁴⁷ ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios. Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII.** Brasília: Editora UnB, 1997.

⁴⁸ IDEM, p. 63-93.

Apesar da divisão teórica, todos estes aspectos estão imbricados e se inserem num âmbito mais complexo, qual seja o das relações sócio-culturais.

Em 1757, quando o *Diretório* foi assinado, cerca de 700 famílias de índios missioneiros foram trazidas por Gomes Freire de Andrada e arranchadas nos arredores de Rio Pardo, na aldeia denominada São Nicolau do Rio Pardo⁴⁹. Em sucessivas levas migratórias, outras famílias foramEm virtude da política pombalina de assApós a expulsão dos jesuítas em 1759, a ‘administração’ dos índios passou a ser secular e as mudanças na vida dos aldeados foram muitas. Com isso, uma das preocupações centrais do governo português, principalmente durante a década de 1760, era constituir aldeias em locais estratégicos, tanto do ponto de vista geopolítico, quanto econômico.

Dos cinco aldeamentos guarani-missioneiros fundados em território luso por ocasião de vários fluxos migratórios, São Nicolau do Rio Pardo parecia ser o ponto de partida e chegada para os demais. Dele foram transferidas as populações indígenas que formaram os aldeamentos de Santo Antônio da Patrulha e de Nossa Senhora dos Anjos; assim como também recebeu os indígenas dos aldeamentos que se mantiveram por pouco tempo, como o de Nossa Senhora da Conceição do Estreito e provavelmente São Nicolau do Rio Pardo do Jacuí. São Nicolau do Rio Pardo foi o primeiro aldeamento de origem guarani-missioneira do Continente constituído nos moldes que remetem aos da política assimilacionista do marquês de Pombal e o último a se dismantelar. A política de assimilação dos indígenas previa a eliminação de quaisquer diferenças entre ‘brancos’ e ‘índios’. De acordo com ela, a integração dos indígenas só seria possível se eles fossem civilizados de acordo com os hábitos, costumes religiosos e culturais dos portugueses.

Ao longo do Extrato, autoridades coloniais espanholas expuseram dificuldades variadas acerca do empreendimento de natureza assimilacionista. Num conveniente tom de desesperança sobre o sucesso das negociações e de acusações aos portugueses na demora em estabelecer “a raia que há de dividir ambos domínios”, afirmaram que algumas linhas divisórias deveriam permanecer “indecisas”, excetuando “as únicas que se cedem à

⁴⁹ MELO, Karina M. R. S. A Aldeia de São Nicolau do Rio Pardo no Oitocentos: histórias vividas por índios guaranis (séculos XVIII-XIX). 2011. 167 p. **Dissertação (Mestrado)** - PPGH/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Espanha”. Queixaram-se do atraso da corte de Lisboa em nomear seus funcionários para atuar nas comissões demarcadoras. Os comissários espanhóis teriam sido nomeados em 1778, ao passo que os portugueses o teriam feito apenas em 1783. Nesse intervalo de cinco anos, os primeiros teriam ficado de mãos atadas, à espera dos segundos para darem início aos trabalhos. Enfatizaram que desde as primeiras conferências, os portugueses já teriam manifestado a intenção de exceder para oeste os limites estipulados pelo tratado.

A troca de acusações a esse respeito não era unilateral e vinha de alguns anos anteriores à formulação do Extrato, que possui documentos datados de 1789 e 1794⁵⁰. Em 1783, por exemplo, o secretário de Estado da Marinha e Ultramar de Portugal escreveu em resposta ao ofício de um certo cavaleiro Caamaño que “*esta Corte nunca teve o menor embaraço em dar princípio a tão importante obra*”⁵¹. Martinho de Mello e Castro assegurou que além do primeiro comissário, que se encontrava no Continente de São Pedro desde 1781, exercendo o cargo de governador, os demais oficiais da partida portuguesa embarcaram de Lisboa junto com os oficiais espanhóis quando a Corte de Madri os enviara, em 1782. De acordo com o secretário, estava registrado em cartas do vice-rei do Brasil que os oficiais designados por ambas as nações chegaram ao Rio de Janeiro e seguiram para o Rio Grande e para o Rio da Prata.

Todavia, a questão mais relevante não é sobre quem teria ou não razão nas trocas de acusações, afinal, os representantes das Coroas buscavam conduzir as negociações contrabalaneando os interesses do poder colonial e os seus próprios de maneira que lhes rendesse maior benefício e menor prejuízo. E esta não era uma operação simples. O mais importante é que isto requereu estratégias retóricas e práticas, cuja intenção era não deixar claro na documentação que um acordo contemplando as Coroas ibéricas e os interesses de particulares pressupunha a perda de direitos, bens e territórios indígenas. E, mesmo considerando a desigualdade nas relações sociais, não é possível considerar que os indígenas estivessem dispostos a consentir na apropriação exclusiva de terras, recursos e pessoas nos lugares onde habitavam. É certo que informações que conduzem a essa compreensão podem

⁵⁰ No mapa da figura 2, localizado ao final deste capítulo, pode-se depreender a dificuldade das monarquias ibéricas em estabelecer limites em seus domínios.

⁵¹ ANTT. Negócios Estrangeiros. Caixa 428. Mafra, 20 de setembro de 1783 apud CAMARGO, F. **O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional**. Passo Fundo: Clio, 2001, p. 240.

ser de difícil alcance para os pesquisadores dependendo do método utilizado para ler as fontes, entre outros fatores. Entretanto, os vestígios, as incongruências, os rastros e as dissonâncias que escapam à lógica dos discursos possibilitam aos historiadores encontrarem ações, criações e apropriações que os índios forjaram em espaços que, a princípio, denotam apenas o exercício do controle e do poder⁵². No caso da documentação consultada, as incongruências são o maior sinal da complexidade que envolve o contexto e, concomitantemente, oferecem pistas valiosas sobre os papéis dos índios na trama social.

Nesse sentido, se por um lado, consta nos registros que uma das maiores dificuldades em estabelecer as raias divisórias residia nas dúvidas geradas pela falta de consenso em relação à localização de referências geográficas; por outro, é esclarecedor observar que as cabeceiras do rio Negro, os ervais dos povos de São João e São Lourenço, as vertentes do rio Jacuí, o forte de São Miguel, o rio Pepirí, a barra do rio Uruguai e as guardas de San Martín e de Santa Tecla, eram todos lugares conhecidos e habitados pelos índios. Dito em outras palavras, os índios ocupavam, circulavam e dominavam conhecimentos sobre um espaço cujo mapeamento era ponto de controvérsia para o estabelecimento de limites territoriais entre colônias da Espanha e Portugal. Logo, não era sem propósito que ocorriam os maiores embates em torno do que parecia ser um mero detalhe para dar andamento ao trabalho das comissões. As coordenadas geográficas do rio Pepirí, Pequirí ou Peperi-guaçú⁵³, por exemplo, eram tema do artigo 3 do Tratado de Santo Ildefonso, cujo trecho diz o seguinte:

(...) dita navegação entre os rios da Prata e Uruguai e os terrenos de suas duas bandas setentrional e meridional pertençam privativamente à Coroa da Espanha e seus súditos, até onde desemboca o mesmo Uruguai por sua ribeira ocidental, o rio Pequirí ou Peperi-guaçú⁵⁴.

Como consta do Extrato, estando incerto sobre a localização do rio Pepirí, um comissário português recorreu aos préstimos de um ‘vaqueano’. Recebido o parecer, o comissário mobilizou outra diligência em virtude de “recear pudesse não ser o Pepirí o que

⁵² GINZBURG, 1999, p. 170.

⁵³ Nas fontes consultadas, as grafias para este rio aparecem dessas três maneiras. Adoto Pepirí que aparece com mais frequência.

⁵⁴ Harvard College Library. Fund for a Professorship of Latin-American History and Economics. **Tratado preliminar sobre os limites de los países pertenecientes en America Meridional a las Coronas de España y Portugal (...)**. 1913, p. 8.

havia dito o vaqueano assim por não acomodar-se em sua latitude e posição com a que lhe dá o citado mapa [que] era o que haviam dado as Cortes, como porque *depois de tantos anos* podia aquele estar esquecido do terreno e rios”⁵⁵. Como a situação descrita aponta, o rio Pepirí era, para o vaqueano, um conhecido de longa data. Apesar de cogitar um possível esquecimento da parte daquele a quem pediu auxílio, o oficial português tomou a informação como certa, já que era favorável aos propósitos de demarcação da comissão que liderava. Isso não se deu sem os protestos do comissário espanhol da mesma partida, para quem o trabalho de reconhecimento do vaqueano contrariava o mapa enviado pelas Cortes “e o plano que estas aprovaram: este mapa merece mais crédito e fé que o índio prático que havia estado uma só vez naquelas paragens”. O vaqueano era o índio prático que localizou o rio que os comissários nem sabiam onde estava. Decerto, “há uma série de ironias na história evolutiva da criação de gado na fronteira oeste e o problema mais geral do passado, presente, e futuro da população rural”⁵⁶.

A solicitação da comissão espanhola de passar uma parte da linha divisória por um monte “espesso e fragoso” localizado junto ao rio Uruguai e segui-la pelo curso deste rio até que ele se encontrasse com o Pepirí, também não foi bem aceita pelo comissário português. A intenção dessa partida demarcatória, esclareceu a comissão espanhola, era a de “cumprir à letra o artigo 4” que prescrevia que “os estabelecimentos e missões espanholas do Uruguai se hão de ficar no atual estado em que pertencem à Coroa da Espanha”⁵⁷. O artigo 4 do Tratado de Santo Ildefonso buscava definir as posses privativas de Portugal na parte meridional e ditava que:

(...) a entrada da Lagoa dos Patos, ou Rio Grande de São Pedro, seguindo depois por suas vertentes até o rio Jacuí, cujas duas bandas e navegação tem pretendido pertencê-las ambas as Coroas, se tem convencido agora que em dita navegação e entrada ficam privativamente para Portugal⁵⁸.

⁵⁵ AGNA. Sala IX. 04-04-01. **Extracto (...) 1777, 1789 e 1794.**

⁵⁶ É instigante perceber as semelhanças entre as histórias da expansão para o oeste nos Estados Unidos e o estabelecimento das fronteiras na América do Sul. Para Peter Iverson, professor de história na Universidade de Oklahoma, autor e editor de vários livros sobre histórias de indígenas norte-americanos, certas dimensões dessas questões raramente têm sido observadas. IVERSON, P. **When Indians became cowboys: native peoples and cattle ranching in the American West.** Norman and London: The University of Oklahoma Press, 1994, p. 9.

⁵⁷ AGNA. Sala IX. 04-04-01. **Extracto (...) 1777, 1789 e 1794.**

⁵⁸ Harvard College Library. Fund for a Professorship of Latin-American History and Economics. **Tratado preliminar sobre os limites de los países pertenecientes en America Meridional a las Coronas de España y Portugal (...).** 1913. p. 10.

Antes de mais nada, as discordâncias em relação à localização do rio Pepirí diziam respeito ao direito de possuir as estâncias e os estabelecimentos dos povos missioneiros situados a leste do rio Uruguai. Se ao invés de passar pelos montes sugeridos pela comissão espanhola, a linha seguisse pelas coxilhas apontadas pela comissão portuguesa, os domínios da Espanha “perderiam as estâncias e ervais dos povos de São Lourenço e São João e outras que as tem nos galhos do Jacuí e ao leste deles”. Isso violaria o artigo 16 do tratado de Santo Ildefonso que ditava – enfatizou a comissão espanhola, – que as disputas não poderiam prejudicar “os cultivos, minas ou pastos que atualmente possuam e que não são cedidos por este tratado em benefício da linha divisória”⁵⁹.

O comissário português, que parecia estar tão empenhado em cumprir à risca os artigos do tratado quanto o comissário espanhol, “contestou que a pobreza dos índios pende de sua má constituição, que melhorando-a enriqueceriam, ainda que cedam os terrenos que possuem a leste da coxilha geral e nas vertentes do Jacuí”⁶⁰. Enquanto utilizavam o Extrato para expor queixas e acusações no que mais parecia ser um interminável libelo entre as Coroas, os responsáveis pela elaboração do registro também demonstravam a vultuosidade que tomava a concorrência pela riqueza dos índios. Apesar de o propósito da fonte ser outro, completamente distinto, seu conteúdo acaba por revelar que interesses indígenas também estavam em jogo na disputa pela demarcação de limites. Ao considerar a posição do oficial português estranha, e ponderar que os índios não deveriam abandonar os terrenos “se os possuem legitimamente”, o comissário espanhol lembrava que eles “até tem perdido desde o ano de 1750; o terreno que ocupa a vila de rio Pardo foi estância das Missões, que tiveram que abandonar por haver se estabelecido neles os portugueses”. Alguns indígenas abandonaram aquelas terras em 1750, em função dos desacordos resultantes da demarcação do tratado de Madri, mas retornaram nos anos de 1757 e 1758. Através de negociações feitas com Gomes Freire de Andrade, se estabeleceram em São Nicolau do Rio Pardo e fundaram o aldeamento mais longo de que se tem notícia na história da região⁶¹.

⁵⁹ AGNA. Sala IX. 04-04-01. **Extracto (...)** 1777, 1789 e 1794.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ MELO, K. M. R. S. A Aldeia de São Nicolau do Rio Pardo no Oitocentos: histórias vividas por índios guaranis (séculos XVIII-XIX). 2011. 167 p. **Dissertação (Mestrado)** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Ao longo do Extrato se conserva um mesmo matiz que direciona as perspectivas a partir dos interesses da Coroa da Espanha, já que se trata de uma espécie de dossiê escrito nos gabinetes de Buenos Aires. Faz-se uso de um e outro “documento irrefragável com as palavras mais expressivas e de legalidade autêntica”⁶², demanda-se tomada de posições diplomáticas por distintas autoridades, como o embaixador de Lisboa e o ministro plenipotenciário da Espanha, e acionam-se discursos enviesados para oferecer o que se considera uma “explicação [que] é genuína e literal: as missões são as aldeias ou povos, e os estabelecimentos, currais ou estâncias, os postos, ervais e etc.”. A partir da reunião de argumentos nem sempre coerentes, chega-se a uma razão pela qual o traçado da linha divisória não poderia acarretar que ficassem “os povos do departamento de São Miguel privados de seus respectivos ervais” ou que “São Lourenço e São João perde[ssem] seus *terrenos* em que mantêm seus *gados* desde *tempo imemorial*”⁶³. Ou seja, claramente a disputa sobre a posse da terra e do gado envolvia os territórios habitados pelos indígenas e seus bens.

As partidas demarcatórias realizavam seus trabalhos em territórios indígenas e boa parte das raias que tentavam estabelecer passaria sobre eles. Mas esses territórios não eram habitados exclusivamente por índios missioneiros, embora fossem a maioria. Havia funcionários coloniais que residiam nos povos. Além disso, atividades de comércio ilícito de gado, couro e cavalos praticadas por portugueses, espanhóis e os chamados índios infieis (neste caso, charruas e minuanos) ocorriam naquelas paragens, que eram consideradas parte integrante dos domínios da Espanha. Entretanto, ao conduzir a execução de mais um tratado para traçar divisas e garantir que os vassallos, as terras, os bens e os recursos naturais circunscritos aos povos de missões continuassem a ser de domínio da monarquia espanhola, seus representantes usavam de um discurso que reconhecia os índios guaranis como proprietários legítimos dos territórios e dos bens semoventes missioneiros. Ou seja, ainda que pareça descabido, os espanhóis reconheciam índios como legítimos proprietários com o intuito de se apropriar legitimamente de suas posses. Em contrapartida, os portugueses tentavam trazer aquela gente, terra, gado e demais riquezas para os domínios de Portugal. Assim, ambos os domínios buscavam assegurar posses existentes ou potencialmente

⁶² AGNA. Sala IX. 04-04-01. **Extracto (...)** 1777, 1789 e 1794.

⁶³ Idem. Grifos meus.

passíveis de conquista, através de uma barreira territorial a ser consolidada em termos jurisdicionais. Estes são os antecedentes de um cenário onde:

(...) todos, quaisquer que sejam suas origens étnicas são americanos pelo fato de terem nascido sobre o mesmo solo. Essa unificação, obra dos crioulos, mantém-se em grande parte retórica, pois reúne numa só identidade os indígenas e os crioulos. Ora, o status superior que estes últimos gozam na sociedade vem precisamente da sua condição de serem espanhóis, descendentes dos que conquistaram e povoaram as Índias em detrimento das populações indígenas⁶⁴.

Contudo, resguardar e garantir os direitos de propriedade e uso dos índios sobre os terrenos, rios, ervais, gados e sobre os estabelecimentos como fortes, postos e guardas estava um tanto distante dos principais objetivos das Coroas e dos oficiais encarregados das partidas demarcatórias. Impacientes e cansados de tantas “discordâncias em tudo sem concluir nada”, aos últimos “só resta insinuar o que se deve fazer para terminar de uma vez esse negócio”. A solução encontrada foi indicar os marcos pelos quais deveriam passar a raia divisória “com utilidade recíproca dos vassallos de ambas monarquias”. Mais óbvio e importante do que isso, no entanto, é o curioso prenúncio do futuro que encerra um dos cadernos do Extrato. Talvez fosse esse o único ponto em que não haveria discórdia entre as duas partes:

Se os portugueses chegam a fixar-se a oeste dela [da raia pretendida pelos espanhóis], podemos assegurar que às primeiras desavenças que ocorram entre as Cortes, indefectivelmente perderemos as missões, e na mais profunda paz recrutarão os índios, para o qual é muito proporcionada a inconstância de seu caráter, e nos causarão outros prejuízos que em ambos os casos podem ser muito funestos.

Sim, na primeira desavença que houve entre Portugal e Espanha, em 1801, doze anos após o prenúncio do Extrato, sete dos trinta povos missionários passaram a integrar os domínios da Coroa portuguesa com efeitos, de fato, um tanto funestos para a monarquia espanhola. Sobre a ligação entre a inconstância do caráter dos índios e a propensão ao ‘recrutamento’ pelos portugueses é que pode haver discordâncias. Afinal, um conjunto considerável de outros documentos demonstra que os índios fizeram uso constante de seus conhecimentos, de sua força de trabalho, de suas políticas e de sua diplomacia para atuar ao longo de todo o processo de definição de limites territoriais.

⁶⁴ XAVIER-GUERRA, F. A nação na América espanhola: a questão das origens. **Revista Maracanã**. Ano I, n. 1, 1999/2000, p. 18.

1.2 – Políticas indígenas e suas inserções em redes comerciais e políticas

Diego de Alvear foi um dos oficiais militares encarregados de liderar as comissões demarcadoras espanholas na região platina. Viveu quase vinte anos naquela região de fronteira, de 1782 a 1800. Fez carreira prestando serviços que incluíam levantamento de dados sobre botânica e topografia, além de relatórios e, claro, informativos sobre os índios com quem manteve contato durante todo aquele período. Em junho de 1786, quando se encontrava na estância de São Miguel, escreveu ao governador intendente de Buenos Aires, Francisco de Paula Sanz, informando que estavam, ele e a partida de demarcação de limites, a caminho do povo de São Borja. O governador, em seguida, ordenou ao administrador e ao cabildo do dito povo que “dessem todos os auxílios que pedisse” D. Diego Alvear. Recomendava que recolhessem recibos com a assinatura do comandante da partida e mandava comunicar ao governador do departamento de Yapejú⁶⁵, a mesma ordem que dera ao cabildo de São Borja. Três meses antes, Francisco Bruno Zavala também havia recebido a incumbência para remeter víveres da guarda de San Martín para o forte de Santa Tecla, onde estaria José Varela y Ulloa, outro dos comissários espanhóis destacados para liderar uma das partidas demarcatórias⁶⁶. Três meses depois chegavam a Santa Tecla “os víveres mandados aprontar nos povos” com a finalidade de abastecer a comissão⁶⁷.

Os mantimentos, as correspondências, os indígenas e os membros das partidas circularam pelo mesmo espaço. Desde o aviso da chegada da partida de Diego Alvear a São Borja até a chegada de provisões a Santa Tecla, as pessoas, os animais e as informações passaram por lugares mencionados no Tratado de 1777 e no Extrato. De modo expresso, localiza-se uma relação de dependência entre a realização do trabalho das comissões e a disponibilização de recursos dos povos. Isso incluía não apenas mantimentos para alimentar as partidas, mas todo tipo de ajuda que precisassem, como diz o documento que está em consonância com outros que exponho já.

⁶⁵ AGNA. Sala IX, 04-04-01. Candelária, 17 de junho de 1786.

⁶⁶ AGNA. Sala IX, 04-04-01. Candelária, 17 de março de 1786.

⁶⁷ AGNA. Sala IX, 04-04-01. Buenos Aires, 11 de agosto de 1786.

Em 1783, o governador do departamento de São Miguel autorizou Rafael Paixé, corregedor do povo de São Miguel, a sair em comitiva com outros setenta índios pelos campos para vaquejar e recolher gado. Recomendou “particular aplicação e eficácia” na inspeção dos campos. Solicitou informações precisas sobre que pessoas andavam por aquelas paragens a extrair gados e “me informam que são muitas”, destacou. Queria saber quais os trajetos que tais sujeitos faziam, se eram espanhóis ou portugueses, a que distância das guardas de San Martin e Santa Tecla passavam os gados, se entravam por Montevideú até os campos de São Miguel, ou ainda se atravessavam pelas serras de Aceguá, Batoví e pelo rio Ibucuí aos campos de Santa Tecla. A julgar pela riqueza de detalhes nas instruções que deu, o governador parecia realmente interessado em saber as maneiras pelas quais ‘portugueses e espanhóis’ comercializavam o gado na região. Para conhecer a situação, autorizou a vaquejada, que ao mesmo tempo funcionaria como uma patrulha, concedendo “licença para que vá com os setenta índios o corregedor Rafael Paixé, prevenindo-lhe leve um índio hábil de secretário para que forme um diário bem ajustado”⁶⁸.

Durante o trabalho das comissões demarcadoras, os índios também atuaram em negociações e assuntos ligados ao controle da circulação nos limites fronteiriços. Habitantes dos povos trabalharam e forneceram recursos para patrulhar as fronteiras enquanto arranjos e trâmites para estabelecer as raias eram negociados entre as comissões. É interessante observar que a solicitação do governador não era uma demanda que emanava apenas dos gabinetes do vice-reino, mas advinha também das diligências dos índios. Neste caso, o governador concedeu autorização a uma solicitação que partiu do cabildo de São Miguel. A proposta de sair a vaquejar com setenta índios foi oferecida pelo corregedor do povo, e autorizada como foi, sairia sob sua supervisão.

A saída a campo seria liderada, executada e secretariada por índios. Mas isso não era tudo. Havia, ainda, outra incumbência de que se encarregariam, a de pedir de volta “índios nossos de qualquer povo que estejam trabalhando” nas ditas atividades comerciais. Se o documento elucidada que a terra, o gado e as gentes eram considerados propriedades dos domínios espanhóis, também deixa claro que o controle da fronteira e dos bens semoventes não apenas era exercido pelos índios e dependia do seu trabalho, mas era também uma

⁶⁸ AGNA. Sala IX, 04-04-01. São Luís, 20 de fevereiro de 1783.

demanda que partia dos gabinetes políticos, como o cabildo de São Miguel, no qual parte deles atuava. As ordens do governador não poderiam ser mais ilustrativas nesse quesito: “se encontrarem portugueses que extraem gado ou fazem curtume em *nossas terras*, [os advertirão] que são *gados nossos* (...) e se tiverem alguns *índios nossos* de qualquer povo que seja, trabalhando se os pedirão com o mesmo bom modo”.⁶⁹

As atividades dos índios, entretanto, dependiam de aptidões e propriedades que excediam os limites entre fronteiras, como o uso paralelo da escrita em espanhol e do domínio de outros idiomas para abordar portugueses, índios ou espanhóis, além do uso da diplomacia indígena para pedir, com ‘bons modos’, o gado e a gente de seus campos de volta para o governo espanhol. Mesmo que não fosse o objetivo do registro informar sobre a importância dos serviços prestados pelos índios na administração de seu território, e mesmo sobre o papel crucial deles na execução das políticas coloniais, fica claro seu protagonismo. Mas, para além disso, parece possível inferir que esse protagonismo foi influenciado pelos interesses indígenas em participar das políticas indigenistas e integrar as redes comerciais, e talvez assim, pôr em prática as políticas indígenas.

O uso das habilidades diplomáticas e do bom tratamento nem sempre foi um dos fortes das autoridades coloniais por aquelas bandas orientais e ocidentais do rio Uruguai, como nos mostra um documento didaticamente redigido por cabildantes do povo de São Miguel, em 1785, entre eles quatro indígenas⁷⁰. Em face de uma cobrança feita de modo descuidado por Dom Diego Caseros, esclareceram em minúcias que as práticas de arrear⁷¹, costear e comercializar o gado, bem como patrulhar os campos também eram atividades de ocupação e preocupação dos índios. Dom Diego Caseros, governador interino dos povos, enviou um reporte ao governo central do vice-reino colocando-o a par de que o povo de São Miguel possuía algumas dívidas com outros povos, sugerindo que se fizesse sem demora o acerto delas. O governo central cobrou explicações do cabildo e da administração do povo. Hábeis em mediar situações embaraçosas, os cabildantes informaram que:

(...) este povo, que experimenta também falta de cobro como os vendedores que expressa o apoderado general [D. Diego Caseros]

⁶⁹ AGNA. Sala IX, 04-04-01. São Luís, 20 de fevereiro de 1783. Grifos meus.

⁷⁰ AGNA. Sala IX, 04-04-01. São Miguel, 09 de outubro de 1785.

⁷¹ “‘Arrear’ significava, para a população local, recolher, arrebanhar gado selvagem nos campos indivisos. Para as autoridades e habitantes de outras partes da América portuguesa, significava roubar gado”. In: OSÓRIO, 2007, p. 60-61.

em sua apresentação, tem seus campos de grandíssima extensão de onde traz gados alçados para ter suas estâncias com bons rodeios e destes dar ração diária de carne aos seus naturais, com abundância, e para vender a vários povos deste departamento, aos quais também dá entrada aos campos a fazer recolhida de gados, partindo com este povo o que trazem dos **nostros** campos, e quando a estes se lhes acomoda, lhe vende a parte que corresponde a este. Fia-lhe de seis a oito meses, e se lhes paga uma arroba de erva por cabeça ou quatro de linho grosso, e se lhes acomoda a dar algodão por arroba por cabeça, de sorte que beneficiando-se aqueles, este pode ter entrada de erva, linho e algodão para seu manejo. Nisto experimenta o que alguns povos se atrasam no pagamento, e ainda quando tem necessidade outros povos, lhes vende este rodeio de estância e lhes fia. Também a povo da outra banda do Uruguai como o de Santa Ana há vendido este povo 5.423 cabeças de gado no ano de [17]73 por ordem do governador destes povos, D. Francisco Bruno de Zavala, e destas devem 1.232 arrobas de ver, que devem por na administração geral de Buenos Aires livre de frete e de oito mil cabeças de gado que se lhe venderam mais a respeito de um peso de prata por cabeça a pagar ao término de um ano e se lhes entregaram a 16 de maio de 1783 das quais resta todavia 3.605 pesos⁷².

Embora ocupasse o cargo de governador interinamente, dificilmente D. Diego Caseros não soubesse que a estância de São Miguel fornecia e negociava gado com outros povos. Mesmo assim, os cabildantes de São Miguel não se fizeram de rogados em oferecer informações a esse respeito. Explicaram, detalhadamente, que outros povos realizavam atividades de arrear gado em seus vastos campos, e que os dividendos eram repartidos num interessante intercâmbio de produtos e serviços que envolvia o apresamento e a criação do rebanho recolhido e a troca de linho, algodão e erva-mate. Mesmo que este esquema talvez tivesse funcionado em diferentes condições em outros tempos, os índios continuavam participando da administração de seus bens através do uso adaptado do regime de comunidade, mencionado no começo deste capítulo, que só seria abolido em 1800 pelo marquês de Avilés.

Através de uma retórica articulada e assertiva, acabaram por aproveitar a oportunidade gerada pela cobrança para esclarecer ou fazer crer que eram, de acordo com os números, credores e não devedores. Afirmaram que havia dívidas mais antigas, de tempo anterior ao do governo de D. Diego Caseros, e que as compras e vendas partiam não apenas

⁷² AGNA. Sala IX, 04-04-01. São Miguel, 09 de outubro de 1785.

da demanda dos povos, mas tramitavam através de ordens dos próprios governadores. Outro importante dado noticiado é que São Miguel não efetuava transações somente com os povos de seu departamento, mas igualmente com povos que pertenciam à outra banda do rio Uruguai, como o de Santana. O povo de Santana pertencia ao departamento de Candelária, e ao todo possuía um débito de 4.000\$837 pesos junto à administração de Buenos Aires, dívida esta que havia sido contraída pela compra e troca de bens com o departamento de São Miguel e que deveria ser repassada a ele.

Pelo visto, as explicações dos cabildantes seguiam firmes no propósito de instruir melhor os governos sobre algumas questões administrativas. Prosseguiram a explanação comunicando e justificando as medidas que colocariam em prática em virtude da cobrança. Outros povos pertencentes ao departamento de Candelária, como era o caso de Itapuã, possuíam dívidas com São Miguel e, como o próprio D. Diego os fizera saber, “nem tem fundos nenhuns aquele povo na administração geral e nem esperança de que lhe mandem”. Assim, tomariam a resolução de suspender o contrato com este povo até que “nos faça ver que tem na administração geral, fundos para cumprir os cinco mil pesos ou se convenha a pagar-nos com os efeitos que tragam naquele povo”⁷³. Ou seja, se povos do departamento de Candelária – como Itapuã e Santana – precisavam recorrer ao departamento de São Miguel para conseguir víveres e não possuíam fundos para pagar o que lhe fora vendido e fiado, ou mesmo condições para trocar a dívida por outros gêneros, o auxílio ‘mútuo’ ficaria interrompido até que os débitos de todas as partes fossem quitados. A maneira como o cabildo de São Miguel conduz a resposta aos reclames do governador e da administração geral deixa claro que os índios cabildantes não eram administradores incautos e improvidentes. Tampouco que “a inconstância de seu caráter” pudesse ser, generalizadamente, a causa de prejuízos potenciais causados à Coroa espanhola. Muito pelo contrário, o exercício de suas atividades administrativas e comerciais era a causa de benefícios generalizados, como fizeram questão de ressaltar:

Com o exposto fazemos presente que este povo não se mantém de outra provisão de gado que a de seus campos com as fainas que se faz neles, com as quais também provê as guardas de Santa tecla e San Martin o qual paga o rei nosso senhor, mas como os campos tem tido tanto quebranto com os roubos em arreadas de gado para os

⁷³ AGNA. Sala IX, 04-04-01. São Miguel, 09 de outubro de 1785.

domínios de Portugal e com fainas de couro de ilícito comércio por portugueses aliados aos índios infiéis e aos *gauchos* espanhóis temido muito a [menos] os campos.

Primeiro, explicavam que, se o saldo de suas transações comerciais e administrativas podia ser tomado equivocadamente como um débito, constituía, na verdade, um crédito. Neste caso, não apenas deixariam de pagar, como teriam a receber. Segundo, pontuavam que as contas não eram um problema a ser resolvido apenas entre a administração dos povos tendo a administração geral como mediadora, mas eram um assunto da alçada de todas as partes envolvidas no que tocava aos fundos dirigidos pelos gabinetes centrais. Terceiro, esclareciam que gados dos campos de São Miguel abasteciam além de seus povos, povos de outro departamento e eram alvo de comércio ilícito praticado por índios infiéis, *gauchos* espanhóis e portugueses. E para guardar a fronteira e patrulhar os campos de ‘gentes danosas’, o governo do vice-reino precisava dos serviços dos índios.

A vassalagem, por si só, não era garantia de obediência ao soberano espanhol, como é sabido, e deve-se atentar para o fato (talvez frequentemente desconsiderado) de que, assim como havia índios infiéis, havia também espanhóis que não rendiam fidelidade ao rei ao praticar o comércio ilícito. Noções sobre atos de insubmissão à vassalagem não se referiam apenas à condição religiosa atribuída a parcialidades indígenas classificadas como infiéis, mas aos espanhóis envolvidos em comércio considerado ilegal. A obediência ou desobediência de *gauchos*, infiéis, missionários, europeus e crioulos às condições de vassalagem poderia encher ou esvaziar os campos de animais.

Tal prática social gerou etiquetas e estereótipos culturais para determinados segmentos através de categorias taxonômicas como *gaucho* e infiel. Para os sujeitos rotulados, porém, não era difícil circular pelas roupagens classificatórias. Isso conferiu às alianças de amizade e às relações de inimizade uma dimensão mais complexa sobre políticas indígenas e indigenistas, pois as experiências dos setores sociais classificados podiam agregar às categorias novos componentes históricos, que diziam respeito às práticas sociais e situações conjunturais contrárias aos interesses coloniais. Assim, o uso de etiquetas classificatórias, cujo objetivo primordial era auxiliar no controle dos indígenas e na manutenção da ‘ordem’ na campanha, também foram usadas por eles em benefício próprio naquele favorável contexto de crise e profundas mudanças. Nesse sentido, cabildantes de São

Miguel usaram sua condição de índios e vassalos para reiterar às outras autoridades coloniais que se diferenciavam dos índios infieis com quem portugueses e espanhóis se associavam em práticas consideradas ilegais.

Diplomaticamente, acrescentaram que os recursos de seu departamento abasteciam também as guardas de San Martin e Santa Tecla, às quais em último caso, “paga o rei nosso senhor”. Vimos o quanto a guarda de San Martin e o forte de Santa Tecla eram estratégicos para o estabelecimento dos limites territoriais, de modo que, constitui um diálogo eficiente realçar que a defesa de domínios espanhóis dependia dos proventos do departamento de São Miguel. Essa relação de dependência é de certa maneira valorizada pelo reconhecimento do rei como instância de poder superior, ao qual se reportavam os índios e demais vassalos. Desta feita, pediam recursos para darem continuidade às providências solicitadas de promover “partidas para desterrar y apresar a gente danosa pelo que prometemos a melhoria [dos campos]”. Contanto que houvesse boa observação às ordens e aos termos que o governador de São Miguel colocava para a saída das “vacarias, podemos ter sempre a provisão de nossos campos para aumentar nossas estâncias, manter nossa ração e também para provisão, conforme deixamos dito, dos povos deste departamento”.

Excetuando o abastecimento de povos de outros departamentos, os cabildantes asseguraram que as provisões seriam suficientes e as patrulhas e a defesa do território de ‘gentes danosas’ ocorreriam a contento se a administração geral fizesse a sua parte. Mas, fizeram disso uma condição, qual seja, que fosse feito uso do “haver que tenha aos povos que nos são devedores” para comprar mulas, éguas e cavalos para manter as criações necessárias à lida com o couro. Os animais solicitados pelo cabildo totalizavam mil cabeças (duzentas mulas, trezentas éguas e quinhentos cavalos), e não eram os únicos itens “que consideramos de utilidade”. Os cabildantes sugeriram que a administração geral usasse o crédito que os povos devedores tivessem junto a ela, para quitar a dívida com o departamento de São Miguel. Aventaram a possibilidade de comprar da administração geral outros gêneros, como por exemplo “ponchos de boa qualidade para os naturais”, desde que partisse dela a solicitação de que comprassem “metade a linho grosso e metade a ditos gêneros de Castela e da terra”. Os cálculos e a proposta revelam aspectos extraordinários sobre como os índios entendiam a importância de suas atividades:

(...) pois vindo estes [gêneros de Castela] bem comprados adiantaríamos o que vantagem aqui de preço corrente deles aos que lá tem de sua compra, e neste manejo e distribuição [de] ajustes de entradas e saídas, os naturais vão impondo-se em manejo e comércio e tomando como pagamento o que é utilizar o que produzem seus trabalhos e ocupações para ter aplicação a elas⁷⁴.

Considerando que haviam exposto tudo o quanto tinham a informar “sobre o conteúdo da citada apresentação do apoderado general”, as pessoas que assinaram o documento, na busca pela garantia do seu lugar ao sol naquelas enramadas relações de poder, ajudam a iluminar aspectos ainda um tanto obscuros sobre o conhecimento histórico acerca das atuações indígenas. Tendo em vista o que sucedeu, nada soa mais convincente para prosseguir no desvendamento desse conhecimento, que às vezes insiste em andar às cegas, do que parafrasear Pascoal Arenguati, Geronimo Guirapi, José Antonio Yararí, Sipriano Candapaiyu, José Piera y Caselles e “os demais do cabildo que não sabem assinar”. Repetir as palavras escolhidas por eles, neste caso específico, pode auxiliar no reconhecimento da atuação dos índios na gestão dos bens e no diálogo com outras instâncias de poder. Afinal, este é um documento em que indígenas manifestaram seu entendimento sobre o que faziam e como faziam, e ademais, não encontro maneira melhor para explicar o que escreveram do que fazer suas palavras ecoarem: através do manejo e da distribuição dos bens que entravam e saíam do departamento de São Miguel, os índios iam se impondo em âmbitos comerciais e tomavam como pagamento a valorização concreta da utilidade dos frutos dos trabalhos aos quais se aplicavam e dos quais se ocupavam.

No caso de Pasqual Arenguati, “foi credor de diferentes povos por bens vendidos de modo particular”⁷⁵. De acordo com Ranzan, “tinha um bom conceito entre autoridades espanholas por sua ‘civilidade’ e qualidade gráfica”⁷⁶. Com efeito, “sua boa civilização e praticada inteligência no uso dos idiomas castelhano e guarani”⁷⁷ foi reconhecida pelas autoridades naquele mesmo ano de 1785. A menção a seu nome se repete em meio a vários documentos, como também mostra Ranzan. Pasqual era um homem de posses e inserido em

⁷⁴ AGNA. Sala IX, 04-04-01. São Miguel, 09 de outubro de 1785. Grifos meus.

⁷⁵ RANZAN, A. C. O papel, a pena e a fronteira: manifestações escritas e ação indígena nas reduções jesuíticas do Paraguai (1768-1801). 2015. 213 p. **Dissertação (Mestrado)**. PPGH/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

⁷⁶ AGNA. Sala IX, 04-04-01. São Miguel, 09 de outubro de 1785.

⁷⁷ AGNA. Sala IX, 18-3-5. São Luís, abril de 1785.

redes sociais amplas. Comerciante, ocupante de cargos políticos, estendeu suas relações de parentesco casando as filhas com espanhóis. Outra menção aos serviços que desempenhou foi como intérprete. Não obstante, a autenticidade das atividades de Pasqual foi colocada em cheque pelo mesmo governador que o viu em situações como mediador e tradutor, para quem ainda que o corregedor de São Miguel fosse “bastantemente civilizado, e de consideração, tem sido por demais instado, por aquele pensar”⁷⁸. Trocando em miúdos, segundo o governador, a liderança indígena não era capaz de ter pensamentos elaborados e expressá-los através de uma escrita sofisticada e articulada, especialmente quando não era conveniente aos interesses de quem os desdenhava, como era o caso. Mas, voltemos àquele outro sobre o documento assinado pelos cabildantes de São Miguel, entre eles o corregedor Pasqual Arenguati, em 1785.

É complicado saber se os cabildantes consideraram que sua condição de credores foi tomada em conta e concretamente valorizada pela administração espanhola. O desenrolar dos fatos e suas atitudes coletivas e individuais, no entanto, continuam a oferecer muitas luzes sobre essa história.

1.3 – Gente e gado: silêncios e significados sobre os usos do trabalho e dos bens indígenas

Nos anos finais do século XVIII e iniciais do XIX houve projetos políticos, acordos e desacordos diplomáticos, conflitos bélicos e trocas comerciais que ligaram uma ponta do continente sul-americano, a região platina, a outras partes do mundo de maneiras historicamente marcantes. A capitania do Rio Grande interessava a Portugal pelo fato “de ser uma colônia cujas produções são especiais às necessidades da Metrópole e por ser a sua posição mui importante em política, como em limítrofe das possessões espanholas sobre o Rio da Prata”⁷⁹. Assim se iniciava um relatório que, em 1798, informava o governo português sobre a importância do potencial produtivo da região. Seu autor, o conde de Liniers, era irmão mais velho daquele que se tornaria o vice-rei interino do Prata em 1807, Santiago de Liniers.

Através de perspectivas e estimativas contábeis, o oficial francês que servia à Espanha conjecturava sobre os lucros ainda maiores que Portugal e ‘particulares’ poderiam obter dos

⁷⁸ AGNA. Sala IX, 18-3-5. São Miguel, diversas datas em 1786.

⁷⁹ ANRJ. Códice 807, v. 10. **Memória sobre o Porto de São Pedro do Rio Grande.**

couros, do sabão, do linho-cânhamo, das lãs, das tabuletas de caldo, das carnes salgadas e dos biscoitos do mar. Chamava a atenção do primogênito, irmão de Santiago Liniers, a abundância e a relativa rapidez com que se podiam conseguir todos esses produtos de qualidade superior, em sua opinião, a preços inferiores aos europeus. Parecia-lhe “notável que as nações do norte da Europa e da América venham a essas regiões do sul exercer” a pesca da baleia⁸⁰ e do lobo-marinho, sendo “este ramo de indústria tão desprezado pelos legítimos proprietários destas paragens”, portugueses e espanhóis, segundo ele. Todavia, ele mesmo oferecia seus préstimos e achava necessário fazer vir além de si próprio, oficiais da Irlanda e de Hamburgo para realizar a salgadura da carne em processos de salmoura e de defumagem, visto que os espanhóis sabiam fazer apenas as salgaduras secas, estas últimas “de um grande gasto em todas as ilhas das Antilhas”, alertava.

O conde idealizava rotas marítimas em que pequenas embarcações transportariam o sabão “de muito boa qualidade” para o Rio de Janeiro, que de lá, seguiria para a Europa nas naus de Sua Majestade ou em navios mercantes. Segundo seus cálculos, com a venda do sabão a seis vinténs o arrátel, “que é o preço dos contrabandistas”, explicava, a renda calculada para o Reino seria de um milhão de cruzados! Se a Espanha comprava anualmente três milhões e setecentos mil cruzados de linho-cânhamo ao estrangeiro, “é supérfluo dizer coisa alguma sobre este artigo”, contava, dando o assunto sobre este item por encerrado, como se o cômputo fosse suficiente para garantir a informação. E assim, para todos os produtos citados acima, o conde fazia uma conta, trazia uma cifra, uma porcentagem que contribuiria para tornar os dados de seu relatório muito mais sérios e dignos de confiança. Coisas de seu tempo. Arrematava considerando que “nada aqui há que seja especulativo ou exageração, e operações bem dirigidas podem consideravelmente aumentar as rendas do Estado e os bens dos particulares”.

De fato. Negócios bem dirigidos podiam aumentar as rendas do Estado e dos particulares, como demonstram os dados de outra descrição sobre a capitania do Rio Grande, seu comércio e produção. Por volta de 1789, o custo total de um novilho de três anos

⁸⁰ De acordo com Rico Bodelón (2013), algumas das consequências que geraram as ocupações espanholas de territórios sob domínio português foram os deslocamentos migratórios definitivos (e também sazonais), e um súbito interesse da Espanha pela pesca de baleias na região (p. 75).

beneficiado e posto no Rio de Janeiro era de 9\$210, ao passo que “paga-se aos índios para beneficiar, matar, esfolar, charquear e secar \$160”⁸¹. Em 1798, ano que o conde escreveu seu relatório, 130.518 unidades de couro de boi em cabelo saíram da capitania do Rio Grande rumo à alfândega do Rio de Janeiro, a se dar crédito aos cálculos do historiador Corcino Medeiros dos Santos. Em 1801, ano da anexação do território missioneiro, foram 211.400 unidades. Em 1803, 275.979.⁸² Parte significativa desses produtos vinham do território missioneiro, especialmente dos departamentos de São Miguel e Yapeyú. Entre julho de 1804 e junho de 1806, 46.240 couros do departamento de Yapeyú foram vendidos a vinte e sete particulares ⁸³. Ao capataz do ‘abarracamento’ de couros foi pago \$19 por mês; quanto aos peões, grande parte do pagamento foi dada em lenha e carne, coisa que variava entre \$4 e \$6 mensais⁸⁴.

O conde dedicou um tempo considerável estudando interesses comerciais e maneiras de tornar as colônias mais produtivas. Provavelmente, confiante nesses conhecimentos, a monarquia francesa havia lhe dado a incumbência de reparar algumas tentativas frustradas e garantir maior rentabilidade em Madagascar e nas ilhas Comores. O oficial francês pôs suas ideias em prática nas ilhas, porém, a revolução francesa interrompeu os planos monárquicos em 1789 e acabou por minguar o andamento de seus projetos de desenvolvimento comercial na África. Isso não inviabilizou a elaboração de novos intentos e, em pouco tempo, Liniers planejava ser “da maior utilidade” a Portugal na região platina. Assim, nove anos depois, em 1798, o conde punha “nas mãos do governo tudo o que tenho de mais precioso no mundo: minha mulher, meus filhos e os restos da minha fortuna”⁸⁵. Em seus dizeres, não havia uma maneira melhor de provar sua lealdade e desejo de bem obrar do que oferecer sua família e seus bens, “sem pedir coisa alguma exclusiva”, a não ser as seguintes concessões: a naturalização; a agregação nas tropas das colônias ou da marinha de Portugal – não em qualquer posto, mas com a patente de coronel – ; uma pensão anual de 5\$000; uma casa

⁸¹ BRITISH MUSEUM. Depart of Manuscripts. ADD 13.981 apud SANTOS, C. M. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII**. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984, p. 84.

⁸² ANRJ. **Mapa dos rendimentos reais** relativos aos gêneros abaixo mencionados, vindos do continente do Rio Grande, que se despacharam na alfândega desta cidade do Rio de Janeiro pela mesa da abertura nos anos que declaram. Caixa 746 apud SANTOS, 1984, p. 84.

⁸³ AGNA. Sala IX, 18-3-5. Buenos Aires, 04 de junho de 1806.

⁸⁴ AGNA. Sala IX, 18-3-5. Buenos Aires, 18 de junho de 1806.

⁸⁵ ANRJ. Códice 807, v. 10. **Memória sobre o Porto de São Pedro do Rio Grande**.

adequada e equipada com os instrumentos para estabelecer uma fábrica de sabão e outra de tabuletas de caldo; e em quinto lugar, um navio para transportá-lo para América junto com curtidores ingleses e camponeses especializados na cultura do linho-cânhamo que ele traria da Europa. Nada mais, somente a naturalização, uma patente militar, uma casa, um salário, duas fábricas e um navio. Supondo que o conde de Liniers quisesse apenas aquele salário de 5\$000, ganharia em um mês aproximadamente o que aquele capataz de Yapeyú teria ganho em quase dois anos de trabalho⁸⁶. Quanto aos peões, é só lembrar que eles teriam ganho cerca de um terço do que ganhou o capataz.

A despeito das elucubrações do conde, de fato, o relatório demonstra o potencial e a importância da região platina e suas conexões com outras partes do mundo. Num modesto relatório ele mostra a interligação existente entre a região da fronteira platina e as Antilhas, o continente africano, a Inglaterra, a França, a Espanha e o Rio de Janeiro.

As conjunturas políticas e econômicas tornavam possíveis situações onde um oficial francês, com experiência na África, podia servir à Espanha ao mesmo tempo em que propunha negócios e vassalagem a Portugal. A mesma revolução que pôs fim à monarquia dos Bourbon e aos planos de Liniers nos arquipélagos do sul da África, levou Napoleão Bonaparte ao poder em 1793. A pressão exercida pela França agravou ainda mais a crise das monarquias ibéricas, o que acabou por incrementar o comércio transatlântico através do rompimento dos exclusivos comerciais e das aberturas de portos. O porto de Rio Grande, sobre o qual o conde escreve suas memórias, tinha papel fundamental de entreposto comercial dos produtos platinos para outras regiões da América e para o continente europeu. Os interesses dos Estados Unidos, da França, e sobretudo, da Inglaterra na região do Prata e na capitania do Rio Grande não eram, portanto, infundados. Mas as potências estrangeiras não eram as únicas interessadas em lucrar com a produção e o comércio da região. Os representantes das metrópoles nas colônias e os particulares também estavam tão interessados quanto aqueles, fossem eles peninsulares ou crioulos. Com o declínio da extração da prata de Potosí, buscava-se outro gênero capaz de garantir a mesma rentabilidade.

O conde ainda não sabia, mas a indústria pecuária constituiria a maior parte das exportações platinas e do sul do Brasil ao longo da primeira metade do século XIX. Em 1808,

⁸⁶ AGNA. Sala IX, 18-3-5. Buenos Aires, 18 de junho de 1806.

havia na capitania do Rio Grande duas fábricas de salgadura de carne. De acordo com o Almanaque da Vila de Porto Alegre – uma notícia descritiva sobre a capitania do Rio Grande oferecida por Manuel Antônio de Magalhães ao rei D. João VI, quando houve a fuga da família real para o Brasil – cada uma das fábricas exportava 3.000 barris que continham de 8 a 9 arrobas de charque. No Almanaque não há sequer uma menção aos índios na capitania. Mas o que importa é que aquele “grande e interessante estabelecimento [deve-se] a João Rodrigues Pereira de Almeida e companhia, que mandou vir mestres da Irlanda”⁸⁷. Em 1822, o charque teria sido:

(...) um dos gêneros de maior exportação da província; os estrangeiros vinham em grande número de embarcações buscá-lo, e para sua compra traziam dinheiro e algum sal. Nunca a província floresceu tanto como nos poucos anos que durou este comércio ⁸⁸.

Juntos, o couro, o charque e outros produtos bovinos foram responsáveis por cerca de 80% das exportações de Buenos Aires nos anos de 1836 e 1851⁸⁹. O conde ainda não sabia, mas pelo jeito, possuía fortes indícios para desconfiar de como poderia ser o futuro, além de dados concretos para elaborar seus projetos. Afinal, com exceção do linho-cânhamo e do biscoito do mar, todos os outros artigos vinham da “multidão de gados que há como pela quantidade de peles que são importadas em contrabando dos estabelecimentos espanhóis”⁹⁰. Do gado se originava produtos de significativo valor monetário e alto fluxo comercial. A pele, a carne e a gordura forneciam respectivamente os couros e a lã, as salgas e as tabuletas de caldo, e o sabão. Ademais, tais artigos não dependeriam do estado da agricultura nos arredores de Rio Grande, ponderava o conde, com razão.

Segundo Helen Osório, nas zonas de fronteira (afastadas dos arredores de Rio Grande), o comércio e as arreadas foram incentivados durante as guerras e “tornavam-se ‘contrabando’ e ‘roubo’ em tempos de paz” ⁹¹. Aproveitar a instabilidade da fronteira e

⁸⁷ ANRJ. **Almanack da Vila de Porto Alegre**, com reflexões sobre o estado da Capitania do Rio grande do Sul, de Manoel Antônio Magalhães, 1808. Códice 807, v. 1. Agradeço a Fábio Kühn, que me disponibilizou imagens digitais deste documento em 2007. A transcrição que fizemos está publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ano 88, v. 143, 2008, p. 119-139.

⁸⁸ SPALDING, W. Pecuária, charque e charqueadores no Rio Grande do Sul. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 91/92. Porto Alegre: 1943, p. 134.

⁸⁹ LINCH apud BETHELL, 2009, p. 636.

⁹⁰ ANRJ. Códice 807, v. 10. **Memória sobre o Porto de São Pedro do Rio Grande**.

⁹¹ OSÓRIO, 2007, p. 61.

praticar tais atividades foi uma conhecida estratégia para aumentar o patrimônio. Vale sublinhar que o conde escreveu suas memórias sobre o Rio Grande em um acampamento militar na área fronteira entre a capitania e a Banda Oriental, chamado Belém. Desta feita, com dois curtidores vindos da Inglaterra, alguns oficiais da Irlanda e de Hamburgo, mais quatro camponeses europeus para lidar com a agricultura do linho-cânhamo, e outros colonos emigrados da França e de Portugal – com seus “escravos escolhidos e particularmente seus chefes de oficina de todas as profissões” – e um padeiro vindo de Buenos Aires (que fazia os biscoitos do mar), Santiago de Liniers imaginava tornar a colônia de Rio Grande “rica, populosa e forte”⁹²!

Provavelmente, a essa altura do texto, não há o risco de que o leitor esteja se perguntando o que os índios têm a ver com essa história. Ainda assim, considero que seja um excelente pretexto para indicar que, em meio ao amontoado de informações trazidas pelo relatório, duas em especial saltam aos olhos. A primeira, a inclusão estridente de sujeitos – que não eram os únicos ‘legítimos donos’ daquelas paragens – para descrever o potencial produtivo da região; a segunda, o silêncio ensurdecedor sobre outros fundamentais para entender as razões pelas quais havia uma ‘multidão de gados’ nos campos da região platina. Chegamos a uma questão cuja compreensão é muito importante quando se trata de pesquisar e ler sobre as histórias dos índios, sobretudo, ao longo do século XIX, quando as fontes sobre determinados grupos se tornam muito mais escassas do que no período colonial: tão elucidativas quanto as informações que são apresentadas, podem ser aquelas que não são.

Desse modo, mais do que atentar para a ausência da participação dos índios em algumas fontes e períodos, cabe aos historiadores interpretarem os significados dos silêncios. Ocultar a participação dos índios na formação econômica, política e social de espaços que estavam em disputa requer a propagação do mito de que vastos pedaços de terra se encontravam improdutivos e praticamente vazios. Alegar a possibilidade de tornar tais espaços produtivos faz parte da tentativa de tornar o mito realidade, ou seja, faz parte da tentativa de ‘esvaziar’ territórios que nunca estiveram desabitados e eliminar quaisquer concorrentes que, neste caso, não necessariamente se apresentavam como entraves ao ‘desenvolvimento econômico’. Demonstrar que o potencial da região estava subaproveitado

⁹² ANRJ. Códice 807, v. 10. **Memória sobre o Porto de São Pedro do Rio Grande.**

e que a produção e o consumo poderiam aumentar foram algumas das estratégias escolhidas pelo conde para convencer Portugal a financiar seus projetos. O subterfúgio é bastante conhecido e não se pode dizer que tenha sido ineficaz nos mais variados tempos e lugares. Mas, de onde vinha todo aquele gado?

No século XIX, tanto na campanha bonaerense quanto na Banda Oriental, “a estreita relação entre as sociedades indígenas da região e os animais europeus já tinha uma longa história”.⁹³ Se os campos estavam repletos de gados, muito era devido à experiência missioneira com os animais. Nas reduções jesuíticas dos 30 povos, desde o século XVII, os índios manipulavam a reprodução do gado que era criado solto, conduzindo-os a lugares estrategicamente escolhidos de acordo com a abundância de pastagens, as condições naturais para apresamento dos rebanhos e a dificuldade de acesso das bandeiras paulistas. Cuidavam do abastecimento dos povos através de expedições que podiam apresar 50.000 cabeças para o consumo anual de uma redução, de acordo com os dados de um missionário⁹⁴. Em 1698, as missões já enviavam couro rumo à Espanha⁹⁵. Os índios não foram apenas manipuladores e criadores de rebanhos, como consumidores de seus produtos. Apesar de ser possível considerá-los como provedores de gado para a região, inúmeros são os relatos que responsabilizam “os índios, sendo insaciáveis de carne” pela extinção de rebanhos⁹⁶.

Outros propuseram, até mesmo, a remoção dos guaranis do Continente de São Pedro para o norte de Santa Catarina por considerar que boa parte dos problemas dos fazendeiros de gado era causada pelos índios. Bernardo José Pereira enumerou em itens as desordens, os vícios, a inaptidão ao trabalho, a “turba inumerável de inocentes” que as índias traziam ao mundo, os agregados dos índios que “na qualidade são meio espanhóis, os outros índios bastardos de várias nações” com “forte paixão por habitarem nas aldeias pelas cabanas das índias guaranis”⁹⁷. Mediante a exposição de treze pontos, ele acreditava ter provado que o motivo da destruição das fazendas foram “os roubos dos índios guaranis e seus aliados

⁹³ GARAVAGLIA, 1999, p.19.

⁹⁴ SEPP, A. **Viagem às Missões e Trabalhos Apostólicos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972, p.172.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 172.

⁹⁶ BETAMIO, S. F. Notícia particular do continente do Rio Grande do Sul [1780]. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, O Instituto, tomo 21, 3º trimestre, p. 219-270, 1858.

⁹⁷ BNRJ. **Carta de Bernardo José Pereira**, sem lugar, data, nem destinatário, com informações acerca dos índios guaranis do Rio Grande do Sul. [ca. 1780]. p. 7, 3, 48.

vexados”, que segundo ele, não tinham gado nem para mais dois anos. Já os fazendeiros do Continente e os ilhéus de Santa Catarina, mais especificamente da enseada de Garoupas, dizia Bernardo Pereira, tinham o “suor e trabalho provados neste discurso”⁹⁸.

Embora o alto consumo de carne na dieta dos índios estivesse atrelado às condições impostas pelo regime missional, também esteve ligado à sua integração em tropas portuguesas e castelhanas. Se os suprimentos de gado ficavam esgotados durante as guerras, novas incursões poderiam permitir que “tropas espanholas e os índios que os auxiliavam” consumissem uma grande quantidade de gado⁹⁹, importante fonte de energia durante os combates. Ainda assim, nem “as retiradas normais para o consumo [dos índios cristãos], as continuas retiradas pelos índios infiéis que iam arrebanhar o gado para vender aos portugueses”¹⁰⁰ diminuiriam drasticamente o rebanho a ponto de esvaziar os campos. As relações entre a quantidade de rebanhos que cresciam ou eram abatidos e os índios parecem ser, no mais das vezes, controversas e provocaram dúvidas entre historiadores em outros tempos. Manoel Aires de Casal, por exemplo, destacou que os índios causavam baixa nos rebanhos, ao passo que os ‘conquistadores’, mais ainda¹⁰¹.

De todo modo, três aspectos precisam ficar claros para o leitor. O primeiro é que, a despeito das análises confusas e contraditórias, o manejo, a criação, a reprodução e o consumo do gado são alguns dos produtos do trabalho indígena. O segundo é que o trabalho dos índios alimentou importantes ramos de comércio ao longo dos séculos – comércio interno e externo, intracolonial e transatlântico – e estimulou a capacidade de absorção desse comércio do qual portugueses, charruas, minuanos, guaranis e espanhóis fizeram parte. O terceiro aspecto decorre dos dois primeiros: o comércio legal e o contrabando de gado não eram praticados apenas por indígenas guaranis, mas também por portugueses, espanhóis, charruas e minuanos, estes dois últimos chamados ora de infiéis, ora de ‘amigos’¹⁰².

⁹⁸ Idem, p. 13.

⁹⁹ PORTO, A. **História das Missões Orientais do Uruguai**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943, p. 210.

¹⁰⁰ SANTOS, C. M., 1984, p. 60.

¹⁰¹ AIRES DE CASAL, M. **Corografia brasileira ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil**. São Paulo: Edições Cultura, Tomo I, 1943, p. 95.

¹⁰² Para alguns aspectos sobre as alianças e relações de ‘amizade’ estabelecidas entre charruas, minuanos e portugueses, ver: GARCIA, E. F. **As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009, p. 227-272.

De acordo com pesquisas recentes, nada houve de automático e mecânico na formação das grandes estâncias na região da campanha, a partir da primeira metade do século XIX. Ao contrário, trata-se da “instituição de uma ordem assentada na propriedade privada da terra e do gado sobre um espaço onde antes havia a propriedade comunal missioneira” ou de grupos charruas e minuanos, “e também a atividade difusa das arreadas e retirada do couro por bandos de changadores”¹⁰³. A formação de grandes e pequenas propriedades na região da campanha do atual estado do Rio Grande do Sul e de parte do Uruguai foi impulsionada a partir de eventos conflitivos em 1801, em território missioneiro. Como aconteceu a conquista dos setes missioneiros para a Coroa portuguesa em 1801, o que fizeram suas gentes e como foram empregados os seus bens é o que veremos no próximo capítulo.

¹⁰³ FARINATTI, L. A. E. Domesticação técnica e paisagem agrária na pecuária tradicional da campanha rio-grandense (século XIX) apud COSTA, B. P.; QUOOS, J. H.; DICKEL, M. E. G. (Orgs.). **A sustentabilidade da Região da Campanha-RS: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Departamento de Geociências, 2010, p. 69.

Figura 2 - “Mapa de demarcação que por ordem de S. M. F. e C. fez no ano de 1759 a segunda partida do rio Ybicuí, seguindo o curso dos rios Uruguay, Pipiry, S. Ant. Yguaçu e Paraná até seu Salto, e se puseram os rios que neles deságuam, uns por noticia e outros arbitriam, atendendo a grandeza de suas bocas. A cor encarnada, com as ilhas que demoram ao oriente e se [pertenceriam ...] a Portugal [...] com as do ocidente, e meio dia à Espanha, e as linhas de pontinhos denotam o que se alcançou a ver. Não se corrigiram as longitudes por se não terem as correspondências observadas em lugares conhecidos. Povo de São Nicolau a 8 de abril de 1760.”



Fonte: Map Collection. Room 370. The Joseph Regeinstein Library of the University of Chicago.

CAPÍTULO 2 – ALTERAÇÕES POLÍTICAS NOS LIMITES DA FRONTEIRA PLATINA EM 1801: INDÍGENAS COMO PROTAGONISTAS?

2.1 – Atuações indígenas na conquista dos sete povos missioneiros (1801)

Após uma série de tratativas, desavenças, acertos e desacertos em torno do direito de posse sobre súditos, território e bens, houve um conflito em meados de 1801. As disputas envolveram índios, súditos espanhóis e portugueses na região de fronteira entre a capitania do Rio Grande de São Pedro e o Vice-reino do Prata. Com a conquista de sete dos trinta povos de índios guaranis das missões para a Coroa portuguesa, a capitania mais do que dobrou de tamanho¹⁰⁴, já que o território missioneiro era maior do que suas dimensões na época¹⁰⁵. Além disso, conseguiu aumentar em aproximadamente 28% o número de seus súditos, ao mesmo tempo em que os subtraía da Espanha num contexto marcado por políticas expansionistas, onde possuir mais vassalos fazia a diferença¹⁰⁶. Tomando-se como base mapas dos habitantes da capitania do Rio Grande nos anos de 1798 e 1802, o número de indígenas aumentou 44% após o ano da ‘conquista’¹⁰⁷. Estima-se que havia nos sete povos 14.000 almas em 1801¹⁰⁸.

Apesar de esclarecer que muitos indígenas estiveram envolvidos no conflito, esses dados por si só não foram capazes de dimensionar o peso da sua atuação no processo de anexação do território missioneiro aos domínios portugueses e os significados da incorporação de sua gente e do uso de seus bens durante o evento. Afinal de contas, como e

¹⁰⁴ Ver mapa da **Figura 3** ao final deste capítulo, p. 104. Neste mapa podemos ver em cinza a parte que o Continente de Rio Grande anexou depois da conquista de 1801.

¹⁰⁵ SILVEIRA, H. J. V. da. **As missões orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979 [1909], p. 66.

¹⁰⁶ GARCIA, 2013, p. 177.

¹⁰⁷ SANTOS, C. M., 1984, p. 35-37.

¹⁰⁸ De acordo com um documento supostamente escrito por Francisco João Roscio – suposição esta que consta no registro – “os povos que se sujeitaram são os seguintes: São Miguel, que tem 1900 almas; São João, 1600; São Lourenço, 900; Santo Ângelo, 1960; São Luís, 2350; São Nicolau, 3970; São Borja, 1300; - 13.950”. BNRJ. *Notícia abreviada dos principais sucessos da guerra de 1801, na campanha do Rio Grande de São Pedro, na América Meridional*. [c. 1802]. MS – 554 (1). Coleção Linhares, microfilme 28. Dados apresentados também por PINHEIRO, J. F. F. **Anais da Província de São Pedro: história da colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Petrópolis: Vozes, 1978 [4ª Ed.], p. 157; CESAR, G. **História do Rio Grande do Sul: período colonial**. Porto Alegre: Editora Globo, 1970 [1956], p. 217. Há menções sobre totalizarem 22.000 os habitantes dos povos em 1801, entretanto, o dado mais aceito e usado é 14.000. As cifras apresentadas neste parágrafo tomaram por base o número de 14.000.

por que um contingente populacional considerável como este teria passado a integrar os domínios portugueses? Até bem pouco tempo atrás, respostas para questões como esta foram absolutamente excludentes no que diz respeito à participação ativa dos índios. O problema é maximizado quando serve para suscitar reflexões sobre como o olhar para as fontes históricas sobre a ‘conquista’ de 1801 foi tantas vezes capaz de analisá-las sem enxergar a importância das ações indígenas. A consequência da exclusão é drástica: histórias sobre a formação social dos espaços fronteiriços incompletas.

Felizmente, há estudos que privilegiaram esse aspecto fundamental do evento. São poucos e apenas recentes, mas esses trabalhos são contribuições inovadoras e abrem caminho para narrativas mais atentas aos sujeitos indígenas que atuaram na formação social do espaço em questão. Elisa Garcia, em seu livro que pode ser considerado pioneiro no estudo das políticas indígenas e indigenistas no extremo sul da América portuguesa, escreve um capítulo sobre a “‘conquista’ definitiva dos Sete Povos das Missões – 1801”. Nele, a autora revê o entendimento sobre a suposta singularidade do evento, bem como sobre o papel dos índios na conquista. Para ela, “eles tiveram, sem dúvida, uma participação relevante na conquista e sem sua colaboração ela não teria sido possível”¹⁰⁹.

A partir do enfoque na produção historiográfica brasileira, Elisa Garcia avalia que “a conquista das missões nunca foi objeto de um trabalho específico de monta, sendo geralmente abordada em artigos ou em capítulos de livros que tratavam mais amplamente da história do Rio Grande do Sul ou do Brasil”¹¹⁰. Ao analisar escritos de Manoel Aires de Casal, Francisco Varnhagen, Capistrano de Abreu, entre outros historiadores tradicionais¹¹¹, ela ressalta que nesses trabalhos sempre era apontado o caráter específico do evento ao ter sido entabulado por particulares e não pelo exército regular, sob ordem e supervisão do governo colonial. Garcia enfatiza que embora algumas das análises historiográficas tradicionais tenham reconhecido a participação das autoridades coloniais no planejamento do ataque aos sete povos, os mesmos autores acabam por reiterar sua especificidade ao ter sido empreendido por particulares. Em linha oposta à desses autores, para compreender a conquista das missões,

¹⁰⁹ GARCIA, 2013, p.179.

¹¹⁰ Ibid., p. 174.

¹¹¹ Entre as páginas 173 e 180, Garcia (2013) faz uma excelente síntese da bibliografia brasileira sobre o conflito de 1801.

Garcia foca dois aspectos: “*como se deu a relação entre os representantes locais do poder régio e os particulares, tomando a conquista como um empreendimento misto, semelhante a outros processos de expansão territorial ocorridos durante a época colonial*”¹¹²; e as condições em que os índios fizeram a escolha pela administração portuguesa à espanhola, bem como o que ela teve de coercitiva. Sem contrapor poder público e privado, ela considera que é preciso contextualizar as informações dos ‘conquistadores’ presentes nas fontes como um discurso característico do Antigo Regime. Do mesmo modo, chama atenção para a necessidade de contextualização do posicionamento dos índios pontuando que, de modo distinto das autoridades coloniais e dos particulares, “as populações indígenas estavam inseridas na lógica das reciprocidades”¹¹³.

Outra pesquisa que inclui as ações indígenas num período de definição de fronteiras é a de Max Ribeiro. Seu estudo aborda situações vividas pelos índios entre 1801 e 1834 no espaço territorial das Missões e no Rio Grande de São Pedro através do uso combinado de fontes seriais e qualitativas. Entre outros aspectos, Ribeiro privilegia a análise de formas de organização social indígena por meio de intrincadas redes de compadrio, evidenciando, destaca o autor, “*que os guaranis não foram agentes passivos durante e depois da conquista de 1801*”. Esta pesquisa também pode ser considerada pioneira em relação ao uso de fontes quantitativas para analisar “*estratégias adotadas pelos guaranis das Missões após a conquista luso-brasileira*”¹¹⁴. O foco recai sobre o período posterior a 1801, mas o autor não deixa de cotejar o conflito a partir da ação dos índios.

Outro trabalho inovador sobre o tema é a recente dissertação de mestrado de Alfredo Ranzan¹¹⁵. Através da análise de um compêndio documental amplo e pouco explorado pela bibliografia histórica brasileira para analisar assuntos correlatos¹¹⁶, o autor mostra como o uso da escrita foi importante na elaboração das estratégias indígenas no período entre a

¹¹² GARCIA, 2009, p. 178.

¹¹³ Ibid., p. 216.

¹¹⁴ RIBEIRO, M. R. P. Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missionários após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834). 2013. 149 p. Dissertação (Mestrado) - PPGH/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. p. 22 e 7, respectivamente.

¹¹⁵ RANZAN, 2015, p. 177.

¹¹⁶ O autor consultou documentações nos arquivos nacionais do Chile e da Argentina e as usou na pesquisa para “*pensar na história do nosso estado e do país, e sua consolidação de fronteira*”, algo raro na abordagem de temas relacionados à história indígena no Brasil (Ibid., p. 177).

expulsão dos jesuítas da América espanhola e a anexação dos sete povos pela Coroa portuguesa. Especificamente sobre o conflito de 1801, ele considera que:

(...) as fontes utilizadas nesta pesquisa reafirmam e/ou complexificam as análises contemporâneas que foram apresentadas ao longo do trabalho. Nesse sentido, a hipótese de os indígenas terem tomado a iniciativa da aliança com os portugueses, é apresentada como mais uma possibilidade de diálogo com estas fontes, a partir de uma visão que atribui esta atitude à agência e iniciativa indígena¹¹⁷.

Antes dessas últimas pesquisas, no mais das vezes, as chaves de leitura para entender a ‘conquista’ de 1801 foram simplificadoras de uma realidade social pouco conhecida. A maior parte da historiografia produzida sobre as missões ou mesmo sobre o tema da definição de limites territoriais do Brasil relacionou o conflito de 1801 apenas às disputas políticas e expansionistas entre as Coroas ibéricas e frequentemente interpretou a anexação dos sete povos a Portugal a partir de três eixos: a declaração de guerra da Espanha a Portugal em 1801; o consentimento das autoridades coloniais do Continente de São Pedro para que ‘particulares’ invadissem as missões; o sucesso da iniciativa de particulares. Esses eixos interpretativos não são excludentes entre si, e pode-se encontrar variações deles na análise de um mesmo autor. Mas em todas suas vertentes explicativas, a presença e as atividades dos índios, quando aparecem, figuram como se fossem de caráter complementar.

Ao longo de diversos recortes temporais, houve pouca ou nenhuma preocupação em perceber as ações dos índios como importantes para o evento que resultou na anexação dos sete povos ao território da capitania do Rio Grande. Como bem esclarece Elisa Garcia, Varnhagen valorizou o aspecto da incorporação de *terras* ao ‘Brasil’ como consequência da vantagem dos conflitos entre França e Portugal¹¹⁸. Capistrano de Abreu, num conjunto de ensaios e contribuições resumidas sobre *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, escreve um único parágrafo sobre o evento, relacionando-o a dois dos eixos mencionados anteriormente, aos conflitos entre Portugal e Espanha em torno da questão de demarcação de limites, em 1801, e à iniciativa particular de José Borges do Canto e Manuel dos Santos

¹¹⁷ RANZAN, 2015, p. 177.

¹¹⁸ VARNHAGEN, F. A. **História Geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal**. São Paulo: Melhoramentos, 1956 [1854], p. 29; GARCIA, 2013, p.174.

Pedroso de se ‘atirarem’ contra os sete povos. Enalteceu os particulares e atribuiu o motivo do sucesso às suas ações: “foram, viram, venceram.”¹¹⁹

Outros conhecidos expoentes da historiografia regional tradicional, como Aurélio Porto e Emilio de Souza Docca, questionaram a ênfase à iniciativa particular e ofereceram uma alternativa interpretativa que responsabilizava as políticas indigenistas da Espanha, ao mesmo tempo em que seguiam conferindo a Borges do Canto e Manoel dos Santos Pedroso o protagonismo da ‘conquista’, sem que isso se apresentasse, necessariamente, como contradição ou ambiguidade. No ponto de vista de ambos os historiadores, a má gestão das políticas estabelecidas com os índios pelos espanhóis não desmerece a ‘bravura’ e ‘impetuosidade’ dos aventureiros¹²⁰. Neste tipo de interpretação, os índios figuram como se todas as suas atitudes fossem derivadas do agrado ou desagrado causado pelas políticas e alianças propostas por portugueses ou espanhóis, e não por motivações e iniciativas próprias.

Guilhermino César e Moysés Vellinho discordaram no tocante à incorporação da *gente* missioneira. Enquanto o primeiro se preocupou em expor dados sobre a quantidade de habitantes nos povos e ponderou que a ‘miscigenação’ foi “*fator atuante com que contou o Brasil para apossar-se dessa região*”¹²¹; o segundo remeteu a ‘ruína’ dos povos missioneiros à ação dos espanhóis e eximiu portugueses da responsabilidade de não haver sobrado mais do que “*restos de gente (...) [sem] condições de receber nem transmitir qualquer tipo de influência*”¹²². Porém, assentiram, cada um a seu modo, que os índios foram passivamente dominados pelos portugueses. Para Guilhermino César, através da miscigenação a “feição portuguesa veio a prevalecer nas Missões” haja vista que “o que lá se passou, antes de 1801, não pertence à História do Rio Grande”¹²³. Nesse sentido, a interpretação de Moysés Vellinho também opera através da invenção do que ele chamou de “histórias de subterrâneos”, um passado destruído com a criação de uma nova experiência a partir de 1801¹²⁴.

¹¹⁹ ABREU, C. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975, p. 82.

¹²⁰ PORTO, 1943; DOCCA, S. **História do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Edições da Organização Simões, 1954.

¹²¹ CÉSAR, 1970 [1956], p. 220.

¹²² VELLINHO, M. **Capitania d’El -Rei: Aspectos polêmicos da formação Rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1970, p. 94.

¹²³ TORRES, L. H. **Historiografia missioneira no Rio Grande do Sul (1960-1975)** apud FLORES, M. (Org.). **Negros e Índios Literatura e História**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994, p. 57.

¹²⁴ VELLINHO, op. cit., p. 94-95.

Mesmo em pesquisas relativamente mais recentes cujo tema ou mote principal é o conflito de 1801, como as de Maximiliano Menz e Fernando Camargo, as histórias dos índios não ocupam a devida importância. Objetivando “*demonstrar a integração do guarani missioneiro na economia sul-rio-grandense, suas atividades produtivas e as relações de produção sob a qual foi integrado*”¹²⁵, Menz utilizou aportes teóricos inspirados no ‘materialismo histórico’ e conservou o enfoque em aspectos socioeconômicos, como ele marca ao longo do trabalho¹²⁶. Dedicado ao diálogo com a teoria mais do que com as fontes, suas análises sobre as atuações indígenas foram bastante acanhadas. Todavia, a pesquisa é uma contribuição relevante por ter se preocupado com as histórias dos guaranis missioneiros num período pouco estudado pela historiografia, sobretudo por incluir em seu recorte temporal anos posteriores a 1822, quando se iniciou o processo de emancipação do Brasil, após a declaração de independência. Outro diferencial é a atenção dada ao aspecto produtivo do trabalho indígena, muitas vezes negligenciado no período pós-jesuítico.

O livro de Fernando Camargo, originalmente uma tese de doutorado, foi publicado em 2001¹²⁷. A pesquisa possui embasamento documental para demonstrar o quanto as ações dos índios foram decisivas para o desfecho do evento. Apesar disso, a análise e a realidade ficaram comprometidas ao considerar que Borges do Canto, reunido com “*gente da sua laia e mais uns poucos homens de bem*”, *empreenderam um “ato de maloqueiros, bandoleiros”*¹²⁸ Ao generalizar as atividades e as motivações de diversas personagens que participaram do conflito, afirmou que “*os principais protagonistas da conquista de 1801 [que] tinham o contrabando por atividade principal*”¹²⁹. Quanto aos índios, “*sua sina seria optar por uma entre duas soluções violentas: aculturação e sujeição humilde ou extermínio*”¹³⁰. De todo modo, o historiador transcreveu e publicou como apêndice de seu livro parte de um interessante processo criminal sobre a perda do território missioneiro, instaurado em Buenos Aires em 1802 e concluído em 1807. No apêndice documental, as atuações dos índios aparecem de maneira renitente.

¹²⁵ MENZ, M. A Integração do Guarani Missioneiro na Sociedade Sul-Rio-Grandense. 2001. 163 p. **Dissertação (Mestrado)** - PPGH/UNISINOS, São Leopoldo, Brasil. p.16.

¹²⁶ Ibid., p. 17 e 20.

¹²⁷ CAMARGO, 2001.

¹²⁸ Ibid., p. 13. O grifo do primeiro trecho é meu.

¹²⁹ CAMARGO, 2001, p. 77.

¹³⁰ Ibid., p. 186-187.

Antes, finalizo esta parte sobre os índios na ‘conquista’ de 1801 e as fronteiras em movimento, indicando que há vários equívocos nas análises mais tradicionais sobre o conflito. Um dos mais graves, no meu aval, é considerar a participação dos índios como de caráter apenas permissivo. Para alguns autores, a tomada das missões foi uma empresa fácil tão somente porque os índios não se opuseram à alternativa de se aliar aos portugueses. Ainda que as condições de escolha tenham sido precárias, o problema desse tipo de interpretação não é apenas diminuir a importância da participação indígena no conflito; mas considerar os índios que habitaram e circularam pelos sete povos como um conjunto homogêneo de pessoas, que pensaram todos da mesma forma, escolheram os mesmos inimigos e aliados, e chegaram a uma única resposta diante dos acontecimentos. Nesta mesma via que trafega na contramão da história, está o carro-chefe de uma estratégia narrativa bastante conhecida, que conduz à vitimização dos índios e, concomitantemente, à heroicização daqueles que são vistos como seus antagonistas.

Guilhermino César considerou que *“os heróis de 1801 venceram facilmente o opositor – melhor seria dizer: impuseram-se culturalmente aos remanescentes guaranis que se haviam marginalizado no vasto território das antigas reduções jesuíticas”*¹³¹. A fórmula consiste, neste caso, em requestrar o mito sobre os bandeirantes paulistas e o povoamento do Oeste. Em sua opinião, Borges do Canto, Gabriel Ribeiro de Almeida e Manuel dos Santos Pedroso:

(...) foram os bandeirantes do Rio Grande. Reeditaram, ao começar do século XIX, o impulso civilizador que trouxera à província do Tape as bandeiras de Manuel Preto e Raposo Tavares, e de todos que, na caminhada para o sul, buscaram durante dois séculos firmar a nossa fronteira, pelo Oeste, nos limites naturais do rio Uruguai.¹³²

O mito sobre os bandeirantes paulistas e a ‘conquista’ do Oeste, na verdade, foi reeditado pelo historiador através do lugar que conferiu às ações dos três sujeitos. Outros historiadores fizeram análises parecidas no que diz respeito à exclusão dos indígenas como sujeitos ativos, conforme vimos. Cada qual a seu modo, endossaram, remeteram-se uns aos outros e repetiram as informações encontradas nas fontes sem maiores críticas e

¹³¹ CESAR, G. **Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul: estudo de fontes primárias da história rio-grandense acompanhado de vários textos**. Porto alegre: Edições da Faculdade de Filosofia do Rio Grande do Sul, 1969, p. 192.

¹³² Ibid., 192.

contextualizações. Contudo, reinterpretar as ações indígenas no conflito de 1801 contribui para realocar o papel heroico dos ‘bandeirantes do Rio Grande’ e localizar com mais profundidade a importância dos índios na história. Como John Monteiro demonstrou, ao lado do “*pujante mito do bandeirante*” e “*atrás das façanhas desses intrépidos desbravadores esconde-se a história [de] milhares de índios*”¹³³.

Esforços pioneiros foram feitos para desvendar essas histórias escondidas. Através de propostas interpretativas inovadoras, atentas e comprometidas em romper com mitos historiográficos, discussões mais amplas e críticas sobre o papel desses importantes trabalhadores “*nos interstícios de uma economia e sociedade voltadas prioritariamente para o Atlântico*”¹³⁴ foram conectadas. Apesar da distância, no tempo e no espaço, essas conexões entre a importância do trabalho, das riquezas e do conhecimento dos índios, de alguma maneira, já haviam sido colocadas em 1612, quando “ao explicar por que os paulistas tinham tanto êxito na captura de índios do Guairá, o governador de Buenos Aires lembrava à Coroa espanhola que isso se devia à colaboração de certos caciques guarani, que ‘lhes servem de guias nessas entradas’”¹³⁵.

Na presente interpretação sobre o conflito de 1801, os índios permanecem como guias porque os espaços por onde circularam e as relações sociais que estabeleceram continuam a conectar as histórias entre uma banda e outra do rio Uruguai. Suas experiências se apresentam como elos interessantes para entender as mudanças dos tempos coloniais para os tempos ‘imperiais’ no caso do Brasil, e ‘republicanos’ para o caso da Argentina e do Uruguai. Além disso, acredito que novas alternativas de interpretação ganham força quando fazem uso dos escritos dos historiadores para observar que as histórias indígenas possuem relevâncias para compreender processos sociais cujas fronteiras se estendem para além dos limites coloniais e nacionais¹³⁶.

De modos distintos, através de caminhos específicos, o trabalho e as terras indígenas, bem como seus conhecimentos e outros bens continuavam a ser cruciais no alvorecer do

¹³³ MONTEIRO, J. M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 8-9.

¹³⁴ Ibid., p. 9.

¹³⁵ MONTEIRO, 1994, p.63.

¹³⁶ MONTEIRO, J. M. Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de história indígena e do indigenismo. 2001. **Tese (Livro Docência)**. IFCH/Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil. Especialmente, o capítulo 10: *Raças de Gigantes, Mestiçagem e Mitografia no Brasil e na Índia Portuguesa*.

século XIX na região platina, como foram para Portugal, para a capitania de São Paulo e para o conjunto das demais capitanias que integraram o vice-reino do Brasil entre os séculos XVI e XVIII. As mitografias sobre o heroísmo e o bandeirantismo, que continuam a integrar narrativas que colocam as histórias dos índios em segundo plano, entretanto, não mais se sustentam com as novas informações que a cada dia são descobertas nos arquivos e com outras leituras das fontes já conhecidas.

2.2 – Os índios na conquista dos sete povos missioneiros: histórias desconhecidas vividas por atores reais.

Entre julho e agosto de 1801, num plano executado por índios, particulares e oficiais do governo tomaram parte José Borges do Canto, Gabriel Ribeiro de Almeida e Manuel dos Santos Pedroso. Esse conjunto de pessoas – índios, particulares e oficiais do governo – com interesses diversos, levou a efeito um empreendimento que conquistou gente, terra, gado e outros bens, além de patentes militares, títulos de nobreza e sesmarias para militares e particulares¹³⁷. Não obstante o conjunto das ações de todos esses sujeitos ter contribuído para o desfecho do conflito com a ‘conquista’ do território missioneiro para Portugal, as ações daqueles três foram, durante muito tempo, mais enfatizadas e valorizadas pela historiografia. Como vimos, em grande parte das análises, a anexação dos sete povos foi vista como um empreendimento levado a cabo por particulares. Mesmo quando houve o entendimento de que autoridades do poder colonial deram o passo inicial ao convocar a guerra, conceder permissão para atacar o inimigo e oferecer perdão aos desertores que estivessem dispostos a integrar as milícias; os particulares permaneceram sendo vistos como principais responsáveis pela conquista. O sucesso da empreitada costuma ser atribuído à sua “afoiteza e entusiasmo”¹³⁸, e não aos interesses que todas as partes tinham em vista.

¹³⁷ Patrício José Corrêa da Câmara, por exemplo, era tenente-coronel e comandava a fronteira de Rio Pardo em 1801. Mais tarde, atuou na guerra Cisplatina e na guerra contra Artigas. Chegou ao posto de general e, em 1825, recebeu o título de visconde de Pelotas. Foi, ainda, presidente da Província de São Pedro em 1846. Borges do Canto recebeu uma sesmaria no vale do Camaquã e a patente de capitão. Gabriel Ribeiro foi promovido a tenente de milícias. Manoel Pedroso alcançou o posto de tenente-coronel. CESAR, 1969, p. 191, 194, 196.

¹³⁸ PINHEIRO, 1978, p. 139.

Entretanto, considero que tão importante quanto avaliar se a anexação dos sete povos se tratou de um empreendimento do governo, de particulares, ou de ambos, é redimensionar o lugar dos índios nessa história. E, neste caso, analisar privilegiando as atuações indígenas não significa diminuir a importância da ação dos demais envolvidos. Tanto assim que, para entender melhor o caráter crucial de suas atuações no processo de anexação, é preciso recorrer aos registros produzidos tanto por agentes a serviço do poder colonial português, quanto do espanhol, quanto pelos próprios índios. Contudo, para elaborar perguntas sobre o conflito de 1801 e aventar respostas plausíveis é fundamental cotejar as fontes com um olhar atento à insistente e, no mais das vezes, despercebida importância da presença indígena nas fontes históricas. Caso contrário, as análises sobre este evento serão sempre insatisfatórias devido à sua incompletude.

Embora nos relatos de Canto, Gabriel e Maneco¹³⁹, eles procurem enaltecer seus feitos, com o objetivo de conseguir benesses, através de discursos característicos de uma sociedade de Antigo Regime, nas linhas e entrelinhas podemos ver como as ações dos índios escapam à lógica desses discursos. Nesse sentido, especialistas em estudos sobre populações indígenas na América do Norte, com pesquisas em diversos campos de conhecimento como Antropologia, História, Geografia e Literatura chamam atenção para a “necessidade de ‘ler além’ das palavras e imagens dos documentos históricos que consultamos para o estudo da história indígena”. Tais estudos oferecem diversas ferramentas e abordagens para colocar isso em prática¹⁴⁰.

Num primeiro momento, essa simples constatação nos leva a lembrar pressupostos básicos sobre o fazer historiográfico em tempos atuais nos estudos sobre quaisquer sujeitos, individuais ou coletivos, setores subalternos ou de elites, culturalmente distintos ou não, etc.; ou seja, nos reitera a necessidade de contextualizar as fontes históricas. Ao nível conceitual, porém, isso se apresenta como um grande desafio porque requer uma *aproximação*

¹³⁹ Doravante, passo a chamar José Borges do Canto, Gabriel Ribeiro de Almeida e Manoel dos Santos Pedroso respectivamente de Canto, Gabriel e Maneco (como Manoel Pedroso era chamado nas fontes), por entender que fica mais fácil e menos enfadonho para o leitor localizar as personagens na narrativa.

¹⁴⁰ BROWN, J. S. H.; VIBERT, E. **Reading Beyond Words: contexts for Native American History**. Canada: Broadview Press Ltd, 2003, p.12.

*“consciente dos discursos e desafios analíticos colocados por uma miríade de formas com as quais as evidências confrontam quem se aventura neste campo”*¹⁴¹.

De acordo com Michael Dorris, pesquisador indígena da etnia Modoc, uma séria consideração sobre história indígena deve começar com uma *“inicial, abrupta e dolorosa ‘desmitologização’*”. O que Dorris chamou de ‘desmitologização’, alguns estudiosos tem chamado de *“descolonização do conhecimento”*, explicam a antropóloga Jennifer Brown e a historiadora Elizabeth Vibert¹⁴².

Descolonizar o conhecimento significa entender melhor o projeto de colonização, ou seja, buscar compreender da maneira mais profunda possível, os contextos históricos específicos onde diversos tipos de narrativas sobre os europeus e o outro foram produzidas¹⁴³.

Procurar compreender a lógica dessas narrativas poderosas sobre diferenças culturais ajuda a perceber como os discursos sobre os índios operaram e possibilita romper com as representações estereotipadas sobre suas histórias. Rastrear outras fontes sobre os mesmos acontecimentos e cruzar as informações também é importante para entender a tônica dos discursos.

Alertada pelas repetidas contradições sobre os papéis dos índios presentes nos relatos produzidos pelos três agentes a serviço dos interesses do governo colonial na conquista de 1801, e dos seus próprios, e surpresa ao perceber que esse aspecto foi relativamente pouco ressaltado no conjunto das análises historiográficas, considero que a busca de uma leitura para além das palavras seja capaz de conceber abordagens mais adequadas para localizar as iniciativas indígenas. Ressalto dois aspectos observados na análise dos relatos produzidos por Canto, Gabriel e Maneco e no cruzamento com outros dados. Um é o caráter de autoridade que os discursos adquiriram através da repetição de certas afirmações. Outro são os desafios e questões impostos pelas ações dos índios e as tentativas dos autores dos registros de superá-los através dos discursos. Tais questões e desafios estiveram relacionados à crença na superioridade dos luso-brasileiros e à simultânea consciência e percepção prática sobre a necessidade da adesão dos índios aos planos do governo da capitania para que eles pudessem dar certo. As incongruências não escaparam à lógica dos discursos escritos. Através delas,

¹⁴¹ Ibid., p 12.

¹⁴² Ibid., p 12, 13.

¹⁴³ DORNELLES; MELO, 2015, p. 200.

das incongruências, os discursos acabam por evidenciar a importância da atuação e das iniciativas indígenas para que os sete povos se tornassem parte dos domínios portugueses.

As memórias produzidas por Canto, Maneco e Gabriel sobre *os acontecimentos mais notáveis* durante a ‘conquista’ dos sete povos foram escritas depois da declaração de paz anunciada em 24 de dezembro de 1801. Canto datou seus escritos de maio de 1802, Maneco de setembro de 1802. Gabriel teria escrito suas memórias já passados cinco anos do conflito, em 1806¹⁴⁴. Nesses três relatos, as informações são oferecidas de modo mais comedido do que nas cartas que Canto e Maneco enviaram às autoridades no calor dos acontecimentos, em agosto e setembro de 1801. Nas cartas, eles demonstraram de forma mais explícita como estavam impressionados com “as forças que haviam [sic] naqueles povos”¹⁴⁵ que, segundo Gabriel, buscavam conhecer. É importante atentar para essas diferenças, pois o contexto em que as fontes históricas são produzidas alteram, se não os dados, a maneira como eles são registrados. As memórias foram escritas a pedido do governador da capitania, João Francisco Roscio.

Algumas notícias sobre “o estado e acontecimentos mais notáveis depois da publicação da paz nos mesmos povos” chegaram às instâncias de poder superiores nove meses após o início do conflito e cinco meses após a declaração de paz em dezembro de 1801. O governador as enviou ao vice-rei do Brasil por dois motivos. O menos importante deles é que ele temia que a ausência de informações pudesse “representar criminosa negligência” aos olhos de Dom Fernando de Portugal. O reporte vinha acompanhado de uma série de justificativas pela demora em formalizar um relatório sobre acontecimentos militares tão significativos ocorridos “nos sete povos de índios guaranis das missões situadas à margem direita do rio Uruguai”¹⁴⁶.

João Francisco Roscio informava ao vice-rei que não enviara as notícias antes porque não havia sido possível “conseguir as mais autênticas e formais relações dos citados acontecimentos do que as *copiadas de outras* que pedi aos três oficiais de auxiliares que tiveram grande parte nelas”. Ainda assim, achava-se animado a oferecer informações que julgava, apesar das circunstâncias,

¹⁴⁴ CESAR, 1969, p. 191. Ver Nota 1.

¹⁴⁵ ALMEIDA, G. R. Memória de Gabriel Ribeiro de Almeida apud CESAR, 1969, p. 198.

¹⁴⁶ ANRJ. Secretaria do vice-reinado. Códice 104, v. 13, p. 85.

(...) não serem exageradas, antes diminuídas de alguns acontecimentos por falta de lembrança do exato tempo para sua colocação, assim como de que com verdade e inteireza não se poderão conseguir outras melhores, nem com mais individual especificação, sem mistura de orgulho e interesse, ou talvez adulteradas e dirigidas a ocultar não só alguns desacertos, mas muitos desconcertos¹⁴⁷.

O governador alertou a Dom Fernando de Portugal sobre a qualidade das informações contidas nos relatos, mas esse alerta também pode servir às historiadoras e historiadores. Roscio avisou sobre o intervalo de tempo entre o conflito e a escrita dos relatos e sobre a implicação disso na memória dos relatores. Reconheceu a parcialidade das informações diante dos interesses, ocultamentos, orgulhos, desacertos e situações desconcertantes. Assumiu que os relatórios continham informações repetidas porque foram *copiadas de outras*, embora tenha asseverado que *não se poderão conseguir outras melhores*. Melhores, não, pois a qualidade das fontes também depende de como se faz as perguntas e de como se busca hipóteses plausíveis através delas, mas com outras perspectivas, talvez. Esta própria carta que ele escreveu já nos mostra diferentes percepções e possibilita enxergar na incongruência dos relatos de Canto, Gabriel e Maneco, o alerta do governador.

Quando, meses depois de deflagrada a guerra das Laranjas entre Espanha e Portugal na Europa, a notícia chegou à capitania do Rio Grande, uma das primeiras providências tomadas pelo então governador do Continente foi convocar os desertores do exército regular para a guerra que poderia ocorrer naquelas fronteiras da América. Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara lançou editais determinando o reconhecimento dos espanhóis como inimigos e oferecendo perdão aos desertores que se apresentassem¹⁴⁸. A notícia sobre a guerra na Europa gerou expectativas entre pessoas de vários setores sociais na capitania. Os riscos e as oportunidades em situações de guerra eram diversos, sobretudo em espaços fronteiriços.

Desertores tinham a oportunidade de legalizar sua situação de foragidos, particulares e fazendeiros podiam perder seus rebanhos (o governo podia confiscá-los ou tomá-los por empréstimo para abastecer as forças militares) ou ampliá-los através do contrabando (já que

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ BNRJ. **Notícia abreviada dos principais sucessos da guerra de 1801**, na campanha do Rio Grande de São Pedro, na América Meridional. [ca.1802]. MS – 554 (1). Coleção Linhares. Microfilme 28.

havia menos controle durante conflitos). Militares podiam adquirir melhores cargos e patentes, e mesmo propriedades de terra se houvesse bom desempenho em suas atividades. Por outro lado, podiam perder suas vidas no conflito. Para além dessas variáveis, a guerra na Europa pode ter se apresentado para os habitantes da capitania como uma oportunidade de obter vantagens diante de um quadro de indefinição territorial, política e jurisdicional. Uma amostra disso é que o governador não esperou a notícia oficial da declaração de guerra para lançar os editais, publicando-os apenas tendo recebido um aviso informal. Assim, um segundo atraso na chegada da notícia sobre o tratado de Badajós, que celebrava a paz entre as Coroas, também parece ter vindo a calhar.

Ciente dos comunicados sobre a guerra, Maneco juntou alguns homens e se apresentou voluntariamente ao capitão de dragões Francisco Barreto. ‘Maneco’, como é citado em algumas fontes, era filho de uma índia guarani e falava o idioma materno. Fazendeiro e soldado de milícias, viu na perspectiva do conflito uma oportunidade de obter vantagens. Francisco Barreto o encarregou de atacar a guarda espanhola de San Martin. A guarda era a mais setentrional nas mal definidas linhas divisórias entre Espanha e Portugal, como vimos anteriormente. Além disso, era a principal estrada de acesso às missões, outro dos motivos pelos quais foi várias vezes mencionada no Tratado de Santo Ildefonso. A guarda era ainda usada para conter o contrabando entre Rio Pardo, importante núcleo colonial português e as missões. Cerca de sessenta índios trabalhavam em sistema de rodízio, alternando entre os povos o envio das tropas que permaneciam na guarda por um mês¹⁴⁹. Maneco seguiu as ordens e logo após a invasão, Francisco Barreto mandou instalar ali uma guarda portuguesa. Em seguida, ordenou ao fazendeiro voluntário que:

(...) visto falar eu o idioma guarani, me avançasse com os mesmos vinte homens para os estabelecimentos dos índios das Missões, a fim de os persuadir a que se voltassem a nosso favor, e serem vassalos portugueses, para o que nós os auxiliaríamos¹⁵⁰.

¹⁴⁹ GARCIA, 2013, p. 221. Ver Nota 70.

¹⁵⁰ PEDROSO, M. S. Relação dos serviços que pratiquei na conquista dos sete povos guaranis das missões orientais do Uruguai, desde o princípio até o fim da guerra próxima passada [1802]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, O Instituto, vol. 130, tomo 77, parte II, 1914, p. 63. (63-67)

Após ocupar a principal entrada para o caminho às missões, o próximo passo foi falar com os indígenas, em guarani, sobre os planos de conquista. A mensagem primordial a ser transmitida naquele idioma, língua materna do fazendeiro, era que os portugueses não lhe fariam mal algum e sim lhes prestariam auxílio “a fim de sacudir o jugo dos espanhóis e ficarem debaixo da benéfica proteção de S.A.R., o príncipe regente nosso senhor”¹⁵¹. Para livrar os índios do domínio espanhol e oferecer-lhes auxílio e proteção, Maneco foi às estâncias de São Lourenço e São Miguel, “nas quais falei aos índios, [que] além de me auxiliarem com as cavalgadas de que precisei, me asseguraram que todos desejavam passar ao domínio português”¹⁵². Ou seja, além de fornecerem cavalos, nessa primeira aproximação, os indígenas informaram aos corregedores dos povos sobre a mensagem de Maneco. Os corregedores escreveram ao comandante da guarda de São Pedro manifestando interesse em passar a integrar os domínios portugueses.

Poucos dias depois, Canto e Gabriel chegaram às mesmas estâncias. Canto era filho de açoriano, nascido em Rio Pardo, importante núcleo colonial português, seis quilômetros distante de São Nicolau do Rio Pardo, um importante aldeamento guarani fundado em 1757¹⁵³. Desertor do regimento de dragões, ao saber do perdão concedido mediante apresentação para a guerra, também procurou as autoridades coloniais e pediu licença para “fazer algumas hostilidades ao inimigo”. Com a permissão dada, buscou conhecidos e teria conseguido reunir quatorze ou quinze homens, entre eles Antônio de Almeida Lara, um tenente da capitania de São Paulo, que ali estava ‘a negócios’. Havia anos que Borges do Canto “vivia entre espanhóis e portugueses naquela vasta campanha, povoada de uma nação de charruas e minuanos”¹⁵⁴. Conhecia bem o território da campanha, praticava o comércio ilícito de gado, tinha contato com fazendeiros, outros homens de negócios e índios charruas e minuanos. As experiências de sua vida cotidiana, de certa forma, o habilitavam para tentar invadir as guardas e postos das linhas divisórias e negociar com índios dos sete povos das missões:

José do Canto, pois, ora entrava na capitania do Rio Grande de São Pedro, donde era natural, ora nas terras dos espanhóis a traficar contrabandos; em uma e outra parte passeava disfarçado, pois se

¹⁵¹ Ibid., p. 63.

¹⁵² Ibid., p. 63.

¹⁵³ MELO, 2011.

¹⁵⁴ ALMEIDA apud CESAR, 1969, p. 197.

tinha feito célebre com a sua vida extravagante e odiosa a ambas as nações¹⁵⁵.

Embora tenha desertado do regimento de dragões e tido uma vida ‘odiosa’ depois de 1801, Canto foi considerado um soldado destemido por autoridades coloniais. Ele havia se tornado célebre entre as ‘nações’ indígenas, espanhola e portuguesa, por andar disfarçado e circular livremente pela fronteira, conforme o relato de Gabriel. Se ele podia andar disfarçado era porque podia ser identificado como um habitante daquele território, ou seja, como um indígena, um espanhol ou um português.

Gabriel, como o Maneco, também era filho de uma “índia da terra”¹⁵⁶. Aprendeu o guarani com a mãe e dominava o idioma. Quando a guerra começou, ocupava o posto de furriel. Prestava serviços na guarda portuguesa estabelecida em San Martin, logo após ter sido invadida por Maneco. Foi ali que, quando estava a caminho das estâncias, Canto entrou em contato com Gabriel, e a partir daquele “mês de agosto, na força e rigor do inverno”¹⁵⁷, ele se dispôs a acompanhá-lo.

Na estância de São Pedro, Canto encontrou “os índios muito favoráveis, oferecendo *caballos, mantimentos e suas pessoas. Com estes auxílios seguí adiante* nove léguas para o posto de S. Xavier ”¹⁵⁸. Os índios que disponibilizaram recursos com os quais Canto pôde seguir adiante, eram os mesmos que “esperavam ansiosamente do mesmo capitão comandante [Francisco Barreto] serem socorridos e auxiliados pelos portugueses”¹⁵⁹. É esclarecedor observar que ao oferecer ‘auxílio e proteção’, Maneco também acabou sendo auxiliado “com as cavalgadas de que precisei”, além do apoio dos índios que manifestaram interesse em passar aos domínios portugueses. Através da incongruência presente nos relatos é possível perceber o que podemos chamar de ‘colonialidade’ das fontes, e reinterpretá-las questionando a reprodução de um certo ‘colonialismo’ na análise dos registros. De acordo com Frederick Cooper, o “estudo do período colonial nas últimas duas décadas põe em

¹⁵⁵ Ibid., p. 197.

¹⁵⁶ Ibid., p. 191.

¹⁵⁷ ALMEIDA apud CESAR, 1969, p. 198.

¹⁵⁸ CANTO, J. B. Relação dos acontecimentos mais notáveis da guerra próxima passada na entrada e conquista dos sete povos das missões orientais do rio Uruguai [1802]. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, O Instituto, v. 130, tomo 77, parte II, p. 53-62, 1914. p. 54.

¹⁵⁹ Ibid., p. 53.

questão dois impactos: interrogar narrativas sobre progresso irradiado da Europa e o rastreamento de outros modelos de mudança e interação”¹⁶⁰.

No primeiro dia de marcha, Canto e Gabriel tomaram a guarda de São Pedro, localizada no Povo de São Lourenço e guarnecida por trinta índios e um espanhol na ocasião. Segundo Gabriel, “me pediu o Canto que eu houvesse de tomar parte no comando e na direção daquela empresa, pois se confundia por não entender a língua daqueles índios, e eu os entendia perfeitamente”¹⁶¹. Ele consentiu no pedido, prendeu o espanhol e falou aos indígenas em guarani, garantindo-lhes que a guerra não contra eles e sim contra os espanhóis. Os índios fizeram ‘bons ofícios’ da fala do furriel, ao passo que ele e Canto não permitiram que nenhum saque fosse feito a eles “para não desgostá-los e unicamente nos refizemos de cavalgadas, pois nesse lugar havia mais de mil animais cavalares e vacuns”¹⁶².

Canto e Gabriel não tinham a intenção de invadir os povos e atacá-los. Conforme o furriel, marchavam “com o desígnio de voltar, quando pudéssemos dar notícias certas das forças que haviam [*sic*] naqueles povos”¹⁶³. Buscavam, como se vê, auxílios junto aos indígenas e à medida que cavalgavam pelo território missioneiro, inteiravam-se do que havia nos povos para fazer frente aos espanhóis. Enquanto davam seguimento à sondagem e às negociações com os índios, Canto não se esqueceu de reportar seus passos ao comandante: “marchei avançando sobre as estâncias segurando tudo quanto encontrava”¹⁶⁴. Assim, Canto e Gabriel seguiram com o grupo anterior acrescido de trinta índios e sabe-se lá quantos cavalos e vacuns até o posto de Santo Inácio – onde havia, segundo o furriel, mais quinhentos cavalos ¹⁶⁵.

Nesse posto, obtiveram informações preciosas. Mais adiante, estava a guarda de São João Mirim, guarnecida por poucos espanhóis e “também havia muita *cavallhada e boiada mansa, gado da munição dos povos e sessenta índios para o seu costeiro*”¹⁶⁶. Um pouco mais distante, a uma légua de São Miguel, a capital dos povos missioneiros da Banda Oriental,

¹⁶⁰ COOPER, F. **Colonialism in question: theory, knowledge, history**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2005, p.6.

¹⁶¹ ALMEIDA apud CESAR, op. cit., p. 198.

¹⁶² ALMEIDA apud CESAR, 1969, p. 198.

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ ANRJ. Secretaria do vice-reinado. Códice 104, v. 13, p. 169.

¹⁶⁵ ALMEIDA apud CESAR, 1969, p. 199.

¹⁶⁶ Idem.

estava se formando um acampamento “para disciplinar recrutas, e para quartel das tropas, que se haviam de reunir, *vindas da cidade da Assunção do Paraguai e dos demais povos além do Uruguai*, para marcharem contra os domínios de Portugal”¹⁶⁷. De posse destas importantes notícias, aquele grupo de homens planejou e invadiu o acampamento antes que os referidos reforços chegassem. Não custa lembrar ao leitor que tal grupo era composto por Canto, Gabriel, alguns camaradas (como eles os chamavam) e índios; em ordem crescente de número de pessoas, e, simultaneamente, gentes possuidoras de recursos humanos e materiais para fazer guerra. Gente, armas, cavalos e comida – neste caso, vacuns eram ‘munição de boca’, como costuma aparecer nas fontes – era o que precisavam para fazer frente aos espanhóis. Foram favorecidos também por uma série de fatores, como a geografia do terreno, a estação do ano e a forte chuva que dificultou a percepção da movimentação noturna em torno do acampamento.

No acampamento não havia dez espanhóis bem armados conforme a notícia que tiveram, mas cem espanhóis acompanhados de trezentos índios e índias. Mais uma vez, os índios ficaram livres ‘das hostilidades e do assalto’, ao contrário dos espanhóis, de quem o grupo que acompanhava Borges do Canto e Gabriel Ribeiro saqueou os poucos despojos que encontraram em suas barracas. Neste caso, os indígenas foram poupados não apenas pela calculada estratégia de não ‘desagradá-los’, mas também “porque seu abarracamento estava algum tanto separado dos espanhóis”¹⁶⁸. Na opinião de Gabriel, os indígenas que vieram recrutados de outros povos missioneiros e da capital do Paraguai, estavam todos assustados e suspensos com a surpresa da invasão. Aproveitando a ocasião, no dia seguinte, fez outro discurso em guarani, conclamando aqueles índios a se unirem aos portugueses, “e, para mais atraí-los, os poucos despojos, que achamos neste acampamento, de acordo com o Canto, fiz repartir por eles”¹⁶⁹. De acordo com Gabriel,

(...) isto fe-los tomar a resolução de se unir conosco, e, *vendo-nos reforçados com estes trezentos homens, resolvemos invadir a capital de São Miguel*, que estava à vista. Reparti então os novos soldados em pelotões e avançamos ao dito povo de São Miguel¹⁷⁰.

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ ALMEIDA apud CESAR, 1969, p. 200.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ Ibid., p. 201.

No relato do furriel, os indígenas cujas reações diante do ataque surpresa ao acampamento foram descritas como ‘assustadas’ são os mesmos que, literalmente da noite para o dia, viraram novos soldados com cujo ‘reforço’ foi empreendido o ataque a São Miguel. Canto narra o episódio de modo bastante semelhante. De acordo com ele, “os índios que procuravam fugir espavoridos com a bulha dos tiros, logo que lhes mandei falar, e dizer, que nós íamos a socorrê-los, e não a fazer-lhes dano, se voltaram todos a nosso favor, e *muito contentes* e prontos a nos acompanhar, e auxiliar em qualquer empresa que tentássemos”¹⁷¹. Novamente, os índios que se mostraram apavorados com o barulho dos disparos eram aqueles dispostos a colaborar em qualquer empresa que os portugueses tentassem. Contudo, tamanha prontidão e voluntariedade para lutar ao lado dos portugueses não combinam com a suposta estranheza diante de uma situação de combate. De todo modo, se os índios ficaram muito contentes, quem rapidamente deu parte da “vantagem e feliz acontecimento”¹⁷² ao comandante Francisco Barreto foi Canto. Se, por um lado, informações contidas nos relatos descrevem as atitudes e o comportamento dos índios como se ocupassem uma posição subalterna no empreendimento da ‘conquista’; por outro lado, elas também deixam evidente o caráter aparentemente ambíguo das descrições dos relatores. E, através do que parece uma contradição à primeira vista, torna-se possível captar a atuação dos índios em outros termos.

No calor do momento, suspenso em euforia, Canto escreveu dando notícias ao comandante Francisco Barreto sobre a conquista de São Miguel, que recentemente havia se iniciado. Ele não sabia se havia conseguido dar início à execução dos planos de ‘conquista’ em virtude do “grande susto que houve ou porque Deus fosse servido mandar trezentos índios que havia e vieram à minha presença e levantaram a voz – viva El Rey de Portugal”. Apesar de lhe pairar a dúvida entre susto ou providência divina, reconheceu que porque “estava com tão boa gente e *mais indiada*, quis experimentar aventura”¹⁷³. É possível que quem estivesse assustado fosse ele, ao se deparar com um número de pessoas tão maior do que o grupo de quarenta pessoas que o acompanhavam, dos quais apenas quinze haviam sido reunidas por ele. Mesmo com o susto, o espírito aventureiro de Canto falou mais alto, além, é claro, da presença do numeroso contingente de índios favoráveis à sua causa. O que não é possível

¹⁷¹CANTO, 1914, p. 54.

¹⁷² Ibid., p. 54.

¹⁷³ ANRJ. Secretaria do vice-reinado. Códice 104, v. 13, p. 169v.

saber é se os índios falaram todos em coro, em alto e bom som, “viva El Rey de Portugal”, ou se Canto os teria ouvido em meio à tempestade e ao alvoroço provocado pelos tiros. De qualquer forma, o que importa é que tanto nas cartas que enviou às autoridades portuguesas durante aqueles dias, quanto no relato escrito nove meses depois, ele atestou que além de suas pessoas, os índios providenciaram cavalos, mantimentos e informações com os quais ele pôde seguir adiante com os planos. Mas quem eram aqueles trezentos índios que acampavam a pouca distância de São Miguel? De onde teriam vindo? Como e por quê se aliaram a Canto e Gabriel? Eram mesmo trezentos? Como aconteceu o ataque e conquista da capital dos povos do departamento de São Miguel?

Quando li o apêndice documental do livro de Fernando Camargo, intitulado *O Malón de 1801*¹⁷⁴, citado anteriormente, fiz uma constatação. O processo movido por autoridades do vice-reino do Prata sobre a perda dos sete povos podia lançar novas luzes àquelas e outras questões. Pouco tempo depois, retornei ao Archivo General de la Nación, em Buenos Aires, onde está o documento. Uma das minhas esperanças e prioridades era poder acessá-lo na íntegra, já que Camargo havia informado que no anexo de seu livro constavam apenas partes do processo. Localizei e pedi o primeiro *legajo*. Dentro dele, havia somente uma parte do documento. Voltei aos guias de fontes do arquivo. Pedi outros três *legajos* nos quais supus que, talvez, pudessem estar outras partes do processo. Nem imagino quantas caixas, códices e pastas o AGNA deva guardar, mas sabia que seria muito difícil encontrá-lo. Ao abrir um deles e encontrar o que estava procurando, inevitavelmente, meus pensamentos foram acometidos pelas mesmas palavras que Canto usara em uma de suas cartas: se havia sido por ‘sorte’ ou ‘susto’, não importa, afinal, lá estava a outra parte do processo para ajudar a esclarecer outros aspectos sobre a participação dos índios no conflito, especialmente, os trezentos que foram à presença de Canto. Junto ao documento, um índice por meio do qual entendi que três processos, e não apenas um, foram movidos. Em seu conjunto, os documentos colocados à disposição do vice-rei do Prata em junho de 1808, foram organizados da seguinte maneira pelas autoridades coloniais responsáveis:

¹⁷⁴ CAMARGO, 2001, p. 255-309. No apêndice, Camargo não remete a localização correta do fundo. O correto é: AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10.

1- Processo formado sobre a perda dos povos do departamento de São Miguel contra seu tenente governador, D. Francisco Rodrigo e consta de seis cadernos.

2- Outro formado sobre a perda do povo de São Francisco de Borja no departamento de Yapejú contra seu tenente governador, o tenente coronel de milícias Dom Francisco Bermudes e consta de dois cadernos.

3- Outro sobre não haver reconquistado ditos povos contra o coronel dom Joaquim de Sória e os tenentes governadores D. Francisco Bermudez, Dom Pedro Antonio Duran e D. Feliciano del Corte e consta de dois cadernos.

4- Uma sumária formada contra o capitão de milícias D. José Aragon sobre haver passado ao território antigo de Portugal em tempo da última guerra e consta de um caderno.

Mais outros três cadernos, que dois deles contém vários ofícios relativos a estas causas, e o restante documentos que em sua declaração apresentou o tenente coronel de milícias Dom Gonzalo de Doblas.¹⁷⁵

Isso significava que havia muito mais informações do que supunha encontrar. Mas na prática, dos catorze cadernos, eu havia encontrado um¹⁷⁶. E ainda que tivesse encontrado apenas metade dele, além das palavras das fontes, tinha em mente que se tratava de “um terreno familiar para aqueles que estudam o passado. Para cada texto que sobrevive para olharmos detidamente e escutarmos, incontáveis palavras e páginas foram perdidas.”¹⁷⁷ Por outro lado, quando sobrevivem, como no caso das memórias escritas por Canto, Gabriel e Maneco, alguns textos podem se tornar referências absolutas e praticamente inquestionáveis através das impressões coevas que as endossaram e das análises posteriores que, de modo pouco crítico, as invocaram constantemente. E assim, “os textos adquirem autoridade pela virtude da repetição”¹⁷⁸. Ou seja, no completo desaparecimento ou no aparecimento reiterado, as palavras perdidas podem comprometer as análises historiográficas tanto quanto as palavras indevidamente repetidas. Nesse sentido, o exercício metodológico de ler além das palavras tendo as personagens indígenas como guias, pode ser a chave para desfazer e não repetir os enganos que consideraram suas ações como de segunda importância.

¹⁷⁵ AGNA. Sala IX, 04-04-01. Buenos Aires, 01 de junho de 1808.

¹⁷⁶ As 30 páginas que faltavam à publicação de Camargo (2001), como ele assinalara, foram encontradas. Ainda assim, faltam algumas poucas páginas.

¹⁷⁷ BROWN; VIBERT, 2003, p. 21.

¹⁷⁸ Ibid., p. 21.

O caderno localizado é o sexto, do processo 1. Trata-se dos depoimentos do alferes D. Leandro Herrera, do cirurgião D. Bartolomeu Gonzáles, dos soldados Gabriel de Bastos, Rafael Calderon e do alcaide D. Fernando Manchan. Foram colhidos em Buenos Aires, em abril de 1807¹⁷⁹. Ao que tudo indica, mais de vinte e sete testemunhas foram arroladas. Hoje, parte desses documentos se encontram perdidos em algum lugar do AGNA ou não existem mais. Mas, na época, foram feitos mesmo com a confusão provocada pelas invasões britânicas entre 1806 e 1807, quando autoridades do vice-reino do Prata deram andamento ao processo movido contra D. Francisco Rodrigo, governador de São Miguel, pela perda dos povos daquele departamento.

D. Leandro Herrera, o primeiro dos inquiridos, se encontrava no povo de Candelária em 1801. Durante o conflito, servia sob as ordens do réu daquele processo, como alferes. De acordo com o seu testemunho, na tomada de São Miguel, os espanhóis não parecem ter agido de modo descuidado em relação aos seus aliados indígenas. Com a notícia da declaração de guerra publicada, Herrera recebeu ordens superiores de enviar soldados ao governador Francisco Rodrigo que estava no povo de São Luiz. Levou sessenta habitantes do povo de Candelária para lá, entre eles espanhóis e ‘homens de castas’, dos quais apenas vinte e sete foram consigo e o governador para São Miguel. Quando lá chegaram, o alferes “tomou o quartel com sua gente”. A eles se uniram “mais de *duzentos naturais do departamento de Santiago*. E logo foram chegando *outras partidas de naturais dos demais departamentos*”, totalizando “*mais de trezentos índios*” na capital dos povos, nas palavras de Herrera. Não é possível saber, através do depoimento de Herrera, quantos vieram voluntariamente ou quantos vieram mediante ordens. De qualquer maneira, vieram para auxiliar na defesa de São Miguel contra o ataque português. Foi sob tais circunstâncias que se montou um acampamento no lugar chamado Chunirevi, perto de São Miguel. Ou seja, com a chegada dos índios à capital do departamento, ergueram um acampamento para dar-lhes abrigo fora dela. Os próprios índios trabalharam e concluíram a obra. Antes disso, porém, houve sérios desentendimentos entre eles e algumas autoridades.

Na praça de São Miguel, os índios recém-chegados foram revistados. Eles traziam consigo mais de cem armas de fogo. Após a revista, as armas foram confiscadas e os índios,

¹⁷⁹ AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10.

escoltados por espanhóis e ‘homens de casta’ para trabalhar nas obras do acampamento, sob o comando do mestre da escola do povo de São Lourenço, D. José Manzuela Lascano. Ainda que seja difícil imaginar como os índios se sentiram, não se pode negar que os procedimentos das autoridades coloniais para com eles não foram adequados, sobretudo, quando seus auxílios eram indispensáveis para defender os povos, as terras e os bens missioneiros. Certamente, muitos daqueles índios pensavam defender os seus interesses, afinal habitavam os povos, atuavam na sua administração política e militar, efetuavam transações comerciais e negociavam com as autoridades coloniais sobre procedimentos de controle de entrada e saída de produtos, bens e pessoas daquelas terras, como vimos no capítulo 1. Estiveram envolvidos de várias maneiras com as tentativas de definição de limites territoriais anteriores, o que indica que o tratamento dado aos índios pelo governador do departamento de São Miguel não era condizente às posições sociais e políticas que eles ocupavam.

Visto sob outro ângulo, isso também nos mostra que nem todos os índios estiveram previamente decididos e prontos a auxiliar os portugueses em qualquer empresa que tentassem, como disse Canto. Alguns deles, antes de se aliarem a Canto e Gabriel, foram à São Miguel com o intuito de defendê-lo dos ataques portugueses. Ao que parece, parte dos índios repensaram seus planos iniciais mediante as situações ocorridas naqueles dias de 1801. Provavelmente, tomaram suas decisões levando em conta as experiências recentes e aquelas vividas nos anos anteriores, em que os acordos e desacordos em torno da definição de limites territoriais influenciavam suas vidas.

Como vimos, os povos eram onerados com despesas feitas pelas comissões e seus serviços eram constantemente solicitados para auxiliá-las. Aquele momento pode ter se apresentado como uma grande perspectiva de mudança, embora os índios soubessem que alianças estabelecidas com os portugueses não seriam necessariamente muito melhores do que as estabelecidas com os espanhóis. Em que se pesem todos os possíveis motivos e as circunstâncias para as decisões que eles tomaram durante o conflito, acredito que o longo tempo de convívio com diferentes agentes coloniais naquelas bandas – seus e dos seus antepassados – os possibilitasse agir de modo a não colocar seu futuro nas mãos de aliados portugueses ou espanhóis, mas conduzir o presente a seu próprio cargo.

Não bastasse o equívoco em revistá-los, desarmá-los e conduzi-los escoltados para trabalharem na obra de um acampamento fora do povo de São Miguel, segundo Herrera, o

comandante da obra e mestre de escola Lazcano “feriu um índio, que lhe parece era cacique ou ao menos, possuía algum mando”. O convívio com os índios parece não ter possibilitado ao mestre de escola e ao governador uma melhor compreensão sobre a importância do prestígio e do reconhecimento às autoridades indígenas. Francisco Rodrigo mandou prender o índio e fez “o mesmo a umas índias que vieram chorando atrás do ferido”. O ferido era o capitão de uma ‘companhia de naturais’, segundo o testemunho de outro dos depoentes, Bartolomeu Gonzalez, cirurgião do terceiro batalhão fixo da Infantaria de Buenos Aires. Na época, se achava no departamento de São Miguel, servindo como cirurgião dos povos e “em tudo que quis mandar o tenente governador daquele destino”. Quando perguntado sobre o ferimento feito no rosto do capitão dos naturais, com um sabre, pelo comandante do acampamento, Bartolomeu disse que ele mesmo tratara o ferimento, “um leve rasgo na cara”. Também foi inquirido sobre as medidas que Francisco Rodrigo tomou “*para evitar o resultado que podia ter naquelas circunstâncias este procedimento*”¹⁸⁰. Respondeu que não sabia. Ao que tudo indica, o governador não mediu as possíveis consequências de mandar prender as índias e a liderança indígena, um capitão de milícias que, junto com seus seguidores e seguidoras, a princípio lhe prestava apoio. Já as autoridades encarregadas do processo, que naquele momento o tinham como réu, pareciam ter plena consciência sobre a necessidade de ter preservado a aliança com os indígenas para evitar a perda do território e dos povos missioneiros. De fato, os resultados das alianças feitas entre indígenas e autoridades a serviço de Portugal se apresentaram como ‘funestos’ para a Coroa espanhola, como previram os redatores do *Extrato*, ao ponderarem sobre a necessidade de estabelecer limites territoriais em terras missioneiras, como vimos no item 1.2 do primeiro capítulo.

Três dias após iniciada e já concluída a obra do acampamento, Lazcano, os índios, os espanhóis que os escoltaram e outros foram surpreendidos por Canto, Gabriel e sua partida. O aviso prévio sobre a formação do acampamento e sua localização facilitou o ataque surpresa, onde segundo Canto, “fui feliz e me vi senhor de mais de trezentos índios”¹⁸¹. Ou seja, foi através do apoio dos indígenas que acompanhavam o cacique e capitão de milícias que Canto empreendeu o ataque. Foi também nesta ocasião que Gabriel, “por ver o susto em

¹⁸⁰ AGNA. Buenos Aires. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10: Depoimento de Bartolomeu Gonzales. Grifos meus.

¹⁸¹ ANRJ. Secretaria do vice-reinado. Códice 104, v. 13, p. 169.

que estavam”, conversou com os índios em guarani e dividiu com eles os “modestos despojos”¹⁸² das barracas dos espanhóis. No ataque, alguns espanhóis morreram e outros ficaram feridos. O mestre Lazcano fugiu. Nesta ocasião, os trezentos índios optaram por acompanhar Canto, mas não foram sozinhos. Levaram consigo a cavallhada da qual ficaram encarregados e também o mestre fujão, que deram conta de achar “escondido num bosque, onde o maltrataram e amarrado o levaram para entregar ao comandante português.”¹⁸³

O decisivo ataque surpresa ao acampamento de Chuniveri foi noturno e na manhã seguinte, quando a notícia chegou ao povo de São Miguel, a reação do governador e seu ajudante foram sintomáticas sobre a consequência das suas atitudes e das dos índios: “agarravam as cabeças, queixando-se que os índios, a cujo cargo estava a cavallhada, não apareciam com os cavalos”¹⁸⁴. E o governador ainda nem sabia que seria réu de um processo sobre a perda do departamento, e que o pior ainda estava por vir. Talvez não devesse ter revistado os índios que, a princípio, vieram para auxiliar na defesa de São Miguel contra os portugueses. Tampouco deixá-los desarmados, acampados fora do povo, propensos a um ataque e desprevenidos para defender-se. Talvez não devesse ter mandado prender o capitão dos índios e as índias. Mas, isto não se sabe. Sabe-se mesmo é que perderam alguns aliados. E esses numerosos e importantes aliados poderiam ter frustrado as tentativas de Canto ou, justo o contrário, como fizeram.

Numa clara demonstração de que não apenas cumpriram ordens ou atenderam pedidos de auxílio, mas participaram ativamente da elaboração e da execução dos planos para conquistar o povo de São Miguel, “se ofereceram os mesmos índios para tentarem com engano se abrisse o portão do colégio, a fim de segurarem dez peças pequenas de artilharia, e perto de duzentas espingardas, e demais armamentos, que havia no mesmo colégio, e podermos entrar ao sinal que nos fizessem, porém o tenente governador, desconfiado dos índios não os deixou entrar.”¹⁸⁵ Quer dizer, ao passo que autoridades espanholas agiram demonstrando desconfiança, Canto e Gabriel concordaram em colocar em prática o subterfúgio proposto pelos índios para ter acesso às armas que estavam dentro do colégio. O

¹⁸² ALMEIDA apud CESAR, 1969, p. 200.

¹⁸³ AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10: Depoimento de Leandro Herrera.

¹⁸⁴ *Idem*.

¹⁸⁵ CANTO, 1914, p. 55.

plano foi enviar “um índio de pouca idade a pedir papel e tinteiro”¹⁸⁶ enquanto os demais tentariam abrir o portão do colégio. Isso era conveniente ao ataque e aos índios que buscavam recuperar suas armas e garantir sua própria proteção durante os enfrentamentos, além de outros interesses. Como a entrada dos índios não foi permitida, “depois do meio dia se apresentaram na praça do povo os naturais, que estiveram em Chunirevi desarmados, mas levavam garrotes”¹⁸⁷.

No colégio estavam as armas, o tenente governador, seus auxiliares e “os espanhóis (...) os quais eram em número de cento e cinco”¹⁸⁸. Depois de desarmar os índios e mandar prender seu capitão, o governador acabou preso dentro do colégio, com as armas e espanhóis que em sua grande maioria, mal sabiam manuseá-las. De acordo com Herrera, um artilheiro de brigada recentemente havia ensinado “aos demais a carregar artilharia e fazer uso dela”. Ele mesmo contou que havia treinado sua partida, em menos de três dias, estimulando-os a acertar um alvo com prêmios que tirava do bolso. Gonzáles também informou que, quando chegou a São Miguel, “que se ensinava à gente espanhola o uso das armas de fogo”¹⁸⁹.

Apenas o indiozinho conseguiu entrar no colégio, os demais não conseguiram e voltaram ao acampamento. No dia seguinte, foi oferecida a capitulação com honras de guerra a Francisco Rodrigo. Segundo os relatos e testemunhos deixam transparecer o governador do departamento de São Miguel não sabia ao certo o que fazer. Havia sido avisado sobre a invasão da guarda de San Martín, alertado pelo administrador do povo de São João que ‘os portugueses’ estavam a caminho, que “havião roubado as cavalhadas [n]aquelas missões”¹⁹⁰, que acamparam na estância de São João Mirim. Ao mesmo tempo, havia notícias de que o governador dos 30 povos, D. Joaquim de Sória, havia disposto que “*nos povos de seu departamento se formassem companhias de naturais e se juntassem os espanhóis empregados e povoadores*”¹⁹¹. Francisco Rodrigo esperava, ainda, pelos auxílios mais imediatos do povo de Yapeyú, que julgava estar a caminho de São Miguel. Muitos fatos e informações pesaram na decisão de capitular. Os ‘mais de trezentos índios’ vindos do

¹⁸⁶AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10: Depoimento de Leandro Herrera.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ Idem.

¹⁸⁹ AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10: Depoimento de Bartolomeu Gonzales.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Idem.

departamento de Santiago e do Paraguai não iriam mais servir na defesa. Os cavalos que recentemente haviam chegado do povo de Concepción foram confiscados pelos índios. Uma parte das armas que estavam no colégio, não aquelas que foram retiradas aos índios, mas as que eram de uso da comissão demarcadora de limites, estavam mofadas¹⁹².

O governador pediu três dias para deliberar com outras autoridades. O prazo foi concedido. Em meio àquela situação periclitante, de acordo com Herrera, o governador dos 30 povos além de mobilizar reforços humanos e materiais para enviar a São Miguel, escreveu uma carta a Francisco Rodrigo na qual se mostrava solidário: “estará V.M. aflito e eu não estou menos”¹⁹³. Apesar da aflição, não conseguira marchar com destino ao povo por causa das cheias do rio Pirayú. Se Joaquim de Sória não conseguia marchar, será que mais reforços chegariam? Pois os reforços não chegaram a tempo, algumas notícias também não. A carta em que o administrador de São João avisava sobre o ataque de Chunirevi chegou atrasada, pelas mãos de um espanhol, na manhã seguinte à emboscada noturna. Segundo Bartolomeu Gonzales, o administrador colocou a correspondência nas mãos de um ‘natural’, de quem o cura de São João a tirou e mandou enviar “por um parente seu que era o espanhol”. Advertido pela demora, e pela inutilidade da notícia recebida com atraso, ‘o espanhol’ também se justificou com as dificuldades impostas pela cheia de um arroio. Caso a cheia tivesse existido, confrontava Gonzales, “se podia passar como passou o natural que conduziu a primeira”. “O índio condutor daquela parte sabia às oito da noite”¹⁹⁴, reiterou o cirurgião que, desse modo, soube da possibilidade do ataque na noite anterior.

Voltemos à capitulação com honras de guerra oferecida ao governador. Quem lhe deu a notícia e informou sobre alguns termos para a rendição foi outro índio condutor. O “índio de pouca idade” a quem Leandro Herrera se referiu era o mesmo “rapaz de coisa de dez anos vindo do acampamento inimigo”, segundo Gonzales. “Disse o menino que o comandante português dizia que saísse o tenente governador, e que também ele sairia de seu acampamento, e postos à meia distância fariam”¹⁹⁵. Mediante o aviso do jovem índio, o governador formou um conselho de guerra. Deliberaram, quase em unanimidade, que era

¹⁹²AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10: Depoimento de Leandro Herrera.

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10: Depoimento de Bartolomeu Gonzales.

¹⁹⁵ Idem.

melhor capitular. De acordo com o testemunho do cirurgião, ele foi o único a oferecer a alternativa de pedir três dias para que pudessem, ao menos, ganhar tempo e informar ao governador dos 30 povos da rendição. Assim também, convenientemente, havia sido quem estimulou o governador a tentar recuperar a cavahada que estava a cargo dos índios antes do ataque a Chunirevi. Como a noite estava muito escura, segundo ele, “replicou que para os índios, e toda a gente do campo jamais impedia a escuridão para que conhecessem ainda que fosse uma palha”, indicando que podiam pedir auxílio aos índios que ficaram no povo.

Como já sabemos, a cavahada não foi recuperada. Quanto à carta de Joaquim de Sória, foi apreendida por Gabriel, quando patrulhava as estâncias de São Lourenço¹⁹⁶. Em vista de que reforços poderiam chegar a São Miguel e atrapalhar a conquista, Canto informou a Francisco Rodrigo que não podia mais esperar pela sua capitulação. Mandou a carta de Joaquim de Sória para explicar a antecipação no prazo dado para a rendição. No dia seguinte, apertaram as mãos, acordaram os termos e o governador capitulou. Aprontou algumas armas e bens em carretas e, escoltados por homens de Canto, ele e alguns espanhóis deixaram o povo de São Miguel rumo à banda ocidental do rio Uruguai, ao som de um tambor providenciado ‘pelos inimigos’ e famintos, como lembrou Herrera, já que “havendo ido aos inimigos até os cozinheiros dos curas, não deixaram caixa alguma no povo”¹⁹⁷.

O percurso para o outro lado do rio não foi tranquilo. Durante o trajeto pararam e pernoveram nos povos missioneiros de São Lourenço e no povo de São Luiz, onde ficava a residência do governador. Maneco tinha ido para a fronteira patrulhar as guardas do Uruguai, de onde poderiam vir reforços espanhóis. Segundo ele, fez duas partidas que vinham em socorro do governador de São Miguel retornarem. Uma terceira, com agentes da partida demarcatória de limites, vinha de São Nicolau com carretas carregadas de bens dos povos. Maneco, numa das muitas mostras de idoneidade que seus reportes tem a intenção de transmitir, informou que enviou os bens de volta ao povo aos cuidados dos curas. Do povo de São Nicolau mesmo, escreveu uma carta aconselhando o comandante Francisco Barreto: “advirto a V.M. que pode suspender as partidas que tem entrado nas estâncias que pertencem a estes povos (...), julgo que é injusto arrearem suas fazendas porque sendo assim com que

¹⁹⁶ CANTO, 1914, p. 55.

¹⁹⁷ AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10: Depoimento de Leandro Herrera.

hão de manter-se estes infelizes”¹⁹⁸. Francisco Barreto não mandou suspender as partidas e arreadas, nem as atividades do seu conselheiro, que “não cesso[u] de patrulhar na costa deste rio [o rio Uruguai] por lástima dos naturais”¹⁹⁹.

Numa dessas patrulhas, soube que poderiam vir reforços do outro lado do rio. Receoso de que homens armados pudessem se unir a Francisco Rodrigo na travessia e retornar à banda oriental para recuperar a posse de São Miguel, Maneco o encontrou nos arredores do povo de São Luiz, desarmou sua tropa e os fez voltar para a capital dos povos²⁰⁰. Precaveu-se e afirmou que não podiam perder “o trabalho desta conquista que tínhamos conseguido com tanta felicidade, visto *a pouca gente nossa*, que então lá havia”²⁰¹. Maneco, num ‘lapso’ da memória escrita, não incluiu a gente indígena. Mas, se o leitor se lembra das palavras de outra fonte, está aqui uma mostra ‘*da mistura de orgulho e interesse*’ mencionada por Francisco Roscio. A conquista de São Miguel não foi feita com pouca gente. Sem os índios, dificilmente Canto teria conseguido e, com eles, dificilmente o tenente-governador teria capitulado. Entretanto, os interesses de Maneco não se restringiam à conquista em si, mas à pilhagem do inimigo e ao saque dos bens e dos animais dos Povos missioneiros.

Herrera contou que, a caminho do povo de São Luiz, Maneco e seus camaradas lhes tiraram toda a artilharia e munição, além de todo equipamento de montaria, fazendo-os montar em pelo. Ao chegar ao povo, “acabaram de despojar, e lhe tiraram até as calças, fazendo o mesmo com o tenente governador e demais prisioneiros”²⁰². Francisco Rodrigo, mais uma vez, acabou preso com sua tropa noutra colégio missioneiro. A narrativa do depoente possui alguns traços dramáticos, possivelmente com o intuito de comover o juiz fiscal do processo e abrandar penalidades. Mesmo assim, dando-se crédito ao testemunho, desta vez, o tenente governador ficara sem as armas e sem as calças, num quarto do colégio de São Luiz. Ao amanhecer, exigiram que entregasse os papéis da capitulação. Como não consentiu, os papéis foram tomados mediante seus protestos em voz alta: “sejam vocês testemunhas de que à força me tiram as capitulações”²⁰³. Ficaram sem as calças e sem os

¹⁹⁸ ANRJ. Secretaria do vice-reinado. Códice 104, v. 13, p. 181.

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ PEDROSO, 1914, p. 64.

²⁰¹ Ibid., p. 65.

²⁰² AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10: Depoimento de Leandro Herrera.

²⁰³ Idem.

papéis; mas com fome, não ficaram. Ao meio-dia indígenas lhes trouxeram comida, fato que Herrera lembrou duas vezes em seu testemunho e o fez mencionar a hospitalidade dos ‘naturais’ quando inquirido sobre a suposta hostilidade indígena para com os espanhóis.

Dali em diante, as partidas de Canto e Maneco receberam auxílios do governo da capitania. Depois que São Miguel foi tomado com a ajuda dos indígenas, enviaram alguns (modestos) reforços para conter o avanço espanhol nas guardas e postos da fronteira e para participar a conquista da capital aos outros povos. Francisco Barreto enviou um dos seus filhos e dois capitães de cavalaria miliciana com o objetivo de reunir em torno de vinte e cinco homens que ficariam a cargo de Canto e Maneco²⁰⁴. Um desses capitães, chamado Anxeta, foi para São Borja, o povo mais ao sul. Maneco voltou a defender e patrulhar as guardas do Uruguai, arrebanhando gado, cavalos e armas sempre que possível.

Gabriel foi aos povos de São João, São Lourenço, Santo Ângelo e São Luiz. Comunicou-lhes a tomada de São Miguel, assistiu aos festejos, conversou com os curas, e “sempre falhava um dia em cada povo e o fazia por contentar o público”²⁰⁵. Recolheu os estandartes dos povos e os entregou em mãos ao governador do Continente, Sebastião Xavier da Veiga Câmara. Em pouco tempo, chegaram aos povos autoridades para ocupar os cargos de governador interino e, depois, o de governador dos sete povos. Porém, Francisco Rodrigo ainda não estava na banda ocidental e a conquista ainda não havia sido reconhecida pelas autoridades superiores das Missões e de Buenos Aires.

Enquanto isso, em São Miguel, Canto já havia recebido “algumas vinte chaves de armazéns e de tudo que se pedir por boca, pois nunca cuidei que eram de tão grandes fábricas estes povos”²⁰⁶. Além disso, deixou que “fossem livremente para os seus respectivos povos os 300 índios do acampamento” e informou aos povos de São João e Santo Ângelo “que se deviam submeter à obediência de S.A.R., o que aceitaram sem repugnância”²⁰⁷. Em fins de setembro, o militar Joaquim Felix da Fonseca dirigiu-se ao povo de São Nicolau com o cargo provisório de comandante dos sete povos. Vieram reforços de Rio Grande e Rio Pardo, que foram manejados para vários postos e guardas na fronteira, onde os conflitos continuaram.

²⁰⁴ CANTO, 1914, p. 57.

²⁰⁵ ALMEIDA apud CESAR, 1969, p. 202.

²⁰⁶ ANRJ. Secretaria do vice-reinado. Códice 104, v. 13, p. 169v.

²⁰⁷ CANTO, op. cit., p. 56.

De acordo com as memórias de Canto e Maneco, houve enfrentamentos nos passos da Cruz, do Tacuim, de São Lucas, Santo Isidoro, Santa Maria e São Marcos. Do povo de São Borja partiram as tentativas mais ostensivas de combate aos planos portugueses. O miliciano a serviço da Coroa espanhola, conhecido por *Rubio Dulce*, em repetidas ocasiões empreendeu ataques com a ajuda dos índios através dos passos próximos a São Borja. Por isso, boa parte dos reforços disponibilizados pelo governo da capitania foi enviada para a fronteira sul.

Embora os indígenas de São Borja tivessem trazido seu administrador amarrado para entregá-lo ao capitão Anxeta, segundo Canto, e esperassem auxílios portugueses enquanto os defendiam dos espanhóis, acredito que sua posição era mais incerta²⁰⁸. Para lembrar, São Borja era o único dos sete povos da banda oriental do Uruguai que não integrava o departamento de São Miguel. Ele fazia parte do departamento de Yapeyú. As forças regulares e milicianas das duas Coroas, incluindo os índios que participaram dos conflitos que sucederam à tomada de São Miguel, entraram em combate nos arredores de São Borja e lá buscaram se alojar e se refazer dos enfrentamentos²⁰⁹. Usaram, como de costume, os bens dos missionários. No passo da Cruz, Canto relatou que tomou ‘do inimigo’ 414 cavalos²¹⁰. No passo do Tacuim, o tenente Francisco Carvalho, um dos militares enviados à fronteira, além de colocar Rubio Dulce e sua tropa em fuga, “retomou os animais que levavam dos naturais, aos quais se tornaram a entregar”²¹¹. No passo de Camaquã, Maneco, como de praxe, relatou a debandada do inimigo, “deixando em nosso poder 500 animais entre cavalos e gado vacum”²¹².

No juízo de Francisco Rodrigo, Canto e Gabriel foram considerados homens corretos e de bom procedimento²¹³. Certamente, usaram o domínio de diversos códigos culturais naquela empreitada e demonstraram o uso de certas habilidades políticas. Seus modos de agir foram elogiados pelo tenente-governador do departamento de São Miguel e pelo governador da capitania do Rio Grande, Francisco Roscio. A conduta de Maneco, também foi valorizada por este último. Sob a ótica de Herrera e Gonzales, entretanto, Canto e Maneco foram

²⁰⁸ CANTO, 1914, p. 57.

²⁰⁹ Ibid., p. 58-62.

²¹⁰ Ibid., p. 58.

²¹¹ Ibid., p. 59.

²¹² PEDROSO, 1914, p. 65.

²¹³ ANRJ. Secretaria do vice-reinado. Códice 104, vol. 13, p. 176.

descritos como “gente da mesma classe”. Canto havia entrado “no departamento com o desígnio de roubar”²¹⁴, “era um soldado desertor que andava pelos campos de Montevideo e declarada a guerra, entrou no departamento para pilhagem com correspondentes licenças”²¹⁵. Maneco, “era tigreiro, ou caçador de tigres, e diziam que o expressado tenente-governador que lhe havia dado permissão para esse exercício no departamento de seu mando”²¹⁶. Sobre a acusação de roubo de carretas e outros bens dos povos e habitantes do departamento de São Miguel, o juiz fiscal e o secretário do processo ouviram dizer que Maneco e a gente de sua classe “não deixaram família de espanhol sem saquear”²¹⁷. Tanto as autoridades responsáveis pelo processo, quanto as duas testemunhas destacaram que a tomada dos povos foi feita por essa ‘classe de gente’ que não possuía ‘condecoração alguma’.

Segundo Gabriel, foi preciso remediar a prisão e o saque feitos ao tenente-governador. Ele e o sargento-mor José de Castro Morais explicaram a Francisco Rodrigo que a capitulação não havia sido feita por oficiais. “Este procedimento foi-nos muito sensível”, escreveu Gabriel, anos depois de ter sido promovido de furriel a tenente de milícias, após seu desempenho em 1801. Outros militares, já com patentes na época, cuidaram para que “os soldados de Manuel dos Santos Pedroso, que escoltavam o tenente-coronel espanhol, restituíssem o que lhe haviam tirado”²¹⁸. A conduta duvidosa de Maneco ou de seus soldados não era suspeita apenas em milicianos não condecorados, ou em oficiais regulares sem altas patentes militares. Segundo o próprio Gabriel, o sargento-mor José de Castro Morais, não se conduziu “com a regularidade devida”, pois “olhava com refinada política, estudando os meios de escurecer nossos serviços”:

O Canto, mal-acostumado na sua vida dissoluta a sofrer humilhações, e ainda mais com a vaidade de conquistador cuidou em prevenir-se e *assentou de defender-se com as mesmas armas com que tinha combatido o inimigo*: eu, refletindo que minha prudência não era bastante para remediar tão séria controvérsia, tomei o expediente de passar ao Rio Grande e dar conta ao governador, não daquela intriga, mas da conquista²¹⁹.

²¹⁴ AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10: Depoimento de Leandro Herrera.

²¹⁵ AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10: Depoimento de Bartolomeu Gonzales.

²¹⁶ AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10: Depoimento de Leandro Herrera.

²¹⁷ AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10: Depoimento de Bartolomeu Gonzales.

²¹⁸ ALMEIDA apud CESAR, 1969, p. 203. Foram eles: o capitão Manuel Carneiro da Fontoura e o tenente Francisco Carvalho da Silva.

²¹⁹ ALMEIDA apud CESAR, 1969, p. 204.

Ao levar os estandartes dos povos para o governador, Gabriel visava não apenas consolidar a conquista, mas informar à mais alta instância do poder colonial na capitania de que ela havia sido empreendida através da sua iniciativa e da de Canto. Como se vê, a conquista e a perda dos sete povos diziam respeito a um conjunto bastante amplo de interesses. Envolveram, desde tempos pregressos, conflitos e negociações diplomáticas do outro lado do Atlântico, estratégias e disputas políticas dos indígenas, dos governos coloniais, de militares e particulares com vistas a manter ou conquistar o domínio sobre gentes, terras e bens materiais e simbólicos. A compulsória apropriação do gado *vacum* e cavalariagem das estâncias, as disputas em torno do prestígio político, as negociações e acordos para mobilizar pessoas durante o conflito evidenciam o que foi exposto ao longo do capítulo: a importância das gentes missionárias e seu trabalho, terras e bens para entender aspectos sobre a formação social da região platina naqueles tempos.

2.3 – As fronteiras platinas no limiar do oitocentos: indígenas e suas ações em textos multivocais.

Num texto interessante e provocativo sobre as representações que os ingleses fizeram dos Inuit durante os primeiros encontros no século XVI, Paul W. DePasquale problematiza as diferentes maneiras através das quais os textos escritos pelos europeus foram lidos. Desde sua criação até os dias atuais, as leituras que os europeus fizeram haviam influenciado uma série de interpretações sobre os índios. Percepções prévias cerceadas por um leque de preocupações como hegemonia, autoridade, heroísmo e soberania, entre outros, marcaram os textos feitos pelos europeus. Influenciaram também as interpretações destes mesmos textos em tempos posteriores. Professor de inglês na Universidade de Winnipeg, DePasquale aponta caminhos que os estudiosos do passado têm trilhado para, a partir desses textos, ler a fala dos índios “não tanto em palavras, mas em atos”²²⁰. Entre vários exemplos, o autor citou as ações dos Tupiniquim do Rio de Janeiro, lidas numa chave que enxergou além da ênfase no

²²⁰ DEPASQUALE, P. W. 'Worth the Noting': European Ambivalence and Aboriginal Agency in *Meta Incognita, 1576-1578* apud BROWN; VIBERT, 2003.

canibalismo, uma das bases interpretativas e religiosas que marcaram os textos dos missionários Jean de Léry e André de Thevet sobre os indígenas.

Como DePasquale ponderou para aqueles textos coloniais, parece difícil ler as fontes usadas neste capítulo sem interpretar os indígenas como sujeitos altamente motivados, que agiram de modos que contradizem a imagem de passividade e permissividade perante os atos de outros agentes. As colocações de DePasquale são especialmente relevantes para este capítulo, porque apesar da interpretação das fontes não ter evidenciado as ações dos índios na conquista de 1801 durante um bom tempo, creio que outras leituras dessas mesmas fontes permitem ver suas iniciativas como atuantes e modificadoras do curso dos acontecimentos e do desenrolar do evento²²¹. Sem a iniciativa dos índios, a conquista não teria sido possível. Suas ações conduziram e alteraram os planos iniciais das autoridades coloniais portuguesas e espanholas no que tange à ‘conquista’ das gentes, das terras e dos bens missioneiros.

Alguns dados são conflitantes e contraditórios, enaltecedores de alguns indivíduos, desmerecedores de outros, ou voltados a interesses específicos e particulares, mas em seu conjunto, as fontes analisadas revelam aspectos importantes e surpreendentemente pouco (re)conhecidos sobre o conflito de 1801. Os encarregados de levar a cabo os interesses do governo da capitania e os seus próprios pediram auxílio aos índios e negociaram para que eles tomassem parte naquela empreitada em todos os locais estratégicos por onde passaram no território missioneiro. Não parece, de modo algum, que as pessoas, as informações, os animais e os demais bens que foram disponibilizados e ou usurpados durante a campanha tenham sido de segunda importância. Ao contrário, acredito que tenham sido imprescindíveis para o desfecho do conflito. Todavia, sem um olhar descolonizador das fontes históricas, os índios não aparecem nos relatos, depoimentos e correspondências como personagens principais, mas apenas como personagens secundárias. Nesse sentido, é fundamental destacar alguns pontos que arrematam a costura das evidências apresentadas sobre as ações indígenas.

O uso dos seus bens foi indispensável ao sucesso da campanha, mas isso não é tudo. As atuações da gente missioneira definiram o rumo dos acontecimentos tanto quanto, ou mais, do que a atuação daqueles que foram considerados os heróis da conquista de 1801. O que os índios fizeram? Como fizeram? Por que fizeram? O que viram? O que sabiam? Longe

²²¹ ZAMORA, M. 'If Cahonaboa learns to speak...': Amerindian Voice in the Discourse of Discovery. **Colonial Latin American Review**. New Mexico, v. 8: n. 2, p. 191-206, 1999.

de resolver essas questões, os dados e hipóteses aqui expostos trazem à tona elementos que possibilitam uma leitura mais crítica e ampliada sobre as iniciativas indígenas. Vamos aos pontos.

Embora políticas de bom tratamento fossem, às vezes, praticadas entre índios, espanhóis e portugueses, e, portanto, constituíssem meios para fazer políticas indígenas e indigenistas, não parece que os índios tenham resolvido se unir aos portugueses, por exemplo, em virtude do modesto botim de guerra oferecido a eles, como afirmou Gabriel se, ao fim e ao cabo, estavam disponibilizando a maior parte dos recursos indispensáveis para empreender os ataques. Vejam, atitudes e posturas de respeito eram recomendadas pelas autoridades coloniais em situações como aquelas. Quando foi conveniente, Maneco, Canto e Gabriel procuraram seguir essas ordens e praticá-las. Os três conheciam o modo de vida dos índios. Eram mestiços biológicos e culturais. Devido à sua mobilidade social, manejo de línguas e conhecimento de códigos culturais, atuaram como intermediários. Tais habilidades foram prontamente reconhecidas e utilizadas por representantes do governo, como vimos.

Contudo, os índios conheciam bem sobre como era ocupar a posição de mediadores. Sabiam, porque possuíam experiências em agir como tal nas disputas entre espanhóis, portugueses e entre os próprios índios. Vimos exemplos através dos serviços prestados pelo ‘índio prático’, o vaqueano que atuou no reconhecimento do rio Pepirí para mapeamento da linha divisória proposta pelo tratado de 1777; pelo ‘índio hábil’ a escrever um diário sobre a atividade de arrear e patrulhar os campos do departamento de São Miguel; pelo ‘índio intérprete’ reconhecido pela sua civilidade gráfica; pelos ‘índios comerciantes’ do cabildo de São Miguel; pelos ‘índios condutores’ durante iniciativas de ataque e defesa do povo de São Miguel. Isso demonstra que eles se movimentavam dentro da hierarquia social utilizando conhecimentos semelhantes aos que possuíam aqueles três, como o domínio de idiomas e códigos culturais. Sob este ponto de vista, acredito que os índios soubessem que as políticas de bom tratamento estabelecidas por Canto, Gabriel e Maneco eram pautadas em interesses políticos dos quais poderiam tirar vantagens para si, em benefício ou prejuízo de interesses indígenas. No mais das vezes, ‘os aventureiros’ atuaram em proveito próprio e do governo.

Como demonstra Alida Metcalf em seu estudo sobre os papéis centrais que os intermediários indígenas, mestiços e não-indígenas ocuparam no processo de colonização do Brasil durante o século XVI, os “go-betweenes podem explorar suas posições em benefício

próprio”²²². A historiadora considera a ação dos go-betweenes em três variações conceituais que podem ser colocadas assim: o físico/biológico, criadores de ligações materiais entre sociedades; o transacional, promotores de uma interação social ao atuarem como tradutores e negociantes; e os representacionais, que escrevem, pintam, desenham o ‘outro’ através de textos e imagens. Embora o recorte temporal do estudo seja o século XVI, Alida Metcalf deixa claro que as ações dos go-betweenes facilitaram e frustraram encontros e diversos tipos de negociações nos séculos seguintes²²³.

Em 1801, muitos índios atuaram como intermediários e tomaram partido nas negociações estabelecidas. Para tomar decisões ao longo do conflito, eles certamente levaram em conta o que viam e o que sabiam. E viram a mobilização de sua gente, viram seus rebanhos sendo utilizados, viram suas armas serem confiscadas, sabiam que suas terras eram alvo de disputas antigas e sabiam que suas informações, seu apoio ou a recusa dele poderiam ser extremamente úteis naquele momento. Nesse sentido, não parece que as conversas e negociações em guarani, o prestígio aos festejos nos povos, e o ‘bom tratamento’ estabelecido pelos intermediários que atuaram a favor dos interesses portugueses, tenham sido por si só, suficientes para mobilizar os índios contra os interesses espanhóis.

Talvez os índios estivessem mais mobilizados no intuito de resguardar seus próprios interesses, buscando outras alternativas de aliança e vassalagem, do que empenhados em retribuir políticas de reciprocidade. Quando praticadas, tais políticas possivelmente foram vistas com bons olhos pelos índios e podem ter ajudado os enviados das autoridades portuguesas a conseguirem adeptos e colaboradores aos planos de conquista. Sobretudo porque se mostravam, em sua maioria, insatisfeitos com as políticas indigenistas da Espanha. Contudo, considero que seja preciso atentar para alguns aspectos na disponibilização de recursos pelos índios. Não foram sempre os mesmos índios que concederam os mesmos recursos; ou seja, uns disponibilizaram trabalho, outros, gado, outros, cavalos, outros, conhecimentos e informações tanto para os interesses portugueses quanto para os espanhóis. Em segundo lugar, houve ocasiões em que seus bens foram adonados sem consentimento prévio, mostrando que, quando disponíveis, nem sempre o uso dos recursos significou a

²²² METCALF, A. **Go-betweenes and the colonization of Brazil, 1500-1600**. Austin: University of Texas Press, 2005, p. 3.

²²³ Ibid., p. 3 e 12.

adesão dos índios. De qualquer forma, os índios viam e sabiam que grande parte dos recursos empregados eram provenientes de seu patrimônio territorial, material e humano.

Resumindo, a partir do cruzamento das fontes é possível perceber que, caso tenha ocorrido, a valorização da política de reciprocidade pelos índios não se remete apenas ao ‘bom tratamento’ dispensado a eles pelos portugueses ou ao ‘mau tratamento’ dado a eles pelos espanhóis, mas, circunstancialmente, à alternância dos modos de agir de uns e outros de acordo com as situações que se apresentaram ao longo do conflito e à memória dos índios sobre experiências vividas. Se não houvesse uma conjuntura favorável e uma confluência de interesses entre a maior parte dos índios e os portugueses, os primeiros não teriam se aliado aos segundos.

Outro dos pontos intrigantes presentes nas cartas, memórias e depoimentos analisados é sobre o número de índios que participaram da conquista. Chama a atenção e gera certo descrédito, especialmente, a exatidão numérica sobre os trezentos índios e a menção a este número nos documentos. Muito provavelmente, esta cifra não era exata e significava apenas um número aproximado dos índios que formaram esse contingente. O certo é que não se pode subestimar essa aproximação numérica, por algumas razões. Entre elas a de que, como vimos no começo do capítulo, havia cerca de 14.000 habitantes nos sete povos no momento da conquista. Trezentos índios é um dado bastante aceitável nesse sentido. Outra, que também informamos no início do texto, é que levando em conta o total de índios que havia nos 30 povos em 1800, cerca de 42.000, ‘trezentos índios’ continua sendo um dado bastante aceitável, sobretudo quando o depoimento de Leandro Herrera nos informa que eles teriam vindo de outros povos missionários e da capital do Paraguai. Aliás, vendo sob este ângulo, a quantidade poderia ser considerada pequena. E a informação de Gabriel, de que no momento da tomada de São Miguel eles estiveram “com mais de mil índios (debaixo do nosso comando)”²²⁴, ganha crédito. De acordo com ele, o sítio a São Miguel foi amplamente divulgado naquelas imediações. Canto informa que “uma grande parte dos índios do povo, e muitas famílias se agregaram à nossa partida neste mesmo dia”²²⁵.

O ponto anterior serve para alinhar este que é o arremate do capítulo. Parece-me impressionante que a quantidade de repetições sobre os números de gado vacum e cavalari;

²²⁴ CESAR, 1969, p.201.

²²⁵ CANTO, 1914, p. 55.

sobre os nomes de lugares como postos, estâncias, passos, guardas e povos; e, sobretudo, sobre a gente missioneira envolvida direta e ativamente no conflito não tenha servido para qualificar, durante tanto tempo²²⁶, de modo mais adequado e real, o protagonismo dos índios na ‘conquista’ de 1801. Mas, localizo algumas das possíveis razões pelas quais isso tenha ocorrido. Uma delas trata das diferenças e avanços apenas recentes nos usos de métodos e teorias que ajudam a refinar a leitura e descortinar a visão dos historiadores. Outra, é que boa parte das impressões mais ‘tradicionais’ sobre o conflito de 1801, incluindo aí as coevas, fez uso das memórias e cartas escritas por Canto, Gabriel e Maneco para reforçar o heroísmo, a voluntariedade e a iniciativa dos três representantes da ‘conquista’ portuguesa ou a parcela de ‘culpa’ e responsabilidade dos agentes espanhóis na perda dos sete povos. A supervalorização das ações desses agentes reverberou inúmeras vezes, e através desses discursos, o empreendimento da campanha e o sucesso dela foi quase sempre atribuído ‘aos portugueses’, assim como o fracasso na defesa foi quase sempre atribuído ‘aos espanhóis’. Esses textos e as interpretações superficiais que se fizeram deles imprimiram marcas tão profundas no entendimento sobre as atuações dos envolvidos, que mesmo quando a importância dos índios foi registrada, permaneceu deslocada e condicionada ao heroísmo e à iniciativa de outros agentes. Distintas amostras disso podem ser vistas através das palavras de Patrício Correa da Câmara, comandante da fronteira do Rio Pardo na época do conflito, do alferes Leandro Herrera e do historiador brasileiro Guilhermino César.

O comandante comunicou ao governador da capitania a necessidade de “fazer justiça aos relevantes merecimentos do soldado do meu Regimento e da 1ª Companhia José Borges do Canto”²²⁷. Enalteceu o respeito com que o soldado acatou suas ordens na mesma frase em que elogiou sua desobediência “quando me achava vacilante”. Arrazoou que Canto desprezava a vida e era afeito às aventuras. Favorecido por essas características, o soldado “tem sabido mostrar o seu valor e zelo”. A indisciplina, a deserção, o contrabando, as estreitas relações com índios charrua e minuano, práticas que autoridades coloniais portuguesas tanto recriminavam, deram lugar à admiração pelas “mais inimagináveis tentativas dirigidas ao

²²⁶ Lembrem-se de que os estudos que privilegiam o aspecto fundamental da importância das ações indígenas no conflito são poucos e muito recentes.

²²⁷ ANRJ. Vice-Reinado. Secretaria do Estado do Brasil. Códice 86. Rio Pardo, 2 de setembro de 1801. Todos os trechos entre aspas deste parágrafo foram retirados deste mesmo documento.

bem e vantagem do serviço de Sua Alteza Real”. Ocultando os dados sobre o número de índios que estiveram ao lado de Canto no ataque a São Miguel, Correa da Câmara informou a João Francisco Roscio que “todas as disposições com que valorosamente atacou o inimigo tão desmedidamente superior em forças, não basta para projetar a fiança de seu valor e de *quarenta e tantos homens que somente o acompanharam*”. Os trezentos índios com os quais o ataque ao povo de São Miguel foi empreendido aparecem, curiosamente, como inimigos! Afinal, o ‘inimigo’ só seria superior em forças se os índios fossem considerados seus aliados. Numa operação que valoriza os feitos de Canto, o comandante, desloca o lugar dos sujeitos indígenas ocultando sua importância e situando suas ações na voz passiva. Embora não pareça, os sujeitos principais que estão ocultos naquela sentença são os índios.

O comandante repetiu, insistiu e reiterou que nem “o fogo de mosquetaria, nem o muito crescido número de índios que cooperavam para a mesma defesa, nada foi bastante para a intrepidez daquele soldado que tem o heroico nome de português”. E assim, finalmente concluiu que Canto fora um dos três heróis responsáveis pela conquista. Acrescentou o companheirismo de Maneco e o bom serviço de vaqueano que ele prestou e o ‘louvor’ que Canto fazia de Gabriel.

Filhos de mães indígenas, Manoel dos Santos Pedroso e Gabriel Ribeiro de Almeida tinham nomes tão ‘portugueses’ quanto José Borges do Canto. Uns mais, outros menos, os três foram considerados heróis da conquista. As palavras aventura, intrepidez, valor, herói e os nomes de Canto, Maneco e Gabriel aparecem repetidamente vinculados em várias fontes e também nas análises posteriores. Isso corroborou mais para a criação do mito sobre a tomada dos povos ter sido um empreendimento exclusivamente português ou luso-brasileiro, do que o mito sobre ter sido uma iniciativa unicamente particular. O ingrediente principal para a construção de ambos os mitos é o apagamento da participação dos índios.

O alferes Leandro Herrera, cujo depoimento ajuda a esclarecer quem eram os trezentos índios, como se aliaram a Canto e como participaram da conquista do povo de São Miguel, insistiu em repetir que apenas quarenta homens participaram do referido ataque. Foi confrontado, porque respondeu de modo confuso. Disse em uma ocasião que foram quarenta e em outra, que foram oitenta. Na terceira vez, explicou que eram quarenta homens da partida de Canto e que “ali se correu a voz que Manuel dos Santos Maneco havia chegado com outros quarenta”, totalizando “*oitenta portugueses entre brancos, negros e mulatos*”. Corrigiu e

informou que “os que à frente do povo de São Miguel” foram, eram apenas os quarenta homens de Canto. Nota-se que a contradição vista pelas autoridades espanholas não diz respeito aos ‘trezentos índios’ que estiveram à frente do ataque, mas ao número de ‘portugueses’. Também é notório que Herrera contou de onde vieram os índios, sobre o confisco de suas armas, sobre o menino indígena que transmitiu ao tenente-governador alguns dos termos para a rendição, sobre o capitão índio ferido no rosto, sobre os índios que se apresentaram na praça central portando garrotes, e mesmo assim, desconsiderou suas ações ao final.

Seu testemunho continuou sendo questionado. Depois que o menino indígena foi ao povo de São Miguel e falou ao tenente-governador como porta-voz de uma proposta de capitulação, formou-se uma junta para votar optando por lutar ou se entregar. Herrera fez parte da junta e assinou a favor da capitulação. Como havia assinado se afirmara em juízo que achava possível vencer aqueles quarenta homens? Além disso, como havia assinado “na classe de vocal” se reconheceu que não sabia o que era capitulação? Respondeu que teve medo de ser punido se sua resposta fosse diferente da dos demais e que, ao mesmo tempo, viu que todos estavam amedrontados. Votou por se entregar. Casualmente, um dos últimos serviços que prestou naquela campanha foi levar para os povos de Itapuã e Santo Tomé, as armas confiscadas dos índios, que optaram por não usar na defesa de São Miguel²²⁸.

Como se vê numa e noutra fonte, a coragem dos aventureiros e o destino dos vencidos caminharam lado a lado com as alianças e conflitos estabelecidos com os índios ao longo do processo de conquista. Em meio às negociações, aos saques, aos ataques bélicos, à mistura de orgulho e vaidade e, é claro, às recompensas concretas que poderiam advir da divulgação dos feitos heroicos, às punições pelas perdas materiais, territoriais e humanas, todos disputavam benefícios e pareciam estar atentos às vantagens e desvantagens. Isso inclui os índios. Quando foi conveniente, eles estabeleceram negociações com agentes representantes do poder colonial, usando nesse sentido, alguns dos tantos códigos culturais que ambos os lados sabiam manejar. O domínio de idiomas, por exemplo, não era uma habilidade exclusiva de Maneco e Gabriel, pois muitos índios falavam espanhol e português. Por um lado, Gabriel assistiu aos festejos e conversou com os curas nos povos de onde recolheu os estandartes.

²²⁸ AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10: Depoimento de Leandro Herrera.

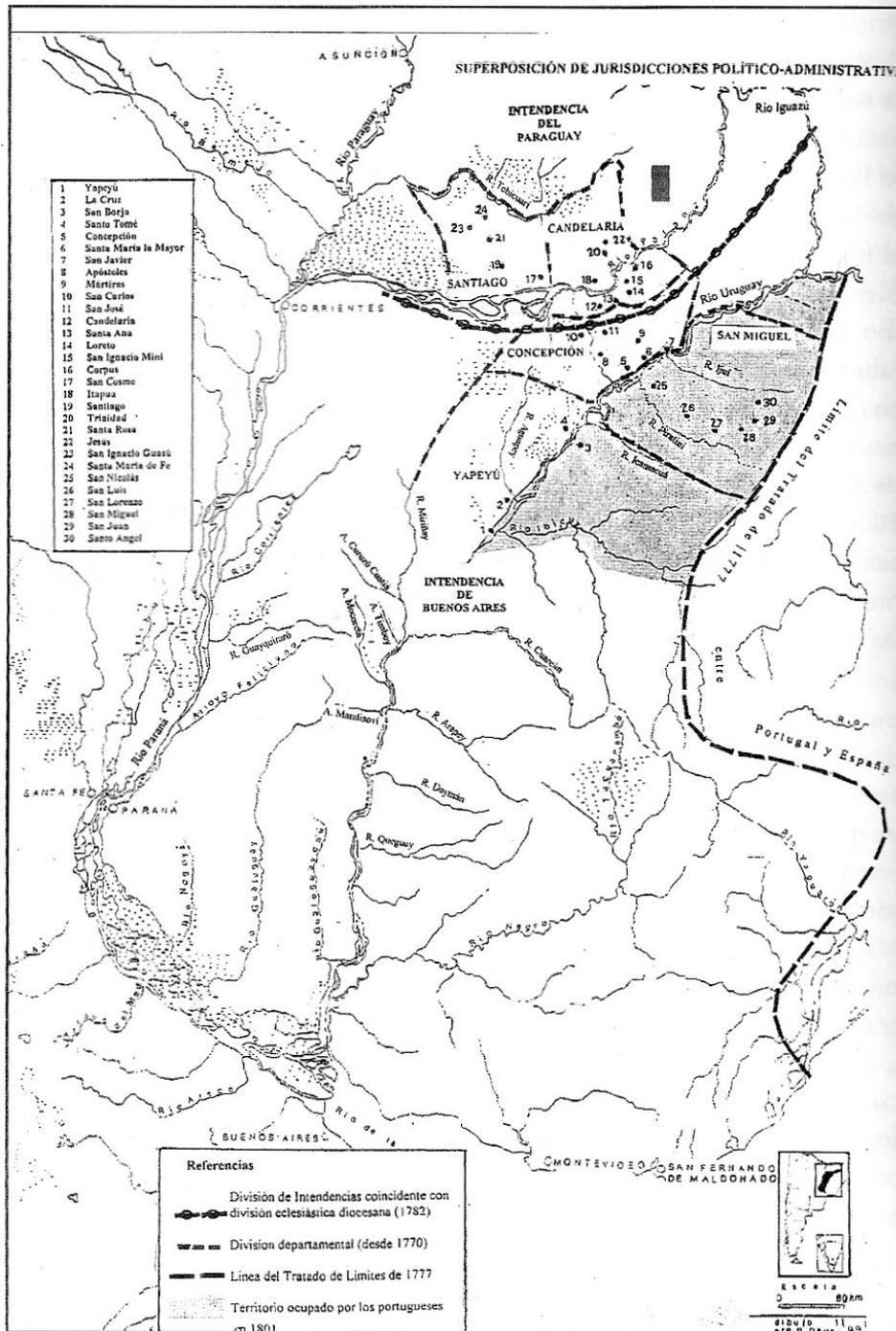
Por outro, os índios do departamento de Santiago e São Miguel também conversaram com milicianos e militares condecorados e entendiam sobre seus códigos militares. Logo, a iniciativa de Gabriel não deve ser supervalorizada em detrimento das iniciativas empreendidas pelos índios.

Além disso, a adesão aos planos do governo português não foi unânime, foi majoritária. Quando estabelecida, indígenas não a firmaram fiados apenas no ‘bom tratamento’ dos portugueses dispensado durante as alianças ou no ‘mau tratamento’ dispensado pelos espanhóis durante os conflitos. Eles viram os saques feitos às suas estâncias e povos, mesmo quando fizeram alianças. Viram autoridades se apropriarem de suas armas. Ademais, toda a experiência pregressa durante as tentativas de demarcação das linhas divisórias, como vimos no capítulo 1, também oferecia instrumentos para mediar a situação levando em conta que o proveito e a disputa pelos seus bens já acontecia há algum tempo. Os índios sabiam sobre políticas indigenistas e indígenas muito mais do que os códigos e regras de discursos coloniais e lógicas de reciprocidade permitiriam ver.

O historiador Guilhermino Cesar viu nas façanhas de Canto, Gabriel e Maneco, a quem chamou mamelucos, “as linhas que ratificaram a história”²²⁹ do bandeirantismo paulista, mas considerou o papel dos índios secundário “sob o ponto de vista cultural”. Ele enxergou a mestiçagem através de uma chave que valoriza a ‘mistura’, mas desvaloriza os índios. Todavia, os índios que participaram do conflito de 1801 integraram aquele universo social e cultural de modo muito mais ativo do que se considerou. Se as personagens indígenas foram marginalizadas através de leituras acríicas, descontextualizadas e repetidoras uníssonas de textos que são multivocais, as evidências lidas e compreendidas em chave interpretativa que vai além das palavras estão em consonância sobre seu protagonismo. Terá a crença baseada na inferioridade dos índios influenciado a percepção da realidade aos olhos de testemunhas oculares? Terá sido difícil assumir que os índios foram importantes no conflito que ocasionou a conquista/perda do departamento? Não é possível responder com certeza a essas perguntas. O que se pode afirmar é que os autores dos registros históricos não tinham tanta certeza sobre o papel secundário dos índios.

²²⁹ CESAR, 1969, p.191.

Figura 3: Superposição de jurisdições político-administrativas posterior a la expulsión de los jesuítas. Mapa confeccionado na Sessão de Etnohistória do Instituto de Ciências Antropológicas, FFy- UBA (Universidade de Buenos Aires).



Fonte: WILDE, G. **Religión y poder en las misiones de guaraníes.** Buenos Aires: SB, 2009, p. 268.

CAPÍTULO 3 – ASPECTOS SOBRE OS CAMINHOS DO CONVÍVIO ENTRE AUTORIDADES COLONIAIS E INDÍGENAS: “A LIBERDADE DOS NATURAIS DESTA PROVÍNCIA”

3.1 – Planos, cartas e projetos de Santiago de Liniers (1803-1804).

Poucos anos depois da conquista dos sete Povos missioneiros situados à margem oriental do rio Uruguai para o governo português, em 1801, Santiago de Liniers foi designado para assumir o cargo de governador dos povos situados à margem ocidental, sob administração do vice-reino do Prata, em 1803. Conforme vimos no primeiro capítulo, Santiago era irmão do conde de Liniers, também militar e atento às oportunidades de participar de redes de comércio e fazer fortuna naquelas terras que ambos consideravam repletas de recursos mal utilizados. Os irmãos eram de origem francesa, mas haviam passado boa parte de sua carreira a serviço da Coroa espanhola, em distintos lugares.

Santiago participou de campanhas militares na África na década de 1780. Em 1795, já no comando da esquadra de Montevideu, que guardava a capital de ataques estrangeiros e, sobretudo, de investidas inglesas ao comércio ilegal, recebeu o título de capitão de navio. Em 1802, manifestou ao comandante militar daquela cidade o desejo de se mudar com sua família para Buenos Aires. Em maio do mesmo ano, depois de instalado na capital portenha, escreveu ao vice-rei do Prata, Joaquim del Piño, lamentando-se de que se encontrava em difícil situação financeira devido ao “malogrado estabelecimento que meu irmão, o conde de Liniers, veio a plantificar nesta cidade”²³⁰.

Diante do pouco efeito que surtira o relatório que o conde enviara em 1798, ao então secretário de Estado da marinha e do ultramar de Portugal, Rodrigo de Souza Coutinho, mudou seus planos de vassalagem. Instalou-se em Buenos Aires e fundou uma fábrica de tabuletas de caldo carne, em parceria com Santiago. A promessa de boa demanda e oferta do produto já havia sido anunciada pelo conde no referido relatório analisado no capítulo 1. As tabuletas serviam, além de alimento, como remédio para prevenir e tratar o escorbuto, doença

²³⁰ In: GONZÁLEZ, J. C. **Don Santiago Liniers: gobernador interino de los Treinta Pueblos de las Misiones Guaraníes y Tapes (1803-1804)**. Facultad de Filosofía y Letras: Publicaciones del Instituto de Investigaciones Históricas, n. XCIV. Buenos Aires: Peuser S.A., 1946. p. 18.

comum entre marinheiros e quaisquer pessoas que passavam tempo prolongado a bordo de navios, alimentando-se de maneira precária²³¹. Mas, como Santiago apontou, a promessa não se cumpriu. Pode ser que ele buscasse na capital portenha, uma nova oportunidade de negócios, fosse no ramo de comércio, indústria, ou na ocupação de novos cargos políticos. Assim, não deixou de ressaltar que, apesar de ter optado por se retirar de Montevideu, “poderia ainda ser meus serviços de alguma utilidade”²³².

Após a perda dos sete Povos missioneiros para o domínio português, o governo do vice-reino do Prata procurou remediar a situação da fronteira que se mostrava incapaz de reagir em caso de novas investidas. Em 1801, quando houve a conquista, a fronteira com as missões orientais contava com apenas um destacamento que tinha pouco mais que uma dezena de Dragões. Tão logo chegou ao território missioneiro e fixou residência no Povo de Candelária, Liniers buscou resguardar a fronteira com a capitania do Rio Grande e torná-la apta à defesa. Ponderou que a região estava desguarnecida militarmente e solicitou auxílios diretamente ao vice-rei, que o investira naquele cargo²³³.

Interagiu com os habitantes locais, entre eles o cura do Povo de São Lourenço, refugiado em Candelária. Inteirou-se da ‘invasão portuguesa’ sob o olhar de Bernardo Montañéz que permaneceu em sua função, mesmo algum tempo depois da conquista de 1801. Através do cura, Liniers soube que os índios estavam “sumamente arrependidos e desesperados, pois [os portugueses] não somente os oprimem em tarefas, sem gratificar-lhes: lhes roubam seus gados e cavalos e os tem sem alimentos”²³⁴. Concomitantemente, de acordo com o religioso, temendo uma fuga em massa, ‘portugueses’ os coagiam anunciando que caso os espanhóis voltassem a dominar o departamento de São Miguel, suas condições poderiam ainda ser piores, donde ele concluía que os índios preferiam permanecer em domínios portugueses.

²³¹ Durante longas viagens, como as que cruzavam o Atlântico ou costeavam os continentes, a base da alimentação a bordo costumava ser carne salgada e bolachas salgadas, estas últimas também chamadas de biscoitos do mar. Devido à ausência prolongada de vitamina C nas dietas – presente em frutas, verduras e legumes frescos – tripulantes e passageiros contraíam escorbuto. A falta da vitamina C torna deficitário o processo que confere mais solidez ao colágeno, uma das principais proteínas estruturais do corpo humano. As tabletas de caldo de carne, ricas em colágeno, supririam a defasagem da vitamina, ajudando a prevenir a doença.

²³² GONZALEZ, 1946, p. 18.

²³³ BEVERINA, J. *El Virreinato de las Provincias del Río de la Plata: su organización militar*. Buenos Aires: Circulo Militar, Biblioteca del Oficial, 1935, p. 437-443.

²³⁴ AGNA. Sala IX-18-3-3. Misiones (1803-1804), Candelária, 9 de junho de 1803.

Santiago de Liniers se interessou enormemente pelo relato do padre Bernardo Montañéz. Deu parte detalhada dele ao vice-rei do Prata e foi ver de perto a quantas andavam os Povos e os indígenas sob o governo da capitania do Rio Grande de São Pedro²³⁵. Através dos informantes e das saídas de campo que efetuou pessoalmente, constatou que em seis dos sete Povos não havia fortificações preparadas para participar de uma eventual guerra. Soube que o comando da fronteira estava menos cuidadoso. A inquietação com o constante fluxo de indígenas entre os limites havia diminuído depois que a intensa circulação e o descontrole sobre a mobilidade espacial dos índios foram atribuídos a uma ação de Tomás de Rocamora entre os ‘infiéis’. Além disso, parte das vaquejadas estava suspensa devido à falta de cavalos. Oportunamente, então, o governador de Misiones pediu ao pároco que fizesse saber aos índios que a Coroa espanhola estava disposta a admiti-los novamente como “seus vassalos, considerando bastante castigo as vexações que têm experimentado”²³⁶.

Ao mesmo tempo em que convidou índios dos Povos missioneiros do lado oriental do rio Uruguai para voltarem a ser vassalos da Espanha, buscou fazer chegar “recursos de *maestranza*”, bem como diversos tipos de armamentos vindos da praça de Montevidéu, para instruir aos do lado ocidental. Elaborou um arrojado projeto para arregimentar soldados e li-los a usar armas de fogo²³⁷. Tais planos eram entendidos por ele como uma chave para fortalecer a defesa das fronteiras contra os ataques e as investidas de estrangeiros²³⁸. Para executá-lo, no entanto, era fundamental que ‘os naturais’ fossem devidamente treinados, pois em seu conceito, era raríssimo encontrar um deles que soubesse como utilizar tais armas, “que servem como a luz ao cego, a harmonia ao surdo e a eloquência a um mudo”²³⁹. Um tanto tergiverso e outro tanto difuso neste comparativo, Liniers, talvez sem perceber, o retificou ao considerar que não seria difícil encontrar em Misiones “os índios que serviram na guerra passada na Artilharia e nas lanchas de força sob meu comando”²⁴⁰. Ou seja, em ocasiões recentes índios haviam servido em forças regulares e milicianas, e não apenas sob

²³⁵ AGNA, Sala IX-18-3-3. Misiones (1803-1804), Candelária, 15 de março de 1803. Santiago de Liniers ao vice-rei Joaquim del Piño.

²³⁶ Idem.

²³⁷ AGNA, Sala IX-18-3-3. Misiones (1803-1804), Candelária, 29 de março de 1803.

²³⁸ De fato, o período em que Santiago de Liniers traçava seus planos antecedeu as invasões inglesas à região Platina. Para um breve apanhado sobre as invasões ver Camargo, Fernando da Silva. **Britânicos no Prata: Caminhos da hegemonia**. Passo Fundo: Ed. Universitária UPF, 1996.

²³⁹ GONZÁLEZ, 1946, p. 41.

²⁴⁰ Ibid., p. 41.

seu comando, é preciso ressaltar, mas também sob o de outras autoridades militares a serviço de Portugal e da Espanha – como foi o caso da conquista de 1801, analisada no capítulo anterior.

De todo modo, o projeto de Santiago Liniers não era exatamente o que se pode chamar de inovador. Arregimentar, utilizar os conhecimentos e modos indígenas de realizar combate e treiná-los para o serviço militar são práticas que remontam às conquistas empreendidas por boa parte dos particulares e agentes coloniais na região platina. O projeto contava com o envio de artilheiros, infantes e Dragões a serem contratados e distribuídos em cada um dos Povos para ‘ensinar’ aos índios como ser soldado operando armas de fogo. Os recrutas, concentrados no Povo de Apóstoles, “seriam adestrados no manejo de canhão de batalha, obus e fuzil”²⁴¹. Depois de cumprida a etapa de treinamento, o governador planejava criar em cada um dos Povos sob seu comando uma companhia de artilharia e atiradores. Um dos grandes entraves para executar o plano dizia respeito ao financiamento das vinte e três companhias situadas do lado ocidental do rio Uruguai. A solução proposta, também não muito inventiva, veio através da iniciativa que, como expôs Julio César González, complementava o plano²⁴².

Santiago de Liniers, baseando-se nas *Leis de Índias*, que estabelecem que os índios ausentes dos Povos deveriam pagar tributo proporcional ao obtido de sua indústria ou trabalho pessoal, propôs a cobrança de quatro pesos e meio ao ano a cada uma das famílias em trânsito. Fiado nas notícias que obtinha através de seus informantes, calculava que a arrecadação dos impostos seria suficiente para financiar seu projeto de recrutar os índios que ficaram nos Povos, através do tributo cobrado aos que estavam fora deles. Aqueles que haviam migrado realizavam distintas tarefas nos arredores do distrito de Arroio de la China. Meticuloso quanto aos critérios elaborados para tornar o projeto realizável, fixou para o cobrador dos impostos uma comissão no valor de três por cento do total recebido. O indicado para o cargo era o diretor dos Correios de Arroio de la China, localidade onde índias e índios realizavam os mais variados trabalhos. Era também um dos principais fazendeiros da região e aquele que empregava o maior número de indígenas nas lidas de sua propriedade²⁴³.

²⁴¹ GONZÁLEZ, 1946, p. 41.

²⁴² Idem.

²⁴³ AGNA. Sala X. Governo de Misiones (1803-1804), Candelária, 29 de março de 1803. Ofício, 10. Folha 3.

Ademais, de acordo com o projeto, os indígenas ‘fugidos’, estabelecidos em Buenos Aires, Montevideu, Santa Fé e Corrientes seriam todos taxados e cobrados da mesma maneira. Aqueles que não contribuíssem seriam conduzidos aos seus Povos de origem, destinados aos trabalhos públicos, “com a mortificação de um grilhão”²⁴⁴.

Apesar do empenho em cumprir o propósito de defender e guarnecer as fronteiras, palco de tantos embates entre portugueses, indígenas e espanhóis, este novo projeto de um dos irmãos Liniers também não deu certo. Algumas das razões para o insucesso, ele tentou explicar ao final de seu mandato como governador. Apesar da notória parcialidade e tendência comum em atribuir aos costumes dos índios o fracasso de políticas de controle e ordenamento social, não parece difícil perceber que o “grilhão” com o qual Santiago Liniers intencionava limitar a circulação dos índios não combinava com as diretrizes enviadas ao vice-reino, que buscavam reiterar, através de uma Real Cédula em 1803, a ‘liberdade’ que lhes havia sido concedida em 1800, através do decreto do vice-rei marquês de Avilés.

Diante das conflitantes medidas administrativas oriundas de diferentes instâncias de poder, em junho de 1804, quando Santiago de Liniers estava prestes a entregar seu cargo, achou por bem escrever uma carta ao rei da Espanha sobre o conteúdo e significado da R.C. de 1803²⁴⁵. Ao sublinhar e propagandear sua experiência junto aos indígenas, estendeu “algumas reflexões sobre aquele particular” que tratava da “liberdade dos naturais desta Província”. A “felicidade e progresso dos índios” estavam “muito distantes da realidade”, pontuou Santiago de Liniers. A concessão daquela “liberdade parcial”, asseverou, não havia incentivado mais do que ao vício e ao abandono dos preceitos religiosos, além de exasperar os conflitos entre aqueles que não disfrutavam de tal prerrogativa. Depois da liberação de algumas famílias do regime de comunidade decretado por Avilés, continuava Liniers, indígenas consumiram o gado de suas estâncias, e muitos deles, sem nenhum conhecimento sobre agricultura, acostumados a uma vida sedentária, não estavam aptos a trabalhar e a viver civilizadamente por si sós, segundo o entendimento do governador estrangeiro há pouco tempo no cargo de governador de parte das terras missioneiras. Estavam inabilitados às lidas

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ MM. **Representación al rey pelo capitán de la Real Armada D. Santiago Liniers**, sobre as Misiones tapes y guaraníes de las que era governador interino. Arm. B, C. 29, P. 1, N° de Ord. 18. Candelária, 06 de julho de 1804.

de “laboriosos lavradores” ou de “homens campestres”. Não obstante sedentarizados, os índios migravam e pouquíssimos retornavam, informava, contradizendo-se. Afinal, como índios sedentarizados poderiam realizar tantas migrações? No departamento de Santiago, exemplificou, casas sem porta e sem janelas eram “moradias de índios livres, que se acharam povoando os sítios mais remotos e mais solitários do distrito do Povo”. Operações discursivas como estas ocorreram em diferentes regiões das Américas. Através de uma pesquisa que relaciona poder, comércio e terras indígenas, o historiador Daniel Richter questiona o argumento utilizado por agentes do governo e religiosos em ‘instruir’ grupos indígenas “*na agricultura e em outros conhecimentos úteis*”. Afirmar a miséria e o estado de fome generalizado de grupos indígenas - cujas terras eram necessárias à construção de uma nova ordem -, como escreviam em seus relatórios, também fazia parte de uma elaborada estratégia na qual “*insistir que aquelas pessoas estavam malvestidas e mal alimentadas era um notável triunfo de uma construção ideológica sobre evidência visual e gastronômica*”²⁴⁶. É interessante refletir, ainda de acordo com Richter, sobre as maneiras pelas quais relatórios de agentes europeus, que também baseavam seus conhecimentos sobre os indígenas em livros do século XVIII, se desdobraram em análises equivocadas sobre quem eram os índios e que tipo de problema eles encararam quando buscavam assumir o controle de seus territórios no contexto de surgimento de uma nova república no continente norte-americano.

Nesse sentido, é preciso considerar que um dos pontos cruciais que estavam em jogo, depois da liberação de algumas famílias do regime de comunidade pelo vice-rei do Prata em 1800, após a conquista de sete dos trinta povos missioneiros pela Coroa portuguesa em 1801 e no advento da R.C. de 1803, era a reorganização política do espaço missioneiro estreitamente vinculada à “necessidade de definir a liberdade dos índios e a sorte dos povos de Misiones”.²⁴⁷ De modo não muito distinto do irmão, o governador da Província missioneira se referiu às imensas riquezas e recursos disponíveis naquele território de:

24.000 léguas quadradas de superfície, ainda que se tirem 4.000 pelo espaço que ocupam os rios, banhados e terras estéreis, e que supondo somente quatro indivíduos por cada família, se acham 8.000 famílias às quais (em suposição que todas se dedicassem à agricultura, o que é meramente impossível) se repartisse a cada uma uma légua

²⁴⁶ RICHTER, D. K. **Trade, land, power: the struggle for eastern North America**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013, p. 228.

²⁴⁷ MAEDER, 1992. p. 206.

quadrada de terra resultariam sempre 12.000 vacantes (dupla extensão da Inglaterra que mantém 5.500.000 habitantes), que distribuídas a colonos inteligentes produziram mais riquezas que as minas de Potosí: proposição que ainda que pareça um paradoxo se pode demonstrar e calcular até a evidência²⁴⁸.

Assim como fizera o conde de Liniers em relatório que analisamos no primeiro capítulo, o governador de Misiones fez cálculos sobre a quantidade de terras disponíveis e em seu aval, mal aproveitadas. Confrontou o enorme espaço missioneiro às proporções territoriais daquela que se consolidava como uma potência comercial e experimentava uma revolução industrial que demandava grande quantidade de matéria-prima e mercado consumidor, a Inglaterra. Arrolou diversos cultivos que poderiam tornar a Província rica, entre eles o algodão, a erva-mate, o tabaco, o ruibarbo e o caraguatá, este último conhecido também como erva-do-gentio, uma espécie de bromélia com propriedades medicinais, citou “o famoso bálsamo extraído do arbusto chamado *aguaribaí*”, também chamada *guallegüay*. Todos estes conhecimentos foram adquiridos como resultado de sua experiência junto aos indígenas.

Se por um lado, os relatos dos irmãos Liniers guardam certas semelhanças, por outro, possuem um ponto central que os diferencia. No relato feito pelo conde ao representante dos interesses da Coroa portuguesa, não há palavra sobre os índios. Já no reporte do governador, eles aparecem como personagens principais, responsáveis pelo atraso na economia da Província. São abundantes as descrições sobre o “caráter, índoles e inclinações” daqueles a quem, durante o exercício de seu cargo, Liniers havia se “dedicado particularmente a estudar”. O militar e político espanhol, de origem francesa, não economizou considerações, opiniões e julgamentos sobre os habitantes ‘naturais’, cujas ações frustraram seus planos de governo e, quem sabe, inviabilizaram as oportunidades de negócio que vislumbrara.

Segundo havia notado, “no tempo que estou vivendo entre estes índios”, “seus princípios na fé são geralmente muito duvidosos, e todo exterior, e conservam várias práticas supersticiosas que denotam demasiado sua inclinação às práticas de culto de seus antepassados, apesar dos incessantes cuidados dos curas em destruí-los”. Como se percebe, as descrições feitas por Liniers também não são muito destoantes de boa parte dos relatos de

²⁴⁸ MM. *Representación (...)*, 1804.

administradores, religiosos ou leigos, no que tange à reiteração da recalcitrância dos índios. Imagino que não precisemos nos alongar neste ponto, e sim, depreender do relato de Liniers um costume praticado por colonizadores, herdeiro de velhas tradições não-indígenas: a assunção discursiva e aparentemente incontestada, sobre a inaptidão dos índios ao trabalho devido à sua cultura, associada ao enorme empenho em controlar e ordenar a sociedade da qual faziam parte²⁴⁹. Logo, esta era a causa principal do “escandaloso abandono” em que se achava a região: o insistente ‘atraso’ dos índios que se entregavam aos vícios, ao abandono da religião sempre que possível, à luxúria e ao ócio. Todos esses pormenores estão presentes no relato de Liniers, pouco inovador, como já dissemos, em termos de testemunhos sobre a ineficácia de certos métodos de controle empreendidos por agentes de governo em processo de transição para uma nova ordem política:

Se seria igualmente adequado para as condições do século XIX de dominação dos EUA, e se a pressão implacável de colonos brancos em migração para o oeste estava em dúvida, não era porque os “vermelhos” baseavam-se, de algum modo, em padrões antigos de comportamento, mostrando uma inexplicável estima pela selvageria, ou modos livres de viver da caça, ou por que eram inaptos a se adaptar a circunstâncias de mudança. (Nenhum grupo nativo que sobreviveu à carnificina demográfica, militar, e econômica poderia ser acusado desta última falha). Se a fome surgiu, não seria literalmente por falta de comida. Ao contrário, seria porque o projeto de [Thomas] Jefferson expropriou sistematicamente seus territórios de caça e os privou da oportunidade de produzir bens comercializáveis para trocar por manufaturados ou dinheiro²⁵⁰.

Santiago de Liniers vinculou aos costumes alheios, “a serenidade e sossego com que morrem no trânsito desta vida à espantosa eternidade, em que o cristão mais fervoroso não está isento de temores”, “à indiferença com que admitem os socorros que lhes apresenta a caridade espiritual” e mesmo a indiferença aos medicamentos que lhes administrou à força. Ressentiu-se de não ter recebido nenhuma mostra de gratidão por isso, ao contrário, “se me não ocultado os enfermos, preferindo os remédios de seus curandeiros”. Entretanto, como vimos, os conhecimentos dos xamãs sobre a manipulação de plantas medicinais e administração de tratamentos não eram de interesse exclusivo dos índios. Liniers citou o caraguatá, o ruibarbo e o aguarabaí, por exemplo, como potenciais fontes de riqueza para a

²⁴⁹ De acordo com uma concepção de trabalho em moldes ocidentais.

²⁵⁰ RICHTER, 2013, p. 249.

Província. Entre plantas e animais conhecidos e utilizados pelos índios não estavam apenas os nativos da região, mas também os trazidos pelos colonizadores e adaptados ao clima, às demandas e interesses dos habitantes locais, à medida do possível, como foi o caso do gado.

Contudo, a principal questão trazida por Liniers era a ponderação sobre o fato de o marquês de Avilés, ao perceber o estado de devastação e decadência em que se achava parte da região missioneira, “começou a dar a liberdade a alguns índios”, informado por pessoas “sem nenhum conhecimento destas missões”. Ou seja, o cerne do problema não dizia respeito apenas aos recursos naturais disponíveis na região, que poderiam enriquecer a Província e o vice-reino, mas à utilização da mão-de-obra dos índios. Apesar de considerar os índios inaptos ao trabalho, entre outros motivos, pelo fato de seguirem conservando alguns dos costumes de seus antepassados, Liniers assegurou que com “este novo sistema” proposto pela R.C. de 1803 e a ratificação da condição de ‘liberdade’ dos índios, “estão perdidas estas *Misiones*”.

Com esta forte afirmação, Liniers demonstrava a importância da mão de obra dos indígenas. “Não se trata menos do que da sorte de trinta e três mil vassalos de V. M., só nos quatro departamentos de Candelária, Santiago, Concepción e Yapejú e de vinte e quatro mil léguas quadradas do mais rico solo de seus vastos domínios”, contestou o governador. “Em várias necessidades deste continente”, percebia ele, “alistaram muitos milhares de soldados bem disciplinados, armados, municionados, e montados à costa dos Povos, levando até seus víveres e medicinas”. Isto é, mesmo ao reiterar pareceres tão distintos como a inaptidão dos indígenas para o trabalho e as vantagens de seu recrutamento para o serviço militar, as entrelinhas dos relatórios, projetos e planos de governo enviados por Santiago de Liniers às mais altas autoridades coloniais nos permitem perceber que, oposto ao que anuncia, a mão de obra indígena seguia sendo importante para os negócios e a política do vice-reino do Prata. Mais do que isso, é perceptível a grande preocupação sobre a autonomia coletiva e individual dos indígenas na prestação de serviços e na administração de bens missioneiros imóveis e semoventes.

Liniers contestou as disposições que “o fiscal protetor dos índios de V. R. Audiência de Buenos Aires, em virtude do resolvido por V. M., propõe entre outras coisas”. Posicionou-se contra indígenas serem capatazes das estâncias missioneiras, contra sua liberdade de comercializar sem a presença de outros negociantes nos Povos, contra o cultivo de terrenos

e plantações como próprios de cada Povo, por exemplo. Sobre este último item, considerava que seria penoso para os índios “ter que deixar suas fainas ou seus ofícios” para atender às propriedades de comunidade. Considerava mais apropriado que se mantivessem em seus negócios e fossem capazes de pagar os tributos que lhes eram cobrados, assim como deveriam deixar a cargo de agentes do governo a administração e o manejo das estâncias e de todos os bens que possuíssem. Sobre os indígenas serem capatazes de suas estâncias, ponderou:

Digo que a felicidade e prosperidade de um Povo depende da direção da estância, que há de prover não somente a subsistência mas todos os recursos para a agricultura, cria de bois, de cavalos e mulas, comissão que exige uma inteligência, uma vigilância e uns conhecimentos nada vulgares, e por cujo desempenho se deve buscar sempre sujeitos a propósito sem reparar em salários, pois dele depende a ruína ou prosperidade de um povo, e sendo de notoriedade que nenhum índio tem estas qualidades me parece que a prudência não permite pôr-se na contingência de ir experimentando.

Tais considerações, que maldisseram as aptidões e iniciativas indígenas na condução de seus assuntos, reiteraram que o trabalho dos índios continuava sendo muito importante para o estabelecimento de políticas e negócios coloniais. Daí a enorme tendência em subdimensionar a autonomia praticada pelos indígenas em suas contínuas movimentações pelo espaço missionário, mesmo diante das dificuldades impostas pelas políticas coloniais que buscavam ordená-los e exercer o controle sobre sua mão de obra. Dito em outras palavras, o propósito de tais considerações ou o motivo de levar “minha débil voz até seu trono”, como dizia Santiago de Liniers ao rei espanhol, era:

(...) repetir-lhe que se se concede a estes índios a liberdade e se lhes distribui todas as terras desta Província, excluindo dela espanhóis, ou não tenho conhecimentos dos homens e perdi todo o tempo que dediquei a estudar estes naturais e adquirir tal qual ilustrações, ou se perdem estas Misiones, devendo-se necessariamente para tirar dela as incalculáveis vantagens que prometem, tratar de povoá-las como acima expus, e então tendo os índios modelos que imitar na indústria, economia e vida social, quem consuma os produtos de suas chácaras, único cultivo que entendem, quem empregar e assaliar em grande número, sem energia nem conhecimentos para ser proprietário, e lhes assegurar sempre sua subsistência e os meios para pagar seus tributos, então, dê-lhes uma boa liberdade e seja cumprido seu supremo desejo de melhorar a sorte deste índios.

Posto que os índios missioneiros não dispunham de “energia nem conhecimentos para ser proprietário”, era necessário que formassem um corpo de trabalhadores cuja mão de obra pudesse atender às demandas regionais de administradores públicos e particulares. Se os indígenas não se transformassem em trabalhadores capazes de consumir a produção de mercados em expansão naquela época e pagar impostos, ou seja, se a exploração de sua força de trabalho não fosse capaz de movimentar a economia regional, a economia central seria, efetivamente, afetada. Os mais de trinta mil vassalos, de acordo com os cálculos de Liniers, precisavam trabalhar para que os exércitos se pusessem em estado minimamente satisfatório, para que a agricultura e a pecuária fossem impulsionadas, e precisavam pagar impostos para que o real Erário pudesse arcar com as ‘despesas’ administrativas dos povos missioneiros. Quer dizer, diversos tipos e modalidades de prestação de serviços pelos indígenas eram indispensáveis, como pontua Liniers. Porém, seu projeto de militarizar a Província missioneira e defender suas fronteiras não deu certo, tampouco os planos para torná-la mais rica e rentável. As riquezas das terras missioneiras foram utilizadas em conflitos prolongados e confusas disputas políticas nos quais os indígenas interferiram de acordo com as suas experiências e as de seus antepassados. Se bem que abasteceram portos, movimentaram redes comerciais e engordaram cofres públicos e patrimônios particulares, tais experiências não contribuíram para transformar por completo os indígenas em trabalhadores e soldados disciplinados, tampouco para tornar rica a Província de Misiones.

3.2 – “*Tapes de carabina*” e “*infieis de lança e flecha*” no diário de operações militares de José Rondeau (1804): “*índios de uma e outra nação*”?

A intensa circulação e os contatos mantidos por indígenas naquelas regiões limítrofes não se restringiam aos territórios missioneiros. Em 1804, mesmo ano em que Santiago de Liniers deixava o cargo de governador de Misiones e oferecia um relatório posicionando-se terminantemente sobre os termos da ‘liberdade’ dos índios, o capitão do regimento de Blandengues de Montevideu, José Rondeau, escreveu um diário de operações sobre uma expedição pela Banda Oriental²⁵¹. Lá também, os serviços dos indígenas guaranis e ‘infieis’

²⁵¹ MM. **Diário de operaciones en la Banda Oriental**. Seção de Manuscritos. Arm. B, C. 29, P. 1, N° de Ord. 20. 30 de setembro a 05 de novembro de 1804.

podem ser entendidos como fundamentais para realizar atividades militares, empreender ações bélicas, reconhecer territórios e apreender gado *vacum* e cavalar.

É preciso marcar que, neste tipo de documentação, as atividades dos índios parecem ser entendidas pelos autores do registro como importantes. Porém, não é seu objetivo destacar o quanto foram necessárias ou o quanto os indígenas eram sujeitos ativos. Assim, no mais das vezes, aparecem como se não pudessem estar em outros lugares, realizando outros serviços, não fossem aqueles de vaquejar, pelejar, obedecer a ordens, demonstrar boas performances na lida com o gado e nos campos de batalha. Mas estas descrições revelam muito mais sobre as histórias indígenas e podem ser compreendidas de outra maneira. Embora muitas vezes fossem coagidos a integrar partidas militares e realizar acordos de prestação de serviços com estancieiros, políticos e autoridades do exército, os índios usavam tais oportunidades para exercer certa autonomia e controle sobre seus bens e territórios. Ao integrar milícias e exércitos, por exemplo, circulavam por grandes extensões territoriais, colocando em prática um traço marcante de sua cultura, a mobilidade espacial ou ‘a liberdade’ da qual tratavam inúmeros relatórios administrativos, ordens e leis. Apontavam quais os rebanhos poderiam ser utilizados por tropas em trânsito, davam sinais sobre movimentações de outros grupos, também de acordo com seus interesses e motivações.

A partida comandada por José Rondeau, destinada “a conhecer e explorar a campanha” contou com os serviços de dois vaqueanos, encarregados de reconhecer os campos e dar aviso de onde a expedição deveria se situar, bem como avisos de quaisquer movimentações de outros grupos e pessoas ao longo da jornada, e apontar a localização de rebanhos sobre os quais se poderia fazer “um *rodelito*” a fim de alimentar a tropa, ou um rodeio maior, suficiente para compor um rebanho. À noite, Pedro Romero, também chamado Perú, e Gusmão saíam pelos campos, antecipando e traçando a rota que a partida faria ao amanhecer. Já no primeiro dia das operações, a partida foi adiada devido à ausência de Gusmão, que prometera cruzar a fronteira e voltar em quatro dias, mas não o fizera. Com o seu retorno e com a garantia de que ele e Perú seriam capazes “de descobrir os movimentos da campanha”, a pequena tropa composta por cerca de treze pessoas partiu. José Rondeau, ao contrário dos vaqueanos, se mostrava particularmente preocupado em “evitar ser descoberto pelos infieis”, a quem descreveu como “uma classe de gente que é factível transitem” por aquelas bandas. De fato, o trânsito de indígenas Charrua e Minuano pela

campanha era intenso, inclusive ao acompanhar partidas militares destinadas a explorar o território e arrebanhar o gado. Durante a movimentação pelos campos era preciso ter cuidado com os cavalos, pois correrias, assaltos e emboscadas para tomá-los eram bastante comuns na região, sobretudo naquela fronteira. Assim, Rondeau deu ordem expressa para que mantivessem os cavalos sempre amarrados, enquanto saía “o vaqueano Perú com seus companheiros a reconhecer a parada seguinte para a partida”.

E assim, por vezes seguidas, Gusmão e Perú marcharam durante a noite e guiaram a partida no dia seguinte. Depois do nascer do sol, comunicavam a situação dos campos e, eventualmente, a localização “de um rodelito de gado, em motivo de haver já pouca carne no acampamento”. Do mesmo modo, verificavam se rebanhos maiores estavam nos mesmos lugares em que os tinham avistado em outras ocasiões. Tomás Yaparé, ajudante de Perú e Gusmão, também dava notícias da movimentação de rebanhos. Alguns dias se passaram sem maiores novidades, até que Gusmão noticiou que avistara ‘infiéis’ e “rastros grandes de vacarias que por distintas coxilhas seguiam rumo ao [rio] Ibicuí”. Não demorou muito para que “Perú e seus companheiros” encontrassem “atoldamentos de infiéis deixados de alguns dias e outros rastros que manifestavam haver andado por ali outra classe de gentes em corridas de gado segundo os rodeios e acampamentos”.

Embora autoridades coloniais realizassem partidas que buscavam explorar os territórios através dos conhecimentos de guias indígenas, essas não eram a única iniciativa para empreender expedições de apresamento de gado pela região. Outras partidas, incluindo aquelas formadas por distintos grupos indígenas, também as faziam com a diferença de que não dependiam do auxílio e dos conhecimentos de outrem para os instruir. Isto é, para realizar rodeios e arrebanhar gado era preciso não apenas contar com as orientações e as diretivas de índios aliados, como também era preciso fazer frente aos índios que estivessem dispostos a competir pela posse dos animais.

A campanha estava repleta de outros entraves que se apresentavam às partidas de gentes interessadas na caça de gado vacum e cavalari. Os cachorros cimarrões e os ‘tigres’, como eram chamados as onças e jaguares da região, encontraram a partida de Rondeau em algumas ocasiões e deixaram a cavallhada assustada. Estes animais selvagens também caçavam o gado vacum e muitas vezes causaram enormes prejuízos aos estancieiros da região, ao se espalharem pelo território e abaterem significativas quantidades de rebanhos.

Em 1796, por exemplo, administradores e particulares da localidade de Víboras, na Banda Oriental, promoveram uma verdadeira “matança de cachorros cimarrões” pelos campos que se encontravam repletos deles. Os motivos eram que “não saciados em devorar as fazendas, vem às casas, e os couros que tem estaqueados junto a elas, os comem, e os (...) que tem amarrado os cavalos também”²⁵². Além de se alimentarem dos rebanhos, os cachorros consumiam os couros. Depois de tentar fazer com que os cães fossem entregues à guarda de Víboras, as autoridades optaram por “castigar os desobedientes” que não cooperassem para o extermínio dos animais.

Cerca de dois meses após o término das operações de José Rondeau, Francisco Xavier de Viana, comandante general da campanha da Banda Oriental, informou ao vice-rei do Prata a necessidade de combater “toda sorte de criminosos nestes campos e fronteiras”²⁵³ que promovessem assaltos, roubo e contrabando de gado. Praticar rodeios e arrebanhar gado, porém, não era atividade exclusiva de grupos sociais marginalizados vistos como criminosos. Como vimos, eram também lideradas por autoridades coloniais de ambos os lados da fronteira e executadas por indígenas, além dos chamados *gauchos*, mestiços e negros.

Perú e Tomás Yaparé seguiam como guias dando conta das operações e das movimentações no campo e ao longo dos rios, “descobrimo muita gente que lhe parecia vinha água abaixo” como fez o primeiro, ou provendo “a gente de carne havendo matado uns touros na imediação do acampamento”, como fez o segundo. No entanto, os ‘infiéis’ que avistaram nas pontas do rio do Quaraí e na costa do rio Ibicuí, não foram vistos por nenhum outro integrante da partida que não eles mesmos. Os dias se passaram com a possibilidade constante de um encontro com aqueles que Perú advertia pudessem “ser alguns infiéis corredores de éguas”. Os encontros entre a tropa e os ‘infiéis’ eram apenas imaginados, até que uma partida do Povo de São Borja veio até a de Rondeau. O então tenente de blandengues parece ter tido alguma dificuldade em diferenciar quem era aquela gente que vinha em sua direção; se uma partida portuguesa, espanhola ou os tais índios infiéis em companhia de possíveis aliados.

A partida de São Borja, assim como aquela que Rondeau liderava, buscava dar conta das movimentações pela fronteira e impedir furtos de gado de suas estâncias, bem como

²⁵² AGNA. Sala IX, 4-3-4 (Campo de Bloqueio da Banda Oriental). Víboras, 18 de julho de 1796.

²⁵³ AGNA. Sala IX, 4-3-4 (Campo de Bloqueio da Banda Oriental). Vila de Mello, 16 de janeiro de 1805.

aumentar seus rebanhos, de acordo com as oportunidades. Durante a averiguação de uma tropa por outra, Rondeau se apresentou e se inteirou sobre os motivos que levavam a partida de São Borja a correrem aqueles campos. Não obstante fossem os mesmos que os seus, por assim dizer, o tenente lhes questionou, pontuando que não poderiam atacar da mesma maneira “indivíduos de tropa, exercendo funções de militares” e “raptos de nossas fazendas para seus domínios e interpolados com infiéis inimigos nossos”.

O comandante da partida portuguesa, finalmente assim identificada por Rondeau, não concordou com o questionamento e voltou àqueles campos no dia seguinte, acompanhado de tropa “aumentada com infiéis, segundo o armamento e nudez, e alaridos que, desde o momento em que nos viram, incessantemente davam”. Um lado argumentava que os portugueses tinham como presos alguns integrantes da expedição de Rondeau e o outro questionava se havia testemunhas que presenciaram a suposta prisão. Apesar do tenente da Banda Oriental contar o com apoio e experiências de indígenas com nomes de origem Guarani e Charrua, Rondeau preveniu o comandante a quem havia identificado como português, “sobre a união e proteção que notava dos infiéis”. À observação, o comandante o contestou dizendo: “vou satisfazer a V. M., deu a volta a seu cavalo *encaminhando-se até os seus*” e estabeleceu confronto incruento do qual resultou mortos e feridos. Rondeau descreveu o combate de maneira ordinária, mas nem por isso pobre em informações preciosas. Assumi que à frente das operações estavam indígenas que circulavam pelos territórios fronteiriços, tanto os “tapes de carabina”, quanto os “infiéis de lança, flecha”.

Armados com armas de fogo e branca, integrando partidas oriundas da Banda Oriental e comitivas vindas de um dos Povos missionários, foram eles que atuaram “sustentando este encontro, os índios de uma e outra Nação”, arrazoou Rondeau. Será que ele se referiu à ‘Nação’ Guarani e Charrua ou à espanhola e portuguesa? Não é possível saber. Poderia ser tanto aquelas que entendia como ‘nações’ indígenas, como também ‘nações’ europeias. De qualquer maneira, parece mais interessante questionar por que a diferenciação entre os grupos indígenas era importante para estabelecer fronteiras e limites territoriais? Como as classificações étnicas contribuíram (ou não) para controlar os territórios fronteiriços e a circulação de seus habitantes?

Estas são perguntas que demandam o trabalho de historiadores e historiadoras em arquivos de diferentes países, ainda subaproveitados quando o assunto é articular as histórias

de indígenas que viviam em zonas fronteiriças aos distintos projetos e planos políticos de Estados nacionais em processos de formação. Ainda que haja muito a ser pesquisado, é interessante observarmos aqui o que a experiência de políticos e militares junto aos indígenas nos diz sobre a importância das ações de diferentes grupos étnicos naquele processo histórico.

3.3 – Sobre mobilizações políticas e ascensões sociais.

Depois de servir como tenente na campanha da Banda Oriental, José Rondeau atuou durante as invasões inglesas que ocorreram nos anos de 1806, em Buenos Aires, e 1807, em Montevideú. Foi preso e levado à Inglaterra. De volta à Banda Oriental, em 1808, participou das revoluções de 1810, que desencadearam movimentos políticos e processos de formação nacional. Veremos mais sobre sua atuação ao longo dos capítulos seguintes. Por hora, vale informar que Rondeau foi coronel do Regimento de Dragões da Pátria, e, por duas vezes, foi diretor supremo do governo das Províncias Unidas do Prata na década de 1810, o mais alto cargo político do governo platino. Posteriormente, exerceu o cargo de governador provisório do Estado Oriental do Uruguai ao final da década de 1820. As variadas experiências de contato com os indígenas ao longo daqueles anos certamente contribuíram para que seus serviços fossem valorizados, além dos conhecimentos que adquiriu no convívio com eles. Sua figura ficou conhecida e foi indicada para assumir cargos políticos e militares de alta hierarquia.

Não parece coincidência que Santiago de Liniers, após diversos aprendizados durante sua estada entre os índios, também tenha deslanchado sua carreira política. Foi promovido a capitão de navio da Real Armada em Montevideú, no ano de 1796. Exerceu os cargos de governador de Misiones, entre os anos de 1803 e 1804. Entre os anos de 1804 e 1806, quando as dificuldades do comércio legal aumentaram a importância do comércio clandestino e as exportações de couros cresceram a ponto de praticamente dobrar num curto espaço de

tempo²⁵⁴, Liniers ocupou os cargos de comandante da estação naval de Buenos Aires e depois, da estação da enseada de Barragán²⁵⁵.

Em 1806, quando houve a primeira das invasões inglesas à capital portenha, Santiago de Liniers foi à Banda Oriental buscar recursos para enfrentar aos invasores. Ou seja, depois de refletir sobre estratégias para guardar as fronteiras de ataques estrangeiros, planejar a organização de milícias missioneiras, solicitar auxílios de armamentos e militares para ensinar os índios a operarem armas de fogo durante seu mandato como governador de Misiones, Liniers resolveu sair do entorno urbano de Buenos Aires e ir aos campos orientais. Certamente, vislumbrava conseguir recursos humanos e materiais suficientes para fazer frente aos ingleses. Não se equivocara. De lá, voltou “com uns 500 soldados e mais de 400 milicianos (...). Em sua marcha foi somando partidas recrutadas na campanha e, em poucos dias, suas forças chegavam a 3000 efetivos”²⁵⁶, o dobro de soldados que desembarcaram da frota inglesa em costas rioplatenses. Foi com este contingente que Liniers liderou a expedição de reconquista da capital.

Em contrapartida, o vice-rei marquês de Sobremonte a abandonou, levando consigo as rendas do tesouro e as principais corporações da cidade, como a Audiência, o Consulado e o Bispado. Entre outros fatores, isto significou o abalo de laços políticos coloniais justamente num momento em que a monarquia espanhola passava por profundas crises fiscais. Os ingleses anunciaram a liberdade de comércio. Isto é, defender as capitais platinas das invasões inglesas se apresentava como mais do que uma mera iniciativa militar de expulsar estrangeiros e defender propriedades, mas uma atitude que visava garantir o predomínio das instituições locais nas redes e rotas de comércio regionais. Como resultado, um cabildo aberto exigiu que o vice-rei renunciasse ao cargo, em agosto de 1806, ao passo que Liniers consolidava seu prestígio e liderança.

²⁵⁴ De acordo com Fradkin e Garavaglia (2009): “(...) *as exportações de couros aumentaram de 340.000 peças anuais para 670.000 duas décadas depois*”. Além disso, é importante informar sobre a atividade mineradora em Potosí, que durante a década de 1790 cobria em torno de 60% dos gastos fiscais da capital do vice-reino, e cobriu apenas 6% nos primeiros cinco anos do século XIX. FRADKIN, R. O.; GARAVAGLIA, J. C. **La Argentina Colonial: El Río de la Plata entre los siglos XVI e XIX**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009. p. 200.

²⁵⁵ VÁZQUEZ-RIAL, H. **Santiago de Liniers**. Madrid: Ediciones Encuentros, 2012.

²⁵⁶ FRADKIN; GARAVAGLIA, op. cit., p. 201.

Em fevereiro de 1807, quando os ingleses realizaram a segunda invasão, ocupando Montevidéu, um grupo seletivo de membros da elite local, entre funcionários do governo, *vecinos* e autoridades militares determinou o completo afastamento do vice-rei marquês de Sobremonte e a transferência de seu cargo e atribuições a Santiago de Liniers, que passava a ser responsável pela defesa de todo o vice-reino do Prata. Em julho, depois de alguns sucessos na ocupação da capital da Banda Oriental, os ingleses capitularam.

Os serviços prestados pelos soldados arregimentados contribuíram significativamente para a expulsão dos exércitos invasores da região, motivo pelo qual Santiago alcançou o mais alto posto político entre os anos de 1807 e 1809, o de vice-rei do Prata. É importante salientar, que entre os soldados estiveram também milícias urbanas, formadas tanto por espanhóis quanto crioulos. Contudo, apesar de serem compostas por alguns membros da elite política, a formação de milícias urbanas e oriundas dos campos foi uma mudança que impactou enormemente setores sociais marginalizados. A militarização se converteu num novo meio de vida, como ponderaram Raúl Fradkin e Juan Carlos Garavaglia. O exemplo trazido pelos historiadores é esclarecedor:

(...) os soldados do regimento de pardos e morenos deviam receber uma remuneração mensal de 12 a 14 pesos, retribuição que estava acima da que havia sido habitual para os soldados e da que podiam receber em seus empregos habituais, que dificilmente superava os 8 pesos²⁵⁷.

Ainda de acordo com os autores, a valorização de soldados oriundos de setores sociais marginalizados não era casual. Tomando como base as informações trazidas pelas fontes analisadas neste capítulo, a assertiva se fortalece. Os conhecimentos sobre as amplas extensões territoriais da região e sobre a localização de rebanhos, fruto da intensa circulação espacial e mobilização política dos indígenas, ou ainda, sobre os usos de plantas medicinais, adquiridos através de sabedorias ancestrais, fazia com que seus serviços junto às milícias e exércitos regulares fossem extremamente importantes naquele contexto.

Após a expulsão dos ingleses, seguiram-se festejos acompanhados de música e comida. Companhias militares desfilarão, inclusive uma composta por soldados voluntários que tinham entre doze e catorze anos. Numa dessas cerimônias públicas, o cabildo sorteou

²⁵⁷ FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 203.

recompensas e pensões para pardos e negros inválidos ou para suas viúvas, no valor de seis pesos, a metade do valor destinado ao auxílio de ‘espanhóis’ e suas esposas na mesma condição. Alguns escravos foram contemplados no sorteio de sua ‘liberdade’, mediante o qual o cabildo pagava ao proprietário o valor da alforria e o liberto passava a integrar o regimento de Pardos e Morenos. Embora a cerimônia não significasse, necessariamente, o fim da escravidão para alguns deles, parecia claro que a militarização oferecia caminhos para alcançar a liberdade. Ao passo que os regimentos de Patrícios, Arribeños, Andaluzes, Viscaínos, Catalães, Galegos etc., mantinham-se invariavelmente classificados e separados dos demais, o regimento de Pardos e Morenos contava com cinco companhias ‘desta qualidade’, duas de negros e duas de índios²⁵⁸. Se a experiência de setores da elite peninsular e crioula no convívio com grupos sociais marginalizados possibilitou a ocupação de novos cargos políticos pelos primeiros, apresentou-se também como caminhos para a ascensão social dos segundos.

Em ambos os casos, as vivências poderiam se dar por vias tortuosas e arriscadas. Em 1809, quando as mobilizações políticas que levaram à revolução de Maio de 1810 se iniciaram, Santiago Liniers foi expulso de seu posto, refugiou-se em Córdoba e acabou sendo decapitado pelos revolucionários, os mesmos que aclamaram sua atuação militar durante as invasões inglesas, mas depois o consideraram estrangeiro originário de uma ‘nação’ (a França) que impunha sérios percalços ao reinado de Fernando VII.

3.4 – Políticos e caçadores: experiências de vivência e sobrevivência.

Em 1804, quando Liniers escreveu o relatório ao rei da Espanha no qual posicionava-se veementemente contra as diretrizes estabelecidas pela R. C. de 1803 sobre ‘a liberdade dos índios’, narrou uma ‘história’ que os índios costumavam contar e “que os caracteriza”:

Um bote navegando pelo rio Paraná teve necessidade de tocar em sua margem, toda montanhosa e sumamente povoada de tigres, um deles salta em terra, e se acha feito presa de uma destas feras, reclama o auxílio de seus companheiros exclamando que o animal **só o tem agarrado de uma perna**, e estes lhe respondem com a impavidez da barbárie por todo socorro: não te dê cuidado, que te agarrará melhor?

²⁵⁸ FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 204.

A maneira indígena de descrever a dificuldade em circular pelos territórios e lidar com os perigos do interior rural, como animais selvagens, arregimentações forçadas, trabalhos compulsórios em frentes agro-pastoris e militares é peculiar. Os entraves à sua circulação pelas matas, pradarias e rios os imobilizaram parcialmente, como na situação descrita na narrativa. De modo interessante, a presença de autoridades políticas que limitavam as escolhas dos indígenas pode ser lida na figura do tigre. O cuidado com o inimigo e a atenção redobrada às ações que poderiam impedi-los de cruzar os limites entre as águas do rio e a terra de suas margens é uma metáfora bastante explicativa, quiçá, da maneira como os índios se sentiam em situações de grande impasse cultural e político. A imagem de um indígena com uma perna dentro de um bote que flutuava pelo rio Paraná e outra fora dele, ancorada em terra, mas presa pela investida do tigre exigia um enorme manejo da situação para ouvir os índios que estavam no bote, se livrar do perigo e fazer uma importante escolha: permanecer no barco ou cruzar o limite do rio para pisar em terra firme.

Como não é difícil de imaginar, Santiago de Liniers interpretou a ‘história’ indígena menos como reflexo do que viviam e mais como um retrato das diferenças culturais que qualificavam os comportamentos “morais destes índios acrescidos da sua nenhuma energia e estímulo”. Mas este não é o único caminho interpretativo sobre o que é possível depreender do convívio da autoridade colonial com os índios e com seus modos peculiares de contar histórias. Há, sem dúvidas, muitas maneiras de compreendê-las, das quais a seguinte é informada por outros registros da época em que Santiago Liniers escreveu o relato, tendo em mira seus interesses políticos e econômicos, bem como um apanhado sobre sua trajetória na prestação de serviços militares e suas tentativas de tocar negócios empreendedores, seus laços de parentesco e inserção em redes de sociabilidade, assim como a referência de experiências de outra conhecida autoridade (José Rondeau) junto aos índios como contraponto. A ‘história’ indígena poderia, então, ser reinterpretada assim:

Índios costumavam navegar livremente pelos rios que cortavam os territórios em que habitavam e por onde continuamente circulavam. Necessitaram fazer uma parada e ao ultrapassar os limites que separavam as águas das terras, corriam o risco de serem atacados por feras que povoavam o lugar. Mesmo assim, como a parada era necessária, mudaram do lugar onde pareciam seguros – embora talvez, desabastecidos de víveres – para o outro lado.

Em terra, próximo, mas separado de seus companheiros que continuaram na água, um deles é atacado por um tigre, que não o domina por completo. A fera, outrora abundante por aquelas bandas, mas caçada devido ao risco que representava para os fazendeiros e negociantes de produtos derivados de gado, pois consumia a carne dos rebanhos e até mesmo os couros destinados ao comércio, refugiava-se, como os índios, às margens de lugares limítrofes, ou junto às montanhas que costeiam os rios. Quando as oportunidades se apresentavam, o animal selvagem agarrava alguma presa e com ela tratava um confronto em busca da sobrevivência. O índio atacado pediu ajuda aos seus, que não o livraram da luta, mas o aconselharam: o descuido com a fera faria com que ela o agarrasse melhor. Se o cuidado fosse maior, ela o agarraria pior. Em outras palavras, um ataque menos efetivo, e, por conseguinte, uma maior probabilidade de se livrar da emboscada em que caíra, aconteceria se o índio estivesse atento quando resolvesse passar de um lugar a outro. Havia ainda a outra perna, sã e capaz de retornar ao barco, assim que o índio conseguisse, com sua própria atitude e animado pelo aviso dos seus, enfraquecer a abocanhada do tigre. Dar cuidado à fera, também implica conhecer as necessidades do animal, que assim como os índios, poderia estar faminta e refugiada à beira do Paraná depois de ter sido perseguida em outras vizinhanças. As semelhanças entre as ações executadas em relação aos índios e às feras denota que os papéis desempenhados pela caça e pelos caçadores poderiam ser invertidos. A fera, caça em outras situações, atacou o índio. Mas era ele quem poderia, apoderando-se da luta com o animal, libertar-se de suas garras e retornar ao barco para junto dos seus ou permanecer em terra, buscando enfrentar tigres ou caçadores daquela que costumava ser a presa do tigre: o gado²⁵⁹.

Conforme Maria Cristinha Bohn Martins, “a caça nunca deixou de ser uma fonte essencial para o suprimento das proteínas. Mesmo quando, nas missões, esta necessidade foi transformada pela criação de gado, as caçadas continuaram sendo prestigiadas e demandadas pelos índios (...).”²⁶⁰ A ‘história’ dos índios descrita por Santiago de Liniers não possui um final. Em semelhança com o contexto, suas personagens principais enfrentariam vários perigos e desempenhariam distintos papéis ao longo daquelas décadas de embates pela posse

²⁵⁹ MONTEIRO, 1994. Ver Capítulo 5: Senhores e índios; THOMPSON, E. P. *Senhores & Caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²⁶⁰ MARTINS, M. C. B. As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos Guaranis. **Cadernos IHU Ideias**. São Leopoldo, UNISINOS, ano 08, n. 138, 2010. p. 9.

de territórios, conflitos pelo estabelecimento de limites fronteiriços e disputas por posições sociais e recursos naturais.

PARTE II

OS INDÍGENAS E A REVOLUCIONÁRIA DÉCADA DE 1810

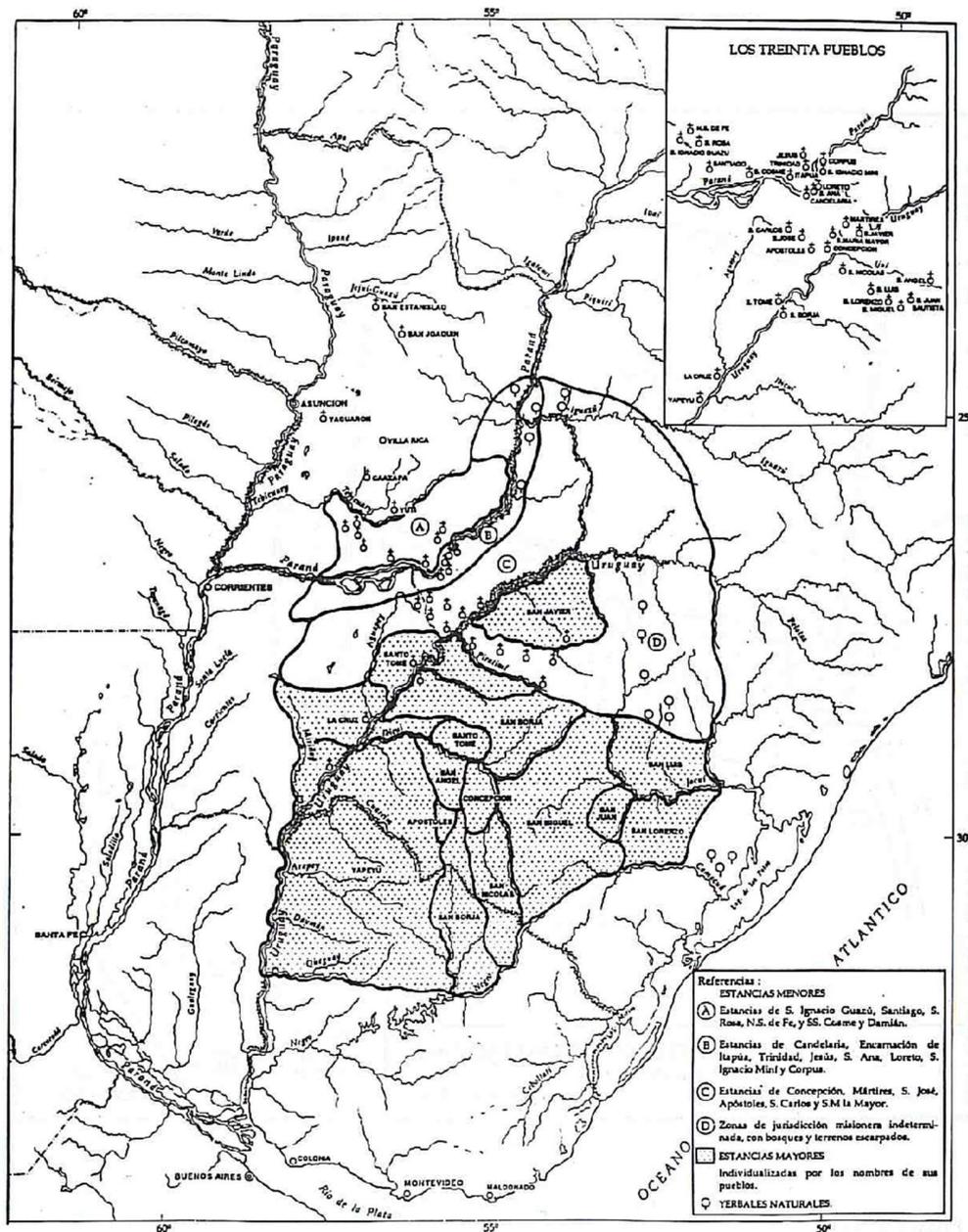
O MOVER-SE DE MUNDOS E TERRAS INDÍGENAS

A década de 1810 na região platina se iniciou com a revolução de Maio, como ficou conhecido o estalido revolucionário promovido, basicamente, pelas elites urbanas portenhas que procuravam ocupar uma posição política mais autônoma em relação aos representantes do poder colonial. A revolução de Maio de 1810 e as negociações estabelecidas entre os poderes locais e os poderes peninsulares acabaram por desencadear o projeto da Liga dos Povos Livres, liderado por José Artigas e por gente da sua confiança. A partir dali, instalou-se uma era de lutas pelo controle de um extenso espaço territorial que englobava territórios indígenas sob administração da Coroa espanhola e portuguesa. Naquela época, as terras missioneiras ocuparam um espaço que hoje corresponde a partes do território do Paraguai, Brasil, Argentina e Uruguai. Eles estavam divididos em trinta povos e estâncias chamados trinta povos de Misiones, administrados por índios e jesuítas desde o século XVII, conforme o mapa da página seguinte.

Em meados do século XIX, o processo de divisão desse território, catalisado em suas décadas iniciais, já estaria finalizado, ficando aquelas três primeiras nações com a sua posse. A diáspora dos indígenas pela região se intensificou na década de 1810, assim como as maneiras que encontraram para sobreviver e continuar ocupando aquele imenso espaço. Traços distintivos de sua história e cultura se dispersaram, assim como eles, no fazer-se das fronteiras nacionais, no processo das drásticas mudanças sociais que viveram. Mestiçando-se, “guerreamos enrolados em bandeiras diferentes”²⁶¹, imiscuíram-se em esferas políticas, integraram-se junto com suas habilidades de trabalho ao mundo rural. Confundiram-se e ainda são confundidos com parte da população local. Entretanto, convém destacar que trajetórias e episódios marcantes (ou marcadamente registrados) das vidas de indígenas têm sido relativamente pouco valorizados para compreender a formação social daquele espaço numa perspectiva que ultrapassa as fronteiras nacionais que tentavam se estabelecer.

²⁶¹ MAEDER, 1992, p.242.

Figura 4 - Mapa do Território dos Trinta Povos Jesuítico-Guarani e suas estâncias. Este mapa permite visualizar que as estâncias dos missioneiros se encontravam em terras por vezes distantes de seus Povos. Além disso, encontravam-se numa região de fronteira, altamente disputada por governos, particulares e é claro, os indígenas.



Fonte: MAEDER, E.; GUTIERREZ, R. Atlas Histórico y Urbano del nordeste argentino. Resistência, IIGH, 1994 apud BARCELOS, A. H. Espaço & arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 393.

Manuel Hespanha sugere que na época moderna, mudanças culturais, econômicas e sociais na vida das pessoas quase não se viam, pouco se esperavam e mal se desejavam. Ele não considera com isso, que a situação social delas não mudasse nunca; mas explica que, quando era possível, a mudança provinha de poderes extraordinários, como o do rei; era pautada por uma série de códigos sociais referentes ao costume, à ordem, à justiça, ao tempo e à natureza, bem como ao modo como eram forjados e compreendidos. Nesse sentido, ele considera que em sociedades de antigo regime, mobilidade social pode ser entendida como algo anacrônico, já que nenhuma referência a este termo parece ter sido encontrada por historiadores em fontes da época²⁶².

Contudo, de modo distinto do que ocorreu na longa duração da época moderna, na passagem do período colonial para a época dos processos políticos independentistas na América do Sul, houve grandes convulsões e mudanças sociais num espaço de tempo relativamente curto. A vontade dos sujeitos em mudar a ordem social estabelecida há tempos e adequar as novas mudanças aos seus interesses, algumas vezes foram decorrentes de determinações do rei²⁶³, outras vezes não vieram de poderes extraordinários, senão dos seus próprios. Por exemplo, a atuação de indígenas junto às forças do líder da Banda Oriental, José Gervásio Artigas, fez com que eles fossem considerados “indispensáveis à mobilidade deste exército”²⁶⁴. Isto é, o termo mobilidade já aparece em fontes desse período, colado à atuação dos índios nas lidas militares e atrelado ao deslocamento espacial de um contingente do exército regular²⁶⁵.

De acordo com Raúl Fradkin e Juan Carlos Garavaglia, nos primeiros anos daquela década, focos distintos de movimentos contrarrevolucionários foram a preocupação imediata

²⁶² HESPANHA, A. M. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. **Revista Tempo** [online]. v.11, n.21, p.121-143, 2006. Plataforma Scielo (arquivo digital). Acessado em 15/10/2013.

²⁶³ As determinações reais poderiam emanar do próprio rei e também de conselhos de regência ou juntas governativas, já que naqueles novos tempos, o rei podia até ser sequestrado, o que de fato ocorreu com Fernando VII, rei da Espanha, pelas forças de Napoleão Bonaparte, como veremos adiante.

²⁶⁴ AGNA, Sala X, 1-5-12. Quartel general de Salto do Chico, 23 de julho de 1812.

²⁶⁵ De qualquer maneira, é preciso levar em conta que desde tempos coloniais, indígenas e suas movimentações espaciais e mobilizações políticas provocaram significativas mudanças sociais. O exemplo dos forasteiros de Cuzco, entre os dois primeiros séculos a partir do contato com espanhóis, é particularmente apropriado. Através da sua circulação pelo espaço andino, os indígenas frustraram enormes esforços despendidos para regularizar sua mão de obra e fixar suas moradias e conseguiram, não raramente, burlar o sistema da mita. WIGHTMAN, A. M. **Indigenous Migration and Social Change: the forasteros of Cuzco, 1520-1720**. Durham and London: Duke University Press, 1990.

de Buenos Aires que tentava manter o controle do espaço do vice-reino do Prata, sobretudo Montevideu, que poderia se transformar na sede de uma expedição metropolitana de reconquista, em virtude de sua condição portuária. As dissidências entre tais focos contrarrevolucionários e a capital ocasionaram guerras que

(...) destruíram recursos materiais e humanos, hierarquias e autoridades. No entanto, teve também uma dimensão produtiva: forjou identidades e mecanismos de mobilização social e política. Definitivamente, foi uma experiência social de massas de máxima intensidade, através da qual se configuraram sociedades que emergiram da revolução²⁶⁶.

As guerras mobilizaram amplos setores sociais, principalmente das classes mais baixas, entre elas os índios, tanto nas cidades como nos campos, conforme ressaltam os autores²⁶⁷. Tal mobilização criou oportunidades para movimentações nas hierarquias sociais em escalas muito próximas àquelas que causaram grandes alterações nos modos de viver indígenas. Movimentar-se na hierarquia social impõe a alteração de modos de vida e, em alguns momentos, a mudança ou adaptação de certos traços culturais com o objetivo de garantir a sobrevivência física. Em certos casos, índios recrutados à força ou como voluntários em forças regulares, milicianas ou partidas irregulares, se transformaram e transformaram seus modos de vida ao envolverem-se ativamente em lutas políticas.

Quanto ao termo autonomia, embora não circulasse durante aqueles anos, como alerta Marcela Ternavasio, *“com ele se alude à possibilidade de buscar na crise a oportunidade de criar um marco para o autogoverno de assuntos locais e regionais, sem que isto significasse [necessariamente] uma ruptura com a monarquia”*²⁶⁸. No território missioneiro e na Banda Oriental, os assuntos locais e regionais eram indissociáveis da questão indígena. Durante a crise política, índios e índios se depararam com diversos tipos de pressão que os empurrava para baixo nos jogos de posições sociais. A remoção de suas terras, o recrutamento forçado, e tantas outras situações em que não obtiveram vantagens e se viram-se obrigados a servir em forças militares ou a trabalhar como peões, são exemplos de movimentações sociais que impactaram negativamente nas condições de vida dos

²⁶⁶ FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p.241.

²⁶⁷ Ibid., p. 242-243.

²⁶⁸ TERNAVASIO, 2013, p.71. Os parêntesis são meus.

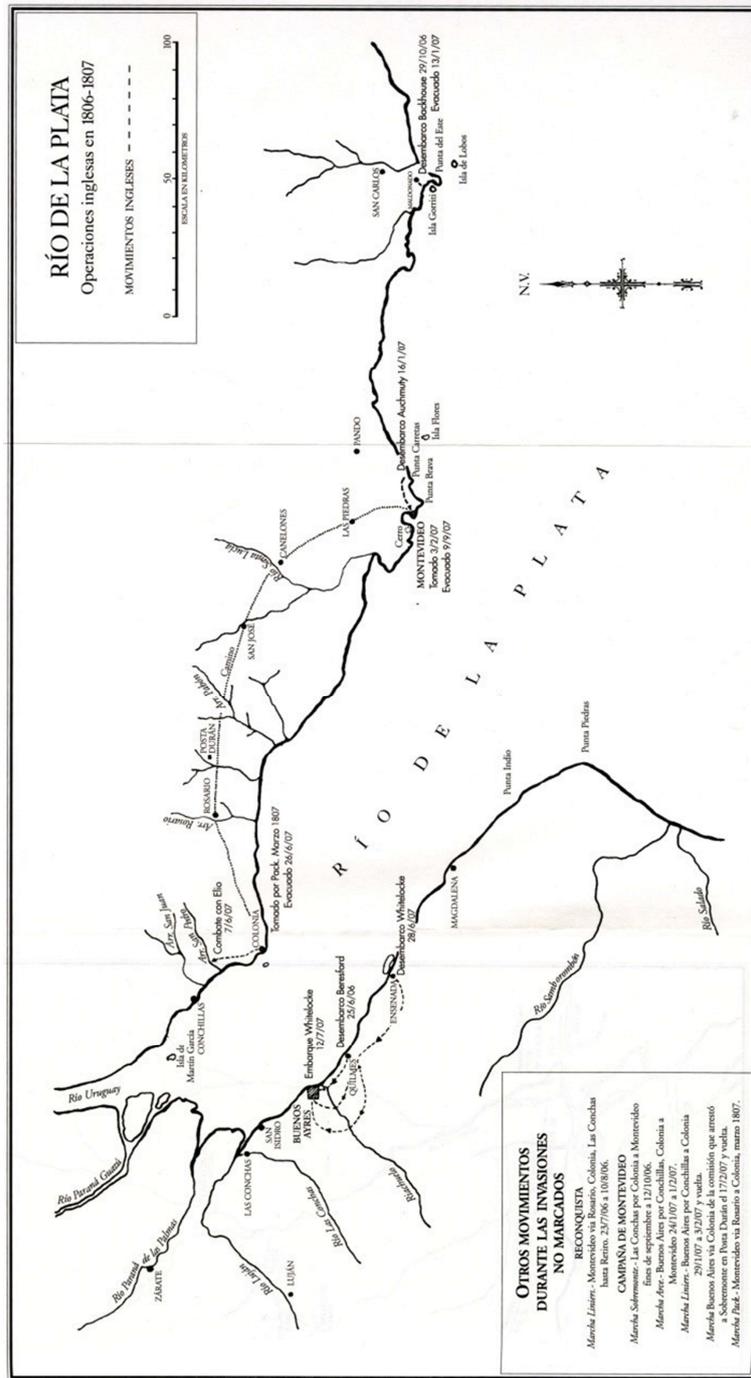
indígenas. Contudo, a extrema valorização de suas habilidades de trabalho, sobretudo como soldados, peões e artífices, intérpretes e guias fez com que os índios se deparassem com oportunidades de movimentarem-se na hierarquia social. Por certo, houve ocasiões em que conseguiram agir de modo mais ativo e houve também aquelas nas quais não foi possível exercer autonomia. Logo, parece interessante indagar: em que medida as oportunidades que se apresentaram aos indígenas para ocupar novas posições sociais geradas durante as crises monárquicas colaboraram para a consolidação de políticas mais autônomas nas províncias platinas? Em outras palavras, como as atividades e o exercício de certa autonomia política pelos indígenas se relacionaram com o desenrolar dos processos de emancipação e de formação dos Estados nacionais nas fronteiras platinas?

Os capítulos que se seguem procuram, primeiramente, trazer elementos que possibilitam situar e contextualizar, de modo mais aprofundado, a participação ativa de indígenas na década revolucionária e, conseqüentemente, oferecer análises interpretativas que ensejem outras problemáticas nas quais sua presença e a importância de suas histórias não desapareçam, ao contrário, emergem através da força de suas ações. Apresentar dados que contribuam para compreender melhor as maneiras através das quais ações indígenas estiveram relacionadas com o contexto de eclosão de movimentos independentistas nas fronteiras platinas é, portanto, o foco desta segunda parte da tese. De que maneira os indígenas que viveram na referida fronteira, bem como as suas histórias estiveram relacionadas com os processos de independência da Argentina, do Brasil e do Uruguai é uma das perguntas que se repete ao longo de todo o texto. Uma maneira de abordar a problemática é reinterpretar os lugares indígenas *más allá*²⁶⁹ dos rígidos limites territoriais, políticos e sociais que foram impostos – não sem respostas indígenas – ao longo daquele decênio, como veremos.

Índias e índios contribuíram para modificar espaços sociais e territoriais com propósitos ora distintos, ora coincidentes com os dos governos centrais. Foi durante aquele período revolucionário que os sentidos remetidos aos termos mobilidade e autonomia começaram a encher-se de diversos conteúdos, e nem todos os que os invocaram deram a eles o mesmo significado.

²⁶⁹ BOCCARA, 2005.

Figura 5 - "Río de la Plata. Operaciones inglesas em 1806-1807".



Fonte: Map Collection. Room 370.
The Joseph Regenstein Library of University of Chicago.

CAPÍTULO 4 – CHARRUAS, GUARANIS E MINUANOS E O INÍCIO DA REVOLUCIONÁRIA DÉCADA DE 1810 NAS FRONTEIRAS PLATINAS

4.1 – A revolução de maio em Misiones: novas mudanças políticas em territórios indígenas?

Em 1808 se iniciou um novo momento para Portugal, Espanha e algumas de suas possessões na América. Em 1810 a monarquia espanhola passava por uma acefalia devido ao sequestro do rei Fernando VII pelas forças napoleônicas. Isso fez com que burocratas crioulos e peninsulares buscassem governar ‘em seu nome’. Em algumas zonas centrais e mais povoadas da América espanhola, como o México, elites crioulas apoiaram a iniciativa engendrada na península e aceitaram ser parte da inédita experiência de formar uma Assembleia Constituinte. Naquele ano, enviaram seus deputados ao congresso em Cádiz. Mas houve também dissidências. Entre abril e setembro de 1810, formaram-se Juntas que questionavam a legitimidade das autoridades metropolitanas em algumas colônias como foi o caso da Venezuela, Nova Granada, Chile e Rio da Prata²⁷⁰. Conforme François Xavier-Guerra, estas oligarquias urbanas tinham uma relação especial com o campo, uma relação de dominação muito mais completa do que aquela estabelecida pelas elites peninsulares. Destaque interessante, o autor conferiu à condição jurídica de liberdade dos peões compensada por usos e costumes diversos que os vinculavam aos donos de terra²⁷¹. Entretanto, como pontuou Guillermo Wilde referindo-se aos guaranis, a bibliografia sobre a participação dos indígenas neste período de transição que se instaura em 1810 é extremamente escassa²⁷². Pouco exploradas são as relações estabelecidas entre as elites crioulas, os indígenas e as novas ideias e projetos políticos em curso no início daquela década. O principal intuito deste capítulo é demonstrar o quanto a oligarquia dos centros urbanos e seus novos planos políticos se relacionavam com os indígenas no espaço rural.

O vice-reino do Prata se negou a participar das Cortes de Cádiz, alegando, principalmente, desigualdade representativa no congresso. No dia 22 de maio, em Buenos Aires, um Cabildo aberto deliberou que na ausência do rei, exerceria o próprio governo

²⁷⁰ FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 221-240.

²⁷¹ XAVIER-GUERRA, François. **Modernidad e Independencias: ensaios sobre las revoluciones hispánicas**. Madrid: Mapfre, 2009, p. 95.

²⁷² WILDE, Guillermo, 2009, p. 308.

através de um direito que alegava ser tão legítimo quanto o dos peninsulares de formarem Juntas governativas. Quatrocentas e cinquenta pessoas foram convidadas, entre elas funcionários, magistrados, sacerdotes, oficiais do exército e das milícias, todos membros ‘distintos’ da cidade. Pouco mais de duzentas e cinquenta compareceram. A grande maioria apoiou a decisão de acabar com a autoridade do vice-rei contra sessenta e nove que foram a favor de sua permanência no poder²⁷³. No mesmo dia da votação, decidiu-se que o cabildo da capital formaria uma junta de governo para tutelar os direitos do rei Fernando VII. A primeira Junta, sob controle de autoridades crioulas, substituiu o vice-rei do Prata, Baltasar Hidalgo de Cisneros, que aceitou, obviamente a contragosto, manter o Cabildo aberto, como presidente da mesma²⁷⁴. Seu cargo durou pouco. Em três dias, formou-se outra Junta que não o incluía como presidente nem como outro membro do governo. A partir do dia 25 de maio, a Junta seria governada por Cornélio de Saavedra, um comerciante originário do Alto Peru que concentrou em seu cargo amplos poderes militares. Junto com ele, outros oito membros a integraram: Manuel Belgrano, Juan José Castelli, Miguel de Azcuénaga, Manuel Albert, Domingo Matheu e Juan Larrea como *vocales*²⁷⁵; Mariano Moreno e Juan Jose Paso, como secretários²⁷⁶.

Contudo, para substituir o rei no poder não bastava formar uma Junta Governativa e nomear presidente, *vocales* e secretários. Era preciso que ela fosse reconhecida enquanto autoridade suprema. Tal intuito não seria alcançado a menos que Buenos Aires buscasse integrar as demais localidades importantes do antigo vice-reino à nova ordem, como por exemplo, Misiones e a Banda Oriental. Uma das suas tarefas mais imperativas, portanto, era atar com vínculos mais firmes os domínios do território do antigo vice-reino do Prata. Havia que se conquistar apoio político, inclusive dos focos que defendiam a continuidade do regime monárquico. Logo depois de criada a primeira Junta, seus membros trataram de enviar uma circular a todas as regiões noticiando o que havia ocorrido na capital e conclamando as localidades a enviarem deputados que fariam parte de um novo congresso. O meio escolhido

²⁷³ TERNAVASIO, 2013, p.68.

²⁷⁴ BUSHNELL, D. apud BETHELL, L. (org). **História da América Latina**: da independência a 1870, volume III, 1. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2009, p. 130.

²⁷⁵ Opto por não traduzir o termo *vocales*, que fica em itálico, e creio que podemos entendê-lo como espécies de ministros e porta-vozes.

²⁷⁶ TERNAVASIO, 2013, p.69.

para alcançar o intento foi a outorga da representação política junto ao poder central àqueles que se mostrassem favoráveis à Junta.

Assim, após receber o comunicado sobre as mudanças que ocorriam na capital, representantes políticos de diversos povos e departamentos da intendência de Misiones responderam-no positivamente. Num cabildo em Candelária, caciques, corregedores e cabildantes de cada um dos povos ouviram a convocatória da Junta em espanhol e guarani e depois votaram manifestando apoio à seção da Junta²⁷⁷. Essa resposta de parte dos Povos missioneiros se mostrava importante para Buenos Aires, já que a adesão no restante do vice-reino não era unânime. Bernardo Velazco, governador do Paraguai²⁷⁸, por exemplo, se posicionou contra a ‘revolução’ e a favor do conselho de Regência de Cádiz. Para sustentar essa posição, buscou apoio nos Povos missioneiros de Apóstoles e São José. Já o governador de Misiones, Tomás de Rocamora, prestou apoio à Junta e logo depois de ajudar a promover a seção realizada em Candelária, procurou respaldo em Yapejú²⁷⁹.

As disputas pelo apoio dos povos missioneiros não eram infundadas. Misiones ocupava uma posição física central. Grosso modo, fazia fronteira com a província do Paraguai, ao norte; com a Banda Oriental, ao sul; com as províncias de Corrientes e Entre-Rios, a leste; e com o Império português, a oeste²⁸⁰. Quanto à importância estratégica de sua posição política e econômica, foi evidenciada ao longo de toda a década de 1810, através dos conflitos gerados pela posse de seu território, de seus bens e suas gentes. O suporte dado por Tomás Rocamora a Buenos Aires deixou o Paraguai em situação bastante suscetível, afinal, assim como a capital portenha, dependia das forças e do apoio militar dos habitantes missioneiros para defender seus interesses naquelas fronteiras. Depois de prestar apoio, Rocamora se viu obrigado a pedir auxílio militar à Junta. O principal motivo foi o fato de Candelária reconsiderar o apoio prestado. Acompanhada do departamento de Santiago, Candelária decidiu retirá-lo e reconhecer o Conselho de Regência de Cádiz. As respostas de Buenos Aires foram claras quanto à relação entre o grau de atenção dado ao pedido e a sua

²⁷⁷ MACHÓN, J. F.; CANTERO, O. D. **Andrés Guacurary y Artigas**. Misiones [1ª edição]: o autor, 2006, p.34.

²⁷⁸ Paraguai, nesta época, era uma província do antigo território do vice-reino do Prata.

²⁷⁹ MACHÓN; CANTERO, 2006, p.40. Em Candelária, reuniram-se líderes indígenas dos Povos de Itapuã, Trindade, Jesus, Corpus, San Ignacio Mini, Loreto e Santana. Nesta reunião não estiveram presentes os Povos submetidos ao governador intendente do Paraguai, Bernardo Velazco. WILDE, 2009, p. 310.

²⁸⁰ Conforme mapa em anexo ao final do capítulo.

relevância para os seus interesses políticos: a Junta declarou separadas as jurisdições de Misiones e do Paraguai. Ou seja, esta decisão extremada nos traz elementos para melhor situar a importância da região habitada pelos indígenas nos rumos das políticas centralistas de Buenos Aires.

Misiones, que era parte da província do Paraguai, passava a se reportar diretamente a Buenos Aires. Em setembro de 1810, a Junta enviou uma expedição militar ao território missioneiro sob o comando de um de seus membros e líderes, Manuel Belgrano, com o objetivo de conter a resistência ao governo de Buenos Aires. Afinal, o acontecido em Candelária poderia incitar outros Povos e departamentos. Além disso, embora os componentes da Junta não formassem um grupo coeso, todos compartilhavam do entendimento de que apoio político não era suficiente para dar seguimento ao processo de emancipação, era preciso controlar, militarmente, as regiões de fronteira. Nesse sentido, levar adiante o embate contra os focos insurgentes impunha a necessidade, cada vez maior, de recrutar homens e recursos materiais para sustentar a guerra tanto na capital quanto no interior, sobre o qual tentava se impor uma nova autoridade.

Manuel Belgrano não conseguiu atender aos anseios políticos da Junta. A expedição liderada por ele foi derrotada por forças paraguaias em março de 1811. Ainda assim, sua ida a Misiones e as interações que estabeleceu com os habitantes locais originaram arranjos e disposições sobre a administração do território missioneiro que marcariam a vida de indígenas. Mas o controle sobre aquelas terras não estava decidido e seria disputado ao longo de toda aquela década e durante a subsequente. Indígenas não estiveram à parte dessas disputas, ao contrário, envolveram-se amplamente nas negociações pelos seus bens, território e mão de obra.

4.2 – A revolução de maio em povos missioneiros do Paraguai: a expedição de Belgrano.

O processo de fragmentação territorial da província missioneira se iniciou em 1801, com a conquista dos sete povos do departamento de São Miguel para o domínio português. Logo no começo da década de 1810, tomou novo impulso com as disputas entre Paraguai e Buenos Aires pelos departamentos dos povos de Yapejú e Candelária. As cisões entre as

autoridades políticas dos departamentos de Santiago e Concepción também contribuíram para a desagregação do território missioneiro.

Membro de uma das mais importantes famílias de comerciantes da capital, Belgrano era também um dos jovens ilustrados que arquitetaram a criação do cabildo aberto que depôs o vice-rei Cisneros. Também como a maioria desses mancebos, Belgrano não possuía experiência como militar, o que, naqueles tempos e naquela região, implica dizer que não possuía também experiência de contato mais intenso com indígenas. A expedição ao Paraguai, com a responsabilidade sobre a qual se assentava, – qual seja, conter insurgentes, conquistar adeptos e recrutar soldados – apresentou-se como um grande desafio. Da região missioneira, no calor dos acontecimentos, enviou correspondências ao governo da Junta, nas quais deixava transparecer seu verdor. “Graças aos céus chegou ontem ao anoitecer o resto de Patrícios que desde antes de ontem pela manhã haviam começado a vir”, notificou no começo de novembro de 1810, em tom que sugere a combinação de distintos sentimentos como desespero e alívio. Ainda que as forças militares da capital tivessem chegado desfalcadas, “com alguns menos que se não desertado, outros enfermos e muitas armas descompostas”, Belgrano considerava a situação parcialmente remediada. Os enfermos estavam sendo tratados, as armas consertadas e, o mais importante, “os desertores tem-se substituído com recrutas”²⁸¹.

Alguns anos mais tarde, Belgrano escreveu uma autobiografia. Nela, contou que ao cruzar o rio Tibicuarí, nos limites de Misiones com a província do Paraguai, tinha a ideia de encontrar gente favorável à causa da Junta. Sua narrativa contém aspectos pitorescos. Atravessou o rio e não viu nada a não ser casas abandonadas. Continuou descrevendo que, precavidamente, diminuiu o passo e refletiu “que era preciso conservar um caminho militar, e no caso de suceder alguma desgraça, assegurar a retirada”²⁸². Ao que parece, o revolucionário estava com certo temor da revolução, temor este que pode ter sido alimentado pelo fato de estar em território missioneiro, em meio aos *naturais*, como eram chamados índias e índios da região. Podemos considerar a reação de Belgrano esperada. Afinal, segundo

²⁸¹ AGNA. Sala X, 2-4-15. Baixada do Paraná, 2 de novembro de 1810. Os três últimos trechos citados foram retirados desta fonte.

²⁸² FRADKIN, R.; GELMAN, J. **Doscientos años pensando la Revolución de Mayo**. Buenos Aires: Sudamerica, 2010, p. 76. Os próximos dois trechos foram retirados desta mesma página.

ele, fora designado para empreender uma expedição ao Paraguai porque se acreditava que lá havia “um grande partido pela revolução, que estava oprimido pelo governador Velazco e por uns quantos mandões”. Ao observar uma terra com casas abandonadas onde não avistava ninguém do tal partido, entendeu que “marchava por um país de todo inimigo”. Quando andava por terras missioneiras, Manuel Belgrano ainda não sabia sobre o desfecho dos fatos que fizeram o Paraguai viver sua própria revolução em 1811, posicionando-se independente de Buenos Aires e da Espanha. Em 1810, buscava trazer o território missioneiro para a esfera de sua influência e consolidar alianças.

Embora tenha considerado o espaço missioneiro relativamente pouco habitado, Belgrano pôde repor soldados das milícias de Buenos Aires por naturais de Misiones. Ao mesmo tempo, os gabinetes de Buenos Aires solicitavam trabalhadores para os mais diversos fins. A capital conhecia o fato de que o território não estava vazio e solicitava trabalhadores e soldados de lá. As informações trazidas pelos registros, aparentemente confusas, deixam evidente que a expedição militar buscava mais do que apoio político. Além de arregimentar soldados e conquistar adeptos para a nova ordem, precisava de trabalhadores para construir obras de infraestrutura que garantiriam a circulação de capital em meio à complicada situação de guerra.

Em meio a várias solicitações, o governo central fez a Belgrano uma que julgava “há muito necessária, a permanência nesta capital, dos 50 índios tapes que esta Junta havia pedido a V. Excelência anteriormente para os trabalhos da fábrica de fuzis”²⁸³. Recomendou que o pedido fosse prontamente atendido, acrescido “de outros 400 de sua mesma classe que não de aplicar-se à importante obra do Arrecife que vai se abrir na Enseada”²⁸⁴. A obra era relativa à do porto da Enseada, um porto charmoso, de acordo com um decreto expedido pela Junta, no qual muitos navios estavam atracando. Ciosa do fluxo de mercadorias e trabalhadores necessários para manter ou aumentar a receita do governo central e sustentar suas novas propostas políticas, Buenos Aires buscava expandir e controlar as vias portuárias através das quais se daria a entrada e saída de gêneros e mão de obra. Baixou um decreto visando à “ampliação de nossas especulações mercantis [que] formarão uma nova escala à felicidade geral destas províncias”. Habilitou, por exemplo, o porto do Rio Negro com “todos os

²⁸³ AGNA. Sala X, 2-4-15. Buenos Aires, 8 de novembro de 1810.

²⁸⁴ Idem.

privilégios e direitos de um posto menor” ligado ao tribunal do Real Consulado e fornecedor exclusivo de sal à capital e à província de Buenos Aires²⁸⁵. Através de medidas como estas, tentava monitorar o uso e o destino do sal, um recurso necessário para o fomento de produtos advindos da indústria ganadeira, como o charque e o couro. Além disso, ordenou que navios negreiros aportassem somente no porto do Rio Negro, onde receberiam visitas sanitárias e aguardariam a quarentena, se fosse o caso. Assim:

(...) o comerciante poderá girar livremente seus cálculos sobre este princípio e as conhecidas vantagens que deve seguir a este alargamento de nossas especulações mercantis (...), ainda que a habilitação do porto da Enseada apresente uma entrada franca aos navios que prefiram aquele charmoso porto, a Junta resolveu que os navios negreiros cheguem necessariamente àquele Porto [do Rio Negro], (...) essa resolução combina as vantagens do negociante com o fomento daquele porto e nenhum navio será admitido sem o pontual cumprimento desta providência²⁸⁶.

Ou seja, através de decretos e correspondências percebe-se que a Junta solicitava quatrocentos indígenas para construir e ampliar um porto, enquanto recebia escravos por outro. Majoritariamente habitada por indígenas e mestiços, esta região era importante para o controle de rios que transportavam pessoas e mercadorias. O governo da capital necessitava de trabalhadores e instruía seu representante em território missioneiro que assegurasse aos cinquenta índios que trabalhariam na fábrica de fuzis e aos quatrocentos que seriam destinados às obras do porto da Enseada, que o seu futuro não estaria em risco, e para isso podia “empenhar-lhes a voz do governo”. Parece curioso que aos indígenas, constantemente retratados como imprevisíveis e incautos com relação ao futuro em registros da época, o governo solicitasse que “se traslad[ass]em sem vidência”. Mas, ao contrário, as medidas tomadas em relação ao destino dos indígenas estavam profundamente relacionadas com os planos políticos para o futuro das Províncias platinas. Em Misiones, caberia a Belgrano, como intermediário, fazer “entender [aos indígenas] que serão sem falta assistidos de seguros salários, **tratados como homens livres**, e que o seu bom desempenho lhes há de produzir, concluída a obra, uma segura proteção da Junta no fomento próprio e de suas famílias”²⁸⁷.

²⁸⁵ **Registro Oficial de la Republica Argentina** que comprende los documentos espedidos desde 1810 hasta 1873. Tomo I. 1810 a 1821 (Publicación oficial). Buenos Aires: La Republica – Imprenta especial de obras, 1879. Decreto n° 77, p.57.

²⁸⁶ **Registro Oficial de la Republica Argentina** (...). Decreto n° 102, p. 62.

²⁸⁷ AGNA. Sala X, 2-4-15. Buenos Aires, 8 de novembro de 1810.

Belgrano transferiu a tarefa a Rocamora, responsável pelo povo missioneiro de Candelária, e ratificou para Buenos Aires que seria enviado “este número e os mais que forem preciso”²⁸⁸. É interessante observar que o argumento de que os indígenas seriam tratados como homens livres se repete em outros documentos, deixando entrever que, se isso podia ser percebido como vantagem, é sinal de que não era o que acontecia em seu cotidiano. Isso ficará mais claro logo a seguir, a partir da análise de outro documento escrito por Belgrano. De todo modo, ele não parecia preocupado em convencer e negociar com os indígenas, pois antes mesmo de consultá-los, assegurou que seriam enviados à capital, em número que fosse solicitado.

Belgrano, no entanto, ainda estava conhecendo o território missioneiro e não sabia como eram as pessoas com quem, supostamente, deveria negociar. Para isso, mandava enviados para verificar e reconhecer lugares, obter notícias daqueles que porventura encontrassem. Numa dessas inspeções, paisanos informaram a um de seus enviados, o major Espíndola, que “alguns mal-intencionados” diziam que ele vinha amarrando os habitantes missioneiros, o que fazia com que quisessem fugir daqueles campos que se encontravam cada vez mais (aparentemente) vazios. Como precaução à disseminação desses dizeres, ele tomou sérias providências. “Tenho expedido o proclama que acompanha para o conhecimento de V. Ex.”, reportou-se ao presidente e aos outros vocais da Junta, informando que o expediente circulava pela redondeza e que deveria circular também pela capital²⁸⁹. Possivelmente, Belgrano buscava abafar o que tratou como rumores: que andava pelos Povos missioneiros angariando trabalhadores à força.

Apesar da inexperiência como militar, há tempos Belgrano tinha uma atuação política de destaque²⁹⁰. Enquanto vivenciava a expedição em terras indígenas, não tardou em enviar aos gabinetes de Buenos Aires e aos povos missioneiros um *Regulamento para o regime político e administrativo dos Povos de Missões*, um dos mais importantes documentos sobre o período e o evento da ida ao Paraguai. Apenas dois meses após chegar à região, apresentou o documento no qual se mostrava preocupado “com as rapinas dos que tem governado”,

²⁸⁸ AGNA. Sala X, 2-4-15. Passo de Caáguaçú, 21 de novembro de 1810.

²⁸⁹ AGNA. Sala X, 2-4-15. Passo de Caáguaçú, 20 de novembro de 1810.

²⁹⁰ De acordo com Halperín Donghi (1995), Belgrano entrou na carreira de armas durante as invasões inglesas (p. 119).

compadecido e zeloso pelos interesses dos possíveis aliados, aqueles trabalhadores que outrora tomou como ‘inimigos’:

Em consequência do proclama que expedi para fazer saber aos naturais dos povos de Missões que **vinha a restituir-lhes de seus direitos de liberdade, propriedade e segurança**, de que por tantas gerações tem estado privados, **servindo unicamente para as rapinas dos que tem governado**, como estão manifestadas até a evidência, não achando-se uma só família que possa dizer: ‘Estes são os bens que tenho herdado de meus antepassados’(...).²⁹¹

Belgrano tateou, durante a expedição, as dificuldades pelas quais os missioneiros passavam, impressionou-se com a precariedade de suas vestes numa região em que há períodos de inverno rígido. Arrazou que os poucos meios deixados para sua subsistência, acabariam por “levá-los à sepultura entre os horrores da miséria e infelicidade”. No Regulamento, mencionou reiteradamente, ainda que fosse através do uso de um recurso de estilo que lhe faria valer a aparente generosidade e o evidente compromisso político, as condições de trabalho dos naturais. Pontuou que suas “palavras não [eram] as do engano nem alucinação”, considerando que os índios eram tratados “pior que às bestas de carga (...) sob o jugo de ferro”.

Depois de passar pelo departamento de Candelária, foco de resistência, e atravessar o de Yapejú, ao final do ano de 1810, Belgrano terminou de redigir o *Reglamento para o regime político e administrativo dos povos de Misiones*, documento que mandou traduzir para o guarani²⁹². Dispôs considerações e regras que visavam organizar a vida nos povos, de modo a atender aos interesses emancipacionistas de Buenos Aires. Alavancar o comércio da região, administrar ou repartir os bens e as terras missioneiras, regulamentar o uso de sua mão de obra indígena foram o mote de vinte e dois dos trinta artigos. Apesar de iniciar o regulamento reportando-se ao proclama no qual reconhecia que naturais de missões eram tratados pior do que animais de carga, o vocal reafirmou a igualdade entre espanhóis e índios.

No artigo quarto, reiterou uma disposição oriunda das ‘mudanças’ advindas com as reformas borbônicas, que dizia “respeito a haver-se declarado [os naturais] em tudo iguais aos espanhóis que temos tido a glória de nascer em solo americano”²⁹³. Nele, habilitava os

²⁹¹ MM. BELGRANO, M. **Reglamento para los pueblos de las Misiones**. Documentos del archivo de Belgrano. Tomo III. Buenos Aires, 1914. p. 122-128.

²⁹² WILDE, 2009, p. 312.

²⁹³ MM. **Reglamento para los pueblos de las Misiones**. Artigo 4º, p. 46.

índios a ocupar qualquer cargo político, militar, civil ou eclesiástico, recaindo “*neles* como em *nós*” quaisquer dos empregos. A confusão sobre o uso da primeira e da terceira pessoa do plural nos tempos verbais é indicativa das práticas de inclusão e exclusão presentes nos meandros da legislação da época, artifício comumente empregado. Ele se repete, não sem propósito, ao longo de todos os artigos do Regulamento escrito por Belgrano.

O sexto enfatizou a importância de povoar a campanha, “sejam naturais ou espanhóis, e *tanto uns como outros* poderão obter os empregos da República”²⁹⁴. Aparentemente em contradição com este sexto, mas concatenado com bastante nexos, estava o décimo nono artigo do regulamento:

Ainda que não seja minha intenção banir o idioma nativo destes povos, mas como é preciso que seja fácil nossa comunicação, para a melhor ordem previno que a maior parte dos cabildos se hão de compor de indivíduos que falem o castelhano, e particularmente o corregedor, o alcaide de primeiro voto, o síndico procurador e um secretário que haja de estender as atas em castelhano²⁹⁵.

Embora um artigo afirmasse que espanhóis e naturais eram “em tudo iguais” e que poderiam exercer quaisquer dos cargos administrativos, militares, civis e eclesiásticos; outro fazia uma ressalva tão importante como restritiva à ocupação de cargos administrativos pelos naturais. Era preciso saber falar e escrever em castelhano para ocupar alguns deles. Muitos naturais membros da elite indígena sabiam se comunicar em oral e por escrito em castelhano. Mas era raro que os que não pertencessem a ela soubessem falar e, principalmente, ler e escrever em idioma que não era nativo daquelas terras. Isto impunha uma clara barreira à ocupação dos cargos por aqueles que não integravam o círculo das relações sociais frequentados pelas lideranças indígenas e suas famílias. Certamente, limitava o acesso da maioria dos índios às decisões políticas e militares, em conformidade com os artigos décimo sexto e vigésimo, os quais dispunham, respectivamente, que ficava “a cargo dos corregedores e cabildos a administração do que haja de existente e o cuidado da cobrança do arrendamento de terras”²⁹⁶ e “a administração da justiça fica a cargo do corregedor e alcaides”²⁹⁷.

²⁹⁴ Idem. Grifos meus.

²⁹⁵ MM. **Reglamento para los pueblos de las Misiones**. Artigo 7º, p. 46.

²⁹⁶ MM. **Reglamento para los pueblos de las Misiones**. Artigo 16º, p. 48.

²⁹⁷ MM. **Reglamento para los pueblos de las Misiones**. Artigo 20º, p. 49.

Sob o ponto de vista jurídico e político, o gerenciamento dos povos e seus bens excluía grande parte dos missioneiros e mais, cerceava o acesso reservado à pequena parte deles. Em tempos onde os caminhos para a mobilidade social se mostravam fluidos, legisladores atuavam buscando impor barreiras à ascensão de grupos tidos como subalternos. Isso se dava através de incríveis manobras legislativas aliadas à diretrizes políticas muito bem articuladas. Se, por um lado, sua inclusão foi forjada através de disposições administrativas e regulamentações que os situavam como iguais, por outro, essas mesmas disposições trataram de excluí-los através das confusões nelas presentes, dando margem a quase todo tipo de interpretação, em que raramente os indígenas eram os beneficiários.

De acordo com a historiadora Ana Ribeiro, “*nós* e os *outros* eram tão instáveis como as fronteiras no mundo da revolução”²⁹⁸. Em investida para melhor definir essas fronteiras, Belgrano separou em outros dois artigos as vias para adquirir e dispor das terras missioneiras. Era assim: “aos naturais se lhes darão gratuitamente as propriedades das sortes de terra que se assinalem” (que já era deles); e “aos espanhóis se lhes venderá a sorte que desejarem (...) por preços moderados”, de acordo com o sétimo e o oitavo²⁹⁹. As propriedades assinaladas e destinadas ‘gratuitamente’ aos naturais seriam ainda divididas pelos espaços cedidos ao cabildo, à praça maior, à igreja e aos cemitérios de cada povoação, conforme dispõe do décimo ao duodécimo artigo³⁰⁰. E “como o roubo havia fixado os pesos e medidas para sacrificar mais e mais os infelizes naturais”, todos os trâmites anteriormente tratados seriam feitos com os mesmos pesos e medidas que se faziam em Buenos Aires, ditava o décimo quarto:

Respeito a que as terras dos povos estejam intercaladas, se fará uma massa comum delas e se repartirão o rateado entre todos os povos, para que uns e outros possam dar-se as mãos e formar uma província respeitável das do Rio do Prata.

Desrespeitando propriedades particulares e comunais dos povos missioneiros – sendo esta a diferença primordial pelas quais as terras estavam intercaladas –, o governo central faria um rateio do espaço que se tornaria “uma massa comum”, caso os artigos fossem

²⁹⁸ c, p. 27. O grifo é da autora.

²⁹⁹ MM. **Reglamento para los pueblos de las Misiones**. Artigos 7º e 8º.

³⁰⁰ MM. **Reglamento para los pueblos de las Misiones**. Artigos 10º, 11º, 12º, p. 47.

validados e executados. Deste, vamos ao décimo oitavo artigo que continua a regulamentar o uso das terras e da mão de obra missioneiras:

Em atenção a que **nada se faria em repartir as terras aos naturais se não lhes faziam antecipações de instrumentos para agricultura como de gado para o fomento das crias**, recorrerei à Exma. Junta para que abra uma subscrição para o primeiro objeto e conceda os dízimos de quatro pés dos partidos de Entre Rios para o segundo, ficando de aplicar alguns **fundos dos insurgentes que permanecerem resistentes** em ser contra a causa da Pátria a objetos de tanta importância, e que talvez são **tidos do suor e sangue dos naturais**.

Ao repartir a terra dos indígenas, seriam a eles oferecidos instrumentos para o incremento da agricultura e da pecuária. Ou seja, lhes tiravam a propriedade da terra e lhes ofereciam ferramentas para que fossem trabalhadores nela. Embora os que se colocavam contra os planos de Buenos Aires pudessem estar juntando ‘fundos’ às custas do ‘suor e sangue dos naturais’, nos dizeres de Belgrano, ele não destinou os dízimos sobre a criação de gado a eles, mas aos ‘partidos de Entre-Rios’. O incentivo à criação e reprodução do gado era fonte de preocupação para todos os envolvidos em cenários onde as guerras eram possíveis ou já estavam acontecendo, afinal, os animais eram o alimento principal das tropas que os levavam consigo ou faziam uso daqueles que pudessem estar nas cercanias de onde acampavam. Os artigos também buscavam deslocar riquezas de um espaço para outro atendendo a interesses que poderiam contribuir para “unir” distintas províncias do ex-vice-reino do Prata, como Entre-Rios e Misiones. O uso da terra e gado naquela região há muito colaborava para aumentar as riquezas dos crioulos, peninsulares e das próprias Coroas ibéricas³⁰¹.

Contudo, terra e gado não eram os únicos assuntos principais da expedição de Belgrano e das políticas da capital bonaerense. Gente também era. Desse modo, Belgrano ordenou a formação de uma Milícia Patriótica de Misiones, considerada indispensável para garantir a segurança no interior e no exterior dos povos, conforme bem explicado pelo representante da Junta nos artigos vinte e quatro, vinte e cinco e vinte e seis. Indistintamente, dizia ele, “serão oficiais assim os naturais como os espanhóis”³⁰². Corpos de artilharia, legiões completas de infantaria e cavalaria fariam parte da Milícia, neste plano que lembra o

³⁰¹Ver capítulo 1.

³⁰²MM. **Reglamento para los pueblos de las Misiones**. Artigo 24º.

projeto de Santiago de Liniers, vice-rei do Prata entre 1807 e 1809 e governador de Misiones entre 1803 e 1804. Belgrano resolveu como seriam os uniformes, que cores teriam e onde levariam a insígnia ‘M. P. de Missões’. Definiu pormenores e não deixou de lado aspectos importantes das tarefas dos soldados que teriam entre dezoito e quarenta e cinco anos, “bem entendido que seu objeto é defender a pátria, a religião e as suas propriedades”³⁰³. Todo este trabalho ‘da mais alta distinção’, em suas palavras, seria remunerado pela quantia de dez pesos mensais e executado “com os conhecimentos adquiridos da população”³⁰⁴.

Ainda sobre os assuntos referentes à agricultura, a erva-mate era um dos produtos de grande importância para a economia do Paraguai, foco insurgente aos planos de Buenos Aires. Cobrar impostos pelo seu comércio era uma maneira de manter o controle sobre dividendos que poderiam contribuir para tornar autônoma uma localidade ‘rebelde’, além de incrementar a receita da capital, obviamente. A atenção às questões que (en)cobriam o cultivo e colheita do produto figura no artigo vinte e sete, em que Belgrano censurou os excessos cometidos pelos beneficiadores da erva. Eles o faziam “*talhando as árvores que a trazem e também aos naturais, de cujo trabalho se aproveitam sem pagar*”³⁰⁵. Aparente (ou dificilmente) horrorizado com tais atos – já que faziam parte do costume nas relações de trabalho estabelecidas com os índios (como demonstram outras fontes) –, o advogado proibiu o corte das árvores de erva-mate impondo pena de dez pesos para cada uma que se cortasse. Quanto aos cortes nos naturais, Belgrano admitiu que tais punições eram praticadas ‘com a maior iniquidade’. Diante da impunidade cotidianamente perpetrada, determinou penas diferentes para dois tipos de instrumentos utilizados nos castigos corporais aos índios e índias. ‘Levantar a vara’ para qualquer natural acarretaria no confisco de todos os bens do algoz. ‘Usar o açoite’ ocasionaria uma penalização ainda maior, mas não muito específica, “até o último suplício”³⁰⁶, explicitou.

No antepenúltimo, determinou que todas as contratações de serviços dos naturais deveriam ser feitas por intermédio do corregedor ou alcaide do povo em que se realiza o trabalho. O pagamento seria feito em proporção de um décimo sob o valor total do produto,

³⁰³MM. **Reglamento para los pueblos de las Misiones**. Artigo 4º, p. 46, e Artigo 25º.

³⁰⁴Idem. Dez pesos mensais aos soldados e em proporção aos cabos, sargentos e oficiais.

³⁰⁵MM. **Reglamento para los pueblos de las Misiones**. Artigo 27º. Grifos meus.

³⁰⁶MM. **Reglamento para los pueblos de las Misiones**. Artigo 29º.

subtraindo os gastos e os impostos gerados desde sua compra. Os naturais pagam os impostos. Se muitos destes cálculos parecem simplistas e obscuros, Belgrano fez questão de deixar claro que o contrato só aconteceria “se o natural quiser”³⁰⁷. Apesar das condições serem obscuras, ele parece delegar a decisão de aceitar aquelas condições aos indígenas. Não sabemos se muitos dos naturais tinham outra opção que não a de aceitar o contrato. O artigo seguinte proibia qualquer castigo a eles, demonstrando claramente que o contrário era costumeiro. Ou seja, eram constantemente castigados quando não atendiam às expectativas geradas em torno da utilização do seu trabalho.

Em dezembro de 1810, Belgrano finalizou o regulamento, no acampamento de Tacuarí. Cerca de dois meses depois, foi surpreendido pelas tropas de Velasco, governador do Paraguai. Retornou, vencido, a Buenos Aires, em março de 1811. Em pouco tempo, a província que ele tentou compelir a apoiar a Junta, voltaria-se contra ela de modo categórico, como veremos no próximo capítulo. Em maio daquele ano, o Paraguai declarou-se independente da Coroa espanhola e da capital bonaerense. Com isso, o Regulamento não foi implantado. Contudo, algumas das suas disposições e disputas foram mais tarde reiteradas, como já havia acontecido tempos antes da expedição. De qualquer maneira, os artigos do Regulamento revelam expectativas geradas em relação às terras, aos bens e às gentes indígenas.

4.3 – Novas disposições jurídicas e administrativas: o semear de outras relações sociais em terras missioneiras.

A igualdade entre ‘espanhóis’ e ‘índios’, reafirmada e contradita em grande parte dos artigos do Regulamento de Belgrano, havia sido previamente ressaltada por um decreto da Junta. Em oito de junho de 1810, Buenos Aires convocou e recebeu “oficiais naturais índios” que trabalhavam agregados às chamadas ‘castas’ de pardos e morenos. O secretário da Junta leu-lhes a seguinte ordem:

A Junta não tem podido ver com indiferença que os naturais têm sido incorporados ao Corpo de Castas, excluindo-lhes dos batalhões espanhóis a que correspondem por sua classe e por expressas declaratórias de S. M. **No sucessivo, não deve haver diferença**

³⁰⁷ MM. **Reglamento para los pueblos de las Misiones**. Artigo 28º.

entre o militar espanhol e o militar índio; ambos são iguais e sempre deverão ser, porque desde os princípios do descobrimento destas Américas, quiseram os reis católicos que seus habitantes gozassem os mesmos privilégios que os vassalos de Castela. Nessa virtude, **resolveu a Junta, em consequência de uma representação dos mesmos naturais**, que suas companhias passem a integrar os regimentos 2º e 3º, sob seus mesmos oficiais, alternando estes com os demais sem diferença alguma e com igual opção às promoções, aplicando-se as companhias com número igual aos corpos a que se destinam³⁰⁸.

Se, a igualdade entre espanhóis e índios era continuamente reiterada em leis, decretos e regulamentos; isso também se dava através do destaque conferido à diferença entre estes últimos e os pardos³⁰⁹. Apesar do empenho retórico, as mesmas fontes de cunho legislativo e regulamentar permitem ver que, na prática, as condições étnicas e políticas que pautavam as desigualdades sociais não eram tão encapsuladas. Podemos, por exemplo, depreender dos artigos do regulamento de Belgrano, que as condições de trabalho dos naturais nem sempre eram distintas das de escravos negros e pardos ou mestiços, resguardadas as diferentes condições jurídicas. Nesse sentido, também podemos perceber, com certa clareza, que a igualdade entre índios e espanhóis não era bem condizente com a realidade. Ao contrário do que os intentos de regular essas relações buscam afirmar, em alguns momentos as experiências sociais de índios estiveram mais próximas das de pardos e negros, do que das de espanhóis.

As disposições de Belgrano também evocaram as medidas tomadas pela Junta de Fortificações e Defesa de Índias, proclamadas em 1806. De acordo com Maeder, em 1810, elas estavam “ainda sem cumprir pelos governos locais”³¹⁰. O *Regulamento para os Povos das Misiones* propriamente dito não foi implantado integralmente. Em geral, não parece ter havido melhoras significativas na vida dos naturais ou em suas condições sociais em virtude do documento. Entretanto, a partir da expedição empreendida por Belgrano, dos acordos e

³⁰⁸ **Registro Oficial de la Republica Argentina** (...). Decreto nº 31, p.34.

³⁰⁹ De acordo com Stuart Schwartz e Frank Salomon: “A palavra ‘casta’, que agora associamos com Hinduísmo, chegou ao sul da Ásia como um conceito ibérico pronto referindo-se a tipos de pessoas definidos através de ‘sangue’”, ou melhor, de um entendimento complicado sobre a ‘pureza’ dele, como expõem os autores. SCHWARTZ, S. B. & SALOMON, F. New peoples and new kinds of people: adaptation, readjustment, and ethnogenesis in South American indigenous societies (colonial era) apud SCHWARTZ, S. B.; SALOMON, F. (Eds.). **The Cambridge History of the Native peoples of the Americas**. Vol. III. South America. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 444.

³¹⁰ MAEDER, 1992, p. 247.

desacordos estabelecidos durante os contatos, originaram-se importantes alterações jurisdicionais no território de Misiones.

Das disputas entre Paraguai e Buenos Aires resultou uma das muitas divisões territoriais que ainda sofreria o espaço missioneiro. Os departamentos de Santiago e Candelária ficaram sob posse do Paraguai. Quanto à Candelária, de certa forma, foi oportuno que o departamento que repensou sua posição de apoio à Junta e depois prestou fidelidade ao Conselho de Regência de Cádiz, tenha ficado sob posse do Paraguai, que também se posicionou a favor dos realistas, em princípio. Embora significasse a perda de partidários políticos, soldados, trabalhadores, gado e terras, é claro: Buenos Aires ainda poderia exercer o controle sob os departamentos de Concepción e Yapejú que ficaram sob sua posse. Isso de fato foi feito, pois além desta considerável modificação da configuração territorial e administrativa do espaço missioneiro oriunda da divisão dos departamentos, Belgrano interferiu mais diretamente em duas alterações jurisdicionais, uma sobre a localidade de Curuzú-Cuatiá e outra sobre Mandisoví, ambas em áreas limítrofes entre Misiones e Corrientes.

Ordenou que Curuzú-Cuatiá, uma povoação formada por correntinos, de acordo com Maeder³¹¹, deixasse de fazer parte de Yapejú para integrar a província de Corrientes, contrariando as instruções que o vice-rei marquês de Avilés dera em 1800, proibindo o povoamento das terras daquele departamento por não-índios. Buenos Aires perdia Santiago e Candelária por um lado, mas por outro, conquistava mais gente assentando-as, agora legalmente, em terras de Yapejú, que estava sob sua jurisdição. Para conceder terras missioneiras a Corrientes, Belgrano valeu-se dos argumentos de que buscava retirar “todos os obstáculos que se opunham à formação, adiantamento e progresso deste povo”. Particularmente, “decidir a questão destes terrenos que por corresponder aos índios de Yapejú não deviam povoar-se”. Em correspondência à Junta, seguiu fazendo uso da reverberada justificativa:

(...) respeito a que **hoje todos somos um**, como muito sabiamente dispôs a predita Exma. Junta e que por outra parte, **os insinuados índios nem estão em estado de poder povoá-los**, sendo a verdade um **ponto que merece toda atenção para o comércio**, por ser o centro dos **terrenos que mediam desde Corrientes no Paraná até o Uruguai**.³¹²

³¹¹ MAEDER, 1992, p.245.

³¹² AGNA. Sala X, 2-4-15. Quartel General de Curuzú-Cuatiá, 16 de novembro de 1810.

Em consonância com as iniciativas da Junta – e com os argumentos de Santiago de Liniers, quando buscou militarizar a região missioneira, como vimos no capítulo 3 –, Belgrano procurava estabelecer controle sobre as principais vias de trânsito comercial na área missioneira, ordenando o fluxo de produtos que abasteceriam as províncias e regiões aliadas e limitando os proventos aos focos inimigos. Também através de decretos e circulares, a Junta bloqueou toda comunicação com o Paraguai, barrando a circulação “de toda pessoa, cartas ou papéis, navios de todo porte, com carga ou sem ela, dinheiro ou efeitos”. Não proibiu, contudo, a circulação de pessoas, bens, ou papéis com saída ou destino a Santa Fé e Corrientes, desde que portasse a devida “licença e os correspondentes despachos”³¹³. Trazer Curuzú-Cuatiá para a jurisdição de Corrientes fez parte desses rearranjos jurídicos e administrativos para melhor controlar o território e as atividades de seus habitantes. Aliás, confrontando a documentação, percebe-se que trechos do texto da missiva que Belgrano enviou a Buenos Aires em novembro de 1810 são os mesmos que figuram no decreto de criação do povoado. A este último documento se somou, entre outros pontos, o reconhecimento público da ordem de Belgrano por parte de Corrientes, que manifestou compreender “por definitiva a disputa de limites que tem tido ante o superior governo, por este ilustre cabildo, com o povo de Yapejú”. Belgrano considerou tal manifestação do cabildo de Corrientes um “testemunho íntegro” que devia ser encaminhado ao “arquivo da cidade, e [para que] lhe conste em casos de República”³¹⁴. Isto é, as disputas envolvendo o território missioneiro buscavam ser resolvidas levando em conta a emancipação política de Buenos Aires e das províncias aliadas.

Cabe ressaltar que os habitantes de Curuzú-Cuatiá não eram apenas ilustres *vecinos* que atuavam em benefício da causa pública e do Estado, como enfatizou Belgrano quando resolveu assentar correntinos em terras yapejuanas. Sequer tais *vecinos* correntinos receberam tais terras apenas em virtude de “seu valor e patriotismo em todas as ações de guerra que contra a Pátria tem promovido os inimigos”³¹⁵, mas porque, além dos interesses comerciais que aquela localidade apresentava, era também um lugar conveniente à formação

³¹³ **Registro Oficial de la Republica Argentina** (...). Decreto n° 105, p. 63.

³¹⁴ **Registro Oficial de la Republica Argentina** (...). Decreto n° 200, p. 96-97.

³¹⁵ *Idem*.

de corpos militares que, em conjunto, compuseram as milícias missioneiras. O comandante do esquadrão de Milícias Patrióticas de Curuzú Cuatiá, D. José Andrés Casco, foi nomeado pelo próprio Belgrano.

O vocal, sem muito rebuço, esclareceu algumas das maneiras pelas quais tais corpos eram formados. “Recém vão chegando os naturais dos muitos que há fugitivos pelos montes, desenganados das posturas grosseiras com que lhes haviam alucinado os insurgentes, entre elas a de que o exército vinha degolando a quantos encontrava”³¹⁶. Antes, rumores de que Belgrano os amarrava, e agora, notícias espalhadas pelos insurgentes de que o exército que acompanhava o vocal degolava os indígenas. Não podemos saber se as palavras usadas pelos ‘insurgentes’ eram de alucinação e engano, tampouco podemos supor se eram as de Belgrano. Mas é visível que indígenas missioneiros sofriam diversos tipos de pressão, vindos de muitas partes, fosse ela através de violência física ou não. Apesar de Belgrano buscar reduzir o espaço de representatividade política, e mesmo o espaço de circulação espacial dos missioneiros, tentava ao mesmo tempo fazer vincular à sua figura certo carisma, ao menos em parte de seus escritos, como o proclama, o regulamento e as correspondências aos seus correligionários:

Tem-se apresentado a mim os preditos naturais que tem estado em meu trânsito, e os infelizes me tem feito mil demonstrações de respeito e carinho. Logo que cheguei a seu território, lhes expus o adjunto proclama que tenho mandado circular em todos os povos. **Deve pensar-se neles em tempos mais tranquilos, pois ainda permanecem na miséria e os administradores com nome de maiordomos, os subdelegados e outros satélites, todavia se aproveitam de seus suores e lhes fazem padecer**³¹⁷.

Na verdade, Belgrano era quem estava no trânsito dos naturais e suas terras. Por isso, tentou coagi-los e cooptá-los através de palavras escritas e empenhadas; sobretudo, através de ações de cunho político e militar. Conforme o decreto de criação de Curuzú- Cuatiá, “aos que não tem ocupação fixa e estão com seus ranchos dispersos na mesma [localidade], sem sociedade, nem poder ouvir a palavra divina, **se lhes não de obrigar a que transladem suas casas ao povo**”³¹⁸, fosse índio ou espanhol, advertia o documento. Se ainda, diante de providências tão estritas como foram as novas reconfigurações territoriais e comerciais, e

³¹⁶ AGNA. Sala X, 2-4-15. Itapuã, 21 de dezembro de 1810.

³¹⁷ AGNA. Sala X, 2-4-15. Costa do Salto do Paraná, 4 de dezembro de 1810.

³¹⁸ **Registro Oficial de la Republica Argentina** (...). Decreto n° 200, p. 96-97.

também de rumores e fatos tão brutais como a degola e o açoite, naturais demonstravam carinho e respeito a Belgrano, poderemos melhor arrazoar observando o que ocorreu mais tarde, objeto de análise do capítulo seguinte.

Quanto à outra alteração jurisdicional estabelecida por Belgrano, parece ter tido bem menos destaque nas fontes da época do que a primeira. Mandisoví ficou integrada a Misiones, a cargo de Pablo Arenguaty³¹⁹, junto ao departamento de Yapejú, ao contrário de Curuzú-Cuatiá que passou a fazer parte de Corrientes. Entretanto, em breve, Mandisoví estaria em evidência devido ao episódio de sublevação contra os interesses da Junta em 1813, levado adiante pelo índio Domingo Manduré, como veremos em seguida. Contudo, como afirmam outros autores, creio que a consequência mais significativa da expedição de Belgrano foi a formação de milícias missioneiras³²⁰. O fato de Misiones ser uma intendência militar, assim como a experiência prévia de seus habitantes em conflitos bélicos, permitiu a constituição de um importante contingente para o serviço de guerra.

4.4 – Ações de indígenas nas missões orientais do rio Uruguai durante o início da revolucionária década de 1810.

Os povos missioneiros a oeste do rio Uruguai não eram os únicos nos quais os indígenas enfrentavam pressões. Do outro lado do rio, nas missões orientais; isto é, no território missioneiro em domínio dos portugueses desde 1801 e, portanto, um pouco menos próximo ao processo revolucionário desencadeado em Buenos Aires, as pressões também existiam. Um requerimento enviado por uma liderança indígena do povo de Santo Ângelo em 1810, mesmo ano em que se deu a revolução de maio e a expedição de Belgrano ao Paraguai, mostra que as investidas aos bens e à mão de obra dos indígenas podiam ocorrer tanto em território de domínio português quanto espanhol.

Mudando de lugares ou permanecendo neles por meio de outros arranjos, muitos missioneiros estiveram inseridos na trama desses acontecimentos, atuando de acordo com seus interesses. Este tipo de colocação tem sido repetida para vários contextos históricos em que indígenas tiveram sua participação relegada ao papel de vítimas ou quando foram tidos

³¹⁹ WILDE, 2009, p. 313.

³²⁰ MACHÓN; CANTERO, 2006, p. 42.

como ausentes. Válida, mas talvez um pouco esvaziada de sentido, creio que toma outra forma quando preenchida com a maior atenção dada às bagagens que os índios traziam consigo para estabelecer negociações, sobretudo em se tratando de situações que envolveram disputas territoriais.

Quais as características comuns a um conjunto de experiências de vida que os indígenas costumavam trazer e evidenciar ao firmarem acordos e desacordos com outras instâncias de poder? Como suas atuações aparecem em escritos registrados por eles e por não índios? São diversas e difíceis de elencar, mas dizem respeito a contextos históricos específicos e são balizadas por variáveis conjunturais e traços culturais experimentados e transmitidos de tempos em tempos. Então, vejamos, com o auxílio de uma lupa, através da experiência de Geronimo Cachú, fatos que contam o que andava acontecendo com indígenas na outra banda do rio Uruguai.

As palavras da liderança indígena mais parecem um apelo aos historiadores do que um requerimento enviado ao governo da capitania do Rio Grande de São Pedro em 1810. Geronimo Cachú solicitava o reconhecimento pela prestação dos serviços “que o tempo tem feito esquecer”³²¹. Ele estava entre as trezentas e vinte e três famílias missioneiras liberadas do ‘regime de comunidade’ pelo vice-rei Marques de Avilés em 1800³²², regime no qual viviam nas reduções antes e após a expulsão dos jesuítas, em 1768. O objetivo principal do decreto de Avilés, como vimos no primeiro capítulo, foi incrementar o comércio e a vida econômica do Rio da Prata através do trabalho dos missionários. Além da liberação e isenção do pagamento de tributos, famílias ligadas às elites indígenas foram agraciadas com propriedades de terras.

Geronimo Cachú nasceu no povo de Santo Ângelo. Havia servido à Coroa espanhola como sargento e trabalhado em sua comunidade por mais de vinte anos. Título e privilégios foram concedidos a “Dom Geronimo Cachú e sua família”. Em 1800, ele obteve uma dádiva do vice-rei do Prata, o marquês de Avilés, que lhe doou uma “propriedade para si, seus filhos, seus herdeiros e sucessores perpetuamente”³²³ e isentou-lhes dos trabalhos prestados na sua

³²¹ AHRS. Secretaria de Governo. Maço 3. Requerimento 003-49.

³²²AGNA. Lista de famílias solicitadas ao governador de Misiones. 17 de agosto de 1799. Sala IX.30.6.5 (Interior, Leg. 47, Exp.9). Atualmente, este documento encontra-se fora de circulação.

³²³ AHRS. Secretaria de Governo. Maço 3, Requerimento 003-49.

comunidade. Além disso, carne, sal e ‘o mais do costume’ eram enviados mensalmente. Em troca, segundo consta o título das terras de Geronimo, ele deveria amar aos espanhóis, amar e temer a Deus e ao rei, obedecer aos seus superiores, venerar aos sacerdotes, ir à missa, rezar o rosário, educar seus filhos na política, manter-lhes na doutrina cristã; ou seja, tudo o que deveriam fazer todos os vassallos do rei católico. Como indígena e falante do idioma guarani, deveria ainda empenhar-se e aos seus para falar o espanhol. Mas em dez anos, a situação de Geronimo e sua família era outra.

Em outubro de 1810, ele possuía uma dívida, não com as Províncias do Prata ou com o Conselho de Regência representante da Coroa espanhola, mas com a Coroa portuguesa. Era preciso pagar para ocupar as terras que lhe haviam sido doadas. E para pagar, era preciso trabalhar mais do que para o próprio sustento e dos seus. A concessão que havia lhes tirado da miséria, nas palavras do vice-rei, não estava mais em vigor. Os índios tentavam entregar uma arroba de algodão por mês como parte do pagamento do tributo, mas não havia recursos para quitar a dívida que se acumulava. Geronimo, então, encaminhou um requerimento ao governo da capitania do Rio Grande do Sul. Através dele, manifestou que lhe parecia incorreto “continuar o mesmo vexame, sem atenção ter o suplicante servido sua comunidade nos empregos mais honoríficos por mais de vinte anos em mestre de escola, procurador, sargento, alcaide, [...], tenente corregedor e capitão corregedor”³²⁴. Cautelosamente, ele guardou “os títulos dos terrenos” concedidos pelo vice-rei em 1800 e dez anos depois os apresentou junto ao requerimento, desta vez, encaminhado a uma outra esfera de poder: a capitania do Rio Grande de São Pedro, a mais austral do vice-reino do Brasil.

Santo Ângelo era um dos sete povos ‘conquistados’ para a Coroa portuguesa em 1801, e por isso Gerônimo recorreu à capitania portuguesa. Não deixou de enfatizar, no entanto, os bons serviços que havia prestado à Coroa espanhola, demonstrando que podia ser um bom vassallo para os portugueses como havia sido para os espanhóis ou que podia se voltar contra os antigos aliados como acontecera com estes últimos. Mas, talvez, acima das disputas políticas e territoriais que eram constantes naquelas paragens, Geronimo quisesse relembrar o que ditava os documentos. Embora não fossem cumpridos, certamente a liderança sabia que eram importantes para as esferas de poder com as quais dialogava, assim como ficou

³²⁴ AHRS. Secretaria de Governo. Maço 3, Requerimento 003-49.

sendo para si. Através dos papéis, Geronimo Cachú buscava garantir e reiterar os direitos de “propriedade para si, seus filhos, seus herdeiros e sucessores perpetuamente”, e também, conforme destacou, a isenção dos tributos e de prestação de serviços para a comunidade.

Ao anunciar deferido o pedido de Geronimo, as autoridades portuguesas certamente vislumbraram uma aliança que poderia ser bastante vantajosa, haja vista os cargos que a liderança indígena havia ocupado enquanto foi vassalo nos domínios espanhóis. Seu pedido seria atendido não apenas “em continuação da graça que obteve quando foi súdito da *Coroa espanhola* e aplicada aos povos em nome de sua Alteza Real, mas ainda em atenção aos seus títulos em tempo que se acha velho”. Os papéis, já naquela época considerados velhos, parecem ter sido fundamentais para que Geronimo recuperasse o valor dos serviços prestados por ele junto às instâncias de poderes coloniais e para que continuasse exercendo a sua autoridade, prestígio e posição social em meio às profundas mudanças advindas com o início do processo que levaria, em pouco tempo, à dissolução dos dois impérios ibéricos na América do Sul.

Em meio a opiniões, atitudes e resoluções díspares tomadas pelas autoridades e pela sociedade envolvente com respeito ao uso dos conhecimentos, habilidades e mão de obra dos índios, eles mesmos intervieram para burlá-las ou legitimá-las, conforme interesses e situações muito distintas. Para analisá-las, torna-se necessário reinterpretar vários dos discursos sobre suas atuações. Para Ernesto Maeder, embora abundante e valiosa, a historiografia sobre esta época é limitada no seguinte sentido:

Por uma parte, a grande maioria de seus enfoques são exclusivamente nacionais, e impedem uma visão de conjunto dos problemas comuns vividos em uma área tão extensa como a bacia rioplatense; por outra, a consideração *a priori* da área missioneira como uma parte do próprio território nacional, sem levar em conta a trajetória anterior dessa governança, nem a indefinição que então prevalecia sobre esse distrito, nem a peculiaridade dos problemas étnicos e sociais da população guarani que a povoava, tornam muitas vezes incompleta e até anacrônica a visão que oferece parte dessa bibliografia³²⁵.

Porém, as constantes (re)descobertas de papéis de “tempo que se acha velho” mostram que, além da possibilidade de apreender sobre o emaranhado de experiências partilhadas pelos índios com outros agentes, pesquisadoras e pesquisadores podem lançar novas luzes

³²⁵ MAEDER, 1992, p.243.

interpretativas sobre velhos temas e problemas ligados às histórias indígenas. Os “índios de papel” podem dar outras formas e contornos à história social e nova vida àqueles que, no passado, foram “índios de carne e osso”, para cotejar as observações de Bartolomeu Meliá³²⁶ e Manuela Carneiro da Cunha³²⁷.

Nesse sentido, como nos mostra o caso de Maria Rosa, mães aflitas buscaram pelos filhos de quem foram apartadas. Essas crianças, órfãs por ocasião das guerras, algumas vezes foram tratadas praticamente como butim de guerra e trabalharam para autoridades militares e familiares. Maria Rosa, da ‘Nação Guarani’, não fazia parte das elites indígenas, como Geronimo Cachú. Nasceu no povo de São Miguel. Em 1813, morou na freguesia de Nossa Senhora dos Anjos. Em julho deste mesmo ano, ela e seu filho Francisco foram a Porto Alegre, distante aproximadamente 20 quilômetros da freguesia. Francisco tinha cerca de cinco anos de idade. A razão que os trazia ao palácio do governo era a prisão de Valentim de Brito. Maria Rosa se achava padecendo de graves necessidades e vinha pedir pela soltura de Valentim, pai de Francisco. As autoridades informaram que verificariam a causa da prisão. Maria Rosa, então, se mudou para Santa Maria. Em outubro, percorreu cerca de 280 quilômetros e voltou a Porto Alegre. Estava desacompanhada de Francisco e com um novo problema. Contou que na ausência de seu marido, o comandante da companhia de Santa Maria havia lhe tirado o filho à força, argumentando que queria ser como um pai para a criança. Apesar da aparente vocação paterna, André Ribeiro de Córdoba trazia Francisco “como seu escravo valendo-se do seu emprego como comandante”³²⁸, segundo a queixa de Maria Rosa. O militar a castigava fisicamente todas as vezes que ela lhe pedia para ter Francisco de volta. A providência tomada de pronto foi uma ordem para “que outro comandante imediato ou pessoa de que a suplicante tenha respeito faça entregar à súplica da suplicante sem que ponha nisso dúvida alguma” não o filho, mas “uma esmola”.

³²⁶ MELIÀ, B. La novedad Guarani (viejas cuestiones y nuevas preguntas): Revista bibliográfica (1987-2002). **Revista de Indias**, nº 64, p. 175-226.

³²⁷ ALMEIDA, M. W. B.; CUNHA, M. C. Indigenous People, Traditional People, and Conservation in the Amazon. **Daedalus. Journal of the American Academy of Arts and Sciences**, v. 129, n. 2, 2000, p. 315-338. Este artigo foi traduzido e publicado, com pequenas alterações, em CAPOBIANCO, R. (et al). (Orgs). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**. Avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. Instituto Socioambiental e Estação Liberdade. São Paulo, 2001, p. 184-193.

³²⁸ AHRS. Fundos Militares. Requerimentos. Maço 7, 1813.

A prisão do pai de Francisco fez com que Maria Rosa se deslocasse para Porto Alegre a buscar pela sua libertação. Sem alcançar seu intento, por razões que não conhecemos, ela se mudou para Santa Maria. Lá, teve seu filho tomado para servir como escravo, em seu entender. Neste caso, situações de extrema pressão, provocaram a mobilidade espacial de Maria Rosa. Tais deslocamentos puseram-na em contato com diferentes autoridades coloniais e em situações que envolveram condições de liberdade. Em outras palavras, se naquelas circunstâncias ela fez uso da sua liberdade e praticou o direito de ir e vir, ela o fez porque seus parentes se encontravam privados das suas. Movimentações verticais num jogo de hierarquia social deslocaram/puxaram Maria Rosa para baixo, colocando-a, e a seus parentes, numa posição próxima a de outros escravos e libertos. Isso não quer dizer que as condições de escravos fossem iguais àquelas que envolviam o trabalho dos índios, mas, por vezes, eles viveram experiências sociais semelhantes no que diz respeito à privação de liberdade. Outro aspecto importante desses jogos de poder, é que a participação de homens em serviços militares provocou também o deslocamento de famílias indígenas, incluindo obviamente, mulheres e crianças, como nos mostra o caso de Maria Rosa. Enquanto de um dos povos orientais, Geronimo Cachú encaminhava um requerimento às autoridades portuguesas e Maria Rosa buscava a liberdade de parentes, a Junta de Buenos Aires buscava cativar aliados nos povos ocidentais de Misiones. Vamos agora analisar outras fontes como se estivéssemos utilizando um binóculo³²⁹. As experiências particulares de Cachú e Maria Rosa permitem observar o que acontecia com distintos sujeitos indígenas e suas famílias naquele contexto. Contudo, as variadas experiências e situações comuns a que estiveram sujeitos membros de uma coletividade étnica trazem outras nuances sobre as maneiras pelas quais os bens, as terras e as gentes indígenas foram alvo dos interesses políticos de novos governos que buscavam se estabelecer na região platina.

³²⁹ Para uma parte da história social, aquela que “*pretende modificar a percepção dos objetos conhecidos aplicando aos fenômenos estudados uma multiplicidade de olhares sucessivos e apresentando sob ângulos diversos realidades frequentemente contraditórias*”, de acordo com Rosental (1998), torna-se necessário estabelecer operações que levam “*a fazer da escala, e mais precisamente do jogo entre as escalas de análise, um dos conceitos centrais para a prática histórica. Elas acarretam também uma reflexão sobre o modo de construção da narrativa pelo historiador: a descoberta progressiva dos contornos do objeto estudado e as discontinuidades que os saltos de escala provocam impedem-no, por exemplo, de se ater a uma simples narração linear*”. A esta sensibilidade, o autor chamou “*por pura questão de comodidade de abordagem multiscópica*”. ROSENTAL, P. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e “microstoria” apud REVEL, J. (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 151-152.

4.5 – A revolução de maio na Banda oriental: *la redota*.

Nenhum outro local ofereceu obstáculos tão empedernidos e variados ao exercício da nova forma de poder proposta por Buenos Aires quanto a Banda Oriental. Lá, segundo consenso que parece haver entre historiadoras e historiadores, “se expressaram as maiores resistências”³³⁰. A capital portenha encontrou pontos de adesão e oposição aos seus planos, espalhados por toda a região daquele que era o vice-reino do Prata, conforme apontamos. A chamada região litorânea, Santa Fé, Corrientes e parte de Misiones, manifestaram apoio. Três importantes áreas de fronteira se apresentaram como focos de contestação mais fortes. Nos limites do Paraguai, a leste, como vimos; no Altiplano peruano, ao norte; e na Banda Oriental, ao sul, com sede em Montevideu. Assunção, Lima e Montevideu defenderam os direitos da Coroa espanhola representados pelo Conselho de Regência de Cádiz. Estas foram as áreas às quais o poder central dedicou maior atenção e esforços para conter todo tipo de refutação. Contudo, a mais longo prazo, a Banda Oriental se apresentaria como grande entrave aos planos de autonomia e domínio bonaerense.

Rivalidades políticas e competição comercial entre Montevideu e Buenos Aires eram alimentadas há tempos. As capitais disputavam os mercados internos e externos para os quais seus portos despachavam e recebiam diversos produtos. Por isso, ambas buscavam controlar militarmente as terras fronteiriças e as vias fluviais e marítimas da região³³¹. Concorriam, também, por uma posição política de destaque, geralmente ocupada por Buenos Aires. Além das relações progressas, da parte de Montevideu, havia novos motivos para recusar os planos emancipacionistas da Junta. Eles estiveram ligados à proposta não inclusiva dos portenhos no que tange à autonomia das regiões fora do espectro espacial da província bonaerense. Constatar que Buenos Aires desejava favorecer sua própria economia e fortalecer sua posição política através do controle sobre outras regiões platinas, ao invés de governar em conjunto com elas, estremeceu ainda mais as relações com os orientais.

³³⁰ TERNAVASIO, 2013, p.75.

³³¹ As vias fluviais, através dos rios Uruguai e Paraná, possuíam importância tão fundamental para a economia e o comércio da região quanto a saída para o oceano Atlântico. Tanto assim que, para a surpresa de alguns brasileiros, ainda hoje a região cortada pelos rios Uruguai e Paraná é chamada de litoral pelos argentinos; e o estuário do rio da Prata (rio que é a união do Uruguai com o Paraná) é chamado Mar del Plata.

Esta objeção manifestada pela Banda Oriental era tão preocupante quanto ameaçadora para Buenos Aires, afinal, como destacou a historiadora M. Blanca de Oddone, Montevideu era “praça militar e apostadero naval do Atlântico Sul, chave e arranque da rota atlântica até os mercados ingleses, vitais para o comércio exportador de couros da região”³³². A frota ancorada no porto de Montevideu era mercantil e militar, e isso é fundamental para entender a posição ocupada pela capital oriental no conflito com Buenos Aires. Através dessa esquadra, Montevideu procurava controlar militarmente os rios e as fronteiras através das quais escoariam seus produtos. Assim, quando jurou fidelidade ao Conselho de Regência de Cádiz, buscava não apenas manifestar apoio político, mas também recebê-lo. Seguindo com as observações de Oddone, “com a esquadra Montevideu se assegurava do controle da Banda Oriental, mas reclamava à Regência reforços: ‘Elío, dois mil homens e fuzis’”. Xavier de Elío foi o único destes reforços enviado pelo Conselho de Regência de Cádiz, em janeiro de 1811. Com o título de vice-rei do Prata, chegou a Montevideu sem soldados e sem armas. O cargo foi exercido na capital oriental, já que seu reconhecimento em Buenos Aires estava fora de cogitação.

Para contornar o problema sobre o contingente militar, autoridades de Montevideu recorreram – como de praxe – ao recrutamento de ‘homens vagos’, entre outras medidas, através da criminalização do seu ‘vagar’ num primeiro momento, e da normatização da disciplina necessária para que fossem úteis como soldados, num segundo³³³. Mesmo sem ter um exército enviado pelo Conselho e, ainda, buscando arregimentar ‘paisanos’, ‘gauchos’ e ‘homens soltos’, o vice-rei declarou guerra à Junta poucos dias depois de chegar. Como resposta pouco surpreendente, mas deveras esclarecedora, Buenos Aires enviou as milícias patrióticas de Misiones, formadas por Belgrano, para conter os avanços insurgentes na Banda Oriental.

³³² ODDONE, M. B. P. Presencia de Artigas en la Revolución del Río de la Plata (1810-1820) apud FREGA; ISLAS, 2001, p.65.

³³³ PÉREZ, L. C. Cuando los ‘infelices’ eran perseguidos... apud FREGA; ISLAS, 2001, p. 238-239. Segundo Pérez, o Corpo de Blandengues da Fronteira de Montevideu foi criado em 1796 pelo vice-rei Melo de Portugal, “com a finalidade de perseguir e neutralizar índios, contrabandistas e os bandos de *cuatros* que infestavam a campanha. (...) se buscou conformar o dito Corpo, fundamentalmente sobre a base de recrutamento de indivíduos conhecedores do ambiente, ‘gente a cavalo’, procurando, mediante indulto, o envolvimento daqueles a que estava destinado a conter. Se promoveu assim, a mudança de conduta de boa parte da população da campanha, que levava uma vida ‘à margem da lei’, mediante o indulto dos delitos cometidos”.

Quanto à outra ordem de problemas sobre o controle da economia nos campos da Banda oriental, os regentistas lançaram medidas fiscais e restrições comerciais que em nada agradaram aos estancieiros. O monopólio imposto por Montevideú diminuiu drasticamente a exportação de couros. Assim, aqueles que viviam nos campos da Banda Oriental, fossem estancieiros prejudicados pelas restrições fiscais de Montevideú, ‘homens vagos e soltos’ perseguidos por militares, ou os próprios militares, como foi o caso de José Gervásio Artigas (a princípio a favor da Banda Oriental), tomaram partido da revolução difundida a partir de Buenos Aires. Vinculou-se, naquele momento, aos revolucionários e às suas propostas, o antídoto para os males que advinham das diretrizes do conservadorismo montevideano.

A esta altura, estancieiros e líderes populares na zona rural, como Viera e Benavidez, além de militares, como José Gervásio Artigas, voltaram-se contra Montevideú e iniciaram uma grande mobilização que acabou por promover um cerco àquela capital. Em fevereiro de 1811, Viera e Benavidez já haviam tomado algumas povoações e, em conjunto com a atuação de militares, como José Rondeau e José Artigas, a partir do campo, no episódio que ficou conhecido como *Grito de Ascencio*, invadiram e sitiaram a capital oriental³³⁴.

É preciso sublinhar que as forças militares missioneiras, ‘o exército de Belgrano’, como geralmente é mencionado pela historiografia, participaram do embate entre as milícias que vinham da área rural e as tropas enviadas pela capital oriental. A batalha de Las Piedras, em que milícias missioneiras saíram vencedoras, liberou o caminho para a invasão de Montevideú. José Artigas liderou parte destas milícias formadas a partir da expedição de Belgrano ao Paraguai. Asseverou, numa missiva enviada a Buenos Aires, que foi uma honra dirigir uma divisão com duzentos e cinquenta destes soldados. Gabou-se de com eles ter levado ‘terror e espanto’ até as imediações de Montevideú. Conforme ele escreveu, através da atuação dos milicianos missioneiros, os orientais insatisfeitos com o governo de Montevideú impuseram aos “ministros da tirania”, “a memorável vitória de 18 de maio nos campos de Las Piedras”³³⁵. Em contraponto, fez questão de ressaltar que “o admirável alarme” que mobilizou os campos da Banda oriental não partiu de “paisanos soltos, nem aqueles que deviam sua existência ao seu jornal ou soldo, os que solitários se moviam”; mas sim, de *vecinos* bem estabelecidos, possuidores de bens, pais de família que abandonavam

³³⁴ ODDONE apud FREGA; ISLAS, 2001, p.66.

³³⁵ AA. Tomo VI, p.76.

seus interesses e entes queridos para se converter “repentinamente em soldados (...), todos que, surdos à voz da natureza, ouviam só a da pátria”³³⁶.

Por um lado, destacou o papel fundamental dos soldados missioneiros na derrota das tropas realistas em Las Piedras e na invasão a Montevideú; por outro, enfatizou que os paisanos não eram jornaleiros ou homens ‘soltos’, que não tinham nada a perder aderindo à revolta, mas homens cujas escolhas eram ainda mais admiráveis pelo fato de terem posses e família. As observações trazidas por José Artigas nos ajudam a perceber e expor com mais profundidade pontos que já destacamos. Primeiro, estancieiros cujos negócios foram afetados pelas medidas impostas por Montevideú foram mobilizados para pôr abaixo o governo regentista. Segundo, sujeitos indígenas que habitavam os povos missioneiros, circulando continuamente por aquele espaço territorial de fronteira, com ou sem família, possuidores de terra ou não, foram recrutados para as milícias formadas por Belgrano. A atuação de parte dessas milícias foi crucial para levar a cabo a invasão a Montevideú³³⁷. Logo, antes de afastar, de modo afoito, a participação dos indígenas da preponderância de Buenos Aires nos resultados destes conflitos iniciais com a Banda Oriental é preciso interligar pontos repetidos constantemente nos registros. A maioria dos indígenas e mestiços vivia do seu jornal e do seu soldo, e não das suas posses. Isto é, viviam do seu trabalho, trabalho este que Belgrano buscou regulamentar através de regras para a contratação dos indígenas nas lidas no campo, no cultivo da erva-mate, ou em fábricas de fuzis na capital, por exemplo; no recrutamento para o serviço militar e na ocupação de cargos em cabildos e na administração pública em geral. Ademais, soldados eram a maioria entre os estancieiros que participaram dos embates bélicos. Dificilmente o número de soldados seria equivalente ao de estancieiros que apoiaram a revolta. Como referência, podemos nos basear nos apontamentos de José Artigas, segundo os quais duzentos e cinquenta soldados eram apenas uma das divisões do ‘exército de Belgrano’³³⁸. De todo modo, os estancieiros não iam à guerra sozinhos, mas levavam consigo seus agregados e escravos, como veremos a seguir; e, neste caso, isto equivale a dizer que os paisanos estancieiros citados por Artigas mobilizavam, por sua vez, os ‘seus paisanos’ peões.

³³⁶ Idem.

³³⁷ Some-se a isto o fato de que autoridades militares de Montevideú buscaram fazer o mesmo para combater Buenos Aires, ou seja, recrutar homens vagos e mal entretidos, como se dizia na época.

³³⁸ AA. Tomo VI, p.76.

Um olhar despercebido às ações dos indígenas impõe sérios limites a uma compreensão mais profunda sobre as origens do processo de independência da Banda Oriental que hoje é o Uruguai. Ao subdimensionar sua participação no contexto inicial de emancipação do país, compromete-se o entendimento em espectros mais amplos da história do espaço platino nos princípios do XIX em sua relação com o mover-se de mundos, terras e gentes.

Derrotado pelas milícias formadas por Belgrano e paisanos, o vice-rei Elío solicitou a mediação de Portugal para o conflito com Buenos Aires. Outro exército, desta vez com a alcunha de ‘pacificador’, sob o comando de Diego de Souza, foi enviado para conter a ‘desordem’ e os avanços das marchas em curso nos campos orientais. Portugal, em parte pressionado pela Inglaterra para manter relações amistosas com a Espanha, e em parte motivado a expandir suas possessões territoriais, aceitou o pedido. A atuação dos exércitos e das milícias portuguesas na Banda Oriental, porém, provocou ainda mais rebeliões e desarranjos. Fazendo uso do pretexto ilegal, segundo Artigas, de perseguir ‘indivíduos soltos’, as partidas portuguesas cometiam “os maiores excessos em toda a campanha”, além de atribuir ao chefe dos Orientais o comando dos tais indivíduos³³⁹.

Nos campos, as invasões e os saques às estâncias acirraram os ânimos dos orientais mais do que as iniciativas pacificadoras acordadas nos gabinetes. De modo geral, pode-se dizer que toda aquela instabilidade e indefinição política trouxeram diversos atores à cena dos acontecimentos. Entre eles, muitos indígenas que atuaram tanto através das oportunidades apresentadas diante das cooptações militares empreendidas pelos governos de Buenos Aires, Assunção e Montevideú, quanto através daquelas apresentadas através do trabalho na agricultura e pecuária. Em vários momentos, as lutas entre os centros de poder eram também as suas próprias, sobretudo, se levarmos em conta que as disputas se davam em territórios habitados e tidos por eles como seus. Vale lembrar também que, geralmente, negociações estabelecidas entre instâncias de poder coloniais e revolucionárias tentavam deixá-los, praticamente, alheios às decisões sobre seus bens, como por exemplo, no caso dos acordos, regulamentos e decretos baixados durante a expedição de Belgrano ao Paraguai.

Pressionado e coagido pelas incertezas sobre o desfecho daqueles conflitos em que tantas forças estavam envolvidas, o governo de Buenos Aires selou um acordo preliminar de

³³⁹ AA. Tomo VI, p. 175.

paz com Montevideu em 7 de outubro de 1811, entregando-lhe a Banda Oriental. Com exceção de alguns membros da oligarquia urbana, os orientais não aceitaram o *armistício de outubro de 1811*, como este acordo foi chamado, e sentiram-se traídos ao entender que o governo de Buenos Aires, outrora tão interessado em seu suporte político e militar, sacrificava seus interesses e seu território ‘devolvendo-o’ a Montevideu. Apenas três dias depois de firmado o acordo entre os governos das capitais, *vecinos* proclamaram Artigas como *Chefe dos Orientais*, reunidos em Assembleia pública, através de voto direto.

José Gervasio Artigas, personagem fundamental para compreender e situar com mais clareza os lugares indígenas na formação daquele espaço social, era um homem do campo, como afirmam alguns de seus contemporâneos e autores de tempos posteriores³⁴⁰. Não era afeito à vida urbana. Em contrapartida, tinha um conhecimento profundo sobre a zona rural e seus habitantes. Durante sua trajetória como militar atuou em áreas de fronteira, no posto de soldado blandengue. Conviveu e adquiriu hábitos rudes, às vezes diferentes e às vezes similares àqueles que aprendeu em seus primeiros anos de vida como filho de uma família da elite montevidense; afinal, se setores abastados cuidavam os modos civilizados no espaço urbano, praticavam atos bárbaros no campo. Segundo ele, reportando-se às autoridades de Montevideu em 1803, “seguidamente (...) castiguei aos índios, prendendo vários, matando outros e tirando-lhes muitos cavalos”³⁴¹. Entretanto, ao longo do tempo, parece ter conciliado, de modo particular naquele contexto, o aprendizado no contato com distintas gentes. A experiência de Artigas começava a fazer dele um destacado intermediário entre interesses conflitantes e talvez, um cooptador de aliados com histórias próximas à sua, com amplo trânsito por espaços fronteiriços e grande capacidade de mover-se na hierarquia social. O general foi visto por alguns como:

(...) uma espécie de semi-selvagem, com uma vigorosa inteligência natural, taciturno, mas agudo em suas observações quando lhe ocorria falar. Não usava nenhum uniforme ou sinal de distinção e se alojava numa carreta, cuidando-se pouco dos refinamentos ou comodidades da vida civilizada, à qual, em efeito, nunca havia estado muito acostumado. Sua vida havia

³⁴⁰ Por exemplo, ROSSI, E. V. **Más datos sobre Artigas**. Canelones: Edição auspiciada pela Intendencia Municipal de Canelones, 1987; CÁCERES, R. de. *Escritos Históricas de la época de la Patria Vieja*. **Revista Histórica**. Tomo XXIX, Montevideu, 1959; PALACIO, M. F. *Révolutions de l'Amérique espagnole, ou Récit de l'origine, des progrès et de l'état actuel de la guerre entre l'Espagne et l'Amérique Méridionale. Par un citoyen de l'Amérique espagnole*. [Tr. de l'anglais, Paris: 1819]. **Biblioteca de Impresos Raros Americanos**. Montevideo: Publicación Comemorativa del segundo centenario del nacimiento de Artigas (1764-1964), 1964.

³⁴¹ AA. Tomo II, p. 31. In: PÉREZ apud FREGA; ISLAS, 2001, p.241.

passado nas lhanuras e tinha aversão a viver nas cidades assim como as restrições da sociedade educada. (...) vive com a mesma comida, e da mesma maneira que os gauchos que o rodeiam, não sendo ele mesmo na verdade nada mais que um gaucho³⁴².

Após discordarem dos arranjos feitos entre Montevideu e Buenos Aires, gauchos e outros habitantes do campo, cujos hábitos foram percebidos através de complicados parâmetros capazes de medir gradientes de selvageria, iniciaram um notável deslocamento espacial pelos campos da Banda Oriental, liderados por José Artigas.

O ‘Êxodo de 1811’ chama atenção tanto pelo desafio prático de uma empresa que trasladou, numa marcha, milhares de pessoas; quanto pelos significados políticos da adesão dessas gentes. Este extraordinário deslocamento gerou registros valiosos, como o “Padrón de las familias emigradas de la Banda Oriental, q. siguen a el Exto. Del m. ° del Sr. Coronel D. José Artigas, sin comprenderse a los dependientes de ellas empleados actualmente en el Servicio de Armas”³⁴³. O *Padrón* é um censo sobre o movimento de famílias orientais e do exército liderado por Artigas em direção a um lugar no território de Entre-Ríos, em Ayuí. O registro integra um dos conjuntos documentais organizado e disponibilizado através do Arquivo Artigas, um espetacular acervo disponível on-line³⁴⁴. O censo, que lembra um registro paroquial, além de dados quantitativos, conta com observações importantes de José Artigas. Vários outros registros da época fazem menção aos números que constam no documento que parece ter sido encomendado por Artigas. Contudo, não foi possível localizar por quem ele foi escrito, se se tratou de um registro feito por um ou mais párocos que acompanharam a marcha, ou se foi feito por outras pessoas que secretariavam e administravam a marcha, dando e recebendo notícias de Buenos Aires, Montevideu e outros lugares nas cercanias por onde os orientais passavam.

De todo modo, o censo do êxodo traz dados impressionantes sobre a locomoção/remoção de cerca de oitocentas e oitenta famílias, aproximadamente quatro mil e trinta pessoas, que realizaram uma longa jornada rumo a Entre-Rios. Sem dúvidas, as

³⁴² BRACKENRIDGE, E. M. Artigas y Carrera. Viaje a América del Sur hecho a orden del Gobierno Americano em los años 1817-1818. *Revista de la Universidad de Buenos Aires*. 2ª serie, seção VI. Tomo I, Buenos Aires, 1924, p. 121-122 apud RIBEIRO, 2011.

³⁴³ AA. Tomo VI, p. 98-154.

³⁴⁴ Disponível em <http://www.bibliotecadelbicentenario.gub.uy>.

informações são ricas e os dados merecem estudos mais detidos e apurados. Mesmo assim, acredito que uma breve apreciação qualitativa de dados quantitativos é capaz de oferecer uma outra perspectiva sobre o “êxodo de 1811”, especialmente em relação às famílias indígenas. Afinal, em meio aos números e nomes trazidos pelo censo chama atenção a presença marcante dos indígenas. São mulheres, crianças e homens com sobrenomes guaranis, entre eles viúvos e viúvas, pais e mães de família, órfãos, que migraram acompanhando a marcha do exército.

A primeira informação que salta aos olhos, para os propósitos desta pesquisa, é que o censo permite afirmar, de maneira incontestável, que indígenas fazem parte das famílias que realizaram o ‘êxodo de 1811’. Ligada a esta primeira, está outra igualmente importante: muitos dos indígenas que migraram tinham família. Ainda que homens indígenas fossem tomados como paisanos, homens soltos e gauchos, (o que de fato também podiam ser), o censo revela que alguns deles se deslocavam acompanhados de um núcleo familiar. Mais evidente para alguns leitores e menos para outros, é necessário ressaltar que esta é uma informação cara, pois geralmente, indígenas costumam ser vistos e interpretados, exclusivamente, a partir do seu pertencimento étnico, como se não possuíssem famílias e como se fosse possível hierarquizar relações sociais pautadas por traços identitários e laços de parentesco³⁴⁵.

Os sobrenomes de origem guarani presentes entre as famílias orientais trazem dados inesperados para os referenciais historiográficos que durante muito tempo vincularam a circulação dos guaranis apenas à região missioneira³⁴⁶. As famílias indígenas que migraram, no entanto, partiram da Banda Oriental em direção a Entre-Rios. Isso demonstra que os indígenas se movimentaram por um espaço mais amplo do que o missioneiro. Além disso, constituíram famílias que acumularam ou não bens materiais e construíram redes de relações fundamentadas pela pertença étnica ou pautadas para além delas. As viúvas Petrona Arayú e Maria Pasqualina Arayú, por exemplo, aparecem próximas uma da outra no censo. Pode ser que fossem mãe e filha. A primeira possuía uma carruagem, e a segunda vinha acompanhada

³⁴⁵ Modos sociais de organizar núcleos familiares indígenas costumam ser (ainda hoje) distintos da maneira ocidental, tomada como convencional. Mesmo assim, não parece demais lembrar que indígenas também pertencem a famílias, e não apenas a etnias.

³⁴⁶ Por exemplo, PORTO, A. **História das Missões Orientais do Uruguai**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1943; FLORES, 1990.

de uma filha. Já a família de Antônio Arendú e Maria Manuela não possuíam carruagem, como a maioria das famílias indígenas que constam no censo. Em contrapartida, Antônio Largo e Maria Payayú possuíam duas carruagens. Jacinto Guirapotu (provavelmente Guirapoty) e Maria Francisca Arayé não tinham filhos e vinham sem carruagem, assim como Ipólito Tiraparé e Catalina Guayeri. Baltazar Zamandú (provavelmente Iamandú) e Josefa Ñagatu se locomoviam com uma carruagem e tinham dois filhos. Manuel Pairé e Ana Silva, dois filhos, sem carruagem. Pedro Lucas e Maria Payré vêm acompanhados de dois filhos, duas filhas e um escravo, sem carruagem. Inácio Cariyú e Rafaela Iri têm uma carruagem e um escravo. Em conjunto, o que estes exemplos e tipos de informações trazidas pelo *Padrón* sobre número de filhos, carruagens e escravos podem nos dizer?

Eles trazem uma gama de aspectos interessantes sobre as famílias indígenas e suas relações sociais. Pode-se comparar o que tinham em semelhança e diferença com as demais famílias. Observamos, por exemplo, homens indígenas casados com mulheres sem sobrenome ou sem sobrenome indígena, dado que revela a possibilidade de casamentos interétnicos. Tais matrimônios não são uma novidade, nem para os tempos coloniais e pré-coloniais, tampouco para esse período de mudanças de regime político. Contudo, no censo podemos observar uniões matrimoniais e relações interétnicas ligadas ao poder aquisitivo das famílias. Assim, há uma maior quantidade de mulheres indígenas casadas com homens com sobrenome não indígena pertencentes a famílias com bens materiais e escravos, do que mulheres indígenas casadas com homens indígenas ou mulheres não-indígenas casadas com homens indígenas e com posses. Isto também não é uma novidade: em sua maioria, indígenas costumam possuir menos bens ‘materiais’ do que mestiços e ‘brancos’. Por outro lado, há famílias não-indígenas com perfil de posses muito parecido com as indígenas. Traço mais comum entre as famílias indígenas e não-indígenas que migraram está, por exemplo, no fato de estarem acompanhadas mais por filhas do que por filhos. Isso demonstra que os homens, fossem índios ou não, poderiam estar envolvidos em atividades para além do deslocamento, ao menos, nos momentos em que o censo foi realizado.

Cerca de trinta e sete famílias são indígenas, se tomarmos como referência o sobrenome para atribuir identidade étnica. Estiveram entre tantas outras que integraram o movimento de migração. Suas famílias nucleares possuíam características em comum com as demais, assim como interessantes traços distintivos, por exemplo, o fato de que a maioria

esmagadora das famílias indígenas não possuíam escravos. Contudo, é preciso esclarecer que pode-se dizer isso apenas para aqueles tomados como índios a partir do sobrenome indígena, porém, para os demais núcleos familiares, torna-se um pouco mais controverso estabelecer relações entre posses e critérios de identidade étnico-social. Ou seja, os números que se pode abstrair do Padrón não são exatos, pois uma família poderia não ter sobrenome indígena e ser indígena, sobretudo naquele contexto de revoluções e mudanças sociais. Assim, é preciso deixar claro: o que se procura oferecer na análise deste documento é um cotejo qualitativo de dados quantitativos.

Vejam os exemplos dos casais Pedro Lucas e Maria Payré e João Francisco Armada e Bernardina Gomez. Ambos possuem um escravo. A julgar pelo sobrenome, observamos que Maria Payré é índia, senhora de um escravo; mas não podemos afirmar, também tomando como referência o sobrenome, que Bernardina Gomez é uma senhora de escravo não-indígena ou uma senhora de escravo índia. Poderia ser ambas. Queremos com isso ressaltar dois pontos que parecem cruciais para se levar em conta na análise desta fonte. Primeiro, a observação não escrita e não evidente – mas procedente – de que nem todos os que foram arrolados e não possuem sobrenome indígena podem ser tomados, *a priori*, como não-índios³⁴⁷. Nesse sentido, como pontua Vânia Losada, a historiografia e a antropologia tem demonstrado que “*os grupos étnicos e suas fronteiras não desaparecem, necessariamente, pela maior mistura biológica e cultural*”³⁴⁸. A historiadora pondera que os casamentos mistos podem facilitar os processos de homogeneização cultural, porém, o impacto da miscigenação no processo de desorganização da vida social dos grupos indígenas deve ser

³⁴⁷ Lembremos dos exemplos de Manoel dos Santos Pedroso, Gabriel Ribeiro de Almeida e José Borges do Canto, cujas experiências foram interpretadas no capítulo 1. As mães dos dois primeiros eram índias, e o último foi considerado mestiço num dos registros pelo convívio e laços estreitos com charruas e minuanos na campanha, e não pela ascendência materna. Além disso, devemos levar em conta algumas considerações a respeito do entendimento de ideias sobre assimilação e conceitos como aculturação. De acordo com Christina e Brian Turner, “*aculturação é inerentemente relacionada ao conceito de etnicidade, e em alguns casos, ao do etnonacionalismo. Por etnonacionalismo, entendemos a identificação psicológica de pertença a um grupo étnico que merece seu próprio Estado-nação independente*”. Lembramos ainda, como veremos neste capítulo e no seguinte, que grupos indígenas costumavam ficar à parte nos projetos de constituição de espaços políticos independentes engendrados em gabinetes. TURNER, C. B.; TURNER, B. The Role of Mestizaje of Surnames in Paraguay in the Creation of a Distinct New World Ethnicity. *Ethnohistory*. 41:1 (Winter), 1994: American Society for Ethnohistory, p. 140.

³⁴⁸ MOREIRA, V. M. M. Territorialidade, casamentos mistos e política entre índios e portugueses. *Revista Brasileira de História*, v. 35, n. 70, 2015, p. 19.

avaliado com cautela pois opera também como fator de absorção de valores, costumes e diversos traços indígenas pelo mundo colonial:

As alianças matrimoniais instituídas pelos índios sempre foram um elemento muito importante em sua organização societária. Embora as regras matrimoniais pudessem variar bastante nas diferentes sociedades indígenas, entre os índios o casamento raramente era assunto exclusivo dos próprios nubentes, envolvendo também os interesses de suas famílias e, em um patamar mais elevado, dos grupos sociais dos noivos. Por meio dos casamentos, construía-se novas solidariedades e alianças entre famílias, linhagens, parentelas e aldeias ou fortaleciam-se e consolidavam-se laços tradicionais de colaboração³⁴⁹.

Segundo, a observação escrita que consta ao final do Padrón, tão importante quanto as numerosas páginas anteriores cheias de dados contábeis: muitas famílias e homens soltos não foram arrolados ou por estarem mais afastados, ou em trânsito, em contínuas idas e vindas em relação ao agrupamento que realizava o êxodo. Conforme Artigas, o censo:

(...) não compreendeu um número considerável de famílias por achar-se distantes as carruagens, nem os homens soltos agregados a elas e empregados em cavalcadas: por um cálculo acertado/concertado/aproximado ascendem a cem as carretas que não se têm expressado ademais de outras que vão chegando de novo de vários pontos da costa do Uruguai³⁵⁰.

Muitas das famílias não foram contabilizadas devido às dificuldades próprias de grandes deslocamentos humanos. Pode-se perceber os imprevistos com que elas tiveram que lidar, através da observação trazida pelo censo. As constantes idas e vindas de famílias e homens soltos que trabalhavam no deslocamento, na lida com cavalos, e a de outras que se incorporavam à marcha. Tais aspectos conjunturais tornam os números variáveis difíceis de apurar: dispersão, desistência, adesão, nascimentos e mortes. O chefe dos orientais noticiou, reiteradamente, infortúnios vividos por famílias que realizaram a marcha. Contou, por exemplo, que na travessia do rio Uruguai, após um temporal com chuvas e ventos fortes, “se afogaram meninos e duas famílias completas perdendo-se algumas numerosas carretas sem poder se evitar”³⁵¹.

³⁴⁹ IDEM, 2015, p. 21.

³⁵⁰ AA. Tomo VI, p. 154.

³⁵¹ AGNA. Sala X, 1-5-12, Salto do Chico, 25 de abril de 1812.

O êxodo de 1811 não foi uma empresa fácil. Certamente, as gentes que decidiram ou foram obrigadas a realizá-lo sabiam dos riscos inerentes ao deslocamento e dificilmente estiveram plenamente satisfeitas com a alternativa de deixar a Banda Oriental rumo ao Ayuí. Ao mesmo tempo, não estavam de acordo com as negociações estabelecidas entre Montevideu e Buenos Aires. Para os que tiveram escolha, ir certamente pareceu mais acertado do que ficar. Entre as tantas notícias de Artigas à Junta de Buenos Aires com o propósito de justificar o porquê de tanta gente o acompanhar, algumas foram feitas com certa insistência:

(...) não tenho achado modo de dizer a elas [as famílias] que deixem de seguir este exército (...) chegaram até a oferecer-me suas vidas entre os soldados antes que resolver-se a abandonar seus padres, esposos, principalmente nas circunstancias em que seu afeto e o amor à sua liberdade davam a **assinalar marchar a preparar seus antigos lugares com o preço de seu sangue** (...) não tenho podido contestá-las e a maior parte delas **passaram ao [outro lado do rio] Uruguai**. Não há remédio, seguirão conosco, mas repito a V. Ex., nada influirão nas operações a que estou determinado, nem a menor consideração feita a elas será capaz de entorpece-las, nem tirar-lhes, (...) [d]a atividade³⁵².

Havia famílias para as quais a assertiva de marchar rumo aos “seus antigos lugares” era carregada de significados e dotada de sentidos, afinal, não nos esqueçamos que parte do exército artiguista era composta por índios vindos de território missioneiro, recrutados por Belgrano. As terras do outro lado do Uruguai poderiam ser entendidas por eles como seus antigos lugares. A determinação em acompanhar o exército, embora fosse uma atitude que parecia generalizada entre as famílias orientais, talvez tivesse tido início no deslocamento espacial que trouxe o exército de Belgrano para aquelas bandas. Conforme os historiadores Machón e Cantero, “Belgrano não tinha bom conceito dos guaranis missioneiros e dizia que não eram muito aptos como soldados, devido, sobretudo, a que insistiam em levar suas famílias durante as campanhas, o que dificultava os movimentos das tropas”³⁵³. Se Belgrano desconsiderava a aptidão dos guaranis como soldados, não podemos afirmar. Contudo, ele idealizou e acompanhou a formação dos Corpos das *Milícias Patrióticas de Misiones*. Além disso, estabeleceu no *Regulamento para os Naturais de Misiones* que tais Corpos seriam

³⁵² AGNA. Sala X-1-5-12, Salto do Chico, 10 de abril de 1812.

³⁵³ MACHÓN; CANTERO, 2006, p. 42-43.

formados “com os conhecimentos que se adquiram da população”, revelando que sabia que os naturais não eram ignorantes em matéria de assuntos e lidas militares. De fato, é recorrente nas fontes a menção sobre famílias indígenas integrarem milícias e, principalmente, acompanharem exércitos militares regulares. Apesar de o ‘êxodo’ ser um evento de natureza singular, dadas as condições de contexto em que ele se deu, podemos perceber que acompanhar o exército em deslocamentos espaciais de longa distância não era, exatamente, um feito inédito para famílias indígenas. De acordo com Oddone:

(...) os 6000 gauchos orientais com que chegou Artigas ao Ayuí vieram a incrementar seu número [de quatro mil, conforme o censo] com a adesão dos ‘paisanos’ entrerrianos e correntinos e dos **contingentes indígenas misioneiros incorporados aos grupos de charruas e minuanos que precediam sempre a marcha do exército artiguista**³⁵⁴.

O alerta da historiadora está em consonância com as observações feitas por José Artigas ao final do censo. Havia homens soltos acompanhando a marcha das famílias orientais e, por trabalharem em lidas militares ou ligadas às atividades próprias da marcha, como providenciar comida, auxiliar carruagens na travessia de acidentes geográficos de mais difícil transposição (como baixadas e subidas e mesmo arroios e rios), não foram arrolados nos dados do censo. Isto traz aspectos interessantes no cruzamento de dados. Além das famílias indígenas com sobrenome guarani presentes no censo, participaram da marcha indígenas charruas e minuanos. O total de pessoas que consta no censo soma quatro mil e trinta e uma. Artigas chegou ao Ayuí com cerca de seis mil. Não podemos apurar, em termos percentuais, quantos daqueles sujeitos eram indígenas guaranis, charruas e minuanos. Mas o ‘chefe dos orientais’ assegurou que faziam parte da marcha:

Toda a banda Oriental me segue em massa, resolvidos todos a perder mil vidas antes que gozá-las na escravidão: **os índios infieis, abandonando suas tolderias, inundam a campanha apresentando-me seus bravos esforços para cooperar à consolidação do nosso grande sistema.**³⁵⁵

As palavras e expressões escolhidas por Artigas são enfáticas. Conforme esta e outras correspondências, em repetidas ocasiões os índios ofereceram suas vidas. As famílias, segundo os registros, estavam dispostas a marchar com o exército mesmo que o preço fosse

³⁵⁴ ODDONE apud FREGA; ISLAS, 2001, p.69.

³⁵⁵ AA. Tomo VI. José Artigas a Elias Galván. Quartel-general em Arroio Negro, 14 de novembro de 1811. p.31

“seu sangue”. Recursos retóricos podem mascarar informações, como pudemos ver através do Regulamento de Belgrano, mas não podem ficar, de todo, à parte das interpretações, pois certamente, servem a um propósito. Ao que parece, Artigas tentava amenizar todas as reservas que pudessem haver quanto à presença de indígenas no trabalho militar, através de elogios e da expressa valorização dos seus feitos. Empenhava-se em desfazer pré-julgamentos e evitar possíveis entraves à prestação dos seus serviços, tanto por parte do governo, quanto por parte da população em geral. Uma hipótese possível é que, no convívio de longa data com os índios e em face daquela situação particular, vislumbrou a diferença que o apoio e o trabalho deles poderiam fazer. Se foi assim, o raciocínio parece ter sido certo.

Em discussões travadas entre o governo de Buenos Aires e José Artigas em 1812, as discordâncias entre a utilidade dos serviços prestados pelos índios e o empecilho provocado pela marcha das famílias orientais aparecem eminentemente conectados. Autoridades portenhas consideraram a presença das famílias um obstáculo à mobilidade e direção do exército e sua recomendação ao general era empregar “toda a sua prudência e zelo em remover os que estejam ao seu alcance”³⁵⁶. Em várias respostas ao insistente pedido do governo em afastar as gentes que não faziam parte do exército regular, mas estavam integradas à marcha, Artigas argumentou que soldados e voluntários indígenas eram continuamente chamados para vigiar a fronteira e correr os campos, que observavam os movimentos do inimigo, alertavam sobre ataques e recuperavam bens e animais roubados³⁵⁷. Houve episódios em que indígenas surpreenderam portugueses roubando gado, atravessando-o pelo rio. Em um deles, recuperaram o gado e conseguiram um novo barco para o povo de Concepción, tirado dos portugueses³⁵⁸. Artigas se mostrou satisfeito e ordenou outras partidas dos povos missioneiros de Concepción, Apóstoles, Santo Tomé e Yapeyú. Isto é, em outras palavras, a resposta de Artigas às recomendações e pedidos vindos do governo de Buenos Aires era não. Não removeria as partidas irregulares que integravam a marcha e o acompanhavam em outros deslocamentos. E a negativa foi contundente, pois, além disso, Artigas solicitou ao governo da capital a aprovação para a promoção de sete índios para

³⁵⁶ AGNA. Sala X, 1-5-12. Salto do Chico, 20 de abril de 1812.

³⁵⁷ AGNA. Sala X, 1-5-12. Salto do Chico, 29 de abril de 1812.

³⁵⁸ AGNA. Sala X, 1-5-12. Povo de Apóstoles, 21 de janeiro de 1812.

cargos militares. Pela “intrepidez e desempenho do cabo Francisco Payeyú se premiou nomeando de sargento”³⁵⁹. Dom Ignacio Mbaibé e Dom Francisco Iaguaçu também foram encarregados com os postos de capitão e tenente de outra partida que seria realizada para patrulhar os campos, juntamente com Dom Miguel Angelo, Dom José Matias Abucú e Dom Andrés Araxó. Índios de Santo Tomé apresentaram-se como voluntários, de acordo com o documento, para serem carabineiros e seu tenente seria Dom Leandro Guayucari. É interessante observar que apenas um indígena entre aqueles que tiveram seus nomes mencionados, não possuía o título de dom. A indicação do cabo Francisco Payeyú para o cargo de tenente, no entanto, aparece em destaque através da referência à sua ‘intrepidez e desempenho’, feita em particular. Isso nos remete à importância estratégica das alianças firmadas com as lideranças indígenas, capazes de agregar significativos contingentes acostumados com as lidas militares e pecuárias na campanha, por um lado. Por outro, alude ao reconhecimento das habilidades de trabalho de indígenas que não eram lideranças, mas poderiam se tornar uma delas, diante daquele cenário.

Celedônio José de Castillo, subdelegado do departamento de Concepción, justificou a iniciativa de Artigas de promover aqueles aliados e explicou “ao superior governo das Províncias do Rio da Prata” que somente com aquela ação os índios “entenderão o respeito e apreço com que Vossa Excelência se digna a tratá-los, e quer protegê-los”³⁶⁰. Não precisamos deixar de lado a capciosa questão sobre indígenas serem protegidos ou protetores naquele contexto, afinal, acredito que esteja claro para o leitor que onde não havia um exército regular, bem estruturado, indígenas supriram com sua mão de obra necessidades militares na lida com cavalos, gado e armas. De todo modo, é possível lançar mais luzes sobre isso.

Nos dizeres de Celedonio Castillo, a dom Antonio Morales não se podia negar a justiça. Ele foi o único nome não-indígena indicado para a ocupação de um cargo militar. “É que como inteligente no idioma desses naturais”, Antonio Morales mediou as negociações feitas entre os índios e os militares. Dali em diante, pelo fato de falar o guarani, ficaria encarregado do quartel de Concepcion, sob as ordens do subdelegado do departamento homônimo, Celedonio Castillo.

³⁵⁹ Idem.

³⁶⁰ AGNA. Sala X, 1-5-12. Povo de Apóstoles, 21 de janeiro de 1812.

De certa forma, autoridades políticas e militares em atividades nos campos (e não apenas nos gabinetes), como Celedonio Castillos e José Artigas, buscavam convencer o governo demonstrando a eficácia das ações indígenas em tom que parecia pouco aberto a contestações. Artigas afirmou que não estava ao alcance dos portugueses conter “*um grande número* de paisanos soltos [que] correm armados toda a campanha”. Aqueles “homens vagos que se acham às minhas ordens”, estavam em número e conduta tal, que não se achava “meio de ocultar-se”, pontuava o chefe dos orientais ³⁶¹. Com tal afirmação, ele informava ao governo de Buenos Aires que tinha sob seu controle, com a ajuda dos homens vagos, as terras de fronteira que os inimigos poderiam tomar a qualquer momento, aliás, como aconteceu em 1801.

O prestígio e o comando de Artigas naquela região colocavam as gentes aliadas a ele em outras posições políticas e sociais, como veremos com exemplos mais singulares no capítulo seguinte. Todavia, não se tratou apenas dos serviços realizados pelos indígenas, o que já seria o bastante, mas também do uso dos seus bens e dos seus conhecimentos durante aqueles tempos de revoluções. Celedonio Castillo informou ao governo de Buenos Aires, sem o uso de meias palavras, que os índios “se hão entusiasmado em termos que, geralmente, anseiam a ser úteis à Pátria *com suas pessoas e fazendas que tem franqueado custos[...]*”³⁶². Isto é, indígenas auxiliavam no deslocamento das famílias e do exército de Artigas através do uso dos seus bens. Suas gentes e animais também custeavam a marcha. O domínio e o conhecimento sobre aquelas terras era necessário para escoltar e prover as famílias, sobretudo com carne de gado, neste caso, oriunda de estâncias missioneiras. Na documentação é bastante comum encontrar indígenas trabalhando como peões. Ao longo dos tempos, as populações indígenas da região platina, fossem elas guaranis, charruas ou minuanos se inseriram de diferentes formas nas sociedades de criadores, consumidores e comerciantes de gado vacum e cavalar. Dominavam técnicas de carnear os animais e maneiras de preparar e acondicionar o alimento. Sabiam também como trabalhar o couro e estiveram enormemente envolvidas em seu comércio. Por repetidas vezes, o trabalho, o conhecimento e os bens dos indígenas estiveram atrelados ao serviço do exército regular e das milícias. Mariano

³⁶¹ AGNA. Sala X, 1-5-12. Salto do Chico, 27 de fevereiro de 1812. Os três últimos trechos foram retirados desta fonte.

³⁶² AGNA. Sala X, 1-5-12. Povo de Apóstoles, 21 de janeiro de 1812.

Yanambú e Pascoal Yaparé, entre outros indígenas, achavam-se “empregados na carneada e boiada”, “destinados ao cuidado do gado de consumo diário”³⁶³ do regimento de granadeiros do quartel de Salto do Chico, por exemplo. Nos dizeres de Artigas, animais e peões eram “absolutamente indispensáveis para a mobilidade deste exército”³⁶⁴. E era por isso, continuava, que empregava “diariamente oficiais para em distintos pontos do território (...) praticar estes estoques”³⁶⁵.

A esta altura, o armistício de outubro de 1811 não mais vigorava. A junta havia sido desfeita e o governo em Buenos Aires era exercido por um Triunvirato. Preocupado com o poder que Artigas acumulava, o Triunvirato nomeou Manuel de Sarratea como chefe do exército e capitão da Banda Oriental do Paraná e o enviou para o local. Sarratea levantou acampamento a cerca de uma légua de distância do acampamento de Artigas e o informou que “a praça de Montevideú, como a V.S. não pode ocultar-se, é centro da força inimiga e esperança dos contrários de nosso sistema”³⁶⁶. Por essa razão, ordenou que Artigas mantivesse “em todo seu vigor”, ressaltou, a atenção “sobre a vila de Belém e povos de Misiones. A negociação entabulada entre nosso governo e a corte do Brasil é garantida em nome do gabinete britânico por seu plenipotenciário”³⁶⁷.

Os povos missioneiros e seus arredores estavam no coração das disputas territoriais e diplomáticas entre Portugal e Espanha na região platina. Apesar do plenipotenciário do gabinete britânico junto à corte do Brasil, Lord Strangford, assegurar a manutenção das relações amistosas naquela zona fronteiriça, Artigas havia sido instruído a dirigir-se ao Povo missioneiro de “Santo Tomé onde deve fixar sua residência por ser o ponto de mais importância na costa do Uruguai, com (...) trinta paisanos”³⁶⁸. Autoridades dos gabinetes de Buenos Aires acrescentaram observações relevantes que permitem perceber a posição primordial que os múltiplos tipos de apoio prestados pelos indígenas ganhavam nos arranjos feitos entre as autoridades políticas: “Será de primeiro cuidado de V.S., logo que se posicione naquele destino [Povo de Santo Tomé], organizar a força militar, disciplinar e colocá-la em

³⁶³ AGNA. Sala X, 1-5-12. Acampamento de Vanguarda /Salto do Chico, 25 de julho de 1812.

³⁶⁴ AGNA. Sala X, 1-5-12. Salto do Chico, 23 de julho de 1812.

³⁶⁵ Idem.

³⁶⁶ AGNA. Sala X, 1-5-12. Salto do Chico, 03 de agosto de 1812.

³⁶⁷ Idem.

³⁶⁸ AGNA. Sala X, 1-5-12. Buenos Aires, 14 de novembro de 1811.

estado de obrar sob o regime que corresponde, *procurando endireitar a gente inútil e distinguir ao benemérito*". Atentos às consequências bélicas e à instabilidade dos governos, argumentaram que "não é superior o terror das armas, [tendo] em sua vista as dificuldades da guerra, a sedução manejada de um modo destro e conseqüente, facilita infinitas ocasiões e traz vantagens incalculáveis", sobretudo quando "V.S. se acerca às fronteiras de um solo inimigo somente pela diferença accidental de seu idioma e vassalagem"³⁶⁹. Embora o 'terror das armas' fosse menos capaz de impor vantagens do que outros meios persuasivos, de acordo com as ponderações feitas naquela missiva, poucos dias depois os gabinetes de Buenos Aires deram novas ordens a Artigas. Recomendaram-lhe "o mais vivo interesse na inquisição" dos índios de Santo Tomé:

(...) procure mandar oficiais, entre os que possam servir daqueles naturais, para fábrica de fuzis. O progresso e perfeição da fábrica de armas é um dos principais objetos da atenção deste governo, V.S. conhece toda sua importância e sendo possível que entre esses naturais se encontrem alguns oficiais hábeis na construção de saberes de fazer o fuzil, convém muito se esforce V.S. em persuadir ao efeito seu traslado a esta capital (...)³⁷⁰.

Enquanto isso, o subdelegado do povo missioneiro de Yapeyú informava a Buenos Aires que "o caráter desta gente é mais bem para militar que para lavradores, pois eles se adornam de gorros e cartucheiras sem necessidade de dinheiro"³⁷¹. Sugeriu que se formalizasse uma força militar, ainda que como "algum pé do exército". Mesmo tendo afirmado que os índios não necessitavam de dinheiro para pegar em armas, solicitou "algum soldo para seu descanso e maior adiantamento nestas províncias, que nos serão muito úteis"³⁷². Seguiu, firme em seu propósito de integrá-los ao exército:

(..) assinando-lhes um soldo e vestuário e com curto socorro que seja de mensal, serão os verdadeiros soldados, pois com uma curta ração de carne, sal, erva e tabaco estão unidos a uma voz minha e que para este curto socorro dessas necessidades e vestir aos desnudados tive que vender o resto de fazenda de minha casa que me deixaram os portugueses no povo de Yapejú, afim de que não se extraviem³⁷³.

³⁶⁹ AGNA. Sala X, 1-5-12. Buenos Aires, 14 de novembro de 1811. Os três últimos trechos foram extraídos deste mesmo documento.

³⁷⁰ AGNA. Sala X, 1-5-12. Buenos Aires, 19 de dezembro de 1811.

³⁷¹ AA. Tomo VI, p. 61.

³⁷² Idem.

³⁷³ Idem.

Arrematou, anunciando que enviara à autoridade máxima do governo bonaerense, através de um representante, um presente fabricado pelos índios,

(...) uma espada feita por natural deste povo, ainda que isto sem nenhum auxílio das ferramentas necessárias, e materiais; está armando este povo de espadas, e fica fazendo uma chave nova de fuzil para ter a honra de presenteá-la a V. Ex. Estes são dois naturais mestres, que não ignoram deixar peça alguma a nenhuma arma, e eu tenho posto sete jovens que estão demasiado adiantados na faculdade, pelo que suplico a vossa excelências se sirvam assinar algum soldo para seu descanso³⁷⁴.

Pode ser que armados e disfarçados com alguns objetos dos quais se adornavam e com outros que há tempos sabiam forjar e manipular, muitos sujeitos indígenas corressem armados por toda a campanha. Assim, podiam circular por seus territórios com certo consentimento de uma ou outra autoridade representante dos interesses de Portugal, de Buenos Aires e de Montevidéu. Com isso, tratavam de cuidar dos seus próprios interesses. Por certo, poderiam fazê-lo sem tal consentimento, como de fato muitos o fizeram, porém, isso implicava perigo constante para as suas vidas e a de suas famílias. Não nos esqueçamos de que houve recrutamento forçado e voluntário de indígenas para integrarem forças militares regulares e milicianas. Em que pese as ameaças à sobrevivência física e cultural às quais os indígenas estiveram submetidos, todo o zelo e cuidado por parte dos governos de Montevidéu, Buenos Aires e Brasil (além das potências europeias) em estudar as estratégias e as melhores maneiras para intervir política e militarmente naquelas fronteiras da região platina não era à toa. Em situações tão reiteradas quanto distintas, foi preciso que militares orientais, portugueses e portenhos recorressem aos indígenas. Em certa ocasião, na impossibilidade de distinguir se disparos teriam partido de carneadores, soldados ou portugueses, por exemplo, Artigas parece não ter matutado duas vezes e assumiu: “mas sem embargo de tudo quanto me encarrega, (...) fiz chamar aos índios”³⁷⁵.

Em meio a todas essas situações que ocorreram durante o deslocamento das famílias orientais rumo ao Ayuí, o número de indígenas que consta no censo parece não corresponder à sua presença e atividade ao longo da marcha. Essa cifra equivale aproximadamente a 4,2 por cento. O choque entre os variados lugares sociais que ocuparam durante aquele evento

³⁷⁴ AA. Tomo VI, p. 61.

³⁷⁵ AGNA. Sala X, 1-5-12. Sem lugar, outubro de 1812.

que durou meses e os dados trazidos pelo censo é sintomático. Assinala, em conjunto com dados que emergem através do cruzamento com outras fontes históricas, que, embora os indígenas tenham ocupado lugares de destaque, a relevância de sua participação aparece aquém da importância que tiveram, se vistos isoladamente ou balizados por perspectivas teóricas e metodológicas que não ultrapassam os espaços estabelecidos por limites ‘nacionais’. Ou seja, é preciso interpretar as atuações indígenas para além dos limites que buscavam se firmar naqueles tempos.

4.6 – “Abandonar esta banda, envolve algo mais que sua lamentável desgraça”: militarização e estratégias indígenas.

Com estas palavras contundentes³⁷⁶, José Artigas notificou os gabinetes de Buenos Aires acerca dos significados políticos e sociais do ‘êxodo de 1811’. Ele viveu e, por conseguinte, testemunhou as dificuldades experimentadas pela gente a quem acompanhava durante a marcha. Considerou a mudança das famílias um infortúnio para aquelas terras. Estancieiros, ‘homens soltos’, gauchos, indígenas, escravos, libertos, todos eles integrantes ou não de famílias orientais, possivelmente tiveram sua ausência sentida naquelas paragens. Mas, para além disso, Artigas julgou que o abandono pelas gentes dos seus lugares envolvia algo mais do que sua lamentável ‘desgraça’. Certamente, a marcha não foi uma empresa fácil. Não por acaso, militares como José Rondeau, cuja experiência militar pregressa no contato com indígenas foi analisada no capítulo 3, continuavam a reportar o estado de desolação que acometia a campanha³⁷⁷. Pessoas padeceram durante a marcha, como vimos. Além disso, migrantes costumam ‘deixar para trás’, junto com o lugar, uma série de relações que nele foram estabelecidas, isto é, mudar de lugar pode envolver outra natureza de padecimentos.

Ainda assim, talvez as palavras de Artigas tenham ultrapassado os sentidos que ele quisesse dar a elas e, neste caso, circular por aquelas bandas envolveu muito mais do que uma suposta lamentável desgraça. Criou novas oportunidades e colocou sujeitos com longo histórico de atuação na região platina em novos lugares, em novas posições sociais. Ao se dispersarem, as gentes também buscaram se integrar aos outros espaços territoriais e sociais

³⁷⁶ AA. Tomo VI, p. 11/31.

³⁷⁷ AA. Tomo VI, p. 12/32.

que lhes serviram de refúgio. As diásporas não se restringiram aos deslocamentos espaciais, conflitos bélicos e dissensões políticas. Senão, vejamos.

Dados do censo do ‘êxodo de 1811’ mostram a presença de índios guaranis entre as famílias que migraram, de modo inegável. Mas, se por um lado os números e nomes deixam claro que sua presença é incontestável, mascaram-na através da complicada representatividade no conjunto geral que os dados quantitativos parecem sugerir. Além disso, o censo não acusa diretamente a presença de índios minuanos e charruas junto ao ‘êxodo de 1811’. Pode ser que fizessem parte das pessoas que não foram arroladas. De toda maneira, através de outros registros é possível ver que estiveram envolvidos com o deslocamento espacial e com outros acontecimentos desencadeados em função dele. O capitão de cavalaria miliciano Antonio Adolfo Charao, ao encontrar-se com um ‘espanhol desertor’ do exército artiguista, obteve a informação de que o general Artigas:

(...) se achava com sua tropa, **cujo número remonta a quatro mil, entre estes cem portugueses, fora trezentos minuanos infiéis**, que a ele estão unidos, tendo somente setecentas e tantas armas, acampado no rincão de Quegüay grande, onde estabeleceu uma ferraria para composição destas armas, e construção de choças e **onde pretendia deixar todas as famílias e bagagens que reuniu na campanha, levando a firme resolução de ir atacar ao sargento-mor Manuel dos Santos, que se acha em Belém e segundo o resultado passará a Misiones**, para cujo destino mandou bombeiros ou espias, com o fim de **averiguar o número de tropas ali existente e convidar aos índios a seguir seu partido**, cuja resposta não será desagradável, tanto pela promessa que os referidos índios lhe fizeram de unir-se-lhe, logo que naqueles pontos aparecesse sua gente, quanto por pouca tropa que ali havia, tentava marchar a por em prática seu plano³⁷⁸.

Poucos dias depois, Gaspar de Vigodet, substituto do vice-rei Xavier Elío, escreveu ao comandante do exército pacificador português D. Diego de Souza. Contou que havia enviado um comissário para observar os movimentos de Artigas. Este lhe inteirou de que o chefe dos orientais havia transposto o rio Uruguai:

(...) com toda a tropa, paisanagem e famílias que lhe acompanhavam, **menos uns trezentos charruas que lhe também lhe seguiam, os quais permaneceram nesta banda oriental e se lhes vão agregando alguns desertores de ditas tropas**. A deserção destas, assegura também Larrobla [o comissário] pelos informes que adquiriu, aumentará ao **número de oitocentos homens de armas, mas repartidos entre as duas bandas e errantes em várias partidas soltas**.³⁷⁹

³⁷⁸ AA. Tomo VI, p. 188. Quartel de Maldonado, 19 de dezembro de 1811.

³⁷⁹ AA. Tomo VI, p. 321. Montevideu, 15 de janeiro de 1812.

Segundo as informações do desertor espanhol, a tropa artiguista remontava a quatro mil pessoas, praticamente o mesmo número que o censo fornece. Ao que tudo indica, o desertor entendeu que as tropas eram compostas pelas famílias e pelo exército, acrescidos de trezentos índios minuanos que seriam convidados a integrar o movimento espacial. Artigas, de acordo com o ex-soldado, esperava uma resposta positiva por parte dos indígenas que haviam prometido unir-se a ele. Já de acordo com o comissário enviado pelo vice-rei Vigodet, não eram trezentos minuanos que acompanhavam a marcha, mas sim, trezentos charruas. Aparentemente uma simples confusão entre os grupos indígenas, os relatos apontam algo mais complicado do que isso. Os trezentos minuanos ou charruas que faziam parte do êxodo permaneceram na banda oriental do rio Uruguai e não chegaram ao destino final no Ayuí, na banda ocidental daquele rio. Isto é, pode ser que, mais interessante do que saber em que lugar os indígenas ficaram, será perceber que continuariam a circular “repartidos entre as duas bandas e errantes em várias partidas soltas”, às quais “lhes vão agregando alguns desertores de ditas tropas”. As gentes, fossem elas indígenas ou não, estavam em contínua interação que, pelo visto, permitia que continuassem circulando entre as duas bandas do rio Uruguai, mesmo num contexto de acirradas disputas e tentativas de estabelecer limites territoriais fixos.

Tentativas de resguardar fronteiras foram claramente frustradas, pelo menos naqueles dias, pelas ações de vários sujeitos, particularmente dos indígenas. Os esforços para regularizar sua mão de obra e os atrair para a esfera de influência de distintos centros de poder geraram uma variedade de relações sociais e de trabalho, incluindo os serviços nas milícias e a peonagem. Modificaram, de modo acelerado, maneiras de fazer e de perceber conflitos e relações interétnicas. Como bem lembraram o arqueólogo José M. López Mazz e o antropólogo Diego Bracco, a palavra êxodo é vinculada a experiências terríveis pelas quais passaram parte da humanidade ao longo dos tempos, e “quase invariavelmente, foi empreendido como única alternativa anterior ao extermínio”³⁸⁰. Entretanto, correlacionados, a revolução de maio de 1810, a expedição de Belgrano ao Paraguai e o próprio “êxodo de

³⁸⁰ BRACCO, D.; MAZZ, J. M. L. Una mirada histórico-arqueológica al éxodo de 1811 apud FREGA; ISLAS, 2001, p. 334.

1811” desencadearam um leque de oportunidades e situações com perspectivas distintas das de extermínio.

Retomando alguns aspectos dos cenários descritos até aqui como forma de arrematar o capítulo, gentes dos povos missioneiros e dos campos da Banda Oriental estiveram expostas a muitas ameaças políticas, econômicas e sociais. Os portugueses, chamados para mediar os conflitos, os acirraram através de investidas em estâncias e apropriação de bens e gados da região de fronteira. Com o rompimento do *armistício de outubro de 1811*, forças de Montevideu passaram a perseguir as famílias que migravam, embora sem muitos resultados. Inconformados com as consequências políticas e comerciais das negociações estabelecidas entre Buenos Aires e Montevideu, algumas famílias empreenderam, sob o comando de José Artigas, esse sujeito com características mestiças, uma grande marcha, num significativo deslocamento espacial rumo à outra banda do rio Uruguai.

As consequências da mobilização política e da movimentação social de pessoas, mediante acordos e desacordos políticos, ultrapassaram as causas dos movimentos espaciais. Afinal, deslocamentos menores, como o do ‘exército de Belgrano’ para a Banda Oriental, e em massa, como o das famílias orientais para Entre-Rios, ampliaram as condições e as oportunidades para o que chamo aqui de *deslocamentos sociais*. Contribuíram para o fracasso ou sucesso dos planos políticos e econômicos da Banda Oriental, de Misiones e de Buenos Aires, mas, para além disso, a circulação de bens e gentes no início daquele decênio marcaria os anos seguintes.

Minuano e charrua, ‘índios infiéis’, como aparecem nos registros, são as etnias indígenas mais comumente evocadas quando o assunto são os aspectos constitutivos da identidade uruguaia³⁸¹. E Guarani é a etnia que alude à identidade paraguaia³⁸². De fato, suas histórias fazem parte das histórias de formação social daquelas bandas, acrescidas também, das histórias de experiências de catequização vividas em menor ou maior grau. Pesquisadores tem chamado a atenção para o fato de que:

(...) a expressão ‘guarani-missioneiro’, empregada tradicionalmente como sinônimo de ‘indígena missioneiro’; ao menos no que respeita ao passado do espaço de fronteira sobre o qual se edificou *la República Oriental del*

³⁸¹ PADRÓN FAVRE, O. **Los Charrúas-Minuanes en su etapa final**. Durazno: Tierradentro, 2004, p. 7-13.

³⁸² TURNER; TURNER, 1994.

*Uruguay, (...) é inadequada porque exclui a outras nações indígenas que se uniram à vida nesses povos*³⁸³.

Nesse sentido, no intuito de valorizar a riqueza das fontes e, ao mesmo tempo, avaliar suas incompletudes e deficiências, é importante ponderar sobre os lugares sociais que os indígenas ocuparam no conjunto documental analisado. O deslocamento de tanta gente que deixou suas casas, suas terras, seus lugares, em função de negociações firmadas em gabinetes tão afastados das suas vidas nas áreas rurais, constitui um dos traços mais definidos da dinâmica daqueles tempos: a mobilidade dos espaços, dos lugares e dos agentes no social. As movimentações espaciais e sociais ocasionadas pela expedição e pelo Regulamento feitos por Manuel Belgrano, a batalha de Las Piedras e o ‘êxodo de 1811’ demonstram que, aos poucos, toda a Banda Oriental, Misiones, as províncias litorâneas e parte da capitania de São Pedro foram se tornando palco de episódios cruciais no processo de formação dos estados nacionais argentino, brasileiro e uruguaio.

³⁸³ BRACCO, D. Los guenoa minuano misioneros. **Memoria Americana**. Buenos Aires, v. 24, n. 1, julho de 2016. Disponível em <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/memoria-americana/article/view/7661>. Acessado dia 26 de maio de 2016. Ver também LÓPEZ MAZZ, J. M.; BRACCO, D. **Minuanos**: apuntes y notas para la Historia y la Arqueología del territorio Guenoa-Minuan (Indígenas de Uruguay, Argentina y Brasil). Montevideo: Linardi y Risso, 2004.

Figura 6 – Povos missioneiros e limites geográficos e territoriais. Pode-se situar as localidades de Curuzú-Cuatí e Mandisoví.

CAPÍTULO 5 – POLÍTICAS INDÍGENAS E INDIGENISTAS NO CONTEXTO DA ASSEMBLEIA DO ANO XIII E DO SEGUNDO SÍTIO A MONTEVIDÉU

5.1 – Breve panorama sobre alianças e desavenças políticas.

Desde outubro de 1812, o governo de Buenos Aires já não era mais dirigido pelo primeiro Triunvirato, e sim, por um segundo Triunvirato. Figuras ilustres com ideais que podem ser entendidos como ‘patrióticos’, como José de San Martín e Carlos Alvear, haviam voltado da Espanha há alguns meses, em março de 1812. Em reuniões secretas com outros membros, numa espécie de loja maçônica chamada Loja Lautaro³⁸⁴, engendraram a substituição do primeiro Triunvirato, de tendências mais conservadoras, pelo segundo, com inclinações mais radicais no que tange à separação dos vínculos políticos e administrativos com a metrópole espanhola e, portanto, com planos de controle mais expressos sobre as demais províncias platinas.

Neste cenário, muitas eram as preocupações do governo de Buenos Aires. Uma das mais patentes era anular a influência de Artigas, cuja postura e trato político não podiam deixar de incomodar: “o centro de poder dos americanos é a força que se acha às minhas ordens”³⁸⁵, sublinhou o chefe dos orientais, em ofício que escreveu por aqueles dias à Junta de governo da Província do Paraguai. Determinado a convencer o governo paraguaio sobre os benefícios de unir forças militares com a Banda Oriental, enfatizou a importância dos habitantes da região e expôs o plano que propusera a Buenos Aires. Assim, saudou com “vivas a esta imortal Província e aos seres ilustres que tão dignamente a representam”. Deixou nas entrelinhas a sugestão de que não havia povos com vínculos “mais firmes” e “mais capazes de caracterizar a verdadeira união” do que os ilustres representantes missioneiros. Assim, apresentou a proposta de união entre forças militares e políticas da Província do Paraguai (que havia declarado sua independência em 1811) e da Província Oriental. O primeiro objetivo desta junção de forças era “ajudar na tomada dos povos orientais de Misiones”³⁸⁶.

³⁸⁴ BUSHNELL apud BETHELL, 2009, p. 147.

³⁸⁵ AA. Tomo VIII. **Ofício do general Dom José Artigas à Junta de Governo da Província do Paraguai.** Quartel de Salto do Chico, 3 de abril de 1812, p. 104.

³⁸⁶ AA. Tomo VIII. **Ofício do general Dom José (...).** 3 de abril de 1812, p. 103-106.

A referida preocupação do governo de Buenos Aires com a projeção dos planos políticos de Artigas já havia se manifestado antes, por exemplo, através dos atritos entre ele e Manuel de Sarratea, membro mais votado nas duas eleições realizadas para o primeiro Triunvirato. Artigas e Sarratea entraram em choque em várias ocasiões. Como um dos resultados, o primeiro Triunvirato designou Sarratea para o comando de um corpo militar em Entre-Rios. O objetivo era observar os movimentos de Artigas e dar notícias sobre suas atuações políticas e militares, que cresciam em amplitude, prestígio e o mais perigoso: adeptos. Este tipo de iniciativa por parte do primeiro Triunvirato não destoava muito daquela tomada pela primeira Junta, quando enviou o vocal Belgrano a Misiones. Em abril de 1812, Sarratea comandava um quartel militar em Concepción, cerca de uma légua distante do de Artigas. Quando o assunto era sobre os indígenas, eles foram boa parte dos motivos que levaram a sérios desacertos entre estas duas autoridades políticas e militares. O membro mais votado do primeiro Triunvirato e o governador do departamento de Yapejú nem sempre concordaram, por exemplo, sobre a importância estratégica de observar e controlar Montevideú, como queria o primeiro, ou parte da região missioneira, como queria o segundo.

Com a queda do primeiro Triunvirato e ascensão do segundo, exércitos patriotas foram enviados para colocar a cidade de Montevideú em um segundo sítio. O primeiro ocorrera em 1811, como vimos no capítulo anterior, em virtude do qual se desencadeara o êxodo das famílias orientais, depois de acertos e desacertos entre autoridades realistas e revolucionárias. Em setembro de 1812, Sarratea enviou a vanguarda de seu exército à capital oriental, sob o comando de José Rondeau (ex-comandante de Blandengues da Banda Oriental, como vimos no capítulo 3). Era o início dos movimentos militares que formariam o segundo sítio a Montevideú, que se deu entre outubro de 1812 e junho de 1814, mas, teve seu ápice, digamos, a partir de meados de 1813. Tendo em vista que forças militares artiguistas seriam fundamentais para levar a cabo os planos de conter, de uma vez por todas, o foco de insurgência realista na Banda Oriental, o governo de Buenos Aires tomou outras providências, cuja concomitância não deixa de impressionar.

Em janeiro de 1813, o segundo Triunvirato convocou a Assembleia do ano XIII, a fim de definir um sistema institucional e criar uma constituição para as Províncias do Rio da Prata. Neste mesmo mês, ordenou o retorno de Manuel de Sarratea à capital portenha. Isto é, ‘afastado’ o detrator e então inimigo declarado de Artigas, o chefe dos orientais e parte de

suas forças militares aceitaram participar do segundo sítio a Montevideú, sem as ressalvas que os privariam de manter certa autonomia, como de fato aconteceu. Artigas deslocou-se para Montevideú e parte de suas forças foram, aos poucos, engrossando as fileiras das tropas enviadas por Buenos Aires. Embora as milícias artiguistas estivessem sob comando geral de Rondeau, a autoridade do chefe dos orientais permanecia em crescente projeção política. O governo bonaerense reconheceu, uma vez mais, tal autoridade e, ao menos naquele momento, preferiu ter Artigas como aliado ao invés de inimigo.

As vantagens eram inúmeras, como mostra a documentação. Porém, embora o Triunvirato tenha afastado Sarratea e buscado uma conciliação com Artigas, a trégua duraria pouco; afinal, o chefe dos orientais aceitou participar do segundo sítio, mas não deixou de lado outros planos, como por exemplo, a conquista das missões orientais. Manter relações de aliança com um líder que, no convívio com outras gentes e através das ações delas, esboçava projetos políticos tão distantes dos do governo portenho, mostrava-se cada vez mais difícil.

5.2 – Temas transversais: indígenas e as *Instruções* do ano XIII.

As conjunturas em que se deram a convocação e realização da Assembleia do Ano XIII e o segundo sítio a Montevideú são cruciais para compreender as relações existentes entre os indígenas e a cena política no desenrolar dos movimentos independentistas entre os anos de 1813 e 1814, a partir dos quais Artigas romperia completamente com o governo de Buenos Aires. A Assembleia do Ano XIII, como ficou conhecida, marcou, de forma mais clara, as disparidades entre projetos políticos que se configuravam na Banda Oriental e nas regiões missioneiras e litorâneas – já esboçados nas ações dos anos de 1811 e 1812 – e os planos centralistas de Buenos Aires.

Em abril de 1813, houve uma ‘Assembleia do Povo Oriental’, com o propósito de eleger deputados para participar da Assembleia do Ano XIII, convocada por Buenos Aires. Naquele encontro político chamado por Artigas – o Congresso de Três Cruzes – após semanas de discussão, os ideais, as propostas e os atos políticos que se desenharam nos anos de 1811 e 1812 foram condensados e de alguma forma, postos em papel. *As Instruções dadas aos deputados do povo oriental diante da Soberana Assembleia Geral Constituinte das Províncias Unidas do Rio da Prata* eram uma espécie de conjunto de condições para que ‘o

povo oriental' e suas autoridades políticas e militares reconhecessem a soberana Assembleia Constituinte convocada por Buenos Aires.

Como era de se esperar, o documento afastava-se muito das diretrizes da capital portenha, que mais tarde foram chamadas *unitaristas*, em amplos sentidos³⁸⁷. Através das *Instruções*, a Banda Oriental se autodeclarava Província Oriental e posicionava-se a favor da independência das demais províncias, em moldes republicanos, fundados no princípio da soberania particular dos povos. Artigas buscava, de certo modo, atender às demandas sociais daquela região e aos seus próprios anseios políticos que mudaram bastante depois de um convulsionado período de convívio com 'o povo oriental'. As *Instruções* deixavam evidentes as inclinações federalistas, que entravam em choque direto com as intenções centralistas de Buenos Aires³⁸⁸: ““Como o objeto e fim do governo deve ser conservar a igualdade, liberdade e segurança dos cidadãos e dos povos, cada província formará seu governo sob estas bases, além do governo supremo da Nação””.

A Província Oriental, assim como pretendia que fizesse as demais províncias, estendia os princípios de igualdade política à autonomia e independência enquanto parte integrante da 'nação' platina. O exposto no anterior, que é o artigo quarto do documento, se completa no sétimo: “O governo supremo entenderá somente nos negócios gerais do Estado. O resto é peculiar ao governo de cada província”³⁸⁹. O federalismo estava posto nos ideais artiguistas. A autonomia de cada província as colocaria num nível de independência tal, que enfraqueceria a base do centralismo portenho, justamente, a submissão governativa das províncias que se reportariam diretamente a Buenos Aires. De acordo com o artigo dois, não seria admitido “outro sistema que o da confederação para o pacto recíproco com as Províncias que formam nosso estado”. Tratava-se, portanto, de uma nova proposta de emancipação política para o Estado que as Províncias Unidas, sob liderança de Buenos Aires, pretendiam

³⁸⁷ Os historiadores Francisco Machón e Oscar Cantero consideram que o federalismo, o republicanismo e a independência são três elementos essenciais para compreender as propostas do que viria a constituir os princípios fundamentais do projeto dirigido por José Artigas. O federalismo, que se mostra o traço mais contundente daquela proposta de sistema político, não teria sido uma iniciativa particularmente inédita de Artigas, mas uma apropriação de “elementos ideológicos de diversas origens que serviram para responder às necessidades locais”. Segundo os autores, as ideias de Artigas também eram inspiradas nos escritos de Jean Jacques Rousseau, Montesquieu e no processo de independência dos Estados Unidos, que ocorrera em 1776. MACHÓN; CANTERO, 2006, p. 62.

³⁸⁸ **Instrucciones de Artigas** a los diputados orientales enviados a la Asamblea General Constituyente del año 1813 apud MACHÓN; CANTERO, op. cit., p.67, doravante chamada *Instruções*.

³⁸⁹ *Ibid.*, p. 67.

fundar: “a soberania não dizia respeito apenas aos Estados, mas aos povos considerando a tais como cidades e jurisdições, que por sua vez, formavam províncias, que deveriam possuir o direito de deliberar se uniriam aos pactos ou não”³⁹⁰.

Se o federalismo buscava atender às demandas locais da Banda Oriental, é preciso levar em conta os conhecimentos e as experiências políticas e militares dos envolvidos nas disputas. Também é necessário conectá-las à experiência de correntinos, missioneiros e paraguaios nos conflitos por terra, gado e gente. Afinal, muitos dos habitantes daquelas redondezas se deparavam com a possibilidade de serem reconhecidos como ‘cidadãos’, conforme destacava as *Instruções*, e dependiam, cada vez mais, das relações que mantinham entre si para manter ou aumentar seus bens e recursos humanos e materiais, que lhes possibilitaria participar dos conflitos pela posse de terra e gado, e por maior grau de autonomia política. Convém relembrar aos leitores e leitoras que ser missioneiro, paraguaio, correntino ou oriental não exclui ser indígena, como já vimos. Ao contrário, aspectos socioculturais conectavam esses lugares através da circulação contínua e dos contatos estabelecidos por seus habitantes. Nesse sentido, As *Instruções*, como vários outros documentos da época, interligaram os arranjos políticos gestados naqueles primeiros anos do século XIX aos territórios missioneiros e orientais e seus habitantes indígenas, como mostram os artigos oitavo e nono:

“Art. 8. O território que ocupam estes povos da costa oriental do Uruguai até a fortaleza de Santa Teresa, formam uma só província, denominada: a província Oriental.

Art. 9. Que os sete povos de Misiones, os de Batoví, Santa Tecla, San Rafael e Tacuarembó, que hoje ocupam injustamente os portugueses, e a seu tempo devem reclamar-se, serão em todo tempo território desta província.”

Em conjunto, os artigos supracitados significavam que, de acordo com as *Instruções*, a Banda Oriental não seria mais uma intendência militar subordinada à jurisdição de Buenos Aires, mas uma província autônoma que se reportaria à autoridade da capital, porém, primária por princípios federalistas³⁹¹. Para exercer tal autonomia, buscava ampliar seu território

³⁹⁰ Ibid., p. 60.

³⁹¹ Conforme esclarece Ana Frega sobre governabilidades superpostas entre o final do período colonial e o início do período de independência: “*dependentes de várias jurisdições no período colonial – a Governância de Montevideú, a intendência de Buenos Aires e a Governância de Misiones –, os representantes dos povos e dos ‘vecinos em armas’ resolveram, em um congresso reunido em abril de 1813, sua constituição como*

através da incorporação de áreas estratégicas para o controle militar e comercial da região. O plano era anexar territórios perdidos em decorrência de conflitos militares e trâmites burocráticos desde o começo daquele século, como vimos no capítulo 1. Parte do território missioneiro e outros locais habitados por indígenas seriam, segundo as *Instruções*, também território da Província Oriental. O domínio do departamento de São Miguel, que fora conquistado para os portugueses em 1801, era fundamental para que a Província Oriental reconhecesse e fosse reconhecida pela soberana Assembleia Constituinte convocada por Buenos Aires, já que de lá, provinha boa parte dos ataques às zonas de fronteira, formado com contingentes militares coloniais e indígenas. Ou seja, a Província Oriental tinha sua própria fisionomia geográfica, cuja delimitação abarcava majoritariamente territórios indígenas sob jurisdição de Buenos Aires, e intencionava estendê-la, através da reconquista e reintegração de parte do espaço missioneiro, sob jurisdição do vice-reino do Brasil.

Na inauguração do congresso de Três Cruzes, onde apresentou as *Instruções*, Artigas fez um discurso. Podemos considerá-lo como fundamental para a conceptualização política do artiguismo³⁹². Proferido no quartel das forças sitiadoras em frente a Montevidéu, num congresso realizado para eleger os deputados que representariam a Banda Oriental na Assembleia Constituinte convocada por Buenos Aires, o discurso destacou a experiência em comum vivida com orientais em “17 meses cobertos de gloria e de miséria” – referindo-se, sobretudo, ao êxodo de 1811 – e a vinculou ao plano para um novo traçado de linhas territoriais. “Os portugueses não são os senhores dos **nossos** territórios”³⁹³, afirmou, tal como consta nas *Instruções*, redigidas neste mesmo.. Ou seja, após o convívio em situações de risco e penúria com famílias e ‘homens soltos’ durante uma longa viagem, o aclamado chefe dos orientais podia dizer, como disse, que o território indígena das missões orientais era ‘nosso’. O projeto era entendido por ele – e também pelos deputados orientais, conforme demonstra o artigo 9º – como coletivo, tal qual denota a palavra que remete à posse e garante a não exclusão dos indígenas. Quer dizer, a expansão territorial dos limites da Banda Oriental,

entidade soberana: a Província Oriental”. FREGA, A. Guerras de independencia y conflictos sociales en la formación del Estado Oriental del Uruguay, 1810-1830. **Dimensión Antropológica**, Ano 12, v. 35, p. 95-137, setembro-dezembro, 2005.

³⁹² Assim os considera a historiadora uruguaia Maria Blanca Oddone. ODDONE apud FREGA; ISLAS, 2001, p. 71.

³⁹³ AA. Tomo XI, p.16.

através da incorporação de parte do espaço indígena, estava presente nos argumentos que buscavam evocar um retrato uniforme daquele quadro: “monumentos majestosos se hão de conhecer desde os muros de nossa cidade (Montevideu) até as margens do Paraná, cinzas e ruínas, sangue e desolação: eis aqui o quadro da Banda Oriental e o preço custoso de sua regeneração: mas ela é povo livre”³⁹⁴.

A assertiva remete a um conjunto amplo e variável de sentimentos e aspirações. Conforme exposto até aqui, em meio às confusas alianças e rivalidades, vários grupos sociais e étnicos buscavam representatividade na cena política em constante mudança. Diante disso, tentemos imaginar: de que maneira um discurso como este soou para os indígenas? Como aquelas palavras sobre sangue, ruína, cinzas e desolação foram ouvidas e sentidas por aquela gente com um extenso histórico de luta pelos seus territórios? E ainda, como aqueles dizeres sobre “ser povo livre” reverberaram nas ações indígenas? Como teriam interpretado a proposta federalista? Trata-se de um contexto em que os discursos sobre expropriação territorial e terra arrasada possivelmente lembravam aos indígenas os conflitos por terra e as medidas que incluíam suas demandas em inúmeros documentos, mas que, na prática, as excluía.

A documentação oferece valiosas pistas para entender as possíveis influências e respostas indígenas à proposta federalista. Elas são múltiplas, mas talvez seja possível observar um traço peculiar no modo indígena de articular suas ações ao contexto: usar suas experiências e memórias sobre ser índio naquela região de fronteiras indefinidas para agir. Neste caso, a significativa adesão, não somente dos guaranis e missioneiros (também chamados índios cristãos), mas também de charruas e minuanos (chamados de índios infieis) à proposta artiguista, parece recuperar e atualizar as iniciativas e atividades indígenas para lidar com forças políticas que buscavam alterar seus modos de vida, anexar seus territórios e se apropriar de seus bens. Assim também, em outros casos, as negativas em fazer parte daqueles planos parecem revelar o descrédito gerado entre os indígenas por repetidos discursos que buscavam sua inclusão, ao mesmo tempo em que atuavam subtraindo seus bens, tolhendo seus direitos e buscando modificar seus costumes.

³⁹⁴ AA. Tomo XI, p.17.

No ano de 1813, estes aspectos podem ter projetado as inclinações políticas de inspiração local de modo mais intenso na região litorânea e missioneira. Os artigos que compõem as *Instruções* oferecem uma amostra de que os interesses e as ações de grande parte de seus habitantes poderiam se distanciar dos propósitos do governo de Buenos Aires e se aproximar dos interesses do governo oriental, mas é claro, nunca de maneira unânime³⁹⁵. Se a causa artiguista contava com o apoio de parte significativa dos orientais, dos povos missioneiros que intencionava recuperar e da população litorânea, seria um desafio árduo para o governo portenho conter o federalismo. Lembremos ainda que Buenos Aires necessitava do apoio de Artigas e Rondeau naquele momento, ambos envolvidos com o empreendimento do segundo sítio a Montevideú, iniciado em outubro de 1812.

Como vimos, o governo portenho não vacilou em afastar Sarratea numa tentativa de manter Artigas como aliado. A iniciativa, no entanto, não significou excluir Sarratea da cena política. Após retornar a Buenos Aires, em janeiro de 1813, ele foi enviado ao Rio de Janeiro numa missão diplomática junto a Lord Strangford, por indicação de Belgrano³⁹⁶. Nota-se aqui, aparentes incongruências nas negociações entre o governo de Buenos Aires e a Corte portuguesa no Brasil. Chamado a mediar o conflito entre a capital portenha e a oriental, o então reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves não deixou de ambicionar territórios missioneiros a ocidente do rio Uruguai, sob jurisdição de Buenos Aires, tampouco deixou de saquear com seus ‘exércitos pacificadores’ os territórios na fronteira com a Banda Oriental. De modo análogo no quesito confusão, outro dos seus perigosos aliados intencionava recuperar através de luta armada, o território das missões orientais, sob jurisdição do governo português. Esse era o motivo pelo qual Artigas se dirigiu ao governo paraguaio insistindo na “utilidade mútua que naturalmente devemos ansiar”³⁹⁷.

Artigas aceitou fazer parte da empreitada de sitiá-lo Montevideú a fim de combater forças realistas e lançou diretrizes para orientar os deputados nas reivindicações políticas

³⁹⁵ De acordo com Halperín Donghi (1975), a Assembleia do Ano XIII introduz medidas tão audazes como aquelas propostas pelas Instruções. Mas no caso da primeira, parte das reformas não se concretizam devido aos problemas em estabelecer uma base de poder mais sólida: “*um poder político de base tão estreita não é capaz de se fazer obedecer sem tropeços*”. HALPERÍN DONGHI, T. **Reforma y disolución de los imperios ibéricos, 1750-1850**. Madrid: Alianza Editorial, 1975, p. 131.

³⁹⁶ STREET, J. Lord Strangford and Río de la Plata, 1808-1815. **The Hispanic American Historical Review**, v. 33, n. 04, p. 477-510, novembro de 1953.

³⁹⁷ AA. Tomo VIII. **Ofício do general Dom José (...)**. 3 de abril de 1812, p. 104.

frente à Assembleia convocada por Buenos Aires. Quando o governo central se inteirou do conteúdo das *Instruções* e do perigo que o seu apoio apresentava à soberania das Províncias Unidas, rejeitou o documento e rechaçou a presença dos seus porta-vozes. Diferentemente do que ocorrera no desenrolar dos desentendimentos entre Artigas e Sarratea, desta vez, o segundo Triunvirato não reconheceu a autoridade do chefe dos orientais, nem a dos representantes eleitos no Congresso de Três Cruzes, onde as *Instruções* foram criadas. Aliás, esta era outra das condições para reconhecer a Assembleia proposta por Buenos Aires, que não figura no texto das *Instruções*: incorporar a ela os deputados orientais eleitos como representantes do ‘povo oriental’, entre 5 e 21 de abril de 1813³⁹⁸. Esta condição, assim como todas as demais expressas nos artigos, foi veementemente recusada em sessão realizada no dia 11 de junho de 1813.

Deputados a favor da causa portenha se manifestaram no debate, considerando totalmente descabido aceitar a eleição dos deputados orientais como representantes da Província Oriental que ainda não existia legal e politicamente, mas fora anunciada nas *Instruções*, cujos informes e termos de constituição estavam nelas expressos. Julgaram os poderes dos deputados orientais “absolutamente nulos, em cuja virtude se resolveu que os documentos apresentados fossem devolvidos”, como informou um jornal da época³⁹⁹. Em outras palavras, Buenos Aires não reconhecia a Província Oriental, tampouco seu líder e representantes políticos; e a Província Oriental não reconhecia a Assembleia convocada por Buenos Aires, tampouco o governo central como autoridade absoluta.

Dali em diante, anular definitivamente a influência de Artigas junto àquela região estratégica do ponto de vista político, militar e econômico, era uma das preocupações mais prementes de Buenos Aires. Assim, rebotados, os deputados orientais foram impedidos de integrar a Assembleia Constituinte, e o documento do qual eram porta-vozes lhes foi devolvido. O governo da capital temia que os princípios e as ideias presentes nas *Instruções* se espalhassem pelo território das Províncias Unidas, o que caracterizaria uma grave ameaça aos seus planos políticos. Mas, se o intuito era conter sua divulgação, devolvê-lo não foi uma boa ideia. Um dos deputados orientais, Felipe Santiago Cardozo, foi acusado de fazer circular

³⁹⁸ Eram eles: Miguel Pisani, Antolin Reyna, Dámaso Antonio Larrañaga, José Benito Lamas, Tomás Garcia de Zúñiga e Felipe Santiago Cardozo. AA. Tomo XXI, p. 17.

³⁹⁹ AA. Tomo XI, p. 15.

as *Instruções* ao “haver dirigido uns anônimos incendiários às Províncias da União”⁴⁰⁰. A suposta atitude do acusado foi considerada por um veículo de imprensa da época um “detestável delito” e as *Instruções*, uma “criminal correspondência”⁴⁰¹. Com ou sem a interferência de Santiago Cardozo, aquelas ideias se espalharam pela Banda Oriental, região litorânea e missioneira, e seria bastante dificultoso para Buenos Aires conter suas consequências políticas. Isto é, além de o progressivo sucesso das forças revolucionárias no segundo sítio estar ameaçado por ideias contidas nas *Instruções*, o apoio militar de Artigas poderia ser retirado a qualquer momento. Ademais, apesar de grande parte dos esforços políticos e militares de Buenos Aires para controlar a cidade de Montevideú, apenas este sucesso não seria suficiente para levar adiante os objetivos do segundo Triunvirato. Era preciso controlar os campos da Banda Oriental e o território missioneiro. Os campos orientais e missioneiros, no entanto, permaneciam um tanto distantes do domínio portenho.

5.3 – Sublevações indígenas no litoral platense: “grande partido”, pequena política?

Desde dezembro de 1812, autoridades militares se mostravam atentas com correspondências que os índios recebiam e as providências que tomavam depois de se inteirar delas. O índio Domingo Manduré, comandante do quartel militar de Salto do Chico, onde Artigas se encontrava antes de ir a Montevideú participar do segundo sítio, recebera despachos do próprio. Chefes militares partidários do governo portenho mantiveram-se em constante e titubeante comunicação, a fim de elucidar se certos documentos haviam partido do acampamento de Salto do Chico, onde foram violados, ou se vieram mesmo da Banda Oriental, escritos por Artigas e encaminhados à comandância do quartel⁴⁰². Tamaña preocupação tinha razão de ser. O conteúdo das correspondências, a ‘intrigante’ rede de relações dos índios e ações paralelas praticadas por eles expunham motivos para deixar os comandantes, no mínimo, desconfiados.

A cisma pairava sobre a “notícia de armamentos de indiadas” sob o comando de Domingo Manduré. O porte de armas pelos indígenas atemorizava os *vecinos*. Um deles

⁴⁰⁰ AA. Tomo XI, p. 15.

⁴⁰¹ Idem.

⁴⁰² AA. Tomo X. Quartel de Mandisoví, dezembro de 1812, p. 245.

afirmou que os sublevados possuíam uma carruagem, fuzis, espadas e muitos chuços, e que não eram daqueles arredores. Então, de onde estariam vindo aqueles indígenas bem armados?, perguntavam-se. Tratava-se de “muita gente arrivista, desertores com armas pesadas do exército de D. José Artigas”, concluíram. Entre *chasques*⁴⁰³ que iam e vinham, descobriram que dos sessenta índios que compunham a partida de Manduré, nove estavam no quartel de Salto do Chico, entre eles um sargento. Em meio aos pertences daqueles ‘desconhecidos’, como pontuou um correspondente, foi possível localizar “muitas prendas conhecidas e deles alguns conhecidos nos roubos, pois estes **não são vizinhos nem naturais deste estabelecimento**”. As ações armadas tanto eram previstas, que o aviso fora dado pelos próprios executores, os quais “tem-se deixado dizer que à larga ou curta, me haviam de saquear”⁴⁰⁴. E continuou: “Não digo que Manduré não seja de conduta, mas **toda essa gente [que] está agregada à sombra dele**, e peço à V.ex.^a, em justiça **mande retirar essa partida do tenente torto**, que não são vizinhos desta banda”⁴⁰⁵.

O pedido de remover os índios do lugar foi encaminhado a Elias Galván, governador de Misiones, já que as companhias com quem andava o comandante Domingo Manduré provocaram suspeição entre moradores. Eles portavam armas que, segundo testemunha, eram fruto de roubo, e colocavam a segurança e os bens de *vecinos* em risco. Ao que parece, pouco tempo depois que suas reclamações chegaram às mãos das autoridades responsáveis, Domingo Manduré foi destituído do cargo. Os índios foram tidos como ladrões, chamados de desertores e o seu comandante de ‘tenente torto’.

Uma das autoridades militares do governo portenho que trocava missivas, desesperadamente, com seus pares, era Bernardo Pérez Planes. Personagens sobre as quais já escrevemos, vão e voltam às cenas políticas, e pode ser que isso seja confuso para o leitor. Mas as redes de relações políticas, os objetos principais em virtude dos quais se davam os conchavos, alianças que são descobertas quando cruzamos alguns dados, valem a pena ser expostos: Pérez Planes havia sido oficial de milícias no exército formado por Manuel Belgrano em 1811, conhecia a região missioneira e litorânea, bem como seus habitantes. Foi nomeado pelo vocal da Junta de Governo de Buenos Aires como subdelegado do

⁴⁰³ *Chasque* – substantivo masculino. Diz-se do indígena encarregado de levar e entregar correspondências.

⁴⁰⁴ AA. Tomo X. Yerúa, 29 de novembro de 1812, p. 280.

⁴⁰⁵ Idem.

departamento missioneiro de Yapeyú. Em novembro deste mesmo ano, Pérez Planes ficou subordinado à Artigas, pois o chefe dos orientais foi designado como governador do departamento de Yapejú. Pouco tempo depois, Pérez Planes foi destituído de seu cargo por Artigas e depois, novamente reposto pelo Triunvirato. As funções e cargos políticos de confiança eram muito instáveis naqueles tempos de transição de governo. Neste ínterim, Elias Galván foi nomeado governador de Entre-Ríos e substituído provisoriamente no governo de Misiones por Pérez Planes que atuava militarmente na região desde a expedição de Belgrano ao Paraguai. Quando se tornou o governador dos povos de Misiones, sob jurisdição de Buenos Aires, em substituição a Elias Galván, Pérez Planes passou a denunciar a crescente influência de Artigas ou a ‘desordem’ em que se achavam aquelas bandas. O estado ‘fatal’ daqueles campos, dizia ele, era devido “a que se vêem hoje em dia cheias de comandantes gerais, juízes gerais e capitães feitos não sei por quem; de onde resultam todas as desordens e males na campanha; estes assassinam, castigam da forma que lhes parece, levantam estes tumultos que a V. Ex. faço presente”⁴⁰⁶.

Mas outra correspondência destinada a Domingo Manduré, no entanto, dizia o seguinte:

Meu mui querido paisano e amigo. Com o capitão Paracatú, lhe escrevi uma carta. Talvez não tenha chegado às suas mãos, mas já vejo na que me dirige, com a data de 24 do próximo passado, quais são seus bravos sentimentos. Sinto muito que se tire uma honra **que lhe tenha custado tantos trabalhos**. Não há de ser assim. Conte você comigo e eu contarei com você. Para este fim, reúna toda a sua gente, fale a seus povos e volte-se a ouvir em meio a vocês a voz sagrada da liberdade. Muita coragem. Entusiasme seus soldados: **fale-lhes em seus trabalhos** e os anime para que eu os ei de favorecer, sempre fale aos povos e reúna-se todos para poder defender-se. Saúde-os em meu nome e assim eles como você contem com este seu afetuosíssimo paisano⁴⁰⁷.

Nestes termos, José Artigas se dirigiu a Domingo Manduré. As palavras de Artigas, chamando-o de amigo, conclamando-o a uma aliança recíproca, em tom que evoca solidariedade e certa igualdade nas relações sociais, tiveram efeitos notáveis. É válido ressaltar que, muito provavelmente, os índios sabiam que tais relações não se davam em pé

⁴⁰⁶ AA. Tomo XI. Yapejú, 5 de março de 1813, p. 295-297.

⁴⁰⁷ AA. Tomo X. Passo da Arena, 14 de fevereiro de 1813, p. 326-327. Grifos meus.

de igualdade. Mas este era, justamente, o temor daqueles que não sabiam e julgavam arriscado que um suposto igualitarismo levasse os índios a ocuparem outros lugares sociais. Em contraponto, Artigas se mostrava capaz de reconhecer seus trabalhos.

Esta pesquisa toma distância de cânones historiográficos que interpretaram as estratégias de Artigas como atos heroicos e paternalistas⁴⁰⁸. Porém, é necessário levar em conta suas habilidades no trato com os indígenas e, mais relevante para este estudo, buscar compreender como os indígenas receberam aquelas propostas. Nesse sentido, ao passo que outros tomaram a partida liderada por Manduré como de gente ‘sem conduta’, generalizadamente, Artigas mencionou honradez sobre os serviços prestados pelo comandante indígena do quartel de Salto do Chico. Possivelmente, ele o investira em tal cargo. Enquanto um *vecino* chamou-os de gente arrivista, fora do lugar que lhes correspondia, Artigas os saudou e os chamou de soldados, e a si, de paisano.

Uma das respostas indígenas aos acontecidos não demorou muito. Aliás, apenas duas semanas depois de Artigas lhe escrever, Manduré e sua partida invadiram a praça de Mandisoví, aquela localidade cuja jurisdição Belgrano havia alterado. Numa manhã fizeram reféns, deram tiros de canhão e se retiraram, não sem antes deixar o comando da praça a um dos integrantes da partida. Juan Rodrigues ficou com dezenove presos sob seus cuidados, todos eles europeus. Não sabemos se a opção por prender estrangeiros era uma resposta dos índios à acusação de não serem *naturais* dali, conforme o documento supracitado. De todo modo, passava a ser cada vez mais comum usar como estratégia discursiva de cunho ‘patriótico’, que cargos políticos não deveriam ser exercidos por ‘maus americanos’ ou ‘piores europeus’, e sim, por *vecinos* ‘de bem’ e crioulos. Em alguns casos, ela parece ter sido levada ao pé da letra.

⁴⁰⁸ Assim como um conjunto de estudos congelaram uma espécie de heroísmo em imagens canônicas de Artigas e sua suposta relação paternal com os índios, assim também outros conjuntos o fizeram com relação a outras personagens, como por exemplo, José de San Martín. Sobre estudos que se distanciam de cânones historiográficos tradicionais, ver: FREGA, A. La virtud y el Poder: La soberanía particular de los pueblos en el proyecto Artiguista apud GOLDMAN; SALVATORE (Comps.). **Caudillismos rioplatenses: Nuevas miradas a un viejo problema**. Buenos Aires: EUDEBA, 1998, p. 101-133 e FREGA, A.; ISLAS, A. (Coord.). **Nuevas Miradas en torno al Artiguismo**. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República, 2001. Sobre San Martín e sua relação com o exército dos Andes, ver: BRAGONI, B. Guerreros virtuosos, soldados a sueldo. Móviles del reclutamiento militar durante el desarrollo de la guerra de independencia. **Dimensión Antropológica**, Año 12, v. 35, p. 95-137, setembro-dezembro, 2005.

Iniciou-se uma série de outras sublevações lideradas por Domingo Manduré, envolvendo Mandisoví e Curuzu-Cuatiá, ambos territórios missioneiros cujas jurisdições haviam sido alteradas por Manuel Belgrano. Poucos dias antes daquela manhã de fevereiro de 1813, quando Manduré e seus soldados invadiram Mandisoví, o governador interino dos povos missioneiros, Bernardo Pérez Planes, havia comunicado a Buenos Aires que se achava em “total desamparo” para defender-se da “gente de Artigas”⁴⁰⁹. Reticente em “fiar à pluma pela pouca segurança da campanha” informou que tinha outras notícias, mas não achava prudente colocá-las no papel. As correspondências podiam ser extraviadas já que os *chasques* dominavam o trânsito dos correios pela região, como alertou. Embora não confiasse em seus chasqueiros, não se conteve em escrever que todo aquele estado de coisas era fruto do que Artigas havia semeado quando o anterior governo bonaerense o nomeou governador de Yapejú e a ele como subdelegado, “com injustiça a meus serviços”, desabafou. Pérez Planes se mostrava claramente pressionado pelas circunstâncias e confessou que estavam todos “inteiramente confusos”⁴¹⁰. Afirmou que sua vida corria perigo e explicou 411:

Penso será esta província interessante perdida, pois só pelo muito que me amam estes naturais e a *grande política* com que me manejo, não pensam, no dia, abraçar *o partido que se lhes oferece*, pelo dito ofício e proclama.

Bernardo Pérez Planes deu a perda da Província de Misiones como praticamente inevitável. O alerta vinculava sua posição de acuo em contraposição ao lugar proeminente que os aliados indígenas de Artigas ocupavam naquele momento. Sob seu ponto de vista, a posição desfavorecida em que se encontrava o partido da “grande política”, a saber, Buenos Aires, estava invertida em relação ao lugar que a política artiguista, considerada menor, ia aos poucos conquistando. Através do olhar de Pérez Planes, não era apenas a sua vida de que se encontrava em risco, a política portenha também. Em tom jocoso, o governador interino dos povos missioneiros esclareceu ao Triunvirato que, a julgar pelo proclama dirigido a Manduré por Artigas, os naturais não abraçariam o grande partido ou a ‘grande política’ de Buenos Aires só pelo amor que lhe tinham. A ironia desperta atenção, sobretudo quando levamos em conta que Pérez Planes participou da expedição de Belgrano ao Paraguai, em

⁴⁰⁹ AA. Tomo X, p. 360.

⁴¹⁰ Idem.

⁴¹¹ Idem, p. 362.

1810. Certamente, estava a par do conteúdo do regulamento e proclama dirigido por Belgrano aos naturais em 1810 e notava diferenças ao compará-lo com o breve proclama de Artigas em 1813.

Como vimos no capítulo anterior, o proclama de Belgrano buscava estabelecer aparente isonomia entre indígenas e espanhóis no acesso aos cargos militares, administrativos e eclesiásticos. Contudo, entrava em choque evidente com a postura de Pérez Planes poucos anos depois. A investidura dos índios em trabalhos militares, apoiada por Artigas, foi vista com ressalva em 1813, diferente do que ocorreu em 1810, quando Pérez Planes acompanhou o recrutamento de indígenas para as milícias patrióticas, feito por Belgrano. Nesse sentido, parece curioso, ou talvez elucidativo, que ele desse como certa a não adesão dos índios ao ‘grande partido’. Impressionado com a carta de Artigas a Manduré, em que o primeiro deu destaque ao afeto pelos povos missioneiros, Pérez Planes estava correto sobre o risco de não ser visto como um bom aliado para os índios⁴¹³. Em março de 1813, foi informado de que Manduré marchava para a vila de Concepción com trezentos soldados. Após sitiar Mandisoví, o comandante indígena estendeu as sublevações a outros povos, como Curuzú-Cuatíá. A situação de Pérez Planes era mesmo atormentadora:

Eu bem sei Exmo Sr., que se encontra a gente de Dom José Artigas nestes destinos, **hão de me tirar a vida se puderem**, pois o dito D. José me tem mandado avisar. Em consequência do que tenho dito a V. E., sejam de servir dar algum corte ao caso em vista do desamparo em que estou, pois **ainda que eu tenha tropas, são puras destes naturais** e quiçá podem variar de conceito⁴¹⁴.

Uma tentativa de situar o apuro em que se encontrava Pérez Planes, com palavras menos típicas dos protocolos administrativos, poderia ser a seguinte: ele estava rodeado por índios. E todos os seus subordinados indígenas que, na condição de aliados, lhe garantiam a segurança e o exercício do cargo político de governador, poderiam rapidamente se transformar em inimigos, ameaçando o destacado e concorrido lugar político e social que ocupava, além é claro, do risco de vida que corria. Isto demonstra que conflitos estabelecidos naquele espaço não podem ser vistos somente como um confronto entre facções a favor e

⁴¹³ FREGA, A. La ‘campaña militar’ de las Misiones en una perspectiva regional: lucha política, disputas territoriales y conflictos étnico-sociales apud FREGA, 2011, p. 131-167; FREGA, A. Los ‘infelices’ y el carácter popular de la revolución artiguista apud FRADKIN, R. O., 2008, p.151-176.

⁴¹⁴ AA. Tomo X. Yapejú, 23 de fevereiro de 1813, p. 361-362.

contra a revolução, mas também como uma série de embates pela adesão indígena ao poder central e aos governos locais⁴¹⁵. Parafraseando a historiadora Ana Frega, podemos dizer que em âmbito supraprovincial, as sublevações ou as novas propostas políticas retomavam antigas reivindicações sociais, econômicas e territoriais “dos povos frente a Buenos Aires, acrescidos pela política dos distintos governos desde 1810”⁴¹⁶. Ou seja, mais do que vincular o apoio dos índios à causa artiguista ou à do governo portenho, é preciso perceber que eram muitas as forças atuantes. Estes confrontos conferiram “aos antagonistas políticos perfis sociais e étnicos específicos que expressavam antigas e recentes tensões produzidas pela revolução”⁴¹⁷. Se na área rural, a não adesão de indígenas aos governos locais era motivo de desassossego generalizado, na área urbana de Montevideú, seu apoio à causa realista ou revolucionária gerava expectativas, acompanhadas, como quase sempre, do velho temor de que eles pudessem usar o contexto e sua inserção política e militar nos acontecimentos para reaver territórios, bens materiais e imateriais perdidos naquelas e em outras ocasiões.

5.4 – Olhares sobre o segundo sítio a Montevideú: outros semblantes revolucionários.

Um diário sobre o segundo sítio de Montevideú, escrito pelo padre Bartolomeu Munhoz, entre 30 de agosto de 1813 até 21 de junho de 1814, deslinda outras dessas tensões sociais mencionadas no item anterior. “Se há alguma coisa que una aos homens são os trabalhos”, refletiu o autor no primeiro dia de escrita. Em seu juízo, quando todos padecem de uma necessidade comum, se “igualam as condições humilhando-se os soberbos, que é o que concilia a união”⁴¹⁸. Com estas palavras, o religioso procurava ressaltar o brilho das investidas revolucionárias. Os ‘inimigos da pátria’ buscavam ofuscá-lo vinculando o avanço das forças militares portenhas a roubos e assaltos promovidos “por alguns ladrões unidos

⁴¹⁵ BRAGONI, B.; SALVATORE, R. Reclutamiento militar, disciplina y proletarización en la era de Rosas. *Cultura Plebeia* - Boletín Ravignani, n. 5, p. 25-47, 1992; DI MEGLIO, G. Soldados de la revolución. Las tropas porteñas en la guerra de independencia, 1819-1820. *Anuario IEHS*, Tandil, n. 18, p. 39-65, 2004; FRADKIN, Raúl. Representations de la justice dans la campagne de Buenos Aires, 1800-1830. *Études Rurales*, n. 149-150, p. 125-146, 1999; FRADKIN, R. y RATO, S. Desertores, bandidos e indios en las fronteras de Buenos Aires, 1815-1819. *Secuencia*, n. 75, p. 13-41, 2009.

⁴¹⁶ FREGA, 2005, p. 28.

⁴¹⁷ FRADKIN, R. O. La revolución en los pueblos del litoral rio-platense. *Revista de Estudios Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. 36, n. 2, julho/dezembro 2010, p. 242.

⁴¹⁸ AA. Tomo XIII, p. 238.

com os índios charruas”. O argumento utilizado pelo governo de Montevideu (os ‘inimigos da Pátria) para conter a agitação popular era uma “ordem para que não se alvorçassem que (...) eram índios e ladrões”. A ‘união’ dos índios com as forças militares revolucionárias, na opinião do pároco, dava “outro semblante às notícias favoráveis”, como se a presença indígena maculasse o sucesso que Buenos Aires tentava alcançar.

Em seguida a este arrazoado, pôs-se a descrever as contingências do cerco. Se o trabalho dos índios dava outra cara àquela investida de Buenos Aires em Montevideu, o padre logo viu que os semblantes não eram assim tão estranhos e desconhecidos, ao contrário, eram rostos familiares. Um dia após o outro, a chegada e o trânsito contínuo de muitos ‘carros de famílias’ (carruagens) davam sinais de que não se tratava apenas de assaltos e roubos, mas do regresso de algumas famílias orientais. Junto com elas, “chegaram muita cavahada e gado das estâncias”⁴¹⁹.

Seguem entrando famílias de todas as partes, há dias que passam 200 carros e hoje **chegaram partidas de gente armada das que tinham na campanha** (...) e seguem entrando, e **os gados se depositam no Cerro com os cavalos em grandes currais**. (...) Não faltaram alguns roubos⁴²⁰.

A expropriação territorial, o roubo e a perda de rebanhos de gado foram vividos com intensidade por alguns setores sociais. Segundo alguns autores, o número de cabeças de gado da região caiu bruscamente no período compreendido entre 1810 e 1815. À diminuição dos rebanhos, somaram-se as incursões do lado português em terras missioneiras, o êxodo oriental de 1811 e os conflitos e levantamentos de 1813 e 1814⁴²¹. Conforme o historiador Raúl Fradkin, naquele contexto beligerante, as guerras desencadeadas pela revolução também tomaram a forma de uma guerra por recursos, “a qual adquiriu tal intensidade que interrompeu a primeira expansão ganadeira de exportação que tinha o litoral como epicentro e ameaçou a subsistência da população rural e a reprodução da economia agrária”⁴²².

Por um lado, fica claro que tais experiências de furto e perda de rebanhos não ficavam restritas a certos grupos étnicos, tampouco o proveito que se tirava delas lhes era exclusivo.

⁴¹⁹ Idem, p. 239.

⁴²⁰ Idem.

⁴²¹ MACHÓN; CANTERO, 2006, p.81-82.

⁴²² FRADKIN, 2010, p. 244.

Como assegurou o pároco, algumas armas e cavalos levados “nos vieram muito bem depois”. Por outro lado, vincular aquelas ações – que proveram currais da capital sitiada – a ‘roubos’ realizados por indígenas não se tratou de um mero estratagema do governo montevideano para desmerecer rumores sobre o segundo sítio. As “partidas da Pátria”, esclarecia o padre, dias depois, eram também “gente que se uniu” a um comando militar nos arredores de Montevideú, “e se disseram charruas e ladrões”⁴²³. De fato, havia indígenas entre as famílias e partidas do exército patriota. O trabalho e os saberes indígenas sobre a vida no campo eram bastante importantes para arrebanhar e transportar gado durante o deslocamento dos exércitos. Não nos esqueçamos, como informou Artigas, que além do trabalho das suas gentes, muitas vezes os indígenas franquearam os custos da guerra com seus recursos⁴²⁴. O serviço militar era outra das atividades dos índios largamente utilizadas durante contextos de guerra na região platina. Boa parte dos soldados que acompanhavam Artigas, como sinaliza o diário, eram indígenas.

Bartolomeu Munhoz não era um religioso desconhecido e politicamente inexperiente. Ao contrário, se relacionava com figuras proeminentes desde os tempos em que havia residido em Buenos Aires. Ele escrevera também um diário sobre o primeiro sítio a Montevideú. Em janeiro de 1813, recebeu pedidos do próprio Manuel de Sarratea para acompanhar deputados a certos lugares nas proximidades da capital oriental. Munhoz colocava-se claramente a favor dos planos de Buenos Aires⁴²⁵, e seus escritos tinham o propósito de engrandecer os feitos dos revolucionários. Mesmo assim, a análise do diário proporciona novas maneiras de acessar velhos problemas: aspectos ligados à profissionalização dos índios através da militarização oferecem chaves para uma melhor compreensão da cultura política plebeia⁴²⁶. Através do trabalho, se estabeleceram relações entre tropas, oficiais e governos, relações estas que eram capazes de instituir ou restituir identidades culturais ao interior dos exércitos e milícias, além da evidente dimensão material estabelecida nas negociações entre recrutados e governos. Atrelado à militarização

⁴²³ AA. Tomo XIII, p. 241.

⁴²⁴ AGNA, Sala X, 1-5-12. Povo de Apóstoles, 21 de janeiro de 1812. Conforme vimos no capítulo anterior.

⁴²⁵ AA. Tomo XIII, p. 248.

⁴²⁶ FRADKIN, R. O. Notas para una historia larga: comandantes militares y gobierno local en tiempos de guerra apud BRAGONI, B.; MÍGUEZ, E. (Comps.). **Un nuevo orden político: Provincias y Estado Nacional, 1852-1880**. Buenos Aires: Biblos. 2010; FRADKIN, R.; RATTO, S. Conflictividades superpuestas. La frontera entre Buenos Aires y Santa Fe en la década de 1810. **Boletín Americanista**. Año LVIII, n. 58, p. 273-293 2008.

indígena está o trabalho de prover o que era a base da alimentação das tropas: carne de gado, fosse oriunda de suas estâncias ou rebanhos, ou de arreadas em propriedades particulares. Neste sentido, é crucial compreender que os trabalhos dos índios junto ao serviço militar provocaram, pelo menos, dois tipos de clivagem quanto à sua ‘utilidade’: primeiro, podiam ser vistos, desde perspectivas militares, como soldados e peões, cujos bens e mão de obra especializada eram úteis no cenário de guerra, independente de atuarem do lado conservador ou revolucionário; segundo, podiam ser vistos como sujeitos inviabilizadores do comércio exportador de couro e carne da região, pois eram os principais agentes que executavam o arreo, o transporte e a carneada do gado tanto para servir aos exércitos patriotas e realistas, como para prover suas próprias famílias e comunidades, tão assaltadas em seu patrimônio quanto os ‘*vecinos de bem*’.

Na manhã do dia 26 de fevereiro de 1813, ‘charmosíssima’, no aval do pároco, a praça de Montevideu amanheceu tomada por tropas de infantaria, de cavalaria, regimentos de Dragões e por uma multidão que “com o imenso povo que se juntou de todas as partes, fez tremer os muros da praça sitiada”⁴²⁷. Numa “união sempre interessante”, voltou a insistir, “cem índios charrua fechavam a retaguarda”⁴²⁸. Mas, a relação de empatia com a ‘união’ possuía altos e baixos e, meses depois, já não era vista com o mesmo entusiasmo. Com a chegada de outros “índios charruas foi preciso fazê-los acampar a 3 léguas de distância por sua conduta incivil”⁴²⁹. Não obstante o comportamento aparentemente incivilizado dos índios, “seu chefe *caciquillo* D. Manuel Artigas é muito tratável”⁴³⁰, anotou Munhoz.

⁴²⁷ Ibid., p. 249.

⁴²⁸ Ibid., p. 249.

⁴²⁹ Ibid., p. 255.

⁴³⁰ Andrés Artigas não era o único indígena afilhado de José Artigas. Manuel Artigas, liderança charrua, também era, e era homônimo do irmão de José Artigas. Embora a atuação do primeiro tenha sido mais destacada, os préstimos do segundo como militar e como intermediário eram também conhecidos, mesmo entre aqueles com quem não convivia, como era o caso de Bartolomeu Munhoz. Algumas obras que tratam da relação de Artigas com índios charrua: ACOSTA Y LARA, Eduardo F., **Los charrúas y Artigas. Revista de la Sociedad Amigos de la Arqueología**. Montevideo, Tomo XI, p. 103-148, 1951; e: **La guerra de los charrúas. Periodo Patrio I y II**. Montevideo: Linardi y Risso, 1989; BARRIOS PINTO, A. **Los aborígenes del Uruguay: Del hombre primitivo a los últimos charrúas**. Montevideo: Linardi y Risso, 1991; BECHIS, M. Fuerzas indígenas en la política criolla del siglo XIX apud GOLDMAN; SALVATORE, 1998, p. 293-317; FAVRE, O. P. **Los charruas-minuanes en su etapa final**. Durazno: Tierradentro Ediciones, 2004.

⁴³⁰ FRADKIN, R. O. Los grupos sociales subalternos y la revolución en el litoral rio-platense apud ORTELLI, S. (Coord.). Las independencias desde abajo: historias de subalternos, excluidos y olvidados en América a principios del siglo XIX. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2010.

Como se nota, os indígenas ocupavam os mais diversos lugares sociais naquele contexto, desde os mais elogiáveis até os mais ignóbeis. É importante localizar esses lugares sociais para dimensionar, de maneira mais adequada, sua participação política na década das revoluções na região platina⁴³¹. Embora esta pesquisa trate dos espaços da fronteira oriental do extinto vice-reino do Prata, considero bastante oportuno oferecer breves dados sobre a composição de exércitos patriotas e realistas em outras frentes de guerra. Na fronteira com o Alto Perú, o vice-rei de Lima contou, nos primeiros anos da década de 1810, com exércitos e milícias, cuja oficialidade era integrada majoritariamente pelas elites crioulas. Mas, a maioria dos exércitos que enfrentaram a revolução, originada em Buenos Aires, era composta por indígenas. Em 1811, enquanto na fronteira leste, a milícia patriótica de Misiones formada por Belgrano atuava na Banda Oriental durante o primeiro sítio de Montevideú; na fronteira norte, oficiais vindos da península como Manuel de Goyeneche, comandaram milícias com cerca de três mil homens do cacique Mateo Pumacahua e outros cerca de mil e duzentos do cacique José Choquehuanca⁴³². Indígenas integravam tanto tropas realistas quanto revolucionárias. Seus contingentes eram significativos em termos numéricos e qualitativos, pois conheciam melhor seus territórios do que os peninsulares e eram também melhor inteirados nas lidas do mundo rural, que incluíam o indispensável serviço de arrear, abater o gado e armazenar a carne que alimentava os exércitos, como já ressaltamos. A partir de 1813, esse quadro começou a mudar. Após um par de anos de experiência, oficiais realistas se queixavam da indisciplina dos soldados e do fato de que “raro era aquele que sabia falar castelhano”⁴³³. Com os exércitos patriotas avançando, também compostos por contingentes indígenas, como era o caso das milícias missioneiras formadas por Belgrano e dos exércitos artiguistas, a Península enviou um reforço numeroso. Doze mil soldados foram destinados ao Peru, Chile, Venezuela e é claro, Montevideú. Quatro mil homens desembarcaram na capital oriental em 1813, com o objetivo de conter o segundo sítio. Obviamente, “estas expedições não mudaram a composição esmagadoramente americana e multiétnica dos exércitos realistas. Os exércitos que se enfrentavam eram semelhantes em sua composição

⁴³² FRADKIN apud ORTELLI, op. cit., p.242.

⁴³³ Ibid., p. 242.

regional, social e étnica, tanto em sua organização, regulamentos e formas de fazer a guerra”⁴³⁴.

De fato, a narrativa do padre Munhoz sobre o envio de tropas peninsulares a Montevideú não excluiu a participação indígena, ainda que seus escritos deixem a impressão de que, talvez, os índios passaram mais despercebidos pelos seus olhos do que pela sua pluma. Sim, as contradições e dificuldades do pároco ao situar as atuações indígenas sugerem que nem sempre ele se deu conta dos significados do que escrevia. Tanto assim que, no dia 6 de setembro, um informante lhe contou sobre o bom uso que forças revolucionárias fizeram de umas granadas para tomar cavalos de soldados realistas que se aproximavam do porto montevideano em navio, fragatas e bergantins. O informante era um “índiozinho tape que andava na cadeia”. Com o desembarque de soldados vindos da Europa, as autoridades de Montevideú acreditaram que não era mais necessário manter alguns presos que, pelo visto, seriam destinados ao serviço junto às tropas realistas. O jovem índio “foi um dos que puseram em liberdade pela chegada do reforço”, contou Munhoz. O ‘maior da praça’ se encheu de coragem com o desembarque e, enquanto os soldados realistas – dentre aqueles que não foram atingidos pelas granadas – formavam tropas na praça central, resolveu discursar. Falou aos moradores e a todos ali presentes que nada tinham a temer. Apontando para o jovem índio recentemente solto, assegurou que os revolucionários que sitiavam Montevideú “eram quatro gaúchos índios depreciáveis como aquele, com lanças, flechas, facas enastradas e alguns fuzis que não sabiam manejar”⁴³⁵. As visões sobre a presença e a atuação dos índios no segundo sítio a Montevideú foram algo caricatas, extremistas e distantes da realidade: “quatro gaúchos índios depreciáveis”, nos dizeres da autoridade de Montevideú; “todos índios gentis bárbaros sem religião”, que degolavam e escravizavam brancos, segundo o que um marinheiro genovês ouvira na Europa antes de embarcar rumo àquela praça⁴³⁶.

É interessante observar que o preso indígena, que serviu como exemplo de homens que portavam armas precárias e não sabiam manejar arsenais pesados, como fuzis, foi o mesmo que informou ao padre sobre o uso das granadas que impediram soldados realistas de pisar em terra firme. Isso assinala que as relações com os indígenas não eram estáticas e é

⁴³⁴ FRADKIN apud ORTELLI, op. cit., p.242.

⁴³⁵ AA. Tomo XIII, p. 259.

⁴³⁶ Idem, p. 263.

preciso depreender os significados dos seus serviços de variáveis discursivas radicais, como: ‘poucos gaúchos índios depreciáveis’ ou ‘todos gentis bárbaros’, afinal entre um extremo e outro havia uma porção de outros agentes indígenas com história para informar, como fez o jovem ‘indiozinho tape’. Apesar de colocar em xeque a reflexão com que iniciou o diário, qual seja, a de que homens eram unidos pelos trabalhos em situações de padecimento, à medida que o trabalho parecia diminuir, ou seja, o sítio à cidade se consolidar, os préstimos indígenas podiam ser vistos por uns com mais ressalvas do que por outros.

Em dezembro de 1813, o general luso-brasileiro Bento Gonçalves informava a Manuel Marques de Souza, comandante da intervenção luso-brasileira na Banda Oriental em 1811 e participante do processo de conquista dos sete Povos em 1801, sobre as condições do exército que sitiava Montevideú. “Estas tropas estão muito mal disciplinadas”⁴³⁷, escreveu Bento Gonçalves a Maneco, e emendou: “as misérias, falta de dinheiro, e de armamento, e munições, e o despotismo abundam naquela cidade, e nem por isso, deixam de ofender a Nação Portuguesa”. A ofensa, de acordo com o estancieiro e militar a serviço do governo da capitania de São Pedro naquela época, partiu de soldados realistas do regimento de infantaria que, num ato público, hastearam a bandeira inglesa e a portuguesa juntas. Aquela no lugar principal e a outra num lugar inferior, com as armas para baixo, “entre duas bandarilhas dos índios”⁴³⁸. O forte desejo de que os serviços militares prestados pelos índios (e ou símbolos que remetem a eles) não ocupassem os mesmos lugares que os luso-brasileiros poderia ser uma das explicações possíveis para que Bento Gonçalves tenha interpretado o ato como ‘insulto’.

Mas o fato é que indígenas compunham boa parte do exército de Rondeau e Artigas, que sitiava a capital, motivo pelo qual as alianças estabelecidas com eles mostravam-se fundamentais. O controle precário por parte do governo portenho dos rumos dessas alianças e das escolhas dos aliados era a razão pela qual “Buenos Aires se vê no último apuro”, na opinião de Bento Gonçalves. Eram estarrecedoras as “notícias do exército de Artigas e Rondeau: forças armadas, três mil e tantos; o total entre índios de chuça e armados, e inválidos se compõe o dito exército de cinco mil e tantos”⁴³⁹. Ou seja, a formação e atuação

⁴³⁷ AA. Tomo XIII, p. 191.

⁴³⁸ Idem.

⁴³⁹ AA. Tomo XIII, p. 191.

de forças beligerantes dependiam, em grande escala, dessa gente indisciplinada e heterogênea; e dentro daquele quadro de guerra, tornava-se cada vez mais imprescindível para instâncias de poder obter seu apoio e colaboração⁴⁴⁰. As rígidas regras de hierarquia social se afrouxavam com a conjuntura daqueles tempos, como disse o padre no início do diário, dando ênfase aos trabalhos que realocavam as relações. Ao mesmo tempo, novos marcadores profissionais eram utilizados para localizar certos grupos em outros lugares sociais. De qualquer maneira, estaticidade não era marca das ações indígenas naquele contexto, cuja análise contribui para evidenciar o oposto disso: sua inserção na dinâmica dos novos tempos.

5.5 – Indígenas atuantes e envolvidos em outros projetos e planos políticos.

O livro de acordos de Nossa Senhora de Guadalupe traz resoluções tomadas pelas autoridades locais e provoca questionamentos ligados ao que Raúl Fradkin interpretou como problemas entrelaçados: o direito dos povos de exercer a soberania e o dos *vecinos* da campanha de integrar-se ao corpo político em igualdade de condições. Ambas as problemáticas, analisou o historiador, “afrontaram-se no contexto de uma mobilização política e militar das populações rurais de uma amplitude muito maior do que a que possuíam os núcleos reconhecidos como *vecinos* a quem se lhes reconheciam direitos eleitorais”⁴⁴¹. O exemplo da situação de Guadalupe dimensiona a amplitude das ações políticas dos indígenas em conformidade com o entendimento de Fradkin sobre as populações rurais, ou seja, com grande poder de mobilização, igual ou maior do que a de núcleos aos quais eram concedidos direitos eleitorais.

O governo do povoado de Guadalupe, que se declarava um ‘governo provincial’, pedia o auxílio militar do governo Oriental em vista “do acometimento que os charruas haviam tentado efetuar neste povo”⁴⁴². Antes que pudessem obter uma resposta, haviam “marchado os charruas”, demonstrando a intensa circulação e troca de papéis sociais. Se a união de indígenas charrua aos contingentes militares que sitiavam Montevideú foi vista com

⁴⁴⁰ FRADKIN; RATO, 2008, p. 273-293 e FRADKIN; RATO, 2009, p. 13-41; FREGA, 2011, p. 131-167; FREGA apud FRADKIN, 2008, p.151-176.

⁴⁴¹ FRADKIN, 2010, p. 248.

⁴⁴² AA. Tomo XII. Nossa Senhora de Guadalupe, 14 de setembro de 1813, p. 276.

empatia e ressalva por Bartomeu Munhoz, assim também, suas ações foram percebidas de modos distintos por *vecinos* de Guadalupe. Cabildantes e particulares do local buscavam apoio para enfrentar saques, frequentes naquele contexto e realizados não apenas pelos índios. Ao mesmo tempo em que pediram ajuda para ‘combater’ indígenas Charrua, acordavam a oferta de um salário em troca dos serviços de um peão. A oferta não era bem um salário, já que seria pago em trigo, e não em dinheiro. O peão também deveria ser capaz de ‘entender’ as ordens de um comandante⁴⁴³. Na habilidade do peão de entender o militar, há possibilidades de leituras. Leia-se que o peão compreendesse o idioma do comandante pode ser uma; leia-se que o peão fosse disciplinado o suficiente para cumprir (e não apenas entender) as ordens do comandante pode ser outra.

Para melhor compreender as ligações entre os trabalhos de indígenas e a relação política entre governos locais, provinciais e centrais vale lembrar que as *Instruções* propuseram uma autonomia federal para os povos e para as cidades cabeceiras, sendo estas, sedes do governo provincial; ou seja, as *Instruções* buscavam estabelecer parâmetros jurídicos e constitucionais que mediarium as relações políticas entre governo central e governos regionais, como é o caso das relações entre Buenos Aires e a Banda Oriental, e entre governos regionais e vilas, povos e povoados, como é o caso das relações entre Guadalupe e a Banda Oriental. Mas, houve também iniciativas locais de organização constitucional para mediar as relações do governo provincial e sua cidade cabeceira com as localidades menores da região. Este é o caso do Projeto de Constituição para Província Oriental, de 1813, acordado pelos delegados dos povos de Canelones, Piedras, Pando, Minas, Maldonado, São Carlos, Rochas, Santa Teresa, Santa Luzia, Pintado, São José, Escolla, Colônia, Espinilho, Víboras, Santo Domingo Soriano, Mercedes, Porongos, Paissandú, Cerro Largo e Belém, “que formam a província Oriental do Uruguai”⁴⁴⁴. As disposições do projeto foram elencadas em capítulos sobre os novos ‘Corpos Políticos’ bem como suas atribuições nas esferas de poder legislativa, executiva e judiciária. O artigo seis do capítulo sobre o executivo dizia o seguinte:

O governador dessa Província pelo tempo que seja, será o comandante-geral das forças militares da Província de mar e terra e terá poder para dirigir, instruir, exercitar, de tempo em tempo, a

⁴⁴³ AA. Tomo XII. Nossa Senhora de Guadalupe, 16 de setembro de 1813.

⁴⁴⁴ AA. Tomo XII, p. 278.

milícia, por si mesmo ou por algum comandante e oficiais, juntá-la e pô-la nas praças ou fortes da Província, para defesa especial dela e segurança de seus habitantes; e com acordo do senado levá-las a **rechaçar, resistir, expulsar e perseguir à força de armas a todos os inimigos por quem seja invadida prontamente, ou de alguma reunião de índios que receba aviso trazerem suas companhias,** [sic] dando-se conta ao Congresso das Províncias Unidas para o auxílio que fosse necessário, imposto da necessidade urgente ou determine o que creia ser mais condizente ao caso. **Assim mesmo terá autoridade para tirar a vida ou fazê-la executar em todas as pessoas do Exército e Armada, (e em tempo de guerra à Milícia)** e forças de mar que em qualquer tempo faltem às leis militares segundo a ordenança do Exército e Armada, e em tempo de guerra, a Milícia que esteja no atual serviço, e também ao tempo de rebelião ter autoridade para tomar e surpreender por todas as vias e meios (qualquer que sejam) todas e cada uma das pessoas com navios, armas, munições e efeitos, que de uma maneira hostil invadam ou tentem invadir, conquistar, ou prejudicar a esta Província⁴⁴⁵.

Através deste artigo e das demais informações trazidas pelo conjunto documental selecionado para este capítulo, acredito que ficará mais claro para o leitor que ‘os índios’ podiam se colocar, ou serem colocados, como aliados ou como inimigos do governo de Buenos Aires, da Província Oriental e dos governos locais. Assim, também fica evidente a ávida busca de todas as instâncias de governo, fossem elas centrais, regionais ou locais por controlá-los, estivessem em posição favorável ou contrária a eles. As *Instruções* e o *Projeto de Constituição para a Província Oriental* estão em consonância, neste sentido. Através do exercício do poder executivo por um militar que simultaneamente acumulava o cargo de autoridade de máxima instância do poder provincial – ou federal, conforme as *Instruções* e o *Projeto* – o governador teria amplo domínio sobre as forças do exército regular e miliciano, significativamente formado por indígenas. As disposições deste artigo do Projeto também buscavam garantir que autoridades superiores pudessem controlar as ações de indígenas que não integravam as milícias ou o exército, mas seguiam promovendo os chamados ‘assaltos’ em núcleos urbanos e estâncias, atos considerados ‘hostis’, como sublinha o documento.

É pouco provável que os criadores do *Projeto* não tivessem clareza de que os indígenas poderiam integrar dois ou mais grupos mobilizados, por exemplo, fazendo parte das milícias e exércitos enquanto participavam de ‘assaltos’. Porém, por meio desta

⁴⁴⁵ AA. Tomo XII, p. 286-287.

disposição tentavam estender o alcance do governo Provincial a diferentes grupos, e não me refiro apenas às distintas parcialidades étnicas, como também a variados grupos que agiam em conjunto com suas lideranças e mesmo com suas famílias indígenas, além dos ‘homens soltos’ que circulavam pela campanha. Assim, a colaboração imposta, a ‘apropriação indébita’ de recursos como rebanhos, sobretudo vacum e cavalar, ataques e saques, recrutamento militar voluntário e forçado, e o deslocamento espacial de habitantes da região são parte indissociável desses conflitos que aparecem em textos como o das *Instruções*, do *Projeto* e do diário. Tais textos indicam que, além das medidas com propósitos punitivos e ordenadores, a dinâmica desses enfrentamentos deu lugar ao surgimento de novos atores e novas formas de exercer poder.

No *Projeto*, as menções sobre indígenas ficaram restritas ao capítulo sobre o poder executivo. Todavia, embora os demais capítulos não se remetam expressamente a eles, a preocupação sobre suas ações é constante em todo o documento. No capítulo sobre a constituição, para citar um exemplo, um dos artigos determinava que, “sendo necessária à segurança desta Província uma milícia bem organizada, todos os habitantes dela, precisa e indispensavelmente hão de saber o manejo de arma”⁴⁴⁶. A contradição entre esta disposição e o alarme causado em Mandisoví pela reunião e posse de armas pelos índios é imediata à primeira vista. Assim também, parece paradoxal desdenhar de índios que não sabiam manejar armamentos pesados, como ocorreu em Montevideu, de acordo com o diário do padre, ao passo que o trabalho indígena junto aos exércitos e milícias tornava-se cada vez mais necessário. Entretanto, para portar e manejar armas os habitantes não poderiam violar o direito de usá-las para “a defesa comum”, e poderiam reunir-se apenas “pacificamente e representar ao Governo para a reforma de abusos”⁴⁴⁷. Este artigo pode ser entendido como uma clara disposição para acabar com “reunião de índios” e fomentar sua união aos poderes locais e centrais como soldados, conforme descrito no artigo sexto do capítulo sobre o poder executivo. Assim, passariam a pegar em armas para defender o ‘povo’ do qual fariam parte, tornando-se desta forma, ‘úteis à Pátria’.

⁴⁴⁶ AA. Tomo XII, p. 280.

⁴⁴⁷ AA. Tomo XII. **Plano de Constituição para as Províncias Unidas da América do Sul**, subscrito com as iniciais F. S. C. que correspondem a Felipe Santiago Cardozo, p. 290.

Um dos deputados orientais, cuja participação foi vetada no encontro para a Assembleia do ano XIII, elaborou outro “Plano de uma Constituição liberal federativa para as Províncias unidas da América do Sul”. Felipe Cardozo Santiago, acusado de veicular “panfletos ‘incendiários’ pelas Províncias, possivelmente preferiu colocar apenas as iniciais F.S.C. no *Plano*. No documento, a questão sobre a aliança e uma possível integração de indígenas à nova ordem social foi posta em outros termos:

Art. 35 – o Congresso terá poder para importar taxas, direitos, impostos e sisas, pagar as dívidas, prover à defesa comum e bem geral das Províncias unidas, **regular o comércio com as nações estrangeiras, entre os diversos estados e Províncias e tribos dos índios.** (Mas todos os direitos, impostos e sisas serão iguais em todas as Províncias unidas). Tomar dinheiro emprestado a crédito das Províncias unidas. Estabelecer uma regra uniforme de naturalização, e leis uniformes sobre os assuntos de bancarrota em todas as Províncias Unidas. Cunhar moeda. Regular o valor dela e de cunho estrangeiro, e fixar as taxas dos pesos e medidas entre as Províncias unidas: **regular o tráfico e manejar todos os negócios com os índios que não sejam membros de algumas das Províncias unidas,** com tal que o direito legislativo de qualquer Província dentro de seus limites não seja embaraçado ou violado. 448

Este artigo chama a atenção por vários fatores. Primeiro, por evidenciar um tipo de atividade à qual os índios costumam ser pouco associados naquele contexto, o comércio. Nesse sentido, oferece outra compreensão sobre um conjunto de expectativas que o trabalho indígena produzia naquele momento. Além dos serviços militares, eles estiveram envolvidos em atividades comerciais. Revela, ainda, que autoridades políticas davam como certa a presença de índios comerciantes que não eram “membros de algumas das Províncias unidas”, embora habitassem e circulassem “dentro de seus limites”. A associação que é feita entre os negócios estabelecidos com estrangeiros e os índios denota as baixas expectativas e os altos interesses em integrá-los à sociedade nacional. É importante enfatizar que as *Instruções*, o *Projeto* e o *Plano* foram escritos no mesmo ano, de 1813, em gabinetes que não estavam mais tão afastados dos campos e dos centros da vida política. Ao contrário, cada vez mais, os gabinetes estavam localizados em povos e vilas, e não apenas em grandes centros urbanos,

⁴⁴⁸ AA. Tomo XII, p. 296. Os parênteses são da fonte. Grifos meus.

onde quem os dirigia, convivia de perto com indígenas e com os efeitos de suas ações⁴⁴⁹. Um morador de Minas e comissário encarregado de algumas tarefas, como uma diligência para controlar saques na região, relatou ao presidente do governo oriental, Bruno Mendes, que a situação estava longe de ser controlada⁴⁵⁰. Disse que necessitava de “cavalos e gentes que não há”:

(...) eu não tenho de quem valer-me, lhe participo a V. Ex. **dos prejuízos que fazem os índios nos partidos em suas correrias sem deixar cavalo em que andar** e eu lhes tenho apresentado, impedindo-lhes e não me tem obedecido, os cristãos que andam entre eles são os piores⁴⁵¹

A maior parte das casas do *vecindario* de Minas ficou sem animais e os prejuízos eram constantes, segundo o comissário Francisco Maciel. Como a situação de carestia estava se acentuando, a providência tomada pelo enviado do governo foi colocar alguns homens nas ‘melhores casas’, dando-lhes “o arbítrio de matar alguns animais para que se mantivessem, afim de que não se perdesse de todo”. Sem cavalos e sem gentes, entrou em contato com alguns *vecinos* que puderam providenciar reforços. Através deste e outros episódios recorrentes trazidos neste capítulo, podemos perceber que práticas de saque se tornaram uma maneira cotidiana de suprir necessidades primeiras, além de construir alianças, vínculos sociais e adesões políticas. A pilhagem também se transformou numa via que dava vazão a múltiplas tensões sociais e foi usada para combater antigos e novos inimigos. Através das memórias e experiências das gentes acostumadas a viver situações de disputas territoriais, guerras e mudanças políticas, os conflitos dos anos iniciais da década de 1810 recuperaram maneiras de reaver perdas, (re)configurar participações na cena política, (re)ocupar e (re)inverter posições sociais.

Os *vecindarios* de Minas e Santo Domingo Soriano, ambas localidades cujos representantes participaram da elaboração do *Proyecto*, apresentaram ao governador geral da Província Oriental solicitações e queixas. Santo Domingo Soriano pediu “a nova instalação

⁴⁴⁹ Artigas “*se alojava numa carreta*” de acordo com um general chileno que o conheceu. Sua carruagem era também uma espécie de escritório, de acordo com o relato descrito em: BRACKENRIDGE, E. M. Artigas y Carrera. Viaje a América del Sur hecho a orden del Gobierno Americano em los años 1817-1818. **Revista de la Universidad de Buenos Aires**. Buenos Aires 2ª serie, seção VI, Tomo I, 1924. p. 121-122 apud RIBEIRO, 2011, p. 17.

⁴⁵⁰ Distante 120 quilômetros de Montevideú, Minas é atualmente a capital do departamento de Lavalleja.

⁴⁵¹ AA. Tomo XII. Minas, 14 de junho de 1813, p. 84.

de um cabildo de índios”⁴⁵². Argumentaram que “dito povo tem gozado o privilégio de eleição de um corpo municipal, em um cabildo completo, com seus respectivos alcaides regedores, e demais ofícios aconselháveis”. Sublinharam o pleno conhecimento que o governador tinha de fatos nos quais as “vicissitudes originadas pelas moções da época atual tem causado achar-se, por repetidas ocasiões, este povo carente dos magistrados e demais indivíduos do corpo do cabildo, como no presente experimentamos e conhecendo nisto um defeito que não só priva a este povo de seus respectivos direitos (...)”⁴⁵³. A conjuntura de guerra fez com que índios cabildantes se ausentassem de tais cargos políticos para exercer outros tipos de atividades. O *vecindário* julgou que sua ausência deveria ser suprida porque era um ‘direito’ daquela localidade. Embora Santo Domingo Soriano estivesse bem mais afastado de Montevideú do que Minas, era esta última que se queixava de ataques de índios. Isso demonstra que suas atuações se davam em lugares próximos à capital oriental, em núcleos urbanos maiores, como já vimos, e também afastados dela, na zona rural. Quer dizer, os índios permaneciam praticando um traço fundamental de sua cultura, qual seja, a mobilidade espacial, e participavam de conflitos bélicos e sociais – como a prática dos saques e da pilhagem – atuando nos rumos das mudanças políticas em curso em regiões das fronteiras platinas, “desde os muros de nossa cidade (Montevideú) até as margens do Paraná”, como disse Artigas no discurso do Congresso de Três Cruzes.

Assim, enquanto na região de Minas, próxima a Montevideú, indígenas Charrua eram acusados de deixar vecinos “sem cavalo em que andar”, outras notícias do departamento de Yapejú, que era margeado pelo rio Paraná, chegavam às mãos do governador Bruno Mendes. Os comandantes Domingo Manduré e Félix Carrasco sitiavam Mandisoví “com a força de seu mando”⁴⁵⁴. Francisco Bustamante informava sobre a ‘força’ do contingente sob o comando de Manduré e o êxito do sítio a Mandisoví, motivo pelo qual se retirava daqueles arredores “pelo reduzido número de tropas que auxiliam e as circunstâncias”⁴⁵⁵. O desfecho dos ataques à Mandisoví veremos logo adiante. Por ora, vale citar a recomendação do historiador Raúl Fradkin sobre a época das revoluções no litoral rio-platense: “é preciso

⁴⁵² AA. Tomo XII, p. 01.

⁴⁵³ AA. Tomo XII, p. 01.

⁴⁵⁴ AA. Tomo XIII, p. 166.

⁴⁵⁵ AA. Tomo XIII. Paissandú, 3 de setembro de 1813, p. 165.

lembrar que os grupos indígenas reduzidos, mas também muitos grupos de índios ‘infêis’ não submetidos se transformaram em atores cada vez mais decisivos nestas confrontações”⁴⁵⁶.

5.7 – “Tipo[s] de engajamento[s]” indígenas.

Com o rechaço dos deputados orientais na Assembleia do ano XIII e as dificuldades de conciliação de interesses diante do segundo sítio a Montevideu, o chefe dos orientais enfrentou, mais uma vez, problemas com o governo de Buenos Aires. As propostas políticas e sociais de Artigas e a origem da maioria de seus aliados provocavam suspeita e temor entre autoridades portenhas. Não obstante, o selo da Assembleia do Ano XIII trazia a presença de um símbolo indígena na retaguarda de outro, o da revolução. O sol incaico, que agora era o “sol de Maio”, figurava atrás “das mãos dadas sob o barrete frígio”⁴⁵⁷, dando sustentação ao ‘revolucionário’ gorro vermelho.

⁴⁵⁶ FRADKIN, 2010, p. 251-252.

⁴⁵⁷ GUAZZELLI, C. A. B. Divisas coloradas: radicais e federalistas na formação dos Estados Nacionais, Espaço Platino (1811-1828). **Anais do XII Encontro Estadual de História ANPUH-RS**. UNISINOS, São Leopoldo-RS. Disponível em: http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405390306_ARQUIVO_DIVISAS-ANAIS.pdf. Acessado em 01/09/2016.

Figura 7 - Sello de la Asamblea del Año XIII.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Sello_asamblea_soberana_-_Argentina_1813.png.

Acessado em 15/04/2017.

Preocupados com as alianças e com os símbolos nacionais da sociedade que tentavam conformar, os deputados da Assembleia tomaram resoluções como a encomenda de um hino nacional, o estabelecimento de um brasão de armas, o fim do tráfico de escravos, a sanção da lei do ventre livre, a liberação de indígenas de pagar tributos e a abolição de algumas práticas de tortura⁴⁵⁸. Um ano depois de criada, e sem a presença dos representantes indicados por Artigas, a Assembleia do Ano XIII suprimiu o segundo Triunvirato e instaurou um Diretório, em janeiro de 1814. Gervásio Posadas, um dos membros do Triunvirato, foi nomeado seu diretor supremo.

⁴⁵⁸ **Registro Oficial de la Republica Argentina** que comprende los documentos espedidos desde 1810 hasta 1873. Tomo I, 1810 a 1821 (Publicación oficial). Buenos Aires: La Republica – Imprenta especial de obras, 1879.

O choque entre as Instruções e o Diretório estava posto. O poder executivo ficaria concentrado nas mãos de um representante, assessorado por um Conselho de Estado formado por nove membros. Isto antagonizava com os princípios apresentados pelos deputados orientais e rejeitados pela Assembleia, especialmente o artigo segundo o qual “o despotismo militar será precisamente aniquilado com travas constitucionais que assegurem inviolável a soberania dos povos”⁴⁵⁹. Ademais, destoava de grande parte das solicitações e informes encaminhados ao governo central e provincial, como nos exemplos já vistos sobre reclames para organizar milícias, ordenar e controlar a campanha, e assim integrar o conjunto dos povos e províncias autônomas que formariam as Províncias Unidas do Prata. Diante das disparidades que se apresentavam como irreconciliáveis, com a nomeação de um diretor com amplos poderes ao invés de um corpo político formado por integrantes de todas as províncias, Artigas e suas forças militares abandonaram o segundo sítio a Montevideu.

A reação de Posadas foi radical por um lado e moderada por outro. No primeiro caso, o Diretório baixou um decreto em 11 de fevereiro de 1814, através do qual declarou “a Dom José Artigas infame, privado de seus empregos, fora da Lei, e inimigo da Pátria”. Intitulado “traidor da Pátria”, Artigas deveria ser perseguido e morto, em caso de resistência. O decreto tratou de oferecer a recompensa de seis mil pesos “ao que entregue a pessoa de Dom José Artigas vivo ou morto”⁴⁶⁰, ao passo que garantia que todos os oficiais que acompanhavam ‘o traidor’ e desistissem de segui-lo ou o entregassem, conservariam seus soldos, incluindo os atrasados. No segundo caso, buscou demonstrar que a perseguição era contra Artigas e aos adeptos do seu partido, e não aos *vecinos* e cidadãos que quisessem se tornar partidários da causa do governo central. Esta também era uma maneira de angariar suporte, recursos humanos e materiais para seus representantes locais, os governadores de Misiones, Entre-Rios e Corrientes, respectivamente Bernardo Pérez Planes, Hilarión de la Quintana e José León Domingues. Em 10 de setembro de 1814, Gervasio Posadas instituiu outro decreto criando as Províncias de Entre-Rios e Corrientes, que incluíam “povos de Misiones com suas jurisdições respectivas”⁴⁶¹. Assim, tentava cooptar apoio na região litorânea que era também

⁴⁵⁹ MACHÓN; CANTERO, 2006, p. 69, Artigo 18.

⁴⁶⁰ **Registro Oficial de la Republica (...), 1879**. Decreto nº 642, p. 261-262.

⁴⁶¹ GÓMEZ, H. F. Divisiones Administrativas, judiciales y municipales de la provincia de Corrientes. Corrientes, 1929 apud MAEDER, 1992, p. 252 e 289.

alvo do projeto artiguista, sobretudo depois que Domingo Manduré, as gentes cooptadas por ele e outros líderes derrotaram Bernardo Pérez Planes no povo missioneiro de La Cruz.

Ao final do mês de abril de 1813, em contextos arriscados, o governador do departamento de Misiones informou ao governo de Buenos Aires que marchou com trezentos homens a fim de conter “as muitas desordens daquela campanha e corrupção do povo de Yapejú” e além “de passar pelas armas dois Dragões”, reformou o cabildo. A resposta veio no sentido de acalmar os ânimos e precaver o perigo a Bernardo Pérez Planes, “prevenindo-lhe que não deve passar a fuzilar os delinquentes sem dar aviso e esperar a aprovação do governo, a não ser que sejam tão urgentes as circunstâncias, que exijam um pronto escarnecimento nos casos previstos pela ordenança e as leis”⁴⁶². Em março de 1814, após ser contido no Povo missioneiro de La Cruz por Manduré e pelas pessoas agenciadas por ele, era a vez de Bernardo Pérez Planes ser fuzilado no acampamento artiguista de Belém.

Blas Basualdo, um lugar-tenente de Entre-Rios, e Vicente Matiauda, subdelegado de Candelária, departamento missioneiro sob custódia do Paraguai, também participaram da ação que levou Pérez Planes ao acampamento de Belém. Lá, perdeu a vida depois de ser julgado aos moldes das novas ‘leis’ que garantiam autonomia às Províncias, propostas pelas *Instruções*. Neste mesmo mês, Blas Basualdo invadiu Curuzú-Cuatiá, também com o auxílio de tropas indígenas. A causa federalista, assim como a centralista, adquiria novos aliados e inimigos; contudo, na região missioneira, na Banda Oriental, em Corrientes e Entre-Rios, a primeira tomava proporções políticas e sociais revolucionárias:

V. E. não pode ignorar a convulsão geral em que se acha todo o país de Entre-Rios. Tudo existe fora de seu prumo e anuncia que um sacudimento estranho não está distante. **Os povos de Mandisoví, Salto, Santa Ana, e demais em que devo fazer a coleta de naturais ou estão absolutamente inabilitados destes, ou pouco menos. Todos os que podiam levar armas, imigraram quando [houve] a reunião de Manduré, os que não se incorporaram às suas ordens, tomaram rumos distintos.** A falta de arbítrios para aumentar aos poucos que ficaram será também outro obstáculo forte à minha comissão. **Aqueles naturais são sensíveis em extremo grau a tudo o que é afastar-se de seu país natal. Somente uma esperança certa de melhorar sua sorte poderia amortizar um pouco essa natural repugnância, mas semelhante esperança**

⁴⁶² AA. Tomo XI, p. 323.

nunca conceberam se não lhes dá como sinal uma gratificação ao tipo de engajamento.⁴⁶³

As assertivas com que Ramón López informou ao Supremo Poder Executivo das Províncias Unidas sobre a situação de povos de Entre-Rios são sobremaneira esclarecedoras. O comissário havia sido encarregado de “coletar” recrutas indígenas para servir como soldados nas tropas do governo ‘revolucionário’. Embora tenha tomado diferentes rumos, a maioria dos indígenas não permaneceu passiva às diretrizes de Buenos Aires sobre o uso de sua mão de obra e seus territórios. Optaram por não apoiar os governos locais, representantes do poder central. Comunicaram-se com outras autoridades políticas, cuja proposta e trato nas negociações lhes pareceram mais apropriados e vantajosos. Ou seja, em meio à “convulsão geral” e situações que os colocavam sob risco, uniram-se sob o comando de uma liderança indígena, e não de um representante do governo bonaerense, e agiram no sentido de buscar controlar o que tentavam lhes tirar: terras, rebanhos e suas iniciativas de organização social e política autônomas. É importante destacar que o resultado imediato das ações indígenas foi exitoso, pois Ramón López opinou aos gabinetes de Buenos Aires que “minha comissão seria infrutífera, estéreis meu sacrifícios”, deixando uma brecha para que cancelassem sua missão em Entre-Rios. O lugar para o qual havia sido encarregado de recrutar indígenas era Curuzú-Cuatiá, onde Belgrano havia ordenado uma importante alteração jurisdicional em terras pertencentes ao departamento indígena de Yapejú, assim como Mandisoví. Não parece, de modo algum, coincidência que indígenas tenham se engajado e se sublevado justo nas localidades cuja organização administrativa havia sido alterada depois das disposições de Belgrano, e que o governador do departamento de Misiones, que o acompanhara durante a expedição ao Paraguai em 1810, tenha sido preso e fuzilado.

Com o processo de crise do regime colonial, a formação de uma nova ordem naquele espaço fronteiriço também era protagonizada por uma população rural e indígena dinâmica e heterogênea, o que implica dizer, praticantes de grande mobilidade espacial e social, sujeitos sobre os quais diferentes esferas de governo possuíam capacidade bastante precária de controle. Diante de situações em que seus territórios eram alvo de pilhagem e propensos

⁴⁶³ AA. Tomo XIV. **Ramón López** ao Supremo Poder Executivo das Províncias Unidas. Uruguai, 31 de janeiro de 1814, p. 33.

à fragmentação, em que as guerras abalavam as bases de sua estrutura material, pode-se dizer que essas gentes empreenderam políticas autônomas, que ajudam a compreender melhor os motivos pelos quais suas adesões e alianças foram instáveis e ambíguas aos olhos das autoridades. Tais políticas buscavam aproveitar oportunidades advindas da fragmentação da velha ordem e ascensão de novas propostas de governo, para garantir novas formas de sustento e inserção social em meio aos conflitos. O contexto potencializava a emergência de novos atores e os indígenas buscavam ocupar antigos e novos lugares sociais, através dos seus conhecimentos e domínio dos recursos dos territórios por onde circulavam.

CAPÍTULO 6 – AÇÕES INDÍGENAS NO CONTEXTO DO SURGIMENTO DA LIGA DOS POVOS LIVRES: ‘PEQUENA POLÍTICA’ E ‘GRANDE POLÍTICA’?

6.1 – “*A revolução tomou um indizível voo*”: a batalha de Espinillos e o fim do segundo sítio a Montevideú.

Na noite do dia 20 de janeiro de 1814, o chefe dos orientais deixou seu acampamento militar situado em frente a Montevideú “vestido de gaúcho, com uma lança e coisa de dez que o acompanhavam”, na pluma do padre Bartolomeu Munhoz⁴⁶⁴. Na de José Rondeau, comandante geral do exército sitiador: “com sua fuga [Artigas], arrastou em posse de si mais de mil homens, deixando-me quase descoberto de todo o costado esquerdo das linhas que cobriam os orientais”⁴⁶⁵. Gervasio Antonio Posadas, a autoridade suprema do Diretório de Buenos Aires, cujo poder unipessoal havia substituído o Triunvirato por decisão da Assembleia Soberana, afirmou que Artigas e seu irmão Manuel “nos destroçaram uma divisão de 500 homens”⁴⁶⁶. As queixas sobre o desfalque causado pela desistência daquelas pessoas e seu líder foram afirmadas e repetidas por distintas autoridades, demonstrando que a presença e a atividade das forças comandadas por ele, de fato, eram importantes. Porém, a recorrência das constatações não se limitou aos reclames sobre o abandono do sítio. Providências concretas foram tomadas para suprir a falta do exército artiguista. Rondeau solicitou ao governo portenho um reforço de, justamente, quinhentos homens, pedido para o qual não dispunham de meios para atender e que, portanto, não acataram⁴⁶⁷. A falta de certos recursos por parte de Buenos Aires e a disponibilidade deles por parte do chefe da Província Oriental colocava o Diretório numa posição de cautela, algo incompatível para o centro de poder que se pretendia absoluto frente aos poderes provinciais locais.

Contudo, embora as autoridades de Buenos Aires lastimassem a resolução de Artigas e seus adeptos, pareciam ter clareza da dificuldade de consenso entre as propostas políticas

⁴⁶⁴ AA. Tomo XIV, p. 7.

⁴⁶⁵ RONDEAU, J. Autobiografía. Biblioteca de Mayo, **Autobiografías**, Tomo II. Buenos Aires, 1960, p. 1817. In: AA. Tomo XIV, p. 7.

⁴⁶⁶ POSADAS, G. A. Senado de la Nación. Biblioteca de Mayo, Colección de Obras y Documentos para la Historia Argentina. **Autobiografías**. In: AA. Tomo II, p. 1445, Buenos Aires, 1960.

⁴⁶⁷ AA. Tomo XIV, p. 10.

lançadas por ele e pelos deputados orientais nas Instruções do ano XIII e as diretrizes da capital portenha, afinal, antes que nada, as discordâncias levaram ao abandono do segundo sítio a Montevideu. Outras razões também motivaram Artigas a abandonar o cerco e a romper de vez com os governos das duas capitais que disputavam hegemonia política e o controle da Província Oriental: os sucessos obtidos nas sublevações em Entre-Rios, através do apoio que as propostas artiguistas obtiveram no local, tornaram exequíveis alguns dos preceitos expostos nas Instruções. Com as revoltas ocorridas no ano de 1813, em Entre-Rios, e o abandono do segundo sítio no começo de 1814, a influência da proposta artiguista ganhou terreno na região missioneira e litorânea. Assim, a ‘soberania particular’ da Província Oriental, depois daqueles acontecimentos, parecia ser um plano passível de realização em vista do apoio de amplos setores sociais locais.

Por outro lado, os planos artiguistas enfrentaram uma série de medidas punitivas face aos problemas generalizados causados pela retirada do líder oriental e de seus seguidores. O chefe dos orientais foi considerado ‘traidor da Pátria’ pela segunda vez, em 11 de fevereiro de 1814, através de um decreto emitido por Posadas. Em 2 de fevereiro de 1813, Sarratea já o havia sentenciado, através de um bando, exatamente com a mesma alcunha: ‘traidor da Pátria’. Estava claro que os projetos propostos através das Instruções do Ano XIII eram irreconciliáveis com as demandas dos dirigentes realistas de Montevideu e dos ‘revolucionários’ da capital portenha. “O saque dos povos do trânsito, o assassinato, a violência e toda a classe de horrores”⁴⁶⁸ foi associado às ações de Artigas e seus aliados, na opinião de Gervasio Antonio Posadas e outros dirigentes políticos proeminentes.

Denúncias sobre pilhagens e assaltos e a constante reiteração de que a Banda Oriental estava assolada faziam com que aquele estado de coisas fosse atribuído ao contexto bélico, à atuação de Artigas e ‘sua gente’, tornando-se necessário e legítimo sancionar o decreto que tornou o chefe dos orientais um sujeito “fora da lei”. Não parece descabido considerar que, a partir de 1811, diante de certas situações, Artigas começou a ser tratado como alguns de seus seguidores. Assombrados pelo “medo da revolução social”⁴⁶⁹ desde a marcha

⁴⁶⁸ AA. Tomo XIV. **Decreto de 11 de febrero de 1814 declarando a Artigas fuera de la Ley**. Reprodução fac-similar de impresso, p. 5-6.

⁴⁶⁹ BARRÁN, J. P. La independencia y el miedo a la revolución social en 1825. **Revista de la Biblioteca Nacional**. Montevideo, n.26, p. 65-77, 1986. Embora o autor se refira à meados da década de 1820, observa-se

empreendida ao longo do êxodo das famílias orientais, o quadro pintado por alguns setores elitistas da Banda Oriental e de Buenos Aires era o de um presente instável e de um futuro temerário. Já em 1811, era crescente o interesse em articular politicamente a Banda Oriental à região litorânea e missioneira, respectivamente os lugares de onde saíram e para onde migraram as famílias do êxodo.

Após deixar a ofensiva a Montevideu, Artigas buscou alianças com regiões cuja principal característica, podemos dizer, era a marcante presença indígena, lugares que mais tarde chamou de “o centro de meus recursos”: Paraguai, as Províncias litorâneas e, é claro, os Povos missioneiros, incluindo os sete que estavam sob governo dos portugueses desde 1801, como vimos no capítulo 1, cujo território ele e seus correligionários desejavam retomar para que fosse integrado à Província Oriental, conforme as *Instruções*, analisadas no capítulo 5. Se o temor era um dos sentimentos sobre os tempos futuros, por um lado; por outro, naquele presente imediato, as expectativas sobre os projetos e ideias apresentadas nas *Instruções do Ano XIII* eram experimentadas e se aprimoravam, de certa forma, no decorrer das convulsões sociais e suas relações recorrentes com o passado.

Após afastar-se do cerco, Artigas instalou-se na vila de Belém, acompanhado pelo seu secretário Miguel Barreiro e outros seguidores. Procurou reagrupar seus contingentes militares comandados por Fernando Otorgués, Manuel Artigas, Manuel Pagola e Baltasar Ojeda. Contava com o apoio de Vicente Matiauda no Paraguai, Blas Basualdo em Misiones, Domingo Manduré e Eusébio Hereñu em Entre-Ríos, Juan Baptista Méndez em Corrientes, indígenas ou ‘homens soltos’, ‘gauchos’, e famílias orientais, que constituíam a maior parte de seus recursos humanos. Iniciava-se uma aliança complexa entre diferentes regiões, líderes e habitantes locais, com interesses ora distintos, ora semelhantes. Contudo, por mais peculiares ou generalizados que fossem os interesses ligados aos partidários da proposta artiguista ou do Diretório de Buenos Aires, ou ainda do vice-rei Gaspar de Vigodet, representante do poder conservador espanhol instalado em Montevideu, pode-se dizer que todas as forças em conflito contaram com o apoio ou a dissidência de distintos grupos, parcialidades e sujeitos indígenas, como veremos ao longo deste capítulo.

que há algumas máximas que se repetem desde os registros da década de 1820, como por exemplo, menções à “anarquia” e à “revolução” que tomam conta de Entre-Rios.

Com o objetivo de frear o avanço artiguista, o Diretório buscou colocar em prática o decreto que tornou Artigas um sujeito fora da lei. Um dos encarregados desta tarefa foi o coronel Eduardo Holmberg, incumbido de “apoderar-se de todos os modos e a qualquer custo da pessoa de dom José Artigas”⁴⁷⁰. Para isso, deveria unir seu exército, cuja maior parte seria recrutada de última hora em Santa Fé, ao de Pérez Planes em Misiones e ao de Hilarión de la Quintana em Corrientes. Em fevereiro de 1814, pouco mais de um mês depois de abandonar o segundo sítio e com as milícias organizadas, as forças artiguistas minaram os planos de Buenos Aires. Fernando Ortugués, instalado em Concepción do Uruguai, e Eusébio Hereñu desde Curuzú-Cuatiá, venceram as forças militares enviadas por Buenos Aires na batalha de Espinillo. As mobilizações iniciadas em espaços missioneiros por Manduré e apoiadas por indígenas da região missioneira e da Banda Oriental tiveram consequências muito importantes. Acarretaram sublevações em Entre-Ríos, o fusilamento de Pérez Planes, como vimos no capítulo anterior, a prisão de Holmberg e Quintana, e, sobretudo, o começo da projeção do sistema dos Povos Livres, com Artigas declarado como Protetor, e não como ‘traidor’, como estabeleceu o decreto de Gervasio Posadas.

O desfecho resultante dos levantes iniciados e encabeçados por Manduré alterou as diretrizes com relação à criminalização das ações de Artigas. Em virtude da derrota de Buenos Aires em Espinillo, o Diretório buscou restabelecer negociações com o líder oriental. Em meados de março, o diretor Gervasio Posadas enviou correspondências com coordenadas que se mostram interessantes para compreender a importância da adesão ou da dissidência dos indígenas em meio às negociações estabelecidas entre líderes políticos com interesses tão distintos. Em carta ao governador de Corrientes, Posadas ordenou que saísse daquela cidade rumo a Santa Fé, sem que se envolvesse numa guerra, pois não havia a menor possibilidade de lhe enviar auxílios. Contingentes haviam se dispersado, Hilarión de la Quintana se refugiara em Buenos Aires e as forças de Eduardo Holmberg foram “totalmente derrotadas pelos insurgentes da Banda Oriental e a de Pérez Planes (...) a esta data [15 de março de 1814], haverá sido igualmente derrotada”⁴⁷¹, arrazoou. Em outra missiva ao cabildo de Corrientes, reiterou a suspensão da marcha até Curuzú-Cutiá, onde se encontrava Hereñu,

⁴⁷⁰ Biblioteca Artiguista (on-line). Disponível em: <http://www.artigas.org.uy>. Acessado em 13/11/2016.

⁴⁷¹ AA. Tomo XIV. **De Gervásio Antonio Posadas ao tenente-governador e Cabildo de Corrientes**, 15 de março de 1814, p. 136.

e a retirada do governador para Santa Fé⁴⁷². E, em abril, surpreendentemente, ou nem tanto assim, enviou delegados de Buenos Aires para deliberar sobre as condições de um acordo com aquele a quem havia nomeado ‘infel’ e traidor no decreto lançado dois meses antes. As atitudes do Diretório para com o líder dos orientais mudaram radicalmente.

Dois representantes cumpriram papel de destaque ao estabelecer a base para as negociações com Artigas. Ambos eram “cegos em favor de Artigas, gaúchos e de uns costumes”, o que fazia impossível que se convencessem dos erros do caudilho, nos dizeres do tenente governador de Santa Fé, Eustáquio Dias Vélez. Um era o frei Mariano Amaro e o outro, Francisco Antonio Candiotti, um importante estancieiro santafesino. O religioso e o estancieiro partiram em missão de paz, com o intuito de convencer Artigas a libertar os prisioneiros que foram feitos durante as sublevações. Durante o trânsito pela campanha, o religioso alertava ao diretor de Buenos Aires que “o estado da baixada do Paraná para poder dirigir as comunicações ao paisano Artigas, no dia em que se acha, é o mais lamentável, *a revolução tomou um indizível vôo*”⁴⁷³. A posição alçada através da disseminação das propostas artiguistas e do apoio político e militar de setores sociais tidos como marginais atingiu proporções inimagináveis pelos tradicionais setores dirigentes.

“O medo da revolução” sentido por parte dos setores elitistas envolvidos chegava também aos gabinetes de Buenos Aires e às autoridades militares da capitania de São Pedro. Notícias de que grandes mudanças em breve aconteceriam, circulavam entre Povos missioneiros de um lado e outro dos limites entre os domínios portugueses e platinos. Na capitania, o tenente José de Abreu, por exemplo, recebeu um informe do povo de São Borja. Vicente Matiauda, comandante da fronteira sul do Paraguai (antes assentado no Povo de Candelária), estava a caminho do Povo missioneiro de Santo Tomé. Enquanto isso, outro líder artiguista, Gregório de Matos, iria se “apoderar do Povo da Cruz”. Ou seja, Povos missioneiros preponderantemente habitados por indígenas guaranis poderiam ser tomados por forças ‘insurgentes’ ou, o que seria pior, se tornarem partidários da causa ‘insurgente’. Considerando que o Povo de Santo Tomé era muito próximo ao de São Borja, as novidades eram mesmo alarmantes, sobretudo quando eram noticiadas por outro dos principais aliados de Artigas, Fernando Ortogues.

⁴⁷² AA. Tomo XIV, p. 136-137.

⁴⁷³ AA. Tomo XIV. Santa fé, 28 de maio de 1814, p. 246.

De fato, líderes artiguistas chegaram aos povos missioneiros. Em Santo Tomé, Vicente Matiauda manteve uma postura comedida. Disse aos oficiais que retornassem às suas casas e fossem cuidar de suas famílias. Assegurou que vinha em paz, “executando as ordens do seu governo”, e desejava a reunião de todos. Deu o mais importante sinal da intenção de estabelecer aliança com os missioneiros quando deixou o comando daqueles Povos aos Cabildos, até que se pusesse “em prática o sistema do governo” em nome de quem executava ordens⁴⁷⁴. O respeito à autoridade dos cabildantes missioneiros era importante para ‘o vôo’ que o sistema dos Povos Livres começava a alçar naquele ano de 1814. As alianças com grupos e localidades indígenas, por seu turno, talvez fossem uma das razões pelas quais o frei Mariano Amaro descreveu a projeção da proposta artiguista como ‘indizível’.

O outro emissário a serviço do Diretório de Buenos Aires, o estancieiro Francisco Candiotti, inteirava Posadas de que estava “passando muitos trabalhos, penalidades e gastos de meu próprio pecúlio só para obedecer ordens de V. Ex., somente quem podia ver-me obrigado a correr tantos riscos de vida (...)”⁴⁷⁵. Mesmo com as dificuldades extremas que noticiou, Candiotti afirmou que as notícias sobre “que este povo é inteiro de Artigas (...) é uma falsidade, e por deus lhe peço ouça sempre ao povo, pois os que informam, tudo fazem com fins particulares”. Apesar do alerta sobre a qualidade das informações, assegurou que, da sua parte, tudo o que vira com seus próprios olhos era “a desolação daqueles lugares por uns homens sem religião e sem moderação alguma, que tudo tem feito à força de roubar e matar uns com o pretexto de [serem] artiguistas e outros por ladrões e matadores destruindo casas e famílias sem que coisa alguma lhes contenha (...)”⁴⁷⁶.

Diante desse quadro, Posadas, que havia decretado Artigas como ‘infiel’ e ‘traidor da Pátria’ em fevereiro e oferecido gratificação remunerada para quem o entregasse ‘vivo ou morto’ – tal como nos remete alguns clássicos de filmes hollywoodianos de ‘far-west’ das décadas de 1950, 60 e 70⁴⁷⁷ – em março, não mais desejava “omitir por minha parte meio algum que me proporcione para restituir a união e a fraternidade e tranquilizar os ânimos do nominado D. José Artigas e *todos que lhe sigam em sua opinião*”. Pediu aos seus

⁴⁷⁴ AA. Tomo XIV, p. 145.

⁴⁷⁵ AA. Tomo XIV. Santa fé, 11 de maio de 1814, p. 248.

⁴⁷⁶ Idem, p. 249.

⁴⁷⁷ WHITE, R.; LIMERICK, P. N. **The frontier in American culture: an exhibition at the Newberry Library**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1994.

representantes e aliados mediação e respeito para tratar com Artigas e empenho em “cortar pela raiz toda infernal desavença que *tanto a ele quanto a todos os habitantes desta preciosa parte do globo* não nos há de trazer outra coisa que nossa total ruína”⁴⁷⁸. É fundamental observar que a projeção do artiguismo ganhava terreno à medida em que as perspectivas, reais e fictícias, de acordos e alianças com os setores populares, principalmente os indígenas, aumentavam.

Não bastasse a efervescência política e social em âmbito regional, havia outra grande conturbação, digamos, em curso em outra parte do globo, cujo cenário e resultantes certamente influíram sobre a região platina. Fernando VII retornava ao trono da Espanha em maio de 1814, com o apoio da Inglaterra, depois de ter sido sequestrado em 1808, por forças napoleônicas. Logo, Montevidéu poderia se tornar a porta de entrada para uma represália do rei contra as províncias que se posicionaram de modo avesso à monarquia⁴⁷⁹. Assim, quanto mais convulsionada estivesse a situação na Província Oriental, tanto mais difícil seria defendê-la de um ataque enviado por Fernando VII. O vice-rei do Prata, Gaspar de Vigodet, representante da monarquia espanhola que resistia à ocupação de Montevidéu pelos ‘revolucionários’ de Buenos Aires, também buscava reatar os laços com o ‘líder rebelde’, neste caso, rompidos desde os eventos de 1810 e 1811, como vimos no capítulo 4. Enquanto tentava negociar com Artigas e os deputados orientais, o Diretório tentava impedir que eles se comunicassem com a capital oriental. Tarefa complicada de realizar, pois os ‘insurgentes’ controlavam boa parte das vias terrestres de comunicação na Província Oriental. Assim, com precários contingentes militares que pudessem atuar como reforço ao sítio, Buenos Aires enviou uma esquadra que cobriu o rio Uruguai, impossibilitando o trânsito de mercadorias e de pessoas a Montevidéu. Novamente, o controle das vias de comunicação terrestres e, sobretudo, fluviais, era importante para impor uma barreira ao comércio com a capital oriental e evitar o encontro de autoridades políticas que poderiam estabelecer um acordo entre realistas e os deputados representantes da Província Oriental⁴⁸⁰. Diante de tantas variáveis e notícias nada alvissareiras para o Diretório, Gervásio Posadas levou adiante as negociações com Artigas.

⁴⁷⁸ AA. Tomo XIV. De Gervásio (...), 1814, p. 137.

⁴⁷⁹ HALPERÍN DONGHI, 1985, p. 131.

⁴⁸⁰ AA. Tomo XIV. Quartel General, 13 de maio de 1814, p. 254.

Em 9 de julho de 1814, estabeleceu um convênio celebrado entre “os deputados do chefe oriental”, Manuel Calleros, Miguel Barreiro e Thomas Garcia de Zuñiga, e o chefe das tropas das Províncias Unidas do Rio da Prata, Carlos Alvear⁴⁸¹. Os onze artigos do convênio elucidam as principais causas da preocupação do Diretório em estabelecer tal acordo. Os dois últimos, em especial, versam sobre o cerne das desavenças. Um deles estabeleceu que “o cidadão José Artigas não terá pretensão alguma sobre Entre-Rios, e *os habitantes daquele território não serão perseguidos em maneira alguma por suas opiniões anteriores*”. A apreensão com as revoltas que houve em Entre-Rios e o alcance das propostas de Artigas entre seus aliados sublevados era imensa. Isso reitera que as declarações de que aquele “povo é inteiro de Artigas” não foram tomadas exatamente como rumores ou falsidades pelo Diretório, mesmo que assim o tenha dito um de seus comissários enviados para negociar condições de paz com o chefe da Província Oriental. O objetivo final do pacto, explicitado no último artigo do convênio, era que os povos e habitantes orientais fossem adeptos ao governo da capital: “o governo supremo das Províncias Unidas do Rio da Prata será reconhecido e obedecido em toda a Província Oriental do Uruguai, como parte integrante do governo que juntas compõem”⁴⁸².

Cioso de controlar as contundentes manifestações de oposição dos revoltosos “que estão em uma anarquia”⁴⁸³, Carlos Alvear, um dos representantes das autoridades bonaerenses, com o aval do Diretório, ‘voltou atrás’ em uma série de prerrogativas que abriram precedentes à perseguição do líder oriental e seus partidários. Uma delas, reelaborada no artigo segundo, dizia que “ficará o cidadão José Artigas de comandante geral da campanha e fronteiras da Província Oriental do Uruguai”. A soberania particular da Banda Oriental era agora garantida no seu reconhecimento como Província Oriental, prerrogativa das Instruções que foram negadas pela Assembleia do ano XIII.

Assim como este, outro dos artigos buscava encontrar um meio-termo entre as disposições reivindicadas nas Instruções e a negativa da Assembleia Constituinte em relação a elas. O oitavo determinava a abertura de novas eleições para deputados da referida Assembleia e a convocação “aos povos de toda a campanha, e concorram assim

⁴⁸¹ AA. Tomo XV, p. 25-26.

⁴⁸² AA. Tomo XV, p. 25-26.

⁴⁸³ AA. Tomo XIV. **Eustaquio Dias Vélez a Gervasio Posadas**. Santa Fé, 03 de junho de 1814, p. 294.

consequentemente seus respectivos eleitores”. Para isso, dispôs que o mesmo “cidadão José Artigas organizará e ordenará a campanha inteira e fronteiras da Província Oriental do Uruguai”. Não mais criminalizado, Artigas foi chamado de cidadão ao longo de todo o convênio, com destaque para o primeiro que garante a retroversão da sua condição de fora da lei, ou seja, o restabelecimento da legalidade da figura pública de Artigas: “O supremo diretor das Províncias Unidas do Rio da Prata fará publicar uma declaração *que restabeleça a honra e a reputação do cidadão José Artigas, infamado pelo decreto firmado em onze de fevereiro do presente ano*”. Todos os artigos estão interligados aos acontecimentos e eventos analisados ao longo da segunda parte desta pesquisa e, nesse sentido, não deixa de chamar atenção o fato de que boa parte deles fazem menção direta aos ‘habitantes’ da campanha e de Entre-Rios e, sobretudo, às forças militares e milicianas de Artigas:

Todo indivíduo que se acha às ordens do cidadão José Artigas, pode, se gosta, retirar-se às suas respectivas casas, livremente, sem que se ponha o menor embaraço, nem se lhe ocasione o menor prejuízo, e se lhe fizer gosto continuar seus serviços se lhes conservarão suas graduações e perceberam os soldos consequentes por fundos do Estado, ficando a opção devida a todos os empregos, e justamente garantido o aumento em sua carreira, como exijam seus méritos e antiguidade no serviço⁴⁸⁴.

O esmero em fazer com que as forças artiguistas passassem a integrar o exército de Buenos Aires, porém, foi um dos mais fortes pontos de discordância para firmar o convênio entre o líder dos orientais e o representante do Diretório, Carlos Alvear. Uma das condições de Artigas para que o acordo fosse de fato ratificado residia, justamente, naquele artigo sobre “a pretensão” do chefe da Província Oriental ao território sublevado, onde conseguiu grande apoio político e militar de indígenas e, através do qual, marcou a dissidência entre suas propostas e as do Diretório. As revoltas culminaram em prisões de militares graduados de Buenos Aires, como Holmberg e Quintana, e no fuzilamento do governador de Misiones, Bernardo Pérez Planes, como vimos. Retorquiu Artigas: “Que o não fazer gestão sobre o Continente de Entre-Rios devia entender-se unicamente sob sua proteção, deixando a salvo o direito que adquiriram de Povos Livres para representar o que lhes convenha sobre sua

⁴⁸⁴ AA. Tomo XV, p. 25-26.

segurança e prosperidade”⁴⁸⁵. Entretanto, as resoluções dos habitantes de Entre-Rios sobre as opções políticas que se apresentavam diante daquele quadro eram controversas, como aponta a historiadora Ana Frega:

O exame através de uma perspectiva que pôs ênfase na dinâmica social do processo mostrou a constituição do Estado Oriental como um dos projetos possíveis. É necessário avançar na revisão da imagem do ‘caudilho’ e das ‘multidões campesinas’ formulada pela historiografia de corte nacionalista ou tradicional, a efeitos de compreender suas ‘lógicas’ de ação política e examinar as influências da etapa revolucionária sobre a conformação das expressões particulares do republicanismo na etapa independente.⁴⁸⁶

Nesse sentido, segundo Jeremy Adelman, estudos e sínteses de historiadores sobre as ‘revoluções nas Américas’ fizeram “cambalear a opinião duradoura, segundo a qual os colonizadores haviam sido uma sorte de construtores de nação em espera”. Entre tais estudos está o trabalho de Alan Taylor, que examina a revolução estadunidense incluindo as posições sociais dos indígenas na construção e também no esfacelamento das fronteiras⁴⁸⁷. Assim, as percepções sobre a conveniência de prestar apoio às lideranças conservadoras, insurgentes ou ‘revolucionárias’ ou sobre como agir para garantir sua segurança em meio aos conflitos armados e às pressões e oportunidades diante do confuso cenário político eram amplamente controversas, como revela o relatório do capitão de milícias e índio Guarani, Pablo Arenguaty. O relato é esclarecedor sobre a vastidão dos caminhos tomados pelas políticas indígenas naqueles tempos.

6.2 – Pablo Arenguaty, um índio a quem se achou “*útil o meu indivíduo*”, e outras situações locais durante o fim do segundo sítio a Montevideu.

Nem todos os habitantes indígenas de Entre-Rios eram apoiadores das propostas artiguistas como forma de garantir sua segurança, ou seja, nem todos os indígenas da região viam Artigas como Protetor ou o regime de governo federalista como o mais seguro para

⁴⁸⁵ AA. Tomo XV. **Convênio de 9 de julho de 1814** com variante de artigos, com a inclusão de quatro exigências de José Artigas para sua ratificação, p. 28.

⁴⁸⁶ FREGA, 2001, p. 54.

⁴⁸⁷ ADELMAN, J. Una era de Revoluciones imperiales apud BERNALDO DE QUIRÓS, 2015, p. 56-57.

seus interesses. Ao contrário, parte deles apoiou e serviu ao Diretório, como revela a detalhada descrição dos serviços prestados por Pablo Arenguaty, escrita por ele mesmo, em solicitação que enviou ao governo das Províncias Unidas em 1814. Em ofício, Pablo detalhou, em ordem cronológica, os cargos que ocupou e as atividades militares que desempenhou a serviço do governo de Buenos Aires. Descreveu tais atividades de maneira muito semelhante à que fizera Geronimo Cachú, em solicitação enviada ao governo da capitania do Rio Grande de São Pedro, em 1810, como vimos no capítulo 4. O motivo do envio do documento à capital portenha era a preocupação de Pablo em circular por uma região insegura e não controlada pelo Diretório. O capitão de milícias indígena solicitou à autoridade máxima das Províncias Unidas, o diretor Posadas, que pudesse continuar exercendo suas atividades em Santa Fé, onde estava sua família. Notadamente, buscou garantir que o pedido fosse atendido e, assim, calçou o ofício com o testemunho e a recomendação de outras autoridades sobre os necessários serviços que havia prestado. De fato, a performance de Pablo Arenguaty na atuação contra as sublevações em Entre-Rios não deixa dúvidas sobre a importância de estabelecer alianças com os indígenas para os mais distintos propósitos dos grupos políticos que disputavam a hegemonia e o controle do território oriental.

Atento a um decreto publicado pela Assembleia geral constituinte em abril de 1813, Pablo interpelou o diretor Posadas sobre seu conteúdo, com o “maior respeito”. O decreto havia estabelecido que “não poderá usar uniforme nem divisa militar por indivíduo algum em todo território das Províncias Unidas, que não tenha seus despachos expedidos ou representados pelo superior governo da capital”. Se, em 1812, Pablo havia sido nomeado capitão de milícias, a pedido do povo de Mandisoví, para a “defesa da justa causa e quanto ocorresse nos territórios de Entre-Rios e contra o superior governo, para poder usar uniforme e divisas militares para ulteriores serviços à pátria”, como ele circularia pelos territórios sem que se expedisse os ditos despachos? Era preciso cumprir o decreto e expedir o despacho para Pablo Arenguaty, a quem Posadas havia achado “útil meu indivíduo”, conforme suas próprias palavras. O capitão de milícias de Entre-Rios fez uma lista das suas atividades e incumbências, que requerem ser referidas na íntegra e exploradas em detalhe não apenas porque pontuam, ano a ano, os sucessos para a ‘justa causa’ que lograram o desempenho de Pablo Arenguaty, mas porque demonstram o profundo e complexo envolvimento dos índios

com o contexto de formação dos Estados nacionais argentino, brasileiro e uruguaio, numa região limítrofe do espaço platino.

No ano primeiro de nossa revolução desempenhei o cargo com a honradez que foi notória ao comandante-geral Dom José Miguel Dias Vélez, *havendo sofrido um saque total em meus interesses, que o efetuou uma numerosa partida portuguesa em 13 de julho [de 1811], e em 19 de agosto de 1811, por só minha obediência e fidelidade a esta capital, logo que chegou o exército oriental ao salto Chico, me ordenou o general dom José Artigas, que passasse a Yapejú a dirigir aos comandantes dom Santiago Yamandú e dom Luis Ibañez, até a conclusão das hostilidades com a nação portuguesa.* Desempenhei a comissão com a aprovação do dito senhor general, referindo-me aos documentos que existem em poder do tenente-coronel do Elias Galvão. Em seguida estando Manduré com uma reunião de 400 índios inclusos desertores nas pontas do rio Yuquerí Chico cometendo as mais inauditas desordens de acordo com 40 ladrões em Salto Chico, me ordenou o comandante general dom Elias Galván, me recebesse do comando do dito Salto, *perseguisse os ladrões que ali residiam, e pacificasse os índios de Manduré, o que efetuei com só 20 homens: pus em fuga aos ladrões e fiz úteis aos índios formando deles um esquadrão de que serviu a primeira Companhia na vila de Concepción do Uruguai. Na insurreição das tropas correntinas à dita vila sublevaram-se os índios e tratam de tirar minha vida, escapei àquele primeiro golpe, mas no fim fui preso, e havendo tirado de Mandisoví o comandante que obedecia a este senhor general, fazem comandante às ordens do coronel Artigas, um cabo de esquadra de minha companhia e me põem, por burla, de seu assistente.* Nestes termos estive dois meses até que as tropas da capital às ordens do Sr. comandante general dom Hilário de la Quintana os fez por em fuga para a Banda Oriental do Uruguai e consta a este senhor. No ataque de 23 e 30 de agosto último em Mandisoví desempenhei meu cargo de capitão de secretário e quanto me ordenou pelo tenente governador dom Bernardo Perez Planes, chegando até o caso de acompanhar as patrulhas de seis noites que nos sitiaram os inimigos, pela maior segurança das armas da pátria e *pela circunstância de que os que nos atacavam eram em grande número compaisanos e parentes de nossas tropas*⁴⁸⁸.

Muitas são as informações que chamam a atenção neste registro escrito por Pablo Arenguaty. Do mesmo modo, muitos questionamentos vêm à tona através das riquezas de detalhes que o relato oferece sobre a percepção do contexto a partir da experiência de um destacado sujeito indígena. O capitão de milícias era filho de uma liderança e membro das

⁴⁸⁸ AA. Tomo XIX. Buenos Aires, 13 de junho de 1814, p. 126.

elites indígenas, havia estudado pela Universidade de Córdoba, voltou aos Povos missioneiros logo após a conquista de 1801, como mencionamos no capítulo 1. Atuou no combate às primeiras invasões portuguesas em 1811. No primeiro ano subsequente à revolução de maio que ele chamou de ‘nossa’, Pablo ressaltou, sem falsa modéstia, que sua honra e mérito eram notórios. Ele tinha em sua memória uma sequência pormenorizada de eventos que o colocava numa posição social de reconhecido destaque. Sabia muito bem sobre o significado da prestação de seus serviços. Relembrou que desempenhou ordens que contrariavam seus interesses, valorizando seus feitos, e destacou o constante risco de vida ao qual se expôs, além da dificuldade – provavelmente física, já que os indígenas costumavam ter experiência na atuação em conflitos bélicos tornando-se ‘bons soldados’⁴⁸⁹, e emocional, já que em meio aos sublevados poderiam estar guaranis e charruas – de lutar contra aqueles a quem chamou ‘compaisanos e parentes’. Manifestou que, além de combater em situações de extrema pressão e perigo, arregimentara os insurgentes liderados por Manduré como soldados, fazendo dos índios sujeitos ‘úteis’ como servidores de um esquadrão, procedimento que ele nomeou como ‘pacificação’.

Pablo fez questão de ressaltar que estivera em contato direto e constante com os líderes políticos mais proeminentes a favor e contra o governo portenho, todos já citados neste e em outros capítulos: Dias Vélez, José Artigas, Hilário de la Quintana, Bernardo Pérez Planes, Elias Galvan e, é claro, Domingo Manduré. A rede de relações sociais que Pablo construiu ao largo de sua experiência era elitizada e, provavelmente, isto fez com que ‘compaisanos e parentes’ o atacassem e tentassem tirar-lhe a vida durante os levantes em Entre-Rios. Embora privilegiado, o lugar sobressalente ocupado pelo capitão de milícias guarani, entretanto, não fez com que a tarefa de lutar contra seus compaisanos fosse mais fácil. Ao contrário, foi preciso recorrer aos códigos de grupos políticos não indígenas para que ele pudesse sair de Entre-Rios em segurança. Sua circulação pela região dependia, em seu entendimento, da autorização do governo portenho. Ao que tudo indica, ele temia por sentimentos e atos revanchistas e solicitou que, até que a região entreriana estivesse dominada pelo Diretório, pudesse atuar nas milícias de Santa Fé, onde o controle de Buenos Aires se dava com menos entraves.

⁴⁸⁹ MELO, Karina M. R. S.2011, p. 121-154, com destaque para: p.146-154.

O pedido de Pablo Arenguaty foi atestado por Dias Vélez e aceito por Gervasio Posadas. Já as disposições de Artigas sobre sua ‘pretensão’ ao território de Entre-Rios e seus habitantes, condição para firmar o convênio de 9 de julho de 1814, foram aceitas e, mais tarde, refutadas por Buenos Aires. Ou seja, o controle sobre Entre-Rios envolvia distintos interesses de grupos políticos aliados e rivais. De todo modo, o Sistema da Liga dos Povos Livres continuou a se concretizar na região oriental, litorânea e missioneira e, como fica claro, contou com o apoio e a dissidência de variados líderes, grupos e famílias indígenas.

De Santa Fé, no dia 12 de agosto de 1814, Francisco Candiotti escreveu ao diretor Gervasio Posadas. “Transbordando de alegria”, o parabenizou por ter superado dois “obstáculos que nos entorpeciam de todos os modos os adiantamentos do sistema”: “a tomada de Montevideú, e a transação com o paisano dom José Artigas”⁴⁹⁰. As sábias providências que o diretor havia tomado, na opinião do estancieiro, “surtiram todo o efeito a que V. Ex. se propôs”. Com poucos recursos humanos e materiais para empreender ataques por terra, mas com a modesta frota comandada por Guillermo Brown e o controle dos afluentes principais, marginais e do estuário do Prata, o Diretório havia tomado Montevideú, ao final de junho de 1814, sob o comando do sobrinho de Posadas, Carlos María Alvear. Logo depois, Alvear estabeleceu o convênio de 09 de julho de 1814 com os deputados orientais e Artigas, que, ao final, não foi ratificado. De todo modo, a conquista da capital oriental e a negociação com o caudilho eram dois empecilhos que, por ora, pareciam superados pela política diretorial.

Contudo, a saída dos realistas da cidade levou alguns meses e, durante esse período, os conflitos permaneceram. O vice-rei Vigodet, na iminência de perder o posto e a autoridade do poder espanhol na região platina, tinha esperanças de que Artigas, em conflito com o Diretório (apesar das negociações), pudesse lhe conceder algum apoio. Em seus dizeres, buscou cumprir as “ordens do vice-rei do Peru” e afiançar um acordo “no modo mais honroso de nossa união”. Através do intermédio de Joaquim Pezuela, expressou ao líder dos orientais que os governos conservadores da Banda Oriental e do Peru estavam convictos “de que V. S., fiel ao seu monarca, tem sustentado seus direitos combatendo contra a facção” que havia

⁴⁹⁰ AA. Tomo XV. **Francisco Candiotti ao Diretor Supremo das Províncias Unidas do Rio da Prata**. Santa Fé, 12 de agosto de 1814, p. 76.

tomado Montevidéu⁴⁹¹. A proposta foi veementemente negada por Artigas. Em ofício, o caudilho deixou clara a impossibilidade de qualquer acordo com os realistas, julgando a iniciativa como ‘ofensiva’ ao seu caráter: “Eu não sou vendível, nem quero mais prêmio por meu empenho do que ver livre minha Nação do poderio espanhol”⁴⁹².

O Diretório não estava disposto a abrir mão do controle sobre o território de Entre-Rios e, portanto, não tinha interesse em endossar o acordo com Artigas. Mesmo assim, insistiu em manter uma trégua e conforme o primeiro artigo do convênio havia previsto, o diretor Posadas lançou outro decreto, em agosto de 1814. Através dele, declarou o Protetor da Província Oriental como “um bom servidor da Pátria”.⁴⁹³ Em seguida, Artigas devolveu os despachos, mostrando seu desinteresse em prosseguir com as negociações⁴⁹⁴.

O objetivo de integrar a Banda Oriental às demais ‘Províncias Unidas’ estava cada vez mais distante das possibilidades do Diretório. Se o governo de Buenos Aires titubeava na maneira de interagir com as forças dissidentes, Artigas parecia seguro das alianças estabelecidas durante aqueles últimos episódios. Quanto à conquista de Buenos Aires, ele achou que “nada fizeram em haver tomado a Montevidéu, se nós sabemos conservar a campanha de nossa província”⁴⁹⁵.

O plano de Alvear era aumentar os povos adictos à política da capital portenha. Por isso, Artigas dirigiu-se a seu irmão dom Manuel Francisco Artigas, exortando-o a tomar medidas de segurança para a proteção do território de Entre-Rios às investidas de Buenos Aires. Ou seja, mais empenhado em garantir o predomínio da adesão à sua proposta política na região da mesopotâmia entre os rios Paraná e Uruguai, Artigas manteve o foco em construir novas alianças e preservar aquelas que alçaram à “revolução um indizível vôo”.

6.3 – Relações entre feitos indígenas, acordos, decretos internacionais, provinciais e locais.

Enquanto Artigas buscava ‘libertar sua nação’ do jugo da Espanha, negando-se a estabelecer qualquer aliança com representantes do poder espanhol, as práticas indígenas eram pauta de negociações ou mote para conflitos entre a monarquia portuguesa, o governo

⁴⁹¹ AA. Tomo XIV. Acampamento de Jujuy, 15 de maio de 1814. **Joaquim Pezuela ao Sr. Comandante e Chefe dos Orientais, José Artigas**, p. 257.

⁴⁹² AA. Tomo XIV. Acampamento, 28 de julho de 1814. **José Artigas a Joaquim de Pezuela**, p. 257 e 258.

⁴⁹³ AA. Tomo XV, p. 6.

⁴⁹⁴ AA. Tomo XV, p. 96.

⁴⁹⁵ AA. Tomo XV, p. 23.

do Rio Grande de São Pedro e os líderes orientais rebeldes. As atividades de índias e índios nos arredores das guardas de fronteira entre o império português e a Banda Oriental eram motivos de grandes preocupações. Por um lado, Artigas procurava conter as práticas de arreo de gado e saques às estâncias da fronteira realizados por indígenas Charrua; por outro, o governador da capitania portuguesa, Dom Diego de Souza, destacava que os efetivos distribuídos ao longo de cerca de 150 léguas fronteiriças mal eram capazes de conter os avanços de ‘salteadores’ e ‘charruas’⁴⁹⁶. É relevante informar que o contingente militar aquartelado nas cinco guardas da fronteira portuguesa de Rio Pardo, em março de 1814, era composto por noventa e cinco soldados distribuídos em todas elas, segundo estimativa da época⁴⁹⁷.

As ações de indígenas eram constantes e as negociações estabelecidas com eles nem sempre atendiam aos interesses de estancieiros e militares. Por vezes, eles negaram as ordens de Artigas para se afastarem dos locais por onde costumavam circular. Em começos de 1814, por exemplo, após o ‘ataque’ empreendido à guarda portuguesa de Jaguarão, os indígenas não acataram ao seu pedido para que retornassem ao outro lado do rio Uruguai e continuaram a saquear as guardas e estâncias. Isto fez com que Blas Basualdo, sob ordens de Artigas, estabelecesse uma guarda do outro lado do rio, em Cuareim⁴⁹⁸, para conter as práticas dos indígenas. Em abril de 1814, em outro exemplo, decidiram permanecer em Paisandú, mesmo depois da solicitação de Artigas para evadirem do lugar. Continuavam praticando o costume de circular pelos espaços fronteiriços, caçando ou cuidando dos seus rebanhos e, às vezes, provendo-se de outros víveres disponíveis em estâncias da região, através do comércio ou do saque.

Em contrapartida, a diretiva de Artigas com relação aos portugueses era tratá-los como amigos, “para desta forma continuar o negócio de gados”⁴⁹⁹. Assim, enquanto solicitava aos indígenas que retornassem para a margem oriental do rio, devolvia à outra margem, os portugueses encontrados por aquelas bandas sem o passaporte, um documento

⁴⁹⁶ AA. Tomo XVIII, p. 8.

⁴⁹⁷ AA. Tomo XIV. **Detalhe das guardas de fronteira de Rio Pardo**, p. 133. Eram elas: Acampamento de San Diego, Guarda de Itaqui, Guarda de Yrao (atual localidade de Jaguarão/RS), Guarda de Santa Ana e Guarda da Confluência de Cuareim (atual localidade de Quaraí/RS).

⁴⁹⁸ FAVRE, 2004, p. 44.

⁴⁹⁹ AA. Tomo XIV. **Acampamento de San Diego**, 12 de abril de 1814, p. 649.

necessário para se movimentar por aqueles espaços⁵⁰⁰. Quanto aos estancieiros, seguidamente enviavam pedidos ao governador da capitania do Rio Grande a fim de que intercedesse junto à Artigas, para que o “comércio entre as duas nações” não fosse interrompido em virtude das guerras ou dos ataques dos índios. Os apelos também chegavam através de representações de militares, como foi o caso de Francisco de Borja Corte Real, responsável pela guarda portuguesa de Itaqui⁵⁰¹. Nesse sentido, é interessante lembrar aos leitores e leitoras que, não raramente, autoridades militares eram também donas de estâncias dos arredores fronteiriços.

Assim, em julho de 1814, poucos dias depois de Montevidéu ter sido conquistada por Buenos Aires, o marquês de Aguiar, então ministro da Guerra e Negócios Estrangeiros⁵⁰² da Corte portuguesa instalada no Brasil, escreveu ao governador da capitania do Rio Grande de São Pedro, dom Diego de Souza, questionando as ordens que ele expedira para as guardas da fronteira portuguesa, em fevereiro daquele ano. As determinações eram que as guardas dependentes de Bagé e San Diego não combatessem as forças vindas do outro lado da fronteira, nem para defender-se. A orientação, em caso de ataque, era que as tropas se retirassem ‘em ordem’ para Rio Grande.

O marquês de Aguiar mostrou-se surpreso com a atitude de Dom Diego de Souza, afinal, a derrota da monarquia espanhola na conquista de Montevidéu havia provocado um alerta à monarquia portuguesa. Os poderes absolutistas estavam ameaçados em toda a América Central e do Sul, que sofriam processos de tendência emancipacionista, podendo seguir os rumos que tomaram as colônias inglesas na América do Norte, quando conquistaram sua independência em 1776. Como não defender-se de forças revolucionárias que foram capazes de derrubar o representante do poder monárquico espanhol no Prata? Quais as implicações que poderia ter a conquista de Buenos Aires sobre a capital da Banda Oriental para os negócios do Reino Unido do Brasil com a região platina?

Diante daquele cenário, as investidas de indígenas às guardas e estâncias na área de fronteira e a presença de Artigas junto aos povos missioneiros enfraqueciam as iniciativas de controlar os territórios limítrofes e conter avanços revolucionários em domínios de Portugal.

⁵⁰⁰ Idem.

⁵⁰¹ AA. Tomo XIV, p. 653.

⁵⁰² D. Fernando José de Portugal e Castro, o marquês de Aguiar, fora vice-rei do Brasil entre 1801 e 1804.

Assim, o marquês de Aguiar repreendeu enfaticamente o governador da capitania do Rio Grande: “Não é sem dúvida (...) vontade de S.A.R. que deixe de observar-se o armistício concertado com o governo de Buenos Aires, pois não deseja denuncia-lo sem que exista para isto fundamento”; porém, continuou: “não é nem poderia ser de sua régia e soberana intenção que, entrando os espanhóis armados em seu território, não sejam rechaçados pela força e obrigados com a maior energia a evacuá-lo imediatamente”⁵⁰³.

A resposta de Dom Diego de Souza veio em seguida. Nela, explicava, com imponência, que a conquista de Montevideu por Buenos Aires era fruto das negociações que o vice-rei Xavier Elío (antecessor de Gaspar de Vigodet) fizera com a Junta, ao estabelecer o armistício de 20 de outubro de 1811, quando o ‘exército português pacificador’ foi chamado a mediar o conflito e esteve “a ponto de desbaratar as tropas revolucionárias que o bloqueavam”. O tratado Herrera-Rademaker, firmado em maio de 1812, entre Juan Rademaker, coronel instruído por Dom João VI, e Nicolás Herrera, o secretário interino do primeiro Triunvirato, fora estabelecido contrariando as recomendações de Diego de Souza de não retirar as tropas portuguesas da Banda Oriental, afirmou. Isto é, não fossem os acordos progressos de suspensão das ofensivas, ele não teria ordenado a postura militar de diplomacia para as guardas de fronteira tempos depois. Ao contrário, mesmo com o armistício de 1811 e com o tratado de 1812, combateu-as naqueles anos, explicou, buscando justificar-se. O governador entendeu aquela queixa severa sobre sua atuação em 1814 como injusta, sobretudo ao levar em conta sua postura ofensiva em 1811 e 1812. Além disso, alegou que, em 1814, era prudente não expor as guardas portuguesas, nas quais “abundavam os enfermos, incapazes e recrutas desprovidos de cavalos, arreios e armamentos”⁵⁰⁴, situação documentada por ele em relatórios ao governo superior.

Aqui é preciso enfatizar que todas estas informações advêm de fontes da mesma natureza de outras que oferecem uma explicação mais generalizada sobre fatos que influenciaram as medidas tomadas pelo príncipe regente, pelo ministro da guerra e negócios estrangeiros do Reino Unido de Portugal e pelo então governador da capitania de São Pedro. Sendo assim, a compreensão do desenrolar dos eventos históricos se torna mais profunda e complexa, não apenas porque interliga arranjos, acordos, desacordos e documentos

⁵⁰³ AA. Tomo XVIII, p. 8.

⁵⁰⁴ AA. Tomo XVIII, p. 8.

registrados por autoridades do governo português, espanhol e bonaerense de anos anteriores, mas também, porque ultrapassa o âmbito dos gabinetes centrais e traz, de maneira incontestada, outros sujeitos à cena política, através da recuperação de cenas do cotidiano da campanha. Senão, vejamos. Voltemos a 1812, ano do acordo Herrera-Rademaker, cujas disposições foram usadas por Diego de Souza como justificativa para suas ações em 1814.

Em maio de 1812, no mesmo mês em que o acordo Herrera-Rademaker havia sido firmado, o governador encarregado das operações do ‘exército pacificador’ português na Banda Oriental, Diego de Souza, deu instruções claras a um dos seus subordinados em campo, o coronel Joaquim de Oliveira. A incumbência era dificultar a travessia do Uruguai pelos inimigos e “*bater ou perseguir* alguns poucos praças que consta ainda tem deste lado, *misturados com índios e charruas*”. Além de combater soldados “misturados com índios”, Joaquim de Oliveira foi instruído pelo governador a “explorar os rincões onde, segundo estou informando, se conservam cavalcadas dos Charrua afim de as tomar e destruí-los sem lhes dar quartel”⁵⁰⁵. Diego de Souza deu instruções pormenorizadas e sublinhou a importância de garantir “os lados do campo apoiados e a cavalcada e boiada guardadas”.

Alguns dias mais tarde, o encarregado de destruir os índios enviou notícias sobre suas atividades. Havia designado “cento e setenta praças de cavalaria”, para “atacar na madrugada do dia dois do corrente aos Charrua”⁵⁰⁶. Os espias, enviados à frente dos combatentes, não distinguiram ‘vestígios de índios’, não encontraram sinais de suas moradias adaptadas ao trânsito constante pela campanha, apenas carcaças de animais usados para o consumo que, ademais, poderiam não ter sido abatidos por eles. A suspeita era a de que haviam sido consumidas pela ‘gente de Artigas’.

Logo depois, inesperadamente, o coronel Joaquim de Oliveira avistou “uma grande partida de índios do outro lado do [arroio] Daimán dividida em diferentes posições com bandeiras brancas e alguns repontando cavalcada para uma baixada bastante remota”⁵⁰⁷. A bandeira branca, um recorrente código militar utilizado como sinal de paz, apropriado pelos indígenas em seus deslocamentos, a fim de evitar confrontos violentos, foi ignorado por Joaquim de Oliveira Álvares que logo ordenou um ataque. Contudo, os

⁵⁰⁵ AI. Documentos anteriores a 1822. Quartel General na barra do arroio São Francisco, 26 de maio de 1812.

⁵⁰⁶ AA. Tomo X, Passo do Daimán, 05 de junho de 1812.

⁵⁰⁷ Idem.

indígenas estavam ‘misturados’ a outros militares, entre eles o capitão José Joaquim de Moraes que intercedeu junto a Joaquim de Oliveira Álvares para que os indígenas atravessassem o rio sem que fossem atacados. O coronel consentiu no pedido do capitão, mas sua intenção era atender à ordem do governador da capitania e ‘bater e perseguir’ os soldados ‘misturados com índios e charruas’.

Na travessia, um dos índios, por precaução ou porque, de fato, desejou se pronunciar, manifestou que “Artigas os tinha ultrajado matando alguns dos seus e que eles estavam determinados a ser amigos dos portugueses”. Em contrapartida, Caciquillo, um dos caciques Charrua integrantes da marcha, não cruzou o rio enquanto não viu as tropas portuguesas afastadas e em movimento. A assertiva do primeiro não pareceu unânime ao coronel que achou logo que havia algo errado no fato de os índios não terem todos a mesma atitude. Ao notar que alguns desconfiavam da ‘escolta’, o coronel deu seguimento aos seus planos de modo mais rápido, antes de “estarem os índios prevenidos”.

Atentos às suspeitas de que o ‘exército pacificador português’ podia atacá-los, os indígenas se dividiram em pequenas partidas para atravessar o rio e, em caso de emboscada, conseguirem se dispersar sem perder o rebanho, motivo pelo qual, segundo o coronel, “se devia contemporizar até encontrar uma boa ocasião de os colher reunidos”. Findada a travessia, os caciques Gaspar, Moreira e Messalaña – este último irmão de Gaspar – foram à barraca do coronel que lhes recebeu brindando aguardente, fumo e mate. Já do outro lado do rio, continuaram as visitas “com extraordinário interesse nos três gêneros acima referidos”, enquanto Joaquim de Oliveira Álvares prosseguia em sua sondagem. Assumiu, de maneira que não deixa de impressionar, que, observando o apreço dos índios pelos presentes, resolveu mandar um informante com mais deles a fim de observar a localização exata de suas moradias provisórias e seus rebanhos e, assim, os “destruir, como merecem”.

Durante as visitas, os militares, os informantes e os índios conversaram. Os caciques disseram que a dificuldade em achar gado se fazia sensível e que, em Salto do Chico, – onde Artigas havia instalado um de seus primeiros quartéis logo do ‘Êxodo de 1811’, lembremos – a carestia de vacum era extrema, pontuaram. Expuseram que naqueles arredores não havia ‘insurgentes’ e “que todos se dirigiam para Mandisoví”⁵⁰⁸. Ao levar em conta as informações

⁵⁰⁸ Idem.

destes caciques, a carestia de gado pode ter sido uma das causas de indígenas terem se dirigido a Mandisoví, onde talvez, alguns dos liderados por Domingo Manduré e apoiados por Artigas, promoveram uma série de sublevações, como vimos.

Era cinco de junho de 1812 quando o governador da capitania do Rio Grande recebeu o informe daquele que designou para ‘destruir’ os índios. Joaquim de Oliveira Álvares lhe relatou o encontro com eles, solicitou instruções e auxílios. Contou que deixou de atacar os índios devido ao tipo de local de difícil acesso em que acamparam, sendo impossível remover o rebanho. Além disso, em sondagens feitas entre os índios, os caciques se mostraram resolutos em não ceder cavalos e, especialmente, gado *vacum* ao exército português ou em atender ao pedido feito pelo capitão de “acompanhar as partidas” portuguesas. Os índios não estavam dispostos a ceder seus animais, se mostraram contrários ao recrutamento e, segundo soube Joaquim de Oliveira, “por confissão espontânea do Caciquillo, repugnavam alguns caciques entrar na aliança com os portugueses”⁵⁰⁹. Assim, decidiu que “comigo praticassem algumas das suas costumadas traições, [pois iria] ataca-los, como efetivamente mandei”:

Pelas nove horas da noite do dia onze marchou a tropa debaixo das ordens do referido coronel e ao romper do dia começou o ataque ao seu final, o qual durou das seis até as oito horas e meia da manhã, ficando de 60 a 80 valorosos índios mortos, de duas a três mil éguas mansas, potros e cavalos em nosso poder, dos quais já estão reiunos⁵¹⁰ 850, e alguns trastes insignificantes, dos quais nem a nossa gente fez caso, e 66 indivíduos de ambos os sexos prisioneiros, a saber: 23 mulheres, que pediram misericórdia, e de que se compadeceu a tropa, 22 meninos e 21 meninas, queimando-se quase todos os ranchos. O nosso prejuízo foi considerável, em atenção à morte de um só dos nossos heróis, [que] me é extraordinariamente sensível. Da relação nº 2, verá V. Ex. o número dos mortos e feridos, que talvez não fosse tão grande não fosse o calor excessivo da nossa tropa, que não fazia ideia do valor, da destreza e do desespero em que se puseram os Charrua⁵¹¹.

O coronel permitiu que os índios atravessassem o rio sem atacá-los, recebeu seus líderes em sua barraca, presenteou-os com gêneros pelos quais tinham grande interesse,

⁵⁰⁹ AA, Tomo X, Acampamento no arroio Santo Antonio, 13 de junho de 1812.

⁵¹⁰ De acordo com o dicionário Priberam On-line da língua portuguesa, *reiuno* é uma palavra de origem espanhola, e se refere a cavalos do Estado, os quais se marcava cortando a ponta da orelha direita. Quando usado como adjetivo masculino, se refere àquele “que pertence ao reino, ao país ou ao Estado”. Quando usado como substantivo masculino, se refere ao “animal sem dono ou que pertence ao Estado”. Disponível em www.priberam.pt. Acessado em 30/11/2016.

⁵¹¹ AA, Tomo X, Acampamento no arroio Santo Antonio, 13 de junho de 1812.

retribuiu suas visitas, enviou informantes para sondar a sua localização, o tamanho de seus rebanhos e os recursos de que dispunham para um eventual enfrentamento. Julgou que praticar traições eram ações costumeiras dos índios e, em ‘retaliação’, os atacou, devido ao ‘extraordinário interesse’ que os governos e habitantes da região tinham em cavalos, bois e na mão de obra daquelas gentes. Surpreendeu os Charrua ao amanhecer de um dia frio, depois de, provavelmente, terem se aquecido com os reforços de aguardente que mandou providenciar para presenteá-los. Tomou o grande rebanho que os indígenas possuíam, parte esta, que julgavam, ele e Diego de Souza, ser a mais crucial da tarefa. Sob suas ordens, as tropas portuguesas eliminaram um contingente que poderia ser parte integrante das forças artiguistas ou dos exércitos “misturados com índios” de Buenos Aires, como acusava o governador em suas instruções a Joaquim de Oliveira Álvares, que cumpriu as ordens e matou muitos Charrua, feriu outros tantos, e depois, temeu a represália: “receio muito da maldade dos índios que se escaparam, e vindo de lá, porque a mesma gente sofre muito”.

As mulheres, em suas palavras, ‘o incomodavam extraordinariamente’, pedindo proteção e escolta do exército que dizimara sua gente. Mesmo testemunhando e mencionando o sofrimento dos indígenas, o coronel fez especial menção a alguns oficiais pelas “boas disposições, valor e sangue frio, que fez bem lograda a empresa”. Contudo, apesar da crueza do relato, não podemos julgar a autenticidade do ‘valor e sangue frio’ do próprio coronel em sua busca por demonstrar nos relatórios a determinação em executar as ordens de seu superior. Afinal, informou a morte de ‘valorosos índios’, observou o sofrimento dos sobreviventes que foram feitos prisioneiros e temeu a vingança dos fugitivos e de outros que pudessem vir em defesa dos seus. Não podemos inferir, portanto, diante de um ato tão brutal e tão cotidiano da vida na campanha, que os envolvidos não refletissem sobre seus atos, suas escolhas e as consequências práticas daqueles acontecimentos. Em certo tom de desgosto e lamento, o coronel finalizou seu reporte de maneira inusitada:

O meu modo de pensar a respeito dos índios será talvez estranho tanto do que vulgarmente se presume, como da ideia que eu mesmo até agora fazia, e por isso não fico ao ataque, apesar da mesma má vizinhança, mas as notícias que dão os que se achavam no ataque me tem feito persuadir do contrário, e segundo contam os mais valorosos, se os índios tivessem tido tempo de ganhar os cavalos, talvez poucos dos nossos escapassem do conflito.

O governador respondeu aos despachos do tenente coronel, dando-lhe, efusivamente, os “parabéns pelo bom sucesso da ação contra os Charrua”. Não parece, porém, que tenha dado atenção à conclusão do seu relatório. Elogiou a tropa, com destaque especial à Infantaria, “que desempenhara perfeitamente bem os seus deveres”⁵¹². Haja vista o pedido de instruções sobre o que fazer com a boiada, a cavallhada e os prisioneiros depois de finda a tarefa, o governador disparou as ordens, congratulando, uma vez mais a “muito louvável (...) deliberação que tomou V. M. de mandar reunir a cavallhada aprendida dos infieis, as quais nos fornecem um grande socorro”. Até aqui, talvez, leitoras e leitores estejam se perguntando de que maneira a ação violenta empreendida contra indígenas Charrua e outras gentes misturadas àquela marcha que buscava atravessar uma região de fronteira entre a capitania portuguesa e a Banda Oriental se relaciona com os acordos e desacordos entre os gabinetes de Buenos Aires, Montevideu, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Pode ser que a determinação de Diego de Souza quanto aos índios Charrua (chamados infieis em referência aos índios cristãos aldeados) ofereça algumas indicações:

(...) os prisioneiros dos dois sexos, me parece justo sejam distribuídos pelos oficiais, e mais gente do seu destacamento, com preferência daqueles que assistiram ao ataque, e com atenção dos que forem casados a respeito das fêmeas. As condições e tempo de servidão destes prisioneiros são as que se acham reguladas pela lei respectiva aos bugres⁵¹³.

A “lei respectiva aos bugres”, à qual o governador da capitania de São Pedro se refere, são as cartas régias de 1808, documentos sancionados pelo rei de Portugal quando da chegada da família real e da Corte ao Brasil, naquele ano. As cartas visavam regulamentar a utilização da mão de obra indígena, a ‘administração’ de seus serviços, bem como sua relação de trabalho com os administradores leigos e religiosos. Assim também, buscavam regularizar a administração dos recursos naturais nos territórios em que se encontravam por terceiros, principalmente a terra, mas também a caça, a criação e o manejo de animais e a navegação de rios. Pode ser que Diego de Souza tenha se referido a uma das cartas régias em particular, mas em conjunto, suas disposições remetem à de 02 de dezembro de 1808, à de 05 de novembro de 1808 e à de 13 de maio de 1808. Pode-se dizer que a primeira é a mais

⁵¹² AA. Tomo X, p. 34-35.

⁵¹³ AA. Tomo X. Quartel general na barra do arroio São Francisco, 17 de junho de 1812.

referendada, mas as anteriores parecem ter servido de parâmetro para sua elaboração e, assim, pode-se também entendê-la como uma extensão, uma continuação das outras duas. Outro motivo pelo qual a primeira seja mais referida é o fato de que sua ementa trata de políticas legislativas indigenistas mais amplas: “sobre civilização dos índios, a sua educação religiosa, navegação dos rios e cultura dos terrenos”. Por conseguinte, embora seja dirigida ao governador da capitania de Minas Gerais, e especifique a navegação do rio Doce, por exemplo, ou particularize a ‘incivilidade’ dos índios Botocudos, suas disposições servem de guia para civilizar “Índios Botocudos, ou ainda outros quaisquer”, como os Charrua da Banda Oriental.

Assim, na carta régia de 05 de novembro de 1808, a guerra aos índios Botocudos é declarada como justa. Nela, o monarca se mostrou convencido de “quão pouco útil era o sistema de guerra defensivo que contra eles tenho mandado seguir”. Pontuou, convenientemente, que a extensão das linhas de defesa de um território tão vasto como o do vice-reino não era o bastante para conter as incursões dos índios. Portanto, argumentava, “sou servido por este e outros justos motivos que ora fazem, suspender os efeitos de humanidade que com eles tinha mandado praticar”. Sem mais remachos, se é que houve algum, ordenou considerar iniciada

(...) uma guerra ofensiva que continuareis sempre em todos os anos nas estações secas e que não terá fim, senão quando tiverdes a felicidade de vos assenhorar de suas habitações e de os capacitar da superioridade de minhas reais armas de maneira tal que movidos do justo terror das mesmas, peçam a paz, e sujeitando-se ao doce jugo das leis e prometendo viver em sociedade, possam vir a ser vassalotes úteis, como já o são as imensas variedades de índios que nestes meus vastos Estados do Brasil se acham aldeados⁵¹⁴.

Entre as grandes ‘variedades de índios’ dos dilatados ‘Estados do Brasil’ podiam estar os índios que circulavam pelas fronteiras das extensas e precárias linhas de defesa da guarda portuguesa com a região platina, como os Charrua. Em vista disso, baseado nas cartas régias, Diego de Souza estava seguro de que justa como era a guerra ordenada a eles, assim também era a apreensão e a apropriação de seus animais, a destruição de suas habitações, motivo pelo qual a escravização dos sobreviventes “me parece justo sejam distribuídos pelos

⁵¹⁴ Carta Régia de 05 de novembro de 1808. Disponível em Publicações do Senado Federal on-line em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>

oficiais, e mais gente do seu destacamento”. Não era, portanto, sem fundamento que o governador da capitania ordenou bater, perseguir e destruir os índios. Outras indicações de que, às vezes, Diego de Souza levava algumas leis ao pé da letra, está no modo como distribuiu os prisioneiros de guerra. Ele demonstra que não desconhecia as disposições da carta régia de 12 de dezembro de 1808, que tornava legítimo repartir os indígenas perseguidos em ‘guerras justas’ como escravos entre fazendeiros e oficiais do exército. No primeiro caso, de dividi-los entre os fazendeiros, duas das ordens régias eram as seguintes:

(...) primeiro: que possam os sobreditos fazendeiros servir-se gratuitamente do trabalho de todos os índios que receberem em suas fazendas, tendo somente o ônus de os sustentar, vestir e instruir na nossa santa religião, e isto pelo espaço de 12 anos de idade, e de 20, quanto aos que tiverem menos de 12 anos, podendo deste modo, indenizar-se das despesas que hão de fazer com o seu tratamento, educação e curativo nas enfermidades, vindo também assim a ter uma remuneração do seu trabalho e vigilância, enquanto os mesmos índios lhes não podem prestar nenhum serviço, ou pela idade, ou pela sua rusticidade e ignorância da língua portuguesa; segundo, que havendo os mesmos fazendeiros satisfeito a estas condições, nada mais lhes possa ser pedido pelos mesmos índios (...)⁵¹⁵.

No segundo caso, de repartir os índios entre oficiais do exército, as disposições de dom João VI revelam meios através dos quais estancieiros se tornaram oficiais do exército e vice-versa, realizando o que o monarca português chamou de “negócio político”:

(...) ordeno-vos que atendaís mui particularmente, e me façais propostas para os postos de oficiais de ordenança, ou milícias, àqueles dos fazendeiros que mais se distinguirem no bom tratamento e progresso de civilização dos índios, preferindo os que mostrarem em igual intervalo de tempo um maior número de casamentos e nascimentos de índios em suas fazendas.⁵¹⁶

Nas palavras de dom João VI, “todo e qualquer fazendeiro, ou pessoa rica” que formasse uma povoação de índios em pequeno número (os que fossem encontrados e ou presos em grande número seriam destinados aos aldeamentos) e “à sua custa” cuidasse da civilização dos índios através da sua inserção nos mundos do trabalho – na agricultura ou na indústria, conforme explicava o documento – e da instrução religiosa, de modo que se “achem

⁵¹⁵ Carta Régia de 12 de dezembro de 1808. Disponível em Publicações do Senado Federal on-line em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>

⁵¹⁶ Carta Régia de 12 de dezembro de 1808. Disponível em Publicações do Senado Federal on-line em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>.

misturados”, seria gratificado. A recompensa para quem aumentasse as famílias indígenas em ‘suas propriedades’ em número de 1.200 casais de índios adultos, de acordo com as regras acima estipuladas, era ganhar mais terras,

(...) porque é minha real intenção [dizia D. João VI] em semelhante caso, criar o fazendeiro ou indivíduo rico que tiver satisfeito a tão louváveis fins religiosos e patrióticas vistas, senhor e donatário da sobredita povoação, que em tal caso, também criarei vila com todas as prerrogativas anexas a semelhantes estabelecimentos.

Assim, atento ao conteúdo das cartas régias e à potencialidade das suas disposições num cenário de guerra não apenas contra os índios, mas entre Estados, províncias e líderes locais com seus exércitos misturados, Diego de Souza mandou dividir os prisioneiros e prisioneiras da seguinte maneira:

Como para aqui basta que venham um casal de índios pequenos para o marechal Eloy e outra para o quartel Mestre do batalhão, é escusado ir partida que os conduza, podendo-se remeter em ocasião que daí venham alguns soldados. O capelão da região de São Paulo, pede a conservação em seu poder de duas indiazinhas, que diz achara dispersas no campo e já batizara. O comportamento dele durante todo o choque me determina anuir ao seu peditório. Inclusa achará V.M. resposta à carta de Dom Manuel Sarratea, que acompanhou seu ofício de anteontem, a qual V.M. fará passar ao outro lado em regra parlamentar⁵¹⁷.

Os prisioneiros indígenas, adultos e crianças, foram entregues a militares, estancieiros e religiosos de acordo com o estabelecido nas cartas régias de 1808 e “em regra parlamentar” enviada à autoridade do ‘outro lado’ da fronteira, como mostra o arremate do documento enviado por Diego de Souza a Manuel de Sarratea. Certamente, o governador da capitania não deixara de observar o respaldo legal que a carta régia de 5 de novembro de 1808 conferia àquela ação, quando mencionou, antes de ditar o modo como seriam distribuídos os indígenas, que “as condições e tempo de servidão destes prisioneiros são as que se acham reguladas pela lei respectiva aos bugres”. A carta régia de novembro, embora fosse direcionada aos campos de Guarapuava e aos Botocudos, citava outros lugares e índios aos quais poderiam empreender as mesmas ofensivas, com os mesmos propósitos:

Sendo-me presente o quase total abandono, em que se acham os campos gerais de Curitiba e os de Guarapuava, *assim como todos os*

⁵¹⁷ AA. Tomo X. Quartel general na barra do arroio São Francisco, 17 de junho de 1812.

*terrenos que desaguam no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguai, todos compreendidos nos limites dessa capitania e infestado pelos denominados índios bugres, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietários (...)*⁵¹⁸.

Tendo sua iniciativa assegurada por meio de uma disposição régia, uma semana depois do ataque aos Charrua, Diego de Souza informava ao vice-rei do Prata, Gaspar de Vigodet, narrando, baseado no informe e nos relatórios de Joaquim Oliveira Álvares, o desfecho daquele triste e esclarecedor episódio histórico:

Na madrugada do dia 12 do corrente foram atacados e completamente derrotados os *Minuano e Charrua*, que as tropas de Buenos Aires apresentaram na frente em todas as ações particulares que tiveram com as nossas, e dos quais experimentávamos sempre muito maior resistência do que nas mesmas tropas: ficaram mortos quatro caciques e o quinto denominado Caciquillo, se presume fora baleado. No campo se achavam mortos perto de oitenta, porém no mato, pela infantaria, é que houve a grande mortandade, que assaz não se pode determinar. Da nossa parte houve três mortos e trinta e um feridos. Calcula-se que dos ditos infieis fugiram trinta e tantos com quarenta e tantas mulheres, de cuja espécie, e crianças se aprisionaram sessenta e seis, também ficaram em nosso poder entre éguas, potros e cavalos de dois mil e quinhentos a três mil, aquisição para nós de grande importância. Para esta ação não cooperou a artilharia, porque os toldos se achavam dentro de desfiladeiros, por onde apenas cabia um cavaleiro à frente, e a barranca do rio era inacessível às peças, a nossa tropa teve muito que sofrer manchando toda noite pelo gelo e sobrevivendo na madrugada um nevoeiro sumamente e espesso e frio. O combate durou desde cinco até nove da manhã. Importa muito que a carta incluso que dirijo ao tenente-coronel João Rademaker, encarregado das negociações entre a Corte do Brasil e o governo de Buenos Aires, lhe seja entregue com toda a brevidade e segurança. Para isto, busco a intervenção de V. Ex. na firme certeza de que lhe merecerei o favor de transmiti-la na forma recomendada, e que da mesma sorte, me seja conduzida a resposta⁵¹⁹.

Este reporte do governador da capitania de São Pedro ao vice-rei Gaspar de Vigodet, em 1812, revela e conecta muitos aspectos das negociações entre os governos conservadores e revolucionários em exercício no ano de 1814. Retomemos alguns marcos cronológicos para

⁵¹⁸ Carta Régia de 05 de novembro de 1808. Disponível em Publicações do Senado Federal on-line em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>

⁵¹⁹ AI. Documentos Anteriores a 1822. Folio 35. Dom Diego de Souza ao vice-rei do Prata, Gaspar de Vigodet. Quartel General na barra do arroio São Francisco, 18 de junho de 1812.

que os leitores não se percam na confusão dos acordos e desacordos entre os poderes em disputa naqueles tempos revolucionários.

O acordo Herrera-Rademaker foi selado em maio de 1812, entre o secretário interino do Triunvirato, Nicolás Herrera e o representante do príncipe regente do Reino Unido do Brasil, que atuou como intermediário entre dois centros de poder em conflito: Buenos Aires e Montevideú. O tratado buscava assegurar o fim das hostilidades e enfrentamentos bélicos na Banda Oriental, bem como na região fronteiriça. Sob um ponto de vista, Juan Rademaker e seus superiores tinham, portanto, todo o interesse em que a guerra não abalasse as relações políticas e diplomáticas e, sobretudo, o comércio entre os diferentes governos e líderes locais atuantes na área fronteiriça. Sob outro, situações de guerra poderiam servir como subterfúgios para obter mão de obra indígena escrava e aumentar o patrimônio de estancieiros e militares no Brasil, de acordo com as cartas régias.

Entretanto, o tratado não foi seguido à risca. Ao contrário, como indica o ofício do governador Diego de Souza a Gaspar de Vigodet, mal o acordo havia sido firmado e ele próprio, o encarregado das atividades do exército pacificador português (como foram chamadas as forças militares portuguesas incumbidas de mediar o conflito), assumia ter ordenado ataques aos índios que eram, conforme sua descrição, quem “as tropas de Buenos Aires apresentaram na frente em todas as ações particulares que tiveram com as nossas, e dos quais experimentávamos sempre muito maior resistência do que nas mesmas tropas”. Diego de Souza e o contingente militar envolvido naquelas ações conheciam os índios, haviam experimentado contatos amistosos e violentos, em que eles foram seus aliados e inimigos. Misturaram-se com soldados de tropas enviadas por Buenos Aires, no caso da situação narrada pelo governador. Ele admitiu, como é constante nos registros da época das primeiras décadas do Oitocentos⁵²⁰, que indígenas eram soldados aguerridos, difíceis de combater.

Além disso, o recrutamento dos índios para o exército regular ou para as milícias contribuiria, sem dúvida, para recompor a defasagem das guardas de fronteira ou regimentos portugueses, ao mesmo tempo em que desfalcava as forças militares artiguistas e do exército de Buenos Aires, ambas integradas por índios ‘infiéis’ e ‘cristãos’. Contudo, este tipo de ação

⁵²⁰ MELO, Karina M. R. S. Op. Cit. 2011.

era legal apenas se fosse realizada contra os índios infiéis, motivo pelo qual esta categoria ou esta classificação social aparece repetidamente nos documentos analisados.

Aparentemente contraditórias, mas, minuciosamente pensadas, as brechas existentes nas leis e os acordos diplomáticos abriam precedentes para um amontoado de rearranjos políticos estabelecidos por autoridades governamentais, militares e eclesiásticas que, interessadas em classificações étnicas que condicionavam a liberdade dos indígenas, promoviam a sua ‘mistura’, como dizem os documentos, como modo de atender à enorme demanda por mão de obra indígena livre e escrava, sobretudo como trabalhadores rurais e soldados.

6.4 – O “modo de pensar a respeito dos índios será talvez estranho tanto do que vulgarmente se presume”: modos indígenas de agir.

Se ficarmos atentos ao alerta do coronel Joaquim de Oliveira, que empreendeu um violento ataque aos índios Charrua, e ao cruzamento das fontes relacionadas àquele evento e ao contexto, teremos em mente que é absolutamente questionável repetir como verdade os recursos discursivos largamente utilizados nos documentos da época, de que indígenas não integravam o conjunto de trabalhadores que serviu como mão de obra livre e escrava na formação social dos espaços nacionais e fronteiriços. Porém, talvez não seja este o único e mais estranho modo de pensar sobre os índios e sua história. A negação acerca da importância do trabalho indígena naqueles tempos foi tão vulgarmente presumível e disseminada quanto a destoante afirmação de que eram uma massa de gente amorfa, naturalmente indolente e pouco afeita ao trabalho, como diz a carta régia de 02 de dezembro de 1808⁵²¹. Ou seja, princípios políticos presumíveis que buscaram, de todos os modos (guerra ou catequização), enquadrá-los como trabalhadores livres ou escravos, foram os mesmos que difundiram a estranha ideia de que eram inaptos ao trabalho. Contudo, as negociações bem e malsucedidas, com e contra os índios, demonstram que aquela não era, tampouco, a única maneira de fazer política e realizar atividades consideradas produtivas. Houve, também, modos indígenas próprios de praticar política e relações sociais, fossem através de enfrentamentos com

⁵²¹ Carta régia de 02 de dezembro de 1808. Disponível em Publicações do Senado Federal on-line em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>

instâncias de poder governamental, de conflitos e alianças interétnicas, de diversos tipos de prestação de serviços militares, do trabalho no campo em frentes agropastoris próprias ou de terceiros, ou de sua relação e inserção em redes comerciais. Todos estes exemplos de atuações indígenas os inseriram, ora de maneira inclusiva, ora excludente, na história de formação dos Estados nacionais argentino, brasileiro e uruguaio. Os modos de pensar sobre o passado dos índios não podem ser apartados das histórias de formação social de espaços platinos fronteiriços durante a era das revoluções, como às vezes, “vulgarmente se presume”.

Todavia, cabe questionar: o que levou Joaquim de Oliveira Álvares a fazer tal reflexão? À primeira vista, as respostas para esta pergunta parecem estar nos ofícios que ele enviou a dom Diego de Souza relatando o ataque empreendido aos índios Charrua. Contudo, as atividades dos índios Charrua, Guarani e Minuano naquele cenário ultrapassam a esfera de ação do episódio de massacre, e articulam, de maneira esclarecedora, as atividades e os trabalhos de outros indígenas ao conturbado contexto de amplas disputas políticas. Dois de vários elementos que emergem dos relatos de Joaquim de Oliveira chamam atenção para refletir sobre os papéis dos índios naquela trama toda: a enorme quantidade de gado vacum e cavalar que possuíam, cerca de dois mil e quinhentos animais, alvo de extraordinário interesse daqueles que ordenaram o ataque; e a reiterada referência às suas atividades na prestação de serviços militares. No caso deste segundo elemento - suas atividades nas lidas de exércitos regulares e milicianos, os Charrua foram referidos e tomados como ‘misturados’ ao exército de Buenos Aires e outros índios, quanto como ‘gente de Artigas’ e, ainda, como potenciais recrutas para o exército português, num primeiro momento anterior ao ataque, e como prisioneiros escravizados destinados ao serviço em quartel e escravos de propriedade de autoridades militares e religiosas, num segundo momento após o ataque.

Quanto à quantidade de gado vacum e cavalar que compunha o rebanho dos Charrua atacados na emboscada, como e por que os índios teriam tantos cavalos, e por que eram tão cobiçados? Esta ampla questão necessita de uma análise maior e mais pormenorizada do que é possível esboçar neste subcapítulo, mas, de todo modo, o exercício breve e sucinto que faremos aqui pode lançar luzes para refletirmos com mais profundidade sobre os papéis indígenas naquele contexto.

Em seu estudo sobre homens e gado na construção social de uma região pampeana a sudoeste de Buenos Aires, José Luis Sória traz aportes interessantes e que parecem bastante

apropriados para tratar a questão. A pesquisa é orientada pela descrição e análise das transformações ecológicas que se deram nas planícies pampeanas e, portanto, numa região próxima à da fronteira entre a Província Oriental e a capitania de São Pedro. O historiador interpreta o desenvolvimento das atividades *ganaderas* por parte das sociedades indígenas entre a segunda metade do século XVIII e as duas primeiras décadas do XIX e oferece um outro olhar sobre as políticas dos pampeanos visando o controle dos recursos daquele espaço. Embora a diversidade de grupos indígenas pampeanos não nos permita assegurar que os Charrua possuíssem, exatamente, a mesma maneira de criar, manipular e lidar com os rebanhos, as atividades empreendidas por aqueles evocam, seguramente, as relações estabelecidas entre estes e os animais.

Conforme as descrições de viajantes, cronistas e cientistas em trânsito pela região entre a segunda metade do século XVIII e o final do XIX, analisadas por Soria, é possível perceber que os indígenas eram criadores e pastores de gado *vacum* e cavalos altamente especializados. De acordo com os trechos de fontes selecionadas por ele, as narrativas sobre o bom estado dos rebanhos indígenas são recorrentes e “revelam o trabalho contínuo dos índios para melhorar a qualidade de seus cavalos”. O militar Manuel Pueyrredón, a serviço do governo de Buenos Aires durante as guerras pela independência nas primeiras décadas do Oitocentos, por exemplo, observou que “o índio tem seus cavalos próprios, que cuida como tal, que exercita variando e em grandes corridas de avestruzes e veados, e destes, elege o melhor para ter de reserva na luta”⁵²². Outro observador coevo descreveu que:

(...) os índios fazem fazer exercício e dão rédeas quase todos os dias a seus cavalos de reserva, um pouco menos. Assim, os tem ágeis e vigorosos. Não fazem outra coisa que ocupar-se em adestrar suas cavalcadas. Fora isto e ainda que destruam muitas cavalcadas em suas grandes correrias, as repõem com o que nos roubam e o que criam, sempre tem cavalos em bom estado para invadirmos⁵²³.

Alfred Ébélot, engenheiro francês que atuou como sargento nos trabalhos de ‘conquista do deserto’ ao sul da província de Buenos Aires, no final do século XIX, informou que:

⁵²² PUEYRREDÓN, M. A. **Escritos históricos sobre la guerra de los indios**. Buenos Aires: Editorial Julio Suárez, 1929, p. 302 apud SORIA, J. L. *Hombres y ganado. La construcción social del pastizal pampeano, 1750-1820*. *Anuário IEHS/TANDIL*, v. 27, 2012, p. 317 (307-320).

⁵²³ ASRA. V. X, n. 6, 1876, p. 173 apud SORIA, op. cit.

(...) o primeiro cuidado que toma um índio ao voltar de uma expedição (...) é apartar seu lote de cavalos e os instalar em um bom pasto para que se reponham. Logo poderá por em cima de cada um peso equivalente ao implemento e ao cavaleiro e o obrigar a cruzar a todo galope, até esgota-lo de cansaço, terrenos lamacentos, onde as bestas afundam até a barriga. Assim, o índio aparta com segurança os mais vigorosos. O resto é comido, e esta original maneira de colocar a hipofagia a serviço da seleção, permite adestrar somente cavalos superiores, os quais não tardam em se voltar tão dóceis como infatigáveis, por meio de sábios procedimentos de exercitação⁵²⁴.

Os métodos de treinamento e adestramento, e a seleção dos melhores animais como reprodutores melhoraram notavelmente a composição das cavalhadas indígenas, como aponta Sória. Conforme os relatos, indígenas da região pampeana selecionavam tanto os animais que criavam, quanto os que adquiriam em ‘roubos’ e ‘correrias’. Em um e outro caso, o que importa para o argumento que aqui desenvolvo, ainda de acordo com Sória, é que “este cuidado se vê justificado porque o cavalo era fundamental como ferramenta de trabalho para controlar e arrear gado em seus circuitos anuais, facilitava a caça e o transporte de pessoas e produtos para comercializar”⁵²⁵, como couros e sebos, por exemplo. Os cavalos eram importantes tanto para a guerra, quanto para pontear boiadas em grandes rodeios que os indígenas movimentavam de acordo com as estações do ano. Ou seja, a mobilidade espacial indígena buscava atender, também, às necessidades práticas dos habitantes de uma região em constante conflito, quais sejam, garantia de alimento, possibilidade de inserção em redes de comércio, através da oferta de produtos e animais com altíssimos índices de demanda, e ao acertado manejo dos locais por onde circular, onde pudessem adquirir, trocar ou vender animais e produtos, escapar de confrontos bélicos, oferecer bom abrigo às famílias em marcha e boas pastagens aos animais. Talvez, por esses motivos, Manuel Pueyrredón tenha assinalado a dificuldade de encontrar índios reunidos na região pampeana:

Igual inconveniente tocam para estabelecer seus toldos, mui rara vez pode unir-se uma tribo inteira em um lugar, regularmente se estabelecem a grandes distâncias uns dos outros, tem que consultar não só as aguadas, mas a qualidade dos pastos, que se encontra bom nas costas dos arroios ou em algumas lagunas no interior⁵²⁶.

⁵²⁴ ÉBÉLOT, A. **Relatos de frontera**. Buenos Aires: Solar / Hachette, 1979, p. 28 apud SORIA, op. cit.

⁵²⁵ SORIA, Op. Cit.

⁵²⁶ PUEYRREDÓN, 1929, p. 302.

Os Charrua que se encontravam em trânsito pela campanha em junho de 1812, buscavam atravessar o rio Daimán para encontrar um local seguro, abrigado e com bom pasto. Joaquim de Oliveira Álvarez também informou sobre a dificuldade de reunir os índios num só lugar, razão pela qual adiou o ataque. Afirmou que eles escolheram um local de difícil acesso, onde “os toldos se achavam dentro de desfiladeiros, por onde apenas cabia um cavaleiro à frente, e a barranca do rio era inacessível às peças [de artilharia]”. Segundo Diego de Souza, a tropa designada para atacá-los sofreu marchando uma noite inteira sob um nevoeiro espesso e sobre o gelo. Era estação fria e os Charrua cuidavam da internada dos seus animais. Havia muitas famílias indígenas realizando a viagem, entre elas, cinco caciques, dos quais quatro foram mortos. Isso indica que o grupo Charrua marchava desta vez numa comitiva muito maior do que costumava fazer. A presença de tantos caciques juntos denota que os seguidores de cada um deles os acompanhavam. Ainda assim, para pontear o rebanho, promoviam o deslocamento afastados uns dos outros, sendo difícil reuni-los, como destacou Joaquim de Oliveira Álvares. Ou seja, o contexto bélico e os acordos diplomáticos estabelecidos entre os governos de Buenos Aires, Montevideu e Rio de Janeiro alterava os padrões de mobilidade indígena, como alertou o índio que, ao cruzar limites fronteiriços, contou que Artigas os havia detratado e falhado em cumprir o acordo que haviam estabelecido e que por isso, estavam dispostos ‘a serem amigos dos portugueses’.

Pode-se inferir a existência de pelo menos duas variações nos hábitos indígenas durante aqueles conturbados anos: primeiro, deveriam procurar por locais seguros e afastados de focos possíveis e previsíveis de conflito; segundo, deveriam buscar que tais lugares dispusessem, ao mesmo tempo, de bons pastos; isto é, deveriam combinar as estações do ano aos locais por onde pudessem circular e acampar, com o instável contexto de guerra. Logo, pode ser que aqueles índios tivessem optado por uma movimentação espacial que atendesse às contingências do momento, marchando juntos por uma área que, apesar de arriscada, talvez pudesse garantir bom alimento aos animais. Ainda assim, desconfiados de que pudesse haver um ataque ofensivo seguido de assalto, os Charrua buscaram negociar, atravessar o rio a salvo de perigo e repontar os rebanhos em grupos separados. Visitaram Joaquim de Oliveira, receberam seus informantes, trocaram informações e presentes.

Não obstante, depois do ataque, com a morte de quatro dos cinco caciques que faziam parte da marcha, a liderança sobrevivente, sem o rebanho que lhes fora tirado, se dirigiu a

um lugar assolado por intermináveis confrontos bélicos, com pastos comprometidos pela intensa movimentação em seus arredores. Caciquillo, que supostamente fora baleado, havia informado ao coronel que alguns índios “repugnavam entrar na aliança com os portugueses”. Talvez por isso tenha ido à Montevideu e, acompanhado possivelmente por outros dos sobreviventes, participou ativamente do cerco à cidade, embora mais tarde tenham sido realocados em local afastado devido à sua incivilidade, como nos mostrou o diário do padre Bartolomeu Munhoz, analisado no capítulo 4.

Grupos indígenas possuíam bons cavalos devido à sua ‘expertise’ na criação, treinamento e seleção de seus rebanhos e, também, em virtude dos repetidos cenários de guerra na região fronteiriça. Por um lado, a guerra possibilitava que arrebanhassem cavalos e vacum em estâncias desguarnecidas ou abandonadas em função dos constantes ataques. Por outro lado, o fato de possuírem bons e cobiçados rebanhos os colocava em posição arriscada, em situações cujo desfecho poderia dizimar muitas famílias e escravizar os sobreviventes de massacres, como aconteceu com aquela numerosa comitiva Charrua. Ao contrário de Joaquim de Oliveira, que voltou atrás sobre o fato de os índios ‘merecerem’ o ataque, Diego de Souza parecia seguro de que fizera a escolha certa. Sem ponderar sobre o desfecho cruel da emboscada para os Charrua e os misturados que os acompanhavam, se pôs a apropriar e ratear o rebanho dos indígenas entre a tropa, oficiais graduados e, pasmem, D. Pedro I, o príncipe da Beira:

(...) seria justo deixar orelhanos alguns cavalos melhores e de bom passo para serviço dos oficiais mais graduados, que precisassem comprá-los, e com quem se deve ter contemplação. Se, entre os cavalos petiços, se puderem ajeitar 6 ou 8 do mesmo pêlo, e ainda algum bem feito, e de passo, mande-os separar, que são para o príncipe da Beira⁵²⁷.

Prosseguiu, instruindo Joaquim de Oliveira que Manuel dos Santos Pedroso, o Maneco, personagem cujas atividades relacionadas à apropriação de gado vacum e cavalos dos índios missionários foram detalhadamente analisadas no capítulo 1, estava a caminho, e

⁵²⁷ Possivelmente, o príncipe da Beira a quem Diego de Souza se refere é o príncipe Pedro II. O título foi criado em 1645 por D. João IV de Portugal, e alterado por D. João V em 1734. A partir deste último ano, o título poderia ser atribuído a toda herdeira ou herdeiro presuntivo do trono, sendo que, no primeiro caso, a princesa o perdia se nascesse um varão. Em 1812, o herdeiro presuntivo do trono, o príncipe da Beira, era o filho primogênito de Pedro I, Pedro II.

o contingente que o acompanhava certamente faria uso do restante dos cavalos. E, como os animais dos indígenas eram agora reíunos e, portanto, de propriedade da Coroa Portuguesa e de alguns de seus vassallos, Diego de Souza tratou de informar o vice-rei do Prata, instalado em Montevideú, sobre o ataque aos Charrua, e solicitar que a notícia fosse dada o mais breve possível a Juan Hademaker. Pediu ainda a Gaspar de Vigodet, em zelo às relações diplomáticas com a Espanha, que “quisesse mandar ordens para me entregarem os cavalos reíunos portugueses”, sugerindo que os indígenas os haviam tomado dos portugueses, e não o contrário.

Mesmo diante das dificuldades e dos riscos que, como ficou evidente, não eram ignorados pelos indígenas, eles estabeleceram negociações e se posicionaram: não consentiram no recrutamento, não cederam seus cavalos. Em virtude dessa decisão, militares a serviço do governo português dizimaram a maior parte de suas famílias e escravizaram alguns sobreviventes; mas também, temeram o retorno dos fugitivos, reconheceram a arbitrariedade da ação e tiveram que lidar com as consequências de dependerem de recursos agenciados por aqueles que buscaram exterminar e escravizar. Pode ser que as conjunturas imediatas das convulsões bélicas e políticas provocassem uma certa tendência a despreocupações a longo prazo, no caso dos militares graduados e de parte da elite política.

Mas, no caso de Diego de Souza, o sobejo veio a galope. Dois anos depois do massacre aos Charrua, quando o alcance do artiguismo havia crescido e o temor da adesão popular àquelas propostas aumentado – em boa parte em virtude das sublevações em Entre-Rios e da derrota do Diretório em Espinillos, – um dos representantes de D. João VI cobrava sérios esclarecimentos acerca das decisões militares de dom Diego de Souza em 1814. Apesar de o marquês de Aguiar exigir uma explicação imediata do governador da capitania, já não havia argumentos que bastassem para que Diego de Souza permanecesse em seu cargo. Não tardou, e ele foi informado de que, por determinação de S.A.R., seria substituído no governo da capitania por Luis Teles da Silva, o marquês de Alegrete. Em vão se justificou, expressando que as tropas e os recursos das guardas portuguesas não bastavam mais do que para “conter salteadores e charruas”⁵²⁸.

⁵²⁸ AA. Tomo XVIII, p. 8.

Ao que parece, dom João VI possuía opinião similar à de um de seus ministros, o conde da Barca. Com relevante influência política na América, o conde considerava que Portugal tinha mais territórios a conquistar e poderia expandir suas possessões na região platina. Manter o acordo de paz firmado em 1812, o tratado Herrera-Rademaker, tornava-se um complicado empecilho diplomático em presença da possibilidade de conquista e anexação de terras tão estratégicas do ponto de vista militar, político e econômico. Por sua vez, a posição do ministro português instalado no Brasil não agradava ao ministro inglês. Lord Strangford desconfiava que o armistício não seria mantido e temia uma possível situação de guerra entre Portugal e o Diretório, que não seria, de modo algum, favorável aos interesses comerciais e diplomáticos da Inglaterra.

Não eram raros os relatórios que informavam autoridades régias sobre as inúmeras vantagens da exploração das riquezas da região, entre as quais o gado, terras e gente, como vimos ao longo dos capítulos anteriores. Lord Strangford, interessado na manutenção das relações amistosas entre Portugal, Espanha e as Províncias Unidas, haja vista a importância da região platina para o comércio inglês, eximiu-se de qualquer responsabilidade das intenções e conselhos do marquês de Aguiar a D. João VI, que tendiam a estimular a guerra como uma via para aumentar as posses do Império português. O representante britânico junto à corte portuguesa recebeu esclarecimentos sobre a intenção de seguir respeitando o acordo Rademaker-Herrera. Na fronteira, as forças portuguesas não promoveriam ataques às do Rio da Prata, desde que os seus territórios não fossem invadidos.

Numa tentativa de resumir o capítulo, afirmo que as guerras empreendidas contra e pelos indígenas no contexto das revoluções faziam parte de um lucrativo negócio que envolvia leis, pactos e acordos firmados pelas mais altas autoridades coloniais e ‘revolucionárias’. As disputas pelas terras indígenas e pelo estabelecimento de limites nas permeáveis áreas de fronteira, pelos recursos naturais da região, e sobretudo, pelos bens e pela mão de obra das gentes indígenas estavam no cerne das preocupações políticas porque do resultado daqueles conflitos dependiam os rumos das novas reconfigurações econômicas, políticas e sociais da região. Nesse sentido e fazendo uso das assertivas do historiador Hal Langfur, as preocupações acadêmicas que informam este trabalho emergem dos esforços de um grupo crescente de pesquisadores que estão atentos às histórias indígenas nas fronteiras americanas. Da mesma maneira, a opcional – porém inevitável – ênfase nas histórias de

indígenas atuando em espaços de fronteira também coloca este “estudo à parte de uma historiografia que rejeita a importância dos índios no período de transição entre o período colonial e o advento das repúblicas e impérios independentes”⁵²⁹.

As ações violentas empreendidas contra indígenas Charrua em 1812 foram usadas como justificativa por Diego de Souza, quando acusado em 1814 pelo ministro da Guerra e Negócios Estrangeiros do Reino Unido de Portugal de não defender os domínios portugueses meridionais de ataques estrangeiros. Possivelmente, o ministro conectava as consequências das sublevações no território de Entre-Rios, em Mandisoví e Curuzú-Cuatiá, ao sucesso dos avanços de Artigas na zona de fronteira. Destacou que a política defensiva ordenada pelo governador não fora bem recebida por D. João VI que, provavelmente, desejava estimular o comércio dos subprodutos bovinos e garantir rebanhos cavaleares para as guerras na fronteira, através das quais poderia ampliar seus domínios e as riquezas do reino numa região cujas vias fluviais e demais recursos humanos e naturais poderiam ser extremamente rentáveis.

O governador da capitania do Rio Grande foi acusado de uma postura pouco ofensiva no combate aos avanços estrangeiros em domínios portugueses em relação às ordens que remeteu no começo de 1814. Através delas recomendou evitar conflitos e retirar-se a Rio grande em caso de ataque. O procedimento defensivo foi justificado com as ações ofensivas que, efetivamente, praticou contra indígenas Charrua em 1812, ano do acordo Herrera-Rademaker. Assim, o governador intencionava deixar claro que, se optou por uma postura mais diplomática no ano de 1814, foi em respeito aos acordos e tratados de armistício feitos anteriormente, quando ele mesmo deu parecer desaprovando-os. O massacre de tantos indígenas Charrua, e a apropriação de um número tão avultado de gado eram demonstrações irrefutáveis de que ele havia ostensivamente combatido ‘inimigos’ estrangeiros e contribuído para “aumentar as riquezas” do reino, como queria D. João VI e o ministro da Guerra e Negócios Estrangeiros.

Se, por um lado, em 1812, o plano de Diego de Souza parecia ter sido exitoso, já que inimigos foram eliminados ou escravizados e animais imprescindíveis para a guerra e para os negócios estrangeiros foram arreados; por outro lado, sobreviventes de ataques e invasões

⁵²⁹ LANGFUR, H. **The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and the persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750-1830**. Stanford: Stanford University Press, 2006, p. 3 e 126.

portuguesas provavelmente seguiram para Mandisoví e participaram das sublevações lideradas por Domingo Manduré em 1814, fato que alude à menção da reiteração pelo governador de Misiones e estancieiros de que a gente que o acompanha não era daquela região. Embora a informação fosse a de que os índios foram “atacados e completamente derrotados”, muitos dos que conseguiram fugir tornaram-se fonte de preocupação constante de autoridades portuguesas, orientais e platinas, como Caciquillo, a liderança Charrua e outros dos afilhados de José Artigas.

Em 1814, com o abandono do segundo sítio a Montevideu, a derrota das tropas enviadas por Buenos Aires em Espinillo e a capitulação de Gaspar de Vigodet, com o fim do sítio à capital oriental, os centros de poder na região platina e na capital do Brasil se achavam preocupados com a posição de Artigas. Tê-lo como aliado se apresentava como uma vantagem, e como inimigo, uma ameaça.

Assim também, a mobilização de amplos setores da população se mostrava como uma ameaça para as minorias dominantes. A apropriação de bens dos inimigos tornou-se uma forma de abastecimento e uma medida que pressionava diferentes grupos, transformando-se numa nova forma de expressar lutas sociais. Havia agora, outra mudança importante e brusca em curso. As queixas sobre saques e assaltos não se reduziam a grupos partidários da revolução ou contrários a ela. Setores da elite, fossem eles a favor da independência ou não, perceberam o perigo que o ‘sistema dos povos livres’ e as práticas associadas a seus adeptos significavam para o sistema das hierarquias sociais. Modificações na ordem social eram vividas no cotidiano de grupos sociais oriundos de camadas da elite e populares. Nesse sentido, independente da jurisdição a que pertenciam, luso-brasileira, oriental ou ‘argentina’, a atenção e precaução em relação às práticas indígenas de domínio e apropriação ‘direta’ dos recursos daqueles territórios foram redobradas, e os anos que se seguiram foram decisivos para produzir e estabelecer novas disputas entre o poder central das Províncias Unidas e o federalismo na Província Oriental, bem como para a conformar a base política da Liga dos Povos Livres.

CAPÍTULO 7 – “FATO QUE NÃO ADMITE CONTROVÉRSIA”: RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE INDÍGENAS E OS “NEGÓCIOS DA GUERRA” (1814-1817)

Gentes com diferentes posições políticas e variados vínculos étnicos e sociais estiveram envolvidas nas mudanças que ocorreram em meados da década de 1810, em territórios das fronteiras platinas com o Império português. Tal contexto nos auxilia num melhor entendimento sobre as mudanças sociais e suas implicações nas vidas de grupos humanos que perceberam, na sua condição de pertencimento a uma ‘parcialidade’ étnica, uma oportunidade para sobreviver e movimentar-se pelos códigos que pautavam as relações de hierarquia social. O trabalho, as habilidades, as posses e os conhecimentos indígenas adquiriam cada vez mais destaque em meio às negociações entre dirigentes portenhos, líderes orientais, a monarquia portuguesa e seus representantes na capitania de São Pedro.

Um sem número de embates e alianças ocorreu ao longo do período analisado neste capítulo. Os registros sobre tais negociações e conflitos fornecem informações relevantes sobre os papéis indígenas nas decisões e mudanças políticas dos governos centrais na região platina. Ao mesmo tempo, permitem acessar as continuidades do colonialismo em tempos revolucionários⁵³⁰. Na esteira dos confrontos bélicos, a derrota do líder artiguista Fernando Otorgues na batalha de Marmarajá, em setembro de 1814, aponta para a complexidade das relações estabelecidas entre autoridades e habitantes indígenas em territórios sob domínio português, da Província Oriental e das Províncias Unidas. A batalha de Guayabos, em janeiro de 1815, esteve relacionada à consolidação da chamada Liga dos Povos Livres, uma espécie de acordo entre as províncias orientais, no qual Artigas foi reconhecido como Protetor de Entre-Rios, Corrientes, Santa Fé, Córdoba e parte de Misiones. As relações entre as participações indígenas nas frentes de guerra, suas ações políticas nos campos orientais e a consolidação da Liga dos Povos Livres, bem como o auge da preponderância deste sistema em 1815, não são mera coincidência.

Assim também, durante a chamada segunda ‘invasão portuguesa’ de 1816-1817 em regiões orientais e missioneiras – a primeira ocorreu em 1811-1812, como vimos nos

⁵³⁰ “How can one study colonial societies, keeping in mind – but not being paralyzed by it – the fact that the tools of analysis we use emerged from the history we are trying to examine?”. In: COOPER, Op. Cit., 2005, p. 4.

capítulos anteriores – houve a participação de indígenas missionários e ‘infieis’, cujas performances estão ativamente presentes em relatos, reportes e demais registros sobre o período. Em 1817, povos missionários estavam no epicentro dos conflitos entre forças enviadas por Portugal e por Buenos Aires para derrotar Artigas. Logo, o conhecimento acerca das experiências vividas pelas personagens indígenas confere novos significados ao contexto de formação de Estados nacionais na região platina e aprofunda o entendimento sobre o passado.

7.1 – As batalhas de Marmarajá e Guayabos e a consolidação da liga dos povos livres (1814-1815).

Perseguido pelas forças enviadas por Carlos Alvear, Fernando Otorgues, primo de Artigas e um dos seus líderes de confiança, foi derrotado em setembro de 1814, em Marmarajá. O insucesso fez com que o líder artiguista batesse em retirada com parte de suas tropas e adentrasse em território da capitania do Rio Grande, onde estabeleceu acordos, realizou contatos e recebeu auxílios. Otorgues atravessou os limites fronteiriços com quinhentas pessoas que o acompanhavam no combate, dispostas em onze companhias com poucos recursos, inclusive munições⁵³¹. Enviou correspondência a um dos comandantes da fronteira, Manuel Marques de Souza, solicitando abrigo. Como argumento, destacou as ‘relações íntimas’ entre a corte portuguesa e a espanhola, e aventou a possibilidade de submeter-se ao rei Fernando VII, irmão de Carlota Joaquina, a fim de conseguir um breve asilo no sul do Brasil. A resposta de Maneco foi positiva e, mais uma vez, outro militar a serviço da capitania citou o acordo Herrera-Rademaker para justificar as relações diplomáticas entre ‘portugueses’ e ‘espanhóis’.

Um dos desdobramentos desses acontecimentos foi um novo despertar do interesse de Carlota Joaquina pelo controle da região. Diferentemente do que ocorrera em 1810 – quando o carlotismo se apresentou como uma alternativa de governo diante do sequestro de Fernando VII por forças napoleônicas, – quatro anos mais tarde, a aliança com Artigas e sua gente significava uma possibilidade de conter as ameaças revolucionárias que enfraqueciam

⁵³¹ AHRS. Autoridades Militares, Caixa 278. Ilha de Paraguai, 10 de outubro de 1814.

os poderes das monarquias espanhola e portuguesa naquela parte da América. Neste caso, talvez esta estratégia tenha sido pensada em termos de transformar um inimigo potencial em aliado, afinal, as notícias das movimentações artiguistas que chegavam ao governo do Rio Grande de São Pedro não pareciam de todo amistosas.

Ciente da celeridade dos acontecimentos e dos diferentes rumos que as mobilizações políticas tomavam, Carlota solicitou o serviço de informantes para melhor se inteirar do que acontecia na fronteira sul do domínio português na América, visto que um dos principais líderes artiguistas estava acampado no território da capitania de São Pedro e havia rumores sobre o fato de que intencionavam “atacar Missões e esta fronteira”⁵³². O que aconteceria se os Povos missionários fossem atacados? Juntar-se-iam às forças artiguistas ou as combateriam? O que significaria para a capitania a perda dos vassallos indígenas e do território missionário? Além dessas questões que, muito provavelmente, passaram pela cabeça de Carlota Joaquina, de dom João VI e Lord Strangford, havia outras sobre as quais a princesa pôs especial empenho em descobrir: quem era essa gente que acompanhava Artigas e seus líderes de confiança? O que significava sua presença e atividade junto aos líderes orientais?

As notícias que chegavam através dos contatos do então governador da capitania⁵³³, Diego de Souza, eram notáveis: “cento e tantos homens, vizinhos, solteiros, a mando do tenente Bonifácio, e que estão a marchar a incorporar-se a Artigas, e este tem a seu mando *três mil homens e novecentos índios, com cinco caciques*”⁵³⁴. Isto é, marchavam pouco mais de quatro mil pessoas em direção à fronteira, a se dar crédito à informação. Contudo, há um claro destaque dado pelo informante de Diego de Souza à presença indígena entre as tropas. Cabe perguntar por que ele o fez ao invés de simplesmente incluí-los aos demais ‘soldados’, como acontece em vários outros registros da época? Talvez, menos do que deixá-los à parte através de simples soma ao significativo contingente, ele percebesse a diferença entre ter índios e caciques como aliados. Pode ser que, através da aparente incongruência em não incluí-los aos demais, o informante acabe por indicar que, naqueles tempos, indígenas

⁵³² AHRS. Autoridades Militares, Caixa 234, Bagé, 08 de outubro de 1814.

⁵³³ Dom Diego de Souza ainda era governador da capitania em outubro de 1814. Ele seria substituído em novembro por Luis Teles da Silva, o marquês do Alegrete, como vimos no capítulo anterior. Interessante observar que ao longo do mês de outubro, Manuel Marques de Souza correspondeu-se com ambos.

⁵³⁴ AHRS. Autoridades Militares, Caixa 234, Bagé, 08 de outubro de 1814.

podiam não apenas ser diferentes, como fazer a diferença no conjunto de inimigos e aliados dos interessados em conquistar poder e autonomia política.

É preciso levar em conta os significados do apoio e da dissidência de grupos indígenas neste cenário, sobretudo, quando nos confrontos bélicos, um lado ou outro poderia ganhar mais soldados e perder “uma porção de cavalos e bois”⁵³⁵. Assim, enquanto Artigas e seus líderes marchavam com cerca de quatro mil homens em direção aos domínios de Portugal, Maneco informava que os ‘portenhos’ acampados nos arredores fronteiriços não seriam superiores a cerca de seiscentos homens, cujo exército estava “falto de cavahada, por magra”⁵³⁶. Quanto à guarnição portuguesa, ele assegurava que “tinha carretas, bois, cavalos e artilharia, tudo pronto a marchar”, em caso de necessidade.

Mas, o governo da capitania esperava que não fosse o caso. O governador Diego de Souza informava ao ministro da guerra e dos negócios estrangeiros de dom João VI, que acreditava que as notícias fossem “comprobativas de não haver conluio ajustado de má fé contra nós entre os dois partidos, de Buenos Aires e os de Artigas, e de que ambos nos respeitam e procuram manter boa inteligência conosco. Sem embargo, porém, disto, prosseguem na execução das disposições cautelosas que anunciei (...)”⁵³⁷. Uma dessas providências foi instruir Artigas de que “no caso de acolher-se aos nossos domínios, deve entrar pelas guardas dependentes do acampamento de San Diego, para a qual mando marchar maiores forças e a cujo comandante envio as ordens necessárias para este fim”⁵³⁸. O acampamento de San Diego era o mesmo a partir do qual o governador empreendeu um violento ataque aos Charrua que buscavam atravessar a fronteira em 1812, sob o principal pretexto de mediar as relações diplomáticas entre Buenos Aires e a Banda Oriental. Mas as disposições de 1814, ao contrário do que aconteceu com os Charrua, autorizavam Artigas e seus seguidores a cruzarem a fronteira sem serem atacados e, ainda, com o auxílio de tropas destinadas à sua escolta. Isto é, as necessidades e objetivos conjunturais que faziam dos indígenas inimigos e aliados continuavam a operar em favor dos negócios da guerra,

⁵³⁵ Idem.

⁵³⁶ AHRS. Autoridades Militares, Caixa 278. Rio Grande, 20 de outubro de 1814.

⁵³⁷ AI. Documentos Anteriores a 1822. Porto Alegre, 17 de outubro de 1814.

⁵³⁸ AI. Documentos Anteriores a 1822. Porto Alegre, 17 de outubro de 1814.

esclareceu o governador pouco tempo antes de ser destituído de seu cargo pelo marquês de Aguiar, a pedido do rei português.

Diante desse quadro, porém, as oportunidades para buscar representação política e promover certa quebra das hierarquias sociais apresentavam-se com mais frequência diante dos indígenas. Mesmo em situações adversas, como foi demonstrado nos capítulos anteriores, o avanço do artiguismo e também das conquistas de Buenos Aires e da Coroa portuguesa ocorria, em boa medida, graças às alianças estabelecidas entre líderes, autoridades militares e estancieiros com grupos indígenas e outros setores populares. Quer dizer, os centros de poder coloniais em processo de emancipação sabiam que era preciso garantir os acordos, tratos e o suporte de aliados com algum tipo de poder. No caso de indígenas, os conhecimentos que detinham sobre o território, o aproveitamento eficiente de seus recursos animais e naturais e as experiências adquiridas em atos de negociar e guerrear fazia deles, aliados ou inimigos muito importantes, peões, soldados, interpretes e líderes políticos habilidosos, como os registros analisados ao longo dos capítulos insistentemente informam.

Nesse sentido, para Carlos Alvear, havia “suficiente motivo para perseguir e exterminar esta facção de rebeldes” que acompanhou Fernando Otorgues em fuga para a capitania. Considerava o líder artiguista como um “caudilho (...) assassino e ladrão público reconhecido por tal em todo território” da Banda Oriental, que queria transformá-la num “estado livre e independente dos direitos soberanos do senhor Fernando VII e a integridade da monarquia espanhola”⁵³⁹. Solicitou ao comandante das fronteiras e governador da capitania, de modo incisivo, que não permitisse o abrigo de Fernando Otorgues e dos insurgentes de Marmarajá⁵⁴⁰. Manuel Dorrego, responsável pela perseguição de Otorgues, mandou reunir os cavalos do exército inimigo e alertou o comandante da fronteira lusitana sobre a responsabilidade de ter um ‘desertor’ em domínio português⁵⁴¹. O pedido de Dorrego para que eles fossem expulsos foi negado por Maneco, que o contestou citando o acordo Herrera Rademaker. Depois de ter recebido asilo e auxílio para a sua tropa, que foi alimentada com farinha e carne providenciada pelo governo da capitania, Ortogues cruzou novamente a fronteira e retornou à Banda Oriental. Impedir ou promover o trânsito de tropas e animais

⁵³⁹ AA. Tomo XVII, p. 62.

⁵⁴⁰ Idem. Os parênteses são meus.

⁵⁴¹ AA. Tomo XVII, p. 63.

pela fronteira estava profundamente relacionado ao ‘negócio da guerra’, como mencionou Diego de Souza.

Os informes não paravam de chegar às mãos das autoridades da capitania. As últimas novidades sobre as forças que José Artigas tinha acampadas era de que havia entre “200 homens, e que parte destes são negros, e mulatos, cativos fugidos, alguns dos quais estavam em recrutas”. Havia ainda a notícia sobre a chegada de tropas paraguaias. Pelo visto, os discursos de Artigas, que se sustentavam em argumentos sobre independência e liberdade, como observou o furriel e informante do governo da capitania, surtiam efeito entre setores populares. E isso era crucial para o comércio de animais vacuns e cavalares na região. Não bastasse negros, mulatos, escravos em fuga e missioneiros do Paraguai, ao que parece, juntar-se-ia a Artigas: “um corregedor com 8 índios do povo de Yapejú, a procurar a proteção e *oferecer-se com todos os índios daquele povo* para se unir ao seu partido”. Durante a primeira década do século XIX, a estimativa da quantidade de habitantes do departamento de Yapejú variou entre treze e dez mil pessoas, aproximadamente, de acordo com os dados do historiador Ernesto Maeder⁵⁴². Além de soldados, mestiços ou não, Artigas também “não está tão mal” de armamentos e munições, como relatou o informante. Comprara armamentos e duas arrobas e meia de pólvora provenientes da capitania, pagando por elas em espécie e com “as melhores tropas de gados”⁵⁴³.

Ao final de dezembro, Artigas se mostrava otimista com os rumos das mobilizações políticas e elaborava novos planos baseando-se no fato de que “nossos recursos aumentaram e o entusiasmo cresceu e muitas vantagens temos a nosso favor”. Além da aliança entre Artigas e setores populares, outras se desenhavam entre seus líderes e representantes da Corte portuguesa. Fato que não se mostrava, naquele momento, de modo algum vantajoso para Buenos Aires. Em vista disso, Manuel Belgrano, um dos enviados pelo Diretório à Europa, reclamou a Lord Strangford o abrigo que a Corte portuguesa havia dado à ‘gente de Artigas’. A Coroa de Portugal era vigiada de perto pela ‘diplomacia’ britânica, mas isso não impediu novas iniciativas de expansão territorial por parte de militares e estancieiros da capitania, tampouco alianças e conflitos com os habitantes, peões e soldados que circulavam pela fronteira.

⁵⁴² AA. Tomo XVII, p. 55.

⁵⁴³ AHRS. Autoridades Militares, Caixa 278. Acampamento de San Diego, 29 de dezembro de 1814.

Enormes eram as confusões sobre o que fazer, como agir em relação aos poderes políticos que Artigas e seus aliados progressivamente adquiriam. Ao passo que Carlota Joaquina investigava sobre as mobilizações artiguistas e, mesmo com as ressalvas de Lord Strangford, o governo portenho ponderava sobre a decisão de empreender mais um embate contra o líder dos orientais. Militares e políticos a serviço de Buenos Aires não ignoravam o fato de que seria “forçoso empreender contra as tropas orientais”, afinal, “os habitantes da Banda Oriental são decididos protetores das ideias que abriga Artigas”⁵⁴⁴. Porém, depois de tantas tentativas fracassadas de negociar a rendição do caudilho e de grupos que lhe eram adictos, o Conselho de guerra do governo portenho decidiu declarar guerra a ele e seus seguidores. Os motivos para levar a campanha adiante eram fortes, já que o ministro da guerra de Buenos Aires, Xavier de Viana, havia assegurado ao Diretor, que os portugueses tinham a intenção de se unir a Artigas⁵⁴⁵.

De fato, depois que o alerta das mobilizações que tomavam conta da campanha chegou aos ouvidos de Carlota Joaquina, ela buscou se inteirar sobre as origens do poder e dos recursos que Artigas movimentava. Refletiu seriamente sobre a possibilidade de apoiar o caudilho. Para isso, contou com os préstimos de informantes de sua confiança. Juan Jacinto Vargas, sob ordens da princesa, elaborou um memorial sobre a Província Oriental e um plano sobre como cooptá-la para servir aos interesses de Fernando VII⁵⁴⁶. Em seu plano memorial, Vargas fez um apanhado geral dos lugares e das atividades das quais Artigas se ocupou desde 1810, quando estourou a revolução de Maio, até aqueles dias. Citou o êxodo das famílias orientais, os saques feitos na região de Salto de Chico, os armistícios estabelecidos em 1811 e 1812, as negativas dadas como respostas aos pedidos de aliança, as situações geradas diante do cerco à Montevideú. E, como não podia deixar de ser, mencionou as alianças estabelecidas entre Artigas e os “índios Charrua, que já em união e dependência sua, *já separadamente, e por si sós*, saquearam e desolaram vários Pueblos, e muitas estâncias desta em outro tempo rica quanto vasta campanha”⁵⁴⁷. De acordo com Vargas, os Charrua também empreendiam ações autônomas, não necessariamente ligadas ou dependentes da política de Artigas.

⁵⁴⁴ AA. Tomo XVII, p. 148.

⁵⁴⁵ AA. Tomo XVII, p. 148-150.

⁵⁴⁶ AA. Tomo XVIII, p. 209-222.

⁵⁴⁷ AA. Tomo XVIII, p. 213.

Para a Coroa portuguesa apoiar Artigas poderia significar entrar em choque com o Diretório de Buenos Aires. Poderia, ainda, sugerir certa incongruência política por parte da monarquia portuguesa, haja vista que Artigas andava insinuando que “queria primeiro que mandasse na Banda Oriental o mais infeliz, ou último índio, que o primeiro dos espanhóis, já que tudo que podiam esperar dele com liberdade, e independência”⁵⁴⁸. Imbuído do propósito de deixar claro para a princesa o risco em apoiá-lo, o informante mencionou as “operações criminais” de Artigas e o “alarde de seu delito”; ou seja, esclarecia que o poder do caudilho vinha acompanhado de certo prestígio que oscilava bastante, e o vinculava a diversos setores sociais, especialmente os populares. Depois de enumerar fatores como esses, que comprometiam a figura pública e a conduta política de Artigas, ressaltar as falhas de suas operações e o perigo que representava para Buenos Aires, Juan Jacinto Vargas, surpreendentemente, deu parecer favorável à busca de uma aliança entre a Corte de Portugal e o caudilho. Afinal, o líder dos orientais tinha distintos aliados e inimigos; contudo, o ponto que não admitia controvérsia, de acordo com Vargas, é que Artigas tinha ao seu dispor um grande número de soldados e cavalos dos quais se serviam em variadas situações de guerra, motivo pelo qual também era fato incontestado, asseverou, que exercia um domínio quase absoluto na região oriental:

Artigas e Otorgues têm no presente, à sua disposição, *mais de seis ou oito mil cavalos de que se servem suas tropas*, todos os úteis com que ainda se pode contar na Banda Oriental, que hoje quase absolutamente dominam, é *um ponto de fato que não admite controvérsia*. Igualmente está fora dela, que o próprio sucede com boiadas e carretas, de que tanto se necessita na campanha de que falamos, para os transportes de qualquer número de tropas que deva operar nela”⁵⁴⁹.

Sem paliar o que considerava ser o objetivo da aliança com Artigas e Otorgués, Juan Jacinto Vargas disparou: “convém fazer-nos desde logo de uma parte dessa cavallhada e carruagens, *o que havendo discernimento para operar, e conhecimento da matéria não é difficil conseguir*”. Fundamentalmente, esse era o “plano já indicado, que deve servir de base de nossas operações, de conseguir por nós mesmos, sem a menor cooperação daqueles, o

⁵⁴⁸ Idem, p. 213.

⁵⁴⁹ Idem, p. 220.

maior número de cavalos, bois e carretas (...) *que sejam dados para o transporte e operações da expedição*".

Foi nessa atmosfera de valorização de recursos humanos, naturais e materiais da região da campanha, da disponibilidade das gentes para integrar os exércitos artiguistas, que o informante de Carlota Joaquina, considerou que a decisão mais prudente seria "sustentar e fomentar constantemente as boas ideias que ao fim parece haver tido Artigas e Otorgués, evitando do modo possível que, seja por sua natural propensão à independência, ou por nossa negligência e descuido, voltem a incidir ulteriormente nos detestáveis princípios que [...] tiveram até agora (...)”⁵⁵⁰, quais sejam, os princípios de ameaçar centros de poder monárquicos. As estratégias de arregimentar soldados e arrebanhar gado *vacum* e cavalgar das estâncias da região, incluindo as missioneiras e os rebanhos de particulares e indígenas charruas e minuanos, foram consideradas 'boas ideias', das quais a Coroa portuguesa deveria se apropriar na prática, como deixa claro o parecer favorável à aliança com Artigas.

Assim, em meio ao prestígio e às ameaças crescentes que o poder de Artigas apresentava, dois deputados orientais foram enviados ao Rio de Janeiro como representantes dos interesses do líder oriental, José Bonifácio Redruello e José Maria Caravaca. Lá, Redruello redigiu uma exposição detalhada a fim de convencer a Coroa portuguesa a prestar apoio à causa artiguista. A primeira das vantagens apresentadas era a de "reduzir à ordem" os indígenas minuanos e charruas, coisa "que apesar dos esforços que tem feito o governo legítimo desde o descobrimento das Américas até o dia não se pôde lograr". Redruello iniciou seu dossiê com a sedutora proposta de controlar grupos indígenas, cujos bens e mão-de-obra poderiam alavancar ainda mais o comércio de animais, carnes e peles e estimular os lucros advindos com "os negócios da guerra". Geralmente descritos como entraves à atividade comercial no cenário dos conflitos bélicos, indígenas costumavam participar das redes de trocas, compra e venda de mercadorias, além de possuir conhecimento na criação e manutenção dos rebanhos, como podemos perceber através de documentos já explorados ao longo dos capítulos. Para comprovar a primeira vantagem em apoiar Artigas, o deputado oriental informou que uma das divisões que acompanhava o caudilho, "o ajudou não pouco com bom êxito nas ações que frequentemente dá aos portenhos, retirando-lhes o gado,

⁵⁵⁰ AA. Tomo XVIII, p. 221.

tomando-lhes as cavalcadas e ainda com suas armas de lança e flecha”. Apesar de Redruello noticiar que os Charrua e Minuano tomavam cavalcadas e retiravam gado dos portenhos, sabemos que em outras situações ocorreu o contrário, como no caso em que portugueses tomaram imenso rebanho dos Charrua que circulavam pela fronteira, visto no capítulo 6. Algumas vezes, os indígenas empreenderam rodeios e ataques, cujo objetivo era sua subsistência e a da tropa em que atuavam, o aumento dos seus rebanhos, ou ainda, parte dos seus próprios negócios durante as guerras, como vimos no capítulo 3. A segunda vantagem da Coroa portuguesa em ter o líder oriental como aliado era:

(...) conservar na ordem aos ditos índios, que obedeçam ao rei, e se instruem nos dogmas de nossa sagrada religião, sob o comando de Artigas, a quem se empenham em obedecer com emulação, como eu fui testemunha quando estive em seus acampamentos, e que a exemplo destes infiéis, poderiam reduzir-se outros⁵⁵¹.

Através dos ‘auxílios’ de Artigas e Otorgués, dizia Redruello – um observador com trabalho de campo, que esteve em acampamentos militares indígenas –, as tropas espanholas que seriam enviadas por Fernando VII para restaurar o poder da monarquia espanhola no Prata, receberiam “carne e pão fresco, cavalgaduras e quanto necessitem para os transportes até Buenos Aires”. Não é difícil perceber que alianças estabelecidas para controlar e negociar com os índios eram necessárias não apenas para alimentar e prover de demais recursos as frentes de guerra, como para manter ou tirar do poder distintos grupos e autoridades que o disputavam, incluindo eles próprios. No Rio de Janeiro, as objeções aos pedidos dos deputados se concentravam na suposição de que, se conseguissem o que queriam, os habitantes da campanha poderiam depois se voltar contra a Espanha.

Da capital do Império português, políticos e militares se comunicavam também com o ministro de Estado espanhol Pedro de Cevallos. André Vilalba, por exemplo, dizendo-se instruído pelo próprio príncipe regente que lhe mostrara correspondências apreendidas pelo governador da capitania do Rio Grande a um comissionado de Artigas, alertou que o caudilho trabalhava bastante pela independência. Conforme a percepção do informante a serviço da monarquia espanhola, alocado no Rio de Janeiro, dizia-se “que em Santa Fé [Artigas] tem muito partido, e que dali lhe escrevem que os avisasse, pois já tinham muitos índios

⁵⁵¹ AA. Tomo XVIII. **Reflexões sobre os auxílios** que solicitam os deputados da Banda Oriental do Rio da Prata. Rio de Janeiro, 1815, p. 256.

prevenidos para dar o golpe, que esperavam somente seu aviso”⁵⁵². O golpe, afirmou Vilalba, “será sem dúvida para unir-se a ele e declarar-se abertamente contra Buenos Aires”, e, portanto, uma vantagem para a Espanha. Entre os documentos que ele mesmo vira, outro que lhe chamou atenção foi um regulamento de comércio que ditava direitos sobre “tudo o que se extraia” das províncias orientais. Observou que o objetivo do regulamento era “evitar as desordens que tem havido nisto, em particular da parte dos portugueses”. Diante de tais informações não é difícil compreender que, estreitamente ligados às mobilizações políticas, aos movimentos independentistas e às redes comerciais, estavam os indígenas.

Na opinião do secretário da guerra de Buenos Aires, do desfecho daquele embate que o Diretório empreenderia a Artigas, dependeria “a salvação ou a ruína do Estado”. Embora saibamos que o prognóstico foi parcialmente equivocado, tão drástica sentença não era infundada. Xavier Viana argumentou ao Diretório que as tropas de que dispunham para atacar o caudilho estavam em número bastante reduzido, com cerca de sete vezes menos soldados do que o necessário. Deu praticamente como certo que o resultado da ação seria um exército “prostrado”, sem meios “para buscar sua subsistência naqueles lugares onde escasseia sumamente o gado”⁵⁵³. Tal inconveniente, afiançava, “não se pode apresentar com clareza senão aos que lhe tocaram na prática”. O secretário Xavier Viana confrontou o conselho de guerra de Buenos Aires, cuja decisão era atacar Artigas sem demora, através de apreciações sobre a qualidade e a quantidade dos recursos de que dispunham os exércitos orientais e portenhas. Ponderou que “a multiplicada subdivisão de massa daquelas, para chamar atenção em diversos pontos, como têm executado até agora, faz necessária a distribuição do nosso exército em distintos Corpos que trabalhem em proporcionada combinação”. Além disso, as tropas portenhas deveriam contar com a direção de pessoas com “conhecimentos territoriais, de valor, de constância, e acostumados às intempéries dos desertos”. “Será fácil achar oficiais suficientes?” - indagava Xavier Viana, para em seguida oferecer uma resposta: “recordo com dor os exemplares que devem nos fazer temer o contrário”. Um desses exemplos ele havia experimentado na prática. Nos idos “de 1804 quando aquelas campanhas eram mais abundantes e ferozes e se achava nelas mais recursos”, lembrava, “me vi precisado com a expedição sob meu comando a me retirar das serras onde persegui aos índios por falta de

⁵⁵² AA. Tomo XVIII, p. 289.

⁵⁵³ AA. Tomo XVII, p. 148.

cavalgaduras e subsistência para a tropa”. Enfrentar as ‘multiplicadas divisões’ de Artigas em situações consideradas extremamente desfavoráveis pelo secretário de guerra teria como resultado “a desunião entre nós mesmos, conseguindo assim nos colocar em um estado de debilidade que facilite aos peninsulares em união com o príncipe regente a total destruição e aniquilamento do nosso sistema”.

Os líderes, informantes, secretários, conselheiros e representantes dos diferentes poderes em disputa não ignoravam o fato de que os indígenas e suas atividades estavam profundamente relacionados ao desenrolar e desfecho dos conflitos, à situação comercial da região e às constantes variáveis que pesavam na tomada de decisões governamentais. Ao contrário, os relacionavam a uma série de disposições administrativas, econômicas e políticas. Ponderavam, por exemplo, sobre as circunstâncias nas quais em acordos e tratados progressos, Artigas e outros deputados deixaram explícito que não havia possibilidade de firmar alianças com a monarquia espanhola, como dita o primeiro artigo das Instruções do Ano XIII. Tal disposição foi reiterada pelos supostos dizeres de Artigas sobre preferir ‘o último dos índios’ ao ‘primeiro dos espanhóis’ no poder:

Primeiramente pedirá a declaração de independência absoluta destas colônias, que elas estão absolvidas de toda a obrigação de fidelidade à Coroa da Espanha, e família dos Bourbons, e toda conexão política entre elas e o Estado da Espanha é e deve ser totalmente dissolvida⁵⁵⁴.

Interessantemente, foram os acordos estabelecidos entre representantes artiguistas na capitania do Rio Grande de São Pedro e na capital do Rio de Janeiro que contribuíram para outra significativa vitória dos ‘insurgentes’ orientais contra os revolucionários portenhos. Os ataques empreendidos por Carlos Alvear contra as forças de Artigas, em janeiro de 1815, durante a batalha de Guayabos, sofreram uma derrota que acabou por contribuir para consolidar o domínio da Liga dos Povos Livres frente ao centralismo portenho. Como resultado da perda de Buenos Aires na batalha, promoveu-se a retirada das forças militares portenhas da região oriental e iniciou-se o período de auge do poder de Artigas. Ou seja, o apoio de forças conservadoras acabou auxiliando o caudilho em seus planos para conter o Diretório. Mas, pelo visto, na prática, este apoio não foi o principal.

⁵⁵⁴ MACHÓN; CANTERO, Op. Cit. 2006, p. 67.

Durante a batalha, militares e particulares que atuaram na área de fronteira se comunicavam dando parte dos acontecimentos. Juan Carneiro da Fontoura, ao passar pelo acampamento de Artigas às vésperas dos embates, noticiava a grande quantidade de soldados que o caudilho tinha sob seu comando, “ainda quando não eram disciplinados”. Além dos quatro mil soldados indisciplinados, segundo o informante, chegavam mais “dois caciques de uns índios civilizados arranchados acima das baixadas de Santa Fé, para se unirem ao partido de Artigas, e seguirem as suas ordens por aquele lado”⁵⁵⁵. Em meio aos ataques disseminados em vários locais, havia expectativas em torno daquele que seria o “ataque decisivo”. Mas o fato é que os contingentes que apoiavam Artigas circulavam por grandes extensões territoriais, estavam espalhados em diferentes lugares, motivos pelos quais tropas se reuniam e se dispersavam rapidamente, dando a impressão de que as forças militares eram instáveis e indisciplinadas. Não eram, por certo, soldados ordinários, pois não se tratava de receber e executar ordens apenas em troca de soldo, mas também de fazer parte da cena política e contribuir com seus próprios recursos e conhecimentos, e de acordo com seus interesses econômicos e sociais. Assim, pode ser que esteja na dificuldade do informante em perceber as negociações estabelecidas pelos indígenas para prestar apoio à Artigas, sua visão sobre a indisciplina de parte do exército.

Um dos interesses indígenas era manter mulheres e crianças como parte integrante das tropas durante as campanhas militares. Muitos indígenas marchavam em família. Ainda em 1811, quando Artigas percebeu a importância disso para alguns de seus aliados e negociou a permanência de famílias junto ao seu exército, iniciou-se uma grande mobilização política de grupos subalternos interessados em atuar diante das perspectivas de mudanças que se apresentavam após a revolução de Maio e a tomada de Montevideu, condições estas das quais costumavam estar um tanto afastados. Com o advento da década revolucionária, setores populares, sobretudo indígenas, viram diante de si a possibilidade de atuar militar e politicamente de uma maneira mais autônoma e mais de acordo aos seus interesses coletivos e particulares, como é o caso de Andrés Guacurary e Artigas.

⁵⁵⁵ AA. Tomo XVIII, p. 83-84.

7.2 – Um índio guarani no comando geral de Misiones.

Não se trata de simples coincidência a confluência de ações e conjunturas que possibilitou que um indígena oriundo de um dos povos missioneiros exercesse um cargo de destacada posição social e política. Logo após a derrota de Buenos Aires em Guayabos, Otorgués ocupou Montevideu, Francisco Candiotti foi eleito governador de Santa Fé e José Xavier Dias, governador de Córdoba. Artigas e outros líderes cuidavam de promover a vagarosa desocupação da Banda e da capital oriental por exércitos portenhos. Ou seja, a partir do controle da região litorânea por líderes artiguistas, o Protetorado logrou adesões e predomínio na Província Oriental. Foi neste contexto que Andrés Guacurary e Artigas assumiu o cargo de comandante geral de Misiones, função que exerceu até 1819. Entre fevereiro e março de 1815, depois da morte de Blas Basualdo, foi nomeado pelo seu padrinho e líder, José Artigas, para substituí-lo, numa clara demonstração da importância das alianças estabelecidas com os índios. A experiência de Andresito, como ficou conhecido o líder missioneiro, ao longo do período de ascensão e enfraquecimento da Liga dos Povos Livres, oferece uma série de informações que permitem reinterpretar e realocar os papéis dos índios no processo de formação dos Estados nacionais na região platina e no estabelecimento de fronteiras territoriais, sociais e étnicas.

Após tentativas frustradas de estabelecer acordos com Gaspar de Francia, autoridade máxima do governo paraguaio, Artigas incumbiu Andresito de retomar o departamento de Candelária, sob administração do Paraguai desde 1811, como vimos no capítulo 3. Em meados de 1815, nas atribuições de seu cargo, o comandante missioneiro empreendeu ações para a desocupação dos paraguaios, europeus e administradores não indígenas, conforme a recomendação de Artigas “para que os naturais se governem por si, em seus povos”⁵⁵⁶. O departamento de Candelária não pôde resistir às investidas de Andresito, que desde o povo missioneiro de São Carlos ocupou, em poucos meses, a parte do departamento ao sul do rio Paraná⁵⁵⁷. A ocupação destes povos também se tratou da conquista de mais uma porção territorial que passou a integrar a Liga dos Povos Livres e aumentar os contornos que o Protetorado ia adquirindo.

⁵⁵⁶ AA. Tomo XXIX. Quartel General, 27 e 31 de agosto de 1815, p. 7.

⁵⁵⁷ Os cinco povos ocupados foram: Corpus, Santo Inácio-Mini, Loreto, Santana e Candelária.

Em junho de 1815, mediante a realização do Congresso do Oriente, acordou-se que as províncias integrantes da Liga eram a Província Oriental, Entre-Rios, Misiones, Corrientes, Santa Fé e Córdoba⁵⁵⁸. Convém ressaltar que o território missioneiro passava constantemente por divisões e mudanças administrativas, e, neste momento, as disputas se davam entre o Paraguai, o Diretório de Buenos Aires e a Liga dos Povos Livres. Desde 1811, o departamento de Candelária havia sido repartido entre aqueles dois primeiros governos. Além disso, outros povos foram ‘anexados’ à província de Corrientes, criada por decreto em 1814, e que agora, era ocupada por Andresito, governador nomeado por Artigas.

Em 6 de abril de 1815, houve o Congresso do Oriente, em Concepción. Nele estiveram presentes os representantes dos povos e províncias do Protetorado. Logo após sua realização e o entendimento de que uma conciliação política com Buenos Aires parecia cada vez mais distante e inviável, os dirigentes ligados à Liga dos Povos Livres adotaram medidas e puseram em prática iniciativas que buscaram aumentar o número de adeptos ao ‘sistema’ confederativo instaurado, bem como estender e salvaguardar as fronteiras de diversas frentes de ataque por parte do Diretório, do Paraguai e da capitania do Rio Grande. Misiones, província para qual Andresito foi designado como comandante, fazia limites com Corrientes – de onde poderiam vir ofensivas de Buenos Aires; com o Paraguai, que administrava o departamento de Candelária desde 1811; e com as missões orientais, em posse de Portugal desde 1801. Assim, concomitantemente à consolidação do sistema confederativo (que já vinha sendo exposto e praticado por dirigentes, representantes orientais e adictos desde o começo da década de 1810), em meados de 1815 houve uma intensa mobilização e considerável engajamento político dos indígenas que habitavam e circulavam pela região. Através da rica e abundante troca de correspondências entre distintas autoridades é possível compreender que, longe de serem atores subalternos no processo que levou à formação dos Estados nacionais, os indígenas e suas atividades foram indispensáveis à conformação política que a região platina experimentou em princípios do século XIX.

⁵⁵⁸ Segundo a historiadora Ana Frega (2001): “(...) os mapas mais difundidos do Protetorado não brindam uma visão ajustada das províncias naquela conjuntura. Esta sinalização (...) nos leva também a um estudo mais detalhado das características do Sistema dos Povos Livres, um sistema de pactos instáveis, cambiante e impreciso entre os grupos dirigentes das províncias (expressados através de governadores, cabildos ou comandantes militares) e o chefe dos Orientais”; e os setores populares, particularmente os indígenas, no caso da presente pesquisa. In: FREGA, A. El Artiguismo en la Revolución del Río de la Plata: algunas líneas de trabajo sobre el “sistema de los Pueblos Livres” apud FREGA; ISLAS, 2001, p. 128.

Andresito nasceu na região de fronteira, em algum lugar nos arredores dos povos de São Borja e Santo Tomé, na década de 1770. O líder oriental e ele deviam se conhecer de longa data, fato que historiadores colocam, mas que é difícil de ser apurado em meio às fontes históricas. Certamente, o cargo de comandante de Misiones lhe fora oferecido em virtude de sua performance ao lado de Artigas. Uma possível mostra do desempenho de Andrés, antes de assumir o posto político e militar de alta relevância, podemos inferir das ações do missioneiro quando em exercício do cargo.

Em abril de 1815, Artigas instruiu Andresito a ocupar os povos situados à margem oriental do rio Paraná e “colocar sob seu comando todos esses povos”. Recomendou para que agisse no sentido de ir “reforçando *sua gente* mais e mais”. Era condição *sine qua non* para o sucesso dos planos da Liga em Misiones, dizia Artigas, que Andresito “nunca melhor que agora apure os recursos e avive aos paisanos”⁵⁵⁹, ou seja, a conquista dos povos missioneiros à leste do Paraná e a defesa das ofensivas vindas do lado de Corrientes dar-se-iam através dos devidos auxílios angariados entre a gente do comandante de Misiones.

Quanto à possível frente de ataque proveniente da capitania, Artigas informava ao afilhado a chegada de barcos espanhóis ao Rio de Janeiro, e a simultânea retirada de tropas portuguesas e suas cavalcadas da região da fronteira. Reiterava a importância de manter a posição estratégica dos Povos missioneiros de Santo Tomé e La Cruz, onde deveria se situar “com a gente que possa reunir”, fazendo “entender a *todos os naturais* destes Povos a necessidade de fazer uma defesa vigorosa contra os inimigos, para que todos tomem as armas e não lhes pilhem descuidados” e “defender *nossos terrenos* contra esses novos invasores”⁵⁶⁰.

Os Povos missioneiros e seus habitantes possuem um papel de relevo em histórias que, muitas vezes, foram vistas através de interpretações que estabeleceram limites rígidos e anacrônicos com relação às fronteiras nacionais. Uma vez mais, como em 1801, por exemplo, os Povos missioneiros não apenas se colocavam propriamente de um lado ou outro dos poderes coloniais e revolucionários, mas posicionavam-se em disputas que afetavam seus modos de vida e lançavam incertezas em relação ao seu futuro como coletividade. Assim, enquanto Santo Tomé e La Cruz eram localidades importantes para fazer frente aos possíveis

⁵⁵⁹ AA. Tomo XXIX. Paraná, 23 de abril de 1815. José Artigas a Andrés Artigas, p. 1-2.

⁵⁶⁰ AA. Tomo XXIX. Paisandú, 01 de junho de 1815, p. 2-3.

ataques vindos da capitania, Apóstoles se mostrava estratégico para conter as reações paraguaias à desocupação empreendida por Andresito.

Indígenas que circulavam e habitavam próximos aos limites fronteiriços certamente estavam em constantes ações para barrar ou estimular iniciativas que pudessem contemplar seus interesses. É preciso relembra que os Guarani não eram a única parcialidade étnica a circular e atuar naqueles espaços. Como demonstram as solicitações feitas por Artigas a Andresito, o plano era cooptar a maior quantidade possível de *gente*, de *naturais*, como consta nos registros, para integrar o já grande número de adeptos ao sistema dos Povos Livres. Domingos Manduré, líder indígena dos motins que deram início e força a uma série de sublevações em Entre-Rios no ano de 1814, também em esteve em contato constante com José Artigas. “Meu compadre Manduré”, escreveu o Protetor dos Povos Livres, quando denunciava atos de má conduta da parte de autoridades portenhas para com ele. Como o comando da região estava nas mãos de Andresito, Artigas pediu para que todas as providências fossem tomadas para apurar os delitos “dos que sejam perversos conosco”⁵⁶¹.

Contudo, embora o artiguismo contasse com muitos adeptos indígenas, sobretudo em terras missioneiras, as uniões e desavenças não eram estanques, como se de um lado estivessem os inimigos do governo portenho e de outro, os aliados. Em algumas situações pareceu haver um limite muito tênue entre as relações amistosas e conflituosas em territórios indígenas⁵⁶². Nesse sentido, Andresito, na maioria das vezes tinha por companheiros e auxiliares nas empreitadas bélicas e políticas os seus, ‘a sua gente’, como qualificou Artigas, ou seus ‘irmãos’, como diziam um e outro; mas houve casos em que empreendeu ataques contra os seus, esvaziando e lutando contra Povos missioneiros ocupados por ‘paraguaios’. Do mesmo modo, estabelecer uma diferenciação austera entre indígenas e paraguaios, orientais, portenhos e rio-grandenses deve ter sido difícil em numerosas ocasiões. Assim, ao passo que em certas circunstâncias, Artigas instruiu Andresito a insinuar que os ‘seus irmãos’

⁵⁶¹ AA. Tomo XXIX. Paisandú, 09 de junho de 1815, p. 3-4.

⁵⁶² Manduré, certa vez, prendeu a um índio na jurisdição de Andresito e foi repreendido por Artigas, que o instruiu que não se ‘intrometesse’ naqueles assuntos e manifestou que não permitiria que a autoridade do comandante de Misiones fosse ‘ultrajada’, nem por aquele a quem Artigas chamava compadre. Este é um exemplo da complexidade das relações que envolveram a governabilidade dos territórios do Protetorado. In: AA. Tomo XXIX. Quartel general, 27 de agosto de 1815, p. 6.

fizessem ‘a revolução’; em outras, prescreveu que ele “contente-se em fazer-lhes [aos paraguaios de Povos missioneiros de Candelária] guerra de papéis como até aqui”⁵⁶³:

(...) escreva V. sempre aos amigos daquele povo para ver se formam a revolução como você lhes insinuou, ou se fazem a representação que você lhe disse, a fim de que tenha eu o mais poderoso motivo para auxiliar seus esforços. Do mesmo modo, faça você sempre presente aos povos de Misiones, do outro lado, a sorte que lhes ameaça. Dirija-lhes você, continuamente, suas exortações chamando-lhes à união com seus irmãos, para ver se rompem as barreiras em que lhes contém o despotismo. Para avançar mais, ainda não é tempo, conquanto que não vejamos na fronteira com Portugal maiores movimentos.

Diante das colocações feitas por Artigas em relação aos habitantes do ‘lado paraguaio’ e aos ‘amigos’ e ‘irmãos’ missioneiros que deveriam ‘fazer a revolução’ é possível indicar o desalinho e a imprecisão envolvidos em questões de pertença étnica e política naqueles territórios fronteiriços. Além disso, como no mais das vezes, junto às recomendações sobre as políticas para a guerra, vinham também menções e avisos sobre a movimentação de gado passado de um lado a outro dos limites. Se portugueses e paraguaios o fizessem, deveriam ser responsabilizados “ante seu governo por aquela indolência”, precavia Artigas a seu afilhado. Isto é, dependendo das circunstâncias, indígenas missioneiros poderiam ser vistos como amigos e irmãos ou como indolentes, cujas ações seriam passíveis de punição. De qualquer maneira, à luz do que as missivas entre Andresito e líderes orientais parecem indicar, sobretudo entre ele e seu padrinho José Artigas, a questão da representatividade de um comandante indígena junto aos Povos missioneiros foi bem trabalhada entre as autoridades da Liga e seus exércitos. Artigas solicitou que alguns dos cargos de confiança ligados à posição de Andresito fossem ocupados por sujeitos escolhidos por ele⁵⁶⁴. Ligada às atividades e ações militares realizadas por Andresito e Artigas estava uma multidão de indígenas missioneiros e ‘infieis’, sem nos esquecermos, é claro, de um número bem menor de apoiadores estrangeiros ou não-indígenas, mas com estreitos vínculos sociais com comunidades indígenas, como o próprio Artigas, por exemplo.

Em tempos de auge do sistema da Liga dos Povos Livres, em meados de 1815, Andresito foi inteirado por Artigas das tentativas de acordos realizados entre o diretor Alvear

⁵⁶³ AA. Tomo XXIX. Paisandú, 15 de junho de 1815, p. 4. Artigas solicitou que Andresito designasse um comandante de sua confiança para o povo de Yapejú.

⁵⁶⁴ Idem.

(que substituíra Posadas) e Francia, o ditador do Paraguai, como é referido nos documentos da época. Enquanto noticiava a perspectiva de estabelecimento de alianças entre inimigos, oferecia considerações capazes de alimentar o sentimento de pertença étnica entre os missioneiros e articulá-lo à demanda da política confederal da Liga, ao ressaltar que, em Candelária, assim como nos demais Povos, “todos os europeus e administradores que houver” seriam ‘desterrados’, “para que os naturais se governem por si em seus povos”⁵⁶⁵. Para isso, mantinha contato com capitães indígenas, como “Bernardo Irié e demais companheiros do povo de Corpus”, Ascêncio Abiarú⁵⁶⁶. Os ‘companheiros’ transportavam pólvora e armamentos, enviavam ferreiros indígenas especialistas no concerto e manutenção de armas, além de músicos e compositores que, oriundos de cada um dos Povos missioneiros, deveriam ‘animar’ os quartéis e acampamentos onde soldados indígenas e suas famílias estivessem acomodados e incentivá-los a “celebrar os triunfos da Pátria”⁵⁶⁷.

As disposições em relação ao comércio de gado que poderia ser realizado entre a capitania de São Pedro e o Paraguai eram enfáticas no sentido de que deveria ser proibido e duramente controlado. “Ficando livre todo o departamento de Candelária, não me permita V. passar gado algum ao outro lado do Paraná. Segundo seja o comportamento dos paraguaios no sucessivo, *assim serão nossas relações tanto políticas como mercantis*”⁵⁶⁸, comunicava Artigas a Andresito. Simultaneamente, determinava que não deixasse de “alumbrar a esses naturais que conduzam suas madeiras, algodão, erva e tabaco pelo [rio] Uruguai a este destino. Assim abriremos o comércio. Eles levaram de nossos frutos e eles que tragam os seus. Assim se fomentarão as Misiones e estes Povos. Anime-os V. para que façam suas viagens em Canoas e conduzam seus efeitos rio abaixo, que eles verão a utilidade prontamente”⁵⁶⁹.

Mediante tais condições que se apresentavam aos indígenas, parece complicado e mesmo inadequado interpretar suas ações levando em conta apenas os sentimentos de pertencimento étnico e desconsiderando as conjunturas que contribuía para modificá-los e aos seus modos de vida. Talvez, em certas situações, as mudanças em padrões sociais e

⁵⁶⁵ AA. Tomo XXIX. Quartel General, 27 e 31 de agosto de 1815, p. 7.

⁵⁶⁶ AA. Tomo XXIX, p. 5.

⁵⁶⁷ AA. Tomo XXIX. Quartel General, 23 de setembro de 1815. José Artigas a Andrés Artigas, p. 11.

⁵⁶⁸ AA. Tomo XXIX. Quartel General, 31 de agosto de 1815, p. 7.

⁵⁶⁹ AA. Tomo XXIX, p. 8.

culturais que identificavam as gentes com experiências em comum na região platina, tenham sido bastante alteradas em virtude do contexto revolucionário vivido por seus habitantes. Não queremos dizer com isso que a identidade étnica e os interesses coletivos não tenham sido privilegiados em algumas escolhas que os indígenas puderam fazer, mas sim, que houve ocasiões em que a opção de não os privilegiar pode ter proporcionado diferentes tipos de resistência e distintas estratégias de sobrevivência. Ou seja, houve situações em que indígenas precisaram aderir a mudanças e, nesse sentido, precisaram agir como não-índios ou, pelo menos, agir de modo distinto daquele como os não-indígenas estavam acostumados a descrevê-los. Daí o estranhamento, e talvez a incompreensão, dos intérpretes de suas histórias, ao se depararem com coletivos que participaram ativamente do processo de formação dos Estados nacionais platinos, ainda que isso tenha resultado em grandes perdas humanas, territoriais e culturais para os grupos étnicos aos quais pertenciam ou entre os quais eram classificados.

Pouco tempo depois de pôr em prática as instruções de Artigas, Andresito comunicou a tomada do povo de Candelária e as negociações que havia estabelecido através de seus representantes⁵⁷⁰ junto ao governador daquele departamento, José Isasi, “a fim de conservar verdadeira harmonia e quietude entre províncias irmãs”⁵⁷¹. Depois de “três horas de fogo e duas de parlamento”, o Povo e as armas de Candelária foram rendidos, ficando retidos alguns prisioneiros sob comando de Andresito. Alguns ‘paraguaios’ sobreviventes repassaram ao outro lado do Paraná, conforme solicitaram. Embora o comandante missioneiro afirmasse que “não prometo a V. S. coisa de Povo senão que o tomei em rendição depois de fogo”, comprometia-se a “juntar sobre quinhentos e mais homens [entre] os que terei ao meu lado para a defesa destes Povos”⁵⁷². Isto é, embora tenha esclarecido que não sobrara muito do Povo de Candelária depois do ataque empreendido pelas suas tropas, assegurava que arregimentaria mais gente para a defesa dos demais Povos daquele departamento. Ao menos em certos momentos de embate, sentimentos de coletividade parecem ter estado mais atrelados aos interesses políticos do líder indígena do que à sua pertença étnica.

⁵⁷⁰ Eram eles o capitão Miño e o padre Azevedo, capelão das tropas de Andresito e o seu segundo no comando delas.

⁵⁷¹ AA. Tomo XXIX. Povo de São Carlos, 17 de setembro de 1815. Andrés Artigas a José Isasi, p. 10-11.

⁵⁷² AA. Tomo XXIX. Quartel General de Candelária, 17 de setembro de 1815. Andrés Artigas a José Artigas, p. 10.

Contudo, não é papel de historiadoras e historiadores tecer nenhum tipo de consideração que implique em rotular ou classificar, através de parâmetros estritamente culturais, os atos indígenas, mas oferecer instrumentos e interpretações que auxiliem no entendimento das suas experiências como de gente capaz de engajar-se politicamente e participar de importantes mudanças históricas. Os registros apontam diversos matizes que podem ter contribuído para motivar os agentes indígenas. Interpretar tais motivações através de atos que envolvem tantos róis de problemas e emaranhadas questões políticas não é tarefa fácil, mas nem por isso pode-se considerá-la inexecutável. Senão, vejamos:

(...) os *infelizes naturais* conhecem que aqueles Povos pertencem à sua Província, e que o Paraguai nada tem que fazer nesta banda do Paraná. No primeiro encontro conheceram a *energia dos homens livres* e isto bastará para que evitem toda tentativa ulterior. Se livrarão de repassar o Paraná. V. conta com a *bravura destes soldados* e em qualquer caso não duvido se manterá com a dignidade correspondente⁵⁷³.

Cabe perguntar: quais seriam os interesses desses ‘bravos soldados’ em lutar para que um representante da Liga dos Povos Livres rendesse os povos da banda oriental do Paraná? Seria porque o representante da Liga em Misiones era um missioneiro? Ou porque Artigas não duvidava que a ‘bravura’ dos soldados se manteria em qualquer caso? Por último: porque considerava que ‘os infelizes naturais’ conheciam que os Povos em questão pertenciam à Província missioneira?

Uma possibilidade que deve ser levada em conta, pois articula as questões, é que a maioria dos naturais, senão todos eles, partilharam em alguma instância, experiências de insucesso e infelicidade no estabelecimento de acordos com os poderes coloniais. Talvez tivessem uma percepção comum sobre como se dava o descumprimento de tratados, o desrespeito às suas possessões territoriais e materiais, os abusos sobre a utilização de seus recursos e mão-de-obra, fosse ela especializada em armas, instrumentos musicais ou em lidas com animais vacuns e cavaleiros. Mais importante, nesse sentido, é compreender através da análise de registros do passado que os indígenas não vivenciaram nenhuma mudança, fosse ela boa ou ruim, coletiva ou individual, sem agir. Ao contrário, as informações sobre as iniciativas desses agentes são vastas e abundantes, como se percebe. As maneiras,

⁵⁷³ AA. Tomo XXIX. Quartel General, 23 de setembro de 1815. José Artigas a Andrés Artigas, p. 11-12.

motivações, estratégias e intenções diversas que pautaram as ações dos indígenas, possuem pontos em comum com outros sujeitos históricos com quem dividiram as precárias condições de liberdade e exercício de sua autonomia política. Pode ser que isso é que o tenha feito Artigas ao estabelecer certa similaridade entre indígenas, negros, mestiços e pobres no artigo 6º do *Regulamento Provisório para o fomento de sua campanha e segurança para seus fazendeiros*, através do qual o alcaide provincial ficava autorizado a “distribuir terrenos e zelar pela tranquilidade do *vencindario*”:

Por agora o Sr. Alcaide provincial e demais subalternos se dedicaram a fomentar com braços úteis a população da campanha. Para isso revisará cada um em suas respectivas jurisdições os terrenos disponíveis e os sujeitos dignos desta graça, com prevenção, que os mais infelizes sejam os mais privilegiados. Em consequência, *os negros livres, os zambos desta classe, os índios e os crioulos pobres todos poderão ser agraciados em sortes de estância (...)*, se, com seu trabalho e hombridade deverem e propiciarem sua felicidade e a da Província⁵⁷⁴.

Além de privilegiar ‘os mais infelizes’, o *Regulamento* estabelecia que “os terrenos repartíveis são aqueles dos emigrados, maus europeus e piores americanos, que até a data não se achem indultados pelo chefe da Província para possuir suas antigas propriedades”⁵⁷⁵. Se tomamos como base as experiências em comum vividas pelos indígenas desde 1801, não é descabido pensar que a perspectiva de que, se uma nova lei ou regulamento fosse estabelecido e cumprido, haveria uma inversão inédita de papéis sociais em que os que vinham de fora (os emigrados) teriam suas propriedades destituídas, e para serem restituídas a seus antigos donos. Tratava-se de uma promessa de mudanças novas e radicais nas relações entre setores populares, cujas afinidades e mazelas sociais foram baseadas em classificações étnicas e culturais, e os setores abastados, cujas relações de boa ventura foram estabelecidas a partir de hierarquias e *locus* sociais baseados nas mesmas classificações que favoreciam o acúmulo de suas fortunas. Os ‘infelizes’, nos reiterados dizeres de Artigas, pareciam ser os desafortunados. Não creio que seja por acaso que mencionasse, no mais das vezes, os indígenas para se remeter às condições precárias de vida, liberdade e trabalho. Embora alguns membros da elite indígena gozassem da perspectiva de ter uma vivência diferente, a maioria tinha suas vidas e escolhas regradas por diferenciações culturais. Quer dizer, as mesmas

⁵⁷⁴ AA. Tomo XXI. Quartel General, 10 de setembro de 1815, p. 94-96.

⁵⁷⁵ Idem.

oportunidades poderiam reiterar sua identidade étnica ou apagá-la, enquanto os colocavam em novos lugares sociais.

Ser comandante militar e político de Misiones, por exemplo, colocou Andresito numa posição social dificilmente imaginada para os indígenas, a de ocupante de proeminente cargo político. É preciso salientar que não é o ponto principal discutir em que medida o cargo foi legitimamente reconhecido por autoridades em Buenos Aires, na Banda Oriental e na capitania de São Pedro, mas sim, pontuar que nenhum indígena ocupou um lugar político e militar de tão alta hierarquia social e ‘cooptou’ tantos seguidores e soldados, sem ser proprietário de grandes extensões de terra, dono ou herdeiro de consideráveis fortunas, ou membro de famílias com histórico de títulos de nobreza. Ou seja, se levarmos em conta a experiência de Andresito como um sujeito indígena extremamente ativo e envolvido com os rumos das mudanças sociais da época, percebe-se que não é razoável considerar, de modo algum, sua trajetória política como exígua; sobretudo quando nos damos conta das redes comerciais nas quais suas ações e as dos soldados que liderava estavam inseridas.

Nesse sentido, os dados interpretados pela historiadora Claudia Wentzel (1988) sobre as mudanças qualitativas e quantitativas no fluxo comercial de produtos que circulavam entre Buenos Aires e o litoral dos rios Paraná e Uruguai são importantes para compreender como as atividades indígenas se relacionam com a capacidade mercantil da capital portenha e da região litorânea. De acordo com a pesquisadora, no marco das reformas borbônicas e das revoluções pela independência, incluindo os conflitos internacionais de finais do século XVIII e princípios do XIX e as invasões inglesas – dados trazidos à baila nos primeiros três capítulos do presente trabalho – o advento da revolução de Maio e as complexas situações de guerra na década de 1810 – algumas das quais abordadas nestes últimos capítulos – ocorreram eventos determinantes para compreender as mudanças operadas em todo o espaço dominado por Buenos Aires, em especial em áreas agropecuárias do Prata. Assim, ela adverte que há um feito excepcional da capital portenha que precisa ser observado, qual seja, “o influxo de mercadorias originadas das unidades de produção dos jesuítas expulsos”, isto é, das áreas indígenas missioneiras⁵⁷⁶.

⁵⁷⁶ WENTZEL, 1988, p. 161-210.

A partir de 1800, quase todas as mercadorias comercializadas ‘legalmente’ passavam pela Aduana de Buenos Aires, cujos registros trazem dados sobre data de entrada e saída, origem e destino, quantidade e preço da remessa, bem como valor total das operações⁵⁷⁷. Segundo a autora, de todas as áreas participantes da economia da capital portenha, mais ou menos especializadas, a região do ‘litoral dos rios’ é uma das mais importantes, chegando a participar com uma cifra de 50% dos valores de entrada na aduana da cidade no início do XIX⁵⁷⁸. Várias eram as localidades de Entre-Rios que se relacionavam com Buenos Aires, boa parte delas já mencionadas neste e nos capítulos anteriores, como Salto Chico, Concepción del Uruguay, Espinillo, Gualeguay e Gualeguachú. Entre os anos de 1812 e 1818, a região atingiu um período de auge em termos de participação no comércio da capital. Os têxteis do litoral desapareceram do mercado portenho, ao contrário do couro, que veio com grande força entre 1809 e 1821 e perfilou o mercado do gado na região. Ou seja, a guerra dizimou rebanhos e diluiu parte da riqueza das áreas litorâneas e missioneiras, ao mesmo em que abasteceu o mercado portenho e seus consumidores de produtos ganadeiros. Contribuiu também para firmar relações comerciais entre correntinos e ingleses, sendo que 80% de sua limitada produção de couros e derivados (em comparação às áreas litorâneas e missioneiras) “provém das velhas zonas de colonização lindeira com a cidade, e parte também das novas: a área próxima ao rio Uruguai com Curuzú-Cuatiá como centro principal e a zona sul de Corrientes paralela ao rio Paraná (...)”⁵⁷⁹.

Ao final de 1815, as ordens de José Artigas e Andresito, para que seus comandantes e soldados vigiassem a fronteira com Corrientes, Paraguai e a capitania de São Pedro, eram incessantes. Os esforços iam no sentido de prevenir algum ataque às tropas, mas, principalmente, conter o ‘repasso’ de gado entre os limites. À Manuel Minho, capitão a serviço de Andresito, fora dada a incumbência de colocar soldados nas imediações do Paraná, para que pudessem chamar a atenção do inimigo ou possibilitar “alguma surpresa no caso de que tentem fazer algum repasso a este lado a levar gado ou fazer outra correria”⁵⁸⁰.

⁵⁷⁷ WENTZEL, 1988, p. 163-164.

⁵⁷⁸ Ibid., p. 165-166.

⁵⁷⁹ Ibid., 177.

⁵⁸⁰ AA. Tomo XXIX. José Artigas a Andrés Artigas, 01 de janeiro de 1816, p. 23.

Ao que parece, indígenas, poderes centrais de Buenos Aires, a monarquia portuguesa e seus representantes no Rio de Janeiro e na capitania do Rio Grande de São Pedro, e a Liga dos Povos Livres, estavam todos interessados em arrebanhar, trocar ou comercializar gado oriundo da região missioneira e litorânea, fosse para a manutenção dos serviços militares, fosse para negociar com comerciantes ou autoridades de governo, fosse para aumentar fortunas. Os rebanhos se encontravam em territórios em que parte bastante significativa de seus habitantes eram indígenas e, como se percebe, estiveram à frente de rodeios, transporte e negociações entre um lado e outro dos limites.

Ao passo que os soldados das missões ocidentais, parte delas em território correntino, buscavam conter a evasão dos rebanhos dos limites estabelecidos pela Liga, enquanto os indígenas das missões orientais, acompanhados por portugueses, buscavam promovê-las. O protetor da Liga dos Povos Livres, solicitava a Andresito que, “se são naturais destes povos, é preciso não permitir-lhes estes excessos”⁵⁸¹. O comandante missioneiro conteve alguns ‘excessos’, como o “de animais que haviam roubado os portugueses das imediatas estâncias de Curuzú-Cuatiá”, o que foi ‘muito celebrado’ por José Artigas. A iniciativa de recuperar animais, impedindo que se ‘dissipassem’, como pontuava o Protetor, vinha acompanhada do envio de armas aos Povos envolvidos na ação, neste caso, Yapejú e Santa Cruz. Além disso, atrelava as ações empreendidas às recomendações “para que assim se vão alarmando os povos e tenhamos como rebater a qualquer inimigo que nos invada”. Ou seja, era parte indispensável do serviço militar conter a dissipação do gado de um limite a outro, ou promovê-lo, se o objetivo fosse tomar o gado do inimigo. As autoridades políticas precisavam ter certo controle sobre os rebanhos para fomentar a guerra, mas também, para abastecer o mercado e assim gerar dividendos para particulares e governos. Isso já foi afirmado por historiadores que trabalham com um vasto leque de temas ligados às histórias argentina, brasileira e uruguaia⁵⁸². Ao acolitar suas análises, cabe ressaltar, como eles fizeram, que os

⁵⁸¹ AA. Tomo XXIX. Purificação, 23 de abril de 1816. José Artigas a Andrés Artigas, p. 36.

⁵⁸² RATTO, S. Una experiencia fronteriza exitosa: el ‘negocio pacífico’ de indios en la provincia de Buenos Aires (1829-1852). *Revista de Indias*, Madri, CSIC, v. LXIII, p.191-222, 2003; RATTO, S. Soberanos, clientes o vecinos? Algunas consideraciones sobre la condición del indígena em la sociedad bonaerense” apud VILLAR, D. (Ed.). **Conflicto, poder y justicia em la frontera bonaerense, 1818-1832**. Bahía Blanca, Santa Rosa: Universidad Nacional del Sur, Universidad Nacional de La Pampa, 2003, p. 9-43; SALVATORE, R. **Wandering Paysanos: state order and subaltern experience in Buenos Aires during the Rosas era**. Durham: Duke University Press, 2003.

agentes que realizavam os rodeios, cuidavam e transportavam os rebanhos eram, quase sempre, indígenas. Isto coincide com diversos relatórios contendo as reiteradas narrativas de Artigas: “Os naturais que vieram pelo gado já o agarraram e, (...) detendo-se no rincão de Santo Antônio, têm cerca de duas mil cabeças”⁵⁸³.

Não é por acaso que as chamadas correrias, assaltos e a movimentação dos rebanhos pelos limites fronteiriços eram atribuídas às atividades realizadas, por excelência, pelos indígenas, e que um grande temor em relação às consequências econômicas, sociais e políticas dos seus feitos começou a alarmar altas instâncias de poder. O cabildo de Santa Fé, em correspondência ao diretor de Buenos Aires, responsabilizou os índios e seus ataques pelo estado de desolação da campanha. Ponderou que estavam a cerca de três léguas da cidade e era preciso armamentos para contê-los e colocar em prática “as vivas ânsias de estendê-las [as campanhas] a seus antigos limites, para não mendigar da Banda Oriental a subsistência desse Povo como atualmente nos vemos na dura necessidade de fazer”⁵⁸⁴.

Governadores de Províncias andavam às turras quando o assunto se tratava de indígenas, limites, comércio e guerra, como nos deixa ver a troca de correspondência entre Juan José Viamont, governador de Santa Fé, e Eusébio Hereñú, comandante de Entre-Rios. Este último, indignado com a conduta daquele em ordenar ataques vindos de barcos aos seus soldados em terra do outro lado do rio Paraná, reclamou o fato de ter deixado quatro deles feridos. Solicitou esclarecimento sobre a ação e que “se sirva conter suas tropas ou dizer-me se me declara guerra”⁵⁸⁵. A resposta evasiva em alguns aspectos era taxativa em outros. Viamont se comprometeu a apurar a ação que deixara soldados feridos, afirmou que não queria a guerra, antes desejava a união e o comércio recíproco entre as províncias. Contudo, apesar “do pouco que podem lisonjear os triunfos sobre estes habitantes”, foi categórico em afirmar que “as atenções serão contraídas a conter a ferocidade dos índios, e à tranquilidade, paz e amizade”. O entendimento, aparentemente raso, sobre o fato de que os indígenas eram, além de soldados, fornecedores e negociantes que estimulavam o ‘comércio recíproco’ entre as províncias caracterizava, claramente, os subterfúgios utilizados na disputa entre distintas frentes de batalha: controlar o fluxo de produtos em alta no comércio regional e internacional,

⁵⁸³ AA. Tomo XXIX. Cabildo de Fé ao Diretor Supremo. Santa Fé, 26 de agosto de 1815, p. 245.

⁵⁸⁴ Idem.

⁵⁸⁵ AA. Tomo XXIX. José Eusébio Hereñú a Juan Jose Viamonte. Entre-Rios, 02 de novembro de 1815, p. 282.

consolidar governos e estabelecer limites territoriais, cooptar aliados ou conter inimigos em potencial. Os dois primeiros pontos ficam expostos, também, na assertiva do cabildo de Santa Fé que manifestou a “ânsia” em estender suas campanhas aos antigos limites, vinculando o estado precário do lugar e problemas com a subsistência da tropa aos ataques indígenas. Quanto ao governo de Corrientes, atribuiu a razão de seu empenho em conter indígenas justificando que “o Estado não será prejudicado nos custos que lhe causa a subsistência da esquadrilha”⁵⁸⁶. Quer dizer, os indígenas eram responsabilizados pela falta de alimentos para tropas, ao mesmo tempo em que proviam algumas delas, pela dificuldade de uns em controlar o fluxo comercial de territórios sob sua jurisdição e, por certo, pelo desembaraço de outros.

Esta contenda entre autoridades políticas e militares não se restringia aos ‘gabinetes’ situados no interior na região do Prata, mas também àqueles localizados na capital portenha, na capitania do Rio Grande e no Rio de Janeiro. À medida que a participação dos aliados de Artigas nos embates políticos crescia na quantidade e na qualidade das ações, ou seja, em termos de implicações e consequências econômicas, e nos rumos dos processos revolucionários, aumentavam também as ressalvas às alianças com o Protetor da Liga dos Povos Livres.

Em 1816, encontravam-se no Rio de Janeiro muitos dos inimigos do sistema artiguista, afetados diretamente por ele, fosse em suas carreiras políticas ou em seus negócios. Representantes de governos conservadores e revolucionários (monarquistas, centralistas ou federalistas) trocavam informações e disposições sobre como proceder para conter o avanço de um sistema que colocava em cheque ‘velhos’ parâmetros utilizados no estabelecimento de diferenciações sociais e ‘velhas’ formas de governar. A permanência de modos ‘coloniais’ de governar era necessária, pois as alianças estabelecidas com indígenas continuavam indispensáveis, porém, os lugares sociais ocupados deveriam ser cada vez mais controlados. Assim, rebeliões e revoltas lideradas por indígenas e iniciativas de participar de maneira mais autônoma na cena política deveriam ser duramente reprimidas, sobretudo diante daquele cenário propício a mudanças radicais. Ou seja, havia que se estabelecer um limite para o alcance dessas alianças necessárias. Afinal, atitudes de contestação à ‘velha ordem’ se tornavam mais ameaçadoras, quando ordens para expulsar ‘estrangeiros e espanhóis’ de

⁵⁸⁶ AA. Tomo XXIX. José Artigas a Andrés Artigas. Purificação, 23 de abril de 1816, p. 36.

territórios indígenas, substituir europeus em “vários ramos de administração pública” para que “os índios nomeiem seus administradores eles mesmos”⁵⁸⁷, como José Artigas recomendava, se mostravam exequíveis através da adesão indígena às mobilizações. E isto, definitivamente, não era algo aceitável aos olhos da maioria dos políticos reunidos no Rio de Janeiro e na região platina. Autoridades militares a serviço do governo de Buenos Aires lamentavam o terrível estado da campanha, “ao qual a reduziram os índios fronteiriços, inimigos irreconciliáveis, ainda que tentem desvanecer sua insaciável sanha por nós, cujas irrupções tantas agitações tem causado”⁵⁸⁸.

É interessante observar que mesmo em esferas mais afastadas do âmbito dos gabinetes políticos, como por exemplo, numa carta de pai para filho, preocupações sobre os rumos que os agentes indígenas davam às revoluções estavam presentes e se apresentavam em tons acalorados, condizentes ao clima ameaçador das inversões sociais promovidas naquela década revolucionária. Todo aquele território que pertencia aos domínios espanhóis na América do Sul parecia tomado por “fúrias infernais para empreender as lutas de sobrepor-se uns aos outros, até despedaçar-se e deixar campo livre para os indígenas, que à vez, trabalham com esse objeto, como acontecia ao índio partidário Cardenas, de la Paz, ao brigadeiro Pumacahua, de Cusco (...)”. Embora as duas lideranças indígenas tivessem sido fuziladas, comunicava o pai ao filho, interligando os fatos às iniciativas artiguistas, “expressaram que suas empresas não eram pelo sistema federal, senão por si mesmos e pelos seus, e à verdade, que lhe vão proporcionando suas ideias”⁵⁸⁹. Ponderação difícil de ser encontrada em meio à correspondência militar e administrativa, esta missiva afirma em tom mais direto, o que dirigentes políticos talvez não pudessem ou não quisessem admitir às claras: as disputas incluíam os indígenas, que participavam delas não somente como soldados, peões, práticos, intérpretes e comerciantes que apenas seguiam ordens, mas como sujeitos que tinham interesses próprios e tomavam decisões guiados pela “proporção de suas ideias”. Por isso, os novos lugares sociais que passaram a disputar e em algumas situações, ocupar, eram extremamente preocupantes para os poderes centrais.

⁵⁸⁷ AA. Tomo XXIX. José Artigas a José da Silva. Paraná, 9 de maio de 1815, p. 57.

⁵⁸⁸ AA. Tomo XXIX. José Manuel Troncoso a Juan Francisco Tarragona. Santa Fé, 11 de novembro de 1815, p. 287.

⁵⁸⁹ AA. Tomo XXXII, p. 6-7.

7.3 – “Os índios estão em revolução” e “se diz entre eles que tudo isso é deles”.

As tentativas de frear as medidas que iam sendo postas em execução por Artigas e seus aliados não eram mais um costumeiro esforço de conter uma simples dissidência política. Tanto assim, que o ex-secretário do governo de Buenos Aires, Nicolas Herrera, chamou de “sublime intriga” a complexa trama de alianças que uniu inimigos com o objetivo de conter o avanço de outro que tinham em comum.

O governador interino de Buenos Aires, Inácio Álvares Thomas⁵⁹⁰, enviou tropas para ocupar o território de uma das Províncias adeptas à Liga dos Povos Livres. No proclama que dirigiu ao “Povo de Santa Fé e sua campanha”, explicou que o propósito da medida não era subjugar ‘povos irmãos’. Ao contrário, esclareceu utilizando exatamente os mesmos termos usados por outras autoridades (vistos no item 7.2), que “até das resoluções soberanas do Congresso Geral podeis dispor independentemente de vosso destino”, pois a razão da ocupação de Santa Fé por tropas a serviço de Buenos Aires “não será senão para conter em vosso proveito as irrupções dos índios que, nestes últimos dias, tantas agitações tem causado”⁵⁹¹. Mesmo que o cabildo e o governo de Santa Fé fossem integrantes da Liga dos Povos Livres, o governador conclamou os ‘compatriotas’ a acatarem suas resoluções. O Diretório de Buenos Aires estava certo de que as ofensivas contra os indígenas se lhes seria favorável, donde se percebe que, de fato, o proclama não era dirigido a toda a campanha santafesina, mas a todos os habitantes não-indígenas da província. As notícias que chegaram à Santa Fé foram as de que “da capital de Buenos Aires se dirigem vários navios armados em guerra com destino a esta cidade”⁵⁹².

O cabildo de Santa Fé, por sua vez, manifestou “os muitos inconvenientes que podem subseguir com motivo de vir o indicado exército” comandado por Viamonte. Francisco Candiotti, o governador da Província santafesina comunicou-se diretamente com o diretor de

⁵⁹⁰ Carlos Alvear, que o precedera, renunciou ao cargo em virtude de parte do exército de Viamonte enviado para combater Artigas, ter se rebelado, em abril de 1815, em Fontezuelas. A debandada acabou contribuindo para o desprestígio de Alvear e para sua derrota em ataques sucessivos às forças artiguistas. Neste episódio do motim de Fontezuelas, é interessante ressaltar: houve a morte de Francisco Candiotti, o líder artiguista que atuou, juntamente com o Cabildo de Santa Fé, contra a incursão de tropas enviadas pelo governo portenho.

⁵⁹¹ AA. Tomo XXIX. Proclama do diretor interino de Buenos Aires ao Povo de Santa Fé. “El director interino de Buenos Ayres a los ciudadanos y moradores del Pueblo de Santa Fé y su campaña”. Buenos Aires, 23 de julho de 1815, p. 221.

⁵⁹² AA. Tomo XXIX. **Ata de sessão do Cabildo de Santa Fé**. Santa Fé, 27 e 28 de julho de 1815, p. 226.

Buenos Aires e o advertiu de que forças artiguistas tinham o apoio de gente de Santa Fé e de Córdoba. Concordou que o *vecindario* de Santa Fé se encontrava privado dos recursos da campanha devido às hostilidades dos índios, que as empreendiam com mais rigor, segundo ele. Todavia, “retraído dos labirintos que apresenta o mundo”, concluiu o alerta aconselhando que:

V. Ex. deve persuadir-se que aos orientais nunca se poderá lograr o impedimento de seu trânsito a esta banda ocidental: *são homens a cavalo, nadadores, e de grande vaquia*⁵⁹³ *dos lugares e ilhas do rio Paraná; circunstâncias que estando muito baixo o rio, lhes facilita de todos os modos seu repasse a este lado, sem que a força que venha possa confronta-los. Postos eles neste lado, lograrão precisamente a reunião da gente desta campanha, e ainda acaso a de Córdoba, e regularão (associados com a grande chusma de índios sem que se possa remediar), todos os caminhos e interações de gado a quaisquer pontos que V. Ex. possa, com dificuldade, fazer introduzir, segundo já praticaram anteriormente*⁵⁹⁴.

Ademais das habilidades de integrantes do exército artiguista na lida com o gado, no manuseio do cavalo, nos conhecimentos sobre o território, rios e ilhas dos arredores do Paraná e Uruguai, também possuíam experiência na mobilização de pessoas para empreender confrontos em prol de seus interesses ou dos grupos políticos com os quais se associavam. Assim, de maneira autônoma, em certas ocasiões puderam controlar a movimentação de rebanhos e as rotas comerciais em associação com diferentes sujeitos e parcialidades étnicas. Notícias sobre este tipo de ação organizada ou composta por indígenas corriam toda a região de fronteira, tanto do lado ocidental, quanto oriental dos rios Uruguai e Paraná, como podemos ver ao longo dos anos analisados neste capítulo. O comandante de Curuzú-Cuatiá, ao final de março de 1816, em tom alarmante, inteirou ao governador da província de Corrientes que “*os índios estão em revolução e em véspera de assaltar-nos*”. Os informes a Juan Bautista Méndez haviam chegado desde Yapejú, Mercedes, “*toda a indiada de Paisandú e Povos*”. Em todos estes lugares, que não se sabe exatamente quais são, pois são citados de modo genérico, estavam “*com toda a viveza reunindo-se os índios e se diz entre eles que tudo isso é deles*”⁵⁹⁵.

⁵⁹³ Suponho que o sentido da palavra *vaquia* seja o de ter conhecimentos práticos em atividades de vaquejadas.

⁵⁹⁴ AA. Tomo XXIX. *Ata de sessão do Cabildo de Santa Fé (...), 1815*, p. 226. Os parênteses são da fonte. Os grifos são meus.

⁵⁹⁵ AA. Tomo XXIX. Curuzú-Cuatiá, 30 de março de 1816, p. 170-171. Grifos meus.

Quanto ao cabildo de Corrientes, acusava o trânsito de indígenas que passavam dos povos missioneiros para localidades daquela província. Um dos motivos daqueles deslocamentos de indígenas seria “trazer todos que queiram vir povoar estes destinos”, que eram os arredores do quartel general de José Artigas, em Purificação. Ele foi contundente ao afirmar que receberia com gosto aqueles que viessem. Também o foi, ao advertir o cabildo correntino de que:

V. S. tome as providências convenientes (...) se desagrada demasiado em crer que trezentos índios sejam suficientes para se impor à Província de Corrientes. Seu governo deve ser mais enérgico para que seus concidadãos não experimentem a ruína que V. S. indica. Quando os índios passam ao outro lado é por via de refúgio e não de hostilização. Em tal caso, eles estarão sujeitos à lei que V. S. queira indicar-lhes, não com baixeza, e sim com a ordem possível para que eles fiquem remediados, e a Província com esses braços, mais a robustecer sua indústria, sua labrança e seu fomento⁵⁹⁶.

José Artigas ressaltou aspectos importantes e relativamente pouco mencionados na documentação. A mobilidade espacial de grupos indígenas também era acionada em contexto de guerra, menos do que para atacar e mais para prevenir-se do ataque, para se refugiar. É claro que, como constituíam a maior parte do exército artiguista na região missioneira e da mesopotâmia entre os rios Paraná e Uruguai, foram eles que levaram a cabo diversas ações bélicas e de rodeio de gado para abastecer as tropas e negociar armamentos; contudo, muitas vezes tiveram que buscar refúgio fora dos Povos missioneiros ou mesmo em outros deles situados fora da província à qual estavam submetidos. É importante lembrar que os departamentos de Concepción e Yapejú faziam parte da Província de Corrientes⁵⁹⁷.

De todo modo, estivessem unidos aos índios ou determinados a combatê-los, conforme a conveniência da situação, autoridades políticas e militares sabiam dos significados de suas atuações. Estivessem ou não dispostos a mencionar a importância das atividades indígenas e os variados tipos de estrutura que ofereceram durante os conflitos, tinham conhecimento sobre ela. Entre as disputas por poder, territórios, mudanças de regimes políticos, circuitos comerciais e produtos de alta demanda no mercado platino e internacional, lá estiveram os indígenas ocupando os mais variados lugares sociais. Tal diversidade de posições sociais por eles ocupadas ou a eles imputadas, também demonstra sua enorme

⁵⁹⁶ AA. Tomo XXXI, p. 228.

⁵⁹⁷ MAEDER, 1992, p. 252.

capacidade de lidar com as oportunidades e pressões que se apresentaram durante aquele contexto.

Viamonte, que em conjunto com os gabinetes de Buenos Aires buscava conter o avanço federalista em Santa Fé no ano de 1815, se mostrava disposto a pôr um fim nas agitações causadas pelos ‘bárbaros’. Para isso, em ocasiões recentes solicitara encarecidamente ao então diretor Posadas, que atribuísse o grau de subtenente ao índio Gregório Chaves, ex-vaqueano de Artigas, “como meio de conservá-lo e aproveitar as aptidões excepcionais que nele havia descoberto”⁵⁹⁸. As sublevações indígenas alcançaram progressivamente mais destaque no contexto regional e o expandiram até instâncias de poder inseridas em contendas internacionais. Diferentes frentes de atuação política buscaram conter o sistema dos Povos Livres, considerado incitador dos atos indígenas. Contudo, percebemos através dos dados analisados que as motivações não eram unilaterais. Se as iniciativas indígenas de controlar o espaço por onde circulavam não tivessem sido, de alguma maneira, bem-sucedidas, não teriam sido responsáveis por tantos conchavos e acordos entre centros de poder proeminentes.

7.4 – “*A sublime intriga*”: acordos e empresas políticas nos campos e nos gabinetes (1816-1817).

As autoridades afastadas de suas atividades na região platina e alocadas no Rio de Janeiro reuniram-se em torno de debates confusos e contraditórios sobre como proceder diante do avanço do artiguismo. Não demorou muito tempo para que chegassem à conclusão, mais ou menos unânime, de que deveriam dirigir seus esforços a fim de que os limites entre os domínios de Portugal e os de Espanha ou Buenos Aires não se modificassem radicalmente, ao menos por ora. Ademais, seria prejudicial ao comércio entre ‘as nações’ se uma revolução emperrasse a entrada e a saída de produtos locais e ingleses nos portos de Rio Grande, Montevideú, Buenos Aires e da região litorânea. Ou seja, era preciso recuperar o controle que se dissipava diante da projeção de Artigas e do alcance de suas propostas políticas entre os setores sociais considerados subalternos. A adesão significativa de populares aos exércitos

⁵⁹⁸ AA. Tomo XIX, p. 21. Não se trata de documento, mas da parte intitulada ‘Advertência’, que introduz o volume.

artiguistas, principalmente os indígenas, o controle de parte da rota fluvial do rio Paraná, o manejo de gado em arreadas e rodeio em parte das províncias de Misiones, Corrientes, Santa Fé e Entre-Ríos, durante a segunda metade do ano de 1815, alvoroçaram os gabinetes em Buenos Aires e no Rio de Janeiro. Depois da derrota do Diretório em Guayabos, figuras ilustres, ocupantes de importantes cargos políticos e militares perderam seus postos e deixaram a região platina. Sobre o resultado destes conflitos, o cabildo de Buenos Aires informou que:

(...) privou de todo mando a *D. Carlos Alvear*, (...) garantiu sua pessoa e bens para evitar a efusão do sangue precioso de Americanos, confinaram-no na fragata de S.M.B., com a circunstância precisa de que em nenhum tempo possa pisar os povos das Províncias Unidas, puseram em segura prisão aos secretários *D. Nicolás Herrera* e *D. Juan Larrea* (...) para lhes formar causa e julgá-los, e tomou igual medida a respeito *dos que se consideram da facção* para proceder na forma que seja devida⁵⁹⁹.

Artigas recebeu a “honorável comunicação” sobre o exílio de Carlos Alvear, a prisão de Herrera, Larrea e de outros considerados membros daquela facção “com júbilo inexplicável”. Com estas palavras ele ratificou que, em seu entender, a notificação indicava que aquele “foi o dia assinalado em que este benemérito povo recuperou seus direitos e afixou sua liberdade contra o poder dos tiranos”⁶⁰⁰. Posicionava-se a favor da prisão e do exílio de líderes, cujo poder ele tantas vezes chamou de despótico. Contudo, o aparente clima de conciliação entre Artigas e o cabildo da capital portenha não durou.

As ações na expansão e defesa dos limites de Povos missioneiros que integravam a Liga dos Povos Livres, empreendidas por Andresito, em conjunto com outras lideranças indígenas, como Inácio Mbaybé e Manuel Cayré, contribuíram para que as relações - que não eram de todo amistosas, mas ensejavam uma trégua - entre Buenos Aires e o líder da Liga ruíssem. Em outro centro político de grande influência na região platina, estavam a família real portuguesa, diplomatas e ministros espanhóis e britânicos, além de autoridades portenhas recentemente expulsas e exiladas, como o ex-diretor Carlos Alvear e o ministro portenho Nicolás Herrera. No Rio de Janeiro encontravam-se também montevidianos que haviam deixado a cidade quando Fernando Otorgués a ocupou, logo após a vitória em Guayabos. Às

⁵⁹⁹ AA. Tomo XXI. **Circular** do Cabildo de Buenos Aires a José Artigas. Buenos Aires, 18 de abril de 1815, p. 287.

⁶⁰⁰ AA. Tomo XXI. Quartel de Santa Fé, 22 de abril de 1815, p. 288.

deliberações, arranjos e acordos de todos os interessados em minar o poder de Artigas, Nicolás Herrera chamou de “a sublime intriga”.

Como vimos no item anterior, os conchavos e iniciativas que deram início à ‘sublime intriga’ esboçaram-se em 1815, e já no começo de 1816 havia a notícia de uma movimentação de tropas enviadas desde o território da capitania de São Pedro para frear a projeção artiguista. Em janeiro de 1816, depois do êxito de Andresito na campanha de Concepción e na conquista de Candelária, as fronteiras com o Paraguai haviam sido parcialmente asseguradas. Assim, José Artigas instruiu o comandante missioneiro a se dirigir a Santo Tomé, a fim de prevenir e defender povos de Yapejú e garantir a segurança da fronteira com os domínios portugueses. Logo em seguida, em março, o general português Carlos Frederico Lecor desembarcou no Rio de Janeiro com uma força considerável: cerca de 5000 soldados que haviam lutado nas guerras napoleônicas. Em meados de 1816, chegaram a Santa Catarina para, de lá, se dirigir à capitania do Rio Grande⁶⁰¹.

Os preparativos para lidar com aquela que viria a ser a segunda invasão de outro ‘exército pacificador português’, como acontecera em 1811 e 1812, certamente preocupava os povos missioneiros que se encontravam mais próximos à fronteira, como o Povo de São Borja, Santo Tomé, La Cruz. Não obstante, outros deles também se envolveram nos conflitos, tanto a serviço da investida portuguesa, quanto da Liga dos Povos Livres. José Artigas, ao estabelecer diretrizes para a atuação de seus exércitos deixou evidente a importância do apoio e da presença dos contingentes e das lideranças indígenas:

Apurado do fato de que sai a expedição do [Rio de] Janeiro para estes destinos, seja qual for os objetos da combinação daquele gabinete, nós devemos abrir a campanha contra eles e dar primeiro para descompagnar todas as suas ideias. Sobre este princípio, estou seguro de que eles não poderão descarregar sobre Montevideu com esta força. Para impedir de todo o projeto, hei de fazer um movimento pronto e geral de toda a linha, e *os mais rápidos e fortes deverão se experimentar em Misiones, devendo repassar Andrés o [rio] Uruguai com dois mil homens de toda arma, a cujo efeito estou remetendo-lhe todos os auxílios*, que por agora creio precisos⁶⁰².

Embora o plano de José Artigas fosse cobrir toda a linha fronteira, era dos territórios missioneiros que ele esperava os movimentos ‘mais fortes e rápidos’ e, para isso, destinava

⁶⁰¹ Biblioteca Artiguista. Disponível em : <http://www.artigas.org.uy>. Acessado em 15 de setembro de 2016.

⁶⁰² AA. Tomo XXI. José Artigas a Miguel Barreiro. Purificación, 30 de junho de 1816, p. 241.

todos os auxílios que podia providenciar para Andresito. De fato, de acordo com o plano de Artigas, além dos numerosos dois mil soldados sob comando de Andresito, a contraofensiva da Liga contaria com: as divisões de Entre-Rios, que ocupariam Mandisoví; o exército do quartel general de Purificación, que acionaria as milícias do Rio Negro, majoritariamente compostas por indígenas Charrua; Otorgues com suas divisões e milícias de Cerro Largo, Santa Maria e Santa Tecla, também compostas por indígenas que o acompanhavam desde a batalha de Marmarajá (vista no capítulo anterior); e Frutos, que ocuparia Maldonado e Santa Teresa com uma milícia composta por cem homens. Quer dizer, o contingente mais numeroso e experiente e, aparentemente, mais aparelhado em termos de armamentos seria o de Andresito. A decisão foi provavelmente tomada em virtude da localização estratégica dos Povos missioneiros e à experiência dos soldados nas lidas da guerra. A estratégia militar arquitetada por Artigas não era o que se pode chamar de uma novidade, tampouco as experiências pregressas com os indígenas que certamente o levaram a afirmar que “gente a que armar não falta”⁶⁰³.

Quando houve as primeiras invasões portuguesas, entre 1811 e 1812, no total do efetivo militar da Banda Oriental, a maioria esmagadora era composta por indígenas, a se dar crédito ao “Estado demonstrativo da força do Exército de Operações da Banda Oriental”⁶⁰⁴. De acordo com o documento do ano de 1812, entre os regimentos e divisões “empregados em diversos destinos”, o militar indígena Santiago Iamandú comandava “em seu país” mil e vinte três homens ‘naturais de Misiones’ entre capitães, tenentes, alferes, sargentos, tambores, cabos e soldados⁶⁰⁵. Para oferecer um parâmetro comparativo, de acordo com o mesmo documento, sob o comando de José Artigas estavam duzentos e oitenta e dois homens. Sob o de seu irmão, Manuel Artigas, duzentos e setenta; sob o de Fernando Otorgues, primo dos irmãos e líder artiguista, duzentos e trinta e um. Certamente havia, ainda, indígenas integrando os quatrocentos e vinte e três correntinos sob o comando de Elias Galván, representante do governo de Buenos Aires, além do total de oitocentos e noventa e nove a serviço de duas divisões volantes e duas companhias de Entre-Rios e quatro companhias de Gualeychuachú. Contando com “índios Minuanos e Charruas com lança, arco

⁶⁰³ Idem.

⁶⁰⁴ AA. Tomo X, p. 320-321.

⁶⁰⁵ AGNA. Sala X, 6-4-1. Governo Nacional, 1812.

e flecha”, em número de quatrocentos e cinquenta pessoas e os mil duzentos e vinte e três sob comando de Santiago Lamandú, o mínimo de indígenas que integrariam os regimentos e divisões em atividade em diversos destinos seria de um mil seiscentos e vinte e três. Sem incluir parte das companhias e divisões de Entre-Rios e Corrientes, assim como todas as demais vinte e quatro que poderiam ter indígenas compondo os contingentes, nas quais, o número mínimo de indígenas recrutados equivaleria a aproximadamente 38 por cento.

Em 1816, diante das notícias sobre “a sublime intriga” que estava em curso a partir do Rio de Janeiro, Andresito lançou um proclama dirigido aos povos missioneiros sob administração portuguesa desde 1801, conquista explorada no primeiro capítulo deste estudo. Bem inteirado por José Artigas sobre os planos de autoridades contrárias à Liga dos Povos Livres, o comandante missioneiro conclamou ‘os irmãos’ a romper com o jugo dos portugueses, enalteceu a união entre os ‘semelhantes’ e sublinhou as experiências em comum que partilharam no passado e no presente. Ciente sobre o cotidiano de indígenas que habitavam e circulavam pelos Povos missioneiros, Andresito os convidou a ver “que se aproxima e ilumina a bonita luz da liberdade”, a descansar da opressão “sobre nossos povos (...) no seio de minhas armas, seguros de minha proteção, sem que nenhum inimigo possa entorpecer vossa amada liberdade”:

Eu venho ampará-los, venho buscá-los, porque sois meus semelhantes e meus irmãos, venho romper as cadeias da tirania portuguesa, *venho, enfim, para que logreis vossos trabalhos e dar o que os portugueses os tiraram no ano de 1801 por causa das intrigas espanholas*⁶⁰⁶.

A ‘tirania portuguesa’ e as ‘intrigas espanholas’ durante a conquista de 1801 foram utilizadas por Andresito como argumento para cooptar indígenas missioneiros em 1816, no contexto dos conflitos que ficaram conhecidos como a ‘segunda invasão portuguesa’. Os trabalhos dos indígenas – tanto no sentido das dificuldades vivenciadas quanto, provavelmente, dos serviços prestados – também foi usado na tentativa de convencer missioneiros da banda oriental do rio Uruguai a aderirem à causa artiguista. Misturadas às alegações de cunho político, estavam aquelas de clivagem identitária. Andresito chamou aos missioneiros de irmãos, semelhantes e compaisanos. Manifestou que “maiores razões

⁶⁰⁶ ARTIGAS, A. G. *Historica proclama de Andresito Artigas, dirigida a los siete pueblos de las Misiones Orientales, en poder de los portugueses desde 1801* apud CABRAL, S. **Andresito Artigas en la emancipación americana**. Buenos Aires: Corregidor, 2012, p. 226, Documento N°13.

concorrem em mim para libertar os sete Povos desta banda do tirânico domínio do português, sob o qual tem estado quinze anos os infelizes índios, gemendo a dura escravidão”⁶⁰⁷. Que efeitos surtiram os argumentos de Andresito entre os missioneiros? Que impressão deve ter dado receber uma proposta de aliança feita por um governador indígena da província de Misiones? Por que a adesão dos sete Povos era tão importante?

O governador da capitania do Rio Grande e o general Lecor traçaram planos para ocupar importantes localidades da Banda Oriental, como Colônia e Maldonado, além da capital Montevideu. Os exércitos vinham por terra, e muitas das rotas passavam por estâncias e territórios missioneiros. Poucas eram as alternativas de chegar até os referidos pontos sem cruzar com forças sob o comando de Andresito. Por isso, Lecor e o marquês do Alegrete também consideravam a necessidade de ‘socorrer’ os Povos missioneiros orientais, sob administração da capitania, caso fossem atacados com reforços vindos dos Povos ocidentais, sob domínio da Liga. Estabeleceram o envio de tropas à Candelária, além da defesa de São Borja. Tinham “também em vista os índios Charrua e Minuano que habitam acima de Santana”⁶⁰⁸.

Joaquim Xavier Curado era o encarregado das operações contra a Liga dos Povos Livres dentro dos limites da capitania em território missioneiro. Auxiliado por Joaquim de Oliveira Álvares, chefe da Legião de São Paulo, foi informado de que as forças que estava enfrentando eram compostas por indígenas, além de soldados blandengues e negros⁶⁰⁹. De acordo com o paulista, que empreendeu invasões aos Povos missioneiros, ele e seus capitães fizeram “prodígios para destroçar os charruas, minuano e guaranis”⁶¹⁰ às margens do rio Cuareim. José Luiz Menna Barreto, por exemplo, inspecionou “matos, barrancos e lugares fundos e fez ainda uma grande carnagem” com aqueles que conseguiram fugir dos ataques imediatos. Seiscentos mortos era o número estimado pelo chefe da Legião paulista. Como resultado da batalha de Carumbé, em que forças lideradas pelo próprio José Artigas saíram em desvantagem, foram apreendidos vários armamentos, munições, arreios e, é claro, cavalos

⁶⁰⁷ ARTIGAS apud CABRAL, 2012, p. 226, Documento N°13.

⁶⁰⁸ AA. Tomo XXXI. Resoluções do Conselho de Guerra para o Plano de operação na campanha de Montevideu. Porto Alegre, 20 de setembro de 1816.

⁶⁰⁹ AA. Tomo XXXI. Joaquim de Oliveira Álvares a Joaquim Xavier Curado. Acampamento do arroio Elias, 27 de outubro de 1816, p. 80-81

⁶¹⁰ Idem, p. 82.

– meio milhar deles. Nestes embates que deram início às ações preliminares do que viria a ser a segunda invasão portuguesa (1816), que em muito lembram a primeira (1811-1812), entre os prisioneiros “havia grande quantidade de peões e peões-escravos, e mesmo algumas pessoas que se agregaram à tropa”, “que deixei à livre vontade dos possuidores acusarem os efeitos”, informou Joaquim de Oliveira Álvares. Isto é, os prisioneiros de guerra foram rapidamente tomados como mão de obra ‘livre e escrava’, cuja ‘posse’ era declarada de acordo com a ‘livre vontade’ do suposto possuidor.

Pode ser que esteja na tomada de prisioneiros como mão de obra particular ou como soldados recrutados pelas tropas inimigas, os comentários recorrentes sobre o desespero com que lutavam ‘insurgentes’⁶¹¹. É bastante provável que temessem as condições precárias de sua liberdade, já experimentadas em outras situações por muitos indígenas em caso de derrota. Talvez o insistente apelo de Andresito sobre a liberdade de seus ‘irmãos’, no proclama que lançou, fizesse menção a este tipo de experiência dos missionários com relação ao trabalho escravo. Quer dizer, a liberdade dos indígenas pode ser entendida não apenas em referência à escolha de regime político ou da vassalagem, mas também às suas condições de trabalho.

Outra pista sobre as precárias condições de liberdade a que os indígenas poderiam ser submetidos, em caso de derrota, está no rápido dispersar das tropas, uma constante nos relatórios militares sobre os combates contra indígenas, geralmente interpretado mais como uma espécie de característica ‘natural’ de indígenas em frentes de guerra, e menos como uma contingência diante da perspectiva de escravização e prestação forçada de serviço militar. No entanto, isto também pode ser entendido em termos de estratégias indígenas diante das políticas administrativas que tornavam suas condições de liberdade frágeis e flexíveis. A batalha de Carumbé encetou, por um lado, e deu continuidade, por outro, a uma série de outros ataques em territórios missioneiros realizados por forças portuguesas e artiguistas nos quais, mesmo feridos nos combates, índios Charrua, Guarani, Minuano e também Guaicurú buscaram “ganhar o mato”⁶¹², como por exemplo, na batalha de Ibiracoiá. Nela, João de Deus Menna Barreto dava conta da vitória dos ‘portugueses’ contra os ‘insurgentes’, depois de

⁶¹¹ AA. Tomo XXXI, p. 70.

⁶¹² AA. Tomo XXXI. João de Deus Menna Barreto ao comandante do Exército português. Campo de Ibirapuitã, 24 de outubro de 1816, p. 368-370

“uma ilusão muito animada (d)aquele desgraçada gente (...) *finalmente* sua gritaria e entusiasmo se tornaram espanto e medo”⁶¹³. Não obstante a esquiva da parte do militar em considerar a dificuldade em vencer o inimigo, reconheceu que “os insurgentes pelejam como desesperados”. De maneira semelhante à do subordinado de Diego de Souza no relatório sobre o ataque que empreendeu aos Charrua em Salto do Chico (1812), Joaquim de Oliveira Álvares elogiou os feitos de sua tropa e mencionou, de modo evasivo, os sentimentos de medo e pânico dos soldados e oficiais, os quais “todos queriam ser dos primeiros em atacar o inimigo, sem lhe fazer o mais pequeno remorso ou terror à obstinação e superioridade das forças inimigas”.

Desde a estância de Francisco Soares, situada “em frente ao povo de Yapejú”, o coronel José de Abreu efetuou uma ação ao povo de São Borja, que havia sido sitiado sob o comando de André Artigas. Por lá, “onde caía o maior peso das forças inimigas”, andava “uma partida de índios em saque” à qual “destruíram matando oito, aprisionando dez mulheres e somente fugindo um”⁶¹⁴. Para conter “o resto do exército, composto de 700 insurgentes” foi preciso contar com diferentes Corpos, incluindo um esquadrão de Entre-Rios e a infantaria da Legião de São Paulo, em constante atividade junto aos Povos missioneiros. Unidos, forças vindas da capitania de São Pedro e das Províncias Unidas tentavam, com a mais pronta velocidade, concluir a derrota total dos inimigos. Contudo, foi o “Corpo dos Naturais lanceiros formando sempre a vanguarda da Divisão nesta ação (...) que em singelas correrias destruiu os mais dispersos do inimigo”. “É incrível”, dizia o coronel José de Abreu, “que um inimigo indisciplinado, se bem que feroz, sem ordem, e posto em confusão, se arroastasse por espaço de duas horas na persuasão de fazer balançar as nossas armas”⁶¹⁵.

Depois dos ataques feitos pelos exércitos de Andresito, em investidas através de escaramuças, parte das tropas deixaram o sítio de São Borja, acompanhadas de alguns habitantes do local. Nas palavras de José de Abreu, a retirada das forças inimigas, “praticada com tanta violência”, “com tanta rapidez e desordem”, em “fuga arrebatada para todos os lados” concluía a vitória a seu favor. A dispersão acelerada das tropas sob comando de

⁶¹³ Idem. Grifos meus.

⁶¹⁴ AA. Tomo XXXI. Tenente coronel José de Abreu ao brigadeiro Tomás da Costa Correa Rabelo e Silva. São Borja, 08 de outubro de 1816, p. 364.

⁶¹⁵ Idem.

Andresito e das que vieram em seu auxílio, como as de Pantaleão Sotelo, fez com que comandantes militares que lideravam as ações contra elas anunciassem que haviam vencido. No entanto, este tipo de estratégia de guerra de guerrilha, “balançava as armas” do inimigo ao mesmo tempo em que precavia mulheres, homens e crianças da escravidão e do recrutamento forçado, além de provocar uma oportuna – pois, equivocada – impressão de que havia vencedores antes do final da batalha.

Certamente, nem sempre as estratégias cumpriam seus intentos e, muitas vezes, a fuga e a dispersão denotavam o enfraquecimento de tropas abatidas, cansadas, desprovidas de alimento e recursos para sustentar o conflito armado. Mas, neste caso, em menos de trinta dias depois daquele confronto e melhor inteirada sobre o que ocorrera no campo de batalha, a versão de Joaquim de Oliveira Álvares talvez ofereça uma visão mais completa sobre o combate. Segundo ele, as notícias sobre as intenções de Artigas de atacar as guardas portuguesas, cuja maior parte se situava em territórios dos Povos ou das estâncias missioneiras, já era de conhecimento dos políticos e militares a serviço da capitania antes mesmo que se pusesse em prática. Sabiam que o objetivo era adiantar o ataque às guardas à chegada dos reforços que vinham da Europa. Entretanto, “nenhum crédito se deu em Porto Alegre porque persuadiram ao Sr. marquês-general que *os gauchos* nunca se deliberariam atacar os portugueses”⁶¹⁶. Ledo engano.

O encarregado da Legião de São Paulo admitiu que acontecera justamente o contrário. Andresito “tem invadido Missões, sublevado nossos índios, entrado no Povo de São Borja”. Além das ações militares de Andresito, o proclama pode ter contribuído para tomar o povo de São Borja, afinal, o comandante missioneiro seguiu as instruções de Artigas e o fizera confiante na projeção do sistema político pelo qual se empenhava e na exortação dirigida aos seus “amados irmãos” no começo daquele mesmo ano. Tanto o governo da capitania quanto o comandante artiguista confiaram na adesão dos missioneiros ao seu partido para traçar e praticar distintos planos de ação. Apesar da relevância dos líderes políticos, muitas vezes, o desenrolar e o desfecho de importantes confrontos estiveram condicionados às escolhas dos índios. Assim, não obstante a retirada de Andresito de São Borja tenha sido considerada como um sinal da vitória dos exércitos ‘portugueses’ e uma derrota para a Liga dos Povos Livres,

⁶¹⁶ AA. Tomo XXXI. Ibirapuitá, 5 de novembro de 1816.

o afilhado de Artigas a obteve acompanhado de um contingente significativo de índios daquele povo. O mesmo ocorreu em sua passagem por La Cruz e Yapejú, antes de recuar às missões ocidentais, na Tranquera de Loreto⁶¹⁷.

Diante dos desdobramentos do ocorrido em território missioneiro, o governador da capitania escreveu ao ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros de D. João VI, o marquês de Aguiar⁶¹⁸. Apoquentado com “a conduta dos índios insto para que S.M. dê uma nova forma de governo àquele país”. Pistas levam a crer que o governador da província tenha sido convencido pelo brigadeiro Silveira a ‘confiar’ na adesão dos índios à causa do governo português. Os índios não seriam facilmente cooptados ou convencidos pelos líderes e porta-vozes do sistema artiguista, na visão de Silveira. Ao seguir seu conselho, o marquês de Alegrete cometeu um perigoso engano que poderia comprometer seu cargo, como aconteceu com o seu antecessor. Ao que tudo indica, sentiu-se afetado em sua honra e transferiu a responsabilidade de aceitar o conselho a seu subordinado:

A indiscreta confiança nos índios da parte do brigadeiro comandante o inabilita a continuar naquele governo, não me parecendo, contudo, justo que seja desde já mudado para não manchar a sua honra contra a qual nada tenho que dizer; aos índios convencidos de traição, eu os vou fazer julgar persuadido que à vista do crime e circunstancias S. M. não desaprove esta minha resolução.⁶¹⁹

A despeito de julgar a ‘confiança’ nos indígenas uma atitude ‘indiscreta’, o governador asseverou ao ministro de D. João VI que, diante de inimigos tão mais numerosos e de uma quantidade de cavalos insuficientes para que outros planos fossem executados, “só a confiança nas tropas e em geral em todos os habitantes poderia diminuir meu cuidado”. Determinado a ganhar a credibilidade entre todos os habitantes missioneiros, o governador tomou decisões não menos imprudentes do que os conselhos do brigadeiro. Recomendou “os bons serviços” do brigadeiro João de Deus Menna Barreto e do tenente coronel José de Abreu, experientes em ‘bater os índios’ e em correr matos, barrancos e lugares fundos, e fazer

⁶¹⁷ AA. Tomo XXXI. Rio Pardo, 28 de outubro de 1816.

⁶¹⁸ Como vimos no capítulo anterior, D. Fernando José de Portugal e Castro, o marquês de Aguiar, foi quem destituiu do cargo de governador da capitania do Rio Grande a D. Diego de Souza, para substituí-lo pelo marquês de Alegrete, D. Luís Teles da Silva Caminha e Meneses.

⁶¹⁹ AA. Tomo XXXI. Rio Pardo, 28 de outubro de 1816, p. 86-87.

“ainda uma grande carnagem”⁶²⁰. Os dois militares, em conjunto com Curado, foram indicados para substituir Silveira nas operações nos povos missioneiros da banda oriental do Uruguai.

Nos meses que se seguiram houve embates consecutivos na região. Logo no começo de 1817, tropas vindas da capitania invadiram vários povos missioneiros situados mais próximos à fronteira. Conflitos decisivos contaram com a participação de autoridades no local, incluindo o governador e sua família⁶²¹. Os propósitos das ofensivas eram conter os povos ‘sublevados’, arrebanhar gado das estâncias e expandir os domínios sob governo de D. João VI para além do rio Uruguai. Lecor e outros militares tomaram Montevideú, Colônia e Maldonado, Curado e seus auxiliares saquearam e incendiaram povos situados à margem esquerda do rio. Chagas Santos, general encarregado das missões à margem direita, como Andresito, também buscou apoio em São Borja e, de lá, partiu com companhias formadas por indígenas, soldados da capitania do Rio grande e de Santa Catarina⁶²². La Cruz e Yapejú, já um pouco esvaziados de seus habitantes que haviam se dispersado de maneira autônoma ou acompanhados de Andresito, também foram incendiados, não sem antes serem saqueados. Também naquele mês, o comandante do povo de São Nicolau, Elias Antônio de Oliveira, atacou o povo de Concepción, enquanto Chagas ordenou que o mesmo fosse feito em Santa Maria Maior, São Xavier e Mártires. Todas as localidades missioneiras lindeiras foram incendiadas. Lideranças indígenas foram feridas ou se dispersaram durante os conflitos, como aconteceu, respectivamente com Vicente Tiraparé, corregedor de São Borja, ferido em uma perna e Inácio Mbaibé, comandante de Candelária, que se refugiou em Corrientes.

A dispersão dos indígenas foi enorme durante as invasões, saqueios e incêndios dos povos; aliás, queimar suas casas, destruí-las e a seus templos era uma maneira de evitar que voltassem “aos seus antigos lugares”, como consta nos registros que declaravam ao movimentar-se pela campanha acompanhados de militares. Embora a dispersão seja mais difícil de localizar com detalhe em meio aos registros, há relatório e inventário

⁶²⁰ AA. Tomo XXXI. Joaquim de Oliveira Álvares a Joaquim Xavier Curado. Acampamento do arroio Elias, 27 de outubro de 1816, p. 80-81

⁶²¹ AA. Tomo XXXIII, p. 14-19.

⁶²² AA. Tomo XXXIII. Marquês do Alegrete a Francisco das Chagas Santos. Quartel General à margem do rio Cuareim, 01 de janeiro de 1817, p. 1.

pormenorizados sobre os bens saqueados dos povos⁶²³. Neles são enumerados os ornamentos, peças de prata, imagens e alfaias de igrejas dos povos de Santa Maria Maior, São Carlos, São Xavier, Concepción, São José, Yapejú, Apóstoles, Mártires, São Nicolau e São Borja. Assim também declaram outros bens semoventes e animais que se encontravam nas estâncias ao redor dos povos. Na relação das peças saqueadas em São Borja, constam as peças de prata que haviam sido ‘tomadas’ do forte daquele Povo em 1801 por espanhóis e ‘recuperadas’ em princípios de 1817 pelos portugueses. As classificações da prataria como bens tomados e recuperados sugere que a posse delas havia retornado para as mãos de seus legítimos donos. Cerca de 1,2 toneladas de objetos em prata foram recolhidas aos povos supracitados. Muitos deles foram misturados, não sendo possível diferenciar com precisão de quais os Povos veio cada peça. Em Santa Maria Maior e San Javier, cujas peças foram misturadas e relacionadas em conjunto, por exemplo, houve um total de cerca de 11 arrobas, quantidade aproximada da prata relacionada para La Cruz.

Não é raro perceber em meio à documentação e em algumas análises historiográficas posteriores que o final de 1816 e o início de 1817 marcam o começo da derrota do artiguismo e da derrocada do sistema da Liga dos Povos Livres. Algumas destas análises levaram em conta a dispersão de indígenas devido às invasões e saqueios de seus povos, bens e territórios. Contudo, como maneira de finalizar este capítulo, através da continuidade que os eventos e as dificuldades vivenciados por indígenas trazidos até aqui estabelecem com outros que veremos a seguir, é preciso levar em consideração outros aspectos.

Em meados de 1817, a título de exemplo, um barco com cerca de treze pessoas oriundas do quartel general de Artigas, em Purificação, chegou ao porto das Conchas, sob domínio do governo de Buenos. Foram submetidos a um interrogatório sobre a situação do exército artiguista, os chefes que os lideravam e acerca da quantidade e qualidade dos recursos dos quais dispunha José Artigas. Ou seja, os interrogadores buscavam conhecer melhor se os ataques planejados em conjunto por altas autoridades exiladas ou residentes no Rio Janeiro, em Buenos Aires e na capitania – as figuras políticas envolvidas na trama que Nicolás Herrera chamou de “sublime intriga” – teriam ou não sucesso. Os depoimentos demonstram, de modo que recordam aqueles outros interrogatórios realizados em virtude da

⁶²³ AA. Tomo XXXI. São Nicolau, 18 de março de 1817; São Borja, 24 de março de 1817, p. 375-390.

conquista de 1801 analisados no primeiro capítulo, que as disputas e os conflitos estavam longe de ter um fim, e ainda era não possível saber se as forças artiguistas seriam, em breve, cabalmente derrotadas⁶²⁴.

Entre os treze homens, estava o guarda-parque da artilharia de Artigas em Purificación, o “negro vecino de Gualeguachú”, Antonio Rodrigues. Os demais eram indígenas ocupantes de variados postos militares, procedentes de diferentes companhias de exército, marinha e milicianas. Identificados como granadeiros, soldados, desertores, marinheiros entre outras profissões militares, os índios tinham muitas informações importantes. Entre tantas delas, a de que o líder do Protetorado tinha sob suas ordens “quatrocentos homens de toda classe de armas” liderados por um oficial da capital portenha, e que “Andrés Artigas (um índio filho do general)” tinha sob seu comando de trezentos a quatrocentos ‘índios de todas as armas’. Em Mandisoví, “cuja força ascendia a duzentos e cinquenta homens”, os combatentes haviam se dispersado, inclusive em ‘território inimigo’. Os exércitos artiguistas também contavam, de acordo com um dos depoentes, com Guaicurus que iam e vinham de seus acampamentos para integrar as milícias. Ou seja, como fruto dos conflitos e as alianças os indígenas se dispersavam, estabeleciam novas relações e se misturavam.

Como derradeiro exemplo, em janeiro de 1818, um ano depois de iniciada a chamada segunda invasão portuguesa, o comandante das missões orientais, Francisco das Chagas Santos, relatou ao governador da capitania que uma patrulha do Povo de São João havia matado a dois “garruchos” e prendido a três que andavam por ali “a roubar gado”. Os prisioneiros informaram que: “(...) os seus comandantes, inclusive André Artigas, se acham no acampamento de Cambaí (...) com os índios ali reunidos em número de mais de 1000, que abaixo de Yapejú há 200 correntinos, em La Cruz e Aguapeí 70 índios, perto de Santo Tomé 60, em frente ao passo de Mercedes outra partidas de 60 homens e em São Carlos, 300 correntinos”⁶²⁵.

⁶²⁴ AA. Tomo XXXIII. Indagación hecha al segundo Guarda Parque de D. José Artigas y doce indios más que con el dicho han fugado del Pueblo da Purificación a bordo de un lanchón, el 1º del presente mês, y que entraron en el Puerto de las Conchas el ocho de la fecha, sobre el presente Estado de dicho Chefe y portugueses. Buenos Aires, 11 a 15 de julho de 1817, p. 94.

⁶²⁵ AA. Tomo XXXIII. Francisco das Chagas Santos ao Marquês do Alegrete. São Borja, 25 de janeiro de 1818, p. 159.

Quer dizer, mesmo depois dos ataques incruentos que sofreram tanto aqueles que integravam forças militares vinda da capitania ou das Províncias membros da Liga, mesmo após a destruição e espoliação de suas casas, templos, Povos, estâncias e diminuição de seus rebanhos, indígenas se encontravam espalhados e mobilizados em diversos pontos daquele amplo espaço fronteiriço. Do povo de São Borja, Chagas Santos planejava marchar em direção às missões ocidentais com seiscentos soldados. Longe de delinear um desfecho definitivo, outras disputas e embates estavam em gesta. Por fim, para interligar este ao próximo e último capítulo, vale adiantar que em agosto de 1818, lideranças indígenas e alguns de seus aliados egressos dos conflitos de 1816 e 1817 tomaram a capital da Província de Corrientes, causando pavor, admiração, medo, risos e revolta entre seus habitantes.

CAPÍTULO 8 – A ‘INVASÃO’ DE CORRIENTES: ESTRUTURAS E CONJUNTURAS ÀS AVESSAS?

8.1 – Desprezo e terror, ira e (in)tolerância: crenças sobre justiça e vingança.

Era o começo de uma tarde de sexta-feira quando moradores da capital da Província de Corrientes presenciaram um acontecimento histórico que despertou os mais variados e controversos sentimentos. No dia 21 de agosto de 1818, as tropas indígenas de André Guacurary e Artigas entraram na cidade “como em triunfo, entre música, salvas e repiques gerais”. Foram recebidos na igreja matriz pelo clero e por toda comunidade religiosa, autoridades políticas e outras figuras ilustres do *vecindario*, “com toda a etiqueta do cerimonial”, de acordo com uma testemunha ocular dos fatos, o comerciante espanhol Fermín Félix Pampín⁶²⁶.

Desde maio de 1818, Corrientes vivia dias de esperança para alguns, incertezas e temores para outros, como deixam claro “as infelizes memórias” escritas pelo comerciante espanhol, e os “Extractos de mis recuerdos sobre Corrientes”⁶²⁷ elaborado pelas filhas de um comerciante inglês, as irmãs Postlethwaite. O governo de Corrientes fazia parte do sistema da Liga dos Povos Livres, através do apoio prestado pelo governador da Província, Juan Bautista Méndez, a José Artigas. André, desde os combates travados com exércitos do governo paraguaio e português, solicitava continuamente reforços de Corrientes. Naqueles dias, Méndez atendeu a um desses pedidos enviando José Francisco Vedoya e suas milícias com ordem de se unirem às de André. Mas Vedoya, influenciado por enviados do governo de Buenos Aires que buscavam cooptar o apoio dos correntinos e “zeloso de uma honra que não lhe acompanhava, atribuiu a quem de sua pessoa sujeitar-se às ordens de um chefe índio, e sem manifestar o agravo ao seu governador, se evadiu das ordens”⁶²⁸.

⁶²⁶ PAMPÍN, F. F. Memorias sobre la degradante humillación que Corrientes y su Provincia sufrió del ejército de Guaraní y Tapes, al mando de su general Dn. Andrés Artigas, con una idea de las principales causantes de tantos como irreconciliables males que sufrió desde aquella desgraciada época, hasta el memorable día 12 de octubre del año 1821, por un vecino y decidido, por la felicidad de la Provincia correntina” apud MANTILLA, D. **Memorias Fermín Félix Pampín**. Corrientes: Moglia, 2004, p. 88. Os *Extractos* foram elaborados pelas duas irmãs e escrito pela mais nova delas.

⁶²⁷ POSTLETHWAITE apud ROBERTSON, J. P. e G. P. **Cartas de Sud-América**. v. III. Buenos Aires: Emecé Editores, 1950, p. 105.

⁶²⁸ PAMPÍN apud MANTILLA, op. cit., p. 51.

Como não é difícil de imaginar, estes acontecimentos provocaram dissidências entre autoridades locais e, mais uma vez, dividiram opiniões entre a anuência e o rechaço à causa artiguista. Depois de alguns conchavos e debandadas, Méndez foi destituído do cargo de governador por José Francisco Vedoya e seus apoiadores, entre eles, Elías Galván, que fora governador de Entre-Ríos. No dia 25 de maio de 1818, Vedoya reuniu o cabildo e tomou o poder. Após reordenar as ações das milícias no campo, nas proximidades de onde se achava André, regressou e efetuou sua entrada na cidade com desfiles de piquetes, peças de artilharia, equipamentos e munições, além de uma tropa de cerca de quinhentas pessoas. Escoltou Méndez à sua residência e lá o deixou preso.

Mesmo animados com as notícias que corriam sobre o enfraquecimento dos recursos de José Artigas, o cabildo da cidade e o novo governador, apoiados por Buenos Aires, não deixaram de temer que seus contrários buscassem pelo apoio de André. Justo o que sucedeu. Sob o “falso suposto de fidelidade às bandeiras Orientais” ou “envelhecidos ressentimentos contra a família do novo coronel”⁶²⁹, comandantes militares de localidades próximas, como Curuzú-Cuatiá e San Roque, Yaguareté e Goya reuniram as gentes dos seus partidos a fim de repor Méndez no cargo. A eles se uniu um ‘inglês curtidor’ de couro de nome Pedro Campbell, que também daria o que falar.

Um dos membros da família arqui-inimiga dos Vedoya, Miguel Escobar, “fazia publicar que esperava em seu auxílio o comandante André Artigas, com seus guaranis pelo lado das Misiones”⁶³⁰. Vedoya dizia acreditar que “o chefe das Misiones, com seus índios, haviam sido completamente derrotados pelos portugueses”. Apesar disso, de acordo com o detalhado relato de Pampín, “esta notícia cobriu de pânico e terror ao chefe Vedoya e seu conselho”. Não demorou muito para que Vedoya agisse como era de costume na região, conforme vimos nos sete capítulos anteriores: buscou apoio militar na campanha através do recrutamento das gentes dos arredores, afinal, “não duvidava do auxílio dos guaranis, ainda que supusesse olhá-los com desprezo”⁶³¹.

Enquanto buscava aliados, soube que os indígenas do Povo de Garças reuniam cavalos para auxiliar as tropas de San Roque, que atuariam a favor de André Artigas e Miguel

⁶²⁹ PAMPÍN apud MANTILLA, 2004, p. 63.

⁶³⁰ Ibid., p. 65

⁶³¹ Idem.

Escobar. Ordenou, então, um massacre ao lugarejo dos índios, seguido da previsível tomada de seus animais e bens. Segundo Pampín, de cerca de sessenta pessoas – trinta famílias conforme o relato das Postlethwaite –, apenas três crianças pequenas sobreviveram ao ataque. Elas foram levadas como “troféus” de guerra quando “tomados os cavalos que tinham os índios e roubados até os mais miseráveis dos móveis, regressaram os vencedores de Garças ao seu quartel general de Saladas, levando como em triunfo, os três miseráveis neófitos que havia perdoado a ferocidade de seus calibres”⁶³². Nas palavras encabuladas de Pampín, as tropas de Vedoya não respeitaram anciãos, crianças de colo, nem “o débil sexo” que haviam se refugiado na igreja: “tudo registram para encontrar um índio mais para assassinar, cristaleiras de santo óleo, causas consagradas, efigies de santos (...)”⁶³³.

Apenas “a imaginação da pintura dessa carnificina, que nunca se apresentará à memória”, dizia Pampín, não podia ser evocada sem abalar os pressupostos daquilo que nos torna humanos. No relato das irmãs Postlethwaite, entre os sobreviventes estava também uma mulher indígena. Depois de presenciar os filhos e o marido serem assassinados, conseguiu fugir; “foi trazida a Corrientes com uma ou duas feridas de bala e várias feridas de sabre”⁶³⁴. Foi então que o comerciante inglês, pai das Postlethwaite, escreveu uma carta a André, na qual lhe perguntava se sua família e seus bens estariam seguros em Corrientes, depois que “Vedoya havia feito assassinar cruelmente a todos os habitantes de uma aldeia indígena, poucas semanas antes, porque se negaram a tomar as armas contra Artigas”⁶³⁵. André respondeu sem demora, de maneira muito cortês, segundo as jovens inglesas. Assegurou que não havia motivo para alarme e para sair da cidade e pediu para que, dentro em breve, pudesse cumprimentar a toda família Postlethwaite. Anunciava assim, numa correspondência particular, a procedência dos rumores sobre sua chegada a Corrientes.

Depois do massacre em Garças, Vedoya obteve notícias de que André, de fato, se aproximava da capital. Mandou-lhe ofícios questionando a vinda de suas tropas sem dar aviso ao governo de Corrientes. Evadindo-se de enviar uma informação exata, o comandante indígena respondeu de maneira “mais altiva” do que se esperava, no entender de Pampín,

⁶³² PAMPÍN apud MANTILLA, 2004, p. 68.

⁶³³ Ibid., p. 68.

⁶³⁴ POSTLETHWAITE apud ROBERTSON, 1950, p. 106.

⁶³⁵ Ibid., p. 106.

adiantando que daria o aviso em melhor ocasião para satisfazer ao “nobre *vecindario*” correntino. Vedoya, então, deu “ordem de atacar até derrotar (...) e precipitar os índios no Uruguai”⁶³⁶, ações que foram postas em prática. Porém, estes ataques arquitetados sem estratégia, unidos aos sentimentos de desprezo pelos índios, ponderou o comerciante espanhol, fez com que “para a surpresa de todos, (...) às duas da tarde do dia 2 de agosto, veem chegar à praça principal ao eleito governador, com uma curta escolta, derrotado, fugitivo e completamente assustado pelos mesmos índios depreciáveis que, poucos dias antes, assegurava ia concluí-los e acabá-los”⁶³⁷.

Dali em diante, a cidade de Corrientes e seus habitantes viveram dias ainda mais agitados. Vedoya havia sido derrotado por um exército missioneiro logo depois de promover uma matança num povoado indígena. Para os correntinos, os acontecimentos pareciam indicar um presságio do que estava por vir. Consternados, em certa medida, com o que ocorrera em Garças, colocavam-se no lugar dos massacrados, e, desde sua posição de desvantagem, imaginavam que haveria vingança por parte dos indígenas. Corria rumores sobre a marcha do exército vencedor em direção a Corrientes, e que pelo caminho, os indígenas matavam e degolavam homens, mulheres e crianças sem clemência, tal como fizera Vedoya em Garças. Neste primeiro momento, foram atormentados pela possibilidade da ‘invasão’ da cidade pelos indígenas, através de notícias que chegavam a cada dia que se passava e “envolvidas nas cores mais tristes”⁶³⁸.

Famílias arrumavam suas bagagens e preparavam-se para a fuga, figuras ilustres escondiam bens e enterravam dinheiro num corre-corre que parecia não ter fim. Conforme a descrição de Pampín, um “conjunto dos mal-estares e desgraças que cada qual fabricava em sua imaginação e que já pareciam estar sofrendo fisicamente, tinha a todos os habitantes da cidade em tal conflito e terror, que não é possível descrever, nem a pluma indicar”⁶³⁹. O próprio Vedoya, “mais embusteiro que um epitáfio”, ressentia-se Pampín, organizava a fuga de sua família a bordo de um navio. Os soldados responsáveis pela guarda da cidade se embriagavam e davam vazão aos seus temores em brigas, tiros e disparos de canhão, o que

⁶³⁶ PAMPÍN apud MANTILLA, 2004, p. 69.

⁶³⁷ Ibid., p. 77.

⁶³⁸ Ibid., p. 74.

⁶³⁹ Ibid., p. 83.

piorava o estado de ânimos dos moradores que pensavam, a todo momento, que os índios haviam chegado. Enquanto isso, cabildantes, deputados e outros políticos tentavam achar uma solução para o grave problema da acefalia no governo, já que Vedoya preparava-se para a fuga. Reunidos na sala do congresso, ficaram completamente transtornados ao saberem que os indígenas adentravam “aos subúrbios da cidade”. Embora este fosse mais um falso alarme, “já lhes parecia que os índios entravam a degolá-los na sala. Tudo eram lamentos e confusões e querendo todos sair, todos se atropelavam, (...) não se dava lugar para descer as escadas e houve alguns tão afobados, que faltou pouco para se atirarem pelas varandas”⁶⁴⁰. A noite foi de terrível espanto e terror, assegurou Pampín. Não obstante, no dia seguinte, os deputados enviaram uma comissão para tratar com André. O objetivo era fazer:

(...) ver o vencedor, os autores e os não culpados na última revolução, suplicando-lhe não quisesse descarregar sua ira contra os inocentes, já que os primeiros haviam fugido da Província. Estas súplicas não mereceram do chefe índio outra contestação que a de que ‘JÁ É TARDE A DEPUTAÇÃO DO GOVERNO DE CORRIENTES’⁶⁴¹.

A resposta de André, descrita em letras garrafais por Pampín, “afligiu mais e mais os habitantes da cidade, tanto que acreditavam se acharem nos últimos períodos de sua vida, pois (...) diziam alguns que os índios vinham a passar em degola todos os seus habitantes”. No entanto, deixando de lado os dizeres sobre o “que cada qual fabricava em sua imaginação”, uma das primeiras medidas concretas que André tomou foi ordenar o recolhimento de todas as armas através de um bando público que a cidade de Corrientes fez circular pela província homônima. Poucos dias depois, enviou à cidade seu encarregado da Marinha, o inglês Pedro Campbell, a fim de providenciar os preparativos para sua chegada. Campbell era uma figura que chamava atenção, tanto pelo alcance de sua rede de relações quanto pela sua origem⁶⁴² e o modo como se portava. Comerciante de couros, ele teria oferecido seus serviços a André logo depois da derrota de Vedoya. O homem alto, ‘ossudo’, de cabelo e barba louros, pele do rosto descascada pela exposição ao sol, “aderido pelo suor e coberto de pó”, andava “vestido de gaúcho” e armado dos pés à cintura. Trazia faca nas

⁶⁴⁰ PAMPÍN apud MANTILLA, 2004, p. 83.

⁶⁴¹ Ibid., p. 85.

⁶⁴² De acordo com os historiadores Jorge Francisco Machón e Oscar Daniel Cantero, Pedro Campbell era irlandês. No relato das Postlethwaite e de Pampín, sua origem é referida como inglesa. In: MACHÓN; CANTERO, 2006, p. 153.

botas de potro, um sabre na bainha de metal e pistolas no cinturão de couro. O poncho esfarrapado e um chapéu “dos que usam os salteadores”, como nos deixa saber a rica descrição de Pampín, o fez concluir que o inglês e Eduardo, o cavaleiro oriundo de Tipperary que sempre o acompanhava, não passavam de “dois dos ferozes bandidos de Artigas”⁶⁴³.

Campbell chegou a Corrientes em companhia de cerca de cem indígenas. Deu a volta na praça e instalou a tropa na casa de uma das ricas famílias que, como a de Vedoya, havia deixado a cidade. O inglês ‘gaucho’ mandou informar ao Sr. Postlethwaite que André veria com agrado a presença daquela família no cerimonial de entrada dos indígenas na cidade⁶⁴⁴. As notícias sobre a chegada do exército missioneiro à capital já não eram mais infundadas. Foram meticulosamente divulgadas por Campbell e pelos indígenas, apesar de que os correntinos “com os mesmos anúncios se faziam beber o cálice de sua ruína, desejavam com ânsia que saíssem de uma vez da lamentável consternação em que jaziam”⁶⁴⁵. Cinco dias depois, viram com seus próprios olhos “ao índio comandante general das Misiones, Dom André Artigas”⁶⁴⁶. Na tarde de 21 de agosto de 1818, o líder indígena chegou a Corrientes, acompanhado de um piquete e de um esquadrão de cavalaria, um batalhão de infantaria e cerca de duzentos meninos indígenas que, armados como os demais soldados, fechavam a retaguarda das tropas⁶⁴⁷. Também trouxe consigo dois canhões dos que Vedoya havia perdido em combate. À distância de uma légua da cidade, André marchou a pé e desarmado.

Entrou na cidade ao som de hinos religiosos, descansou numa capela e ouviu missa na igreja matriz. Além do clero, foi recebido e acompanhado por Méndez, o governador deposto, e seus subordinados. Deu a volta na praça principal, como de costume, e alojou-se e a seus soldados na casa abandonada de Vedoya. Em seguida, foi à casa dos Postlethwaite. As irmãs asseguraram que foram tratadas “com todo respeito e atenção não somente por Andresito, mas por todos os oficiais e homens que o acompanhavam”⁶⁴⁸. Segundo elas, “a entrada do exército indígena se deu com calma e boa ordem”. Contudo, por várias razões, a estadia de André e seu exército na cidade não continuou como lhes pareceu. Despertou, para

⁶⁴³ PAMPÍN apud MANTILLA, 2004, p. 85-86. Ver: nota 31.

⁶⁴⁴ POSTLETHWAITE apud ROBERTSON, 1950, p. 107.

⁶⁴⁵ PAMPÍN apud MANTILLA, op. cit., p. 87.

⁶⁴⁶ Ibid., p. 87.

⁶⁴⁷ Ibid., p. 88; POSTLETHWAITE apud ROBERTSON, op. cit., p. 108.

⁶⁴⁸ POSTLETHWAITE apud ROBERTSON, op. cit., p. 109.

além da imaginação, sentimentos de desprezo, terror, ira e pavor, além de atitudes que aludiam à vingança e justiça.

8.2 – “Por ser yo quien soy”: autoridade, drama, bailes e bebedeiras.

Depois da entrada do exército indígena em Corrientes, alguns habitantes da cidade começaram a experimentar os desdobramentos do que, até então, só existia em sua imaginação. Logo após a entrada triunfante, André e alguns dos seus seguidores conduziram presos os cabildantes de Corrientes que haviam prestado apoio a Vedoya. Levaram os políticos, entre eles clérigos, a bordo de um navio, como espécies de troféus de guerra. Inevitavelmente, os aliados do fugitivo Vedoya pensaram que seriam fuzilados. Porém, à medida que o navio se afastava do porto, o comandante indígena também se desesperou. André, que tinha “muito transtornada a cabeça, ocasionado, sem dúvida pela caminhada, comida fora da hora (...), muito excesso e entrevero de bebida e parte do balanço”⁶⁴⁹, começou a gritar e dizer que queriam traí-lo, entregando-o aos seus inimigos paraguaios. De fato, banquetes não costumavam ser parte cotidiana da vida dos indígenas, mas se davam em situações específicas, ao sabor das conjunturas ou em rituais de bebedeira e comilança. O próprio André, segundo Pampín, declarou que não dava um centavo por um homem que não pudesse jejuar três ou quatro dias “sem inconvenientes”⁶⁵⁰. Cansado e sob os efeitos da comida e da bebida, depois da entrada cerimonial, distribuiu socos e golpes de sabre, até que, contido, desmaiou. Os indígenas o carregaram nos ombros e temeram que seu comandante tivesse sido envenenado, e, segundo Pampín, prometeram que se ele morresse, degolariam todos os moradores. André foi levado de volta à praça central em clima fúnebre. Alguns o tinham por morto. Quando finalmente “despertou do seu letargo o embriagado guarani, sentado em sua cama sepulcral e posto em pé, saudou ao seu irmão Lourenço com umas quantas cintadas”⁶⁵¹. Depois, seguiu à sua nova morada e quartel militar, a casa de Vedoya.

É relevante destacar que renovadas abordagens sobre os regimes étlicos indígenas tem contribuído para romper com a ideia de que as bebidas alcoólicas sempre atuaram como

⁶⁴⁹ PAMPÍN apud MANTILLA, 2004, p. 89.

⁶⁵⁰ POSTLETHWAITE apud ROBERTSON, 1950, p. 113.

⁶⁵¹ Ibid., p. 113.

uma espécie de trunfo exógeno para submeter populações nativas, vinculando aos indígenas a imagem de degradação, corrupção e deterioração causadas pelo consumo do álcool durante os contatos. O historiador João Azevedo Fernandes demonstra, por exemplo, que a noção sobre o ‘vazio ético’ entre as sociedades indígenas é uma ficção que pode aparecer em diversos tipos de registros quinhentistas e seiscentistas, mas tanto europeus, quanto nativos conheciam as bebidas e fizeram usos muito distintos dela⁶⁵². Alguns grupos indígenas as utilizavam em rituais, cujo objetivo era obter a embriaguez, ou seja, a embriaguez era um aspecto histórico e cultural que fazia parte dos ritos e celebrações no cotidiano das sociedades nativas. A antropóloga Nancy Oestreich Lurie é ainda mais contundente e questiona a noção de que o álcool alterou personalidades e provocou mudanças que atuaram em processos de ‘aculturação’ junto aos indígenas. Ela desafia o senso comum que assume que o uso da bebida entre indígenas foi e é sinônimo de crise identitária, usada como estratégia por eles para ocupar *status* e posições desejadas, que ordinariamente não ocupam; ou simplesmente, como uma válvula de escape que os transporta para um estado onde encontrem menos dificuldade de compreender a ‘assimilação’. Ela sugere que tais impressões não passam de desconhecimento sobre o fato de que a ingestão de álcool foi interpretada de diferentes maneiras em diferentes culturas⁶⁵³. Muitas vezes, indígenas utilizaram: “(...) o valor do estereótipo negativo como uma forma de comunicação e demonstração de protesto para registrar oposição e manter um limite contra o que eles não queriam até que pudessem alcançar o que queriam”⁶⁵⁴.

Nos dias que se seguiram, em meio às bebedeiras, as armas foram recolhidas e a população parecia tomar certo cuidado em relação ao modo de tratar os indígenas. Todavia, “os correntinos, e particularmente as mulheres, não podiam vencer o habitual menosprezo com que olhavam os índios, e nada faziam para congraçar com Andresito, apesar de que se achavam todos à sua mercê”⁶⁵⁵. É bastante provável que boa parte dos moradores estivesse confusa, como Pampín, indignado ao confrontar-se com o fato de que André “se supunha

⁶⁵² FERNANDES, J. A. *Selvagens bebedeiras: Álcool, Embriaguez e Contatos Culturais no Brasil Colonial (séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 205.

⁶⁵³ LURIE, N. O. The World’s Oldest On-Going Protest Demonstration: North American Indian Drinking Patterns. *Pacific Historical Review*. University of Carolina Press, v. 40, n. 3, Aug. 1971. p. 312.

⁶⁵⁴ *Ibid.*, p. 314-315.

⁶⁵⁵ POSTLETHWAITE apud ROBERTSON, 1950, p. 110.

com o bárbaro direito de poder arbitrar sobre as fortunas e vidas dos habitantes”⁶⁵⁶. Mesmo assim, os ânimos se acalmaram, quando através de um segundo ofício, André mandou reabrir o comércio e garantiu certa segurança para a cidade.

Não obstante, o comandante indígena continuava a praticar sua autoridade de maneira implacável. Exigia ser respeitado pelo cargo que ocupava e pelo poder que exercia. Parece ter havido pouca tolerância com posturas de desacato à sua posição política e militar. Em situações de conflito profundo relacionadas ao fato de ser indígena e ocupar uma posição política de grande destaque, André parece ter utilizado elaboradas estratégias para garantir o respeito às suas ordens, à sua figura pública e à história que partilhava com a sua gente. Em abril de 1816, mais de dois anos antes de sua entrada em Corrientes, manifestou desagrado e posicionou-se diante de uma situação de insubordinação do comandante da localidade de Mandisoví. Escreveu, em correspondência a José Artigas, sobre a falta de resposta aos seus despachos:

(...) tem sido para mim muito sensível, que o dito comandante me trate com menosprezo; não **por ser eu quem sou**, senão pelo cargo que ocupo, e que se eu lhe passei ofício, é porque lhe contemplo subalterno meu, e, portanto, deve estar sempre sujeito às minhas ordens, posto que V. S. estendeu minha faculdade até esta praça, e os naturais querem obedecer a esta comandância⁶⁵⁷.

Vale observar que André não parece concordar com o fato de que ser indígena fosse motivo para ser tratado com menosprezo por alguém que ocupava uma posição política hierarquicamente inferior. Do mesmo modo, é interessante indicar que alguns indígenas pareciam estar mais atentos aos lugares políticos que de fato ocupavam, do que aqueles que utilizavam parâmetros ditos culturais para estabelecer rígidas diferenciações sociais. Entre os meios utilizados por André para lidar com situações que se repetiam, chama atenção o uso constante da violência física e psicológica na vivência de dramas que provocaram medo, raiva, riso e empatia.

Miguel Escobar e outros que buscaram o apoio de André quando Vedoya tomou o poder, voltaram à cidade e enviaram ao cabildo, do qual faziam parte, uma comunicação que solicitava recursos para pagar e recompor suas tropas. O cabildo acatou ao pedido. André o

⁶⁵⁶ PAMPÍN apud MANTILLA, 2004, p. 90.

⁶⁵⁷ CABRAL, 2012, p. 223-224.

vetou e argumentou que lhe parecia ‘injusto e escandaloso’. Protestou que, apesar da nudez das tropas indígenas, “nunca havia caído em arbítrios tão violentos e sim havia se contentado com esmolas, expressão oficial, ou donativos voluntários”⁶⁵⁸. Exasperado, o comandante mandou novamente prender cabildantes que haviam sido partidários de Vedoya e outros que, como Ledesma e Olviedo, foram acusados de “assassinos de muitos guaranis e tapes e de uma revolução que premeditaram”⁶⁵⁹. Os presos foram tratados de maneira muito peculiar.

André os visitou à meia-noite. Ordenou que se dirigissem à praça principal, que havia sido cuidadosamente isolada, proibindo o trânsito de pessoas durante aquele “preparativo de terror”⁶⁶⁰. No trajeto entre a prisão e a praça, os detidos foram acorrentados a grilhões e fizeram o percurso descalços. Sofreram, segundo Pampín, “toda classe de ultrajes e insultos”, tendo os moradores como testemunhas. Caminharam escoltados por ruas irregulares, “cobertas de pedras, ossos e espinhos, sem que os guaranis se descuidassem de despojá-los durante sua marcha”⁶⁶¹. Foram, em seguida, conduzidos a uma embarcação, aos cuidados de Campbell. André também intimou todos os demais foragidos da cidade para que comparecessem à sua presença dentro de quinze dias, especialmente os deputados que compunham o congresso de Corrientes. Pôs empenho em perseguir alguns políticos ‘fugidos’, como Vedoya, tarefa que também ficou a cargo de Campbell.

Os moradores estavam aturdidos e chorosos, especialmente as famílias dos presos, narrou Pampín. Andavam pelas ruas, batendo de porta em porta em busca de notícias sobre seus parentes. A cena dramática foi elevada “a um heroico grau” quando seis banquinhos foram colocados nos arredores da igreja. Acreditava-se que os presos cabildantes seriam decapitados. A impressão de Pampín era a de que André estudara ‘malignamente’ os efeitos da encenação e, ao provocar “um acesso de irritação, pondo os presos à beira do suplício”, faria com que as famílias respeitassem sua autoridade e clamassem por sua compaixão. Assim, a praça era constantemente reorganizada, “mas os malditos banquinhos não foram retirados”⁶⁶². O preço da liberdade dos presos foi estipulado por André e Campbell em 10.000 pesos a serem pagos pelas famílias dentro de três dias. Ou pagavam a quantia e ficavam à

⁶⁵⁸ PAMPÍN apud MANTILLA, 2004, p. 92.

⁶⁵⁹ Ibid., p. 93.

⁶⁶⁰ Idem.

⁶⁶¹ Idem.

⁶⁶² Ibid., p. 95.

espera do julgamento final de José Artigas, o Protetor do sistema da Liga dos Povos Livres, ou seriam confinados num povoado do Chaco, chamado São Jerônimo. A impossibilidade de conseguir a quantia fez com que as famílias apelassem ao comandante indígena com “prantos, súplicas e gemidos”, oferecendo suas casas, móveis e joias. Não obtiveram a clemência de André, nem trégua do assédio de Campbell para que cumprissem o estipulado, até que um padre, em companhia de outros religiosos, “felicitarão sua Senhoria Guarani (...) em idioma missionário” e suplicaram a soltura de cinco sacerdotes que estavam entre os presos. Os demais permaneceram a bordo do navio, ao que parece, prontos para zarpar rumo ao Chaco. Algumas famílias finalmente entregaram parte ou o total do dinheiro que diziam ter, mas não atingiram o teto de 10.000 pesos. Para inteirar a quantia, André permitiu que saíssem pelas ruas a pedir esmola, sob a vigília de Campbell:

Efetivamente, este brilhante plano se pôs em execução no dia 15 [de setembro] e seguiu até o dia 18, sem deixar confraria nem convento, nem cela, nem rancho pobre nem rico, grande nem pequeno, a quem não se pedisse esmola por redenção⁶⁶³.

Conhecidas figuras políticas, oriundas de famílias abastadas, pedindo esmolas aos ricos e pobres indistintamente, a despeito de sua posição social e hierárquica, era, sem sombra de dúvidas, uma cena tão inusitada quanto os modos que André escolheu para desempenhar sua posição de mando. Os tempos revolucionários e a conjuntura em que se deu a ‘invasão’ de Corrientes contribuíram para que ele atuasse daquela maneira. Através da autoridade que lhe conferiram seu cargo político – governador de Misiones pelo sistema da Liga dos Povos Livres – e suas conquistas militares, agiu, exercendo poder e uma espécie de ‘liberdade’ que também foi entendida como vingança. Ações como estas davam a ver, aos olhos de alguns, que André ia “saciando nos presos seus vingativos rancores, colocava sua glória em insultar, castigando com suas mãos infames uns homens indefesos, (...) se apropriava de um poder ilimitado e uma liberdade sem freio”⁶⁶⁴. Aos olhos de outros, no entanto, “Andresito havia suportado até então muitas demonstrações públicas de menosprezo por parte da cidade, dando mais provas de indulgência do que se podia esperar (...)”⁶⁶⁵. Todavia – e a despeito do

⁶⁶³ PAMPÍN apud MANTILLA, 2004, p. 98.

⁶⁶⁴ Ibid., p. 99.

⁶⁶⁵ POSTLETHWAITE apud ROBERTSON, 1950, p. 111.

empenho de Pampín em acusar André de despotismo e da expressiva intenção das Postlethwaite em defendê-lo – as iniciativas indígenas não pareciam se reduzir exclusivamente a sentimentos de vingança ou como simples válvulas de escape para uma ira entendida como típica de setores sociais acostumados a vivenciar injustiças; tampouco, tais atitudes pareciam ter o único objetivo de provocar compaixão e gerar sentimentos de arrependimento e tolerância entre os correntinos. Os episódios traziam à tona um conjunto de experiências capazes de provocar algo mais complexo do que simples inversões de papéis sociais numa trama aparentemente carnavalesca⁶⁶⁶, afinal, a ordem política e hierárquica parecia invertida aos olhos de quem?

Em sucessivas tentativas de estabelecer relações sociais pautadas tanto pelas diferenças hierárquicas, quanto pelas semelhanças culturais entre indígenas e correntinos, André promoveu festas nas quais atores indígenas encenavam peças teatrais baseadas em passagens bíblicas. Uma dessas “representações de caráter religioso ou dramas”, também chamados de ‘*mistérios*’, como explicam as Postlethwaite, era a tentação de Santo Inácio. As experiências de missionação que os indígenas Guarani da região viveram desde o século XVI, a partir do contato com os jesuítas, faziam deles conhecedores e praticantes da doutrina cristã. O drama ou a encenação da tentação de Santo Inácio, no entanto, revela aspectos complexos sobre a herança imaterial dos índios e auxilia na interpretação dos significados de suas ações. Nesse sentido, mais do que perpetuar uma prática que adveio da experiência junto aos missionários, as encenações parecem servir a outro propósito naqueles tempos de revolução: ‘doutrinar’, à moda indígena, os moradores correntinos. Afinal, por que a escolha do drama de Santo Inácio?

Inácio de Loyola foi um dos fundadores, senão o principal deles, da Companhia de Jesus em princípios do século XVI. Foi canonizado em 1622, menos de um século depois de ter dado início à ordem religiosa que, ao longo dos tempos, adquiriu inúmeros adeptos e importantes apoiadores, além de ter atuado enormemente na reforma da Igreja católica. Através das missões de evangelização e catequização junto aos indígenas no Novo Mundo, contribuiu em larga escala para a acumulação de capitais das Coroas espanhola e portuguesa. Antes de se dedicar aos estudos e à pregação da doutrina cristã, Inácio de Loyola participou

⁶⁶⁶ WILDE, Guillermo. Op. Cit. 2009, p. 343.

de campanhas militares, foi preso, viveu de esmolas e fez rigorosas penitências. Através de situações de privação, sentiu-se ‘purificado’ e experimentou o que pode ser entendido, de acordo com sua autobiografia, como revelações e tentações, a partir das quais escreveu os famosos *Exercícios Espirituais de Santo Inácio*⁶⁶⁷. Em suas ‘visões’, a Virgem Maria ganhou destaque em cenas militares e, através dos Exercícios, a ordem religiosa da Companhia de Jesus ganhou também novos seguidores, cavaleiros devotos e veneradores da santa. N. Senhora da Encarnação, um dos nomes da Virgem Maria, como nos lembram as Postlethwaite, era evocada durante o drama da tentação de Santo Inácio contracenado pelos soldados indígenas.

Assim, os *Exercícios Espirituais* de um dos mais importantes fundadores da Companhia jesuítica, adquiriram novos sentidos em meio aos dramas indígenas naqueles tempos de revolução, especialmente os seguintes, que introduzem ao seguimento de Jesus Cristo através do “chamamento do Rei temporal, [que] ajuda a contemplar a vida do Rei Eterno”:

92 – *Primeiro ponto*. Pôr diante de mim um rei humano, eleito pela mão de Deus nosso Senhor, a quem prestam reverência e obedecem todos os príncipes e todos os homens cristãos.

93 – *Segundo [ponto]*. Reparar como este rei fala a todos os seus, dizendo: Minha vontade é conquistar toda a terra de infieis; portanto, quem quiser vir comigo, há-de contentar-se com comer como eu, e assim com beber e vestir, etc.; do mesmo modo há-de trabalhar comigo, durante o dia, e vigiar, durante a noite, etc., para que, assim, depois, tenha parte comigo na vitória, como a teve nos trabalhos.

94 – *Terceiro [ponto]*. Considerar o que devem responder os bons súbditos a rei tão liberal e tão humano; e, por conseguinte, se algum não aceitasse a petição de tal rei, quão digno seria de ser vituperado por todo o mundo e tido por perverso cavaleiro.

95 – *A Segunda Parte* deste exercício consiste em aplicar o exemplo precedente do rei temporal a Cristo nosso Senhor, conforme aos três pontos expostos. E *quanto ao primeiro ponto*, se consideramos tal apelo do rei temporal a seus súbditos, quanto é coisa mais digna de consideração ver a Cristo nosso Senhor, rei eterno, e diante dele todo o mundo universal, ao qual e a cada homem, em particular, chama e diz: Minha vontade é conquistar todo o mundo e todos os inimigos, e assim entrar na glória de meu Pai; portanto, quem quiser vir comigo, há de trabalhar comigo, para que seguindo-me na pena, me siga também na glória.

⁶⁶⁷ LOYOLA, I. *Autobiografia de Santo Inácio de Loyola*. (Trad.) Coelho, Antonio José. Braga: Editorial A.O., 2005; LOYOLA, I. *Exercícios Espirituais* [3ª Ed.]. (Trad.) Pereira, Vital Cordeiro Dias; (Org.) Baptista, F. de Sales. Braga: Livraria A.I., 1999.

96 – *Segundo [ponto]: Considerar que todos os que tiverem juízo e razão oferecerão todas as suas pessoas ao trabalho*⁶⁶⁸.

Somente depois de unidos pelos trabalhos diurnos e pelas vigílias noturnas, os fiéis e infieis poderiam tomar parte na conquista do vencedor, “um rei humano, eleito pela mão de Deus nosso Senhor, a quem prestam reverência e obedecem todos os príncipes e todos os homens cristãos”, seguindo-o e com ele compartilhando situações de penúria e glória⁶⁶⁹. Aquele que não tivesse tal juízo e não formasse tal razão mereceria “ser vituperado por todo o mundo e tido por perverso cavaleiro”. Durante a encenação, os atores dançavam e, assim, em meio à performance, demonstravam devoção à santa comendo, através de letras, palavras como *Encarnación*. As Postlethwaite contaram que André pediu a elas que o ajudassem na confecção de figurinos para as peças teatrais ou “bailes de índios”, como os correntinos referiram⁶⁷⁰. Elas fizeram “vestidos de fantasia, os mais vistosos que foi possível fazer, e uma vez terminados, vieram em casa os atores para estreá-los”⁶⁷¹. Os figurinos foram feitos para os soldados que representaram os anjos guardiões de Santo Inácio no drama. Elas fizeram “dois ou três” trajés, a princípio, e depois, mais dois; ao que tudo indica, o mesmo número de anjos que acompanhavam Santo Inácio na obra de arte de Peter Paul Rubens, criada no primeiro quartel do século XVII.

⁶⁶⁸ LOYOLA, 1999, p. 24. Grifos meus.

⁶⁶⁹ Para relacionar outros interessantes aspectos da conversão espiritual entre grupos indígenas ao norte do que hoje é o Brasil ver CARVALHO, Jr. Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*. Campinas, SP, 2005 (Tese de doutorado).

⁶⁷⁰ POSTLETHWAITE, op. cit, p. 111-112.

⁶⁷¹ POSTLETHWAITE, op. cit, p. 112.

Figura 8 - Ruben, Peter Paul (1577-1640). Miracle of St. Ignatius (1617-1618). Óleo sobre tela, 535 x 395 cm. Kunsthistorisches Musuem – Viena⁶⁷².



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/Peter_Paul_Rubens/Saints.

Acessado dia 17/03/2017.

⁶⁷² De acordo com Margarida de Souza Neves, o quadro de Rubens foi pintado para presidir o altar da Igreja dos Jesuítas em Antuérpia, e só em 1776, é que foi transportado para Viena. Seguindo com a análise da historiadora, ao centro da cena está Inácio de Loyola, celebrante da missa, ao lado e na frente de um grupo de jesuítas. Tendo a cabeça envolta numa espécie de auréola, ele abençoa os fiéis, entre eles um homem e uma mulher doentes, em crise epilética, posicionados no lado esquerdo da tela. “A composição do quadro, os recursos técnicos de Rubens e a retórica barroca da tela, aumentam a dramaticidade da tela, na qual não falta a representação da doença como possessão demoníaca, uma vez que uma dupla imagem do demônio aparece na parte superior do quadro, como se a benção do fundador da Companhia de Jesus houvesse operado o milagre da cura dos dois epiléticos. É interessante observar que o demônio aparece pintado em duas versões: como o Leviatã forte e poderoso e como o dragão negro e alado do imaginário medieval”. Chamam a atenção também, as duas mulheres com crianças de colo, que observam os milagres. Observamos que Inácio de Loyola ocupa o lugar principal da cena, mas está num espaço que intermedia os planos à frente e ao fundo, onde estão os fiéis e infiéis, os anjos guardiões e os demônios. In.: NEVES, M. S. Disponível em <http://www.historiaecultura.pro.br>. Acessado em 15/03/2017.

Quando vestiram os trajes, os soldados se mostraram extremamente contentes e admiraram a beleza das roupas fitando-se uns aos outros. As asas angelicais não combinavam muito bem com os capacetes que eles usavam, sob o ponto de vista das irmãs, mas não quiseram se despir deles. E assim, os atores seguiram participando de cenas dramáticas, desempenhando papéis importantes e caracterizados com aparatos e elementos misturados; e que, analisados com mais detalhe, podem revelar aspectos interessantes sobre a cultura política dos indígenas e sobre processos de reelaborações culturais vividos coletivamente. Trata-se, certamente, de uma caracterização rica e articulada, na qual:

(...) a incoerência entre as normas, a ambiguidade das linguagens, a incompreensão entre grupos sociais ou simples indivíduos, a ampla inércia ditada pela preferência por um estado habitual ou pelos custos que derivam de escolhas feitas em condições de extrema incerteza não são obstáculos que nos impeçam de considerar esta sociedade como sendo ativa e consciente em cada uma de suas partes, nem de vermos seu sistema social como o resultado da interação entre comportamentos e decisões assumidos no âmbito de uma racionalidade plena e limitada⁶⁷³.

Contudo, considero que, mais interessante do que indicar situações mediadas por escolhas conscientes de uma sociedade cuja dinâmica se mostra extremamente ativa, é pontuar que todo aquele cenário preparado pelos indígenas contém “significado decididamente político”, como Carlo Ginzburg constatou ao interpretar um “enigma iconográfico”, no qual um “jogo cruzado e divergente de olhares” pôde excluir certas personagens e expectadores⁶⁷⁴. Ao analisar diversas imagens que compuseram a criação de uma obra de arte – que é também um registro histórico – em torno da qual vários ‘mistérios’ ainda permanecem, Ginzburg considera que através da investigação histórica é possível lograr avanços interpretativos. Ele demonstra como interesses distintos e escolhas políticas também fizeram parte de elementos utilizados na representação de cenas que, a princípio, pareciam ser de caráter exclusivamente religioso.

Assim também, o fato de serem soldados indígenas integrantes da tropa de uma reconhecida e temida autoridade política e militar viabilizou a preparação de bailes e peças teatrais de caráter religioso. Mesmo assim, seus esmeros em promover as festividades nem

⁶⁷³ LEVI, G. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 46.

⁶⁷⁴ GINZBURG, C. *Indagações sobre Piero: o Batismo, o Ciclo de Arezzo, a Flagelação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 93, 94 e 102.

sempre receberam a atenção e audiência esperadas. A encenação do drama de Santo Inácio, por exemplo, contou com o comparecimento de poucos expectadores. Se “os infiéis” não podiam partilhar dos festejos que ocorriam para celebrar a glória da conquista de Corrientes pelo exército indígena, era porque não viveram as situações de penúria que os soldados experimentaram até aquele momento. Se este foi o pensamento de André, não podemos afirmar. O fato é que, como boa parte dos correntinos não compareceu àquela teatralização, na manhã seguinte, ao som dos tambores do exército e sob a força das armas, “todas as pessoas respeitáveis (...) foram reunidas na praça e obrigadas a capinar até deixá-la limpa de um extremo a outro”⁶⁷⁵. Durante todo aquele dia quente do mês de outubro de 1818, os presos convocados trabalharam sob um sol escaldante, “sem permitir-lhes, tampouco, o mais leve alimento nem descanso”⁶⁷⁶. Para conseguir beber água, suplicaram aos soldados e lhes ofereceram gratificações. Mas, segundo Pampín, a ordem que receberam de André era de serem inflexíveis e empenhados em usar “todo o rigor da chibata e do sabre, particularmente nos mais decentes e bem vestidos”⁶⁷⁷. A situação remetia a um estado de humilhação excepcional, pois “não obstante a compaixão que provocavam os *trabalhadores forçados*, a ocorrência do índio inspirava riso também”⁶⁷⁸.

Quando o sol se pôs e o cenário foi visto como não havia estado até então, com a praça terraplanada, capinada e livre de ‘imundícies’, com várias carretas de pedras retiradas, André convocou outro baile. Os trabalhadores forçados foram dispensados de comparecer, não sem antes serem obrigados a dar vivas “à Pátria e ao índio”⁶⁷⁹. Afogado em aguardente, segundo Pampín, André aplicou outra “rasteira política” aos correntinos ilustres: “ordenou a seus índios e negros da escolta que saíssem e levassem mulheres brancas para que dançassem com eles e com os oficiais, com prevenção que estes estavam como seu chefe”⁶⁸⁰, sob efeito do álcool. Os bailes se tornaram frequentes, e diante de uma liberdade tão desenfreada, como consta no testemunho do comerciante espanhol, as “mulheres honradas” não se sentiam

⁶⁷⁵ POSTLETHWAITE apud ROBERTSON, 1950, p. 111.

⁶⁷⁶ PAMPÍN apud MANTILLA, 2004, p. 105.

⁶⁷⁷ Ibid., 2004, p. 105.

⁶⁷⁸ POSTLETHWAITE apud ROBERTSON, op. cit., p. 111. O grifo é meu.

⁶⁷⁹ PAMPÍN apud MANTILLA, op. cit., p. 105.

⁶⁸⁰ Ibid., p. 97 e 105.

seguras. Além disso, as irmãs inglesas afirmaram que esta ‘afronta’ foi “muito mais imperdoável do que o labor manual imposto às pessoas do sexo masculino”⁶⁸¹.

Ocorreu que os presos, após uma noite de descanso e vigília, foram intimados a continuarem os trabalhos na praça durante o dia, enquanto suas esposas e filhas, contaram as Postlethwaite, eram obrigadas a dançar com os índios e negros. Embora a maioria do exército de André fosse indígena, também era composto por um destacamento de granadeiros negros, entre os quais, alguns foram libertados pelo comandante em seu caminho rumo a Corrientes, e depois, durante sua estadia na capital. De acordo com Pampín, alguns escravizados “se achavam na maior petulância, altivez e soberba” e delatavam seus senhores, “porque seus vícios se viam apadrinhados e protegidos pelo chefe guarani”⁶⁸². É importante ressaltar que os indígenas e escravizados nem sempre eram protegidos pelo comandante, que lhes impôs, em repetidas ocasiões, castigos físicos e outras punições severas. A disciplina militar fazia parte do aprendizado de André no exercício de seu cargo e era um dos meios pelos quais exercia sua autoridade. E parece ter sido assim que, durante o governo de André, Corrientes viveu momentos em que:

(...) faziam-se eternas as noites, ainda que partiam as horas do sono e a vigília que o medo impunha (...). No dia, não obstante que a luz alegrava, se desejava a ausência do sol, já para refugiar-se num convento, em busca de asilo, já para recolher-se, cada qual no último rincão e esconderijo de sua casa, para **livrar-se da vista dos tigres que espreitavam até as palavras, passos e movimentos**, e acreditando talvez, que se teria um dia a menos de tão cansado gênero de vida⁶⁸³.

As palavras de Pampín sugerem que, caso tenham feito parte do escopo cultural utilizado por André nos preparativos dos dramas e em suas inserções políticas, os *Exercícios Espirituais* de Santo Inácio surtiram algum efeito entre os correntinos abastados. Mas, como partilhar dos significados que as trajetórias daqueles soldados imprimiam à conquista de Corrientes sem experimentar ser indígena? As Postlethwaite, por exemplo, mesmo tomadas por sentimentos de empatia e prestando apoio à política do comandante, se divertiam “ao ouvir aos indígenas se dirigirem sempre a nós chamando-nos *paisanitas* ou *índias louras*”,

⁶⁸¹ POSTLETHWAITE apud ROBERTSON, 1950, p. 111.

⁶⁸² PAMPÍN apud MANTILLA, 2004, p. 108.

⁶⁸³ Ibid., p. 108.

mas não pareciam discordar das observações que, segundo elas, os soldados fizeram, pontuando que Campbell também era indígena.

De todo modo, os Exercícios Espirituais não foram os únicos dramas sentidos ‘na carne’ pelos correntinos. Quando André adentrou à cidade, com seu numeroso e equipado exército, cerca de duzentos meninos indígenas integravam as tropas, armados como os demais corpos de infantaria e cavalaria, com fuzis, lanças, arcos e flechas, como mencionamos no início do capítulo. Segundo as ‘*paisanitas*’ inglesas, “estes indiozinhos haviam sido apresados por correntinos e tidos como escravos. André ia libertando-os onde os encontrava, apoderando-se ao mesmo tempo de um número igual de filhos daqueles homens a cujo serviço estiveram os índios”⁶⁸⁴. Os pais dos meninos brancos, afirmaram, viviam em agonia e angústia sem saber a sorte que seus filhos podiam esperar. Ao aludir aos dias de trabalho e noites de vigília intermináveis vividas pelos correntinos, Pampín também se referiu “aos pais e mães [que] esperavam por momentos em que fossem arrebatados de seus braços os ternos filhos de suas entranhas, com o bárbaro objetivo de criar um corpo de jovens, que (...) seguissem as marchas dos tiranos”⁶⁸⁵.

Situações semelhantes à descrição do desespero de pais e mães correntinas certamente repetiram-se muitas vezes com os pais indígenas de quem filhos e filhas foram apartados para servir como recrutas ou serviçais, como vimos em alguns exemplos dos capítulos anteriores. Portanto, não foi sem motivo concreto que, depois de manter os meninos brancos sob seu poder por cerca de uma semana, André solicitou o comparecimento de suas mães. De acordo com os *Recuerdos* das irmãs,

(...) repreendeu-as duramente a crueldade e injustiça de que se fizeram culpadas ante os pobres índios e apelou ao mesmo sentimento de angústia em que agora se encontravam como a melhor prova do cargo que lhes fazia. ‘Podem levar seus filhos agora – concluiu – mas lembrem-se adiante que as mães índias também têm coração’.

Apesar das atitudes perspicazes e das palavras comoventes de André, colocar-se na pele do *outro* era algo muito complicado, sobretudo quando os atos promovidos para aproximar pessoas com experiências distintas geravam tantos atritos e controvérsias e suscitavam tantas memórias sobre violência, injustiça e perdas inestimáveis. Entre agosto de

⁶⁸⁴ POSTLETHWAITE apud ROBERTSON, 1950, p. 108.

⁶⁸⁵ PAMPÍN apud MANTILLA, 2004, p. 108.

1818 e março de 1819, meses em que a presença de André e seu exército se fez sentir de maneira mais intensa em Corrientes, os espaços de negociação e de readaptações foram conturbados, como nos deixam ver os relatos de Pampín e das Postlethwaite. Méndez foi repostado no cargo de governador de Corrientes num “andresíssimo cerimonial”, no dia 22 de setembro de 1818, depois do qual o comandante indígena permaneceu na cidade por mais algum tempo, a fim de garantir segurança ao retorno do governador. “Sua Senhoria Guarani”, como a ele se referia Pampín, continuou a promover bailes e participar de bebedeiras, durante às quais punha em prática sua autoridade, quase sempre de maneira violenta, tanto com seus afetos, como com os desafetos. Melchora Caburú, “uma china branca e loura de olhos azuis e de trato modesto e afável” era tida como a preferida de André. Pelo visto, era uma das presenças mais aguardadas nos bailes, tanto por ele, quanto pelas mulheres ‘honradas’ e “boas correntinas” que faziam par com índios e negros nas danças, pois era ela quem aplacava “os excessos desenfreados do tal luxurioso e bárbaro índio”⁶⁸⁶. Pouco tempo depois, José Artigas solicitou que o comandante indígena retornasse a Misiones, já que novos confrontos com os portugueses eram esperados. Quando André deixou Corrientes, soldados vestidos com as roupas de anjos confeccionadas para a encenação do drama de Santo Inácio o escoltaram até que, já distantes da cidade, tiraram os trajes. André retornou uma vez mais, quando soube que Melchora frequentara bailes na sua ausência. Segundo o comerciante espanhol, diante disso “Sua Senhoria guarani-tape, abandonou Melchora com a mesma facilidade com que a havia abraçado para companheira (...)”, não sem antes castigá-la com “golpes de sabre e as mais grosseiras imputações”⁶⁸⁷.

Diversos episódios que pareciam às vezes inverter e às vezes reificar a ordem política e os lugares sociais tipicamente ocupados por abastados e marginalizados podiam afastar e aproximar os setores que disputavam poder, à medida que alteravam as escalas de mobilidade social que advêm com o exercício dele. Ou seja, os espaços intermediários de negociação minguavam quando parte dos atores envolvidos lutava para consolidar seus novos papéis na cena política, enquanto outra parte buscava permanecer em seus antigos e privilegiados lugares sociais. Naquele cenário, a inversão tão pungente sobre os significados de ser índio

⁶⁸⁶ PAMPÍN apud MANTILLA, 2004, p. 106-107.

⁶⁸⁷ Ibid., p. 125 e 120.

e as maneiras de exercer o poder foram praticadas, a ponto de balançar concepções sobre referências sociais e culturais e acirrar as disputas por posições políticas.

Nesse sentido, de acordo com Alan Taylor, autor do livro *The Divided Ground*⁶⁸⁸, o título de seu trabalho dialoga com o de Richard White, chamado *The Middle Ground*⁶⁸⁹, pois há um espaço comum, afirma o historiador: os conflitos vivenciados entre povos nativos para se adaptarem criativamente ao poder transformador dos impérios intrusos. No entanto, a substituição de ‘intermediários’ por ‘divididos’ reflete variações nas ênfases geográficas e temporais. *The Middle Ground*, Taylor explica, lida principalmente com povos algonquianos da região dos Grandes Lagos e do Vale de Ohio durante um século e meio antes da revolução americana. *The Divided Ground* conta uma história mais tardia através do foco nos legados daquela revolução entre as nações dos Iroquois em uma região limítrofe entre Nova York e Canadá. White revela um período anterior, no qual mútuas acomodações e readaptações pautaram relações onde nem indígenas nem colonizadores puderam dominar um ao outro, mas, ao contrário, criaram novos costumes e retóricas para lidar uns com os outros⁶⁹⁰. Taylor trata dos esforços posteriores feitos por nativos para lidar com uma invasão de colonos vindos em grande e crescente número para dividir as terras indígenas em fazendas, aldeamentos e nações, de modo muito semelhante ao que ocorria na região platina na época das revoluções e do princípio da consolidação dos Estados Nacionais argentino, brasileiro e uruguaio.

Através das experiências de muitos indígenas e colonos, com destaque para episódios protagonizados pelo índio Mowak Joseph Brant (Thayendenegea) e Samuel Kirkland, filho de uma autoridade religiosa, Alan Taylor demonstra o quão complexas foram as relações de aliança, afeto, conflito e poder entre indígenas e colonizadores. Mas, as revoluções platinas e americana não tiveram como resultado apenas os conflitos dividindo grupos étnicos e sociais que buscavam exercer autonomia política. Dividiram, além dos espaços de negociação, as terras, os bens e as gentes indígenas. Além disso, os esforços e os legados das iniciativas nativas na época das revoluções deixaram marcas profundas na divisão dos

⁶⁸⁸ TAYLOR, A. **The Divided Ground: Indians, Settlers, and the Northern Borderland of the American Revolution**. New York: Alfred A. Knopf, 2006.

⁶⁸⁹ WHITE, R. **The Middle Ground: Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

⁶⁹⁰ TAYLOR, op. cit., p. 11.

espaços e na história social da formação daqueles lugares, como mostram de forma semelhante registros sobre as atuações de Brant e Kirkland , e sobre as atuações de André e José Artigas:

Na carreira da revolução e quando D. José Artigas conseguiu evadir-se e sacudir o jugo de Buenos Aires, intitulado-se independente daquele governo, como Supremo Chefe dos Orientais e seguidamente como Protetor da Federação dos Povos de Entre-Rios e Santa Fé, elevou seu amado filho D. André à investidura de comandante general da Província de Misiones e tropas dela. É bem sabido, por tal pública, a baixa e escandalosa conduta do general D. José Artigas e, portanto, se deixa conhecer a moralidade que ao lado e na escola daquele patriarca, a anarquia que se imprimia na alma de D. André e que elevado este ao posto de chefe das Misiones, se fariam familiares o assassinato, o roubo com descaramento, a tirania e o despotismo, a desdenhosa e soberba altivez, a embriaguez consumada, a vida dissoluta e escandalosa e enfim, *eram tais e tantos os desafortados vícios da negra e vil alma do índio Andresito, que para dar-lhe a conhecer, seria faltar com a verdade, sem o apoio da própria experiência. Pode-se dizer sem exagero que submissão mais absoluta que lhe tributou em Corrientes, jamais se deu a homem algum, nem jamais homem algum, a mereceu menos que o indecente índio Andresito Artigas.*

Embora os limites forjados a partir de intensas disputas políticas tenham sido estabelecidos, eles permanecem porosos e a presença da história indígena jamais se evadiu daqueles cenários. A despeito da quantidade de adjetivos pejorativos, da escolha tendenciosa de tipos de ações e comportamentos que Pampín utilizou para descrever ‘a negra e vil alma do índio Andresito’ – e para conformar um modelo estereotipado da agência indígena nos rumos das políticas, durante as revoluções que ameaçavam a continuidade de rígidas regras hierárquicas e a manutenção de lugares de privilégio, apoiados em diferenciações culturais – algumas de suas impressões parecem fazer sentido, se interligarmos análises e exemplos anteriores sobre o leque de pressões e oportunidades que os indígenas enfrentaram durante as duas décadas iniciais do XIX: eles, os adjetivos, não são suficientes para dar a conhecer a alma de André, sem o apoio da experiência. Quer dizer, sem entender o que os indígenas fizeram, não é possível entender quem são.

Nesse sentido, como afirmou Frederik Cooper em seus provocativos apontamentos sobre o uso de conceitos e ferramentas utilizadas na análise de transformações e permanências conjunturais e estruturais, “*a maneira como se faz história modela como se*

pensa sobre política, e a maneira como se faz política afeta como se pensa sobre história”⁶⁹¹.

Diante de tal envolvimento entre a prática de uma e outra, ele alerta que essas histórias não podem ser analisadas como um conto do progresso em direção à ‘modernidade’ ou como o avanço da globalização em contraponto à afirmação de identidades que lutam contra forças opressoras; não podem ser contadas como uma história do avanço dos Estados nacionais sobre os impérios coloniais, porque além de simplificar os processos, pondero, não levam em conta as múltiplas motivações e maneiras de fazer política de atores que desempenharam papéis cruciais e contribuíram para modificar sociedades e sistemas em contextos de transição.

Os modos de vivenciar os significados de ser índio naqueles tempos informam sobre histórias complexas, das quais os indígenas fizeram parte, e ultrapassam fronteiras políticas e culturais. Afinal, como vimos, situações diversas provocaram ira, afeto, desprezo, temor, solidariedade e violência entre correntinos, indígenas e escravizados. Em nenhuma passagem dos relatos, entretanto, a identidade indígena de André deixou de ser a ele atribuída. Em um de seus escritos se reconheceu como tal e demonstrou que também tinha perspectivas sobre como deveria ser a recepção das atribuições que eram inerentes ao seu cargo político. Era sensível para ele, como escreveu, que um subordinado não atendesse às ordens de seu superior, não pelo fato de “ser eu quem sou”, mas por ocupar um lugar político mais destacado. Mas quem era André? Quem ele pensava ser? Quem os correntinos – e todos que com ele se relacionaram – pensavam que ele fosse? Não há dúvida em afirmar que as respostas para estas perguntas podiam variar bastante. Mas vale a pena perceber que, talvez, justamente por “ser ele quem era” tenha contrariado, atendido e superado diferentes expectativas sobre como ele deveria agir. Suas ações e as de seu exército demonstram maneiras diferentes, criativas e autônomas de exercer autoridade, de praticar dietas – sobretudo em relação ao regime etílico –, e de ‘pregar’ a conversão política. Sem dúvida, a estadia de André e seu exército em Corrientes evidencia que os indígenas podiam ocupar, como de fato ocuparam, outras posições sociais. Aliás, pode ser que só as tenham ocupado pelo fato de serem quem eram, indígenas.

⁶⁹¹ COOPER, 2005, p. 231.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- O deus *Inti* e o “deus dos exércitos”.

A despeito das ricas experiências indígenas durante a construção de Estados nacionais e suas fronteiras, muitas vezes as histórias de espaços transnacionais foram tratadas a partir de visões parciais sobre as atuações de conhecidas figuras políticas, como é o caso de Manuel Belgrano, para usar, como exemplo, uma das muitas autoridades cuja atuação é considerada crucial para entender o contexto.

Belgrano nasceu em 1770 e faleceu em 1820, em Buenos Aires. Vocal da Junta estabelecida em 1810, era também membro de uma das mais importantes famílias de comerciantes da cidade, como já ressaltamos. Tal qual a maioria dos jovens oriundos de abastadas famílias portenhas, realizou seus estudos na Espanha. Formou-se em direito e seguiu carreira na política. Foi nomeado secretário do Consulado em 1793. Em 1806, atuou junto às milícias que defenderam sua terra natal durante as invasões inglesas. Foi partidário de que Carlota Joaquina fosse coroada como Regente do vice-reino do Prata, em 1808, e arquitetou, junto com Saavedra e outros jovens ilustrados, a instauração de um cabildo aberto, em 1810. Naquele mesmo ano, foi enviado ao Paraguai numa espécie de missão para conseguir aliados, trabalhadores e conquistar territórios, como vimos no capítulo 4.

Conforme sabemos, durante a jornada aos povos missioneiros, escreveu um proclama e um regulamento destinado aos “naturais de Misiones”. Derrotado pelas forças paraguaias em 1811 foi, posteriormente, encarregado do comando do Exército do Norte e marchou, desta vez, para combater ‘os rebeldes’ do altiplano peruano. Lá, obteve um maior êxito e ao invés de escrever proclama e regulamento, como fez em Misiones, tomou uma resolução que se faria célebre. Idealizou e apresentou uma bandeira com as cores branca e azul celeste e pediu ao governo central que a aceitasse como símbolo do governo revolucionário⁶⁹².

O pedido foi negado. Em 1814, retornou ao comando do Exército do Norte, substituindo o ilustre desconhecido yapejuano, José de San Martín. No Congresso de Tucumán, em 1816, quando as Províncias Unidas do Prata firmaram acordos e declararam

⁶⁹² FRADKIN; GELMAN, 2010, p. 76.

sua independência, Belgrano fez uma nova recomendação. Ainda enrolado na proposta que fizera em 1814, quando esteve no Alto Peru, sugeriu como modo de governo uma monarquia constitucional representada por uma nobreza incaica através de aliança matrimonial entre uma herdeira ‘da terra’ e um príncipe europeu⁶⁹³. A ideia conquistou adeptos e desafetos, causou rebuliço e debates, que podemos perceber através dos jornais da época. Em 1816:

No ano sétimo da liberdade destes Povos tem havido quem nos fale como espanhóis no primeiro: **‘seria uma injustiça não lembrar-se dos Incas; a eles, e aos índios que, por conseguinte, foram sua família lhes pertence esse terreno que pisamos’**. Tal é o direito público que professa o autor da carta impugnada? E é possível que esta máxima roubada da boca dos peninsulares tenha passado aos lábios de um Americano? Tanto influxo conservam os tiranos sobre nosso modo de pensar que nos transmitem sem conhecer suas estudadas opiniões? Ah! Não queiram os céus que alcançado este triunfo importante pelos sangrentos espanhóis; não queiram os céus que feita familiar a ideia de uma monarquia visionaria, cuja conveniência se quer apoiar no costume, retrogrademos à antiga, que é o que queriam os espanhóis com aquele astuto conselho (...)⁶⁹⁴.

A proposta virou notícia, mas não prosperou. Nenhum indígena governou – como monarca – qualquer das províncias platinas, embora muitos deles tenham atuado como colaboradores ou combatentes à bandeira defendida por Belgrano. Contudo, as cores azul e branca, com a presença do sol incaico ao centro, acabaram tornando-se um dos símbolos que remete à nação argentina. Ligada aos marcos do processo de construção do Estado nacional argentino, a bandeira também se relaciona com os projetos exitosos e fracassados de Belgrano em suas experiências junto aos indígenas que habitavam regiões de fronteira.

De acordo com a antropóloga Mónica Quijada, o “‘Plano do Inca’ foi apoiado por representantes de diversas províncias, incluída a asséptica e anti-indígena Buenos Aires, e até endossado por dois periódicos desta cidade”⁶⁹⁵. Por isso, apesar de a proposta parecer um tanto esdrúxula, não podemos considerar a aparente imperícia política de Belgrano como justificativa para que ele a tivesse apresentado⁶⁹⁶. Além de não ser imperito - ao contrário,

⁶⁹³ BUSHNELL apud BETHELL, 2009, p. 153.

⁶⁹⁴ Biblioteca de Mayo. Tomo VII. Buenos Aires, Senado de la La Crônica Argentina, nº 9 de novembro de 1816, Colección de obras y documentos para la historia argentina, Nación, 1960 apud TERNAVÁSIO, 2013, p. 92-93.

⁶⁹⁵ QUIJADA, M. ¿‘Hijos de los barcos’ o diversidad invisibilizada? La articulación de la población indígena en la construcción nacional argentina (siglo XIX). **Historia Mexicana**, v.53, n.2, 2003. p. 474.

⁶⁹⁶ Manuel Belgrano possuía experiência acerca da dinâmica política dos gabinetes, contudo, ignorava a dinâmica política e sociocultural da campanha, como colocou Guillermo Wilde. **Op. Cit.** 2009, p. 315.

era tão experiente quanto outros políticos que o apoiaram -, o ‘plano do Inca’ tinha um propósito em nada inócuo:

Esta proposta, defendida entusiasmadamente por Manuel Belgrano (reverenciado na história argentina como criador da bandeira nacional), buscava impulsionar as massas indígenas do vice-reinado a um grande levantamento contra os espanhóis e a cimentar uma convivência estável entre crioulos e aborígenes, edificada sobre o coroamento de um descendente dos incas como garantia de dignificação dos naturais.⁶⁹⁷

Ao menos na região litorânea, missioneira e oriental, a adesão unânime dos indígenas aos planos políticos de Buenos Aires não vingou. Muitos charruas, guaranis e minuanos se posicionaram a favor de José Artigas, contra o poder central exercido pelos portenhos. Um deles, em particular, mobilizou os esforços do Paraguai, do Brasil e da Argentina para frear os efeitos da política centralista. Governador e comandante geral de Misiones, o índio e afilhado de José Artigas, André Guacurary e Artigas, propôs e tomou mudanças políticas que diferiam enormemente das de Belgrano.

Inti era o deus sol, protetor do Império e da ‘casa real’ incaica na cultura política da parte da América pré-colombiana. Já nos dizeres de André Guacurary e Artigas, em 1816, num proclama que ele escreveu aos seus ‘amados irmãos e semelhantes’, uma das forças responsáveis pelos seus sucessos em libertar os povos governados por Buenos Aires, Paraguai e pelos luso-brasileiros era a do “Deus dos exércitos”⁶⁹⁸. Ao pinçar elementos trazidos pelos registros sobre os contextos de formação de Estados nacionais naquela região de fronteira e, mesmo símbolos e ícones nacionalistas que surgiram ao longo dos tempos, percebe-se que há muito o que necessita ser repensado sobre as ações indígenas e seus lugares na história.

- O retorno de textos multivocais.

Falar de influência espanhola no Rio Grande do Sul é um evidente exagero. Interpenetração sim: (...). Influência não (...). E é por isso que, vendo e revendo, aqui e ali, em jornais e revistas, uma pretensa restauração do rio-grandense antigo, de melenas caindo pelos ombros, de “vincha” e “chiripá”

⁶⁹⁷ QUIJADA, 2003, p. 474.

⁶⁹⁸ ARTIGAS apud CABRAL, 2012, p. 226, Documento N°13.

com uma fisionomia denunciadora de forte e recente mestiçagem indígena, nele não posso reconhecer o meu velho gaúcho. Tanto mais que esse tipo é uma reprodução fidelíssima do soldado de Rosas, de 1852 (...)⁶⁹⁹.

Na década de 1950, o historiador Othelo Rosa afirmou não reconhecer no rio-grandense antigo qualquer traço físico ou cultural que pudesse revelar mestiçagem indígena. Em sua opinião, o uso dos cabelos comprimidos e do *chiripá* – uma peça de vestuário trespassada às coxas, atada à cintura e utilizada pelos homens do campo (algo semelhante à bombacha) – não correspondem ao ‘velho gaúcho’. A colocação é marcada por uma espécie de ufanismo sul-rio-grandense que nega a influência dos índios na história regional e afirma a grande diferença que julga existir entre o *gaucho* platino e o gaúcho rio-grandense. Todavia, não deixa de ser instigante a tentativa de interligar exemplos, análises e discussões suscitadas ao longo desta pesquisa levando em conta as considerações do historiador. Afinal, se por um lado as defasagens metodológicas e interpretativas presentes nas afirmações de Othelo Rosa são hoje facilmente detectáveis e passíveis de duros questionamentos; por outro lado, mais interessante do que perceber as incoerências e os ingredientes que tornam aquele discurso um dos tantos de seu tempo, é atentar para o fato de que ele ainda carrega em suas entrelinhas problemas e desafios com os quais historiadores lidam já há alguns anos, entre eles, a (in)compreensão de que a atuação e a presença marcante dos indígenas junto aos conflitos políticos e territoriais ultrapassam o âmbito das fronteiras nacionais e regionais.

Um dos equívocos crassos decorrentes do apagamento da participação dos indígenas durante a era das revoluções na região platina é transmitir a ideia de que eles não circularam, e restringir as causas, os efeitos e as motivações de seus atos a espaços limitados de atuação histórica. Além de propor uma interação social estática, onde indígenas não se misturam com outros grupos étnicos e com a sociedade envolvente, enfoques analíticos com clivagens nacionalistas fazem perder visões integradas dos processos históricos. Assim, este trabalho buscou dialogar com problemas importantes para as historiografias argentina, brasileira e uruguaia, a respeito do entendimento mais claro e profundo dos papéis indígenas no contexto de formação daqueles Estados nacionais. O uso dos recursos, da mão de obra e dos

⁶⁹⁹ROSA, O. A formação do Rio Grande do Sul apud DAMASCENO, A.; RAMBO, B.; REVERBEL, C.; CESAR, G.; FERREIRA, J.; VELLINHO, M.; ROSA, O. **Fundamentos da Cultura Rio-Grandense**. Segunda Série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia do Rio Grande do Sul, 1957, p. 26.

conhecimentos indígenas foi um fator decisivo para a conformação de novas políticas e para a formação social daquele espaço fronteiriço.

No contexto da virada do século, analisado no primeiro capítulo, indígenas estiveram envolvidos nos processos demarcatórios dos territórios por eles habitados e atuaram em importantes esferas políticas e redes comerciais, através das quais, buscaram atender aos seus distintos interesses. Nas situações apresentadas, a criação, a reprodução, o consumo e o manejo do gado aparecem como importantes produtos dos trabalhos dos indígenas, que estimularam ramos de comércio interno e externo, dos quais fizeram parte charruas, espanhóis, guaranis, minuanos e portugueses em suas atividades tidas como legais e ilegais.

No segundo capítulo, que se conecta ao primeiro através das conjunturas que levaram à conquista de sete dos trinta Povos missioneiros *para* a Coroa portuguesa e não *pela* Coroa portuguesa, concentrou esforços em oferecer detalhes sobre a conquista de sete dos trinta Povos missioneiros. Durante muito tempo, o evento foi interpretado de maneira equivocada. Os indígenas não foram apenas atores tão importantes como os demais, foram, sim, os principais atores da conquista de 1801. Ler os registros para além das palavras é fundamental para chegar ao entendimento de que entre as disputas por terra, gado e gente – em seus territórios – estiveram os interesses indígenas em aderir aos planos portugueses ou espanhóis. Este capítulo também possibilita aos leitores e leitoras acessar contextos através dos quais se iniciou um processo nada automático de formação de grandes estâncias na região da campanha, a partir da primeira metade do século XIX. Através do cruzamento das fontes aliado a uma leitura de textos multivocais, o primeiro capítulo anuncia a metodologia utilizada nos demais, bem como o propósito de ‘descolonizar’ os registros e as análises historiográficas defasadas.

Por meio de cartas, planos e projetos pouco inovadores, conhecidas figuras políticas ocuparam cargos políticos de alta hierarquia nos contextos analisados no terceiro capítulo. Suas trajetórias mostram aspectos sobre os caminhos do convívio entre indígenas e autoridades coloniais, por meio dos quais, diretrizes para guardar e ampliar as fronteiras foram pensadas e executadas. Naquele contexto que sucedeu a conquista de 1801 e antecedeu as invasões inglesas, estratégias discursivas acerca da inaptidão dos índios ao trabalho devido à sua cultura estiveram associadas ao enorme empenho em controlar e ordenar a sociedade da qual eles faziam parte. Nem sempre as mobilizações políticas dos índios contribuíram

apenas para alavancar carreiras políticas de figuras proeminentes, mas para frustrar e conter planos pelos quais não se interessaram.

O quarto capítulo mostra outros contextos de disputas pelo apoio dos Povos missioneiros e charruas e minuanos. A província de Misiones ocupava uma posição física central e privilegiada sob o ponto de vista dos recursos necessários para empreender guerra. Quando houve a revolução de Maio de 1810, muitos líderes revolucionários buscaram arregimentar soldados, adeptos políticos e recursos capazes de sustentar os confrontos bélicos. Desrespeitando propriedades particulares e comunais dos povos missioneiros, o novo governo de Buenos Aires, através de Manuel Belgrano, buscava fazer um rateio do espaço indígena que se tornaria “uma massa comum”. As políticas centralistas buscavam tirar-lhes a propriedade da terra enquanto lhes ofereciam ferramentas para que fossem trabalhadores nela. Mas as novas disposições jurídicas resultantes da expedição de Belgrano às terras missioneiras acabaram por semear as revoluções indígenas que foram capazes de moldar, novamente, outros planos, projetos e regulamentos políticos na região da Banda Oriental e de Misiones, como nos mostra o capítulo 5.

O capítulo 6 pontua a transversalidade de temas como as políticas indígenas e as políticas indigenistas, e a arbitrariedade de divisões fictícias entre concepções sobre a grande política ou as políticas que emanam dos centros de poder, e a pequena política ou as políticas que emanam de espaços ditos marginais (“as franjas dos impérios ultramarinos”); ou ainda, as políticas exercidas por setores sociais elitizados em contraponto àquelas exercidas por setores subalternizados. Afinal, as sublevações compostas e lideradas por indígenas fizeram com que autoridades de Buenos Aires se deslocassem rumo à campanha e mudassem, várias vezes, seus planos em relação ao domínio do território. As fontes permitem estabelecer interessantes conexões entre feitos indígenas, acordos, decretos internacionais, provinciais e locais; e tornam visível o quão inseridos estavam as personagens centrais desta pesquisa em rentáveis redes comerciais.

Num *continnum*, o capítulo 7 evidencia as maneiras através das quais as relações com os indígenas aparecem em leis, relatórios, acordos diplomáticos e sistemas de governo, como a Liga dos Povos Livres. As relações políticas entre indígenas e os negócios da guerra são um “fato que não admite controvérsia”, de acordo com um relatório encomendado por Carlota Joaquina sobre a situação da fronteira platina. Assim, em 1817, indígenas que

circulavam por aquela região estavam no epicentro dos conflitos entre forças enviadas por Portugal e por Buenos Aires para derrotar Artigas. Quer dizer, as necessidades e objetivos conjunturais que faziam dos indígenas inimigos e aliados continuavam a operar em favor “dos negócios da guerra”⁷⁰⁰, esclareceu o governador da capitania de São Pedro pouco tempo antes de ser destituído de seu cargo pelo marquês de Aguiar, a pedido do rei português.

Os episódios que marcaram a invasão de Corrientes por um exército indígena e mestiço, analisado no oitavo e último capítulo, nos permite refletir sobre os profundos significados e implicações de ser indígena no auge de um contexto revolucionário. Os registros indicam que indígenas estiveram atentos aos lugares políticos que de fato ocupavam, e assim como nos capítulos anteriores, viveram dramas, experimentaram os efeitos de rígidas diferenciações políticas e sociais, provocaram sentimentos confusos como raiva, medo, riso e empatia. Praticaram e sofreram os usos da violência física e psicológica ao desempenharem seus papéis de poder.

Diante dessas colocações é interessante perceber como as histórias indígenas se conectam à história de formação dos Estados nacionais na região platina, por exemplo, através da maneira como o último capítulo retorna ao primeiro. Num movimento que alterna e renova antigos e novos cenários de luta pela terra e por recursos animais e naturais, podemos ver na trajetória ímpar de André o reflexo das repetidas experiências de milhares de indígenas envolvidos nos enredos dos capítulos anteriores. Isto é, em todos os capítulos, os dramas vividos por eles são intensos, as situações de conflito são extremas: há recrutamentos forçados, famílias divididas, parentes mortos, filhos escravizados e apartados de seus pais, moradias e bens roubados, terras usurpadas; tudo documentado e registrado em distintos tipos de cartas, projetos, planos, acordos, tratados, instruções, diários, regulamentos e leis. Não obstante, suas mobilizações políticas modificaram os rumos e os contornos das revoluções, demonstrando habilidosas capacidades, não apenas de ‘agir conscientemente’, mas de exercer poder, mesmo em situações precárias, onde suas posições sociais foram continuamente deslocadas, onde a valorização de seus serviços, às vezes, caminhou de mãos dadas com a marginalização dos seus lugares na história.

⁷⁰⁰ ROSA apud DAMASCENO et al., 1957, p. 26.

Existem diversos paradoxos sobre os registros que denotam aproximações e afastamentos sociais e culturais significativos. Existem também diversas regiões das Américas que compartilham desses paradoxos, em maior ou menor grau, como destacou João Pacheco de Oliveira, ao se referir a fenômenos que não seriam específicos do Nordeste brasileiro, mas também, de áreas de colonização mais antigas “(como a costa leste da América do Norte, o planalto central do México, a faixa entre os Andes e o litoral do Pacífico, bem como a região platina), que deram origem a populações fortemente heterogêneas, com ‘culturas híbridas’⁷⁰¹ e *índios misturados*, aos quais os etnólogos e etnógrafos não dedicaram muito interesse”⁷⁰². Os historiadores, especialmente os brasileiros, também não dedicaram muito interesse aos *índios misturados* da região platina, sobretudo durante o século XIX.

Nesse sentido, é intrigante refletir sobre o fato de que não se sabe ao certo onde e quando nasceu o índio André Guacurary y Artigas. Foi em algum lugar próximo às margens do rio Uruguai. Há dúvida se do lado oriental do rio, no povo de São Borja, ou do lado ocidental, no povo de Santo Tomé⁷⁰³. Também não se sabe se faleceu a bordo de um navio na costa brasileira ou em terra firme, no Rio de Janeiro. Provavelmente, André morreu longe de sua terra natal, na qual tantos conflitos e alianças foram estabelecidas, tantas batalhas foram travadas, tantos cenários modificados com a participação marcante dos indígenas na região platina. Este era o lugar para onde tentava voltar quando desapareceu dos registros, logo depois de ser preso por forças portuguesas e levado para a capital do Rio de Janeiro. Um dos últimos documentos escritos por ele foi uma solicitação encaminhada a ‘Sua Majestade Fidelíssima’, na qual pedia ‘algum auxílio’ para voltar para casa. Após um ano e quatro meses de prisão, ele foi “posto em minha natural liberdade”, enfatizou. Contudo, como “resultado de um padecimento tão desumano”, seu estado era precário. Até mesmo as roupas que vestia não eram suas. Era preciso, concluiu, voltar “ao meu país natal, e recolher-me ao abrigo dos meus, (...) cobrir minha nudez, e empreender a dita viagem”⁷⁰⁴. E aqui, a ‘viagem da volta’ e os ‘versos de Torquato Neto’ ganham mais um itinerário: “desde que saí de casa, trouxe a

⁷⁰¹ CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas*. São Paulo: Editora EDUSP, 1992.

⁷⁰² PACHECO, J. P. Uma etnologia dos “índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais apud OLIVEIRA, 1999, p. 35.

⁷⁰³ MACHÓN; CANTERO, 2006, p. 26 e 29. Estes autores pontuam a incerteza sobre Andrés ser natural de São Borja ou Santo Tomé. Já Cabral (2012), afirma que Andrés nasceu em São Borja, no dia 30 de novembro de 1778.

⁷⁰⁴ MACHÓN; CANTERO, op. cit., p. 182-183.

viagem da volta gravada na minha mão, enterrada no umbigo, dentro e fora assim comigo, minha própria condução”⁷⁰⁵. A metáfora utilizada por João Pacheco de Oliveira para explicitar aspectos das relações entre etnicidade, território e história, recupera laços inextirpáveis trazidos através das palavras e da trajetória de André e dos seus, pois entrelaça importantes mudanças políticas em curso naquele contexto às ações de coletividades indígenas, sem as quais o caminho da ida não teria sido sequer inteiramente percorrido. É preciso refazer e repensar os caminhos trilhados pelos indígenas ao longo de suas histórias, para entender os significados dos deslocamentos espaciais e sociais bem como os esforços constantes para ‘empreender a viagem’ da volta.

Os atos indígenas, como nos mostram diferentes etapas da vida de André, jamais se afastaram da história das revoluções na região platina, afinal, sem dúvida, nascer à beira daquelas águas da bacia do Prata e, provavelmente, morrer em algum lugar da costa carioca, guarda uma estreita relação com o processo de formação dos Estados nacionais na região platina. Ele veio ao mundo em princípios do último quarto do século XVIII, mesma época em que Buenos Aires se tornou a capital do recém-fundado vice-reino do Prata e as reformas borbônicas foram postas em prática em terras missioneiras, como vimos no capítulo 1. Muito jovem, certamente partilhou dos efeitos da conquista de sete dos trinta Povos para a Coroa Portuguesa, alguns dos quais é possível inferir no capítulo 2. Durante o contexto analisado no terceiro capítulo, André circulava pela região da campanha e experimentou, também, o recrutamento de soldados indígenas, através do qual, é possível que tenha conhecido José Artigas. Curiosamente, ou nem tanto assim, a parte mais transparente da vida de André é a conturbada década de 1810, em que desempenhou um papel de relevo nos conflitos posteriores à revolução de Maio daquele ano, evento que inaugurou um longo e agitado processo no vice-reino do Prata em busca de autonomia em relação à coroa da Espanha. Assim, se a definição precisa dos lugares de seu nascimento e morte é duvidosa, é possível conhecer em boa medida e com alguma riqueza de detalhes os lugares políticos e sociais que ocupou durante a década de 1810. Sabe-se que participou como líder político e militar de pelo menos quatro campanhas importantes. A primeira, contra o Paraguai em 1815, quando assumiu o cargo de governador e comandante geral de Misiones, um feito político

⁷⁰⁵PACHECO apud OLIVEIRA, 2004, p. 32.

inédito por aquelas bandas. Misiones era uma das províncias platinas mais disputadas entre portugueses, espanhóis, portenhos e habitantes locais; uma grande porção de terra cujo histórico de ocupação é capaz de contar muito sobre a experiência de André e seus antepassados⁷⁰⁶. A segunda campanha foi em 1816, contra os portugueses que buscavam ocupar as missões ocidentais, (à ocidente do rio Uruguai). Na terceira campanha, Andrés e ‘seu exército de índios’, como se disse à época, invadiu a capital da província de Corrientes em 1818, tendo como um dos objetivos imediatos restituir o cargo de governador a Mendes, que havia sido deposto por forças bonaerenses. Na quarta, em 1819, novamente enfrentou forças portuguesas durante as reiteradas incursões aos povos orientais. Nesta derradeira campanha, foi capturado e levado preso ao Rio de Janeiro, onde possivelmente faleceu, entre 1821 e 1822, quando o Império do Brasil declarou, neste último ano, sua independência de Portugal. Ou seja, histórias sobre as terras que dividiram e interligaram espaços disputados estão profundamente conectadas às experiências indígenas. Apesar disso, tais histórias continuam a ser subexploradas, dificultando o acesso a outras perspectivas e olhares sobre as motivações e as maneiras próprias de exercer autonomia política num contexto conturbado.

Contudo, conforme João Pacheco de Oliveira apontou para os espaços limítrofes da Amazônia, a perspectiva processual na análise de uma região de fronteira auxilia no rompimento com uma descrição histórica generalizante e aponta a diversidade de narrativas e regimes políticos que singularizam, ao mesmo tempo em que tornam universais, as trajetórias históricas das populações indígenas⁷⁰⁷. No processo de formação e construção das fronteiras os indígenas atuaram e, em conjunto, suas atividades contribuíram para alargar e variar os parâmetros culturais e sociais formadores de identidades étnicas, sociais, regionais e transnacionais. A diversidade de suas ações também contribuíram para conformar a (des)organização do espaço platino.

⁷⁰⁶ Conforme vimos no capítulo 1, o território de Misiones contava com trinta povos missioneiros. Sete deles situados à margem oriental do rio Uruguai e o restante à margem ocidental. Após a conquista de 1801, os sete povos da margem oriental passaram a integrar os domínios portugueses na capitania do Rio Grande de São Pedro.

⁷⁰⁷ OLIVEIRA, J. P. Narrativas e imagens sobre povos indígenas e a Amazônia: Uma perspectiva processual da fronteira. *Indiana*. Dossier: Identidades volitivas: antropologia sudamericana da Amazônia, v. 27, 2010. p. 19.

LOCAIS DE PESQUISA

Archivo General de la Nación (AGNA – Buenos Aires)

Arquivo do Itamaraty (AI)

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs)

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ)

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ)

Museu Mitre (MM)

FONTES CONSULTADAS

FONTES DIGITAIS

AA

Tomos II, VI, VII, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXIX, XXXI, XXXII, XXXIII. Disponível em <http://www.bibliotecadelbicentenario.gub.uy>.

Carta régia de 02 de dezembro de 1808. Disponível em Publicações do Senado Federal online em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>

Carta Régia de 05 de novembro de 1808. Disponível em Publicações do Senado Federal online em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>

Carta Régia de 12 de dezembro de 1808. Disponível em Publicações do Senado Federal online em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>

FONTES IMPRESSAS

ALMEIDA, G. R. Memória de Gabriel Ribeiro de Almeida apud CESAR, 1969.

ARTIGAS, A. G. Historica proclama de Andresito Artigas, dirigida a los siete pueblos de las Misiones Orientales, en poder de los portugueses desde 1801 apud CABRAL, S. **Andresito Artigas en la emancipación americana**. Buenos Aires: Corregidor, 2012, Documento N°13.

BETAMIO, S. F. Notícia particular do continente do Rio Grande do Sul [1780]. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, O Instituto, tomo 21, 3º trimestre, 1858.

CANTO, J. B. Relação dos acontecimentos mais notáveis da guerra próxima passada na entrada e conquista dos sete povos das missões orientais do rio Uruguai [1802]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, O Instituto, v. 130, tomo 77.

GONZÁLEZ, J. C. **Don Santiago Liniers: gobernador interino de los Treinta Pueblos de las Misiones Guaraníes y Tapes (1803-1804)**. Facultad de Filosofía y Letras: Publicaciones del Instituto de Investigaciones Históricas, n. XCIV. Buenos Aires: Peuser S.A., 1946.

Instrucciones de Artigas a los diputados orientales enviados a la Asamblea General Constituyente del año 1813 apud MACHÓN; CANTERO, 2006.

LOYOLA, I. **Autobiografía de Santo Inácio de Loyola**. (Trad.) Coelho, Antonio José. Braga: Editorial A.O., 2005; LOYOLA, I. **Exercícios Espirituais** [3ª Ed.]. (Trad.) Pereira, Vital Cordeiro Dias; (Org.) Baptista, F. de Sales. Braga: Livraria A.L., 1999.

PAMPÍN, F. F. **Memorias sobre la degradante humillación que Corrientes y su Provincia sufrió del ejército de Guaraní y Tapes, al mando de su general Dn. Andrés Artigas, con una idea de las principales causantes de tantos como irreconciliables males que sufrió desde aquella desgraciada época, hasta el memorable día 12 de octubre del año 1821, por un vecino y decidido, por la felicidad de la Provincia correntina**” apud MANTILLA, D. **Memorias Fermín Félix Pampin**. Corrientes: Moglia, 2004.

PEDROSO, M. S. Relação dos serviços que pratiquei na conquista dos sete povos guaranis das missões orientais do Uruguai, desde o princípio até o fim da guerra próxima passada [1802]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, O Instituto, vol. 130, tomo 77, parte II, 1914.

POSADAS, G. A. Senado de la Nación. Biblioteca de Mayo, Colección de Obras y Documentos para la Historia Argentina. **Autobiografías**. In: AA. Tomo II, p. 1445, Buenos Aires, 1960.

POSTLETHWAITE apud ROBERTSON, J. P. e G. P. **Cartas de Sud-América**. v. III. Buenos Aires: Emecé Editores, 1950.

Registro Oficial de la Republica Argentina que comprende los documentos espedidos desde 1810 hasta 1873. Tomo I. 1810 a 1821 (Publicación oficial). Buenos Aires: La Republica – Imprenta especial de obras, 1879.

RONDEAU, J. Autobiografía. Biblioteca de Mayo, **Autobiografías**, Tomo II. Buenos Aires, 1960, p. 1817. In: AA. Tomo XIV.

VARNHAGEN, F. A. **História Geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal**. São Paulo: Melhoramentos, 1956 [1854].

FONTES MANUSCRITASAGNASala IX

18-3-3 – Misiones

30-6-5 – Interior, Leg. 47, Exp.9. Este documento encontra-se fora de circulação.

04-04-01 – **Extracto de las ocurrencias y estado de la demarcación de los artículos 3 y 4 del tratado preliminar del año de 1777, 1789 e 1794.**

18-3-5

4-3-4 – Campo de Bloqueio da Banda Oriental

Sala X

1-5-12

35-1-3 – Tribunales

2-4-15

6-4-1 – Governo Nacional

AHRS

Autoridades Militares, Maços 2, 3, 7.

Autoridades Militares, Caixas 175, 177, 234, 278.

AI

Documentos Anteriores a 1822.

ANRJ

Almanack da Vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da Capitania do Rio grande do Sul, de Manoel Antônio Magalhães, 1808. Códice 807, v. 1.

Códice 807, v. 10. Memória sobre o Porto de São Pedro do Rio Grande.

Secretaria do Estado do Brasil. Códices 86 e 104.

BNRJ

Carta de Bernardo José Pereira, sem lugar, data, nem destinatário, com informações acerca dos índios guaranis do Rio Grande do Sul. [ca. 1780]. p. 7, 3, 48.

Notícia abreviada dos principais sucessos da guerra de 1801, na campanha do Rio Grande de São Pedro, na América Meridional. [ca.1802]. MS – 554 (1). Coleção Linhares. Microfilme 28.

MM

Reglamento para los pueblos de las Misiones. Documentos del archivo de Belgrano. Tomo III. Buenos Aires, 1914. p. 122-128.

Diário de operaciones en la Banda Oriental. Seção de Manuscritos. Arm. B, C. 29, P. 1, N° de Ord. 20. 30 de setembro a 05 de novembro de 1804.

Representación al rey pelo capitán de la Real Armada D. Santiago Liniers, sobre as Misiones tapes y guaraníes de las que era gobernador interino. Arm. B, C. 29, P. 1, N° de Ord. 18. Candelária, 06 de julho de 1804.

FONTES ICONOGRÁFICAS

Mapa de demarcação que por ordem de S. M. F. e C. fez no ano de 1759 a segunda partida do rio Ybicuí, seguindo o curso dos rios Uruguay, Pipiry, S. Ant. Yguaçú e Paraná até seu Salto. Povo de São Nicolau a 8 de abril de 1760. Map Collection. Room 370. The Joseph Regeinstein Library of University of Chicago.

Miracle of St. Ignatius (1617-1618). Ruben, Peter Paul (1577-1640). Óleo sobre tela, 535 x 395 cm. Kunsthistorisches Museum – Viena.

“Río de la Plata. Operaciones inglesas em 1806-1807”. Map Collection. Room 370. The Joseph Regeinstein Library of University of Chicago.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, C. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

ACOSTA Y LARA, Eduardo F., Los charrúas y Artigas. **Revista de la Sociedad Amigos de la Arqueología**. Montevideo, Tomo XI, p. 103-148, 1951.

_____, Eduardo F. **La guerra de los charrúas. Periodo Patrio I y II**. Montevideo: Linardi y Risso, 1989.

AIRES DE CASAL, M. **Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil**. São Paulo: Edições Cultura, Tomo I, 1943. 342 p.

ALMEIDA, M. W. B.; CUNHA, M. C. Indigenous People, Traditional People, and Conservation in the Amazon. **Daedalus. Journal of the American Academy of Arts and Sciences**, v. 129, n. 2, 2000, p. 315-338.

ALMEIDA, M. R. C.; ORTELLI, S. (Orgs.). Dossier: Atravesando fronteras. Circulación de población en los márgenes iberoamericanos. Siglos XVI-XIX. **Revista Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, v. X, 2011.

AMARAL, A. F. **Os campos neutrais**. Porto Alegre: Planus, 1972. 144 p.

ANNINO, A; CASTRO L. L.; GUERRA, F. (Coords). **Inventando la Nación. Iberoamérica siglo XIX**. México: FCE, 2003.

AXTELL, J. Ethnohistory: An Historian's Viewpoint. **Ethnohistory**, v. 26, n. 1, p.1-13, 1979. _____. **The invasion within: the contest of cultures in Colonial North America**. New York: Oxford University Press, 1985.

BARCELOS, A. H. **Espaço & arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

BARRÁN, J. P. La independencia y el miedo a la revolución social en 1825. **Revista de la Biblioteca Nacional**. Montevideo, n.26, p. 65-77, 1986.

BARRIOS PINTO, A. **Los aborígenes del Uruguay: Del hombre primitivo a los últimos charrúas**. Montevideo: Linardi y Risso, 1991.

BERNALDO DE QUIRÓZ, P. G.; ADELMAN, J. [et al.]. **Independencias Iberoamericanas: nuevos problemas y aproximaciones**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.

BETHELL, L. (Ed). **Historia de América Latina V. 5:** América Latina Independiente, 1820-1870. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.

_____. **Historia de América Latina V.6:** La Independencia. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.

_____. **História da América Latina: da independência a 1870**, volume III, 1. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. 1016 p.

BEVERINA, J. **El Virreinato de las Provincias del Río de la Plata: su organización militar.** Buenos Aires: Circulo Militar, Biblioteca del Oficial, 1935.

BOCCARA, G. Etnogénesis mapuche: resistência y restructuración entre los indígenas del Centro-Sur de Chile (siglos XVI-XVIII). **Hispanic American Historical Review**, v. 79:3, 1999.

_____. **Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria.** Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas, repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel. Buenos Aires, n.13. 2005.

BOSCO, J. **Las independencias iberoamericanas ¿un proceso imaginado?** Bilbao: Universidad del País Vasco, 2009.

BRACCO, D. Los guenoa minuano missioneiros. **Memoria Americana.** Buenos Aires, v. 24, n. 1, julho de 2016. Disponível em <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/memoria-americana/article/view/7661>. Acessado dia 26 de maio de 2016.

BRAGONI, B. Guerreros virtuosos, soldados a sueldo. Móviles del reclutamiento militar durante el desarrollo de la guerra de independência. **Dimensión Antropológica**, Ano 12, v. 35, p. 95-137, setembro-dezembro, 2005.

_____; MATA, S. (Comp.). **Entre la colonia y la República. Insurgencias, rebeliones y cultura política en América del Sur.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008

_____; MÍGUEZ, E. (Comps.). **Un nuevo orden político: Provincias y Estado Nacional, 1852-1880.** Buenos Aires: Biblos. 2010.

BROWN, J. S. H.; VIBERT, E. **Reading Beyond Words: contexts for Native American History.** Canada: Broadview Press Ltd, 2003.

CABRAL, S. **Andresito Artigas en la emancipación americana.** Buenos Aires: Corregidor, 2012.

- CÁCERES, R. de. Escritos Históricos de la época de la Patria Vieja. **Revista Histórica**. Tomo XXIX, Montevideu, 1959.
- CAMARGO, F. **O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional**. Passo Fundo: Clio, 2001.
- _____. **Britânicos no Prata: Caminhos da hegemonia**. Passo Fundo: Ed. Universitária UPF, 1996.
- CAPOBIANCO, R. (et al). (Orgs). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**. Avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. Instituto Socioambiental e Estação Liberdade. São Paulo, 2001.
- CESAR, G. **História do Rio Grande do Sul: período colonial**. Porto alegre: Editora Globo, 1970 [1956].
- CHIARAMONTE, J. C.; GRANADOS, A. **Crear la Nación. Los nombres de los países de América Latina**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008.
- COOPER, F. **Colonialism in question: theory, knowledge, history**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2005
- COSTA, B. P.; QUOOS, J. H.; DICKEL, M. E. G. (Orgs.). **A sustentabilidade da Região da Campanha-RS: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Departamento de Geociências, 2010.
- COSTA, J. P. Na lei e na guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845). 2016. **Tese (Doutorado)**. PPG/IFCH/Unicamp.
- _____. **Disciplina e invenção: civilização e cotidiano indígena no Ceará (1812-1820)**. Teresina: EDUFPI, 2015.
- DAMASCENO, A.; RAMBO, B.; REVERBEL, C.; CESAR, G.; FERREIRA, J.; VELLINHO, M.; ROSA, O. **Fundamentos da Cultura Rio-Grandense**. Segunda Série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia do Rio Grande do Sul, 1957.
- DAVIS, N. Z. **Nas margens**. São Paulo, Cia. das Letras, 1997.
- DI MEGLIO, G. **Historia de las clases populares en la Argentina I. Desde 1516 hasta 1880**. Buenos Aires: Sudamericana, 2012.
- DOCCA, S. **História do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Edições da Organização Simões, 1954.

DORNELLES, S. S. & MELO, K. M. R. S. Sobrevoando histórias: sobre índios e historiadores no Brasil e nos Estados Unidos. **Anos 90**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v.22, n. 41, 2015. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/51319>. Acessado em: 03/12/2015.

ÉBÉLOT, A. **Relatos de frontera**. Buenos Aires: Solar / Hachette, 1979.

FARBERMAN, J.; RATTO, S. (coord.). **Histórias mestiças em Tucumán colonial e nos pampas (séculos XVII a XIX)**. Buenos Aires: Biblos, 2009.

FAVRE, O. P. **Los charruas-minuanes en su etapa final**. Durazno: Tierradentro Ediciones, 2004.

_____. **Ocaso de un pueblo índio: historia del éxodo guaraní-misionero al Uruguay**, Bella Unión, San Borja del Yy. Durazno, Tierra Adentro, 2009 [1996].

FERNANDES, J. A. **Selvagens bebedeiras: Álcool, Embriaguez e Contatos Culturais no Brasil Colonial (séculos XVI-XVII)**. São Paulo: Alameda, 2011

FLORES, M. (Org.). **Negros e Índios Literatura e História**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

_____. A transmigração dos guaranis para a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. In: **Gravataí: do êxodo à composição étnica**. Gravataí, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1990.

FRADKIN, R. O. (Comp.). **¿Y el pueblo dónde está? Contribuciones para una historia popular de la revolución de independencia en el Río de la Plata**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008. 276 p.

_____. La revolución en los pueblos del litoral rio-platense. **Revista de Estudios Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 36, n. 2, julho/dezembro 2010, p. 242. (FRADKIN 2010)

_____.; GARAVAGLIA, J. C. **La Argentina Colonial: El Río de la Plata entre los siglos XVI e XIX**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

_____.; GELMAN, J. **Doscientos años pensando la Revolución de Mayo**. Buenos Aires: Sudamerica, 2010.

_____. y RATTO, S. Desertores, bandidos e índios en las fronteras de Buenos Aires, 1815-1819. **Secuencia**, n. 75, p. 13-41, 2009.

_____. Conflictividades superpuestas. La frontera entre Buenos Aires y Santa Fe en la década de 1810. **Boletín Americanista**. Año LVIII, n. 58, p. 273-293 2008.

FREGA, A. Guerras de independencia y conflictos sociales en la formación del Estado Oriental del Uruguay, 1810-1830. **Dimensión Antropológica**, Año 12, v. 35, p. 95-137, setembro-dezembro, 2005.

_____; ISLAS, A. (Coord.). **Nuevas Miradas en torno al Artiguismo**. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República, 2001.

_____ (Coord.). **Historia Regional e Independencia del Uruguay**. Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011. 270p.

GANSON, B. **The Guaraní under Spanish rule in the Río de la Plata**. Stanford: Stanford University Press, 2003, p. 126-127.

GARAVAGLIA, J. C. **Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agrária de la campaña bonaerense, 1700-1830**. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999. 385 p.

GARCIA, E. F. A integração das populações indígenas nos povoados coloniais no Rio Grande de São Pedro: legislação, etnicidade e trabalho. 2003. **Dissertação (Mestrado)** PPG/UFF, Niterói.

_____. **As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

_____. Dimensões da liberdade indígena: missões do Paraguai, séculos XVII-XVIII. **Revista Tempo**. Dossiê “Missões na América ibérica: dimensões políticas e religiosas”. Rio de Janeiro, v. 19, n. 35, p. 83-95, 2013.

GINZBURG, C. **Indagações sobre Piero: o Batismo, o Ciclo de Arezzo, a Flagelação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

_____. **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1999. 288 p.

_____. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

GOLDMAN, N.; SALVATORE, R. (Comps.). **Caudillismos rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema**. Montevideo: Eudeba, 1998.

- GONZÁLEZ, J. C. **Don Santiago Liniers: gobernador interino de los Treinta Pueblos de las Misiones Guaraníes y Tapes (1803-1804)**. Facultad de Filosofía y Letras: Publicaciones del Instituto de Investigaciones Históricas, n. XCIV. Buenos Aires: Peuser S.A., 1946.
- GRIJÓ, L. A.; NEUMANN, E. S. (Orgs.). **Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- GUAZZELLI, C. A. B. Divisas coloradas: radicais e federalistas na formação dos Estados Nacionais, Espaço Platino (1811-1828). **Anais do XII Encontro Estadual de História ANPUH-RS**. UNISINOS, São Leopoldo-RS. Disponível em: http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405390306_ARQUIVO_DIVISAS-ANAIS.pdf. Acessado em 01/09/2016.
- GUERRA, F. **Modernidad e Independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas**. Madrid: Mapfre, 1992.
- HALPERÍN DONGHI, T. **Reforma y disolución de los imperios ibéricos, 1750-1850**. Madrid: Alianza Editorial, 1975
- HESPANHA, António Manoel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. **Revista Tempo** [online]. v.11, n.21, p.121-143, 2006. Plataforma Scielo (arquivo digital). Acessado em 15/10/2013.
- HILL, J. D. (org). **History, power and identity: ethnogenesis in the Americas, 1492-1992**. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.
- HUGARTE, R. P. **Los indios del Uruguay**. Montevideo: Banda Oriental, 2007
- IVERSON, P. **When Indians became cowboys: native peoples and cattle ranching in the American West**. Norman and London: The University of Oklahoma Press, 1994. 288 p.
- JONG, I; OHMSTEDE, A. O. (Orgs.). **Las Poblaciones indígenas en la conformación de las naciones y los Estados en la América Latina decimonónica**. México, Michoacán: El Colegio de México/El Colegio de Michoacán, 2016.
- LANGER, P. P. **A Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos: A resistência do Guarani-Missioneiro ao processo de dominação do sistema colonial luso (1762-1798)**. Porto Alegre: EST, 1997.
- LANGER, P. P. **Os Guarani-Missioneiros e o colonialismo luso no Brasil meridional, projetos civilizatórios e faces da identidade étnica (1750-1798)**. Porto Alegre, 2005.

- LANGFUR, H. **The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and the persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750-1830**. Stanford: Stanford University Press, 2006
- LEVI, G. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 46.
- LOYOLA, I. **Autobiografia de Santo Inácio de Loyola**. (Trad.) Coelho, Antonio José. Braga: Editorial A.O., 2005.
- _____. **Exercícios Espirituais** [3ª Ed.]. (Trad.) Pereira, Vital Cordeiro Dias; (Org.) Baptista, F. de Sales. Braga: Livraria A.I., 1999.
- LÓPEZ MAZZ, J. M.; BRACCO, D. **Minuanos**: apuntes y notas para la Historia y la Arqueología del território Guenoa-Minuan (Indígenas de Uruguay, Argentina y Brasil). Montevideo: Linardi y Risso, 2004.
- LURIE, N. O. The World's Oldest On-Going Protest Demonstration: North American Indian Drinking Patterns. *Pacific Historical Review*. University of Carolina Press, v. 40, n. 3, Aug. 1971.
- MACHÓN, J. F.; CANTERO, O. D. **Andrés Guacurary y Artigas**. Misiones [1ª edição]: o autor, 2006, p.62.
- MAEDER, E. J. A. **Misiones del Paraguay: Conflictos y disolución de la sociedad guarani** (1768-1850). Madri: Mafre, 1992, p. 17-40.
- MANTILLA, D. **Memorias Fermín Félix Pampin**. Corrientes: Moglia, 2004
- MARTINS, M. C. B. As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos Guaranis. **Cadernos IHU Ideias**. São Leopoldo, UNISINOS, ano 08, n. 138, 2010.
- MELIÀ, B. La novedad Guarani (viejas cuestiones y nuevas preguntas): *Revista bibliográfica* (1987-2002). **Revista de Índias**, nº 64, p. 175-226.
- MELO, K. M. R. S. A Aldeia de São Nicolau do Rio Pardo no Oitocentos: histórias vividas por índios guaranis (séculos XVIII-XIX). 2011. 167 p. **Dissertação (Mestrado)** - PPGH/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- MENZ, M. A Integração do Guarani Missioneiro na Sociedade Sul-Rio-Grandense. 2001. 163 p. **Dissertação (Mestrado)** - PPGH/UNISINOS, São Leopoldo, Brasil.
- METCALF, A. **Go-betweens and the colonization of Brazil, 1500-1600**. Austin: University of Texas Press, 2005.

MONTEIRO, J. M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

_____. Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de história indígena e do indigenismo. 2001. **Tese (Livre Docência)**. IFCH/Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.

MOREIRA, V. M. L. Autogoverno e economia moral dos índios: liberdade, territorialidade e trabalho (Espírito Santo, 1798-1845). **Revista de História (USP)**, v. 166, p. 223-243, 2012.

_____. Caboclisto, vadiagem e recrutamento militar entre as populações indígenas do Espírito Santo (1822-1875). **Dialogos Latinoamericanos**. Aarhus - Dinamarca, v. 11, p. 94-120, 2005.

_____. Deslegitimação das diferenças étnica, 'cidanização' e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrária no Brasil e no México na década de 1850. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 4, p. 68-85, 2012c.

_____. Dossiê: Territórios, Espaços e Fronteiras. Vitória, **Dimensões**. Revista de História da Universidade Federal do Espírito Santo, 2002a.

_____. Nem selvagens nem cidadãos: os índios da vila de Nova Almeida e a usurpação de suas terras durante o século XIX. **Revista de História (UFES)**. Vitória, ES, v. 14, n.14, p. 151-168, 2002.

_____. Terra, estratégias e direitos indígenas. **Revista Tempos Históricos**, v. 18, p. 30-47, 2014.

_____. Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850. **Revista Brasileira de História (Impresso)**. São Paulo, v. 22, n.43, p. 153-169, 2002b.

_____. Territorialidade, casamentos mistos e política entre índios e portugueses. **Revista Brasileira de História**, v. 35, n. 70, 2015.

NEIS, R. A Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. In: **Gravataí: história e cultura**. Gravataí, Secretaria Municipal, 1987.

NEUMANN, E. S. Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757. **Revista Complutense de História da América**. Madri, n .26, 2000.

_____. Mientras volaban correos por los pueblos: autogoverno e práticas letradas nas Missões Guarani – século XVIII. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 10, n. 22, p. 93-119, jul-dez. 2004.

_____. **O trabalho guarani missioneiro no rio da Prata colonial, 1640-1750.** Porto Alegre: Martins livreiro, 1996.

_____. Práticas letradas guarani: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII). 2005. **Tese (Doutorado)** PPGH/UFF.

OLIVEIRA, J. P. (Org.). **A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena**, Rio de Janeiro, Contra-Capa, 1999.

_____. Narrativas e imagens sobre povos indígenas e a Amazônia: Uma perspectiva processual da fronteira. **Indiana**. Dossier: Identidades volitivas: antropologia sudamericana da Amazônia, v. 27, 2010. p. 19.

_____. **O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar**. São Paulo. Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988.

_____. Uma Etnologia dos ‘Índios Misturados’: Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. Rio de Janeiro, **Mana**, v. 4, n.1., abril 1998.

ORTELLI, S. (Coord.). **Las independencias desde abajo: historias de subalternos, excluidos y olvidados en América a principios del siglo XIX**. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2010.

OSÓRIO, H. **O Império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. 365 p.

PADRÓN FAVRE, O. Los Charrúas-Minuanes en su etapa final. Durazno: Tierradentro, 2004, p. 7-13.

PALACIO, M. F. **Révolutions de l'Amérique espagnole**, ou Récit de l'origine, des progrès et de l'état actuel de la guerre entre l'Espagne et l'Amérique Méridionale. Par un citoyen de l'Amérique espagnole. [Tr. de l'anglais, Paris: 1819]. Biblioteca de Impresos Raros Americanos. Montevideo: Publicación Comemorativa del segundo centenario del nacimiento de Artigas (1764-1964), 1964.

PEDROSO, M. S. Relação dos serviços que pratiquei na conquista dos sete povos guaranis das missões orientais do Uruguai, desde o princípio até o fim da guerra próxima passada [1802]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, O Instituto, v. 130, tomo 77, parte II, 1914.

PERROT, M. **Os Excluídos da História**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

- PIMENTA, J. P. **Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828**. São Paulo: Fapesp/Editora Hucitec, 2002.
- PINHEIRO, J. F. F. **Anais da Província de São Pedro: história da colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Petrópolis: Vozes, 1978 [4ª Ed.].
- PORTO, A. **História das Missões Orientais do Uruguai**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943.
- PUEYRREDÓN, M. A. **Escritos históricos sobre la guerra de los indios**. Buenos Aires: Editorial Julio Suárez, 1929.
- QUIJADA, M. ¿'Hijos de los barcos' o diversidad invisibilizada? La articulación de la población indígena en la construcción nacional argentina (siglo XIX). **Historia Mexicana**, v.53, n.2, 2003. p. 474.
- RANZAN, A. C. O papel, a pena e a fronteira: manifestações escritas e ação indígena nas reduções jesuíticas do Paraguai (1768-1801). 2015. 213 p. **Dissertação (Mestrado)**. PPGH/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- RATTO, S. Una experiencia fronteriza exitosa: el 'negocio pacifico' de índios en la provincia de Buenos Aires (1829-1852). **Revista de Índias**, Madri, CSIC, v. LXIII, p.191-222, 2003.
- REVEL, J. (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RIBEIRO, A. **El Caudillo y el Dictador**. Montevideú: Planeta, 2011.
- RIBEIRO, M. R. P. Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834). 2013. 149 p. **Dissertação (Mestrado)** - PPGH/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- RICHTER, D. K. **Trade, land, power: the struggle for eastern North America**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013.
- RICO BODELÓN, O. La ocupación española de Santa catarina (1777-1778): una isla brasileña para Carlos III. 2013. 844 p. **Tese (Doutorado)** - Universidad de Salamanca, Salamanca, Espanha.
- ROBERTSON, J. P. e G. P. **Cartas de Sud-América**. v. III. Buenos Aires: Emecé Editores, 1950.
- ROJAS, J. L. **La etnohistória de América: los indígenas, protagonistas de su historia**. Buenos Aires, SB, 2008.

- ROSSI, E. V. **Más datos sobre Artigas**. Canelones: Edição auspiciada pela Intendencia Municipal de Canelones, 1987.
- RUBERT, A. **História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial (1626/1822)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)**. Lisboa: Difel, 1998.
- SALVATORE, R. **Wandering Paysanos: state order and subaltern experience in Buenos Aires during the Rosas era**. Durham: Duke University Press, 2003.
- SANTOS, C. M. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII**. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984. 216 p.
- _____. *O índio e a civilização cristã ocidental: a aldeia de Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí*. In: **Gravataí: do êxodo à composição étnica**. Gravataí, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1990.
- SCHWARTZ, S. B.; SALOMON, F. (Eds.). **The Cambridge History of the Native peoples of the Americas**. Vol. III. South America. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- SEPP, A. **Viagem às Missões e Trabalhos Apostólicos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972.
- SIDER, G. Identity as History, Ethnohistory, Ethnogenesis and Ethnocide in the Southeastern United States. **Identities Global Studies in Culture and Power**. New Hampshire, v. 1, 1994
- SILVEIRA, H. J. V. da. **As missões orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979 [1909].
- SIRTORI, B. Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784). 2008. **Dissertação (Mestrado)**. PPGH/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro.
- SORIA, J. L. Hombres y ganado. La construcción social del pastizal pampeano, 1750-1820. **Anuário IEHS/TANDIL**, v. 27, 2012, p. 317 (307-320).
- SPALDING, K. **De índio a campesino: cambios en la estructura social del Peru colonial**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1974.
- SPALDING, W. Pecuária, charque e charqueadores no Rio Grande do Sul. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 91/92, 1943.

- SPOSITO, F. **Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na Província de São Paulo (1825-1845)**. São Paulo: Alameda, 2012.
- STREET, J. Lord Strangford and Río de la Plata, 1808-1815. **The Hispanic American Historical Review**, v. 33, n. 04, p. 477-510, novembro de 1953.
- TAYLOR, A. **The Divided Ground: Indians, Settlers, and the Northern Borderland of the American Revolution**. New York: Alfred A. Knopf, 2006.
- TERNAVASIO, M. **Historia de la Argentina, 1806-1852**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013, 262 p.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.
- _____. **Senhores & Caçadores: a origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TURNER, C. B.; TURNER, B. The Role of Mestizaje of Surnames in Paraguay in the Creation of a Distinct New World Ethnicity. **Ethnohistory**. 41:1 (Winter), 1994: American Society for Ethnohistory.
- VAN YOUNG, E. **La otra rebelión. La lucha por la independencia de México, 1810-1821**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- VARNHAGEN, F. A. **História Geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal**. São Paulo: Melhoramentos, 1956 [1854].
- VÁZQUEZ-RIAL, H. **Santiago de Liniers**. Madrid: Ediciones Encuentros, 2012.
- VELLINHO, M. **Capitania d'El -Rei: Aspectos polêmicos da formação Rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1970
- VENTURA, A. **A Guerra das Laranjas, 1801**. Lisboa: Academia Portuguesa de História, Guerras e Campanhas Militares, 2008. 128 p.
- VILLAR, D. (Ed.). **Conflicto, poder y justicia em la frontera bonaerense, 1818-1832**. Bahía Blanca, Santa Rosa: Universidad Nacional del Sur, Universidad Nacional de La Pampa, 2003, p. 9-43.
- XAVIER-GUERRA, F. A nação na América espanhola: a questão das origens. *Revista Maracanã*. Ano I, n. 1, p. 9 – 30, 1999/2000.
- WACHTEL, N. **La vision des vaincus. Les indiens du Péru devant la Conquête Espagnole 1530-1570**. Gallimard, Paris, 1971.

WENTZEL, C. El comercio del Litoral de los Ríos con Buenos Aires: el área del Paraná, 1783-1821. In: **Anuario IHES**, 3, 1998, Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Buenos Aires, p. 161-210.

WHITE, R. **The Middle Ground: Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

_____ ; LIMERICK, P. N. **The frontier in American culture: an exhibition at the Newberry Library**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1994.

WIGHTMAN, A. M. **Indigenous Migration and Social Change: the forasteros of Cuczo, 1520-1720**. Durham and London: Duke University Press, 1990.

WILDE, G. **Religión y Poder en las misiones de guaraníes**. Buenos Aires: Editorial SB, 2009, 509 p.

ZAMORA, M. 'If Cahonaboa learns to speak...': Amerindian Voice in the Discourse of Discovery. **Colonial Latin American Review**. New Mexico, v. 8: n. 2, p. 191-206, 1999.